



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Instituto de Psicologia  
*Programa de Pós-Graduação em Psicologia*  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA



**IDENTIDADE DE FAMÍLIA CONSTITUÍDA POR ADOÇÃO TARDIA:  
DINÂMICAS ENTRE PARENTALIDADES E FILIAÇÕES**

PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO

Salvador

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
Instituto de Psicologia  
*Programa de Pós-Graduação em Psicologia*  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA



PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO

**IDENTIDADE DE FAMÍLIA CONSTITUÍDA POR ADOÇÃO TARDIA:  
DINÂMICAS ENTRE PARENTALIDADES E FILIAÇÕES**

Tese de doutorado apresentada à banca da linha de pesquisa “Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais”, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutorado em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia do Desenvolvimento  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Virgínia Machado Dazzani

Salvador  
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

J12

Jacinto, Pablo Mateus dos Santos

Identidade de família constituída por adoção tardia: dinâmicas entre parentalidades e filiações. / Pablo Mateus dos Santos Jacinto, 2023.  
369 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Virgínia Machado Dazzani  
Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2023.

1. Psicologia do desenvolvimento. 2. Adoção. 3. Famílias. 4. Identidade (Psicologia).  
I. Dazzani, Maria Virgínia Machado. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 155

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA  
Instituto de Psicologia - IPS  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI  
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



## TERMO DE APROVAÇÃO

IDENTIDADE DE FAMÍLIA CONSTITUÍDA POR ADOÇÃO TARDIA:  
DINÂMICAS ENTRE PARENTALIDADES E FILIAÇÕES

Pablo Mateus dos Santos Jacinto

### BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Virgínia Machado Dazzani (Orientadora)  
*Universidade Federal da Bahia – UFBA*

Prof. Dr. Carlos Alberto Maciel Publio  
*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB*

Profa. Dra. Dora Teixeira Diamantino  
*Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS*

Profa. Dra. Tatiana Alves de Melo Valério  
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco –  
IFPE*

Profa. Dra. Vivian Volkmer Pontes  
*Universidade Federal da Bahia – UFBA*

Salvador, 14 de dezembro de 2023.

Dou fé.

---

Profa. Dra. Maria Virgínia Machado Dazzani

Às famílias que contribuíram com essa pesquisa e a todas as outras que fogem ao padrão de valorização social da consanguinidade, ou do perfil compulsório cisgênero e heteronormativo.

## Agradecimentos

Nos agradecimentos da minha dissertação, defendida em 2019, foquei em trazer um pouco sobre a história da minha família. De origem sertaneja, da seca, da fome, meus pais romperam a extrema vulnerabilidade através do trabalho e buscaram perpetuar nos estimulando à educação. Foi assim que, naquele momento, eu atingi uma titulação acadêmica que em nenhuma geração da minha família, de ambos os lados, havia sequer sonhado.

Nesta ocasião, não pretendo me estender. Primeiro porque falta fôlego, depois de tanto tempo e tanto empenho sentar para escrever o texto que gostaria. Outra razão é que, ao invés de focar no passado, gostaria de apontar alguns fatos que ocorreram nesses cinco anos e deram sentido à dedicação – nem sempre integral – a esta pesquisa.

Foram cinco anos. Sempre imaginei que conseguiria terminar o doutorado em menos tempo do que o planejado, mas esse percurso trouxe elementos não planejáveis. Primeiro as partes difíceis. Em 2020, enquanto o mundo tomava conhecimento de uma pandemia que, no Brasil, dizimou mais de 700 mil pessoas, a maior parte delas por descaso do Governo Federal, eu recebia uma notícia pessoal de saúde. Na ocasião, tive que desistir do já aprovado período sanduíche do doutorado, em Luxemburgo, pois descobri que a “tendinite” que sentia no pé era, na verdade, um tumor ósseo. Se essa situação foi difícil de digerir, também foi central para mostrar o apoio que eu tinha de muitas das pessoas que citarei a seguir.

Um ano antes, eu começara minha carreira como professor universitário. Por um semestre, conciliei doutorado, trabalho como técnico de pesquisa no Conselho Federal de Psicologia, e o cargo de professor em duas instituições. Sabe aquilo que falam sobre o quanto o trabalho do professor em sala de aula é apenas a ponta do *iceberg*? É verdade. Nesse semestre, todo tempo livre era voltado a planejamentos, correções, estudo. Por um tempo, pensei se era aquilo que eu queria. Ter que lidar com prazos, demandas institucionais, alguns dos estudantes que não tiveram paciência para quem estava começando, enfim, era cada vez mais sofrível. Questionava também se eu tinha competência para assumir tal posição. Quando eu seria bom como as professoras da graduação e pós-graduação que tanto admirava?

Em 2021, trabalhando e estudando de casa, ainda em consequência da pandemia, resolvi me arriscar um pouco mais. Realizei a seleção para professor substituto na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Sem conhecer à fundo a universidade,

muito menos a cidade de Vitória da Conquista, fui aprovado e selei essa parte do meu destino. Um ano depois prestei concurso para a mesma instituição e fui aprovado. Lembra o que falei no início sobre como aprendi, em família, a valorizar a educação? Tudo então ganhou corpo.

Entrego esta tese sem certeza de que estou, de fato, entregando uma tese. Entretanto, estou certo de que é fruto de cinco anos de muitas leituras, intercaladas com muito trabalho (na pesquisa e fora dela). Em nenhum momento pensei em desistir, talvez pela presença de muita gente que carrego na minha trajetória acadêmica e profissional pregressa e presente.

Agradeço à minha orientadora, Virgínia Dazzani, que curiosamente acredita no meu potencial para algumas responsabilidades mais do que eu mesmo; às professoras do PPGPSI e, especialmente, Vivian Volkmer, Patrícia Zucoloto, Pina Marsico e Luca Tateo, que tanto colaboraram nas discussões trazidas em sala e nas nossas reuniões; à prof. Mayra Ribeiro, do IMS/UFBA de Vitória da Conquista que me acolheu na disciplina de Estágio Docente; às colegas do PPGPSI, algumas que já conhecia de antes e por lá nos aproximamos e apoiamos: Larissa Magalhães, Larissa Porto, Mariana, Dora, Adrielle e tantas outras; à memória de Silvana Sarno, por quem sempre tive carinho desde o primeiro dia de aula de Metodologia, em 2017, quando eu começava o mestrado e ela o doutorado; aos demais membros do grupo de pesquisa Investigações em Psicologia Cultural: Cultura, Linguagem, Transições e Trajetórias Desenvolvimentais (CULTS/UFBA); à banca, pela paciência em ler tantas páginas e me ajudar a dar sentido àquilo que produzi; à professora Ana Pellegrini, por todo apoio concedido desde que eu ainda era um graduando; aos colegas da UESB, que contribuíram com momentos de conversa, aprendizado, e foram sensíveis ao meu momento de conclusão: Virgínia, Lígia, Maurício, Roberta Jauris, Ana Lúcia, Odilza, Marcos e tantos outros; aos estudantes que me tornaram professor, parafraseando Mafalda: “nessa relação diplomada no mesmo dia” (um agradecimento especial a Rodrigo, que esteve comigo como bolsista de Iniciação Científica e contribuiu imensamente com as transcrições das entrevistas desta pesquisa); à minha família, principalmente minha irmã Mirella, que me ouvia reclamar; aos amigos que, certamente, não mencionarei o suficiente: Adelmo, Naira, Erika, Salvador, Mariana, João, Renan, Tico, Sirley, Monaliza, Jamile, Gabriela, Gabriel, Ana Luísa, Adriana, dentre outros (quem é, sabe); por fim, aos orixás e entidades que me protegeram nesse processo.

## Resumo

Adoção tardia envolve a inserção de crianças maiores de dois anos ou adolescentes em famílias substitutas. Em 2019, havia 33.539 crianças e adolescentes institucionalizadas nessa faixa de idade, correspondendo a mais de 85% do total. Preconceitos referentes à adoção tardia são presentes na sociedade, associando-a ao fracasso decorrente da história pregressa de institucionalização e vulnerabilidade das crianças maiores e adolescentes disponíveis para adoção. No entanto, muitas adoções tardias ocorrem no Brasil, proporcionando proteção e desafios às crianças, adolescentes e famílias, envolvendo estabelecimento de vínculo, afeto e novas responsabilidades. Um dos desafios é a construção de uma identidade compartilhada pela família, orientando sua trajetória desenvolvimental. Neste estudo, considerou-se que o ato narrativo e seu conteúdo contribuem com a construção da identidade familiar e suas consequências no processo de adoção vivenciado pelas famílias adotantes. Diante disso, este estudo teve por objetivo compreender as dinâmicas estabelecidas entre parentalidade e filiação que emergem através do processo de adoção tardia, apreendendo as narrativas construídas coletivamente pelas famílias, de modo a elucidar o processo de construção da identidade adotiva de família a partir do fenômeno estudado. Para tanto, partiu-se da combinação das abordagens narrativistas em psicologia e da teoria bioecológica do desenvolvimento humano no contexto de famílias formadas por adoção tardia. Metodologicamente, foi adotada uma perspectiva qualitativa, exploratória e idiográfica, valorizando as especificidades dos casos analisados. Três famílias foram entrevistadas através de entrevista narrativa individual e entrevista coletiva com os membros de cada família mediada pela estratégia do *photovoice*. Foram analisados os conteúdos das narrativas produzidas através do processo de recontação, tendo as histórias de cada família sido reorganizadas pelo pesquisador de modo cronológico e temático. As interações dos *photovoices* também foram analisadas com base no modelo de declarações para grupos focais. Como resultados, constatou-se que a construção da parentalidade adotiva antecede a objetividade concretizada pelo sistema de justiça. As famílias elaboram narrativas coesas mesmo através de processos de negociação nem sempre concordantes entre os membros, mas que traçam um perfil de representação que o grupo possui de si. Essas narrativas se pautam em conjuntos de elementos dentro de três categorias: jurídica, afetiva e agentiva. Identificou-se que a família funciona de modo dual, ora operando como unidade/entidade, ora operando como contexto. Em ambos os casos, a identidade da família emerge como um processo em construção e base para novas experiências, não sendo apenas um produto das trajetórias desenvolvimentais das famílias.

**Palavras-chave:** Adoção tardia; Família; Identidade; Narrativa; Desenvolvimento humano.



## **Abstract**

Late adoption involves placing children older than two years or adolescents in foster families. In 2019, there were 33,539 institutionalized children and adolescents in this age group, corresponding to more than 85% of the total. Prejudices regarding late adoption are present in society, associating it with failure resulting from the previous history of institutionalization and vulnerability of older children and adolescents available for adoption. However, many late adoptions occur in Brazil, providing protection and challenges to children, adolescents and families, involving bonding, affection and new responsibilities. One of the challenges is the construction of an identity shared by the family, guiding its developmental trajectory. In this study, we investigated the contribution of combining narrativist approaches in psychology and the bioecological theory of human development in the context of late-adoption families. The focus was to understand how the narrative act and its content influenced the construction of family identity and what were the consequences of this in the adoption process experienced by families. Therefore, this study aimed to understand the dynamics established between parenting and filiation that emerge through the process of late adoption, apprehending the narratives collectively constructed by families, in order to elucidate the process of construction of the adoptive family identity from the phenomenon studied. Methodologically, it started with a qualitative, exploratory and idiographic research, valuing the specificities of the analyzed cases. Three families were interviewed through individual narrative interviews and collective interviews with the members of each family mediated by the photovoice strategy. The contents of the narratives produced through the retelling process were analyzed, with the stories of each family being reorganized by the researcher chronologically and thematically. The interactions of the photovoices were also analyzed based on the statements model for focus groups. As a result, it was found that the construction of adoptive parenting precedes the objectivity achieved by the justice system. Families elaborate cohesive narratives even through negotiation processes that are not always in agreement between members, but that outline a representation profile that the group has of itself. These narratives are based on sets of elements within three categories: legal, affective and agentive. It was identified that the family works in a dual way, sometimes operating as a unit/entity, sometimes operating as a context. In both cases, the family's identity emerges as a process under construction and the basis for new experiences, not just being a product of the families' developmental trajectories.

**Keywords:** Late adoption; Family; Identity; Narrative; Human development.

## Resumen

La adopción tardía implica colocar a niños mayores de dos años o adolescentes en familias de acogida. En 2019, había 33,539 niños y adolescentes institucionalizados en este grupo de edad, lo que corresponde a más del 85% del total. Prejuicios con respecto a la adopción tardía están presentes en la sociedad, asociándola con el fracaso resultante de la historia previa de institucionalización y la vulnerabilidad de niños mayores y adolescentes disponibles para la adopción. Sin embargo, en Brasil ocurren muchas adopciones tardías, brindando protección y desafíos a los niños, adolescentes y familias, involucrando el establecimiento de vínculos afectivos y nuevas responsabilidades. Uno de los desafíos es la construcción de una identidad compartida por la familia, que guía su trayectoria de desarrollo. En este estudio, investigamos el impacto de combinar enfoques narrativos en psicología y la teoría bioecológica del desarrollo humano en el contexto de familias de adopción tardía. El objetivo fue comprender cómo el acto narrativo y su contenido influyeron en la construcción de la identidad familiar y cuáles fueron las consecuencias de esto en el proceso de adopción experimentado por las familias. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo comprender las dinámicas establecidas entre la crianza y la filiación que emergen a través del proceso de adopción tardía, aprehendiendo las narrativas construidas colectivamente por las familias, con el fin de dilucidar el proceso de construcción de la identidad familiar adoptiva a partir del fenómeno estudiado. Metodológicamente, el estudio comenzó con una investigación cualitativa, exploratoria e idiográfica, valorando las especificidades de los casos analizados. Se entrevistaron a tres familias mediante entrevistas narrativas individuales y entrevistas colectivas con los miembros de cada familia mediadas por la estrategia de fotovoz. Se analizó el contenido de las narrativas producidas a través del proceso de recontar las historias de cada familia, reorganizadas cronológicamente y temáticamente por el investigador. También se analizaron las interacciones de las fotovoces basadas en el modelo de declaraciones utilizado en los grupos focales. Como resultado, se encontró que la construcción de la crianza adoptiva precede a la objetividad lograda por el sistema judicial. Las familias elaboran narrativas cohesivas, incluso a través de procesos de negociación que no siempre coinciden entre los miembros, pero que delinean un perfil de representación que el grupo tiene de sí mismo. Estas narrativas se basan en conjuntos de elementos dentro de tres categorías: legales, afectivos y agentivos. Se identificó que la familia funciona de manera dual, a veces operando como una unidad/entidad y otras veces como un contexto. En ambos casos, la identidad familiar emerge como un proceso en construcción y es la base para nuevas experiencias, no siendo simplemente un producto de las trayectorias de desarrollo individuales de las familias.

**Palabras clave:** Adopción tardía; Familia; Identidad; Narrativa; Desarrollo humano.

## Lista de tabelas e quadros

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
<b>Quadro 1</b>	Foco de análise dos estudos (1980-1989)	36
<b>Quadro 2</b>	Foco de análise dos estudos (1990-1999)	47
<b>Quadro 3</b>	Foco de análise dos estudos (2000-2009)	66
<b>Quadro 4</b>	Foco de análise dos estudos (2010-2019)	79
<b>Quadro 5</b>	Temas e assunções emergentes nos estudos por década de referência (1980-2019)	102
<b>Quadro 6</b>	Categorias de classificação da interação de pequenos grupos	173
<b>Quadro 7</b>	Entrevistas realizadas com a Família 1	175
<b>Quadro 8</b>	Fotos componentes da seção 1 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 1	240
<b>Quadro 9</b>	Fotos componentes da seção 2 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 1	243
<b>Quadro 10</b>	Fotos componentes da seção 3 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 1	247
<b>Quadro 11</b>	Fotos componentes da seção 4 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 1	249
<b>Quadro 12</b>	Entrevistas e depoimentos da Família 2	253
<b>Quadro 13</b>	Fotos componentes da seção 1 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	274
<b>Quadro 14</b>	Fotos componentes da seção 2 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	276
<b>Quadro 15</b>	Fotos componentes da seção 3 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	279
<b>Quadro 16</b>	Fotos componentes da seção 4 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	281
<b>Quadro 17</b>	Fotos componentes da seção 5 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	283
<b>Quadro 18</b>	Fotos componentes da seção 6 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	284
<b>Quadro 19</b>	Fotos componentes da seção 7 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	286
<b>Quadro 20</b>	Quadro 20 – Fotos componentes da seção 8 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2	287

## Lista de figuras

<b>Id.</b>	<b>Título</b>	<b>Página</b>
<b>Figura 1</b>	Ciclo de progressiva complexidade marcado pela diferenciação entre pessoa e ambiente	128
<b>Figura 2</b>	Modelo de desenvolvimento da família, como contexto e pessoa	144
<b>Figura 3</b>	Processo de produção de dados	172
<b>Figura 4</b>	Elaboração de narrativa comum à família-unidade em interação de contradependência	300
<b>Figura 5</b>	Modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção	308
<b>Figura 6</b>	Elementos intervenientes da dinâmica de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção	315
<b>Figura 7</b>	Representação da posição 1: influência equitativa dos três polos	320
<b>Figura 8</b>	Representação da posição 2: maior intensidade da influência dos polos “Afeto” e “Agentividade”	322
<b>Figura 9</b>	Representação da posição 3: maior intensidade da influência dos polos “Justiça” e “Agentividade”	324
<b>Figura 10</b>	Representação da posição 4: maior intensidade da influência dos polos “Afeto” e “Justiça”	325
<b>Figura 11</b>	Representação da posição 5: predominância do polo “Afeto”	327
<b>Figura 12</b>	Representação da posição 6: predominância do polo “Justiça”	328
<b>Figura 13</b>	Representação da posição 7: predominância do polo “Agentividade”	330
<b>Figura 14</b>	Esquema de evolução dos polos de orientação das dinâmicas de construção de identidade da família constituída por adoção ao longo do tempo	332

## Lista de siglas e abreviaturas

<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
CNA	..... Cadastro Nacional de Adoção
CNCA	..... Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas
CNJ	..... Conselho Nacional de Justiça
ECA	..... Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	..... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPCT	..... Processo, Pessoa, Contexto, Tempo
SGDCA	..... Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes
SNA	..... Cadastro Nacional de Adoção
SUAS	..... Sistema Único de Assistência Social
SUS	..... Sistema Único de Saúde

## Sumário

Apresentação .....	17
1 Introdução .....	21
1.1 “Família” e a impossibilidade de uma definição estanque .....	21
1.2 Adoção e família no Brasil .....	24
1.3 Institucionalização de crianças no Brasil e a problemática da adoção tardia .....	29
1.4 Objetivos.....	33
1.4.1 Objetivo Geral .....	33
2.2.2 Objetivos Específicos .....	33
2 Adoção Tardia: uma Revisão de Literatura das Produções Científicas entre 1980 e 2019	34
2.1 Década de 1980-1989 .....	35
2.1.1 Foco de análise .....	36
2.1.2 Temas em destaque.....	39
2.1.3 Assunções centrais.....	42
2.1.4 Sugestões para um desfecho de sucesso para a adoção tardia.....	44
2.2 Década de 1990 - 1999 .....	46
2.2.1 Foco de análise .....	47
2.2.2 Temas em destaque.....	49
2.2.3 Assunções Centrais.....	57
2.2.4 Sugestões para um desfecho de sucesso para a adoção tardia.....	60
2.2.5 Apontamentos complementares.....	62
2.3 Década de 2000-2009 .....	64
2.3.1 Foco de análise .....	66
2.3.2 Temas em destaque.....	68
2.3.3 Assunções Centrais.....	73
2.3.4 Soluções apontadas.....	78
2.4 Década de 2010-2019 .....	79
2.4.1 Foco de análise .....	79
2.4.2 Temas em destaque.....	81
2.4.3 Assunções Centrais.....	88
2.4.4 Soluções apontadas.....	97

2.5	Síntese do cenário de pesquisa apresentado .....	99
3	Parentalidade e Adoção.....	103
3.1	Maternidade e adoção .....	108
3.2	Paternidade e adoção .....	113
3.3	Filiação e adoção .....	117
4	Definindo Desenvolvimento Humano Através da Perspectiva Bioecológica... ..	121
4.1	O papel do outro no desenvolvimento humano: contribuições da teoria bioecológica do desenvolvimento humano.....	122
4.1.1	Teoria bioecológica do desenvolvimento humano .....	122
4.1.2	Desenvolvimento humano para a teoria bioecológica: definições e implicações.....	123
4.2	O papel do contexto no desenvolvimento humano.....	129
4.3	O papel da pessoa no desenvolvimento humano .....	136
4.3.1	Força (force): interferência direta nos processos proximais.....	136
4.3.2	Recursos biopsicológicos (resources): deficiências e competências psicológicas .....	137
4.3.3	Demanda (demand): a pessoa desencadeando respostas do contexto ....	139
4.4	A família na Teoria Bioecológica: pessoa ou contexto? .....	141
4.5	Processo proximal: multidirecionalidade do desenvolvimento humano .....	144
5	Narrativa, Identidade e Identidade de Família.....	149
5.1	Como se constituiu, na psicologia, a compreensão das interseções entre narrativa e subjetividade?.....	150
5.2	É possível afirmar a existência de uma identidade narrativa coletiva? .....	153
5.3	Entendendo a identidade narrativa um fenômeno compartilhado, como podemos interpretar o que seria “identidade de família”? .....	161
6	Método .....	167
7	Análise dos Casos .....	175
7.1	Família 1: “Tá, somos uma família. Ok!” .....	175
7.1.1	Recontando as narrativas parentais.....	176
7.1.2	A construção da identidade parental por Zélia e Jorge.....	213
7.1.3	Recontando a narrativa de Raquel .....	229
7.1.4	Análise do Photovoice .....	240
7.2	Família 2: “Família é assim, sempre cresce”.....	253
7.2.1	Recontando a narrativa parental: Martha.....	254
7.2.2	Análise do photovoice .....	274

8	Identidade de Família por Adoção: uma perspectiva desenvolvimental sobre família .....	292
8.1	Caráter dual de funcionamento da família: entidade/unidade ⇔ contexto .....	293
8.2	Identidade da família desde um ponto de vista desenvolvimental .....	301
8.3	É possível propor a existência de uma “identidade de família constituída por adoção”?.....	305
8.3.1	Polo 1: a justiça .....	308
8.3.2	Polo 2: a agentividade .....	310
8.3.3	Polo 3: o afeto .....	312
8.4	Elementos intervenientes .....	314
8.5	Modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção .....	317
8.5.1.	Posição 1: influência equitativa dos três polos .....	319
8.5.2.	Posição 2.....	322
8.5.3.	Posição 3.....	323
8.5.4	Posição 4.....	325
8.5.5	Posição 5.....	326
8.5.6	Posição 6.....	328
8.5.7	Posição 7.....	329
8.6	O fator “tempo” e a variabilidade da presença dos polos.....	330
8.7	Reflexões finais sobre o modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção .....	333
9	Considerações Finais .....	335
	Referências .....	340
	Apêndice A – TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
	366	
	Apêndice B - TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO (Crianças e Adolescentes).....	368



## **Apresentação**

Em 2016 iniciei, como estagiário de psicologia da Universidade do Estado da Bahia, atividades na instituição de acolhimento Lar Irmã Benedita Camurugi, em Salvador. Hoje fechada por fatalidades da pandemia aliada a disputas políticas internas, reconheço o quanto aquele espaço me formou. Após a graduação, mantive atuação como voluntário na instituição durante mais quatro anos e lá pude exercer, pela primeira vez, minha função de psicólogo.

Tive contato com órgãos de justiça, saúde e assistência social. Participei de audiências, fiz parte de decisões que mudaram a vida de diversas crianças, seja por contribuir com relatórios que levaram o magistrado a decretar destituições de poder familiar e inseri-las na fila de adoção, seja na cooperação dos processos de reinserção familiar.

Pude também ser supervisor de estágio, extensão e iniciação científica. Realizei pesquisas e tive contato com dois temas que compuseram minha trajetória como pesquisador: institucionalização e adoção. Em um primeiro momento, registrado na dissertação de mestrado defendida em 2019, busquei compreender como adolescentes que estavam na iminência da desinstitucionalização compulsória por maioria construíam sentidos sobre si próprios, seu presente e futuro. Lembro que iniciei a pesquisa quase certo de que as adolescentes entrevistadas não teriam esperança na adoção e estariam construindo suas trajetórias cientes de que aos dezoito anos seriam “cada uma por si”.

Foi a primeira vez que quebrei a cara como pesquisador. Aprendi que hipóteses, expectativas, pressupostos são apenas isso e não existem como régua da realidade. Como psicólogo e como pesquisador, não é ideal me antecipar em conclusões – embora seja impossível, já que ninguém chega ao campo destituído de sua história e expectativas. Enfim, as adolescentes institucionalizadas me ensinaram o outro lado. As que foram entrevistadas demonstraram a idealização da adoção, uma internalização de um discurso que lutamos tanto para construir: crianças e adolescentes são prioridade nas políticas públicas e na sociedade e todos merecem crescer no seio de uma família (consanguínea ou substituta) coesa para que possam se desenvolver plenamente.

Dentre as participantes, uma eu nunca consegui finalizar as entrevistas. Foi adotada aos 14 anos. Outra teve futuro semelhante, mas logo após minha defesa do mestrado. A terceira teve um desfecho menos agradável, reproduzindo a violação de

Estado que reverbera em crianças e adolescentes pretos e pessoas em situação de pobreza no Brasil. Foi preterida, evadiu a instituição.

Essa experiência me despertou um novo interesse: o estudo da adoção, em todas as suas perspectivas. Em específico, emergiu a curiosidade acerca da chamada, nos documentos orientadores e científicos, de “adoção tardia”. Quais os desafios e quais os processos desenvolvimentais que operam quando uma criança mais velha ou adolescente adentra um grupo relativamente desconhecido a quem vai passar a chamar de família? Nesse ponto, meu interesse se expandiu. Percebi que não era o bastante entender como a criança ou adolescente adotado se desenvolvia, mas como a família (agora também composta por ela) enfrentava mudanças e organizações como grupo e como conjunto de pessoas. Nasce, então, o objeto de estudo desta pesquisa.

Foi uma tese escrita ao longo de cinco anos. Nesse período, estudei, adoeci, me recuperei, trabalhei, me diverti, procrastinei e, diante de tudo isso, escrevi. Entrego um texto que foi encerrado compulsoriamente. Entendi que a tese não é o trabalho da vida, mas o início de uma trajetória de estudos sobre os objetos que demonstro interesse, e isso foi o bastante para que eu decidisse soltar a caneta.

Ao longo dos cinco anos de escrita, muita coisa na tese e paralela a ela foram elaboradas. É difícil olhar um texto com tantas páginas e pensar em uma coesão total, levando em conta o tempo que passou. Assim, esta tese é, antes de tudo, um registro da minha trajetória como pesquisador. É possível que alguns posicionamentos teóricos apresentados nos primeiros capítulos não sejam exatamente parte do meu entendimento atual sobre infância, parentalidade, família e desenvolvimento humano. Apesar disso, decidi manter, pois revelam uma trajetória de produção e pesquisa que fez parte do produto aqui entregue.

Início trazendo uma **Introdução** que, ainda que breve, situa o objeto de pesquisa, sua justificativa e seus objetivos. Aqui, demonstro a estatística que revela os interesses das famílias postulantes por adoção e as problemáticas sociais criadas em torno da adoção de crianças que não compreendem ao perfil de preferência.

O segundo capítulo, intitulado “**Adoção Tardia: uma Revisão de Literatura das Produções Científicas entre 1980 e 2019**”, apresenta uma revisão de literatura extensa sobre o tema “adoção tardia”. Esse capítulo foi o mais trabalhoso e foi incentivado pela disciplina de Metodologia de Pesquisa. Teve como base estudos sobre o tema publicados a partir da década de 1980 no Brasil e no mundo.

No terceiro capítulo, “**Parentalidade e adoção**”, apresento uma discussão teórica acerca das relações de parentalidade (maternidade e paternidade) e filiação. Busco debater como esses vínculos são construídos e quais as nuances existentes quando se trata de relações constituídas por adoção.

Assumindo esta como uma pesquisa no campo da psicologia do desenvolvimento humano, no quarto capítulo, intitulado “**Definindo Desenvolvimento Humano Através da Perspectiva Bioecológica**”, apresento a bioecologia do desenvolvimento humano e suas propostas. Destaco o debate sobre desenvolvimento ser um processo recorrente, não se resumindo ao resultado da influência de variáveis internas e externas. Nessa perspectiva, é fundamental situar o desenvolvimento humano também como componente de novos desfechos desenvolvimentais.

No quinto capítulo, “**Narrativa, Identidade e Desenvolvimento Humano**”, retomo conceitos da perspectiva narrativista em psicologia e sua contribuição para o estudo da construção da identidade. Apresento também bases que permitem relacionar a construção narrativa da identidade a um processo coletivo, compartilhado, permitindo análises que extrapolam o indivíduo.

O sexto capítulo inclui o **Método** adotado para a realização desta pesquisa. Apresento elementos referentes ao contexto de estudo, participantes, instrumentos, análise e aspectos éticos.

O sétimo capítulo reconstrói as narrativas de duas famílias e apresenta a **Análise dos Casos** de modo detalhado. Aqui, busca-se não apenas descrever o resultado das entrevistas individuais e coletivas, mas expor debates que delas emergiram em torno do objeto de estudo.

Após a análise, optou-se por adicionar um capítulo final de discussão, intitulado “**Identidade de Família por Adoção: uma perspectiva desenvolvimental sobre o conjunto familiar**”. O objetivo deste é propor discussões teóricas pautadas nos referenciais apresentados anteriormente e nas interpretações que foram construídas a partir do processo de análise. Busco propor e/ou enriquecer três conceitos referentes ao estudo com famílias e adoção tardia: a concepção de família como unidade ou contexto; a perspectiva desenvolvimental sobre o grupo familiar; e a identidade de família constituída por adoção.

Nas **Considerações Finais**, situo uma problemática ainda maior que a sociedade brasileira enfrenta quando se fala de famílias que fogem ao perfil cisheteronormativo e

consanguíneo de composição. Retomo os objetivos deste estudo e apresento algumas implicações teóricas e metodológicas que podem embasar pesquisas posteriores da minha parte ou por outros profissionais interessados.

Espero que o conteúdo aqui apresentado seja coerente com a proposta inicial, bem como minha trajetória como pesquisador e professor. Torço para que, futuramente, possa ser lido por estudantes e profissionais do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA). Para além de conclusões, deixo em aberto algumas proposições que emergiram da pesquisa e não puderam ser concluídas no tempo e objetivos acordados por um Programa de Pós-graduação, mas que revelam a riqueza de um campo pautado na realidade de muitas famílias e trabalhadores a quem nós, psicólogos, pesquisadores e professores devemos contribuição.

## 1 Introdução

### 1.1 “Família” e a impossibilidade de uma definição estanque

“Nada parece mais natural que a família”. O trecho escrito por Bourdieu (1996, p. 126) emerge como conclusão à reflexão sobre a dificuldade em definir o conceito de família, mesmo quando lançadas as lentes de especialistas. Segundo o autor, isso tem como reflexo os processos de socialização que, no ocidente, embebe os sujeitos de uma relação com o objeto família como prática não questionável, dentre outras razões, pela vivência familiar sendo seio do princípio da construção social humana. Nesse cenário, o conceito de família é enraizado no senso comum, que não se preocupa em defini-lo com precisão, mas experienciá-lo e significá-lo como uma realidade social dada, quase universalmente aceita (Bourdieu, 1996).

Embora não apresente como a correta, Bourdieu (1996) aborda que a definição dominante de *família normal* inclui aspectos mais ou menos acatados em nossa sociedade: a coabitação e o parentesco consanguíneo (ou não consanguíneo, em caso excepcional). O autor aponta que, nas ciências sociais, algumas características foram historicamente elencadas para definir os grupos familiares: a existência de um movimento antropomórfico que faz-se considerar as ações da família como um conjunto que extrapola os comportamentos individuais; a idealização do seu interior como um sagrado apartado e puro em relação aos contrastes do mundo exterior, além da garantia do espaço privado (inclusive em relação ao Estado); e a estabilidade, representada pela residência como símbolo de perpetuação (e, em determinados casos, de progresso).

Seguindo essa premissa, *família* é compreendida frequentemente, no campo das ciências sociais, como a "estrutura básica social" (Noronha & Parron, 2012). Nas ciências do desenvolvimento humano, é comum associar a família a um contexto primário de socialização, cujas experiências vivenciadas pelos indivíduos - ainda que ocorridas no início da vida - aplicam impacto desenvolvimental a longo prazo. O papel da família, desse modo, transita entre algoz e benfeitor, ora sendo fator de risco, ora fator protetivo.

Perspectivas recentes, a exemplo da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, buscam delinear a família como contexto desenvolvimental, por não apenas estar em contato direto com o indivíduo por longos períodos de tempo e desde o princípio de sua vida social, mas também por agregar “outros significativos” (Eriksson, Ghazinour, & Hammarström, 2018). Estes seriam conjuntos de símbolos e pessoas cuja referência

lhe concedem potencial para gerar impacto expressivo no desenvolvimento dos sujeitos que com eles interagem.

Entretanto, um hiato na psicologia do desenvolvimento clássica que parece se reproduzir nas pesquisas contemporâneas, quando se aborda a família como cenário desenvolvimental é a definição de um conceito preciso que abarque sua complexidade.

Trost (1988, 1990), em vias de simplificar o conceito de família em busca de um consenso, determina que este seja analisado diante da presença de três unidades básicas: a relação marital, a coabitação e a presença da díade pais-filhos. Embora não delinear precisamente as variações de cada unidade mencionada, o autor cai em uma armadilha que não compreende a relativização antropológica e histórica que delinea a multiplicidade das configurações familiares.

Por outro lado, Trost (1990) demonstra que a identidade dos indivíduos é, se não dependente, fortemente conectada com sua percepção como membro de uma família. Daí a importância da definição desse conceito, bem como a compreensão deste não apenas em caráter científico, mas como socialmente se estabelece. Na pesquisa mencionada, o autor identifica que além dos discursos explícitos dos códigos legais e sociais, os indivíduos variam sua concepção de família entre si e, também, intrapsicologicamente, diante da alternância de situações (Trost, 1990). Entretanto, a realidade retratada no estudo (composta por cidadãos e cidadãs suecos) não destoa muito da apresentação de Bourdieu (1996), pois perduraram a consanguinidade, o matrimônio heterossexual e a nuclearidade como as bases definidoras do conceito de família, ainda que alguns participantes tenham extrapolado essas fronteiras.

Apesar da importância de estudos como esse, confiantes na introspecção ou outros métodos de compreensão da realidade individual ou coletiva sobre família, aspectos mais formais precisam ser levados em consideração quando se busca compreender as diversas “experiências de família”. Isso porque tais experiências se pautam com frequência em limitações regimentais que determinam socialmente as famílias que existem ou não existem, para além da interpretação daqueles que as vivem.

Nesse sentido, juridicamente a família tem sua função definida por determinantes legais, que compreendem sua fundamentação conforme vieses ideológicos que regem o Estado. No Brasil, um marco da definição de família encontra-se no Código Civil de 1916, o qual conferia o “status familiar” às pessoas heterossexuais que se unissem por matrimônio. Nesse cenário e nos anos subsequentes, a suposta inviolabilidade do

rompimento dos vínculos familiares reverberou em impeditivos legais ao divórcio (Noronha & Parron, 2012), além de formas políticas de controle social sobre a validação de outras formas de configuração familiar.

Nesse cenário, a grande mudança se estabelece com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante o direito ao divórcio, estabelece a igualdade legal entre homens e mulheres, reconhece as famílias monoparentais, equipara a união estável ao casamento formal e estende os direitos familiares aos filhos provenientes biologicamente ou por adoção.

Assim, ao menos no quesito legal, proposto pela Constituição Federal de 1998 e ratificado pelo Código Civil de 2002, Madaleno (2015, p. 56) avalia que o conceito de família no regime jurídico brasileiro vigente considera essa entidade a partir de uma visão pluralizada, democrática, igualitária substancialmente, hétero ou homoparental, biológica ou socioafetiva, com unidade socioafetiva e caráter instrumental. Essa última característica engloba o viés da responsabilidade e da afetividade dentre os integrantes de uma família, visando à proteção e redução de prejuízo destes.

Nesse ponto, há uma convergência entre a perspectiva jurídica e as ciências do desenvolvimento humano. Permeia um consenso na área sobre a necessidade de compreensão da família como um fator de proteção, além de promotor do desenvolvimento. Essas qualidades são atenuadas diante de desequilíbrios demarcados por condições comportamentais psicopatológicas ou sociais que a tornam fator de risco e evidenciam a demanda de intervenção. Reflete-se, com isso, se a busca por uma definição do conceito de família e suas propriedades, em um cenário cuja sua validação perpassa pelo crivo do Estado (nem sempre adepto à laicidade e ao respeito que o tema exige), operaria como ferramenta de controle ou de emancipação.

Ciente da problemática e assumindo a responsabilidade pelas menções a *familia* e *famílias* ao longo deste estudo, arrisco apontar algumas características que julgo imprescindíveis na definição desse objeto. Entende-se, aqui, família como: determinado grupo tomado como referência, composto minimamente por uma díade, marcado por algum nível de vínculo de responsabilidade entre os membros, em uma rede de relações que envolve afetos positivos ou negativos, e ratificado por uma afirmação social (que pode ou não ser jurídica) reconhecida pelos seus membros que o valide como tal, ainda que essa afirmação não seja culturalmente dominante. Não há uma configuração pré-

definida que caracterize um grupo como família, nem uma composição estática, um resultado final ou um caminho único para sua constituição.

Apesar da definição apresentada, o objetivo desta pesquisa não reside na busca por um consenso absoluto no que concerne ao conceito de família. Minha intenção consiste em estabelecer uma definição que sirva como alicerce para as análises que se desdobrarão no decorrer deste estudo.

Ademais, a despeito dos avanços teóricos, legais e políticos que ampliaram as definições e reconheceram as particularidades das diversas modalidades de experiências familiares, persistem fenômenos que desafiam o reconhecimento social dessa instituição e que colocam em xeque os critérios de "família legítima". Esses fenômenos frequentemente questionam os pilares tradicionalmente associados à família, tais como a consanguinidade, a heterossexualidade, a hierarquia patriarcal e o reconhecimento jurídico. Refere-se às experiências de famílias monoparentais, multiparentais, formadas por laços afetivos e não biológicos, constituídas por e com pessoas LGBTQIAPN+, não centradas nas relações afetivo-sexuais, dentre milhares de outras que possam ser descritas e que tomam corpo na realidade social brasileira e afora.

É relevante destacar que essas experiências sempre estiveram presentes na história das famílias em todo o mundo. No entanto, a contemporaneidade das problemáticas diante da sua existência se evidencia nas atuais discussões políticas e manifestações de preconceito que se expressam abertamente ou de modo implícito.

Um exemplo notório de experiência de família embora histórica, também contemporaneamente contra-hegemônica, engloba aquelas constituídas por adoção, fruto de interesse desta pesquisa. Em algumas circunstâncias, a adoção é vista como uma afronta à noção tradicional de transmissão genética e à construção natural da família. Tal percepção abre espaço para interpretações preconceituosas e para a desvalorização, tornando-se um dos desafios significativos que rebatem na garantia de direitos básicos, da parte dos pais e mães, bem como dos filhos e filhas, além da garantia básica de existência, por parte do grupo familiar.

## **1.2 Adoção e família no Brasil**

A adoção é uma prática que envolve a relação de filiação e parentalidade para além das delimitações biológicas. Registros históricos e literários demonstram que a adoção faz parte da trajetória humana, sendo diretamente influenciada pelos padrões



culturais das sociedades (Pereira, 2019). No Brasil, as relações de apadrinhamento e outras formas de criação de filhos não reconhecidos legalmente ocorre desde o período colonial. Entretanto, essa prática só é reconhecida dentro do ordenamento jurídico com a promulgação do Código Civil Brasileiro de 1916 (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

A despeito do reconhecimento jurídico no Brasil, a princípio, as relações promovidas pela adoção não possuíam o mesmo status daquelas biológicas, entendidas como naturais e, portanto, legítimas. A trajetória legal da adoção no Brasil apresenta uma série de indícios do escanteamento desta como estratégia válida de composição familiar. Mesmo quando, em 1957, a Lei Nº 3.133/57 quebrou a limitação imposta pelo Código Civil de 1916 (Lei Nº 3071/16) e permitiu que casais (heterossexuais) com filhos pudessem adotar, aqueles provenientes da adoção não gozariam dos mesmos direitos dos filhos biológicos (frequentemente nomeados “legítimos”). Além disso, a fragilidade do regime de adoção apresentado pelo Código Civil de 1916 se mantém nessa e em leis posteriores, que tornavam possível sua revogação.

Pereira (2019) e Costa e Rossetti-Ferreira (2007) apontam a distinção entre adoção simples e adoção plena, existente no Brasil até 1990. A primeira, voltada àqueles considerados “menores em situação irregular”, com idade superior a 7 anos, não outorgava direitos completos de filiação, além de ter caráter revogável. Tal distinção foi abolida a partir de um cenário jurídico de tratativas internacionais e mobilizações nacionais que culminaram na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Maux e Dutra (2010) alegam que, apesar de terem trazido avanços na perspectiva das crianças e adolescentes adotados, garantindo-lhes direitos irrevogáveis de filiação não distintos de eventual prole biológica, tanto o ECA quanto a Lei da Adoção de 2009 (Lei nº 12.010/2009) seguem valorizando a consanguinidade em detrimento de outras formas de solidariedade familiar. A prova disso seria a priorização da inserção de crianças e adolescentes disponíveis para adoção em sua família extensa, caso haja interesse e disponibilidade. Por família extensa ou ampliada entende-se “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (Lei Nº 12.010/2009, art. 25, parágrafo único). Segundo essa legislação, a adoção seria sempre uma medida excepcional, estando esgotadas as tentativas de manutenção da criança no contexto familiar nuclear ou ampliado. Tal posicionamento é reforçado na Lei

Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, que veio a complementar as anteriormente mencionadas e detalha a prioridade da família extensa em recepção de guarda ou adoção mesmo em casos de entrega legal por mãe ou gestante.

No ordenamento social acerca da adoção, marcado no Brasil pela promulgação do ECA, houve uma defesa acadêmica e de profissionais atuantes nas políticas de adoção, para que esse processo fosse compreendido a partir de uma lógica centrada na criança, e não nos interesses dos postulantes. Assim, estimula-se a propagação de uma cultura de busca de uma família para uma criança, não de uma criança para uma família (Weber, 2001). Tal posicionamento caracteriza a chamada “adoção moderna”, em contraponto à “adoção clássica”, que priorizava a realização dos interesses das famílias cuja solução envolvia o acolhimento de uma criança entregue a esse fim. Em tese, a cultura da adoção vigente se estabeleceu perante a superação de uma concepção clássica (marcada pela satisfação dos interesses de pretendentes à adoção) em detrimento da propagação de uma noção moderna da adoção (marcada pelo melhor interesse da criança).

Segundo Nakamura (2019), essa reversão lógica implica na mudança de posição da criança perante a adoção. Se, em um ideário clássico, a criança era tratada como objeto a ser extraída de um espaço anterior e inserida em uma família substituta, no paradigma moderno, ela representa o principal sujeito do processo adotivo. Assim, as deliberações do ECA reverberadas em normativas consequentes caracterizam a criança como detentora dos direitos à convivência familiar e comunitária, sendo estes orientadores de toda sua trajetória no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), incluindo a ocasião da adoção.

Apesar da busca desse novo paradigma, não é possível afirmar com precisão que a proposta da adoção moderna orienta toda a prática social que engloba os processos adotivos no Brasil. Estudos sobre motivações de adotantes perante a adoção auxiliam essa compreensão. São exemplos de práticas fortemente pautadas na ideia de adoção clássica que ainda são identificadas no cenário brasileiro e mundial: interesses e adoções motivados por esterilidade (Souza, Cenci, Luz & Patias, 2017), complementação de uma família entendida como deficitária com base em critérios precisos de escolha (Gibby & Thomas, 2019), combate à solidão e possibilidade de proporcionar companhia à família substituta, substituição de filhos falecidos, praticidade, auxílio nos trabalhos domésticos e garantia de companhia aos filhos biológicos (Weber, 2001; Gondim *et al.*, 2008).

É relevante destacar, nesse contexto, que a concepção arraigada da família real como uma unidade formada por laços consanguíneos supostamente estaria alinhada com as visões clássicas sobre adoção. Conforme apontado, essas visões acabam por situar o melhor interesse e o “poder” da família substituta como impositivo perante a criança adotada. Entretanto, diante de um cenário de desvalorização da adoção como forma possível de conceber famílias reais, mesmo no cenário clássico, essas famílias continuam a ser estigmatizadas socialmente, o que por vezes as leva a evitar discutir o tema da "adoção" internamente, criando uma tensão latente e um segredo negador às crianças.

Solon (2009) argumenta que as pesquisas referentes à privação materna que ganharam ênfase nos períodos de guerra, protagonizadas principalmente por Bowlby e Spitz, acabaram supervalorizando os primeiros meses de vida como definidores de desfechos desenvolvimentais positivos ou negativos. Nesse sentido, entendeu -se que, passando dessa fase, haveria algo de irrecuperável "ficando as crianças mais velhas destinadas à psicopatologia" (Solon, 2009, p. 25).

A autora afirma que a adoção é vista como menos relação familiar porque há uma expectativa social que resguarda na consanguinidade não apenas uma transmissão genética, mas uma transmissão identitária. Assim, os filhos adotivos jamais seriam tão associados aos pais pois nem as semelhanças subjetivas e comportamentais seriam transmissíveis.

De acordo com Rosseti-Ferreira (2009), um dos maiores motivadores para o tabu ao qual se atribui à adoção na sociedade – e que acaba se refletindo na produção científica – é sua associação a um passado sempre de sofrimento e rupturas. A noção de adoção como um parentesco excepcional, conforme apresentada por Bourdieu (1996), apresenta pistas sobre esse aspecto. Adoção seria, portanto, um último recurso dentre aqueles construídos socio-historicamente pela humanidade para se garantir o desenvolvimento das crianças, sempre dependentes de intervenção externa para sua sobrevivência.

Constata-se, portanto, a importância de se compreender os aspectos referentes à adoção de um ponto de vista não apenas psicológico, mas jurídico e, mais amplamente, social. Observa-se, entretanto, que os estudos sobre motivação para adoção com frequência são realizados diretamente com postulantes, ou com seus dados fornecidos por agências e tribunais. Weber (2001) ampliou essa discussão ao buscar conhecer opiniões advindas não só de pessoas interessadas em adoção, mas demais sujeitos que, de algum modo, têm posicionamentos sobre esse fenômeno. Entende-se, portanto, que a adoção é

um processo atravessado por condicionantes histórico-sociais que ultrapassam o conjunto de pessoas interessadas postulantes cadastradas nos sistemas de adoção.

Estereótipos e expectativas sobre a adoção são perpetuados nos discursos sociais sobre a infância, incluindo aqueles referentes ao ordenamento jurídico acerca desse público. Desse modo, para compreender se de fato a concepção de adoção moderna se perpetua para além dos limites dos operadores do Direito e demais trabalhadores dos espaços assistenciais voltados ao público infantil, é preciso investigar grupos sociais mais amplos.

Nesse contexto, é importante ressaltar a gradual democratização das discussões em torno da adoção, o que tem tornado esse tema mais acessível e tangível para a população em geral. Desde a regulamentação legal dessa prática, grupos de apoio à adoção têm desempenhado um papel significativo. Esses grupos podem ser implementados tanto pelas agências de adoção tradicionais - no caso do Brasil, ao invés destas a operacionalização das adoções ocorre por condução dos Tribunais de Justiça especializados (Finamori & Silva, 2019) - quanto por organizações não governamentais de natureza mais inclusiva. Essas iniciativas desempenham um papel crucial ao esclarecer dúvidas e desconstruir estereótipos associados à adoção (Weber, 2001), além de oferecerem apoio às famílias interessadas em adotar.

Ora, assumindo que a adoção é uma temática de ordem social atravessada por discursos socialmente construídos e propagados, que orientam práticas sociais e condutas de Estado, os esforços para a não naturalização desse tema devem ser constantes. Refletir sobre uma cultura da adoção envolve compreender sob quais bases as concepções de adoção se sustentam para, com isso, entender melhor seus efeitos e possíveis maneiras de aprimorar sua execução em prol do melhor benefício das crianças e adolescentes que dela necessitam.

Desse modo, debater uma cultura da adoção não deve se limitar a entender impactos da adoção na subjetividade das crianças que passam por esse processo (tema que figurou por anos nas pesquisas no campo), ou em suas famílias. É importante compreender a adoção como um fenômeno social e, partindo desse pressuposto, buscar interconexões entre essa dimensão macro e as instâncias micro, incluindo subjetividades e processos microgenéticos individuais.

Diante dessa problemática, é fundamental destacar que, apesar dos desafios e das diversas perspectivas sobre a adoção, há um consenso em torno da importância dessa

instituição como um meio fundamental para garantir os direitos das crianças e adolescentes, bem como para a formação de famílias possíveis (Vargas, 2008). A adoção continua a ser uma maneira valiosa de oferecer um contexto desenvolvimental favorável para crianças e adolescentes que, por alguma razão, foram afastados dos cuidados de suas famílias biológicas.

Entretanto, sua efetivação ocorre em um cenário de interrelações individuais/idiossincráticas, políticas, sociais, econômicas e jurídicas que complexificam o percurso de famílias que pretendem adotar e crianças e adolescentes que precisam (e, por que não?, pretendem ser adotadas). Idade, tempo de institucionalização, conhecimento sobre adoção, legislações, trabalho técnico, dentre outras variáveis implicam nessa equação.

Em busca de compreender como a academia vinha tratando esse tema, Valério (2013) realizou levantamento e categorização dos focos de pesquisa sobre adoção no Brasil. Segundo a autora, naquele período, as ênfases se alternavam entre: motivações para a parentalidade adotiva; construção da parentalidade adotiva e seus significados; adoção homoafetiva; mitos, preconceitos e segredo; e adoção tardia. Sobre este último, além da evidência sobre preconceitos referentes à adoção tardia, evidenciava-se a necessidade da exploração científica sobre a construção da parentalidade nesse contexto. Buscar-se-á, no tópico seguinte, introduzir de modo mais aprofundado como os fatores mencionados anteriormente delineiam a adoção tardia como um campo de interesse ao SGDCA e aos pesquisadores orientados em compreender a multiplicidade e as demandas atreladas aos modos possíveis de constituição de família por vias da adoção.

### **1.3 Institucionalização de crianças no Brasil e a problemática da adoção tardia**

De acordo com dados coletados no Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), em julho de 2019 havia um total de 38.715 crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil (<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>, recuperado em 21, julho, 2019). Analisando o perfil de sujeitos acolhidos, a idade merece destaque. Do total, apenas 5.176 encontram-se na faixa entre 0 e 2 anos. Isso significa que 33.539 estão na faixa que corresponde a crianças mais velhas e adolescentes, o que representa aproximadamente 86% da população aqui destacada.

Destaca-se que, na possibilidade de disponibilização para adoção, crianças mais velhas e adolescentes possuem menor probabilidade de serem adotadas. Esse fenômeno

coaduna com o perfil preferido pelas famílias habilitadas para adoção no Brasil, que se refere a crianças brancas, sem problemas de saúde, sem irmãos, e de preferência bebês (Jacinto, 2019). Essa dificuldade decorre também de estigmas e preconceitos dos pretendentes à adoção acerca dos fenômenos que envolvem esse processo, seja acerca dos impactos que a institucionalização prolongada pode gerar nas crianças e adolescentes, ou seja pelas supostas dificuldades de estabelecimento de vínculos conforme a idade desses avança.

Nesse sentido, considera-se aqui a paulatina democratização dos debates acerca da adoção, tornando o tema mais tangível e acessível à população geral. Grupos de apoio à adoção são mencionados desde a regulamentação legal dessa prática, podendo ser estratégias aplicadas pelas clássicas agências de adoção (no Brasil, trabalho conduzido pelos Tribunais de Justiça em varas especializadas) (Finamori & Silva, 2019) no intuito de auxiliar famílias pretendentes, ou por entidades não governamentais, de caráter mais aberto, dirimindo dúvidas e combatendo estereótipos sobre a prática da adoção (Weber, 1999).

A predominância de crianças maiores de 2 anos, e adolescentes no contexto da institucionalização no Brasil, impulsiona um fenômeno peculiar no cenário do direito civil: a adoção tardia. Esse termo, que também tem sido referido como “adoção necessária” ou “adoção de crianças maiores”, no cotidiano de trabalho na área, relaciona-se com o processo de inserção desse público destacado em famílias substitutas. Constatase, entretanto, que há a necessidade de aprofundamento acerca dos elementos que envolvem a adoção tardia, já que esta é perpassada pelos impasses comuns no processo de adoção como um todo – estigmas carregados pelos possíveis pais, etapas de tomada de decisão, dúvidas e preocupações sobre o desencadear do percurso adotivo, dentre outros – somado a indagações provenientes da condição peculiar de vivência de institucionalização prolongada ou tardia.

Embora seja um tema tratado com frequência no contexto de trabalho das instituições de acolhimento e nos dispositivos de justiça que o envolve, não há uma conceituação consensual acerca do que se considera adoção tardia. Para autoras como Vargas (1998) e Weber (2001), a adoção é considerada tardia quando ocorre a partir de uma idade na qual a criança não é mais considerada bebê: 2 a 3 anos em diante. Segundo as alegações, a partir desse período já há o desenvolvimento de certa autonomia e, nessa fase, a criança já possui uma melhor assimilação da realidade, podendo estabelecer

conexões conscientes sobre os eventos que a atravessam, incluindo a situação de institucionalização e suas causas. Isso ganha atenção dos postulantes à adoção, que por vezes esperam uma criança que inicie sua história junto à nova família sem grandes influências do seu passado.

Nesse enquadre, crianças acima de 3 anos e adolescentes de até 18 incompletos se classificariam igualmente como público para uma adoção tardia. Observa-se, entretanto, a necessidade de compreender as especificidades dos processos de adoção em diferentes casos, acrescentando especialmente uma visão acerca do período de institucionalização e seus efeitos e reverberações na inserção em famílias substitutas.

Por outro lado, Sasson e Suzuki (2012) apresentaram a concepção de adoção tardia proveniente de profissionais que atuam na política de adoção. O estudo permitiu observar que, na visão de profissionais da área, no estado investigado, adoção tardia se configura a partir dos obstáculos que emergem para a sua efetivação. Assim, crianças mais velhas e adolescentes estariam enquadradas nesse público, já que extrapolam o perfil preferido pelas famílias postulantes à adoção.

Entende-se, portanto, que a definição de adoção tardia tem sido definida a partir de dois polos: centrando-se na criança e nos seus processos desenvolvimentais; ou centrando-se nas dificuldades do sistema (envolvendo aí os critérios abarcados pelas famílias habilitadas no cadastro) em inserir essas crianças em famílias substitutas.

Destaca-se que as crianças em situação de acolhimento institucional podem ter chegado à idade que as enquadrem no quesito da adoção tardia por terem ingressado ainda bebês nas instituições e, por diversos motivos, não terem sido adotadas no início de suas vidas. Outra situação possível é a institucionalização e destituição do poder familiar de crianças e adolescentes já em idade avançada, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990) não discrimina a idade ao prever a institucionalização. Assim, havendo violação grave de direitos, a institucionalização pode ser efetivada independentemente da idade da criança ou adolescente. Ambas as situações trazem implicações a serem consideradas. A primeira eleva o debate sobre os longos períodos de institucionalização e seus possíveis efeitos no desenvolvimento. A segunda situação apresenta uma questão peculiar, considerando o fato de que crianças e adolescentes institucionalizados em idade avançada possuem maior compreensão acerca da sua história e dos fenômenos que motivaram a institucionalização. Assim, reforça-se mitos sobre uma maior dificuldade de inserção desses sujeitos em um

novo contexto familiar, já que muitas famílias na espera da adoção acreditam que quando as crianças conhecem suas histórias os possíveis traumas se intensificam, com eventuais prejuízos na construção de novos vínculos.

Pensando em questões como essas, a maior parte dos estudos sobre adoção tardia se refere à formação de vínculos, processos de apego e adaptação (Bento, 2008; Gleitman, & Savaya, 2011; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009, 2013; Pace, & Zavattini, 2011; Pace, 2014; Pace, Di Folco, Guerriero, Santona, & Terrone, 2015; Pace, Santona, Zavattini, & Di Folco, 2015). Ganham destaques aqueles relacionados à filiação e à parentalidade. Busca-se, com isso, apontar como as identificações dos sujeitos, enquanto pais ou enquanto filhos, se estabelecem.

Em relação à filiação, em estudo longitudinal e comparativo sobre apego no processo de adoção, Pace e Zavattini (2011) constataram que o índice de apego seguro inicialmente era menor em díades mãe-crianças adotivas do que nas mães biológicas. Entretanto, ao passar do tempo, esse índice se equivalia nas amostras, demonstrando que a relação de convivência e proximidade, quando elaborada com qualidade, poderia promover efeitos que garantissem uma boa relação de apego. Esse estudo coaduna com os achados de Gleitman e Savaya (2011) que, ao estudarem adolescentes adotados que passaram por situações estressoras no início de suas vidas, chegaram à conclusão de que o tempo de permanência e as relações estabelecidas com a família adotiva podem reverter possíveis efeitos negativos da institucionalização, bem como de traumas vivenciados antes da adoção.

Alvarenga e Bittencourt (2013) destacam que o processo de filiação ocorre com requintes desafiadores. A criança adotada tardiamente transita entre a própria história e a identidade que se forma no novo contexto, o que pode vir acompanhado de atitudes de rejeição e insubordinação. Do outro lado, o papel dos pais mostra-se fundamental, na medida em que se espera que ocorra acolhimento e compreensão por parte deles, entendendo as nuances do processo que se estabelece.

A parentalidade, por sua vez, ora tem sido estudada a partir da formação da identidade de pai ou de mãe, bem como os mecanismos subjetivos regulatórios envolvidos no processo (Ebrahin, 2001a; Bicca & Grzybowski, 2014; Pace, Zavattini, & D'Alessio, 2012), ora se volta às novas configurações a partir das quais se expressa (Futino, & Martins, 2006; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013).



A literatura acessada demonstra, entretanto, que os aspectos inter-relacionais entre pais e filhos, bem como o processo de formação da família e construções subjetivas que são elaboradas conjuntamente por esse grupo a partir da adoção tardia têm sido pouco explorados. Nesse cenário, emergiu a seguinte questão de pesquisa: Como opera o fenômeno de construção da identidade familiar em famílias que passaram pelo processo de adoção tardia, considerando as dinâmicas ocorridas na família, considerando as relações entre parentalidade e filiação emergentes nesse contexto? Assim, pretende-se analisar as narrativas de famílias que se formaram a partir do processo de adoção tardia, identificando tensionamentos e construções que emergiram nesse processo.

## **1.4 Objetivos**

### ***1.4.1 Objetivo Geral***

Compreender as interrelações estabelecidas entre parentalidade e filiação que emergem através do processo de adoção tardia, apreendendo as narrativas individuais ou elaboradas coletivamente pelas famílias, de modo a elucidar a dinâmica de construção da identidade de família constituída por adoção.

### ***1.2.2 Objetivos Específicos***

- Analisar a dinâmica familiar sob uma ótica desenvolvimental, identificando as mudanças individuais ou compartilhadas pelos membros durante o processo de adoção tardia;
- Investigar a formação das identidades parentais adotivas e de filiação, examinando suas manifestações individuais e compartilhadas;
- Explorar e descrever o processo de dualidade da família como uma unidade ou contexto de desenvolvimento;
- Examinar as interações entre afetividade, agência (capacidade de ação) e discurso/prática jurídica na construção da identidade da família adotiva constituída por adoção tardia;

## **2 Adoção Tardia: uma Revisão de Literatura das Produções Científicas entre 1980 e 2019**

Para delinear o campo de estudo sobre adoção tardia, foi realizada uma revisão de literatura narrativa realizada no Google Acadêmico, considerando que essa plataforma inclui os principais indexadores nacionais e internacionais. Utilizou-se descritores em inglês e português, para contemplar as principais formas de abordagem do tema: adoção tardia, *late adoption*, adoção de crianças maiores, e *older child adoption*. Foram selecionadas publicações em português, inglês, espanhol e francês, sem delimitação de nacionalidade. Além do período de publicação (entre 1980 e 2019), foram adotados os seguintes critérios de inclusão: tematizar a adoção tardia, ter disponível em versão completa, e estar em formato de artigo científico. Foram priorizados textos que partissem de trabalhos empíricos, mas também foram selecionadas revisões bibliográficas e estudos teóricos que pudessem auxiliar na compreensão do fenômeno da adoção tardia.

Para compor o procedimento de análise, foi realizada a partir da leitura dos resumos, de onde foram extraídas informações como: ano de publicação, país de publicação e autoria, objetivos do estudo, delineamento metodológico e principais resultados encontrados (quando cabível). Na hipótese de tais informações não se encontrarem no resumo do trabalho, foi realizada a leitura integral do conteúdo. Esses itens compuseram uma planilha do Excel que permitiu vislumbrar o panorama da produção científica sobre adoção tardia no cenário internacional no período estipulado.

Buscou-se compreender como a adoção tardia tem sido retratada no cenário acadêmico nas últimas quatro décadas. Essas informações também foram demandadas para elencar as principais descobertas sobre o impacto da institucionalização no desenvolvimento infantil e quais as relações entre essa experiência e a transição incitada pela inserção em família substituta.

Foram localizados 67 artigos relacionados ao tema proposto. Destes, 25 da década 2010-2019; 16 da década 2000-2009; 18 da década 1990-1999; e 8 da década 1980-1989. Observa-se um aumento de produções sobre adoção tardia, porém o baixo número de trabalhos localizados nas primeiras décadas pesquisadas pode ser devido à pequena disponibilização em plataformas virtuais dos trabalhos da época.

## 2.1 Década de 1980-1989

A escolha da década de 1980 para iniciar esta revisão parte não apenas da disponibilidade de material em meio digital acerca da adoção tardia como tema de investigação no campo científico. Em décadas anteriores, foram aprovados relevantes marcos orientadores para a consolidação da abordagem dos Estados sobre as infâncias e adolescências pautado em uma postura de garantia de direitos. Destacam-se, neste campo, a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1959), e a Convenção dos Direitos da Criança (United Nations General Assembly, 1989)

Apesar de signatário dos documentos mencionados, o Brasil carregou uma desvantagem no princípio da consolidação das metas firmadas. Sob a égide do regime ditatorial militar, as práticas repressivas sobre a infância – em especial, a pobre – tomaram corpo. Nos anos finais da ditadura, em 1979 aprovou-se uma atualização ao Código de Menores inicialmente sancionado em 1927 (Lei No. 6.697, de 10 de outubro de 1979), que trazia avanços, mas mantinha a distinção entre infâncias com base em critérios explícitos e implícitos relativos aos contextos de classe e raça dos quais estas advinham.

Desta forma, a década de 1980 revela um período em que o mundo buscava cumprir as metas assinadas nas convenções internacionais sobre Direitos Humanos e direitos da infância. As estratégias de institucionalização e inserção de crianças e adolescentes em famílias substitutas paulatinamente foram legisladas e o interesse científico sobre o tema se ampliou.

Apesar desse cenário, os estudos localizados foram hegemonicamente realizados em cenário norte-americano. Em sua maioria, adotaram metodologias quantitativas de estudo e assumiram como foco de análise aquela realidade social particular, possivelmente distinta do cenário brasileiro de menor desenvolvimento econômico e ainda pouca organização das políticas públicas relacionadas à adoção.

Para discutir os estudos localizados, foram elaboradas categorias construídas a partir da leitura atenta e integral dos artigos selecionados. Primeiro será apresentado o foco de análise dos estudos; a seguir, algumas assunções centrais acerca da adoção tardia identificados nos textos; logo após, serão expressos alguns temas em destaque encontrados nos estudos; e, por fim, soluções sugeridas para as dificuldades relacionadas à adoção com base nos trabalhos da época.

### 2.1.1 Foco de análise

Quanto ao foco dos estudos, observou-se uma variação que transita entre a família e o a criança adotiva. A natureza dos objetivos de cada pesquisa delinea este foco. Há um balanceamento nas ênfases, demonstrando que as pesquisas sobre adoção tardia na década de 1980 identificavam a necessidade de compreender fenômenos relacionados a todos os envolvidos centrais no processo de adoção. Não há, entretanto, estudos que foquem instituições ou a família extensa, bem como outros microsistemas importantes para o desenvolvimento. O Quadro 1 demonstra o foco de análise de cada estudo encontrado nesse recorte temporal.

**Quadro 1 - Foco de análise dos estudos (1980-1989)**

Nº	Ano	Estudo	Autor(es)	Foco de análise
1	1983	Older Child Acoptions and Families' Participation in Post-placement Supports	Pinderhughes	Família
2	1984	Children's Understanding of Adoption	Brodzinsky, Singer & Braff	Criança
3	1985	Adoption through the eyes of adult adoptees	Kowal & Schilling	Criança
4	1986	Contributors to disruption and dissolution of older-child adoptions	Barth, Berry, Carson, Goodfield & Feinberg	Criança e família
5	1986	Special-needs adoption	Groze	Criança e Família
6	1987	Adjustment to adoption: A psychosocial perspective	Brodzinsky	Criança e Família
7	1988	Predictors of special needs adoption disruption: An exploratory study	Rosenthal, Schmidt & Conner	Criança e Família
8	1989	Behavior problems of children adopted when older	Berry & Barth	Criança

Fonte: Elaborado pelo autor

#### 2.1.1.1 Foco na criança

Nesse enfoque, a compreensão dos fenômenos que envolvem a adoção pautava-se em pesquisas centradas nos sujeitos adotados. Um terço dos artigos utilizaram essa estratégia, embora não tenha havido um padrão de abordagem, já que os autores apresentaram problemas de pesquisa bastante distintos.

Brodzinsky, Singer e Braff (1984), por exemplo, buscou compreender o entendimento das crianças sobre a adoção e sua reverberação nos desfechos adotivos. Participaram da pesquisa crianças adotivas e não-adotivas, não apresentando significativa distinção de conhecimento entre os grupos sobre adoção. O critério do avanço etário, entretanto, foi relacionado com o maior entendimento sobre o tema. Já Kowal e Schilling (1985) realizaram pesquisa não com crianças, mas com adultos que passaram por processo adotivo, resgatando sua perspectiva e os desfechos desenvolvimentais. Os autores salientam a frequente inserção desses sujeitos em programas de saúde mental.

Por outro lado, a abordagem de Berry e Barth (1989) volta-se mais a aspectos problemáticos do desenvolvimento, como problemas comportamentais e de saúde mental, do que aos processos adaptativos. Os autores orientam-se a descrever os principais problemas comportamentais apresentados por crianças adotadas tardiamente e relacioná-los aos desfechos da adoção.

Tais estudos destacam-se pelo fato de buscarem compreender aspectos relacionados ao fenômeno da adoção centrando-se em características dos sujeitos que foram adotados. Concede-se, portanto, à criança ou adolescente adotivo a corresponsabilidade pelo sucesso ou fracasso da adoção, quase sempre partindo de características espontâneas e não eletivas, como experiências de vida, etapa desenvolvimental ou presença de problemas psíquicos ou comportamentais.

#### *2.1.1.2 Foco na família:*

O estudo de Pinderhughes (1983) foi conduzido com familiares que participavam de programas de acompanhamento pós-adoção tardia, buscando compreender suas motivações para tal participação. A autora observou que fenômenos como etnicidade, estado civil, existência de suporte familiar e percepções sobre os programas de acompanhamento foram influenciadores nas decisões dos familiares na participação.

A centralidade na compreensão da família como agente fundamental na adoção também se manifesta nos estudos de Brodzinsky (1987). Uma demarcação dessa perspectiva versa sobre a forma que os pais lidam com as diferenças entre eles e a criança adotiva. O autor demarca duas formas de enfrentamento: negando essa diferença (*rejection-of-difference*) ou reconhecendo as diferenças estabelecidas na família (*acknowledgment-of-difference*). Outra forma identificada pelo autor foi nomeada *insistence-of-difference*, na qual os pais reafirmam constantemente a diferença que os

filhos possuem de outras configurações familiares, acreditando que essa é uma postura de reconhecimento, mas tornando a diferença o principal foco. A forma como a família lida com as manifestações da criança adotada são entendidas como determinantes para o seu desenvolvimento.

Nos estudos analisados nesse recorte, não foi observada a preocupação com as configurações familiares – famílias monoparentais, aspectos relacionados ao tamanho da família, famílias homoafetivas, etc. Também não foram localizados estudos cujo foco são aspectos legais ou institucionais - como a avaliação de políticas públicas, o funcionamento das instituições de acolhimento ou o exercício profissional nesse contexto, por exemplo.

#### *2.1.1.3 Foco na díade ou relações interpessoais entre criança e família*

Há estudos que balancearam equitativamente o foco de análise, analisando as relações entre as famílias e as crianças adotivas no cenário da adoção. Nesse sentido, Barth *et al.* (1986) buscaram compreender as implicações das características da família aos desfechos das adoções. Nessa esfera, identificaram como fatores de risco à adoção: grande rigidez de papéis intrafamiliares; treinamento insuficiente; pouco conhecimento sobre a criança a ser adotada; grande quantidade de estressores e poucos recursos para lidar com essas situações. Por outro lado, a alta taxa de aceitação das respostas emocionais advindas das crianças adotivas, e maiores índices de paciência foram os principais critérios relacionados ao sucesso na adoção.

Ainda Barth *et al.* (1986) contrapuseram essas características com aspectos relacionados às próprias crianças adotadas, como idade; problemas de comportamento; múltiplas inserções em famílias e instituições; e existência de grupos de irmãos. Todos esses fenômenos dificultam o sucesso do processo adotivo. Os autores mencionam uma relação entre a história negativa que ocasionou a institucionalização e possíveis dificuldades no estabelecimento de apego.

Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) também buscaram avaliar aspectos relacionados às crianças adotivas, no que nomeia *special-needs adoptions*. Em contraponto, investiga aspectos relacionados aos familiares postulantes à adoção. A idade dos familiares, por exemplo, foi relacionada com as taxas de sucesso para adoção. De acordo com os autores, pais mais novos possuem mais altas taxas de insucesso para adoção. De todos os estudos localizados nesse recorte, apenas Rosenthal, Schmidt e

Conner (1988) apresentam discussões, ainda que breves, sobre o critério étnico-racial no contexto de adoção. De acordo com os autores, famílias que pertenciam a grupos étnicos considerados minorias vivenciaram menos experiências de insucesso do que as famílias brancas nos Estados Unidos. Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) apresentam questões demográficas e da organização familiar como relacionadas ao desfecho (por exemplo, a qualidade do relacionamento conjugal ou a capacidade de lidar com comportamentos conflitantes). Sobrepõe, portanto, questões inerentes às crianças adotivas e questões de cunho familiar para observar as possibilidades de sucesso ou fracasso na adoção.

Assim como Rosenthal, Schmidt e Conner (1988), Groze (1986) sustenta-se na noção de *special-needs adoptions*. Assumindo maior complexidade nesse tipo de adoção, o autor reflete sobre como aspectos relacionados à família podem se relacionar com o desfecho dos processos adotivos. Ressalta que, embora as características da família devam ser levadas em consideração para o cuidado sobre a colocação específica da criança com necessidades especiais, essas características não devem ser deterministas na decisão sobre a decisão de autorização da adoção.

### **2.1.2 Temas em destaque**

Alguns temas complementares presentes nos estudos localizados foram destacados, pela relevância ou alta predominância. Tais temas demonstram as considerações dos autores sobre o fenômeno da adoção tardia, demarcando questões importantes para o debate em cada trabalho e revelando uma tendência de época. Para o recorte da década de 1980, os temas destacados foram: vínculo e apego; desenvolvimento cognitivo e adaptação à adoção; e problemas de comportamento.

#### **2.1.2.1 Vínculo e apego**

O vínculo estabelecido entre crianças e famílias foi tema central no estudo de Pinderhughes (1983). O autor associa a vinculação com as taxas de sucesso do processo adotivo, suplantando mesmo os traumas, fatores apontados pela autora como obstáculos para a efetividade da adoção.

Brodzinsky (1987), por sua vez, salienta as reverberações do rompimento relacional entre as crianças e seus cuidadores iniciais. A transição para a parentalidade é um elemento central nesse estudo. Para o autor, essa transição apresenta dificuldades particulares para os pais adotivos, como o estigma social envolvendo adoção, a não

adequação dos adotantes aos papéis tradicionais de relação familiar, a distinção do tempo entre gestação e adoção, a autoaceitação que pode interferir na relação estabelecida com a criança (destaque para os casos de infertilidade) e, por fim, a possibilidade de adoção tardia. Nesse último caso, além da redução do apoio para os pais, há dificuldades no apego por conta das constantes institucionalizações que podem ter ocorrido e traumas gerados nessa trajetória. É também Brodzinsky (1987) um pioneiro a propor que o incentivo de pais e professores à crença no potencial da criança adotiva tem impactos no desenvolvimento do seu *self*.

Apenas esses trabalhos deram ênfase ao processo de vinculação com devido aprofundamento teórico. Os demais parecem assumir tacitamente a relevância do estabelecimento do vínculo entre crianças e famílias adotivas, porém abordam esse tema de modo indireto.

#### *2.1.2.2 Desenvolvimento cognitivo e adaptação à adoção*

Baseado na teoria do apego de Bowlby (1990) e na psicologia do desenvolvimento de Erikson (1968), Brodzinsky (1987) estabelece uma conexão entre etapas do desenvolvimento humano e as reações da criança adotiva. O autor analisou a compreensão de crianças sobre o processo adotivo e suas possíveis reverberações no desfecho da adoção. Sugere então que, à medida em que a criança se desenvolve, podem surgir conflitos orientados pela compreensão que a criança estabelece sobre o processo adotivo. A criança mais velha (por volta de 6 a 8 anos), por exemplo, tende a “criar soluções” para os problemas que porventura teriam sido a base para a sua entrega para adoção, gerando constantemente ideias fantasiosas. Isso pode ser fonte de estresse e ressentimento com os familiares biológicos. Para o autor, até aquele momento não era claro o porquê de alguns adolescentes desenvolverem uma identidade bem adaptada, enquanto outros permanecem em padrões menos adaptados quanto à adoção (Brodzinsky, 1987).

Berry e Barth (1989) sinalizam um aspecto distinto, opondo-se em partes à ideia de Brodzinsky (1987). Para eles, crianças mais velhas não apresentam maiores dificuldades de adaptação à adoção, e sim desenvolvem estratégias para lidar com situações adversas diante das suas trajetórias pré-adoção. Entretanto, para Rosenthal, Schmidt e Conner (1988), os comportamentos das crianças mais velhas podem ser vistos como inesperados pelos familiares, reforçando a ideia inicialmente apresentada de que há uma relação entre desfechos desenvolvimentais e situações conflituosas na adoção.



Reforçando essa perspectiva, Groze (1986) relaciona as memórias e valores fixados pelas crianças mais velhas como dificultadores para o sucesso da adoção.

Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) observaram significativa relação entre problemas psicológicos e insucessos nas adoções, ao passo que não houve tal significância comprovada quando relacionada aos problemas físicos e neurológicos. Supõe-se, aqui, que problemas físicos e neurológicos problemas são mais evidentes e reconhecíveis antes da adoção ocorrer, funcionando como filtro e permitindo aos postulantes à adoção maior preparo ou mesmo desistência do processo.

### *2.1.2.3 Problemas de comportamento*

Alguns autores pontuaram a existência de problemas de comportamento relacionados a crianças adotadas. Nas adoções tardias, aponta-se a ampliação da ocorrência e intensidade desses comportamentos.

Berry e Barth (1989) realizaram estudo buscando correlacionar problemas de comportamento presentes nas crianças adotivas e seus impactos no desfecho da adoção. Os autores listaram: problemas de concentração, demanda de atenção, infantilização, impulsividade, teimosia, problemas escolares, problemas de temperamento e ausência do sentimento de culpa. Apontam ainda sinais de agressividade, delinquência, compulsividade, hiperatividade, depressão, abandono escolar, dentre outros. No estudo, os autores apresentam a correlação estatística entre cada problema apontado e os índices de ocorrência em adoções bem-sucedidas e malsucedidas.

Como visto, de acordo com Groze (1986), a adoção de crianças maiores tem como característica o indivíduo com memórias, valores e comportamentos pré-definidos, diferente da adoção de bebês, cujas funções cognitivas ainda não foram bem estabelecidas. Demonstra, com isso, uma visão determinista sobre fenômenos centrados na criança, ignorando as relações que se estabelecerão a partir da inserção na nova família.

A ideia de que as crianças mais velhas apresentarão comportamentos inadequados, motivando dificuldades que interfiram negativamente na trajetória da família após a adoção é presente nos estudos da época.

### 2.1.3 Assunções centrais

#### 2.1.3.1 Há diferença entre adoção tardia e adoção de bebês

Analisando os trabalhos deste período, foi possível compreender algumas impressões do meio acadêmico sobre o processo de adoção tardia. A primeira constatação é: *já se compreendia a adoção tardia como um fenômeno distinto da adoção de bebês.*

Nesse recorte, a condição de criança mais velha ou adolescente era apresentada como dificultosa para a efetivação da adoção bem-sucedida. Essa afirmação se baseou principalmente em índices estatísticos coletados nas agências estadunidenses, sempre revelando maiores taxas de insucesso na adoção tardia do que na comum (Brodzinsky, 1984, 1987; Barth, Berry, Carson, Goodfield & Feinberg, 1986, Groze, 1986; Rosenthal, Schmidt & Conner, 1988).

Alguns estudos voltaram-se a identificar quais os fatores são imbrincados no aspecto etário a ponto de impulsionar os índices de insucesso em adoções tardias. Berry e Barth (1989, p. 222) afirmaram que, enquanto na adoção de bebês, o percurso familiar segue com menos intercorrências, a adoção de crianças mais velhas exige “maior energia e paciência das famílias”. Questões relacionadas à trajetória anterior à adoção foram apontadas. Para Pinderhughes (1983), os traumas passados por crianças mais velhas são geradores dessas intercorrências.

Corroborando esse posicionamento, Groze (1986, p. 363) e Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) adotam o termo “*special-needs adoption*” para indicar tipos de adoção cujas características divergem das adoções “comuns”. Incluem nesse grupo: crianças mais velhas, com distúrbios emocionais, deficientes físicos e mentais, com herança racial mixada e grupos de irmãos. Percebe-se, então, um resquício da compreensão da adoção como um fenômeno patológico, especialmente quando envolvem crianças fora dos padrões hegemônicos.

Embora não se enquadre exatamente na definição desses autores, observa-se que o termo “adoção especial” ou “adoção de crianças com necessidades especiais” segue em uso em ambientes profissionais e acadêmicos. Sua utilização busca nomear processos adotivos destoantes das adoções de bebês sem condições de saúde ou sociais que dificultem sua aceitação pelas famílias postulantes.

O fato é que os estudos identificados atestam diferenças entre adoções ocorridas precocemente e aquelas consideradas tardias. Considera-se que essas diferenças

interferem na experiência vivenciada por famílias e crianças adotadas e, ao longo das discussões, foram fortemente associadas ao desfecho do processo adotivo.

### 2.1.3.2 *Adoção pode ser um risco*

Embora perdesse a visão de que a adoção tardia seja um processo difícil e possivelmente estressor, por ocorrer em um momento posterior à primeira infância, Brodzinsky (1987) amplia essa concepção afirmando que a adoção é, por si só, potencialmente um evento traumático. Revisando artigos encontrados na época, o autor faz dura crítica sobre como são conduzidas as adoções. Ressalta a predominância de uma cultura que engloba os processos de adoção centrado nas necessidades das famílias, estando as crianças envolvidas – e seus pais biológicos – em segundo plano. Sem ligar diretamente esse processo aos resultados da adoção, o autor menciona a predominância de estudos em compreenderem crianças adotivas como mais suscetíveis a desenvolverem problemas emocionais e de ajustamento, dificuldade em estabelecer relações, comportamentos agressivos e má conduta na escola.

O autor desloca o debate à adoção e ao contexto no qual ela ocorre, sem priorizar as características etárias das crianças adotadas. Entretanto, suas conclusões reforçam a distinção entre crianças adotivas e não adotivas, estando o primeiro grupo em frequente desvantagem desenvolvimental. O maior período sem o contato com uma família – especialmente, a biológica – resultaria em maior risco ao desenvolvimento infantil.

Ainda segundo Brodzinsky (1987), os índices preocupantes sobre maus comportamentos e outros problemas relacionados às crianças adotivas são preponderantes nos anos medianos da infância e adolescência. Crianças maiores e adolescentes não adotivos apresentam distinção nesses índices em relação ao público adotivo de mesma faixa-etária. Nos bebês, não foi constatada diferença significativa.

Ademais, os riscos eminentes do processo de adoção foram retratados, nesse recorte, ao lado de fatores potencializadores, como: as trajetórias prévias à colocação em família substituta (Barth *et al.*, 1986); a qualidade dos serviços em que as crianças se encontravam antes da adoção (Rosenthal, Schmidt, Conner, 1988); fatores etários e desenvolvimentais (Brodzinsky, 1987); e problemas de comportamento e saúde mental (Berry & Barth, 1989).

Observou-se, com isso, uma centralidade no enfoque problemático relacionado à adoção. Quanto a essa questão, Kowal e Schilling (1985) sinalizavam que os sujeitos que

foram adotados costumam ganhar notoriedade ao adentrarem o sistema de saúde mental, geralmente em uma perspectiva clínica, reforçando a ideia de que adoção é um fator de risco.

### *2.1.3.3 Há relevância nas trajetórias pré-adoção*

Os estudos demonstraram a necessidade de considerar as trajetórias das crianças no período antecedente à adoção. Para Barth *et al.* (1986), a demora pela destituição do poder familiar, prolongando a institucionalização, bem como a necessidade de múltiplas institucionalizações podem ser prejudiciais para a criança. Ademais, a falta de preparo das famílias adotantes é uma condição que pode interferir no desfecho da adoção.

Berry e Barth (1989) pontuaram o aumento de crianças mais velhas sendo adotadas com histórico de abuso e negligência. Há a premissa de que isso pode ampliar a linha de comportamentos problemáticos. No estudo, a insatisfação de pais com a adoção foi associada a esses comportamentos, o que promove um aumento nos casos malsucedidos de adoção. Por outro lado, os autores ressaltam que crianças mais velhas apresentam estratégias de enfrentamento a situações adversas desenvolvidas nas suas trajetórias pré-adoção.

Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) mencionam a necessidade de compreender a qualidade dos serviços de assistência social, bem como a identificação da trajetória de cada criança. Considera-se, por exemplo, que o histórico de acolhimento institucional ou acolhimento familiar podem gerar distintos impactos para o desfecho final da adoção.

Observa-se, com isso, um olhar dos pesquisadores aos fatores antecedentes ao momento da colocação da criança no lar substituto. Crianças mais velhas são concebidas como mais propícias aos efeitos da sua trajetória, por terem tido mais tempo para vivenciar experiências (em muitos casos, traumáticas) ou enraizar comportamentos e valores próprios. Em menor grau, as famílias também devem ser avaliadas de acordo com sua trajetória de preparação para a efetivação do processo adotivo.

### *2.1.4 Sugestões para um desfecho de sucesso para a adoção tardia*

A maioria dos estudos localizados apontou possíveis soluções para a redução dos riscos relacionados à adoção tardia. Essas soluções se voltavam à prevenção de possíveis dissoluções dos processos adotivos.

Pinderhughes (1983) aponta acompanhamento técnico de programas pós-adoção tradia como importante para sanar dúvidas e desenvolver atitudes, bem como acolhimento, aos familiares adotivos, visando a garantir a efetividade da adoção. A autora constata uma maior taxa de sucesso (69%) nas famílias que passaram pelo suporte técnico, contra 60% das que não passaram, demarcando a importância dessa estratégia. Verifica-se, com isso, a relevância atribuída aos familiares no sucesso da adoção, demonstrando que sua preparação pode trazer impactos diretos. A autora constata que famílias que passaram por programa de acompanhamento pós-adoção acreditam que o vínculo familiar com as crianças ocorre antes da inserção desta na residência dos adotantes. Isso pode representar um maior investimento afetivo entre os novos pais e filhos, pois há a concepção do início da relação familiar prévio à conclusão do processo judicial. Corroborar com os apontamentos de Groze (1986), que sugere um aumento no número de visitas para melhorar o contato com a família antes da efetivação da adoção.

Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) ressaltaram que as crianças mais velhas podem adotar comportamentos inesperados para os familiares, o que demanda conhecimento e trato ao lidar com as atitudes conflitantes. Nesse sentido, Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) e Berry e Barth (1989) salientam que a preparação para os pais adotivos permite que eles lidem melhor com reações comportamentais das crianças com históricos de traumas. Dentre os serviços de preparação, os autores apontam a possibilidade da estratégia de terapia domiciliar. Em outro estudo, Barth *et al.* (1986) acrescentam a possibilidade de realização de grupos pré-adoção auxiliam. Há estratégias de apoio formais em alguns países, que oferecem subsídios financeiros aos adotantes, as quais também podem auxiliar a inserção da criança na família.

Enquanto Berry e Barth (1989) salientam a importância dos serviços formais, Barth *et al.* (1986) destacam também a importância do apoio informal, em especial quando esse apoio não é composto por pessoas que reproduzam visões negativas sobre adoção. Cabe pontuar que, apesar da menção da possibilidade dos estigmas negativos sobre a adoção, os estudos não fazem reflexões aprofundadas sobre os estigmas sociais que envolvem esses processos.

Em outra direção, Rosenthal, Schmidt e Conner (1988) recomendam que ambos, famílias e crianças mais velhas, sejam avaliados com base nos riscos antes da colocação no novo lar. O reforço na avaliação pode auxiliar na identificação de aspectos a serem

desenvolvidos e subsidiar estratégias de preparação dos participantes ou melhor adequação entre criança e família postulante.

Essas soluções foram apresentadas em estudos que abordaram a adoção tardia. Entretanto, os autores não limitam essas estratégias apenas para essa modalidade de adoção. Percebe-se que a adoção é tratada como um processo complexo com potencial de falha e isso motivou os pesquisadores da época a traçarem formas de melhor efetivação e relatarem práticas exitosas.

## **2.2 Década de 1990 - 1999**

Enquanto na década de 1980, os artigos encontrados foram centrados hegemonicamente nos Estados Unidos, na década de 1990 há maior diversidade geográfica das publicações disponíveis. Foram localizados artigos publicados ou oriundos de pesquisas nos seguintes países: Estados Unidos, Suíça, Costa Rica, Reino Unido, Escócia, Espanha e Brasil.

A evolução das legislações nacionais e internacionais referentes à adoção, reflexo do amadurecimento jurídico do ocidente, em consonância com a concretização dos tratados e declarações referentes à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, podem ter influenciado o aumento das pesquisas na área. No Brasil, o grande marco legal desse período é a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Toda normativa brasileira relacionada a esse público que se segue é baseada no ECA.

O ECA apresenta regulamentações sobre todo o processo de proteção às crianças e adolescentes, incluindo as estratégias de acolhimento institucional e procedimentos jurídicos para os casos excepcionais que exijam inserção em família substituta. Esse documento firma alguns cuidados a fim de resguardar o maior interesse da criança, valorizando sua subjetividade nos processos de adoção. Em seu Artigo 28º, que trata da inserção de crianças e adolescentes em família substituta, determina:

§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.

[...]

§ 5º A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude,

preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Fica demarcado, com isso, a relevância das equipes multiprofissionais na condução desse processo. Embora não haja especificação, a psicologia passa a ganhar destaque nessa função, devido à compreensão dos processos desenvolvimentais e à adoção de métodos e técnicas de trabalho que respondem a demandas jurídicas a fim de respaldar decisões legais. Essa expansão do campo de trabalho se alinha aos interesses de pesquisa e pode ter influenciado a ampliação no número de publicações sobre adoção tardia no Brasil, representando 4 dos 18 artigos localizados nesta revisão.

### 2.2.1 Foco de análise

No que se refere ao escopo dos estudos, foi observada uma diversidade de abordagens que abrangem tanto a família adotiva quanto a criança adotada. No entanto, a ênfase predominante incidiu sobre o processo adotivo em si, incluindo sua estruturação, construção, história e implicações. A natureza dos objetivos de cada pesquisa delinea esse enfoque específico. O Quadro 2 apresenta uma visão geral do foco de análise adotado em cada estudo identificado durante o período considerado.

**Quadro 2 - Foco de análise dos estudos (1990-1999)**

Nº	Ano	Estudo	Autor(es)	Foco de análise
1	1993	La adopción: una alternativa de reubicación del menor abandonado	González	Processo adotivo; Criança; Família
2	1993	Long-term Outcomes in Adoption	Brodzinsky	Criança
3	1993	The movement of children for international adoption: An epidemiologic perspective	Kane	Processo adotivo
4	1994	Problemas e perspectivas da adoção internacional em face do Estatuto da Criança e do Adolescente	Brauner	Processo adotivo
5	1994	Adoção: evolução histórica; adoção internacional; a legislação estrangeira	Santos	Processo adotivo
6	1994	Matching to Prevent Adoption Disruption	Valdez & McNamara	Criança; Família
7	1994	International adoption of children with siblings: behavioral outcomes	Boer, Versluis-den Bieman & Verhulst	Criança
8	1995	Psycholegal process and issues in international adoption	Wilkinson	Processo adotivo; Criança
9	1996	Toward understanding family readjustment following older child	Pinderhughes	Família

		adoptions: The interplay between theory generation and empirical research		
10	1996	Niños adoptados y no adoptados: um estudo comparativo	Palacios & Sánchez	Criança
11	1997	Parent-reported problems in 211 adopted children: Some risk and protective factors.	Howe	Criança
12	1997	Adoção internacional: valor e importância das Convenções Internacionais vigentes no Brasil.	Nazo	Processo adotivo
13	1997	Family Paradigms and Older-Child Adoption: A Proposal for Matching Parents' Strengths to Children's Needs	Ward	Família
14	1998	O filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais	Weber	Processo adotivo; Família
15	1998	Short term placement outcomes for children adopted after age five	Pinderhughes	Família; Criança
16	1998	Children Who Wait: Long Term Foster Care or Adoption?	Schmidt-Tieszen & McDonald	Criança; Processo adotivo
17	1999	Outcomes in adolescent and older-child adoptions	Haugaard, Wojslawowicz & Palmer	Criança
18	1999	How can we boost IQ of "dull children"? A late adoption study	Duyme, Annick, & Tomkiewicz	Criança

Fonte: Elaborado pelo autor

### 2.2.1.1 Foco na criança

Assim como na década de 1980, parte dos estudos localizados são centrados na compreensão de fenômenos inerentes à criança. Esses fenômenos referem-se a aspectos cognitivos (Duyme, Annick, & Tomkiewicz, 1999), desenvolvimentais/adaptativos (González, 1993; Wilkinson, 1995; Haugaard, Wojslawowicz & Palmer, 1999; Schmidt-Tieszen & McDonald, 1998; Pinderhughes, 1998), ou de saúde mental e problemas de comportamento (Brodzinsky, 1993; Boer, Versluis-den Bieman & Verhulst, 1994; Palacios & Sánchez, 1996; Howe, 1997). Embora tenham sido identificados como artigos que abordassem profundamente o tema da adoção tardia centrando-se na criança como estudo, esses trabalhos não deixam de mencionar fatores familiares e sociais em suas análises.



### *2.2.1.2 Foco na família*

Do mesmo modo, alguns dos estudos localizados neste recorte temporal sobre adoção tardia e temas correlatos buscaram respostas a esse fenômeno tendo a família como foco. Nesse âmbito, foram localizados estudos que abordaram as habilidades e características parentais (Boer, Versluis-den Bieman & Verhulst, 1994; Valdez & McNamara, 1994; Ward, 1997;), crises e adaptações da família (González, 1993; Pinderhughes, 1996, 1998), e processos decisórios, bem como estereótipos, carregados pelos familiares (Weber, 1998). Esses estudos destacaram-se por privilegiar a investigação sobre fenômenos concernentes ao grupo familiar, mas – assim como os estudos que focaram a criança adotiva – relacionaram a família com esferas intervenientes ao seu funcionamento.

### *2.2.1.3 Foco no Processo adotivo*

Por fim, neste recorte temporal foram identificados trabalhos que buscaram valorizar o processo adotivo como fenômeno de destaque. Questões jurídicas e legais, bem como processos relativos à execução dos procedimentos adotivos - da institucionalização à inserção da criança em família substituta – foram enfatizados (González, 1993; Kane, 1993; Brauner, 1994; Santos, 1994; Wilkinson, 1995; Nazo, 1997; Weber, 1998; Schmidt-Tieszen & McDonald, 1998). Essa perspectiva demonstra uma ampliação nos focos de pesquisa, apresentando a preocupação de, cada vez mais, se compreender os contextos nos quais as crianças adotivas e suas famílias biológicas ou substitutas se inserem, bem como a influência desse contexto no desfecho da adoção.

## **2.2.2 Temas em destaque**

### *2.2.2.1 Problemas de comportamento*

Seguindo a linha da década anterior, parte dos estudos localizados neste recorte voltaram-se à compreensão desse processo tendo como premissa que a adoção de adolescentes e crianças mais velhas tende a ser mais problemática do que a adoção de bebês. Haugaard, Wojslawowicz e Palmer (1999) sugerem que crianças adotadas tardiamente podem apresentar comportamentos como destruição de propriedade, agressões, desafio de autoridade, roubo e dificuldades escolares. Concluem, em análise, que a maior parte dos estudos norte-americanos identificou relação positiva entre idade e taxas de dissolução da adoção. Palacios e Sánches (1996) acrescenta que as crianças

enquadradas em adoções especiais são identificadas pelos altos índices de hiperatividade e agressividade, problemas de concentração, que são mais proeminentes a partir dos 6 e 7 anos e primeiros anos da adolescência. Brodzinsky (1993) reverbera esses dados, pontuando o alto índice de crianças adotivas sendo acompanhados pelos serviços de saúde mental.

Howe (1997) realizou uma pesquisa buscando identificar problemas de comportamento em crianças adotivas. O autor partindo de três grupos distintos: aqueles adotados enquanto bebês; aqueles adotados tardiamente com um histórico adverso; e crianças adotadas tardiamente com um histórico bom, sem ocorrência de abusos. Crianças com histórico adverso apresentaram maiores índices de problemas comportamentais. Crianças ilegítimas ou que passaram por tentativas de reinserção familiar frustradas apresentaram os piores índices.

Palacios e Sánches (1996) compararam quatro grupos de crianças: crianças adotadas, colegas de crianças adotadas, crianças das regiões de origem daquelas que foram adotadas, e crianças institucionalizadas. Foram mensurados aspectos cognitivos e comportamentais. A pesquisa teve cunho longitudinal, com mensurações de crianças aos 11, 15 e 18 anos. Dentre os resultados, foi identificado que crianças adotadas e os seus colegas apresentaram problemas de comportamento em níveis semelhantes nas idades de 15 e 18 anos. Os problemas, portanto, demonstraram uma tendência em reduzir com o tempo de convivência com a família adotiva. Pinderhughes (1998) constatou que a maior parte das dissoluções das adoções ocorre nos dois primeiros anos de colocação, o que permite-nos estabelecer uma relação entre essa afirmação e os resultados do estudo anteriormente mencionado.

Essa constatação não foi encontrada em todos os contextos de pesquisa que abordam a temática. Versluis-den Bieman e Verhulst (1994) não observaram maiores problemas de comportamentos em crianças mais velhas em grupos de irmãos adotadas por famílias estrangeiras.

#### *2.2.2.2 Fatores geradores do abandono/motivadores da adoção*

Tendo como base os estudos sobre adoção tardia, observou-se como marco nos estudos desse recorte temporal é a consideração dos motivos que desembocam nas situações de risco vividas pelas crianças e, conseqüentemente, tornam necessário a sua inserção em famílias substitutas.

Wilkinson (1995) destaca os cenários de guerra que demarcaram a história da adoção internacional, diante da grande quantidade de órfãos deixados nos lugares onde ocorreram conflitos (essencialmente nos países asiáticos). Versluis-den Bieman e Verhulst (1994) sinalizam que, mesmo quando não há orfandade total, em alguns países, razões culturais podem gerar barreiras para que mulheres solteiras criem seus filhos, estimulando assim o abandono.

Kane (1993) lista os seguintes fatores relacionados ao abandono de crianças nos países pobres: condições econômicas associadas a aspectos sociais e políticos, a exemplo do desemprego, migrações para centros urbanos, problemas familiares, altas taxas de gestação em mulheres solteiras, e dificuldades em conseguir aborto. Nazo (1997) reverbera o papel das razões socioeconômicas como potencializadoras desse cenário, porém sem maiores aprofundamentos, relaciona a prostituição e o tráfico de drogas como causas da marginalização de crianças e adolescentes e conseqüente agravamento do cenário de risco. Corroborando essas afirmações, González (1993) alerta as desigualdades presentes na América Latina como propiciadora de situações de risco para as famílias e para as crianças e adolescentes.

Manifesta-se, portanto, uma busca de consideração desses aspectos, sugerindo a importância de se observar não apenas a adoção como estratégia paliativa, mas interferir diretamente nos motivos que a tornam uma ação necessária. Conhecer os determinantes históricos e sociais do abandono de crianças pode instrumentalizar o Estado a promover estratégias que incidam sobre esse fenômeno. Entretanto, essas questões foram pontuadas nos estudos localizados apenas como contextualização, não sendo apresentadas sugestões de mudanças estruturais.

### *2.2.2.3 Adoção internacional*

Adoção internacional é uma estratégia de adoção que ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial e conflitos que se sucederam, gerando grande número de crianças órfãs em países periféricos e representando principalmente uma ação humanitária. Esse modelo consiste em afiliar crianças fora do seu país de origem, entendendo que assim elas terão maiores oportunidades de desenvolvimento. Os estudos sobre adoção internacional são demarcadamente interdisciplinares, incluindo principalmente trabalhos no campo do direito e da psicologia. Os artigos relacionados a esse tema foram inseridos nesta revisão pois, no Brasil e internacionalmente, as adoções

internacionais passaram a ser hegemonicamente adoções tardias. O principal documento internacional que rege essa prática é a Convenção Internacional de Haia, promulgado pelo Brasil em 1999 (Decreto no 3.087, de 21 de junho de 1999).

As regulamentações legais que se seguiram sobre esse campo foram orientadas pela necessidade de alinhamento internacional das práticas de intercâmbio de crianças e pelo desenvolvimento de estratégias de prevenção de adoções fraudulentas que por vezes desbocavam em tráfico internacional (Carneiro, 2019; Brauner, 1994; Nazo, 1997; Santos, 1994) ou até tráfico de órgãos (Santos, 1994; Fonseca, 2013). Em conformidade com essa preocupação, Kane (1993) encontrou discrepâncias entre o número de crianças registradas nos países que mais encaminhavam crianças para adoção internacional (localizados na Ásia e América do Sul) e o número de registros de adoção nos países que mais recebiam essas crianças (Europa, Austrália e América do Norte). O estudo identificou países que não mantinham estatísticas sobre as crianças enviadas para adoção internacional, demonstrando um risco pela falta de controle estatal sobre esse processo. Essa falta de controle sustentava posições de não recomendação da adoção internacional (Weber, 1998).

Entretanto, a adoção internacional segue sendo demandada. Para além da razão de orfandade por motivos de guerra, atualmente é comum trabalhar com o conceito de crianças “inadotáveis” em seus países de origem. Esse conceito alinha-se à noção de “necessidades especiais” e agrega um grupo de crianças com características que dificultam sua aceitação nos perfis desejados pelos adotantes de determinada nação (Weber, 1998; Nazo, 1997; González, 1993). Versluis-den Bieman e Verhulst (1994) alertaram que os requisitos para encaminhar a adoção internacional varia por país e, frequentemente, se exige que as crianças encaminhadas para essa modalidade obedeçam a critérios de idade, condição física ou presença de grupos de irmãos, de modo a estimular adoções que seriam difíceis em seus países de origem. No Brasil, o critério racial (crianças brancas têm preferência), de saúde (crianças sem deficiência têm preferência), de composição familiar (crianças sem irmãos têm preferência) e etário (bebês e crianças mais novas têm preferência) acabam funcionando como barreiras para a inserção de crianças e adolescentes em famílias substitutas (Santos, 1994). Weber (1998) constatou esse padrão em sua pesquisa, identificando que

Enquanto a maioria dos brasileiros (cerca de 67%) desejavam ter como filho um bebê de no máximo 6 meses, os estrangeiros demonstraram ter uma maior

maleabilidade em relação à idade, aceitando crianças que tivessem mais de 4 anos (cerca de 48%). [...] Somente 4,4% dos adotantes brasileiros apresentaram a mesma disponibilidade de adotar tardiamente. (p. 15)

Contribuindo com esse cenário, Brauner (1994) aponta que o Brasil era, na época, um dos principais países de onde partiam as adoções tardias, devido ao grande número de crianças abandonadas. Já Kane (1993) revelou que 30% das crianças adotadas por estrangeiros que partiam dos países pesquisados, incluindo crianças brasileiras, tinha mais de 1 ano de idade. Esse percentual não representa o quadro atual brasileiro, no qual as adoções internacionais são sempre de crianças maiores ou adolescentes, logo, adoções tardias. O desinteresse do brasileiro em praticar adoção tardia contempla a excepcionalidade da adoção internacional, ampliando a necessidade de recorrer a essa modalidade.

Fatores sociais e políticos nos países desenvolvidos também exercem influência no incentivo à adoção internacional. Muitos países apresentam baixo número de crianças abandonadas por razões relacionadas à pobreza. Observa-se, também, políticas de controle de natalidade, difusão de métodos contraceptivos e possibilidade de aborto legal e seguro (Brauner, 1994). Assim, a oferta de crianças disponíveis para adoção nos países desenvolvidos não dá conta da demanda de famílias em busca de adoção, levando-as a recorrer à adoção internacional. Nesse sentido, González (1993), Brauner (1994) e Weber (1998) pontuaram que casais estrangeiros são menos exigentes quanto ao perfil das crianças e tendem a ser melhor preparados pelas agências de adoção local quanto a esse processo, possivelmente quebrando estereótipos que subjazem a decisão de adotar.

Um último fator relacionado às famílias estrangeiras foi apontado por Boer, Versluis-den Bieman e Verhulst (1994). De acordo com os autores, a decisão para realizar adoções que fogem à norma convencional requer maior reflexão. Desse modo, as famílias que decidem por adoção internacional e/ou tardia, especialmente na possibilidade de grupos de irmãos, estão mais seguras de suas escolhas e isso pode interferir no empenho para tornar o processo bem sucedido.

Dentre os temas correlatos, o processo de adaptação das crianças adotadas por essa estrangeiros foi destaque nos estudos. Concordando com Brauner (1994), Wilkinson (1995) apresenta as principais dificuldades vivenciadas por crianças que são adotadas por famílias estrangeiras, como a necessidade de adaptação em uma nova cultura, uma nova língua, além da necessidade de adaptação à nova família. O avançar da idade pode sugerir

maiores dificuldades, pois significa maior apropriação da criança aos costumes da sua comunidade de origem. Aspectos ontogenéticos podem influenciar nessa adaptação, como histórias de abandono ou traumas – especialmente para crianças oriundas de contextos de guerra.

Ainda sobre questões adaptativas, Versluis-den Bieman e Verhulst (1994) realizaram pesquisa com grupos de irmãos adotados por estrangeiros e não constataram maiores problemas de comportamento relacionado ao aumento da idade. O suporte entre irmãos pode ser um dos fatores que refletem esse dado, porém o mais aceito é que as agências de adoção selecionam melhor os irmãos encaminhados para adoção internacional, de modo a evitar desfechos negativos que tenderiam a ser mais problemáticos por conta dos impasses relacionados às relações burocráticas e de procedimentos internacionais.

Finalmente, os pesquisadores na área da adoção internacional não são unânimes quanto aos posicionamentos sobre essa modalidade. Observa-se posições contrastantes que ora ressaltam o fator protetivo desse tipo de adoção, bem como sua capacidade de superar impedimentos dos sistemas de adoção dos países de origem as crianças, ora apontam para as dificuldades de controle e acompanhamento das crianças encaminhadas para países estrangeiros. Essa limitação, somada às dificuldades de adaptação das crianças em países distintos dos seus, podem apontar a adoção internacional como um risco.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente apresentava um período mínimo de convivência para crianças adotadas internacionalmente. Aquelas com idade superior a 2 anos deveriam conviver presencialmente com a família pretendente por pelo menos 30 dias – o dobro do tempo exigido para crianças de até 2 anos<sup>1</sup>. Para além dos cuidados com a adaptação mais complicada por conta das barreiras culturais, os estudos salientam que essa modalidade esteja alinhada com um reforço jurídico que garanta a legalidade do processo e evite desfechos como o tráfico ou um sucessivo abandono no país estrangeiro (Brauner, 1994; Wilkinson, 1995; Nazo, 1997).

De acordo com Kane (1993), a adoção tardia não deve ser encarada de modo cômodo. A autora sugere que se estude os aspectos relacionados à adoção de crianças mais velhas adotadas internacionalmente para assim analisar as alternativas para crianças

---

<sup>1</sup> Esse prazo foi alterado, posteriormente, igualando para todas as crianças um período entre 30 e 45 dias prorrogáveis mediante decisão judicial.

mais velhas nos seus países de origem. É apontada a importância de identificar quais aspectos protetivos são encontrados nas nações estrangeiras e por que esse cenário não se reproduz nos países pobres.

#### 2.2.2.4 Adaptação e ajustamento

Este tema refere-se aos estudos que abordam os aspectos adaptativos das crianças mais velhas e adolescentes inseridas em família substituta. Outra perspectiva inclui a adaptação da família ao novo membro. É um desdobramento da concepção da adoção como um fenômeno que gera certo desequilíbrio no sistema familiar e demanda dos seus agentes a utilização de recursos cognitivos e desenvolvimentais para que atinjam um ponto de convergência e bom funcionamento.

Como visto no tópico anterior, Wilkinson (1995) pontua que nas adoções internacionais há muita preocupação no ajustamento das crianças, diante da dificuldade esperada pelos contrastes culturais. Não detalha, entretanto, os processos psicológicos subjacentes a essa adaptação.

Howe (1997) alerta que a maior parte dos estudos sobre crianças mais velhas adotadas refere-se à dissolução e ao fracasso da adoção, e a menor parte refere-se aos desfechos desenvolvimentais. Seria importante, portanto, intensificar os estudos sobre esse aspecto para possibilitar um maior vislumbre do fenômeno da adoção tardia.

A pesquisa de Brodzinsky (1993) parte da premissa de que crianças adotivas tendem a carregar maiores vulnerabilidades, incluindo problemas emocionais e de comportamento, bem como acadêmicos, quando comparados a crianças que cresceram com os pais biológicos. O autor sinaliza que apesar de representarem 3% das crianças norte-americanas, as crianças adotivas representavam 5% do público das clínicas de saúde mental e de 10% a 15% do índice de internações psiquiátricas. Esses dados foram corroborados em estudos epidemiológicos, estudos clínicos e estudos não-clínicos e revelam possíveis dificuldades nos processos adaptativos dessas crianças em inserção na família adotiva. Para o autor, a maior parte dos problemas são apresentados entre os 5 e 7 anos de idade, quando a criança começa a compreender os significados da adoção.

Diante desse quadro, Brodzinsky (1993) sugere a compreensão teórica partindo da concepção do modelo de *coping* para a compreensão do processo adaptativo de crianças mais velhas em famílias adotivas. Em linhas gerais, esse modelo sugere que o ajustamento envolve a compreensão que a criança tem sobre o modelo adotivo e sua

relação com os mecanismos adotados para enfrentar essa situação. A adoção pode ser encarada pela criança de modo negativo e gerar experiências emocionais estressoras, algumas opções de enfrentamento podem ser elencadas. A intervenção profissional, portanto, deve atentar-se em compreender as concepções da criança sobre a adoção e favorecer as táticas de enfrentamento. Evitar lidar com os obstáculos identificados pode estar relacionado com maiores problemas de ajustamento.

Pinderhughes (1996) salienta que, para compreender a adaptação pós-colocação da criança em família substituta, quatro domínios devem ser levados em conta: cognições, recursos, estressores, enfrentamento e formação de relações. A família passa por um reajustamento após a inserção de uma criança adotiva, com base no nível individual, diático e no sistema familiar. Os membros da família desenvolvem novas percepções sobre os outros após a adoção, gerando impactos na condução desse processo. A autora afirma que variáveis como idade, etnicidade, desenvolvimento físico ou presença de grupos de irmãos impactam no processo adaptativo. Ward (1997) corrobora essa compreensão, afirmando que a adoção gera um desequilíbrio que desafia a família e, embora muitos estudos apresentem critérios facilitadores e dificultadores da adaptação familiar, é impossível dizer com precisão qual será o desfecho de uma adoção.

Para além da adaptação em casa, Pinderhughes (1998) afirma que as crianças adotadas mais velhas têm como desafio desenvolver novas competências em novas comunidades, incluindo ajustamentos emocionais com os seus pares. A autora identificou que crianças mais novas possuem maiores competências sociais, embora apresentassem maiores problemas internalizados. Para a autora, os estudos sobre adoção estavam, naquele momento, em uma fase que buscava compreender melhor o fenômeno de formação das relações e o reajustamento familiar em famílias que adotaram crianças mais velhas (Pinderhughes, 1996).

Em consonância com esse foco de análise, González (1993) entende a adoção tardia não apenas como um processo que demanda adaptação da criança, mas de toda a família. Nesse sentido, além de considerar as trajetórias da criança, a subjetividade da família adotiva também exerce influência, já que a elaboração de situações dolorosas, como problemas de infertilidade ou outras frustrações conjugais, podem estar em curso. Essa adaptação parte de uma dialética que envolve trocas entre a criança que chega e a família que acolhe, e o núcleo familiar passa a ser uma unidade dinâmica exercendo função de protagonista.



### **2.2.3 Assunções Centrais**

#### **2.2.3.1 Adoção pode ser uma alternativa protetiva**

Foi pontuado que na década de 1980 predominaram artigos que se voltavam a compreender os impactos da adoção no desenvolvimento infantil, centrando-se nas dificuldades que se sucediam a esse processo. Embora os estudos da década seguinte não tenham negado as dificuldades provenientes da adoção, constatou-se um número expressivo de estudos que defendiam a função protetiva da adoção.

Introduz-se, nesse ponto, o conceito de “adoção moderna” (Brauner, 1994; Weber, 1998). Esse conceito refere-se a um posicionamento assistencial e jurídico que foca no melhor interesse das crianças ao conduzir um processo de adoção. Se nos moldes tradicionais, buscava-se conseguir uma criança para famílias sem filhos (Brodzinsky, 1993), no molde nomeado “moderno”, o objetivo é conseguir uma família para a criança, inserindo-a em um contexto comunitário e familiar. Essa inversão promove maiores esforços em garantir que a criança seja colocada em um lar que satisfaça suas necessidades. Em complementação a esse posicionamento, González (1993) enxerga na conquista de uma família para uma criança abandonada a possibilidade de retirá-la de situações de maus-tratos.

Com foco nas adoções que ocorrem internacionalmente, Wilkinson (1995) afirma que, diante da desolação causada por guerras, a adoção pode ser uma forma de conceder às crianças órfãs uma família. Santos (1994) salientam que essa modalidade de adoção é muitas vezes a única garantia de vida digna para algumas crianças imersas na conjuntura socioeconômica brasileira. Para Nazo (1997), a adoção internacional, especialmente quando ocorre com crianças maiores, é um ato de generosidade dos estrangeiros adotantes, que acabam acolhendo crianças carentes, desnutridas e abandonadas, concedendo-lhes o status de cidadãos e devolvendo-lhes a autoestima. Kane (1993) apresenta um contraponto revelando que a parcela de crianças adotadas por estrangeiros é insignificante comparada ao quantitativo de crianças que permanecem em situação de risco nos países pobres. A autora rejeita a compreensão da adoção como um ato de caridade e sugere um olhar crítico a esse processo, de modo a compreender o fenômeno da adoção como um sinalizador de problemas estruturais.

Para além da garantia de direitos e remoção das situações de risco, Duyme, Annick e Tomkiewicz (1999) ressaltam que a colocação de crianças em um ambiente menos

adverso favorece o seu desenvolvimento cognitivo. Crianças adotadas entre 4 e 6 anos apresentaram altas nos escores de quociente de inteligência no momento da adolescência. Assim, a colocação em famílias com condições de prover um contexto favorável demonstrou-se propiciadora para o desenvolvimento cognitivo.

Ademais, os estudos de Haugaard, Wojslawowicz e Palmer (1999), Howe (1997), Valdez e McNamara (1994) e Ward (1997) também reafirmam a posição de que a adoção é uma estratégia positiva, por garantir proteção e direitos a crianças em situações de risco.

#### *2.2.3.2 As experiências iniciais podem comprometer o desenvolvimento*

Nos textos analisados, observou-se uma tendência em relatar os aspectos da trajetória da criança anteriormente à adoção de modo a levar em consideração os seus impactos no desfecho do processo adotivo. As vivências pregressas são não apenas relevantes, mas demarcam o desenvolvimento que seguirá após a colocação da criança na família substituta.

Nesse sentido, de acordo com González (1993), alguns fatores devem ser observados para maior compreensão do processo de adoção e definição de estratégias para seu sucesso: 1. A carga genética da criança; 2. Os efeitos do meio ambiente na sua vida inicial; 3. As consequências do afeto e estimulação recebidos pela criança partindo da família adotiva. Em relação ao segundo ponto, deve-se levar em consideração as condições pré-natais, privações e vivências institucionais. A autora afirma que as crianças abandonadas frequentemente sofreram carências físicas, materiais e afetivas que geram impactos no organismo biológico e subjetivo.

Howe (1997) diferenciaram adoções tardias entre aquelas cuja trajetória inicial das crianças foi positiva e aquelas cuja trajetória foi adversa. Nesse caso, as trajetórias adversas sugeriram maiores problemas comportamentais posteriores. Pinderhughes (1998) corrobora essa afirmação demonstrando que crianças que vieram de lares mais estáveis tendem a apresentar maior satisfação com a adoção e – curiosamente – mais problemas de comportamento.

Pinderhughes (1998) afirma ainda que muitas crianças mais velhas passaram por tentativas frustradas de adoção. Abandono, maus tratos e relações instáveis com a família biológica também são marcas das trajetórias das crianças adotadas tardiamente identificadas por Palacios e Sánches (1996) e Valdez e McNamara (1994). Em acréscimo, Haugaard, Wojslawowicz e Palmer (1999) listam os seguintes fatores relacionados aos

anos iniciais da vida da criança que podem influenciar os desfechos da adoção: episódios de abuso e negligência nas famílias biológica ou temporárias, apego deficiente no início da vida, múltiplas institucionalizações e rompimentos, desenvolvimento cognitivo e emocional inicial desenvolvido em ambientes insalubres.

Quanto a esse último fator, de acordo com Duyme, Annick e Tomkiewicz (1999), os estudos demonstram que experiências adversas na infância podem implicar em desvantagens intelectuais e deficiência verbal. Os autores questionam se esses déficits podem ser irreversíveis, já que a infância – particularmente, os meses iniciais – são um período sensível para o desenvolvimento e aprendizagem. Essa pesquisa, entretanto, identificou que o papel do status socioeconômico das famílias adotivas exerce maior influência no desenvolvimento da inteligência em crianças adotadas tardiamente ou não do que o status socioeconômico das suas famílias biológicas. Esse estudo sinaliza a relevância do contexto presente no desenvolvimento infantil e a possibilidade de reversão dos efeitos adversos das trajetórias iniciais das crianças adotadas.

Embora não corrobore este posicionamento, Weber (1998) constatou que o receio de possíveis sequelas psicológicas relacionadas ao abandono e à institucionalização, bem como: influências do ambiente inicial, ressentimentos, lembranças, maus costumes e manutenção de vínculos com as famílias biológicas são elementos que influenciam as famílias postulantes a recusarem a adoção tardia. A autora afirma que há uma naturalização na intenção de adotar bebês, o que leva os técnicos das instituições a não se questionarem nem indagarem os pretendentes sobre o porquê desse critério.

#### *2.2.3.3 A idade em si não representa um problema para a adoção, mas demarca a extensão das trajetórias em situação de risco*

Esse posicionamento é um desdobramento do tópico anterior. Estudos como o de Brodzinsky (1993) ressaltam a importância em se considerar a idade nos estudos e intervenções sobre o processo de adoção. Entretanto, revela-se que a idade em si (no seu quesito de demarcador desenvolvimental) não é intrinsecamente dificultadora para o sucesso da adoção. Por outro lado, quanto maior a idade da criança no momento da colocação em família substitua, supõe-se que sua trajetória de violações também foi mais extensa. Essas violações, sim, podem representar riscos no desfecho do processo adotivo. Brodzinsky (1993) atesta que crianças mais velhas frequentemente passaram por um

maior número de instituições ou famílias acolhedoras, e a vinculação e desvinculação institucional pode dificultar sua adaptação em novos contextos.

Pinderhughes (1998) e Palacios e Sánches (1996) corroboram essa posição, afirmando que as adoções de crianças mais velhas são consideradas de risco em parte por conta do acúmulo de experiências adversas vividas pelas crianças nos anos iniciais, e não por conta da idade por si só. No estudo de Palacios e Sánches (1996), crianças institucionalizadas apresentaram índices piores do que os adotados em problema de conduta, hostilidade, agressividade, ansiedade, hiperatividade, rendimento escolar e motivação para aprendizagem. A situação de institucionalização desempenhou um papel mais crítico do que a idade que as crianças apresentavam no momento da adoção.

Howe (1997) reverbera esse posicionamento, entretanto, apresenta também estudos que contrapõem a ideia de que a trajetória pré-institucionalização gera desfechos negativos. Aspectos como privações na infância ou etnicidade podem não ser a causa de mau ajustamento na adolescência. Estudos apresentados afirmam que “a adolescência por ela mesma, combinada com o ‘ser adotado’, pode agir como um grande estressor desenvolvimental” (p. 402). Porém os dados encontrados em sua pesquisa rebatem essa informação. O autor constatou que crianças que tiveram uma vida anterior à adoção menos adversa apresentam menos problemas de comportamento do que aquelas crianças que tiveram uma vida inicial com violações, ainda que a média de idade desse grupo no período da inserção em família substituta seja aproximadamente 4 anos menor do que aquelas com um início de vida mais saudável.

#### ***2.2.4 Sugestões para um desfecho de sucesso para a adoção tardia***

Observou-se que, neste recorte temporal, a adoção tardia não foi encarada particularmente como uma situação de risco ao desenvolvimento infantil. Apesar de essa concepção ainda perdurar e ser encontrada nos estudos selecionados, a análise dos textos indica que os pesquisadores têm buscado sugerir formas de promover sucesso para os processos adotivos sem necessariamente localizar essa estratégia como potencialmente negativa.

A seleção e aptidão dos postulantes à adoção foi tematizada por alguns dos estudos. Brauner (1994) e González (1993) sugerem que seja necessário buscar candidatos mais aptos através de exames processos seletivos mais adequados, com avaliações mais amplas e precisas. González (1993), em particular, salienta a importância

de preparação das famílias postulantes para o momento anterior à adoção e para o momento posterior. Inclui-se aí programas educativos sobre adoção e estratégias terapêuticas. Nesse sentido, Howe (1997) ressalta a importância de desenvolvimento de habilidades parentais.

Ampliando essa compreensão, há autores que buscaram contrastar as relações entre os perfis familiares e as idiossincrasias das crianças encaminhadas para adoção. Nesse sentido, Valdez e McNamara (1994) e Ward (1997) destacaram a importância em combinar adequadamente as crianças com as famílias adotivas, de modo a prevenir dissoluções das adoções. Para Valdez e McNamara (1994), as combinações tradicionais incluem a localização de interseções entre os critérios de sexo, idade, raça, necessidades especiais e habilidades intelectuais presentes nas crianças com as especificações desejadas pelas famílias. Os autores sugerem que essa estratégia não é suficiente e deveria incluir formas de identificar as habilidades parentais e as necessidades das crianças, de modo a mensurar melhor quais díades criança-família teriam melhor funcionamento. Já Ward (1997) propõe um modelo de compreensão do perfil familiar, incluindo critérios como comunicação, autoridade e forma de lidar com conflitos e sentimentos. Cada perfil familiar seria adequado a um grupo específico de crianças e ter acesso a essas informações auxiliaria os profissionais a traçarem melhores planejamentos dos processos de adoção.

Houve destaque também ao modelo de adoção internacional. Refletindo sobre essa modalidade, Weber (1998) afirma que estrangeiros tendem a ser menos exigentes com os perfis das crianças e uma maior atuação da sociedade civil brasileira, partindo de associações que apoiem a adoção, pode ajudar a quebrar estereótipos carregados por famílias pretendentes, ampliando seu interesse para crianças mais velhas. Estratégias de preparação também devem ser adotadas pelas instituições que acompanham famílias que desejam adotar, debatendo temas relacionados à adoção. Os estudos sobre adoção internacional foram os principais responsáveis por reafirmar a importância do controle estatal e jurídico da adoção (Santos, 1994; Carneiro, 2019; Brauner, 1994; Nazo, 1997). A maior intervenção legal tende a garantir que o processo de adoção seja feito conforme protocolos institucionalizados, incluindo o acompanhamento e a prevenção de situações de revivificação.

Para Brodzinsky (1993), as pesquisas e intervenções têm negligenciado as vozes das crianças e adolescentes em situação de adoção e isso dificulta a compreensão da sua posição frente ao processo adotivo.

A adoção, entretanto, muitas vezes foi tratada como uma solução para o abandono de crianças e adolescentes. Alguns estudos pontuaram a necessidade de o Estado avaliar e intervir nas causas do abandono, de modo a garantir que as crianças das localidades com altos índices dessa violação não cheguem ao ponto de necessitarem institucionalização (Nazo, 1997; Kane, 1993; González, 1993). Em acréscimo, o estudo de Howe (1997) nos leva a observar a relevância de se garantir uma trajetória menos traumática para todas as crianças, compreendendo que – mesmo que haja a necessidade de adoção – as experiências adversas serão os principais fatores que dificultarão a adaptação dessas crianças. Pinderhughes (1998) corrobora esse ponto ao revelar que crianças que vieram de lares mais estáveis tenderam a apresentar mais problemas de comportamento durante a convivência na família substituta. O rompimento com a família biológica pode, assim, gerar maiores complicações. Questiona-se, então, a adequação a medida de institucionalização e destituição de poder familiar em detrimento da busca por reinserção familiar. Por outro lado, o processo burocrático pela reinserção familiar pode atrasar a consumação da adoção, já que esta só é uma estratégia acatada quando não há outras possibilidades disponíveis (Schmidt-Tieszen & McDonald, 1998). Se a remoção da criança do contexto da família biológica pode colocá-la em risco, o prolongamento institucional também é negativo (Schmidt-Tieszen & McDonald, 1998). Os estudos localizados não demonstraram, portanto, um posicionamento bem estabelecido que mensurasse adequadamente qual situação agravaria o risco das crianças inseridas nas estratégias assistenciais.

Por fim, Pinderhughes (1996) sugere que sejam melhoradas as agências de adoção e as políticas que regulamentam esse processo. Como exemplo, Schmidt-Tieszen e McDonald (1998) indicam que haja subsídios estatais, financeiros e sociais, para as famílias acolhedoras (*foster families*) e, em alguns casos, para os próprios sujeitos adotados inclusive durante a vida adulta. Essa estratégia é adotada por alguns países desenvolvidos e até então tinha demonstrado eficácia na manutenção das condições materiais básicas necessárias para a vida do sujeito adotado e sua família.

### **2.2.5 Apontamentos complementares**

Esse tópico busca registrar alguns apontamentos oriundos da análise dos artigos localizados. Há temas que não foram aprofundados, mas que demarcam interesses

relevantes para o estudo da adoção tardia. A identificação desses temas pode servir de indício para o cenário de pesquisa posterior.

Dentre os trabalhos localizados, Wilkinson (1995) apresenta o primeiro estudo identificado que explicita o debate sobre a *formação da identidade* e o processo envolto na adoção (no caso, internacional). O autor afirma que para crianças adotadas internacionalmente, há um desafio no processo de formação identitária, pois a criança precisa formular-se diante de um contexto sociocultural completamente novo, incluindo aspectos como a língua e a alimentação, com destaque à *etnicidade*.

As características étnico-raciais também foram abordadas em outros estudos do período. Schmidt-Tieszen e McDonald (1998) identificaram que, especialmente no que se refere às crianças pequenas, o pertencimento a minorias raciais foi um fator dificultador para a adoção. Nas crianças maiores, não se observou essa relação. Os artigos frequentemente abordam aspectos raciais quando discutem as crianças inadotáveis (Weber, 1998). Pinderhughes (1996, 1998) entrecruzou a variável racial com a idade, revelando que problemas de ajustamento costumam ser identificados em maior intensidade em crianças que apresentam idade mais elevada e pertencem a minorias étnicas. A autora apresenta, entretanto, que as crianças brancas apresentaram maiores índices de problemas de comportamento em um dos grupos pesquisados (Pinderhughes, 1998), o que pode indicar que as crianças negras adotadas passam por crivos mais rígidos de seleção pelas famílias. Os estudos sobre essa temática, entretanto, não foram proeminentes e não se aprofundaram em aspectos sócio-históricos que subjazem à discriminação racial.

Os estudos frequentemente abordaram características endógenas das crianças, com pouco debate sobre seu desenvolvimento diante de recortes de classe, raça e gênero estruturalmente posicionados na sociedade. Pouco se falou, também, de como estereótipos e preconceitos são produzidos e proliferados no sistema de adoção e entre as famílias postulantes. Esse tema foi tratado, muitas vezes indiretamente, para justificar o crivo de seleção de características das crianças desejadas pelas famílias adotivas.

Abordando outro aspecto que extrapola o olhar exclusivamente às características da criança, Pinderhughes (1998) salienta a importância de conhecer a história dos pais biológicos. Desse modo, é possível compreender melhor os seus demarcadores desenvolvimentais do início da vida das crianças institucionalizadas ou encaminhadas para adoção.

Pinderhughes (1996, 1998) também questionou a qualidade do acolhimento familiar e institucional e seu impacto no desenvolvimento infantil. Essa variável pode incidir sobre a relação entre a criança e a família biológica e com o ajustamento nos casos de adoção. Ainda sobre esse aspecto, Palacios e Sánches (1996) destacam que, apesar de os resultados demonstrarem que crianças institucionalizadas têm desvantagens desenvolvimentais quando comparadas ao grupo de crianças adotadas, não é possível afirmar que a institucionalização é um problema isoladamente. Entretanto, esses dados não devem ser ignorados e o processo de institucionalização também não deve ser encarado como a solução para as crianças acolhidas.

Aspectos institucionais são cada vez mais abordados. Schmidt-Tieszen e McDonald (1998) afirmam que as instituições apresentam planejamentos diferentes para cada criança, levando em consideração características individuais. Nesse planejamento, espera-se que crianças de grupos de risco para adoção, constituindo possíveis adoções especiais, fiquem por mais tempo nas instituições. Essa atitude pode subjazer um conformismo por parte dos dispositivos institucionais, dificultando ainda mais as buscas por recolocação das crianças em famílias substitutas.

Uma última constatação reafirma os estudos apontados na década anterior. A adoção de crianças mais velhas e adolescentes segue sendo compreendida como um desafio que supera o já difícil desafio da adoção. Observou-se que temas relacionados com o estudo dos impactos da trajetória da criança anterior à adoção foram melhor aprofundados na década de 1990. Acresceram-se, até então, variáveis antes não abordadas: habilidades parentais, institucionalização, aspectos legais, formação da identidade. Demonstra-se, entretanto, a necessidade de ampliar o entendimento científico sobre esses aspectos.

### **2.3 Década de 2000-2009**

No ordenamento jurídico brasileiro da década de 2000-2010, a principal legislação responsável por qualificar o processo de adoção é a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Apesar desta ser conhecida como Lei da Adoção, sua principal contribuição é a reafirmação do direito à convivência familiar, reforçando a família natural como principal sistema de desenvolvimento da criança e adolescente, sendo a permanência nesse contexto desestimulada apenas na real impossibilidade. Essa legislação apresenta outras



alterações ao ECA, como o aprimoramento das orientações sobre tutela, guarda e adoção, bem como novas definições sobre estágios de convivência.

Anteriormente a esse documento legal, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA & CNAS, 2006). Dentre outras deliberações, esse plano abriu terreno para a Lei nº 12.010 por retomar a centralidade das crianças e adolescentes na execução dos seus direitos, garantindo espaços de participação e mobilização, bem como buscando romper com o paradigma da institucionalização, ainda fortemente enraizado no cenário nacional (Jacinto, 2019).

No que se refere à adoção tardia, o maior destaque dessa legislação foi o reconhecimento da necessidade de incluir campanhas de acolhimento e incentivo à adoção para crianças e adolescentes com perfis considerados de maior risco. Essa atualização foi realizada no ECA, o qual passa a determinar, em seu Art. 87, dentre as linhas de ação política de atendimento:

VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

Assim, efetivamente, a adoção tardia vira um tema de interesse e respaldo legal. A gama de estudos realizados anteriormente acerca dessa temática, bem como a pressão dos órgãos que atuam diretamente nos processos adotivos foram fundamentais para esse avanço histórico. Por outro lado, mesmo o ECA não situa a adoção tardia como um processo à parte, com especificidades, e o posiciona em uma categoria mais próxima da definição de “necessidades especiais” relacionadas à adoção em geral.

Acerca dos estudos encontrados nessa década, é importante frisar que, mesmo não sendo descritos aqui como destaque, todos os temas abordados anteriormente foram retomados em algum grau. A disponibilidade de estudos levou a uma busca mais ampla. A diversidade geográfica é reduzida, constando apenas quatro países de origem dos estudos: Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e Israel. Sete dos dezesseis artigos analisados são brasileiros, demonstrando grande abrangência diante dos dados apreciados.

### 2.3.1 Foco de análise

Assim como nas décadas anteriores, os artigos da década de 2000-2019 foram organizados em categorias. A primeira categoria se refere ao foco de análise dos estudos encontrados. O Quadro 3 demonstra essas informações.

**Quadro 3 - Foco de análise dos estudos (2000-2009)**

Nº	Ano	Estudo	Autor(es)	Foco de análise
1	2000	Perceptions and practice: agency efforts for the hardest-to-place children	Avery	Equipes multiprofissionais
2	2001	Psychological adjustment of adoptees in adulthood: Family environment and adoption-related correlates	Levy-Shiff	Criança e Família
3	2001	Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional	Ebrahim	Família
4	2001	Adoção tardia: uma visão comparativa	Ebrahim	Família
5	2002	Long-term foster care or adoption? The evidence examined	Triseliotis	Processo adotivo
6	2003	Parenting Late-Placed Children: The Development of New Relationships and the Challenge of Behavioural Problems	Rushton, Mayes, Dance & Quinton	Criança e Família
7	2003	The Practice of Adoption: History, Trends, and Social Context	Zamostny, O'Brien, Baden & Wiley	Processo Adotivo
8	2004	New strategies to promote the adoption of older children out of foster care	Cowan	Políticas Públicas
9	2004	Report on a longitudinal research project, exploring the development of attachments between older, hard-to-place children and their adopters over the first two years of placement	Kaniuk, Steele & Hodges	Criança e família
10	2005	A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes	Camargo	Processo adotivo
11	2006	Adolescent adoption: Success despite challenges	Wright & Flynn	Criança e Família
12	2006	Permanence for Older Foster Youth	Bussiere	Políticas Públicas
13	2007	Adoção tardia: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea	Puretz & Luiz	Família e Equipes multiprofissionais
14	2007	Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia	Costa & Rossetti-Ferreira	Família
15	2008	A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos	Dias, Silva & Fonseca	Família
16	2009	A configuração dos vínculos na adoção: atualização no contexto latino-americano	Otuka, Scorsolini-Comin & Santos	Criança e Família

Fonte: Elaborado pelo autor

Constatou-se que nesta década de referência apenas um trabalho foca unicamente a criança ou adolescente adotivo. A maioria dos estudos demonstra interesse na família tendo este como único foco (n=4), aliado ao estudo das suas relações com a criança ou adolescente adotivo (n=5) e até em relação com as equipes multiprofissionais que conduzem os processos de adoção (n=1). Isso pode sugerir uma inclinação a buscar compreender os fenômenos da adoção de modo mais contextualizado, sendo adotada uma visão mais sistêmica do fenômeno.

#### *2.3.1.1 Equipes multiprofissionais*

Embora tenha sido demonstrado nesta revisão que as equipes multiprofissionais envolvidas nos processos de adoção e acompanhamento às famílias adotivas sejam levadas em consideração pela maior parte dos trabalhos sobre essa temática, apenas nesta década de referência foram identificados estudos focados nessas equipes.

Em estudo realizado tendo como contexto uma Vara da Infância e Juventude no Brasil, buscando compreender as dificuldades encontradas nos processos adotivos, Poretz e Luiz (2007) enfatizaram a visão de um profissional de serviço social. A fala desse profissional permitiu aprofundar o entendimento sobre os dados disponibilizados pela instituição e favorecer a compreensão sobre as motivações e impasses dos postulantes à adoção. Avery (2000), por sua vez, buscou compreender se haveria influência entre as expectativas das equipes envolvidas nos processos de adoção e a condução desses processos. Observou que, quando não havia uma crença firme sobre a possibilidade de adoção, os esforços desses trabalhadores eram reduzidos. Até então, este foi o único trabalho localizado com essa abordagem.

#### *2.3.1.2 Políticas públicas*

Um estudo teve como foco as políticas públicas voltadas para acolhimento, adoção e eventual proteção social para aqueles sujeitos que porventura não fossem adotados. Segundo Cowan (2004), a não inserção das crianças mais velhas em famílias substitutas são impactadas pelas políticas públicas voltadas para esse ramo, bem como pelas leis federais que podem facilitar ou não os processos adotivos, ou garantir eventuais propostas assistenciais aos sujeitos que não são adotados, bem como a famílias que se disponham a

adotar. Este estudo é voltado a refletir sobre estratégias estatais e seus impactos na questão da adoção.

## **2.3.2 *Temas em destaque***

### *2.3.2.1 Temas recorrentes*

#### *2.3.2.1.1 Motivações para a adoção*

A motivação para adoção foi um tema bastante abordado nos estudos desta década de referência. Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), Puretz e Luiz (2007) e Ebrahim (2001a) apontam a esterilidade como principal razão para busca dos pretendentes pela adoção. Dias, Silva e Fonseca (2008) sinalizam como motivação o altruísmo, o desejo de se realizar enquanto mãe/pai, e a praticidade e desejo de companhia. Bussiere (2006) aponta a conexão emocional entre famílias e crianças adotivas, que sustenta a motivação para adoção, o que corrobora os dados produzidos por Cowan (2004) que sinaliza o fato de famílias que acolhem crianças em programas de acolhimento familiar, sem intenção de adotar, podem acabar gerando vínculos e avançar na efetivação da adoção.

Como diferencial em relação à abordagem deste tema nas décadas anteriores, observa-se o estudo de Ebrahim (2001a) que busca comparar motivações entre adotantes convencionais e tardios. Dentre os achados, o autor apresenta que adotantes tardios se orientam mais por observância a ações de caridade, por sentirem-se tocados por crianças em situação de rua e valores religiosos. Quanto aos adotantes convencionais, destacam-se problemas de fertilidade, contatos ocasionais com crianças abandonadas e desejo de sentimento de completude a partir da parentalidade. Camargo (2005) também faz menções à comparação entre adotantes tardios e convencionais, tecendo críticas às expectativas que os adotantes convencionais apresentam quanto à possibilidade de uma parentalidade mais próxima da biológica através da escolha de bebês.

Ademais, acerca desse tema, na década de 1980-1990, o que chamou atenção foi a preocupação em compreender os processos por detrás do abandono ou entrega para adoção (motivando, portanto, a demanda de crianças para adoção), enquanto na década de 2000-2010 foram mais amplos os estudos sobre a compreensão das motivações dos familiares.

### 2.3.2.1.2 *Adaptação e ajustamento*

A adaptação da família após a inserção da criança ou adolescente foi novamente tema de destaque nos artigos da década. Dentre os 16 artigos localizados, 8 traziam algum grau de aprofundamento sobre a temática.

Ebrahim (2001a) realizou estudo comparativo entre adotantes tardios e convencionais, identificando que pais que adotaram tardiamente relataram maior prazo de adaptação da família. O autor sinaliza que as experiências posteriores das crianças adotivas podem impactar no processo de adaptação, o que justificaria o maior período em crianças e adolescentes adotados tardiamente. Tal afirmação corrobora os achados de Dias, Silva e Fonseca (2008).

Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) afirmam que a construção de vínculos é fundamental nesse processo, e aponta para o desenvolvimento da parentalidade que se fortalece perante a adaptação. Os autores ressaltam a importância das equipes multiprofissionais no acompanhamento às famílias, favorecendo a adaptação.

O comportamento das crianças adotadas foi mencionado por Costa e Rosseti-Ferreira (2007), especialmente ações de testagem voltadas às famílias durante a adaptação. Rushton *et al.* (2003), estudando este fenômeno, observaram que a frequência de comportamentos negativos é maior quando há menor apego entre os envolvidos. Mesmo diante da importância de compreender esse processo, Triseliotis (2001) ressalta o pequeno número de trabalhos que mensuram comportamentos das crianças no contexto de adaptação, incluindo a escassez de estudos comparativos ou longitudinais dos períodos anteriores e posteriores à inserção da criança na família. A exceção encontrada foi o estudo de Kaniuk, Steele e Hodges (2004), que acompanharam durante os dois primeiros anos de crianças adotadas tardiamente. Os autores salientam as dificuldades provenientes da história de negligência e abuso, porém afirmam a importância da família adotiva na formação do apego e favorecimento do desenvolvimento da criança no período da adoção.

Por fim, ao discutir critérios para uma adoção de sucesso, Wright e Flynn (2006) admitem que “tornar-se uma família” é um importante marcador. Esse processo envolve a compreensão do grupo perante o que significa a adoção, bem como as limitações que a família possa possuir, alinhado ao vínculo e compromisso mútuo que se estabelece.

De modo geral, os estudos apresentam distintas preocupações sobre a questão da adaptação, apresentando a análise de fenômenos que envolvem não apenas a criança, mas a família como um todo e as relações que ali se estabelecem após a sua colocação.

Nenhum estudo apontou como impossibilidade ou trouxe dados que desestimulem a adoção tardia, tendo como base as dificuldades no processo de adaptação.

### 2.3.2.2 *Novos temas em destaque*

#### 2.3.2.2.1 *Fatores para a escolha da adoção tardia*

Dentro da temática acerca da motivação, houve estudos que enfatizaram os fatores que levariam pessoas a optarem pela adoção tardia. A importância em evidenciar esse fenômeno recai na eletividade dessa modalidade de adoção, se contrapondo aos posicionamentos de evitação pelas adoções não convencionais.

Em pesquisa com famílias, Dias, Silva e Fonseca (2008) identificaram que a adoção tardia é associada a certas vantagens, como a maior praticidade devido à autonomia das crianças maiores, e a isenção da necessidade de revelação sobre a adoção. Apesar das vantagens em questão, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) constataram que famílias que optam pela adoção tardia apresentam maior maturidade emocional e uma condução mais altruísta, priorizando os interesses da criança.

Outro fator que favorece essa escolha é o vínculo pré-estabelecido. De acordo com Cowan (2004) é frequente a efetivação da adoção tardia partindo de parentes biológicos e antigos cuidadores de famílias acolhedoras, demonstrando que vínculos prévios podem estar na base dessa opção.

Apesar de abordado, esse tema ainda era incipiente na época e carecia de pesquisas comparativas que revelem de modo mais aprofundado as motivações específicas para a adoção tardia.

#### 2.3.2.2.2 *Família biológica*

Um tema que, embora faça parte de estudos anteriores, se intensifica nessa década de referência envolve a família biológica das crianças e adolescentes institucionalizados ou adotados. As reflexões envolvem, com frequência vínculos e traumas associados ao convívio ou separação da criança com a família de origem.

Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) alegam a existência de ressentimentos e idealizações sobre os pais biológicos, que podem dificultar o estabelecimento de novos vínculos pela criança, envolvendo um luto que deve ser elaborado. Os autores afirmam também que a família biológica é um primeiro espaço de desenvolvimento e socialização, marcando portanto, a total trajetória dos sujeitos. Corroborando essas afirmações, o

estudo de Poretz e Luiz (2007) avalia que a adoção tardia pode ser desencorajada por famílias que buscam que essa socialização não tenha sido fortalecida. Isso reforça a ideia de que a adoção de crianças menores e bebês favorece a adaptação. Um menor tempo de convívio com as famílias biológicas supostamente significa menores marcas de abandono e rejeição, na visão dos pretendentes que optam por adotar bebês.

Segundo Zamostny *et al.* (2003), é fato que o desenvolvimento envolve experienciar estressores, e tais estressores diferem no cenário da família biológica e na família adotiva. De fato, o estudo de Costa e Rossetti-Ferreira (2007) aponta que os desafios para a construção de uma relação de parentalidade em uma família formada pela adoção são maiores do que no contexto da consanguinidade, diante das especificidades do processo. Na adoção tardia, segundo as autoras, há uma complexidade ainda maior, já que a criança tem maior autonomia e atividade no processo de negociação que se estabelece no desenvolvimento de uma família.

Embora os autores não defendam precisamente esse posicionamento, a análise dessa temática permite observar o quanto as famílias biológicas seguem assumindo uma posição negativa, com frequência mencionadas na figura de algozes. Até então, não predominavam estudos relacionados às dificuldades vivenciadas por essas famílias, incluindo a desassistência do Estado.

#### 2.3.2.2.3 *Construção da parentalidade*

Outro tema que despontou nos estudos dessa década de referência emerge de debates sobre o processo de construção da parentalidade por vida da adoção tardia. Esses estudos buscaram pôr em foco os processos vivenciados pelos adotantes perante a inserção da criança na família, delineando aspectos desenvolvimentais e sentimentos experienciados. A ideia central sob a qual as pesquisas se apoiam é que a adoção tardia é uma transição não apenas para a criança, mas também aos pais e mães adotivos (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009).

Um primeiro ponto abordado é o desejo de tornar-se pai ou mãe. Esse tema se relaciona com a temática da motivação para adoção, já que esse desejo é base para o início do curso burocrático para adoção legal. Os estudos que abordam esse tema reforçam a ideia de que a construção da parentalidade é anterior à inserção da criança na família adotiva, e engloba também a preparação, os diálogos familiares e a trajetória burocrática

vivenciada (Poretz & Luiz, 2007; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Wright & Flynn, 2006).

Costa e Rossetti-Ferreira (2007) alertam para as concepções tradicionais de parentalidade, fortemente ancorada na consanguinidade, que embasam as concepções de famílias postulantes à adoção. Como consequência, culturalmente se espera que o início de uma relação pai-filho ou mãe-filho envolva, no papel desse filho, um bebê, o que gera estranhamento quando a nova criança não apresenta essa característica. Superar essa visão emerge, portanto, como um desafio aos pais e mães adotivos, necessário para o exercício pleno da parentalidade contextualizada pela adoção tardia.

Especificamente sobre a paternidade, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009) apresentam importantes reflexões. As autoras pontuam a existência de ideais tradicionais de afastamento emocional do pai para com os filhos, que especialmente na adoção devem ser abandonadas em prol de maior abertura para criar um contexto propício ao desenvolvimento infantil.

Por fim, são destacados sentimentos experienciados pelos adotantes nesse processo de construção da parentalidade. São expressos sentimentos de felicidade (Dias, Silva & Fonseca, 2008), prazer (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), realização (Wright & Flynn, 2006) e satisfação (Triseliotis, 2002). Dias, Silva e Fonseca (2008) também apontam sentimentos negativos, com a tristeza e desvalorização experienciadas por aqueles que afirmam ainda não serem reconhecidos pelas crianças que foram adotadas. Costa e Rossetti-Ferreira (2007) apontam para a ambiguidade do exercício parental, que é complicado e trabalhoso, embora gere prazer. Momentos de tensão também são pontuados pelas autoras, corroborando os achados de Wright e Flynn, (2006), que associam esses momentos especialmente ao estresse de vivenciar comportamentos inadequados dos filhos. Kaniuk, Steele e Hodges (2004) sugerem que pais e mães que vivenciaram infâncias infelizes podem ter maiores dificuldades em lidar com esses sentimentos negativos, sendo essa mais uma barreira para o desenvolvimento adequado da parentalidade, que possa lidar com os desafios da construção de uma família por via da adoção tardia.

#### 2.3.2.2.4 *Sucesso da adoção*

Observou-se, nesses estudos, o interesse mais sistematizado acerca do sucesso da adoção. Pesquisas buscaram compreender quais fatores permitem que a adoção tardia



ocorra de modo adequado. Tal abordagem desloca a adoção tardia do campo da dificuldade, papel frequente em outros estudos, e enfatiza as possibilidades pertinentes a esse processo. (Rushton *et al.*, 2003) elevam essa crítica, afirmando que os estudos das décadas anteriores enfatizaram as adoções tardias com desfechos negativos, ou os desafios provenientes desse processo, o que contribui com uma associação entre essa modalidade de adoção e insucessos.

Para Ebrahim (2001a) e Dias, Silva e Fonseca (2008), o sucesso da adoção tardia estava associado à atitude dos pais adotivos e ao apoio social e especializado. A história de vida da criança também é descrita como uma variável relevante.

Wright e Flynn (2006), por sua vez, buscaram delimitar com maior precisão o que era compreendido como uma adoção de sucesso. Entendendo que a não dissolução não é critério único para se definir sucesso, os autores investigaram a percepção de famílias acerca dessa questão. Satisfação parental, boa relação entre pais e filhos, impacto positivo na família e casamento, crescimento educacional, desenvolvimento emocional, qualidade de vida presente e futura, amor e pertencimento foram as principais características que definiam uma adoção bem sucedida.

O estudo dessa temática abre espaço para importantes discussões no campo de pesquisa relacionado à adoção tardia. De fato, a despeito da importância em estudar esse fenômeno na perspectiva dos seus desafios, especialmente diante das implicações práticas desses estudos perante as políticas socioassistenciais, é de igual relevância tecer pesquisas que abordem a adoção tardia a partir de outros olhares, buscando cada vez mais uma integralidade de saberes sobre o tema.

### **2.3.3 Assunções Centrais**

#### *2.3.3.1 Assunções reincidentes*

##### *2.3.3.1.1 Adoção pode ser um risco*

A partir desse ponto, podemos constatar alguns posicionamentos que são recorrentes nos estudos sobre adoção tardia. O primeiro deles é a relação entre adoção e risco psicológico. Embora na década de 1990, a adoção como uma estratégia protetiva, tendo esse caráter superior ênfase em relação às associações entre adoção e risco, o posicionamento de associação entre adoção e emergência de problemas psicológicos segue em debate nos estudos localizados.

O estudo de Levy-Shiff (2001) comprova que, na amostra pesquisada, havia maior sintomatologia psicopatológica em crianças adotadas. Essa sintomatologia se amplifica, segundo a autora, nos grupos adotados tardiamente. A autora, entretanto, não associa a ocorrência da psicopatologia ao processo adotivo, embora descreva um cenário que possa levar a essa compreensão. Ebrahim (2001a) critica esse posicionamento ao alertar que a gama de estudos clínicos com crianças e adolescentes adotivos organizados a partir de demandas de espaços de saúde gera uma associação distorcida da adoção com problemas psiquiátricos e psicológicos.

Outro fenômeno possível de ocorrer nas trajetórias de adoção é o fracasso na inserção da criança na nova família. Embora as taxas de sucesso e fracasso de adoção tenham sido frequentemente abordadas nessa década de referência, os impactos desse processo nas crianças e adolescentes não foi descrito em nenhum dos estudos acessados.

É interessante observar que, ao abordar o impacto do fracasso da adoção para a criança, assume-se uma visão centrada na garantia de direitos, reconhecendo-a como sujeito. Dessa forma, adoção malsucedida não é compreendida apenas como uma tentativa frustrada de uma família ganhar um filho, ou do sistema desafogar suas demandas. Busca-se valorizar a experiência da criança que passa por esse processo. Visão essa, não identificada nesta parcela de pesquisas.

#### *2.3.3.1.2 Adoção pode ser uma alternativa protetiva*

Nove dos dezessete artigos selecionados para análise nessa década de referência apresentaram posicionamentos que associavam a adoção a uma estratégia protetiva. Observa-se, com isso, uma predominância desse posicionamento em contraste com aquele que enfatiza os riscos envolvidos na adoção.

Nessa perspectiva, Ebrahim (2001b) descreve a adoção como um direito humano de se ter uma família, devendo centrar-se no melhor benefício à criança. Essa ressalva também é apresentada por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), Costa e Rossetti-Ferreira (2007) e Poretz e Luiz (2005). Os autores direcionam comentários aos pais substitutos, que devem se preparar para garantir essa proteção e suprir necessidades básicas materiais e afetivas da criança que fará parte da família. Ademais, a adoção, nessa perspectiva, é vista como ferramenta de garantia do direito à convivência familiar.

Também foram abordados: a sensação de pertencimento do sujeito adotado, ao ser escolhido por uma família (Wright & Flynn, 2006), e a conseqüente falta de segurança e

falta de pertencimento experienciada por crianças e adolescentes disponíveis para adoção que não são adotados (Triseliotis, 2001). Também em comparação entre crianças adotadas e institucionalizadas, Cowan (2004) e Kaniuk, Steele e Hodges (2004) observaram que aquelas inseridas em famílias substitutas apresentaram melhor desenvolvimento cognitivo e emocional, socialização e maiores taxas de escolarização.

Predomina nos estudos, especialmente nos brasileiros, uma forte crítica à visão clássica da adoção, centrada nas necessidades dos postulantes. O entendimento da adoção como direito e proteção tensionam um posicionamento de busca de garantia do melhor interesse das crianças. Assim sendo, as discussões apontadas promovem reflexões sobre a cultura da adoção vigente, questionando seus objetivos e seu real propósito. Este aspecto será aprofundado posteriormente.

#### *2.3.3.1.3 Há relevância nas trajetórias pré-adoção e as experiências iniciais podem comprometer o desenvolvimento*

Os estudos reafirmaram que as crianças institucionalizadas, em geral, advêm de realidades de violação de direitos e essas trajetórias implicam diretamente em como elas vivenciam a institucionalização e a adoção. Nesse sentido, as trajetórias de institucionalização e reinstitucionalização são apontadas por Triseliotis (2002) e Kaniuk, Steele e Hodges (2004) apontam as situações prévias de maus tratos. Segundo Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), para além das violações mais objetivas, os processos de rompimento de vínculo, marca da história de abandono ou destituição de poder familiar, pregam um importante papel dentre os obstáculos para a criança institucionalizada.

#### *2.3.3.1.4 A idade em si não representa um problema para a adoção, mas demarca a extensão das trajetórias em situação de risco*

Por fim, reincide o posicionamento de afirmação da idade como apenas um fator que interage com elementos da história da criança ou adolescente institucionalizado ou adotado. A idade, em si, não representa uma variável desenvolvimental que dificulta a construção de vínculos e a efetivação da adoção, porém quanto mais velha, a criança ou adolescente tem mais chances de ter vivenciado situações adversas, estas sim, fatores de risco (Levy-Shiff, 2001; Wright & Flynn, 2006). Para Bussiere (2006), além das

experiências adversas, a idade pode trazer informações sobre a duração do cuidado (ou não cuidado) recebido pela criança ou adolescente institucionalizado ou adotado.

Em relação ao exposto, Ebrahim (2001b) conclui afirmando que a idade não é fator impeditivo para a adoção. Já Camargo (2005) aponta para o preconceito que deve ser quebrado quando o assunto é idade da criança ou adolescente disponível para adoção.

### *2.3.3.2 Novas assunções centrais*

#### *2.3.3.2.1 Crítica aos critérios de seleção*

Houve estudos que apresentaram críticas aos critérios de seleção das crianças adotivas, por parte dos postulantes. Esses critérios foram indicados como dificultadores dos processos de inserção das crianças que não se enquadrassem nos perfis desejados, favorecendo o prolongamento institucional e gerando demandas crescentes de adoção tardia.

Puretz e Luiz (2007) apontam que os pretendentes costumam exigir crianças mais novas, sem doenças, brancas e preferencialmente meninas. Segundo as autoras, não houvesse tamanha seletividade, a rotatividade de crianças institucionalizadas seria maior e o número de crianças que demandam adoção tardia seria reduzido. Nesse sentido, Camargo (2005) explicita a problemática ao afirmar que há crianças consideradas *idosas* para a adoção. Essas crianças, segundo a autora, advêm de uma trajetória de institucionalização tardia, longa demora para a destituição do poder familiar, ou até esquecimento do Estado, que pode emperrar processos necessários para sua colocação em famílias substitutas. Ambos os estudos afirmam que, embora o obstáculo pareça estar centrado nas crianças, que não atingem critérios básicos que as tornem “adotáveis”, o real problema se encontra na cultura da adoção presente naquele contexto histórico, que orienta pretendentes a desejarem um perfil pré-estabelecido que não condiz com a realidade de crianças disponíveis

#### *2.3.3.2.2 Necessidade de se discutir a cultura da adoção vigente*

O termo “cultura da adoção” busca resgatar esse processo em seu aspecto sociocultural. A adoção e as práticas perante ela estão envoltas em discursos e determinantes sociais, culturais e históricos que orientam instituições e postulantes. As visões de adoção clássica e moderna fazem parte da cultura da adoção. Estereótipos, discursos sociais, ordenamentos jurídicos, práticas institucionais e visões críticas também

caracterizam essa cultura. Conhecer esses elementos pode auxiliar na compreensão da realidade que circunda a adoção e auxiliar no aprimoramento das práticas exercidas.

Autores como Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), Poretz e Luiz (2007), e Camargo (2005). afirmam que além de conhecer a cultura da adoção vigente, é fundamental criar estratégias para transformá-la. Essa transformação pode envolver, por exemplo, a destituição de estereótipos e interesses que determinam o padrão de desejo de postulantes à adoção (quanto à idade, sexo e condição física), e o combate ao preconceito sobre a adoção e as histórias das crianças e adolescentes disponíveis. Costa e Rosseti-Ferreira (2007) abordam a cultura da adoção a partir das suas implicações na construção de ideal de parentalidade. Pensando no contexto narrado, as autoras afirmam que pessoas que buscam adotar e - mais especificamente - pessoas que buscam adoções não convencionais vão de encontro com uma cultura vigente que desestimula essa trajetória.

#### 2.3.3.2.3 *A ação da agência influencia na trajetória da criança*

O enfoque nas agências de adoção (serviço executado no Brasil pelos tribunais de justiça através de varas especializadas) trouxe novos posicionamentos sobre o processo da adoção tardia. Debruçar-se sobre esse tema permitiu que se somasse mais um elemento a fim de envolver outras dimensões de análise para a compreensão dos fenômenos que envolvem a adoção. Avery (2000) demonstra uma correlação entre as expectativas das pessoas que gerem os processos adotivos e a trajetória das crianças acolhidas. A autora parte da denominação “*hardest-to-place children*” (crianças mais difíceis de inserção) e associa a essas crianças uma baixa expectativa por parte das equipes responsáveis por conduzir as adoções. Ou seja, quanto mais distante a criança ou adolescente estava do perfil preferido pelos postulantes, menores eram os esforços das agências em efetivar esse processo, por uma posição de desistência perante os casos, ainda que essa relação não seja consciente. Ora, diante do fenômeno da adoção tardia e das dificuldades em inserir certos públicos em famílias pretendentes, os esforços em efetivar essas adoções deveriam ser mais intensos, não o contrário.

Já Cowan (2004) parte da reflexão sobre possibilidades de ações perante crianças e adolescentes institucionalizadas, incluindo destinos diferentes da adoção. A autora analisa o acolhimento de longa duração como uma possibilidade viável de desenvolvimento das crianças e adolescentes que acabam não sendo adotadas. Em entrevista com trabalhadores desses serviços, a autora identifica posicionamentos de real

concordância sobre o acolhimento de longa permanência ser uma estratégia interessante para alguns casos. Desse modo, se evidencia também a relação entre a ação das equipes e a condução dos processos de adoção, inconscientemente ou deliberadamente desestimulados.

#### **2.3.4 Soluções apontadas**

Repetiram-se também muitas das soluções apresentadas pelos estudos para lidar com as questões relacionadas à adoção tardia, favorecendo sua taxa de sucesso.

A atuação das equipes multiprofissionais como fundamentais para o sucesso da adoção tardia, ao promover um acompanhamento especializado às famílias, foi a solução mais apresentada (Ebrahim, 2001b; Bussiere, 2006; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009; Zamostny *et al.*, 2003). A necessidade de fortalecer a rede de apoio social às famílias que passam por esse processo foi novamente enfatizada (Dias, Silva & Fonseca, 2008). Do mesmo modo, foi colocado a necessidade de preparação das crianças e adolescentes para a desinstitucionalização (Avery, 2000). Quanto a esse aspecto, a própria institucionalização foi desestimulada no estudo de Avery (2000), sendo esta adotada em último recurso.

Parte dos estudos apontou a necessidade de se estabelecer e estimular esforços de estímulo à adoção tardia, incluindo estratégias governamentais e grupos não governamentais (Avery, 2000; Cowan, 2004; Bussiere, 2006; Puretz & Luiz, 2007). O aprimoramento das estratégias de recrutamento e seleção de famílias mais adequadas também foi pontuado nesses trabalhos.

Foi apontado também como recurso a promoção de informações acerca da adoção tardia em espaços midiáticos (Puretz & Luiz, 2007; Cowan, 2004) e a ampliação de pesquisas sobre a temática (Wright & Flynn, 2006; Levy-Shiff, 2001; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009). Essas estratégias podem auxiliar a desmistificar a adoção tardia, reduzindo estereótipos e ampliando a aceitação da sociedade por esse processo.

Cabe destacar o estudo de Triseliotis (2002), que apresenta reflexões acerca do melhor desfecho para crianças mais velhas e adolescentes em acolhimento institucional e familiar. O autor ressalta a possibilidade de a adoção não ser o único caminho a ser almejado pelas instituições, e portanto deve-se buscar desenvolver meios de garantir um desenvolvimento a esses sujeitos mesmo que eles não sejam adotados.

## 2.4 Década de 2010-2019

No Brasil, há um principal marco na condução social e jurídica da de adoção nessa década: a Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017 (Brasil, 2017). A lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando o tempo máximo de 18 meses para permanência em serviços de acolhimento. Também reforça que cada caso de criança e adolescente institucionalizado deverá ser reavaliado a cada três meses. Dentre outras contribuições, essa normativa reitera o direito à convivência familiar, compreendendo a importância do vínculo da criança institucionalizada com a família biológica. Isso porque, a maior parte das crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento é reinserida na família de origem, e o trabalho das equipes deve priorizar essa reinserção (Jacinto, 2019).

Os estudos localizados foram, mais uma vez, predominantemente brasileiros. Das 25 pesquisas identificadas nessa década, 19 foram sobre a realidade brasileira, demonstrando um evidente crescimento do interesse no tema, e/ou uma maior disponibilização dos artigos para acesso aberto. Também foram localizados estudos dos seguintes países: Itália (com destaque ao grupo coordenado pela pesquisadora Cecilia Pace), Israel e Chile.

### 2.4.1 Foco de análise

Nota-se que a maior parte dos estudos dessa década têm como foco de análise as famílias adotivas (ver Quadro 4). Por “família”, entende-se parentalidades (maternidade e/ou paternidade) e díades entre pais e filhos. Carecem, portanto, estudos voltados a compreender a família como sistema completo, com processos próprios, que incluem mas não se limitam ao exercício dos papéis parentais e filiais.

**Quadro 4 - Foco de análise dos estudos (2010-2019)**

Nº	Ano	Estudo	Autor(es)	Foco de análise
1	2010	Vivências de famílias que adotaram pré-adolescentes e o mito da adoção tardia	Silva & Kimmelmeier	Família
2	2011	‘Adoption and attachment theory’ the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children	Pace & Zavattini	Criança e Família
3	2011	Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors	Gleitman & Savaya	Criança

4	2011	Adoção tardia: do estigma à solidariedade	Arnold	Processo adotivo
5	2011	Construção e validação de instrumento para prática interventiva na adoção	Dugnani & Marques	Políticas públicas
6	2012	Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância	Sasson & Suzuki	Equipes multiprofissionais
7	2012	Adoção tardia: um estudo sobre o perfil da criança estabelecido pelos postulantes à adoção	Oliveira & Reis	Família
8	2012	Continuity and discontinuity of attachment patterns: A short-term longitudinal pilot study using a sample of late-adopted children and their adoptive mothers	Pace, Zavattini & D'Alessio	Criança e Família
9	2012	Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia	Cavalcante & Magalhães	Criança e Família
10	2013	Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade	Otuka, Scorsolini-Comin & Santos	Família
11	2013	Attachment in adopted adolescents. National adoption in Chile	Escobar & Santelices	Criança
12	2013	Família adotante: estudo de caso de adoção tardia	Oliveira, Magalhães & Pedroso	Família
13	2013	Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária	Queiroz & Brito	Famílias, Equipes multiprofissionais
14	2013	Psychological problems of late adoption as observed in Brazil through a cultural-historical approach	Anauate	Família, Criança, legislação e processo adotivo
15	2014	Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação	Bicca & Grzybowski	Família
16	2014	Attachment representations in late-adopted children: the use of narrative in the assessment of disorganisation, mentalising and coherence of mind	Pace, Cavanna, Velotti & Zavattini	Criança
17	2014	Os caminhos cruzados da adoção: do abandono precoce à última esperança	Couto	Criança e Família
18	2014	Vivências das Famílias na Adoção Tardia	Luz, Gelain & Amaral	Família
19	2015	Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo	Machado, Ferreira & Seron	Legislação
20	2015	Adoção Tardia: Produção de Sentidos Acerca da Paternagem e Filiação em uma Família Homoafetiva	Souza, Dantas & Ferreira	Criança e Família



21	2015	Adoptive parenting and attachment: association of the internal working models between adoptive mothers and their late-adopted children during adolescence	Pace, Folco, Guerriero, Santona & Terrone	Criança e Família
22	2017	O cinema de animação e a adoção tardia: o abrigo como espaço transicional e sua representação em “Minha Vida de Abobrinha”	Santo & Ramalho	Processo adotivo
23	2018	Contribuições da psicologia no preparo dos envolvidos em processos de adoção tardia	Reis & Burd	Equipes multiprofissionais
24	2018	O aplicativo A.Dot e suas potencialidades em relação à adoção necessária	Floriani & Regazzo	Políticas públicas
25	2018	Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-Filial na Percepção dos Pais	Sampaio, Magalhães & Férez-Carneiro	Família

Fonte: Elaborado pelo autor

## 2.4.2 Temas em destaque

### 2.4.2.1 Temas recorrentes

#### 2.4.2.1.1 Adaptação

Mais uma vez, o tema da adaptação e processos derivados (como a vinculação e o apego) foram extensamente trabalhados ao longo dos artigos dessa década. O apego foi abordado como condição para a adaptação da criança adotada tardiamente à família substituta. Os estudos, entretanto, enfatizaram o entendimento dos perfis de apego como possível forma de avaliar a adaptação (Pace *et al.*, 2015; Pace & Zavattini, 2011; Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012; Escobar & Santelices, 2013; Cavalcante & Magalhães, 2012).

A adaptação foi compreendida como um processo mútuo nos estudos de Silva e Kimmelmeier (2010), Luz, Gelain e Amaral (2014) e Sampaio, Magalhães e Férez-Carneiro (2018). Ou seja, como observado previamente, as pesquisas têm valorizado o entendimento dos processos do conjunto familiar e não apenas da criança.

Luz, Gelain e Amaral (2014) apontam ainda que dificuldades e facilidades referentes à adoção tardia podem permear a adaptação. Dentre as barreiras, aponta-se a crença que a bagagem de experiências da criança maior ou adolescente comprometeria uma vinculação com a nova família. Nesse ponto, embora discorde que a idade seja determinante na adaptação, Couto (2014) alega que a separação da criança ou adolescente

da família biológica pode ter sido traumática, cabendo à nova família lidar de modo que o luto da separação seja elaborado.

Assim, os estudos seguem na direção de entender a adaptação como um processo ativamente construído, e não inteiramente natural. Desse modo, Silva e Kimmelmeier (2010) apontam que esta demanda aceitação e diálogo. Para Anauate (2013), há diferenças entre a criança adotada e a família substituta e, para que haja adaptação, os diálogos estabelecidos devem superar discordâncias e posições sociais desequilibradas.

#### 2.4.2.1.2 *Construção da parentalidade*

A análise do material coletado demonstra que construção da parentalidade passou a ser tema recorrente nos estudos sobre adoção tardia. Os estudos apontam especificidades desse processo na adoção tardia, frequentemente permeadas pela existência de uma história de vida mais consolidada no pré-adoção (Silva & Kimmelmeier, 2010; Machado, Ferreira & Seron, 2015). Couto (2014) acrescenta que na adoção tardia há lutos vivenciados pela criança e pela família adotante, originados da separação parental e da comum dificuldade em gerar filhos biológicos, respectivamente. Nessa condição, a autora aponta que na construção da parentalidade adotiva, as famílias devem transpor o desejo da concepção para a adoção. Em contraponto, ao entrevistarem casais que adotaram tardiamente, Luz, Gelain e Amaral (2014) observaram discursos que não diferenciavam – sob o entendimento dos participantes – a parentalidade biológica da adotiva.

Assim como a adaptação, a construção da parentalidade não foi abordada como natural. Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013) relatam que o período pós adoção é marcado por conflitos e crises nos pais. Dificuldade em educar e estabelecer regras são observados. As autoras acrescentam episódios de estresse e alteração de papéis, já que há uma transição/mixagem entre as funções maritais para parentais. Esses conflitos envolvem questões externas, como a aceitação social sobre a adoção, mas também internas, como a autopercepção de competência parental.

Com alinhamento semelhante, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) e Luz, Gelain e Amaral (2014) afirmam que a transição para a parentalidade requer ajustamento conjugal e emocional. Demanda, portanto, reorganização de rotinas e relações. Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013), por outro lado, alegam que apesar de muitas mudanças ocorrerem no âmbito conjugal, as experiências de transição para a parentalidade são vivenciadas individualmente. Apesar disso, Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018)

alegam haver o envolvimento da criança no desenvolvimento de cada pai e mãe, tornando fundamental compreender as trajetórias desenvolvimentais das díades parento-filiais.

Souza, Dantas e Ferreira (2015) procuraram investigar a construção de sentido entre pais e filhos. Identificaram o que foi nomeado de "renúncia de si mesmo", para os pais, que representa abdicar de interesses pessoais em detrimento da criança. As autoras apontam para a prática discursiva cotidiana, acerca da parentalidade, em um processo contínuo de construção.

Apenas Luz, Gelain e Amaral (2014) realizaram estudo centrado na categoria "família". Mesmo todos os trabalhos analisados abordando elementos da composição familiar, o debate sobre família como sistema dinâmico, mas único, e não a junção de papéis "pais, mães e filhos" parece ainda não ser central nos estudos sobre adoção tardia.

#### *2.4.2.1.3 Motivação para adoção*

Um último tema recorrente refere-se à motivação para a adoção e, mais precisamente, para a adoção tardia. Não houve, entretanto, contribuições totalmente novas frente aos aspectos trabalhados nas décadas anteriores.

Refletindo sobre a concepção clássica de adoção que ainda vigora, Machado, Ferreira e Seron (2015) apontam que a adoção é motivada por infertilidade, tentativa de salvar o casamento e caridade. Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) também apontam a infertilidade como motivo, e acrescentam os estudos sobre altruísmo, também trabalhado por Luz, Gelain e Amaral (2014). O desejo de ajudar, portanto, se insere na motivação para adoção. Por outro lado, os participantes do estudo de Silva e Kimmelmeier (2010) discordaram da associação da adoção tardia à caridade, já que a família adotiva - na sua visão - se beneficia mais com o ato do que o filho.

Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013) e Luz, Gelain e Amaral (2014) acrescentam como motivo o desejo pela parentalidade. Para os autores, faz parte do processo motivacional idealizar a criança, muitas vezes comparando-a consigo mesmos ou com outros membros da família. Em abordagem semelhante, Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) alegam que motivação envolve preferências que devem ser problematizadas. Segundo as autoras, a motivação por meninas é mais comum nos países ocidentais, pois a esse gênero há maior associação social sobre disponibilidade de afeto e até submissão/obediência.

Dois estudos buscaram explicitar com maior profundidade as motivações que permeiam a adoção tardia. Silva e Kimmelmeier (2010) identificaram os seguintes motivos: apego ao filho adotivo em contatos anteriores, valorização da cultura familiar, dificuldade ou impossibilidade de gerar filhos biológicos, e discursos de fé e predestinação. Já os casais entrevistados por Bicca e Grzybowski (2014) alertaram que a idade avançada do filho foi fundamental na decisão pela adoção. Será realizado maior aprofundamento sobre esse aspecto em tópico adiante, no qual são apresentados os posicionamentos favoráveis à adoção tardia, atestando sua viabilidade conforme a literatura.

#### *2.4.2.2 Novos temas em destaque*

##### *2.4.2.2.1 Devolução e abandono*

Nessa categoria, foram englobados dois temas que, apesar de distintos, são entrelaçados: o abandono das crianças por parte das famílias biológicas, e a devolução por parte das famílias adotivas. Ambas são formas de rompimento de vínculos e têm sido cada vez mais pesquisadas na área em questão.

Em linhas gerais, o abandono foi discutido a partir das suas causas e consequências. Silva e Kimmelmeier (2010) discutem a origem do abandono das crianças pelos genitores. Dificuldades financeiras e estigmatização de papéis sociais de gênero (a exemplo da mãe solteira) colaboram com a dificuldade de uma família permanecer com a prole. As autoras, com isso, questionam o caráter volitivo da entrega de crianças para adoção: seria uma escolha ou uma pressão das contingências, como preconceitos e vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas pelas famílias? Em concordância, Queiroz e Brito (2013) associam o abandono à estrutura pauperizada da sociedade capitalista contemporânea. Para as autoras, ao comprometer a dimensão familiar, a pobreza reverbera em casos de negligência e maus-tratos. Entretanto, deve-se compreender essa relação como uma cadeia que tem como base a desassistência do Estado e a organização econômica vigente que condiciona vulnerabilidades.

Dentre as consequências possíveis do abandono, Sob uma perspectiva psicanalítica, Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) mencionam uma "fantasia de morte" nas crianças. Essa fantasia é base para pensamentos e comportamentos destrutivos, como a agressividade exacerbada observada com frequência nos períodos

adaptativos. Já Couto (2014) alerta para a dificuldade manifesta pelas crianças em formar novos vínculos, diante dos rompimentos gerados pelo abandono familiar.

As devoluções foram tratadas essencialmente com base nas suas justificativas. Neste ponto, Machado, Ferreira e Seron (2015) destacam inadaptação da criança ao modelo idealizado pelos adotantes. Essa motivação sustenta-se em uma lógica culpabilizante da criança por não ter construído o vínculo com a nova família. Também se argumenta problemas de comportamento, patologias e ingratidão, especialmente no imaginário parental de que o filho adotivo deva ser mais grato do que uma criança biológica. Os autores apontam para uma inequivalência na posição de tolerância de algumas famílias, as quais se dispõem a aturar queixas e desafios com filhos biológicos que não se aplicam aos adotivos.

A lógica culpabilizante da criança também foi observada por Dugnani e Marques (2011). Ao construir e validarem um instrumento para intervenção e prática da adoção, os autores reservaram uma seção a itens sobre devolução. Nas respostas, as características das crianças despontaram como fatores que contribuem com o fracasso da adoção. Acrescentam que há uma relação entre devoluções e idade, gênero, quantidade de irmãos, necessidades especiais, cognitivas, emocionais, dentre outros aspectos centrados na criança.

Esse tema também foi abordado por Couto (2014). A autora desenvolveu análise de crianças que foram adotadas tardiamente através da modalidade internacional, e aponta efeitos do abandono precoce das crianças, tendo como resultado a dificuldade em estabelecer confiança na família substituta. Segundo aponta, a criança tende a generalizar a situação, fantasiando novas possibilidades de abandono, pois contrasta a vinculação biológica, geralmente associada a uma relação mais forte, com uma suposta fragilidade da família adotiva. Assim, em uma ilusão de culpa, a criança pode indaga: se sofreu abandono de pessoas com quem tinha laço consanguíneo, o abandono da família substituta pode ocorrer engatilhado por atitudes mais triviais. Na realidade da adoção internacional, Couto (2014) teoriza a perspectiva da criança e associa a devolução a um resultado da não adaptação à nova família e à nova cultura.

Machado, Ferreira e Seron (2015) alerta que são poucas as pesquisas e estatísticas oficiais voltadas à devolução de crianças e o abandono afetivo. Os autores lembram que, no Brasil, devoluções só podem ocorrer no estágio de convivência, quando a adoção definitiva não foi ainda sentenciada. Desse modo, convergem com Bicca e Grzybowski

(2014), que entendem as devoluções como uma problemática central que deve ser observada e combatida através de estudos sobre a adaptação, já que estes produzem subsídios à prática das equipes multiprofissionais que conduzem as adoções.

Luz, Gelain e Amaral (2014) apontam para a necessidade de garantir informação sobre adoção tardia às famílias para evitar as devoluções. De acordo com os autores, o resultado desfavorável tem relação com o desconhecimento e a existência de crenças errôneas dos postulantes sobre o tema.

A despeito da relevância do tema e da abordagem observada, constatou-se que há escassez de estudos que tenham como objetivo específico analisar o fenômeno do abandono e da devolução de crianças que passaram por adoção tardia. Por outro lado, é evidente a preocupação crescente acerca desse aspecto, a qual já podia ser identificada em pesquisas de décadas anteriores, já que discutir sucesso e fracasso da adoção tardia implica em analisar as implicações práticas desses desfechos: a permanência com qualidade da criança na família, e a construção de uma nova composição familiar realmente integrada; ou a devolução e o retorno da criança maior ou adolescente para o Sistema de Garantia de Direitos e institucionalização.

#### 2.4.2.2.2 *Legislação*

Os estudos encontrados que tematizaram com alguma profundidade a legislação acerca da adoção tardia foram todos brasileiros. Curiosamente, apesar desse tema ser trabalhado em outras décadas, apenas nos anos 2010-2019 observou-se maior ênfase à sua participação na compreensão da adoção tardia.

Nesse sentido, Arnold (2011) narra que o ordenamento jurídico reflete posicionamentos sociais sobre uma agenda publicamente relevante. Ao mencionar o ECA, refere-se à lógica da proteção integral, que inaugura uma doutrina avançada de ação do Estado às crianças e adolescentes brasileiros, estabelecendo esse público como prioritário para as políticas públicas. Silva e Kemmelmeier (2010) afirmam que a legislação é voltada ao melhor benefício da criança, o que orienta o procedimento de habilitação de famílias. Como finalidade, busca-se garantir o desenvolvimento social, cognitivo e físico das crianças e adolescentes (Queiroz & Brito, 2013).

Machado, Ferreira e Seron (2015) pontuam que, para compreender como a adoção tardia se estabelece no Brasil, além do ECA e da Lei nº 12.010 de 2009 (já mencionadas neste capítulo), deve-se analisar as mudanças estabelecidas no Código Civil de 2002,

como a necessidade de haver 16 anos de diferença entre adotado e adotante (Silva & Kimmelmeier, 2010). Como avanço, apontam o estímulo do ECA à adoção dos grupos tidos como preteridos. Esses avanços são aprofundados pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), publicado em 2006.

Focando a Lei nº 12.010 de 2009, Luz, Gelain e Amaral (2014), Bica e Grzybowski (2014) e Reis e Burd (2018) enfatizam três principais pilares que a sustentam: desburocratização da adoção, garantia da convivência familiar e comunitária, e redução do período de institucionalização. Ao longo deste capítulo, foi constatada a relevância desses aspectos no desenvolvimento da criança ou adolescente adotados tardiamente, o que sugere um alinhamento legal com as pesquisas da área. O direito à convivência familiar e comunitária ganharam relevância, protagonizando junto aos direitos à alimentação, moradia, saúde e educação, reforçando o entendimento legal acerca da importância da inserção da criança em um ambiente social e familiar sadio (Queiroz & Brito, 2013).

Apesar da existência de adoções informais (comumente conhecidas como "adoção à brasileira), Luz, Gelain e Amaral (2014) afirmam que a distinção de filiação biológica e adotiva envolve também aspectos jurídicos. O vínculo estabelecido acaba sendo regulado pela lei, o que eleva a filiação à condição de direito. Sobre esse aspecto, Oliveira e Reis (2012) realizaram retrospectiva das legislações sobre adoção no Brasil. As autoras mencionam a adoção simples, existente nas primeiras normatizações, sendo uma modalidade que não estendia a relação de parentesco entre criança adotada e membros da família que não os pais e mães adotantes.

Silva e Kimmelmeier (2010) entretanto, questiona o fato de a lei acabar, implicitamente, priorizando configurações familiares tradicionais, no modelo nuclear, por esse ser erroneamente considerado o único ideal para o bom desenvolvimento infantil. É imperioso, portanto, analisar quais entendimentos sobre família, infância e desenvolvimento sustentam as legislações vigentes.

Outra crítica parte de Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013) acerca da licença maternidade estabelecida para mães que realizam adoção tardia. Segundo as autoras, o período deveria ser superior aos 90 dias estipulados na realidade pesquisada, já que a bagagem trazida por uma criança maior ou adolescente requer maior período de aproximação e conhecimento do que nas adoções de recém-nascido.

Por fim, Couto (2014) trabalha aspectos legais da adoção internacional e demonstra sua relação com a Convenção de Haia de 1993. De fato, é impossível compreender o direcionamento jurídico de um país sem observar as convenções das quais é signatário. Dentre as principais declarações cujo Brasil faz parte, e que implicaram na construção da Doutrina da Proteção Integral regida pelo ECA, conseqüentemente incidindo sobre os processos de adoção tardia, encontram-se: Declaração Universal dos Direitos Humanos; e a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

A primeira estabelece um conjunto de compromissos das nações em garantir dignidade e direitos básicos a todos os seres humanos. Seu Artigo 25 dispõe sobre a infância, no qual afirma que “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (Assembleia Geral da ONU, 1948). Ou seja, dentre outras possibilidades, o artigo exclui a consanguinidade como condicionante à garantia de proteção integral e cuidados às crianças.

A segunda estabelece dez princípios voltados especificamente às crianças (Assembleia Geral da ONU, 1959). Esses princípios centralizam-se na afirmação da infância como período de prioridade às nações, cuja proteção e os direitos fundamentais devem ser preservados. Esse documento foi um marco na luta pelo protagonismo infanto-juvenil nas políticas públicas pelo mundo. Foi seguido da Convenção de Direitos da Criança, aprovada em 1989 e posta em vigor em 1990, ratificando esses posicionamentos (Assembleia Geral da ONU, 1989). Nenhuma dessas declarações aponta delimitações sobre o período etário que engloba a infância.

### **2.4.3 Assunções Centrais**

#### *2.4.3.1 Assunções reincidentes*

A análise dos artigos dessa década permitiu demonstrar que há assunções sobre a adoção tardia que se mantiveram nos resultados e conclusões das pesquisas realizadas. Primeiramente, observou-se o entendimento da adoção como marcada por históricos negativos. Como relatado neste capítulo, o histórico de crianças maiores e adolescentes, incluindo experiências de abandono, abusos, privações e institucionalização, com frequência é associada à convivência na família substituta e ao desfecho do processo adotivo (Silva & Kemmelmeier, 2010; Gleitman & Savaya, 2011; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2013; Couto, 2014; Pace *et al.*, 2014; Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012;



Santo & Ramalho, 2017; Floriani & Regazzo, 2018). Nesse sentido, os estudos alegam que a adoção tardia demanda cuidados especiais, evitando negar a história da criança ou adolescente por parte das equipes e da família, mas garantindo meios para sua elaboração sadia (Sasson & Suzuki, 2012; Machado, Ferreira & Seron, 2015; Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018; Luz, Gelain & Amaral (2014).

Outra assunção recorrente refere-se à compreensão da adoção como demarcada por preconceitos. O preconceito com frequência advém da ideia de uma bagagem pregressa da criança maior ou adolescente, que dificultaria sua adoção e seria a fonte de comportamentos antissociais e patologias (Sasson & Suzuki, 2012; Anauate, 2013).

De acordo com Sasson e Suzuki (2012), o papel da mídia é determinante como gerador e mantenedor desse preconceito. Ademais, estereótipos sobre adoção tardia fortalecem o interesse das famílias postulantes pela adoção de bebês, buscando evitar problemas associados às crenças negativas (Luz, Gelain & Amaral, 2014; Silva & Kimmelmeier, 2010). Essa afirmação é corroborada no estudo de Bicca e Gryzbowski (2014), o qual afirma que as famílias que preferem adotar crianças abaixo dos dois anos receiam terem dificuldade em estabelecer vínculo com crianças maiores devido a possíveis traumas vivenciados por elas.

Arnold (2011) e Luz, Gelain e Amaral (2014) argumentam que o preconceito se sustenta no desconhecimento social sobre a adoção tardia. Nesse sentido, Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) constatam que após participarem de grupos de adoção e conhecerem melhor a adoção tardia, grande parte das famílias repensam suas crenças e algumas mudam o perfil de interesse para uma faixa etária mais ampla.

Por fim, a ampliação de estudos que valorizassem as equipes multiprofissionais que acompanham os processos adotivos parece estar associado a uma última assunção recorrente: as ações das políticas públicas influenciam no desfecho da adoção. Segundo Oliveira e Reis (2012), o número reduzido de profissionais nas equipes técnicas que atuam nas etapas da adoção contribui com a demora dos processos. Entretanto, seu trabalho é tido como fundamental, servindo como elo mediador entre crianças e famílias, acatando demandas das partes, tirando dúvidas e tomando decisões para a boa condução da adoção tardia (Dugnani & Marques, 2011; Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012). Para além das equipes associadas ao sistema de justiça, Reis e Burd (2018) salientam a importância do trabalho em rede, garantindo atenção integral aos envolvidos.

As instituições de acolhimento também figuraram esse tópico. Para Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) e Santo e Ramalho (2017), um funcionamento com foco na garantia de direitos, e não no assistencialismo filantrópico, bem como a existência de uma estrutura adequada para garantia do desenvolvimento das crianças e adolescentes reduziria o impacto negativo do período de abrigo. Os resultados do estudo de Gleitman e Savaya (2011) corroboram essa afirmação, nos quais se aponta uma relação entre a alta qualidade das instituições israelenses e o desfecho favorável da adoção tardia.

Seguindo outra linha, Floriani e Regazzo (2018) afirmam que os sistemas de cadastro de adoção precisam ser aprimorados, para redução de filas, facilitação da busca ativa e melhoria na combinação entre crianças e famílias. A qualificação na gestão dos processos de adoção foi pouco abordada nos demais estudos analisados.

#### *2.4.3.2 Assunções novas*

##### *2.4.3.2.1 Há uma relação entre a adoção tardia e comportamentos adversos*

Diferente da década de 1980, no qual foram encontrados estudos que apresentavam desfechos patológicos da adoção, na década de 2010 houve estudos que demonstraram a relação entre a adoção tardia e a presença de comportamentos adversos.

O estudo de Gleitman e Savaya (2011), por outro lado, testou a hipótese entre problemas de comunicação entre adolescentes adotados tardiamente com seus pais. Esses adolescentes haviam sido adotados, em média, há 12,9 anos, sendo 42% da amostra inseridos nas famílias entre 2 e 9 anos. Esses resultados se assemelham aos da pesquisa longitudinal de Pace e Zavattini (2011). As autoras avaliaram o perfil de apego de crianças adotadas tardiamente em dois momentos: T1 – 2 meses após a adoção; T2 – 8 meses após a adoção. No segundo momento houve melhora significativa no perfil, com ampliação de apego seguro de 15% para 50% na amostra de crianças.

Mesmo com vivências estressoras na infância, os resultados parecem revelar que a convivência com a família desencadeia processos que reduzem a ocorrência de comportamentos adversos, na maioria dos casos. Essa convivência, nos países contextos dos estudos relatados (Israel e Itália), é acompanhada de políticas de seleção e preparo às famílias.

Esse fator pode ser a explicação para os resultados distintos encontrados por Escobar e Santelices (2013). As autoras também realizaram pesquisa sobre perfis de apego em adolescentes adotados quando crianças e constataram uma predominância de

apego inseguro e inseguro evitativo, sendo verificada uma relação positiva entre esses tipos e a idade da adoção. As autoras hipotetizam que a necessidade de lidar sozinho com adversidades nos períodos iniciais da vida pode prejudicar predominantemente a qualidade das relações estabelecidas pelos adolescentes que foram adotados. Por outro lado, destaca-se aqui que esses dados podem estar relacionados à maior precariedade das políticas de atenção à infância e à adoção no Chile, país contexto do estudo de Escobar e Santelices (2013), quando comparado às pesquisas de Gleitman e Savaya (2011) e Pace e Zavattini (2011) realizadas em Israel e Itália, respectivamente.

#### 2.4.3.2.2 *Existe um perfil ideal de famílias adotantes*

Como observado, estudos da década de 2000 buscaram refletir sobre as características das famílias adotivas e os fatores que as influenciam a recorrer à adoção tardia. Ao que parece, na década de 2010, os estudos levam em conta a existência de um perfil ideal de famílias que se interessam, executam e fazem funcionar a adoção tardia. Esse perfil envolve fatores como: perfis favoráveis de apego (Pace & Zavattini, 2011; Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012; Pace *et al.*, 2015); fatores da personalidade que demarquem altruísmo, maturidade, estabilidade emocional e autoestima, permitindo aos casais adotantes compreensão das próprias demandas e recursos, favorecendo o enfrentamento dos embates da adoção (Gleitman & Savaya, 2010; Anauate, 2013; Oliveira, Magalhães & Pedroso, 2013; Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2013); estilos parentais adequados (Dugnani & Marques, 2011; Bicca & Grzybowski, 2014); menores índices de preconceito, visões estereotipadas sobre o processo adotivo e maior abertura/disponibilidade para lidar com novas perspectivas (Silva & Kemmelmeier, 2010).

Os estudos sobre apego frequentemente foram realizados por Cecilia Pace *et al.* (Pace & Zavattini, 2010; Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012; Pace *et al.*, 2015). Pace e Zavattini (2011) realizaram estudo com 20 díades (mãe-filho/a) adotivas e 12 díades consanguíneas. Identificaram que mesmo havendo inicialmente padrões de apego inseguro na relação familiar, este tendia a reduzir com o tempo. Especificamente as mães que adotaram tardiamente demonstraram passagem de apego inseguro para seguro ao longo do tempo, porém não houve significativa correspondência entre os formatos de apego delas com os padrões observados nas crianças. Ou seja, fenômenos mais amplos,

não apenas a análise dos padrões de apego das mães e dos filhos, devem ser observados para assumir melhoria nesses padrões.

Em estudo posterior, Pace, Zavattini e D'Alessio (2012) constataram que mães com padrão de apego seguro conseguiram mobilizar afetos e comportamentos positivos nos filhos adotivos. Essa mobilização reduzia o índice de comportamentos defensivos e permitiam melhor expressão de sentimentos, favorecendo o processo adotivo. Em estudo mais recente, Pace *et al.* (2015) confirmaram essas conclusões, alegando enfim que o bom desfecho da adoção é favorecido pela pertinência dos padrões de apego materno, demarcados por maior coerência e baixa perda não resolvida. Ademais, os autores afirmam que as mães participantes com padrão de apego seguro conseguiam integrar coerentemente a própria história de apego, auxiliando seus filhos sem incorrer em reproduções de traumas e comportamentos disfuncionais.

Características individuais e da personalidade dos familiares adotantes também foram explicitadas como influentes no desfecho da adoção tardia. Para Anauate (2013), esse perfil envolve alta autoestima e maturidade, e estabilidade emocional. Maturidade e estabilidade emocional também foram mencionadas por Oliveira, Magalhães e Pedrosa (2013), que acresce a orientação altruísta das famílias que obtêm sucesso com a adoção. O altruísmo também foi identificado nos discursos analisados por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013), reforçando assim conclusões mencionadas anteriormente neste capítulo (Ebrahim, 2001). Gleitman e Savaja (2010) realizaram estudo com adolescentes adotados em Israel. Apontaram que parte do sucesso envolve a competência dos pais e mães em encarar os desafios da adoção de maneira funcional, enfrentando adequadamente seus próprios problemas e os problemas inerentes ao processo adotivo.

Sob outra perspectiva, estudos sobre estilos parentais demonstraram associação entre essa característica e o desfecho da adoção tardia. Dugnami e Marques (2011) mencionam que pais com desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e senso de planejamento perpassam mais favoravelmente por situações estressoras referentes à adoção, impactando no contexto familiar. Em estudo com casais que realizaram adoção tardia, Bicca e Grzybowski (2014) identificaram índices significativos de pais e mães com estilo parental autorizante, que inclui elevada exigência associada à atitude responsiva. Esse perfil, segundo os autores, possui relação com o investimento afetivo da convivência com a criança adotiva e a reflexão acerca dos períodos de habilitação à adoção.

O último aspecto refere-se à dimensão dos preconceitos e estereótipos negativos que são associados à adoção, diante do desconhecimento social acerca do tema (Silva & Kemmelmeier, 2010). Acresce-se a chamada cultura clássica da adoção, que dissemina concepções que associam este processo ao preenchimento de desejos das famílias, ou à filantropia, também devem ser levados em consideração. Os autores acrescentam que famílias que demonstram e se percebem como mais abertas e com baixo índice de preconceito sobre a adoção configuram um perfil ideal para exercer a adoção tardia. Ademais, Bicca e Grzybowski (2014) identificaram que postulantes à adoção tardia costumam ter maior disponibilidade para perfis variados e geralmente preteridos de idade, sexo, raça e condições de saúde.

Apesar da ênfase em características pessoais que determinariam um perfil ideal de adotantes pela modalidade tardia, todos os autores mencionam a necessidade de fatores complementares para garantir o sucesso da adoção. O acompanhamento das equipes multiprofissionais dos sistemas de proteção social são os principais apontados. Salienta-se especificamente os treinamentos que algumas realidades institucionais fornecem às famílias postulantes. Esse acompanhamento e treinamento revelam que mesmo características individuais não são necessariamente intrínsecas e podem ser desenvolvidas, favorecendo que mais pessoas estejam abertas e aptas à adoção tardia.

#### 2.4.3.2.3 *Questionamento do modelo idealizado de família*

Expandindo a visão em relação às características individuais, houve estudos desta década que questionaram o modelo de família idealizado na sociedade contemporânea, associando essa concepção às demandas do processo de adoção tardia, particularmente como dificultador.

A adoção tardia é encarada por Machado, Ferreira e Seron (2015) como uma contradição frente às concepções clássicas de família e, ao mesmo tempo, rebate a família idealizada na modernidade em detrimento de uma família real. De acordo com os autores, na legislação brasileira opera a noção de família burguesa, formada por pais e descendentes, excluindo outras possibilidades.

Em estudo com casais homossexuais adotantes, Bicca e Grzybowski (2014) revelam que a supervalorização do laço sanguíneo na concepção de família extrapola o texto legal, sendo difundida socialmente. Especialmente nesses casos, fatores como conjugalidade e papéis tradicionais (pai e mãe) podem configurar desafios na

concretização da adoção tardia, pois quaisquer configurações distintas do socialmente esperado gera estranhamento acerca do conjunto familiar. Em adição a esses aspectos, Silva e Kimmelmeier (2010) relembra que perdura o ideário do instinto materno, que naturaliza as relações de cuidado entre mães e sua prole. Em famílias cuja presença materna inexistente, evidencia-se um conflito sobre esse suposto hiato proteção.

A consanguinidade como determinante da construção familiar também foi apontada por Luz, Gelain e Amaral (2014) e Silva e Kimmelmeier (2010). Segundo os autores, grande parte do preconceito vivido pelas famílias que adotam tardiamente advém da quebra de paradigma social demarcado pela parentalidade não consanguínea.

#### 2.4.3.2.4 *Viabilidade e positividade da adoção tardia*

O principal posicionamento observado nos estudos analisados envolve a afirmação da adoção tardia não apenas como viável, mas como uma modalidade vantajosa, tanto na perspectiva dos pais quanto dos filhos. Os estudos analisados apontaram melhorias nos padrões de apego provenientes do novo ambiente de inserção das crianças; necessidade do suporte parental para que a adoção seja viável; e modificação da cultura acerca da adoção tardia, reduzindo estigmas negativos.

Pace *et al.* (2015) constatam que, mesmo havendo dificuldades no estabelecimento do apego entre crianças maiores e adolescentes adotados tardiamente com suas famílias substitutas, essas dificuldades tendem a se reduzir. Pais, mães e filhos geralmente se desenvolvem positivamente após a experiência de adoção tardia, especialmente quando adequadamente acompanhados. A adoção tardia em si, de acordo com os autores, é um fator protetivo para crianças que eram consideradas de alto risco diante de históricos adversos. O mesmo núcleo de pesquisa realizou um estudo longitudinal conduzido por Pace e Zavattini (2011) com crianças adotadas tardiamente. A constatação central é que o apego seguro aumentou ao longo do tempo. Os autores identificaram que na segunda avaliação (T2), crianças adotadas tardiamente apresentaram padrões seguros de apego mesmo tendo sido classificadas no perfil de apego inseguro na primeira medição (T1), ocorrida logo após a colocação nas famílias substitutas. Essa mudança ocorreu em menos de um ano. Essas conclusões também foram observadas em estudo posterior (Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012), no qual observou-se mudança de apego inseguro para seguro das crianças participantes entre sete e oito meses desde a inserção na família substituta. Os autores apontam que isso depende do ambiente ser

estável e nutritivo, favorável ao desenvolvimento, incluindo a construção de representações positivas e vínculos sadios.

Em estudo sobre o fenômeno na realidade israelense, Gleitman e Savaya (2010) realizaram comparação de variáveis como autoestima, uso de substâncias psicológicas, abertura para comunicação e problemas de comportamento, entre a população geral e crianças adotadas de modo tardio. Não foi observada relação significativas entre desfechos negativos pós-adoção e os fatores idade e vivências estressoras na pré-adoção. Ademais, os problemas identificados nas crianças adotadas não destoavam da população geral.

Para Sasson e Suzuki (2012) é inegável que a formação de uma relação parental substituta ideal deveria ocorrer nos primeiros meses de vida. Entretanto, na inviabilidade dessa execução, a adoção tardia torna-se uma alternativa favorável. Elementos como suporte, trocas afetivas, demonstração de confiança e apoio dos envolvidos no processo colaboram com o sucesso da adoção. As autoras lembram ainda que a criança encaminhada a adoção não deve ser analisada apenas a partir do critério idade, pois provém de uma complexa trajetória desenvolvimental que inclui a relação com genitores e as vivências pré-adotivas. Os achados de Pace *et al.* (2014) corroboram essas constatações. Os autores concluem que o período de convívio com as famílias opera como fator protetivo. No estudo realizado, observou-se que o período de convívio com a família adotiva foi capaz de melhorar as habilidades das crianças em explorar seu mundo interno, ampliando as habilidades de mentalização. Nesse sentido, a adoção tardia é entendida como possível contanto que os pais acolham as dificuldades apresentadas e reconstruam o ambiente familiar perdido (Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro, 2018). Assim, conforme Atenuate (2013), os seres humanos possuem capacidade de se modificarem e adaptarem a novos contextos, conforme o ambiente seja favorável para essa mudança. Desse modo, o sucesso da adoção deve ser analisado a partir de uma perspectiva relacional, pois as trocas estabelecidas na nova família e a disponibilidade dos envolvidos no processo serão centrais para esse desfecho (Silva & Kemmelmeier, 2010; Cavalcante & Magalhães, 2012).

Arnold (2011) alerta que a adoção tardia é viável conforme a sociedade tenha conhecimento sobre esse processo. Ou seja, não se considera, em sua perspectiva, uma característica inerente da adoção tardia à inclinação ao fracasso/sucesso. Esta deve ser compreendida de modo sócio-histórico, sendo a cultura acerca da prática adotiva o

principal fator que favorece ou não a sua viabilidade. Em concordância, Anauate (2013) é taxativa ao afirmar a necessidade de desmistificar a adoção tardia como mais dificultosa.

Não apenas como viável, Bicca e Grzybowski (2014) constataram que há aspectos vantajosos na adoção tardia, como a menor dependência dos pais, profundidade nas interações com os adultos que favorecem a adaptação. O estudo foi desenvolvido com casais e tinha como objetivo compreender o período inicial da adoção. Os aspectos apontados têm relação com o avançar no desenvolvimento infantil, que contribui para o estabelecimento de relações mais dialogadas, permitindo maior precisão nas trocas e nas negociações.

Parte dos questionamentos sobre a inviabilidade da adoção tardia advém da suposta experiência traumática da separação parental biológica. Entretanto, segundo Oliveira e Reis (2012), são raros os casos que os distúrbios causados pela perda ou afastamento dos pais biológicos seriam irreparáveis e inviabilizariam a adoção. Em outro estudo, desenvolvido por Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) com casal divorciado que realizou adoção tardia, essa posição é reforçada. Os autores constataram que, apesar das barreiras presentes no processo adotivo, o filho acabou entrando no ritmo da família, entendendo as nuances do seu funcionamento e sistema de valores. Esse dado contrapõe um entendimento basilar ao preconceito voltado à adoção tardia: a suposta "bagagem" trazida pela criança maior ou adolescente, diante de uma vivência extensa de institucionalização e pré-institucionalização permeada por violações, que seria difícil de ser enfrentada pela família adotante. Sobre esse aspecto, Luz, Gelain e Amaral (2014) alegam que as demandas de enfrentamento e incorporação da história pregressa da criança e as expectativas construídas pelas famílias sempre farão parte da construção familiar, já que não há como negar a trajetória de vida dos envolvidos.

Conclui-se que existe uma tendência atual nos estudos a enfatizarem a viabilidade da adoção tardia e, mais timidamente, apontar suas vantagens em relação a outras modalidades de adoção. Evidencia-se que a adoção tardia não é capaz de impedir o desenvolvimento infantil, embora estudos anteriores associem idade ao insucesso da adoção (Pace, Zavattini & D'Alessio, 2012) e que não há idade ideal para adotar (Silva & Kemmelmeier, 2010), já que em todo processo de filiação-parentalidade, especialmente naqueles engatilhados pela adoção, surgirão desafios relacionados à vínculo e à história de cada membro da família. A mudança na concepção sobre a adoção tardia, dirimindo preconceitos, e o estabelecimento de um ambiente familiar sadio, com disponibilidade da



família para acolher as demandas da criança adotada, sanar dúvidas e estabelecer diálogo e negociação, são os principais aspectos que tornam possível esse processo.

#### **2.4.4 Soluções apontadas**

A análise dos estudos dessa década revela uma maior variedade de soluções apontadas nos estudos para a efetivação da adoção tardia. Entretanto, pode-se observar que há aspectos que perduram ao longo do período abarcado nesta revisão.

A aceleração do processo de destituição familiar, agilizando a inserção das crianças e adolescentes no cadastro de adoção, é sugerida por Floriani e Regazzo (2018). Os mesmos autores apontam para a importância de ampliar a viabilização dos contatos entre crianças e adolescentes e pretendentes habilitados.

Dentre as sugestões recorrentes, encontra-se a importância da atuação das equipes multiprofissionais para a efetivação da adoção tardia (Silva & Kimmelmeier, 2010); Pace *et al.*, 2014; Luz, Gelain & Amaral, 2014). Em consonância, Silva e Kimmelmeier (2010), Sasson e Suzuki (2012) e Dugnani e Marques (2011) apontam que essas equipes têm como função informar, instruir, educar e conscientizar os sujeitos que acompanham. Os autores reforçam que deve haver qualificação para esses profissionais, pois eles também estão sujeitos aos discursos clássicos e estereótipos sobre a adoção tardia. Para Bicca e Grzybowski (2014), as equipes devem atuar trabalhando o desejo dos postulantes, de modo que esse supere os perfis pré-estabelecidos, dando maior ênfase na vivência de parentalidade.

A preparação das famílias adotantes se vincula ao trabalho das equipes multiprofissionais. Oliveira e Reis (2012) sinalizam que deve haver uma preparação anterior à chegada da criança. Para Escobar e Santelices (2013), é importante que haja o estabelecimento de uma política pública pós-adoção, com monitoramento e suporte por períodos mais longos do que se observa atualmente. Isso porque é difícil mensurar o tempo necessário para o estabelecimento de um apego seguro, logo o acompanhamento não pode ficar limitado a períodos rígidos pré-estipulados. Além da preparação de cunho mais técnico, centrada no contexto da adoção, Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013) e Luz, Gelain e Amaral (2014) orientam a necessidade de as famílias receberem suporte psicológico que dê conta de experiências subjetivas frequentemente não ligadas diretamente ao processo adotivo, mas que em alguma medida pode com ele estabelecer relações.

Grande parte dos estudos analisados apontava para a importância de as famílias não ignorarem a história pregressa das crianças e adolescentes adotados. Sasson e Suzuki (2012) e Bicca e Grzybowski (2014) afirmam que essa história precisa ser integrada ao novo contexto familiar, sendo um tema constantemente dialogado. De acordo com Luz, Gelain e Amaral (2014), esse entendimento deve ser construído durante a preparação da família para receber o filho adotivo. De acordo com Silva e Kimmelmeier (2010), o não dito se manifesta de outro modo para as crianças, dificultando a construção da sua identidade integrada à nova família. Anular o passado da criança, deste modo, é um obstáculo a ser evitado.

Sugestões que envolvem normativas legais também foram apresentadas, levando em conta que maior parte dos países possui leis avançadas sobre a adoção, embora isso não se reflita na socialização do conhecimento sobre adoção tardia (Silva & Kimmelmeier, 2010). Sobre o Brasil, Arnold (2011) observa que falta divulgação e conscientização social acerca das regulamentações nacionais. Além da divulgação, Oliveira e Reis (2012) acrescentam que o ECA precisa ser melhor efetivado, para que se cumpra o texto legal em função dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

Em acréscimo, Queiroz e Brito (2013) defendem que o Estado proteja as famílias de variadas configurações, resultando na garantia de direito às crianças. Aqui a ênfase é preventiva, intervindo no combate às vulnerabilidades que originam o abandono. Também preventivamente, Cavalcante e Magalhães (2012) alerta para a necessidade de serem construídas estratégias que reduzam os períodos de institucionalização das crianças e adolescentes, já que essa experiência com frequência é associada a privação de estímulos afetivos e familiares.

Bicca e Grzybowski (2014) reforçam a necessidade de o poder público trabalhar a conscientização sobre adoção tardia, trazendo o debate sobre o tema ao público, para desconstruir estigmas e evitar preconceitos. Segundo Arnold (2011) e Oliveira e Reis (2012), isso pode ser alcançado através da realização de campanhas educativas. Essas intervenções têm como objetivo central atingir a sociedade e trabalhar pela mudança na cultura da adoção (Silva & Kimmelmeier, 2010; Dugnani & Marques, 2011; Sampaio, Magalhães & Féres-Carneiro, 2018).

Autores como Bicca e Grzybowski (2014) orientam a promoção de espaços de troca entre pessoas que vivenciaram a adoção tardia e pretendentes. Grupos de adoção foram sugeridos por Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) ao apresentarem

estudos que revelam um aumento de 4% para 20% do interesse de participante desses grupos em adotar crianças maiores.

A utilização de ferramentas e instrumentos que colaborem com o trabalho das equipes multiprofissionais e com o sistema de justiça também foi apontado nos estudos (Dugnani & Marques, 2011). Nesse direcionamento, Floriani e Regazzo (2018) apresentam um aplicativo (A.DOT) que se propõe a acelerar os processos jurídico-assistenciais relacionados à adoção, favorecendo a busca ativa de famílias postulantes pelas comarcas. Já Pace *et al.* (2014) sugerem a administração da Manchester Completion Attachment Story Task (MCAST), um instrumento lúdico de avaliação do apego, em crianças antes da adoção, para poder acompanhar melhor a evolução desse e outros fatores psicológicos relevantes na adoção. Estende-se, aqui, a necessidade da utilização de mais instrumentos devidamente validados que auxiliem as equipes técnicas a efetivarem os objetivos da institucionalização e inserção de crianças em famílias substitutas.

Segundo Gleitman e Savaya (2010), os resultados observados em seu estudo revelando a tendência ao sucesso das adoções tardias só foram possíveis diante da qualidade das instituições israelenses (país na qual a pesquisa foi realizada) no acolhimento e direcionamento dessas crianças. Desse modo, reforçam a importância da melhoria da qualidade desse serviço nos demais contextos.

A ampliação de estudos sobre adoção tardia mais uma vez foi mencionada, para qualificar esse processo (Arnold, 2011; Oliveira & Reis, 2012). Gleitman e Savaya (2010) apontam que, para além dos aspectos classicamente estudados por estarem relacionados à adoção, deve-se investigar também fatores intervenientes, como imagem corporal, identidade e emoções. Para Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013), os estudos longitudinais são escassos, embora fundamentais para compreender com profundidade as mudanças decorrentes da adoção tardia. Nesse sentido, Silva e Kemmelmeier (2010) sinalizam a necessidade de investir em pesquisas sobre as situações de sucesso, pois estas são pouco abordadas, o que reafirma uma visão sobre adoção tardia como inexequível.

## **2.5 Síntese do cenário de pesquisa apresentado**

A síntese construída ao longo deste capítulo não tem por objetivo unificar discursos acadêmicos sobre adoção tardia. Ela é resultado da leitura aprofundada de artigos selecionados propositalmente de distintas realidades e culturas, bem como de uma variada perspectiva metodológica. Buscou-se compreender, de modo amplo, como as

pesquisas abordaram a adoção tardia ao longo de quatro décadas (1980-2019), com foco na compreensão dos temas estudados e em assunções/afirmações que as pesquisas levantavam diante dos seus resultados.

Quanto aos métodos, observou-se que os estudos realizados no Brasil, em sua maioria, são qualitativos. Houve multi-interdisciplinaridade, sendo identificada uma predominância de estudos no campo da psicologia, seguidos do serviço social e do Direito.

Os estudos internacionais foram publicados majoritariamente em periódicos europeus, em especial no Reino Unido. Houve uma predominância de estudos quantitativos, com a utilização de escalas sobre apego, parentalidade, comportamento, resiliência e saúde mental, sendo descritas por processos estatísticos descritivos e correlacionais.

Os estudos protagonizaram as pesquisas no campo, mesmo considerando aqueles que adotam metodologias quantitativas. Nestes, a utilização de métodos de análise estatísticos correlacionais são minoria. Nesses casos, em geral se estabeleça relações entre variáveis como: idade de adoção, período de permanência em instituições, período de permanência em família substituta, experiências anteriores à institucionalização, dentre outros, e comportamentos morais e de agressividade, apego ou outros fenômenos considerados desfechos possíveis pós-adoção.

Os instrumentos mais utilizados nas pesquisas são questionários e escalas, seguidos de entrevistas semiestruturadas e estruturadas. Curiosamente, a observação não é descrita como recurso metodológico na maior parte dos estudos. A análise documental também é uma fonte relevante, já que há estudos que tomam como base registros governamentais sobre a situação da adoção no país pesquisado para embasar as discussões.

Dos estudos coletados, o foco das análises são indivíduos que passaram pelo processo de adoção. O contexto socioeconômico no qual o fenômeno da adoção tardia ocorre é descrito em parte dos estudos, porém não tem aparecido como foco de análise.

Foi possível, também, averiguar a ênfase de cada estudo, partindo de qual fonte de dados e sobre quais aspectos estes traçavam saberes: criança e adolescente, família, legislação, políticas públicas, ou equipes multiprofissionais.

Ficou evidente uma mudança na perspectiva dos estudos sobre adoção tardia. Nas primeiras décadas analisadas, predominavam pesquisas que tinham como foco a criança

adotiva a partir de uma busca por compreensão de adversidades provenientes da adoção. Problemas de comportamento e até psicopatologias eram associadas a esse processo. Ademais, havia uma tendência a individualizar possíveis fracassos na adoção a partir das reverberações subjetivas e comportamentais da criança ou adolescente.

A existência do interesse na história pregressa da criança ou adolescente, incluindo abandonos e institucionalizações, manteve-se constante. Esse aspecto inicialmente foi encarado de modo a desculpabilizar o sujeito por possíveis dificuldades no processo adotivo. Mais recentemente, essa posição se soma à necessidade de inserção da história pregressa no novo contexto familiar, entendendo-a como parte constitutiva da bagagem da criança e material para suas experiências recentes.

Conforme novos focos de análise foram sendo aplicados, observou-se a busca por compreensão de outras variáveis que permeiam a adoção. Ao passarem a valorizar as relações diáticas entre pais, mães e filhos adotivos, o papel da parentalidade ganha destaque. Motivações, dificuldades, ajustamentos, construção de sentido, dentre outros elementos subjetivos e objetivos encarados pelas mães e pais também passam a ser pesquisados e analisados como fundamentais no entendimento do desfecho da adoção.

Ao nomear “relações diáticas”, busco reafirmar um aspecto mencionado ao longo do capítulo: carecem estudos que tenham como foco a família como sistema coeso e holístico, para além da compreensão fragmentária das relações entre cônjuges, ou entre pais/mães e os filhos adotivos.

Com ênfase à realidade brasileira, evidenciou-se uma relação direta entre o ordenamento jurídico sobre a adoção tardia e os trabalhos elaborados. A cada legislação ou atualização legal, modificava-se o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, implicando na institucionalização e nas adoções. Por outro lado, constatações observadas nas pesquisas passaram a ser incorporados no entendimento legal, como por exemplo as necessidades de redução do período de institucionalização e de apoio para as famílias adotantes.

O Quadro 5 apresenta uma síntese dos tópicos selecionados para exposição neste capítulo. Na primeira coluna, são indicadas as décadas de referência para coleta e organização. Na segunda, os temas trabalhados em cada período. Por fim, as assunções que advêm de constatações acerca dos resultados das pesquisas analisadas.

**Quadro 5 – Temas e assunções emergentes nos estudos por década de referência (1980-2019)**

<b>Década de referência</b>	<b>Temas</b>	<b>Assunções</b>
<b>1980-1989</b>	Vínculo e apego	Há diferença entre adoção tardia e adoção de bebês
	Desenvolvimento cognitivo e adaptação à adoção	Adoção pode ser um risco
	Problemas de comportamento	Há relevância nas trajetórias pré-adoção
<b>1990 - 1999</b>	Problemas de comportamento	Adoção pode ser uma alternativa protetiva
	Fatores geradores do abandono/motivadores da adoção	As experiências iniciais podem comprometer o desenvolvimento
	Adoção internacional	A idade em si não representa um problema para a adoção, mas demarca a extensão das trajetórias em situação de risco
	Adaptação e ajustamento	
<b>2000 - 2009</b>	Famílias biológicas	Crítica aos critérios de adoção
	Fatores para a escolha da adoção tardia	Necessidade de se discutir a cultura da adoção vigente
	Construção da parentalidade	A ação da agência influencia na trajetória da criança
	Sucesso da adoção	
<b>2010-2019</b>	Devolução e abandono	Há uma relação entre a adoção tardia e comportamentos adversos
		Existe um perfil ideal de famílias adotantes
	Legislação	Questionamento do modelo idealizado de família
		Viabilidade e positividade da adoção tardia

Fonte: o autor.

### **3 Parentalidade e Adoção**

Barroso e Machado (2010) ressaltam que a concepção de parentalidade no meio científico tende a abarcar uma relação positiva e uma constatação jurídica de responsabilidade dos genitores pela prole. Juridicamente, há determinações nacionais (Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990) e internacionais (ONU/UNICEF, 1990) que orientam o status e a responsabilidade dos pais e mães para com os filhos. Para a psicologia, a parentalidade tem sido abarcada como um conjunto de recursos que permitem o desenvolvimento eficaz da função paterna ou materna, em relação com o desenvolvimento da criança (Lopes & Dixe, 2012; Matias & Fontaine, 2013; Macarini, Crepaldi & Vieira, 2016; Portugal & Alberto, 2014).

Outra concepção, mais afim a este trabalho, emprega parentalidade como “reorganização mental que os pais vivenciam e que tem início com a realização do desejo de ter um filho” (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, p. 443). Tal fenômeno se relaciona com a identidade materna ou paterna que se formula paulatinamente ao longo dessa trajetória.

Em ambos os sentidos referidos, a adoção sempre envolve uma construção de parentalidade. Tal qual no processo biológico essa construção se inicia antes da presença física da criança, a parentalidade adotiva inicia-se mesmo antes da consumação dos trâmites jurídicos. As etapas decisórias que os pretendentes executam até chegar ao ponto de escolher acolher uma criança ou adolescente cujos laços biológicos inexistem configuram um princípio de construção desse status de cuidador (aqui englobando as categorias de pai e mãe).

As parentalidades costuradas através do processo de adoção apresentam peculiaridades nesse projeto pré-jurídico. Os pretendentes são tensionados a formular um projeto de criança a ser incorporada à família, que deve ser fielmente descrito aos órgãos competentes no momento da realização do cadastro. Nesse momento, fatores como idade, nacionalidade, raça/cor, origem, condição física, existência de fratria, dentre outros elementos que podem variar em cada país, devem estar precisamente definidos.

Até que ponto, entretanto, essa escolha prévia de características básicas da criança diferenciam os futuros pais e mães adotivos de futuros pais e mães biologicamente genitores? Afinal, Dolto (1988) já apontava que os pais invariavelmente nutrem desejos que afetam as crianças no seu intercurso do desenvolvimento. Esses desejos também não se formulam após o nascimento do bebê, mas são construídos ao longo de um projeto ou

de uma constatação da gestação (Piccinini, Gomes, Moreira & Lopes, 2004; Pontes, 2013; Leite, Rodrigues, Sousa, Melo & Fialho, 2014). Pensando mais longe, para Stern (1997), as brincadeiras de faz-de-conta cujas crianças representam papéis da tradição familiar, ou as fantasias adolescentes sobre maternidade e paternidade já antevêm uma preparação a essa possível transição futura.

Piccinini *et al.* (2004) discutem a gestação não planejada, apontando que, mesmo nesses casos, pode haver uma demanda inconsciente em torno da maternidade. Em pesquisa com gestantes, os autores identificaram que esse desejo se manifesta através de atos como os lapsos na contracepção e podem ser constatados nos discursos impregnados de ambivalências, entre alegrias e preocupações presentes na condição de mãe. Gonçalves *et al.* (2010) apresentam que a descoberta da maternidade, planejada ou não planejada, e sua decisão pela não interrupção, engatilha na mulher a formação de uma identidade materna, orientada pelas expectativas que são formuladas em torno da criança e do processo gestacional, bem como pelo confronto constante de si com o próprio corpo em transformação. Em ambos os casos, em situação de não planejamento da gestação, as pessoas envolvidas iniciam um processo de construção da sua identidade enquanto pais e mães, o que acarreta atitudes em torno da criança que virá. Chama atenção a ausência de estudos sobre os pais no cenário da gravidez não planejada.

Outro cenário possível é a gestação advinda de episódios de violência sexual, em especial na realidade brasileira, na qual há barreiras legais e morais para a execução da interrupção gestacional, ainda que em casos extremos. Pesquisas apontam que, mesmo nessas ocasiões, as gestantes podem sustentar expectativas em relação à criança como: preocupação acerca do seu bem-estar (Drezett, Pedroso, Gebrim, Matias, Macedo Júnior & Abreu, 2011); e estabelecimento de apego com o bebê (Cantelmo, Cavalcante & Costa, 2011). Outras razões, como crenças religiosas, podem levar essas mães a manter a gestação e identificarem-se com esse novo papel (Nunes & Moraes, 2017).

Em se tratando de adoção, à primeira vista tende-se a situá-la em um espaço distinto aos contextos mencionados. Há um desejo prévio em torno da parentalidade que se estabelecerá. No contexto jurídico e social da adoção, grande parte do trabalho das equipes multidisciplinares lastreia-se no mapeamento dos fatores associados à escolha sustentada pelos pretendentes. Como dito, a princípio, imagina-se que a condição de decisão para adotar apresente-se em um polo oposto ao anteriormente discutido, cuja parentalidade é imposta à revelia de um planejamento que a favoreça. Entretanto, Weber



(1999) alerta que, mesmo no processo voluntário de adoção, não basta que haja expectativas sobre um futuro profícuo de uma família que se formará, mas essas devem corresponder a um axioma moral e jurídico na busca do bem-estar da criança e adolescente adotada. Em suas pesquisas, a pesquisadora identificou que o desejo pela parentalidade e pela criança em si comumente mantém-se associado a fatores pessoais, como o interesse em ser pai ou mãe por uma impossibilidade biológica, ou para melhorar o relacionamento conjugal. Fatores interpessoais, direcionados à criança, também foram apontados: filantropia, possibilidade de escolher o sexo, e houve pessoas que citaram a possibilidade de agregar alguém nas tarefas domésticas. Esses desejos acabam por orientar expectativas em torno da família que se formará caso a adoção seja consumada.

Weber (2001) apresenta também que a motivação para adoção também pode partir de pais e mães que possuem filhos biológicos ou adotivos e buscam, através da adoção, ampliar a família. Advoga-se aqui por uma concepção de parentalidade que se constrói em especificidade em conluio com cada filho, sendo sempre distinta e devendo ser compreendida como tal. Ou seja, entender-se e apresentar-se no mundo como pai ou mãe é um processo que ocorre em constância, através de uma dinâmica sempre presente na vida dos envolvidos. Assim, a análise da construção da parentalidade cabe ser realizada tendo como referência as especificidades de quaisquer das relações diádicas entre pais/mães e filhos da prole ampliada, quando ela houver.

Partindo para um panorama mais amplo, no cenário brasileiro, a análise do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) apresenta um perfil interessante, permitindo a visualização de um parâmetro estabelecido pela maioria dos postulantes à adoção e trazendo apontamentos para essa construção prévia de parentalidade. Identificou-se, no cadastro, os seguintes dados: Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça branca: 14,3%. Total de pretendentes que somente aceitam crianças da raça negra<sup>2</sup>: 0,78%. Pretendentes que só aceitam crianças pardas: 4,02%. Apenas 0,05% só aceitam crianças indígenas. Outro dado importante são os pretendentes que aceitam crianças de devidas raças, sem exclusão a outras: Total de pretendentes que aceitam crianças da raça branca: 92,47%. Total de pretendentes que aceitam crianças da raça negra (preta): 56,53%. Ademais, do total: 61,92% não aceitariam adotar irmãos. 26,92% não aceitariam adotar meninos. Após os 11 anos, nenhuma idade atinge 1% do interesse dos pretendentes.

---

<sup>2</sup> Por "negra", leia-se "preta", segundo os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5.24% dos pretendentes aceitariam adotar uma criança com HIV. 6.48%, uma criança com deficiência física. E 3.55%, com deficiência mental (<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>, recuperado em 5, julho, 2019). Por que essas escolhas convergem? Quais elementos sociais perpassam esses padrões? Há semelhanças nas experiências de parentalidade que desembocarão desses processos? Sabe-se que a construção da parentalidade perpassa um compartilhamento de crenças culturais que a orientam e dinamizam (Lightfoot & Valsiner, 1992), assim, é pertinente buscar conexões entre os padrões apresentados nos cadastros e contextos socioculturais que os perpassam.

Para além dos dados estatísticos, os casos individuais revelam desejos particulares que compõem as histórias específicas de cada pretendente. Costa e Campos (2003) apontam que os pretendentes a adoção idealizam uma família, mesmo diante de questionamentos comuns a quem toma essa decisão. Dentre esses questionamentos, encontra-se a possibilidade de criação de uma unidade familiar caracterizada pelo afeto. Ora, os laços consanguíneos não são suficientes para a garantia de uma convivência saudável e permeada por afetos positivos, tampouco as famílias constituídas pela adoção serão marcadas por uma artificialidade nas relações afetivas. As emoções elencadas por pais e mães adotivos podem perpassar esses questionamentos e angústias, mas também marcar experiências e expectativas positivas de afeto e contentamento (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2013; Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015). Em ambos os casos, a consumação da adoção traz desequilíbrios na família, confrontando as expectativas anteriores à vivência real de um princípio de parentalidade concretizada.

A adoção é demarcada por rupturas e construções. Em se tratando da realidade brasileira, a maior parte das crianças que são alocadas em família substituta vivenciou a institucionalização antes da efetivação da adoção. A trajetória da criança no contexto institucional é demarcada pelo estabelecimento de vínculos que muitas vezes não se sustentam diante dos trâmites jurídicos e socioassistenciais que guiam a política. Estudos revelam que as condições de institucionalização e as vivências ocorridas nesse contexto chegam a ter maior impacto no desenvolvimento do que o próprio tempo de institucionalização (Gleitman & Savaya, 2011; Escobar, Pereira, & Santelices, 2014; Balenzano, Coppola, Cassiba & Moro, 2018). Assim, lançar o olhar ao processo de institucionalização pode auxiliar na compreensão das experiências que podem advir da adoção que segue.

Jacinto (2019) demonstrou que as identidades construídas por adolescentes institucionalizadas carregam traços das trajetórias de longa institucionalização. No estudo, as adolescentes destacavam sua relação com as famílias pretendentes à adoção e posicionavam-se diante dos frequentes fracassos através de reafirmações da condição de pessoas institucionalizadas ou pessoas autônomas e desinteressadas por processos de inserção familiar não condizentes com suas expectativas. Assumindo que a institucionalização demarca uma condição excepcional no desenvolvimento de crianças e adolescentes, entende-se que seu prolongamento se relaciona com uma gradual intensificação desses impactos. Assim sendo, o processo de adoção tardia, caracterizado frequentemente por crianças e adolescentes com longas trajetórias de institucionalização, pode apresentar desafios peculiares que exigem distintas formas de concepção e adaptação dos envolvidos.

Se por um lado, as crianças e adolescentes dos cadastros de adoção vivenciam rupturas (da família biológica, dos afetos construídos nas instituições de acolhimento, das famílias apadrinhadoras e substitutas malsucedidas), que orientam transições necessárias para a adequação do seu self nessa dinâmica, por outro lado os pretendentes à adoção também o fazem. Entender-se como alguém que planeja um filho é um exemplo desse fenômeno. O pretendente, posteriormente, parte de uma posição de desejo para uma posição de ação e busca da concretização da condição de pai ou mãe, marcando uma transição que se complexifica conforme avança.

Para Hamad (2010), a chegada de uma criança adotiva necessariamente submete os cuidadores a abalos afetivos e psicológicos cujas experiências são imprevisíveis. Apesar de haver uma predeterminação parcial da criança escolhida e da existência dos estágios de convivência, a afirmação legal demarca um princípio de parentalidade que antes era prioritariamente simbólico, mas agora emerge como realidade concreta. Nesse sentido, Daly (1988) aponta que a transição para uma identidade de parentalidade adotiva envolve transformações multidirecionais, que engatilham processos de construção identitária perpassados por obstáculos inerentes à adoção e suas consequências. Esses obstáculos dialogam com as expectativas e motivações dos pais e mães adotivos, que revisitam seus desejos e reconstróem sua parentalidade ao longo de toda a trajetória que segue. Para a autora, as barreiras biológicas podem aparecer como impedoras de uma parentalidade garantida, e a adoção impulsiona uma parentalidade que deve ser moldada.

Entende-se, portanto, que a compreensão da parentalidade, como movimento de contínua construção de um reconhecimento materno ou paterno como pai ou mãe, é em essência dinâmico. Assim sendo, carrega consigo a possibilidade de esgueirar-se sob as nuances da adoção, como elemento diferencial cujas especificidades orientam trajetórias particulares.

Hamad (2002) aponta outro fator importante na compreensão da parentalidade, nos moldes tradicionais, com dois postulantes à adoção: ela não é uniforme. Em se tratando de casais heterossexuais ou homossexuais, apesar do engajamento comum no sentido da adoção, atenta-se que o desejo, as expectativas e os compromissos nunca são fielmente equivalentes. Não se deve olhar o casal como unidade, pois elementos particulares da trajetória de cada sujeito, bem como as demandas sociais que cada um atravessa são com frequência distintas.

Alinhado a essa constatação, nas pesquisas em psicologia, comumente lança-se o olhar às distinções de gênero que moldam as trajetórias parentais. Busca-se, com isso, compreender quais fenômenos atravessam a construção da maternidade e da paternidade em diversos contextos, trazendo apontamentos sobre esses aspectos no cenário da adoção.

### **3.1 Maternidade e adoção**

O fenômeno da maternagem<sup>3</sup> apresenta uma complexa evolução histórica, sendo demarcado por debates que orientam construções do papel da mulher diante de funções pré-estabelecidas, dentre elas, a de mãe. Ariès (1981) indicou que, na idade média, a relação entre as mães abastadas e seus filhos frequentemente era intermediada por amas de leite, que terceirizavam afeto, alimentação e cuidado. No Brasil escravocrata ocorreu um fenômeno semelhante, já que a concepção animalésca e vigorosa que a elite branca atribuía ao povo negro se estendia às mulheres escravizadas. Essas ocupavam forçosamente lugares de cuidado, tendo protagonizado por longas datas o aleitamento das crianças filhas de senhores no país (Carula, 2012; Pinheiro, Araújo, Vasconcelos, Freitas, Alencar & Rolim, 2015; Silva, 2016). Para Ariès (1981) as altas taxas de mortalidade

---

<sup>3</sup> Gradvohl *et al.* (2014) definem a maternidade como um fenômeno relacionado à gestação e consanguinidade, enquanto maternagem representa a relação que se estabelece conforme o afeto a perpassa. Entretanto, neste trabalho opta-se por utilizá-los como sinônimos pelas seguintes razões: a) nos estudos aqui apresentados acerca do processo de adoção, o termo “maternidade” é aplicado sem ressalvas quanto à consanguinidade; e b) este trabalho se propõe a dirimir certos estigmas relacionados à adoção e diferenciar a experiência gestacional da experiência adotiva a tal ponto não parece condizente com essa proposta.

infantil na idade média se relacionam, ciclicamente, com a negligência que permeia essas práticas, já que os bebês não mereciam criteriosa atenção, diante da probabilidade de morte. No Brasil escravocrata, a negligência referida se sustenta, basicamente, sob as práticas de poder e controle sobre os corpos negros que orientavam as ações estabelecidas naquele contexto. Se por um lado, essa realidade apresenta uma configuração de maternidade da elite ocidental que sinaliza negligências e poucas interações, por outro ressalta uma configuração familiar extensa que não restringia seus membros por conta do laço consanguíneo, embora os papéis ocupados sejam dissidentes.

A partir da Renascença, a infância ganha um distinto papel. A figura cujo apego deveria ser dosado diante da possibilidade de morte se converte na criança digna de proteção e cuidado (Ariès, 1981). Essa nova configuração ordena um movimento sobre as visões de infância que, apesar de buscar especificar essa etapa e atribuir a ela um maior valor, a situam em uma posição de vulnerabilidade e exigência de controle. A família, então, ganha o papel de garantir esses cuidados e estabelecer a disciplina. Conforme Gradyoh, Osis e Makuch (2014), posteriormente ocorre a emergência do capitalismo, ressaltando as distinções entre público e privado e impondo uma maior diferenciação dos papéis domésticos. Ao pai, resta o papel de promover o sustento ao lar, enquanto a mãe assume a função de cuidadora, reiterando um papel historicamente demarcado pelo patriarcado. A história, entretanto, não é linear. A mesma infância que emerge como digna de proteção também ocupou intensamente os postos de trabalho na revolução industrial (Silva, 1999), tensionando posteriores revoltas e readequação do lugar da infância como prioridade.

Embora, na prática, a mulher nunca tenha deixado de ocupar-se da economia do lar, auxiliando ou provendo o sustento familiar, sua cristalização na função de cuidadora restringiu a inserção feminina nos postos formais. Entretanto, no início do século XX, intensificam-se as lutas feministas que se alinham à atualização do modelo de produção vigente, reinserrindo a mulher no mercado de trabalho e, mais uma vez, gerando intensas modificações nas dinâmicas familiares (Andrade, 2019). Isso porque a paulatina inserção feminina no sistema produtivo não andou ao mesmo passo que a reconfiguração da concepção ocidental acerca do papel de mulher, tendo perdurado as representações da mãe cuidadora e, conforme alertam Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), da existência de um suposto “instinto materno”.

Entendendo, portanto, a maternidade como fenômeno histórico e cultural, as vivências que a circundam variam conforme o contexto em que se estabelece. Scavone (2001) relembra, por exemplo, a emergência de correntes feministas cuja concepção de maternidade recai sobre uma forma de manipulação do corpo feminino. Suas lutas versavam, entretanto, sobre uma possibilidade de livre escolha da maternidade, sendo defendidos os contraceptivos e estratégias de planejamento familiar, incluindo a interrupção da gestação (Gradyoh *et al.*, 2014). Assume-se aqui que essa concepção orienta as possíveis relações maternas que porventura se estabelecessem em torno desse grupo. Em paralelo, amplia-se a possibilidade de maternidade conforme avanços da medicina promovem estratégias reprodutivas cada vez mais eficazes (Bungum, Humaidan, Axmon, Spano, Bungum, Erenpreiss, & Giwercman, 2007; Sutcliffe, & Ludwig, 2007). Isso reaproxima mulheres que porventura tiveram seu interesse castrado de uma possível experiência próxima ao dito “natural” e reacende uma visão de maternidade como positiva e, em muitos casos, desejável. Na atualidade, todas essas visões se inter cruzam, compondo dimensões de interferência psíquica ou social que subjazem a maternidade moderna, ora concebida como positiva, ora representada a partir das violações ou percalços que a acompanham.

Entretanto, ainda hoje o “mito da maternidade”, conforme nomeia Motta (2001), ganha força representando um conjunto de fatores associados à condição de mãe, explicitando lugares frequentemente ligados ao sagrado e ao cuidado e amor instintivo proveniente da mulher. A defesa à maternidade compulsória, muitas vezes travestida de proteção à infância, ganha corpo nos regimes conservadores, dando espaço a dificuldades políticas para o acesso aos métodos contraceptivos e aos procedimentos de interrupção voluntária da gravidez, mesmo em casos extremos. No Brasil, projetos de lei recentes foram protocolados no intuito de proibir e criminalizar o aborto nas situações de malformação fetal (Alves & Assunção, 2019) e até em casos de estupro (Morais & Araújo, 2016).

Os poucos avanços remontam à história da proteção à infância, na qual a maternidade foi frequentemente marcada pela pressão pelo abandono, o que alimentou as rodas dos expostos, lotando as instituições religiosas que ofertavam cuidados aos infantes e, já no século XX, as diversas instituições criadas para acolher o público infantil não enquadrado no perfil da elite (Jacinto, 2019). Questiona-se, entretanto, a falta de assistência dada às mulheres que não tinham a opção por levar adiante a maternidade,

seja por desinteresse, ou por pressões sociais que dificultavam esse papel. Embora abordagens clássicas da psicologia justifiquem o abandono como possíveis distúrbios na mãe ou na díade que se espera estabelecer entre mãe e criança, tal justificativa pode não ser a mais pertinente, quando esse fenômeno é contextualizado.

Nesse sentido, Motta (2001) apresenta múltiplos fatores para que a prática do abandono seja executado, incluindo ausência de suporte social e do Estado, julgamentos, dificuldades financeiras e gestação indesejada. Advoga, com isso, que a denominação abandono deva ser substituída pelo termo “entrega” e não deva ser considerado como um ato que fere o suposto mito da maternidade e os instintos maternos a ele atribuídos. A entrega de bebês para adoção não ocorre sem um investimento psíquico das partes, em geral, a mãe. A experiência de perda não é inexistente e comprova-se a vivência de luto vivenciada por essas mães, ainda que socialmente elas sejam vistas como perversas.

Enquanto maternidades são destituídas a partir do procedimento de entrega, engatilhado pelos fatores anteriormente apresentados, novas maternidades se apresentam no cenário jurídico e social da prática adotiva. Como exposto anteriormente, as motivações para adotar são variadas. A infertilidade não é a única razão que engatilha um planejamento adotivo para mulheres. Relações homoafetivas (Tombolato, Maia & Santos, 2019), planejamento de famílias monoparentais (Leão, Porta, Pauli, Antoniazzi & Siqueira, 2017), ou mesmo a decisão por não gerar biologicamente uma criança (Gondim, Crispim, Fernandes, Rosendo, Brito, Oliveira & Nakano, 2008; Maux & Dutra, 2009) podem despontar como motivos que complexificam as possibilidades de configuração da maternidade nesse cenário.

Zornig (2010) reitera que a maternidade prescinde da emergência biológica da concepção para tomar corpo no universo simbólico da mulher. Mesmo aquela que não deseja ser mãe possivelmente já se imaginou gerando uma criança. As relações que se podem estabelecer com uma vindoura maternidade carregam esse marco da ontogênese de cada mãe, cuja história determina elementos fundantes para a construção materna. A autora apresenta estudos que associam, por exemplo, as relações que a mãe tinha com sua genitora como fatores fundamentais na compreensão da qualidade do apego que ela estabelece com os próprios filhos. Sabe-se também que planejamentos e metas associados ao período gestacional, bem como o desejo de ser mãe, também são preditores de relações menos ruidosas de cuidado e, conseqüentemente, melhores condições de saúde às

crianças (Myhrman, Rantakallio, Isohanni, Jones & Partanen, 1996; Kost, Landry & Darroch, 1998; Albright, & Tamis-LeMonda, 2002).

Para Sonogo e Lopes (2009), em especial nas condições relacionadas a infertilidade, a maternidade que se configura sem a concepção biológica se enquadra em um cenário de ferida narcísica. Isso porque a maternidade, mesmo quando compreendida como socialmente influenciada, segue relacionada a uma construção de identidade feminina. Em casos de adoção de bebês, a ausência da experiência da amamentação emerge como mais um impasse. Sua prática, relatada veementemente nos textos de Winnicott (1977), cumpre um papel crucial no desenvolvimento da relação mãe-bebê e na própria constituição psíquica da criança. Gomes (2006), entretanto, relembra que a impossibilidade da amamentação pode ser compensada através de atos maternos que fortaleçam a díade mãe-bebê, caso o cuidado contínuo seja providenciado e a criança não receba um tratamento impessoal no momento da alimentação.

A adoção, nesse caso, supre uma relevante função, contornando a impossibilidade da gestação com a possibilidade de garantir a efetivação do desejo da maternidade. Para isso, entretanto, as percepções da mulher acerca do fenômeno materno devem ser consideradas. Em entrevista com mães adotivas, Sonogo e Lopes (2009) apontaram que, tal qual nos processos biológicos, nos quais as mães buscam se familiarizar ao feto, que porventura é sentido como objeto estranho, as mães adotivas inicialmente geram mecanismo de aproximar a criança não gerada no próprio ventre a uma realidade mais pessoal. Assim, é comum ouvir que as crianças adotivas possuem semelhanças à mãe adotiva, ou que se encaixam no perfil de filhos que elas imaginavam ter. A maternidade, portanto, se concretiza no ato jurídico da adoção, embora também apresente um período gestacional simbólico.

Na narração do afeto sentido pelos filhos adotivos, as mães perpassam por uma tentativa de igualar e eliminar as diferenças relacionadas a uma maternidade biológica real ou impossível (Sonogo & Lopes, 2009), ou afirmam a intensidade do amor ao demarcar peculiaridades que tornam a vinculação adotiva ainda mais especial que a biológica (Paulina, Ferreira, Bobato & Becker, 2018). O afeto presente é interpretado de modo idealizado, embora sua vivência seja real. Essa idealização parece tomar constância, servindo para ratificar a veracidade da maternidade estabelecida pela via adotiva e favorece as vinculações que se estabelecem.



Em estudos em famílias monoparentais de mães solteiras por escolha, os impasses sociais da maternidade sem a presença de um companheiro, ou as dificuldades em gerir o tempo de trabalho e o tempo de contato com os filhos foram mais efusivos que possíveis problemas de vinculação afetiva (Leão *et al.*, 2017). As autoras revelam também que, nos casos de monoparentalidade adotiva, a exclusividade da relação entre mães e filhos revelou um terreno mais fértil para o estabelecimento do apego, embora haja possibilidade de dependência afetiva que pode ser prejudicial ao desenvolvimento da díade. Em especial, a teoria do apego revela que, apesar da dependência inicial da relação entre mãe e criança, em uma situação ideal, gradualmente essa relação tende a se permear, permitindo à criança uma maior possibilidade de autonomia (Brum & Schermann, 2004).

Conclui-se que o exercício da função materna no contexto da adoção apresenta complexidades distintas das maternidades biológicas, embora apresentem processos e fenômenos semelhantes. O entendimento da mulher acerca do seu novo papel é construído ao longo da sua trajetória de vida e intensificado no período gestacional ou do planejamento adotivo, sendo concretizado com a presença física da criança. Todas essas etapas incitam a emergência de processos psíquicos de acomodação de novos entendimentos e habilidades que são suscitadas pelo novo papel.

### **3.2 Paternidade e adoção**

Tal qual ocorreu com as definições de maternidade, a função paterna também foi transformada ao longo da história. Gradyoh *et al.* (2014) afirmam que a paternidade reconfigura seu lugar em consonância com a função social da maternidade e seus reposicionamentos. Salta-se da visão de pai como provedor e busca-se, ainda que tardiamente, situar a figura masculina nos cuidados com os filhos, embora esses cuidados permaneçam desigualmente divididos (Falceto, Fernandes, Baratojo, & Giugliani, 2008; Carrillo, Bermúdez, Gutiérrez, & Delgado, 2016; Pereira, Costa, Tojal, & Tendais, 2018).

Zerzan (2010) identifica que o patriarcado, grande demarcador da história ocidental, tendo se complexificado no início da era capitalista, que reforça uma divisão sexual do trabalho, reafirmando papéis para cada gênero. Nesse sentido, o papel do homem na família estabeleceu-se na figura de provedor e mantenedor de uma suposta ordem disciplinar, em detrimento do papel de cuidado exercido pela mulher. Nesse sentido, Costa (2014, p. 79) relembra que “as novas relações de gênero implicam redefinições nas identidades individuais, conjugais e parentais, o que significa dizer que:

gênero, casamento, maternidade e paternidade, na atualidade, são questões cada vez mais complexas, à medida que não há mais padrões tradicionalmente instituídos e a experiência torna-se particularizada e múltipla”.

Desse modo, observa-se que a construção histórica da categoria de gênero diante da família trouxe influências nos modos de relacionamento entre pais ou mães e filhos. As diferenças na inserção no mercado de trabalho, somada a uma expectativa social diferenciada das manifestações de afeto por parte de mulheres e homens têm revelado importantes resultados em como as relações familiares se estabelecem. Russell e Russell (1987) mapearam os comportamentos entre pais e filhos e compararam com os comportamentos entre mães e filhos entre 6 e 7 anos. Apesar de os resultados não corroborarem uma maior responsividade por parte das mães, ou uma maior restrição e controle por parte dos pais, as atitudes maternas de cuidado e atenção às demandas das crianças (atividades escolares, saúde, vestimenta, dentre outras) despontavam com mais frequência que as atitudes paternas. Estes, por outro lado, interagiam mais nas situações de brincadeira. Os dados demonstram que há significantes distinções entre as formas de relacionamento entre pais e filhos e mães e filhos. Aos pais, restam as atividades mais lúdicas e menos responsabilidades com cuidados básicos, o que pode favorecer uma diferente forma de vinculação. O gênero da criança não variou esses resultados, o que apresenta uma uniformidade nas relações estabelecidas no estudo apresentado. Posteriormente, Russell e Saebel (1997) buscaram se aprofundar nesse quesito, porém manteve-se a constatação de que as relações apresentadas nas díades pai-filho ou pai-filha pouco variaram, não apresentando diferenças significativas.

As relações paternas também sofrem reverberações a partir do cenário histórico em que se encontram. As tensões contemporâneas apresentam novas configurações familiares e reordenam as relações estabelecidas nesse grupo. Cúnico e Arpini (2013) ressaltam três períodos que demarcam formas de constituição familiar. No primeiro, ou tradicional, a maior preocupação das uniões era a transmissão da propriedade e a hereditariedade. Em um segundo momento, a família burguesa nuclear descrita anteriormente ganha corpo, demarcando ao homem e à mulher a esfera social que poderia ser ocupada por cada gênero: o homem tem garantida a vida pública, e a mulher é associada ao ambiente privado doméstico. Na contemporaneidade, entretanto, surge um novo modelo familiar, cujo termo “modelo” é pouco aplicável, já que há grande variedade nas composições familiares. Essa mudança é relacionada ao avanço da conquista de

direitos, como o direito ao divórcio ser facilitado, ou a garantia das políticas de saúde que versam sobre direitos sexuais e reprodutivos. O pai, nesse cenário, não ocorre como personagem essencial, muito menos mantenedor da base familiar. Sua ausência em grande parte das famílias dá corpo a essa afirmação. Um demarcador dessa situação pode ser identificado no histórico de mudança legal no Brasil, cujo termo “pátrio poder”, recorrente no Código Civil até 2002, foi removido em prol da descrição “poder familiar” (Gomide, Guimarães & Meyer, 2003), gerando um novo paradigma que enfraquece a figura paterna como autoridade máxima da casa.

Em uma análise social mais ampla da realidade brasileira, a paternidade tem sido abdicada por grande parte dos genitores (Costa, 2014). Essa abdicação pode ser real com implicações legais, como a negação do sobrenome e suas consequências (Nascimento, Flauzino, Cunha, Silva & Rocha, 2015), ou, em casos mais extremos, a desvinculação e perda de contato do genitor com a família do filho. Outra faceta do abandono paterno é a negação do afeto à criança (Moreira & Toneli, 2015). Ambas as situações, segundo os estudos citados, geram efeitos significativos no desenvolvimento das crianças envolvidas, desde problemas de comportamento a possíveis implicações na saúde mental. Desse modo, confirma-se que a relação com uma figura paterna reverbera no desenvolvimento da família, seja sua ausência ou sua configuração.

Para Cúnico e Arpini (2013), mesmo nas famílias cuja presença paterna ocorre, as relações firmadas contemporaneamente são diversas. As autoras questionam o discurso psicanalítico sobre a função materna, tida como centralidade, diante de uma figura paterna que figurava ora como função grande poder simbólico, ora com pequena participação nas explicações acerca do desenvolvimento do bebê. Tal discurso coaduna com as coações patriarcais que afastam o homem da característica de ser sentimental, reforçando que sua contribuição afetiva na relação familiar é menor que a da mulher. Assim, o poder de destaque do homem como protagonista da família perde força, já que seus cuidados não atingem uma integralidade dos sujeitos a ele dependentes. Alinhado a isso, aumenta o quantitativo de mulheres que chefiam lares, definindo um dado social que enfraquece a qualificação masculina para assumir o papel de provedor.

Apesar de comporem uma estrutura orientada pela contemporaneidade, as experiências paternas apresentam configurações particulares. A construção da paternidade também é constante, não se encerrando no nascer do primeiro filho. Ela se relaciona com os eventos passados vividas pelo pai, e se organiza conforme as relações

com os filhos tomam corpo. Gabriel e Dias (2011), buscando compreender as particularidades de experiência paterna, entrevistaram oito pais primíparos. Concluíram que os pais apresentavam interesse em participar da vida das crianças de maneira mais afetiva, mas barreiras sociais que repercutem as funções demarcadas por gênero os bloqueiam. Diante dos impasses, a construção da paternagem é realizada na presença de várias tensões, que balanceiam as expectativas pessoais sobre ser um bom pai, mais as vivências reais, frequentemente frustrantes, de parentalidade. Contata-se também que, em famílias não monoparentais masculinas, os pais se entendem como alguém que participa dos cuidados com os filhos. Entretanto, essa visão posicionada externamente demonstra a segregação existente. Os pais entendem-se como participantes coadjuvantes, não como protagonista das vivências familiares. Assim como ocorre com as mães, conforme debatido, os novos pais se espelham nas próprias vivências como filhos, definindo seus posicionamentos a partir dos comportamentos dos seus pais. Essa relação ontogenética servia de modelo de comportamento a seguir ou a repudiar.

Pais adotivos vivenciam experiências semelhantes, conforme demonstram Ruiz *et al.* (2019). A literatura científica sobre adoção tem demonstrado uma supervalorização do papel da mãe, ainda que reproduzindo estereótipos tradicionais dessa função. Talvez dando seguimento a essa tendência, a paternidade é pouco retratada nos estudos mencionados pelos autores, na revisão de literatura. Nos estudos identificados, a ação paterna diante dos filhos adotivos consistia no acolhimento emocional e realização dos cuidados cotidianos. Essa forma de exercício da paternidade segue sendo mencionada como diferenciada, como sendo atípica diante do modelo de paternidade moldada na construção histórica das masculinidades que a exercem. Por que uma mulher sendo cuidadora realiza um trabalho sem estranhamento, mas quando um homem o faz, este é visto como especial?

Ainda sobre esse ponto, buscou-se, em pesquisa empírica, identificar quais as particularidades da paternidade no contexto da adoção (Bueno, Vieira & Crepaldi, 2016). Nesse contexto, a paternidade foi demarcada pela ansiedade da espera da conclusão dos processos judiciais. Essa espera conflituava-se com a pressão social experimentada pelos homens entrevistados para serem pais e cumprirem o papel de proliferador da prole. Por outro lado, essa espera não envolve um aguardo da ruptura da união materna com a criança (Andrade, Costa & Rossetti-Ferreira, 2016), igualando, ou aproximando bastante, a experiência dos cônjuges – no caso, heterossexuais – diante da gestação simbólica da

criança adotiva. Após a adoção, as vivências identificadas são de gratificação e preocupação com o futuro dos filhos, bem como emergem as experiências de afeto. Até que ponto, então, essas vivências diferem das paternidades biológicas? Ademais, a presença de afeto, proteção e transmissão de valores ocorridas nas filiações adotivas conquistaram relevância até nos textos jurídicos, conforme lembram Silva Jr. e Furoni (2014), nos quais a paternidade socioafetiva sobrepõe-se ao vínculo puramente biológico.

Zornig (2010) ressalta que a construção da paternidade possui uma dupla via. Por uma, entende-se a necessidade apresentada pelos pais em transmitir os valores intergeracionais à criança. Por outra, os retornos que a criança promove são base para orientar atitudes nos pais. Forma-se, aí, uma dialética de construção reflexiva. Nos casos de adoção, por vezes há uma tendência dos pais a priorizarem a transmissão dos valores da família, no intuito de apagar supostos resquícios negativos da institucionalização ou da vivência pré-institucional da criança. Em contrapartida, nesses casos, o proporcionado emitido pelas crianças também ocorre com maior intensidade, em especial quando as crianças adotadas são maiores, já que elas possuem vivências cujos novos pais não presenciaram. Assim, as suposições sobre suas histórias que são construídas no imaginário paterno, junto com as reais manifestações comportamentais anteriormente aprendidas que são exercidas nas trajetórias pós adoção, propiciam experiências de maior desequilíbrio na relação pai-filho.

### **3.3 Filiação e adoção**

Entender os fenômenos mais voltados aos cuidadores, pais ou mães que protagonizam – por um lado – as trajetórias de adoção, envolve uma complexidade de fatores. Conforme observado nos debates apresentados, não é possível conceber a maternidade ou paternidade, como expressões da parentalidade, sem considerar os processos a eles associados. Esses fenômenos são expressos a partir do seu dinamismo e sua multideterminação, tendo as relações interpessoais como importante catalisador.

Entende-se, portanto, que a adoção representa uma série de abandonos possíveis. Um primeiro, mais frequente, protagonizado pelos pais, já que a maior parte das crianças institucionalizadas desconhece o paradeiro dos genitores. Uma segunda ruptura, que pode ou não se configurar como abandono, remete-se à desvinculação da mãe biológica das crianças que são institucionalizadas e cujo poder familiar é destituído. As crianças institucionalizadas passam por diversas rupturas inerentes à vivência de abrigamento,

cujos vínculos estabelecidos entre pares ou pessoas de referência podem ser destituídos por breves decisões judiciais (Jacinto, 2019). Sustentar novos vínculos diante das rupturas apresentadas é uma tarefa constante de todos os envolvidos no processo de adoção. Tal fenômeno demarca o contexto da prática de psicólogas e assistentes sociais do sistema de justiça envolvido nos processos de adoção, no qual a compreensão da adaptação da criança à nova família e sua trajetória de vida, incluindo conflitos e vinculações, que a criança estabelecerá após a adoção torna-se um elemento fundamental.

Para Zornig (2010), em uma visão psicanalítica, a compreensão da parentalidade envolve a compreensão da relação dos pais com os filhos. Essa relação, reitera-se, antecede a vivência real que a concretiza. Os desejos e expectativas formulados na gestação ou, no caso em questão, no planejamento da adoção, são princípios orientadores das trocas que se estabelecerão.

Ariès (1981) apresenta dados históricos que permitem uma problematização desse fenômeno. O autor argumenta que o papel da criança na família sofreu grandes modificações a partir do período renascentista. Anteriormente, no cenário ocidental medieval, a criança – retratada aqui como um adulto em miniatura – pouco figurava como entidade com particularidade desenvolvimental. O sentimento de infância – noção dessa particularidade da etapa infantil do desenvolvimento – não era bem delimitado. Assim, mesmo havendo relações afetivas entre adultos e crianças, as expectativas orientadas ao público infantil restavam sobre altas taxas de mortalidade e indiferenciação entre os pequenos e os adultos. “A criança muito pequenina, demasiado frágil ainda para se misturar à vida dos adultos, “não contava”” (Ariès, 1981, p. 157). Dessa forma, as relações estabelecidas entre as famílias e as crianças eram orientadas pelo crivo da possibilidade de não duração. Zornig (2010, p. 454) retoma que “com o discurso iluminista e com a importância do romantismo, o amor entre casais e entre pais e filhos é priorizado e as alianças conjugais passam a ser estabelecidas com base no afeto”.

A modernidade ocidental reforça as distinções entre público e privado e esse posicionamento impacta diretamente a organização familiar. Neste estudo, buscou-se compreender como a adoção ocorre em povos diversos, no intuito de identificar suas permanências e distinções. Não foram localizados até o momento textos antropológicos voltados especificamente à questão elencada. Entretanto, constata-se que a noção de família não é uniforme e comunidades distintas apresentam diferentes configurações familiares. Em algumas comunidades tradicionais indígenas, o cuidado com as crianças

é compartilhado por todos da tribo (Sacchi & Gramkow, 2012), o que depõe contra uma noção privatizada de família, apresentando distintas possibilidades de relacionamentos parentais. Nesses contextos, a adoção como fenômeno judicializado (ou análogo) não possui espaço, já que o abandono e a negligência – causas principais da institucionalização de crianças e adolescentes nos cenários urbanos convencionais – não possuem terreno fértil para emergir.

Se a parentalidade pode ser observada a partir das relações que os filhos estabelecem reciprocamente com os pais, mães e, acrescento aqui, família como um todo, cabe aqui pensar especificamente essa dimensão.

No processo judicial de adoção, o ponto de vista da criança nem sempre é o primeiro a ser considerado. O engatilhamento da adoção é caracterizado pela decisão e aplicação do casal para o cadastro nacional de pretendentes, e eles são os primeiros a serem ouvidos, fornecendo as características que galgam na criança que poderá ocupar o lugar de filha. À criança, resta uma inserção quase compulsória, embora haja preparação psicossocial antes e após a efetivação do processo judicial que determina a filiação jurídica. Conforme Weber (2001) alerta, ainda hoje é possível observar que o movimento jurídico segue buscando crianças para famílias, e não famílias ideais para crianças na espera de adoção. Por outro lado, Sonogo e Lopes (2009) destacam que a maior parte dos trabalhos publicados sobre adoção têm como preocupação central a compreensão dos mecanismos de ajustamento da criança ao novo contexto, o que revela uma tentativa de compreensão dos processos que estabelecem, evitando os desfechos desfavoráveis. Entretanto, esse dado também pode demonstrar que, para a psicologia, os fracassos e impasses da adoção se remetem principalmente à criança e sua suposta impossibilidade de inserção harmônica na família substituta.

Apesar da compreensão da especificidade desenvolvimental imposta pela inclusão em família substituta, Hamad (2002) lembra que a criança adotiva não é uma criança com “particularidades”, no sentido negativo do termo. Nesse sentido, Weber (2001) lembra casos em que psicólogos associam adoção a psicopatologia, alertando os profissionais quando realizam indicações se trata de “criança adotiva”, como se essa fosse uma definição sintomática.

A compreensão da hereditariedade, por parte da família e, em especial, pela criança perpassa as relações que se estabelecem no interior da família e no contexto social em que se inserem. A hereditariedade cultural ou social (Hamad, 2002) prepondera sobre os

dados biológicos. A criança adotiva se baseia nos comportamentos e valores dos pais adotivos, os assimila e orienta suas próprias condutas. Assumir a superioridade da transmissão genética sobre as relações simbólicas nos levaria ao atraso eugenista que busca explicar o desenvolvimento cognitivo e moral com base na biologia. Esse argumento, a propósito, permeia o imaginário de grande parte da população, que teme a adoção por acreditar que a criança pode trazer traços dos genitores, o que põe os postulantes à adoção diante de dilemas constantes. Tal preocupação tem trazido mais impasses do que benesses à configuração dos processos adotivos. Se a compreensão da história da criança é fundamental para a satisfação das dúvidas que os pais adotivos possam ter, no intuito de sanar questionamentos que podem reverberar sobre o trato com a criança, para o sujeito adotado ocorre o mesmo. Ainda durante a institucionalização, os esforços em reafirmar à criança seu lugar no mundo, sua história pregressa, trazem resultados importantes (Jacinto, 2019). Busca-se situar a criança como ser completo independente da afirmação jurídica posta pela efetivação de uma possível adoção.

Por outro lado, sabendo ou não sobre sua história, Hamad (2002) afirma que a criança expressa suas fantasias sobre sua origem, seus pais e seu percurso até a inserção na nova família. Mesmo as crianças que sabem do seu estado de ligação não consanguínea com os pais adotivos podem manter elucubrações inconscientes sobre seus genitores e, acrescenta-se aqui, sobre as possíveis razões pelo afastamento entre eles. Entende-se, entretanto, que a construção dos “pais verdadeiros” ocorre cotidianamente, e o diálogo estabelecido na família ou em outros espaços de análise de si (como a psicoterapia) favorecem esse entendimento, por parte da criança. Assim sendo, o processo de identificação da paternidade e do espaço de filho que lhe cabe ocorre em todas as crianças, sem distinção quanto ao seu status jurídico civil.



#### **4 Definindo Desenvolvimento Humano Através da Perspectiva Bioecológica**

Um primeiro aspecto da fundamentação teórica que embasa esta tese se refere às concepções de desenvolvimento humano e suas reverberações no estudo de famílias e processos desenvolvimentais que ocorrem nesse sistema. As premissas iniciais pautadas pelo pesquisador incluíam a necessidade de adotar uma fundamentação que compreendesse o desenvolvimento humano como:

- a) Processo que ocorre ao longo de toda a vida;
- b) Multideterminado, aliando desde fatores intraorganísmicos até fatores macrossociais;
- c) Promovido no processo relacional;

Essas premissas são particularmente caras a esta pesquisa, pois propõe-se aqui o estudo e o trabalho com famílias em uma condição particular, a adoção, a qual demanda um olhar multifatorial do desenvolvimento dos indivíduos que compõem esse grupo, bem como do próprio sistema familiar. Parto, portanto, de uma perspectiva de vislumbre acerca da família como um contexto desenvolvimental, mas composto de pessoas também em desenvolvimento. Adianta-se aqui uma conclusão, sob a qual todo este trabalho se baseia: quando uma pessoa se desenvolve, o contexto em que participa também se desenvolve. Fundamentando-se nesses pressupostos, é possível investigar os processos desenvolvimentais que tomam corpo a partir da constituição de uma família pela via da adoção tardia, compreendendo de modo integral as relações e mudanças estabelecidas nos seus componentes e no grupo familiar como um todo.

Outra preocupação envolve garantir um aprofundamento teórico acerca do quesito “identidade”, tema caro à psicologia, mas muitas vezes imerso em nuvens conceituais imprecisas ou não condizentes com as premissas sobre desenvolvimento humano aqui apresentadas. Na trajetória de pesquisa, orientações, e diante da demanda contextualizada nos capítulos anteriores, optou-se por uma fundamentação teórica referenciada por duas principais abordagens, com sólida trajetória na psicologia do desenvolvimento: Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011) e a abordagem narrativista em psicologia (Bamberg, 2012a, 2012b). Este capítulo buscará conceituar os principais fenômenos de interesse desta pesquisa, tecendo um diálogo com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Tem como objetivo principal descrever as contribuições teóricas dessa teoria ao entendimento do desenvolvimento humano e ao estudo com famílias.

## **4.1 O papel do outro no desenvolvimento humano: contribuições da teoria bioecológica do desenvolvimento humano**

### **4.1.1 Teoria bioecológica do desenvolvimento humano**

A teoria bioecológica do desenvolvimento humano foi formulada por Bronfenbrenner (2011) a partir de estudos e reflexões sobre o objeto e os métodos que vigoravam na psicologia do desenvolvimento. Dentre as críticas, o autor sinalizava a centralidade da compreensão de processos ou características da pessoa vistas de modo isolado, sem o devido esforço de contextualizar os fenômenos desenvolvimentais. As pesquisas laboratoriais reafirmavam esse posicionamento, pois nesse modelo há uma confiança no isolamento de variáveis em delineamentos de pesquisa que frequentemente concebiam os fatores ambientais como vieses que prejudicam a compreensão do desenvolvimento humano. Partindo desse princípio, Bronfenbrenner retoma conceitos de autores como George Mead (e.g. “outros significativos”), Kurt Lewin (e. g. “campo”) e Vigotski (e. g. relação entre desenvolvimento e cultura), implicando progressivamente o contexto como parte atuante no desenvolvimento humano.

Narvaz e Koller (2004) apontam que a primeira estruturação da teoria bioecológica do desenvolvimento humano (na época, nomeada *abordagem ecológica*) é apresentada por Bronfenbrenner em 1970. Dentre os destaques, incluem-se: a importância atribuída ao contexto, a interrelação dos agentes no processo desenvolvimental, e a assunção da relevância do papel das políticas públicas no desenvolvimento humano. Após revisão elaborada pelo próprio Bronfenbrenner, a teoria é rebatizada como bioecológica. Nessa fase atualizada, houve um resgate do estudo da pessoa e dos processos desenvolvimentais, aspectos menos explorados no primeiro momento da teoria. Bronfenbrenner (2011) passa então a alinhar os pressupostos iniciais com as inserções posteriores, orientando sua teoria no estudo da interação entre Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT).

Ademais, dentre as motivações para a formulação da teoria bioecológica, encontra-se o interesse do autor em aproximar os estudos do desenvolvimento humano a contextos reais vividos pelas pessoas em desenvolvimento. Bronfenbrenner (2011) sinaliza que as pesquisas orientadas por essa perspectiva devem ir além dos estudos laboratoriais, entendendo as relações que as pessoas estabelecem na vida cotidiana, sendo esse o cenário desenvolvimental no qual se constituem. Entretanto, o autor não ignora os

estudos laboratoriais, apresentando considerações aprofundadas sobre esses estudos e sua contribuição na compreensão das dimensões envolvidas na análise bioecológica.

Outra característica da teoria bioecológica consiste em ela ser, assumidamente, uma teoria sobre o desenvolvimento humano. O autor define sua teoria como o “estudo científico do desenvolvimento humano ao longo do tempo” (Bronfenbrenner, 2001/2011, p. 43). Como sinalizado, a teoria bioecológica do desenvolvimento humano apresenta os componentes de análise desse objeto, e se preocupa em definir com precisão o que é considerado “desenvolvimento”. A compreensão do conceito de desenvolvimento humano é central ao objetivo desta tese, pois espera-se contribuir com a definição do processo de construção identitária como um fenômeno desenvolvimental.

#### ***4.1.2 Desenvolvimento humano para a teoria bioecológica: definições e implicações***

Ao longo dos seus escritos, Bronfenbrenner não se furta em conceituar o que define como desenvolvimento humano. Apresento abaixo algumas das descrições elencadas pelo autor, organizadas cronologicamente, no intuito de discutir quais aspectos são levados em consideração em sua análise.

Encontra-se no centro do paradigma ecológico a visão de desenvolvimento como uma função articulada entre a pessoa e o contexto. (Bronfenbrenner, 1989/2011, p. 128)

O fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano por meio das sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente. (Bronfenbrenner, 2001/2011, p. 43)

O desenvolvimento humano é o processo através do qual a pessoa desenvolvendo adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (Bronfenbrenner, 2002, p. 23)

A ciência define o desenvolvimento como o conjunto de processos pelos quais as propriedades da pessoa e do ambiente interagem para produzir a constância e a mudança das características biopsicológicas da pessoa ao longo do seu ciclo vital. (Bronfenbrenner, 1992/2011, p. 139)

Desde a primeira definição de desenvolvimento humano, Bronfenbrenner (1989/2011) afirma a compreensão desse como um processo contextual. O entendimento contextual, entretanto, não pode se confundir a uma reprodução de trajetórias desenvolvimentais pré-moldadas perante as pressões ambientais. Para exemplificar, tomo a liberdade de retomar minha dissertação, na qual, não partindo da perspectiva teórica da bioecologia do desenvolvimento humano, apresentei uma breve análise das concepções da identidade humana. Na ocasião, compreendia a identidade como um produto desenvolvimental, na qual as explicações teóricas transitavam de uma total origem inata, que expelia a influência contextual em sua composição, a uma reprodução total do contexto social (Jacinto, 2019). A perspectiva narrativista em psicologia avança ao compreender a identidade como uma prática social, construída, mantida e remoldada constantemente diante da ação da pessoa sobre o mundo e da construção narrativa que esta o faz dessa experiência.

Na pesquisa mencionada, entretanto, não assumi duas posições já estabelecidas pela teoria bioecológica. A primeira se refere à crítica acerca do desenvolvimento humano como produto. Assumir a identidade como resultado desenvolvimental, seja de um amadurecimento inato, seja de um condicionamento social, seja de uma experiência sobre o mundo, deixa de fora um oposto dialético e complementar: o desenvolvimento humano também é matéria prima para o próprio desenvolvimento humano. Ao narrar as características da pessoa em desenvolvimento e seu impacto na forma como os processos proximais ocorrem, Bronfenbrenner (2011) endossa essa afirmação. Identidade, portanto, deixa de ser encarada como mero resultado, mas passa a ser posta em escopo na análise das trajetórias desenvolvimentais.

Outra posição, que se relaciona intimamente à primeira, é introduzida por Bronfenbrenner (1989/2011) ao afirmar que o desenvolvimento humano é uma função articulada entre contexto e pessoa. Partindo dessa perspectiva, qualquer análise sobre a categoria “desenvolvimento humano” deve, necessariamente, buscar compreender não apenas o efeito do contexto sobre a pessoa, mas como mutuamente as relações estabelecidas se articulam.

Na definição seguinte, lança-se ao vislumbre sobre os processos de continuidade e mudança atrelados ao desenvolvimento humano<sup>4</sup>. Bronfenbrenner (1988/2011) alerta

---

<sup>4</sup> Bronfenbrenner e Morris (1998) abordam também os conceitos de descontinuidade e continuidade ao evidenciar o fator tempo, no modelo PPCT. Nesse caso, a referência não é a variação de características da pessoa, mas a ação dos processos proximais perante seu

que avaliar continuidade e mudança de uma característica não configura uma pesquisa atrelada à bioecologia do desenvolvimento humano. Investigações sobre atributos pessoais realizavam tal avaliação, por exemplo, ao mapear a variação do Quociente de Inteligência de crianças ao longo do tempo. Falta, portanto, a inclusão dos demais elementos de interesse, como a investigação precisa dos processos que se associam a esse movimento, demarcação dos contextos e, mesmo na avaliação da pessoa, levar em consideração elementos que vão além daquilo que supostamente se averigua. Para o autor, as pesquisas em desenvolvimento humano se pautam no predomínio da mudança (Bronfenbrenner, 1988/2011), como se esta fosse a principal sinalização de que a pessoa desenvolveu. Há, entretanto, uma maior complexidade, já que o equilíbrio desenvolvimental não é estritamente estático e padronizado. Como consequência da visão finalista que permeia este campo, nota-se uma grande imprecisão em definir o que seria resultado do desenvolvimento. Busca-se, então, o apego à constatação de que, com o tempo, foram observadas alterações em características pontuais da pessoa, o que – em termos de avanço científico – pouco pressiona uma evolução das ciências do desenvolvimento humano.

Entendendo a identidade como um aspecto desenvolvimental, tal afirmação se aplica a esse objeto. Como demonstrei anteriormente (Jacinto, 2019), historicamente houve variabilidade teórica nos estudos sobre identidade, estando estes ancorados em pressupostos filosóficos orientadores que concebiam esse aspecto como um elemento imutável, por haver associação entre identidade e essência pessoal, ou favoreciam uma compreensão oposta, mas igualmente limitante, que associava a identidade a um produto externo oriundo das experiências familiares e sociais. Excluía-se, em ambas, participação do sujeito na construção identitária. Por outro lado, ao assumir que a identidade é um fenômeno em constante elaboração, com participação ativa da pessoa em interação com o mundo experienciado elevou as discussões sobre continuidade e mudança. À primeira vista, assumir um processo como eternamente inacabado e fluido parece ser contraditório quando lidamos com um aspecto estruturante, como a identidade, entendida na psicologia como um elemento reconhecível e até classificador/rotulador.

---

desenvolvimento. Divide-se esse fator em microtempo, mesotempo e macrotempo. O microtempo refere-se às variações entre continuidade e descontinuidade de processos proximais imediatos. O mesotempo inclui sua periodicidade em períodos mais extensos, como dias e semanas. O macrotempo envolve mudanças temporais e históricas mais amplas diante da evolução da sociedade, como diferenças geracionais e seus impactos nos processos proximais mantidos.

Na perspectiva narrativista em psicologia de Bamberg (2012a, 2012b), dentre os dilemas que envolvem as identidades, o processo de continuidade e mudança é primário. Como pode, um mesmo fenômeno, ser entendido a partir de sua estabilidade, mas entendido como em constante construção? Teichert (2004) afirma que, ao elaborar uma história (sobre si), a pessoa tende a apresentar elementos que permanecem próximo de uma configuração mesma (*sameness*), demonstrando uma estabilidade que ancora, referencia e orienta possíveis variações. Desse modo, ao solicitar que uma pessoa ou família narre sobre ela própria em ocasiões distintas, é possível identificar a manutenção de elementos da narrativa e fatos apresentados. O alerta que se coloca é não entender o que se repete com aparente estabilidade como resultado final do desenvolvimento identitário.

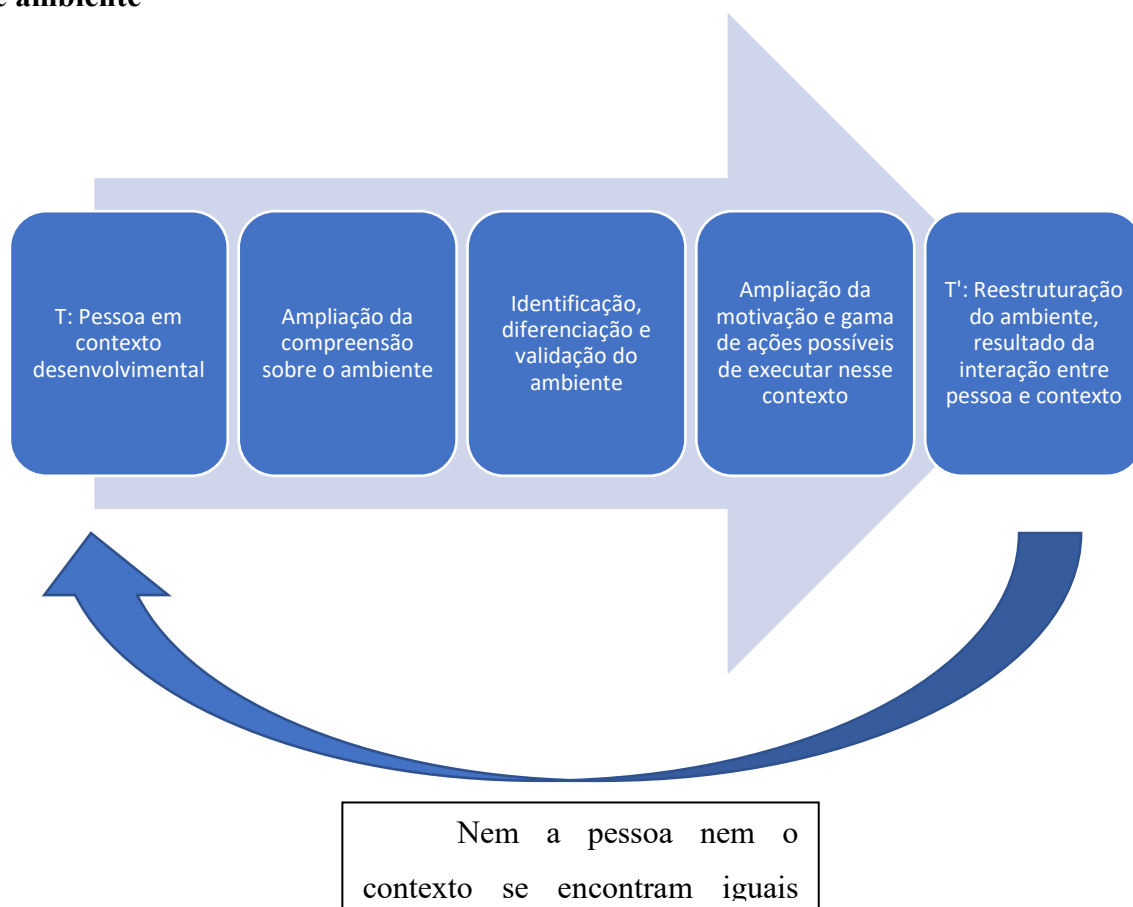
Acresce-se as alegações de Negele e Habermas (2010), que avaliam momentos da vida como marcados por tipos específicos de descontinuidade biológica e social, dentre eles a adolescência. Assim, a descontinuidade é estruturante ao desenvolvimento tanto quanto a sua continuidade. No estudo que aqui se delineia, fica evidente a série de mudanças que demarcam a construção da parentalidade e filiação, bem como a unicidade identitária que engloba a configuração familiar após a adoção tardia. Os estudos acessados demonstraram que a construção do entendimento de família partindo do grupo formado é perpassado por toda a sua trajetória (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), assumindo uma evolução dinâmica, não havendo um resultado igualmente convergente que agregue todas as experiências de pessoas em semelhante situação. Mesmo o processo entendido por “adaptação” não é entendido como pontual e invariável, assumindo as divergências e conflitos mesmo quando os objetivos são atingidos (Bicca & Grzybowski, 2014).

A abordagem histórico-cultural protagonizada por Vigotski (2018a) traz contribuições à ideia de mudança para o desenvolvimento humano. Para o autor, no processo desenvolvimental, que se estende ao longo de toda a vida, há ciclos nos quais há características em evidência em detrimento de outras, bem como há aspectos que envolvem em detrimento de outros mais complexos, embora não independentes dos anteriores. A concepção que lastreia essa perspectiva está de acordo com a perspectiva da bioecologia do desenvolvimento humano ao excluir a compreensão do desenvolvimento como uma série de eventos lineares e estruturados. O desafio que se põe, portanto, jaz no delineamento de pesquisas capazes de avaliar as continuidades e mudanças decorrentes das trajetórias desenvolvimentais.

Na terceira concepção de desenvolvimento destacada, Bronfenbrenner (2002) ilumina o papel da pessoa, enfatizando sua progressiva compreensão do ambiente em que se posiciona. Mesmo em outras perspectivas teóricas, o fenômeno de diferenciação do eu perante o ambiente (inclui-se os outros sujeitos neste elemento) foi enfatizada como fator desenvolvimental fundamental. Saladini (2008) chama esse processo de “tomada de consciência”, e inclui as análises de Jean Piaget, especialmente ao destacar o período sensorio motor, no qual um dos desafios da criança é entender o próprio corpo e o ambiente externo a ele.

Seguindo esse raciocínio, a teoria bioecológica valoriza a compreensão que a pessoa possui acerca do ambiente em que se encontra. Entendendo a família como um ambiente primário, à medida em que se desenvolve, a criança amplia suas concepções sobre esse sistema, identifica elementos mais complexos e entende com maior precisão em que pontos se diferencia desta. Ora, diferenciar-se do microssistema, portanto, não é antagônico a um entendimento de si como parte desse sistema. As relações que se estabelecem, também em crescente complexidade conforme os processos proximais fazem efeito, sustentam trajetórias desenvolvimentais também progressivamente mais complexas. A Figura 1 apresenta um esquema desse conceito de desenvolvimento humano demonstrando os fenômenos observados ao longo de uma linha crescente do tempo.

**Figura 1 – Ciclo de progressiva complexidade marcado pela diferenciação entre pessoa e ambiente**



Fonte: Elaborada pelo autor

O último conceito destacado é apresentado por Bronfenbrenner (2011) no intuito de situar uma compreensão hegemônica acerca do desenvolvimento humano. Porém, reafirma a definição anterior ao levar em consideração a progressiva interação entre pessoa e ambiente, explicitando uma ampliação na complexidade de processos proximais possíveis nessa relação.

Nesse ponto, o pensamento de Bronfenbrenner (2011) assemelha-se à constatação de Vigotski (2018b) acerca da complexidade da imaginação e criação na infância, em relação à idade adulta. O autor russo demonstra como a criação (processo psicológico traduzido em grande parte das obras como “criatividade”) e a imaginação são enraizadas em experiências de vida concretas. Desse modo, ainda que frequentemente sejam associados pela ciência e pelo senso comum a uma competência mais proeminente na infância, é na idade adulta que atingem seu apogeu. Isso porque, a complexidade da criação e da imaginação dependem do acúmulo de vivências ainda não possível nas idades



iniciais. Do mesmo modo, fica demonstrado na Teoria Bioecológica que, embora os momentos de transição que demarcam pontos de referência para o desenvolvimento (como, por exemplo, a inserção de uma criança em uma família substituta) sejam cruciais diante da novidade, cumpre à ciência do desenvolvimento analisar como as trajetórias desenvolvimentais das pessoas são delineadas com o passar do tempo, conforme se complexificam as relações a um ponto que no contato inicial eram ainda latentes.

De acordo com (Merçon-Vargas, Lima, Rosa & Tudge, 2020), a noção de desenvolvimento sustentada numa crescente complexidade das relações estabelecidas entre o indivíduo e o ambiente está presente desde os primeiros escritos de Bronfenbrenner. Um destaque dos autores se encontra em um texto no qual Bronfenbrenner (1969) reflete sobre modelos promotores de desenvolvimento afirmando que, embora a mera exposição ao modelo possa promover comportamentos, a evolução gradual da interação é mais efetiva. Como exemplo, reconhece a necessidade de progressão gradual do vocabulário ou, em situações de uso de jogos, a ampliação dos desafios propostos. Bronfenbrenner (1985) posteriormente introduz a metáfora do pingue-pongue para representar o aumento da complexidade na interação entre a pessoa e o ambiente. Nessa metáfora, narra o início do jogo de pingue-pongue como lento e enfadonho, porém paulatinamente é transformado em uma complicada sequência de ações. Do mesmo modo, o desenvolvimento humano ganha amplitude conforme se complexificam as relações entre a pessoa e o ambiente em todos os seus níveis.

As definições aqui apresentadas convergem na afirmação de Bronfenbrenner (1979/2011) acerca da diferenciação entre a teoria bioecológica e demais abordagens do estudo do desenvolvimento. Para o autor, essa distinção jaz na “preocupação com a *acomodação progressiva* entre um organismo humano em crescimento e seu ambiente imediato e a forma na qual essa *relação é mediada* por forças oriundas de regiões mais remotas do meio físico e social” (p. 94) (grifos meus).

## **4.2 O papel do contexto no desenvolvimento humano**

Embora a consideração do contexto como ativamente participante no desenvolvimento humano seja uma característica basilar na teoria bioecológica, esta não foi cunhada por Bronfenbrenner. Fora dessa teoria, o autor sinaliza que o contexto pode ser concebido como interveniente ao desenvolvimento humano a partir de distintas perspectivas, as quais divido aqui:

a) Quanto à influência

Existem perspectivas influenciadas pela sociologia e pela antropologia que concebem os contextos como atributos fixos que definem um fundo delimitador e orientador para os trajetos de desenvolvimento. Um exemplo notável é o modelo chamado "endereço social", que é amplamente adotado nas pesquisas sobre desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1988/2011). Essencialmente, esse modelo compara pessoas de diferentes cenários geográficos e culturais, assumindo de maneira arbitrária que essa variação tem implicações no desenvolvimento. No entanto, não há interesse em investigar as relações estabelecidas por cada indivíduo no contexto específico de onde provêm. Nesse caso, o ambiente é tratado como um rótulo e não como uma dimensão de pesquisa de interesse. Uma problemática evidente é que manter a presunção de que a mudança no endereço social determina desfechos de desenvolvimento distintos pode não ser acurada, uma vez que pessoas que não compartilham o mesmo endereço social podem apresentar desfechos de desenvolvimento semelhantes e vice-versa.

No andamento da elaboração da teoria bioecológica, o contexto ultrapassa o papel de rótulo e é concebido como um aspecto ativo no desenvolvimento humano, agindo de modo sinérgico com características da pessoa e dos processos ao longo do tempo. Nesse sentido, Bronfenbrenner (2011) parte do pressuposto de que o desenvolvimento da pessoa implica, necessariamente, no desenvolvimento do contexto, já que há trocas constantes entre esses agentes. O contexto, portanto, não é apenas um demarcador local que atua como palco do desenvolvimento humano, mas atua como participante.

b) Quanto ao nível de proximidade à pessoa em desenvolvimento

De acordo com Narvaz e Koller (2004), a teoria bioecológica parte do pressuposto de que o contexto é *experienciado* pela pessoa em desenvolvimento. O destaque a essa palavra se refere à necessidade de compreensão do contexto mais do que como uma série de estímulos, um conjunto de desafios ou um rótulo demarcador. O contexto participa do desenvolvimento humano porque ele é percebido e a ele se atribui sentido por parte da pessoa que o experiencia.

Para Bronfenbrenner (2011), o contexto é descrito a partir do nível de participação e interação da pessoa com seus elementos. O autor descreve quatro níveis ambientais *articulados*: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema.

O *microsistema* é caracterizado pelas relações face a face estabelecidas pela pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2011). É composto de atividades, relações entre pessoas e exercício de papéis sociais, sendo demarcado pela conexão humana no contexto e pela ação imediata da pessoa em desenvolvimento. Entretanto, Bronfenbrenner (1977/2011) ressalva que as atividades realizadas nesse sistema podem ser comuns, complementares ou relativamente independentes. Desse modo, preserva-se as características individuais e o ambiente é definido mais pelas ações que ocorrem dentro dele do que por um rótulo arbitrário. Posteriormente, Bronfenbrenner (1989/2011) atualiza o conceito de microsistema, ao reforçar a participação de elementos físicos, sociais e simbólicos presentes nesse nível ambiental, com impacto direto nos processos desenvolvimentais.

Narvaz e Koller (2004) lembram que é no microsistema que ocorrem os processos proximais e, portanto, é fundamental entender a dimensão da pessoa na análise do desenvolvimento promovido. Talvez por isso, a maior parte dos estudos na área da psicologia do desenvolvimento que levam em consideração o ambiente se restringem à consideração desse nível ambiental. Nesse sentido, os elementos acima descritos podem permitir ou inibir engajamentos desenvolvimentais progressivamente mais complexos, expressando o modo como os processos proximais se configuram. Como exemplos de microsistema, temos: a família, a escola, e as instituições nas quais a pessoa em desenvolvimento frequenta ativamente.

O *mesossistema* é composto da interrelação entre dois microsistemas. Em outras palavras, é caracterizado pelas "relações entre dois ou mais ambientes dos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente" (Bronfenbrenner, 1977/2011, p. 82). Relações entre a casa e a escola, por exemplo, definem um mesossistema. Em uma análise bioecológica, é fundamental que haja o esforço em compreender como essas relações se estabelecem, não bastando pontuar que a pessoa em desenvolvimento participa de mais de um contexto desenvolvimental.

Yunes e Juliano (2010) lembram que a teoria bioecológica leva em consideração três elementos de análise para o microsistema e o mesossistema: atividade molar, papéis e relações interpessoais. A atividade molar envolve a ação intencional e dotada de sentido pela pessoa em desenvolvimento sobre o contexto. As relações interpessoais representam processos de interação entre pessoas em determinado contexto, variando em intensidade e complexidade. Esses conceitos foram paulatinamente substituídos, já que serviram de

base para a elaboração posterior da definição de processo proximal. Já os papéis são definidos como “conjunto de atividades e relações esperadas de alguém que ocupa uma determinada posição na sociedade” (Yunes & Juliano, 2010, p. 358). Desse modo, possuem intensa relação com o macrossistema.

A existência de um mesossistema implica na transição da pessoa em desenvolvimento entre distintos contextos, variando as relações, atividades e papéis experienciados. Esse processo é definido por Bronfenbrenner como *transição ecológica*: “A passagem da pessoa em desenvolvimento de um contexto ecológico para outro contexto novo e diferente” (Bronfenbrenner, 1977/2011, p. 82). Embora Bronfenbrenner tenha relacionado a transição ecológica a um processo que instiga a aprendizagem, e este seja levado em consideração de modo recorrente nos estudos do autor, considero que não tenha havido elaborações sobre esse conceito na obra original. A qualidade das transições ecológicas precisa ser avaliada, pois elas refletem a configuração de processos proximais associados a cada microssistema. Em microssistemas permeados por possibilidades de processos proximais disfuncionais, as transições ecológicas representam desafios claros ao desenvolvimento humano.

Tomando de empréstimo o conceito de normatividade de Baltes e Smith (2004), é possível caracterizar as transições ecológicas como eventos normativos e não-normativos. As normativas são esperadas para aquele cenário desenvolvimental, como por exemplo a entrada da criança em idade escolar na escola. As não-normativas representam transições inesperadas, merecendo atenção de pesquisadores e profissionais que as acompanhem. A institucionalização de uma criança, por exemplo, se encaixa nessa configuração.

O *exossistema*, por sua vez, envolve ambientes nos quais a pessoa não participa ativamente, mas que indiretamente gera impactos no seu desenvolvimento. Um exemplo seria o trabalho dos pais influenciando o desenvolvimento de uma criança em determinada família. As relações estabelecidas pelos pais em seus contextos particulares de trabalho não se limitam àquele espaço, já que cada agente transita ecologicamente entre ambientes, mantendo ativos os efeitos das interações.

Por fim, temos o *macrossistema*. Em 1977, Bronfenbrenner apresenta uma definição de macrossistema como aquele que permeia, periféricamente, o ambiente ecológico vivido pela pessoa. Para o autor, esse sistema "engloba os padrões globais de estabilidade no nível das subculturas ou culturas como um todo, nas formas de

organização social e sistemas de crenças e estilos de vida associadas" (Bronfenbrenner, 1977/2011, p. 83).

A constatação de Bronfenbrenner era que ambientes ecológicos correspondentes variavam de maneira relativamente semelhante em cada contexto cultural. O funcionamento da sala de aula, por exemplo, no formato conhecido nas sociedades ocidentais, é reproduzido na cultura vigente. Do mesmo modo, estilos de vida na vivência urbana e na família são assemelhados. Observa-se, com isso, que o conceito de cultura para a teoria bioecológica se alinhava à perspectiva baseada na antropologia, que o associa a um conjunto de práticas, valores, crenças e costumes, que pavimentam distintas formas de vivência social. Nesse sentido, Mintz (2010) relembra que, mesmo na antropologia, essa denominação não é unânime, porém elementos como a prática social, ideias compartilhadas, fundamentação histórica e existência de padrões têm sido mantidos no cerne do debate.

Bronfenbrenner (2011) não corrobora uma visão determinista de cultura, e seu modelo sistêmico demonstra a agentividade do sujeito perante os diversos níveis de contato com elementos socioculturais. Entretanto, ao formular o conceito de macrossistema, o autor leva em consideração o conjunto assemelhado de experiências vivenciadas por pessoas que fazem parte de mesmos grupamentos sociais. Para Bronfenbrenner (1977/2011, p. 84), “as experiências cotidianas das crianças de um determinado grupo socioeconômico, étnico ou religioso tendem a ser semelhantes”.

Mais de uma década após, em 1989, Bronfenbrenner amplia o conceito de macrossistema. Sua principal influência jaz nos estudos da abordagem sócio-histórica vigotskiana, especialmente suas formulações sobre a formação social da mente. Em sua obra, Vigotski demonstra como o potencial desenvolvimental de uma pessoa se refere às possibilidades de (a) determinada cultura em (b) determinado momento histórico. Esse fato é evidenciado no seguinte trecho:

Suponhamos que nas ilhas Samoa nasce uma criança dotada com o talento e o génio de Mozart. O que pode ela fazer? Quando muito, o que ela pode fazer é ampliar a gama de três ou quatro até sete tons e criar uma série de melodias um pouco mais complexas, mas seria incapaz de compor uma sinfonia ou, como Arquimedes, de criar a máquina electrodinâmica. (Vigotski, 2018b, p. 55)

No trecho destacado, o autor discute a relação entre cultura e trajetórias desenvolvimentais possíveis. Para ele, não é possível explicar diferentes desfechos

partindo exclusivamente da noção de aptidões individuais. A disponibilidade de instrumentos culturais, que serão mediadores e impulsionadores desenvolvimentais, permite que a pessoa em desenvolvimento atinja desfechos particulares. O que chamo de instrumentos podem ser práticas e costumes, tecnologias e políticas que tornam possível o alcance a determinadas trajetórias desenvolvimentais.

Assim como a criança talentosa de Samoa dificilmente converterá seu talento em uma produção de sinfonia, microssistemas dificilmente ofertarão possibilidades desenvolvimentais não condizentes com a disponibilidade cultural e histórica que os permeiam. Sobre a influência do macrossistema no microssistema, Bronfenbrenner (1989/2011, p. 133) não hesita em afirmar que

A estrutura e o conteúdo do contexto e as formas do processo do desenvolvimento humano que ocorrem no seu interior, em extensa parte são *definidos e limitados* pela cultura, subcultura ou outras estruturas do macrossistema em que o microssistema está inserido. (p. 133) (Destaques meus)

Por fim, desemboca na seguinte definição de macrossistema:

O macrossistema consiste na união das características micro, meso e exossistemas existentes em uma cultura, subcultura ou outra extensão da estrutura social, com particular referência aos sistemas desenvolvimentalmente instigadores como sistemas de crenças, recursos, riscos, estilos de vida, oportunidades estruturais, opções de rumos de vida e padrões de intercâmbio social que estão encaixados nesses sistemas globais. (Bronfenbrenner, 1989/2011, p. 133)

Quando comparada à primeira definição, fica evidente a inclusão de aspectos basilares para a teoria bioecológica. Incluem-se, nessa definição, a participação interrelacionada dos demais sistemas, com a ressalva de serem considerados perante a contextualização sociocultural que os compõe. Outro aspecto relevante é a assunção do interesse em identificar quais elementos são desenvolvimentalmente instigadores. A identificação desses elementos corrobora o distanciamento da teoria de uma abordagem que considera o ambiente como um rótulo estanque, reconhecendo assim o compromisso em entender como um sistema anteriormente tratado como periférico reverbera em processos proximais imediatos.

Ademais, considerar subculturas no escopo do macrossistema permite um maior detalhamento nas análises, envolvendo grupos particulares dentro de um mesmo leque

cultural. Grupos étnicos, comunidades definidas por identidades de gênero e orientação sexual, território, condição jurídica, dentre outros qualificadores objetivos e simbólicos expressam a complexidade do macrossistema, bem como evidenciam a necessidade da realização de análises que levem em consideração todos os níveis ambientais descritos na teoria bioecológica em constante interação. Para o autor, o fato de distintos grupos apresentarem “diferenças nos recursos, sistemas de crença, estrutura de oportunidades e outras condições desenvolvimentalmente instigadoras” (Bronfenbrenner, 1989/2011, p. 133) caracteriza trajetórias desenvolvimentais também distintas.

Em pesquisas como esta, que enfatizam aspectos sociais e históricos de determinado objeto, torna-se mandatório o aprofundamento no nível macrossistêmico. Ao estudar a prática da adoção tardia no Brasil, podemos identificar alguns exemplos intimamente ligados ao macrossistema: a configuração histórica que a leva ao status judicializado e institucionalizado; a imersão em fenômenos sociais e políticos como o abandono e o estabelecimento de perfis de desejabilidade para famílias postulantes ao acolhimento de crianças; o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o público das crianças e adolescentes; estereótipos associados a esse público, dentre outros.

Finalmente, é comum observar interpretações espaciais dos níveis ambientais descritos na teoria bioecológica, frequentemente representadas pela pessoa em desenvolvimento no centro, seguida do microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema, dispostos como uma boneca russa (Bronfenbrenner, 2011). Se por um lado, essa representação permite a visualização do tipo de relação que se estabelece em cada nível, por outro pode levar a compreensões errôneas do potencial de participação de cada elemento do contexto no desenvolvimento. Na minha pesquisa de mestrado, munido dos pressupostos da perspectiva narrativista em psicologia, adotei como critério analítico os posicionamentos de adolescentes institucionalizadas perante elas próprias, perante o outro e perante o discurso jurídico dominante. Foi possível constatar que, mesmo o discurso jurídico fazendo parte do nível macrossistêmico, em tese, o mais distante por não representar interações face a face constantes, este se fazia presente na cultura organizacional, nas práticas profissionais e nas rotinas vivenciadas por cada adolescente a todo o momento (Jacinto, 2019). Assim, seu impacto no desenvolvimento não era reduzido em relação aos outros sistemas.

Bronfenbrenner (1989/2011) considera que em cada nível ambiental haja elementos desenvolvimentalmente instigadores. O trabalho de pesquisa pautado na teoria

bioecológica se refere a compreender quais são esses elementos e de que forma estes exercem suas ações.

### **4.3 O papel da pessoa no desenvolvimento humano**

Vimos que na teoria bioecológica, as características da pessoa em desenvolvimento não são observadas unicamente como produtos de um contexto desenvolvimental. Elas também operam promovendo o desenvolvimento da pessoa e, dialeticamente, do contexto em que a pessoa se insere. Narvaz e Koller (2004) apontam que a característica da pessoa interfere na força, forma, conteúdo e direção dos processos proximais.

Tomemos, por exemplo, uma criança retraída em contrapartida a uma criança extrovertida. Provavelmente, essas crianças terão experiências distintas em um contexto institucional, provocadas especificamente por essa característica. Uma criança retraída tenderá a interagir menos, realizar menos trocas com os pares e demandar intervenções que levem em consideração esse fator. Já uma criança extrovertida tenderá a interagir mais, o que pode gerar, por exemplo, mais situações de diálogo e até conflito entre o grupo.

Bronfenbrenner e Morris (2006) descrevem três tipos de características da pessoa que operam em sua trajetória desenvolvimental: *força (force)*, *recursos (resources)* e *demanda (demand)*. Esses conceitos serão explorados individualmente, por explicarem a complexidade da compreensão da pessoa em desenvolvimento nessa teoria.

#### **4.3.1 Força (force): interferência direta nos processos proximais**

Narvaz e Koller (2004, p. 55) descrevem essa característica como “elementos que colocam os processos proximais em movimento e os sustentam”. A *força* se refere às características da pessoa que promovem comportamentos que ativamente mobilizam os processos proximais, sustentando-os, retardando-os, ou prevenindo sua ocorrência (Bronfenbrenner & Morris, 2006). As características da pessoa enquadradas nesse tipo se subdividem em duas categorias: instigadoras (*generative*) e desorganizadoras (*disruptive*).

Com base em Bronfenbrenner e Morris (2006) e Narvaz e Kohler (2004), podemos exemplificar como características instigadoras: curiosidade, disposição para engajamento em atividades individuais e coletivas e responsividade. As características instigadoras



podem ser classificadas em três tipos: responsividade seletiva, propensões estruturantes e sistemas diretivos de crenças.

A responsabilidade seletiva envolve diferentes modos de reagir a estímulos ambientais, a depender da *força* existente (Hirsto, 2001). Uma criança mais comunicativa poderá agir de modo mais colaborativo ao adentrar um espaço novo (o primeiro dia de aula, ou o primeiro contato com uma nova família), enquanto uma criança menos comunicativa poderá responder de modo mais retraído a essas situações.

As propensões estruturantes não se referem precisamente a respostas ao ambiente. Elas são definidas como as diferenças no modo de engajamento da pessoa em atividades cada vez mais complexas, incluindo a tendência a alterar o ambiente físico, simbólico e social (Hirsto, 2001).

Já os sistemas diretivos de crenças são a habilidade e aptidão ativa de conceitualização. A autopercepção da pessoa acerca da sua função em relação ao meio, bem como sua condição de agir perante o ambiente ou não demarca esse tipo de força (Hirsto, 2001). Para formular essa característica, Bronfenbrenner e Morris (2006) se pautaram no conceito de crenças de autoeficácia, o qual significa “a confiança na capacidade pessoal para organizar e executar certas ações” (Nunes, 2008, p. 30).

Em contrapartida às características instigadoras, Bronfenbrenner e Morris (2006) e Narvaz e Kohler (2004) listam um conjunto de forças classificado como desorganizadoras. Um primeiro grupo envolve qualidades mais ativas de comportamento: impulsividade, alta tendência a distração, personalidade agressiva e violenta, dificuldade de manutenção de controle das emoções e irresponsabilidade. Outro grupo, também parte das características desorganizadoras, envolve componentes menos ativos, como: apatia, baixa responsividade, falta de atenção, insegurança, evitação constante, timidez excessiva e falta de interesse no ambiente.

#### ***4.3.2 Recursos biopsicológicos (resources): deficiências e competências psicológicas***

Recursos também são características da pessoa que influenciam no seu desenvolvimento. Diferente da força, os recursos não são disposições seletivas para a ação (Bhering & Sarkis, 2009), mas podem dispor tendências e estrutura para que o organismo engaje em ações com o ambiente (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Por exemplo, a característica “saber falar” por si só não representa uma disposição à comunicação positiva, mas é um recurso que permite a emergência dessa interação.

De acordo com Narvaz e Koller (2004, p. 56), os recursos biopsicológicos envolvem “experiências, habilidades e conhecimentos necessários ao efetivo funcionamento dos processos proximais ao longo dos diferentes estágios de desenvolvimento”. Nesse aspecto, Bronfenbrenner e Morris (2006) apontam dois tipos de recursos: deficiências e competências psicológicas.

Em contextos inadaptados, uma deficiência pode inibir o pleno exercício de processos proximais positivos da criança no ambiente em que se encontra. Condições genéticas de expressão concreta e diagnósticos de saúde também representam recursos que são atribuídos a características das pessoas e implicam no modo como elas vivenciam os contextos em que se inserem.

Já as competências psicológicas, demarcadas por habilidades e construções oriundas das experiências de cada pessoa, permitem afinar o modo como elas interagem no contexto. Os conhecimentos, experiências e habilidades evoluem ao longo do curso de vida, formulando recursos progressivamente mais viáveis para a condução de uma trajetória desenvolvimental positiva (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

A epistemologia genética piagetiana é um bom exemplo de explicação desenvolvimental dos recursos. Piaget (1976) propõe uma trajetória de desenvolvimento infantil ancorada na maturação biológica, demarcada fortemente pela idade. Especificamente, o período sensório-motor proposto pelo autor é demarcado, em seu primeiro subestágio, pela predominância dos reflexos primitivos como esquemas. Esses esquemas são o recurso que o bebê possui para interagir com o mundo e são neles que se sustentam esquemas mais complexos, apresentando novas habilidades que caracterizam as etapas posteriores.

Em estudo anterior (Jacinto, 2019), demonstrei como adolescentes em situação de acolhimento institucional passavam a lidar com a rotina institucional e jurídica de modo mais funcional conforme ganhavam experiência (desenvolviam recursos) naquele contexto.

Observa-se que os *recursos*, quando expressos a partir de experiências e habilidades, podem ser desenvolvidos. Podem também ser fruto de trajetórias desenvolvimentais normativas (crescimento maturacional, adolecer, adulecer, etc.). E, especificamente quando observados pela ótica das deficiências, podem não ser entendidos sem que haja uma compreensão acerca do ambiente em que se manifesta. As transições desenvolvimentais parecem influenciar na pertinência dos recursos, e isso explicaria a

alta probabilidade de uma pessoa desempenhar processos proximais positivos em um ambiente e apresentar dificuldades em outro. A mudança temporal pode acarretar efeito semelhante.

Tomemos o exemplo apresentado anteriormente, sobre as adolescentes em situação de acolhimento institucional (Jacinto, 2019). É possível que suas habilidades de interação com a justiça, cumprimento rígido de rotina institucional e facilitação de diálogo com pessoas pouco familiares sejam recursos extremamente funcionais nas instituições de acolhimento, mas não lhes sirvam em contextos diversos, como na escola ou nas suas famílias de origem. Observei também que o recurso de junção e fortalecimento entre pares permitia às adolescentes institucionalizadas melhores experiências na instituição, reduzindo situações estressoras e auxiliando-as a lidar com o sofrimento oriundo da sua condição. Entretanto, com a mudança no cenário decorrente da passagem do tempo, a qual foi demarcada pela mudança na constituição do público na instituição, o apego entre os pares perdia sentido, pois se associava a uma dificuldade em adaptação a mudanças.

Apesar de Bronfenbrenner não ter explicitado uma análise contextualizada, tal qual mencionada nos parágrafos anteriores, sua teoria nos tendia a esse modo de enxergar os chamados *recursos*. Por fim, percebe-se que, a todo o momento, a Teoria Bioecológica se sustenta na equação dual do desenvolvimento humano: o desenvolvimento sendo produto e produtor. Em outras palavras, desenvolvimento gera desenvolvimento. A emergência de um recurso é resultado do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, contribui para a determinação de desfechos desenvolvimentais.

#### **4.3.3 *Demanda (demand): a pessoa desencadeando respostas do contexto***

O último grupo de características da pessoa é a *demanda*. Ela envolve um conjunto de características que, apesar de situadas na pessoa, geram uma resposta do contexto. Narvaz e Koller (2004, p. 56), classificam demanda como “aspectos que estimulam ou desencorajam as reações ambientais, inibindo ou favorecendo o desenvolvimento dos processos proximais no crescimento psicológico”. Sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade, aparência física, etnia/raça/cor, deficiência (entendendo aqui o seu caráter social-identitário) são exemplos de *demanda*. Bronfenbrenner e Morris (2006) acrescentam também características comportamentais como *demanda* (uma criança agitada vai gerar uma aproximação distinta das demais pessoas em relação a uma criança calma, por exemplo).

A resposta do contexto à *demanda* é orientada fortemente por fatores socioculturais. Tomemos, mais uma vez, o exemplo da instituição escola. Ser menino ou menina em uma sala de aula é condição suficiente para que professores e a comunidade escolar trate uma criança de modo distinto. Fagot (1981) desenvolveu um estudo complexo com professores e professoras, buscando entender seu modo de tratar meninos e meninas na condução das atividades escolares. Dentre os resultados, revelou que professores de ambos os sexos com pouca experiência tendem a interagir mais com meninos durante atividades entendidas como “voltadas a crianças do sexo masculino” e com meninas durante atividades entendidas como “voltadas a crianças do sexo feminino”. Isso quer dizer que um menino brincando de boneca, por exemplo, receberia menor atenção e interagiria menos com um professor, provavelmente apartando-o dos processos proximais positivos que poderiam ser trabalhados naquele cenário.

Ainda tomando como base o contexto escolar, estudos realizados no Brasil demonstraram: distintos tratamentos em crianças brancas e negras, chegando a implicar nas notas atribuídas às atividades (França, 2017); menor interação de crianças com deficiência no espaço escolar, sendo esse estímulo uma responsabilidade do professor (Silva, 2018); alta taxa de comportamentos adversos em crianças com fissura labiopalatina, associada ao preconceito sofrido na escola e outros espaços de socialização (Silva, Rodrigues & Lauris, 2017).

Esses poucos exemplos são precisos na compreensão do que seria a *demanda* e seu impacto na trajetória desenvolvimental humana. Acrescentemos, porém, um último contexto explicativo, mais afim a este estudo. Ao longo desta tese, discutimos os fatores que orientam ou não postulantes em suas decisões sobre adoção. Vimos que idade, condição diagnóstica, raça/cor, deficiência e gênero, por exemplo, são fatores condicionantes de recusas ou disposições das famílias em formalizar esse processo. Demonstramos que a mudança na cultura da adoção, quebrando mitos e dirimindo preconceitos e estereótipos mantidos direta ou indiretamente contra a criança institucionalizada é uma ponderação apontada pelos estudos para qualificar o processo judicial quanto à adoção. Evidencia-se, com isso, o quanto a *demanda* interfere na trajetória desenvolvimental de crianças e adolescentes institucionalizadas e disponíveis para adoção no Brasil.

#### 4.4 A família na Teoria Bioecológica: pessoa ou contexto?

Finalizando as discussões sobre a pessoa, no modelo PPCT, elevo uma questão raramente despontada por Bronfenbrenner em seus estudos, ou por autores que contribuem para o avanço da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Essa questão se refere aos estudos que tematizam em algum nível a família e seu papel no desenvolvimento: seria a família entendida como contexto ou como pessoa?

Vimos, a princípio, que na perspectiva de Bronfenbrenner (2011), contexto não equivale a “lugar”, nem a “ambiente físico”. Mesmo na topografia dos sistemas propostos pelo teórico, a concretude do contexto é melhor observada nos macrosistema e exossistema. Por concretude, me refiro a uma probabilidade de materializar mentalmente o sistema, com uma ideia tão próxima quanto possível de um “lugar”, ainda que não encarada de modo estanque, mas dinâmico. Em comparação, o mesossistema é um contexto demarcado pela *relação entre dois contextos*, sendo impossível delegar um caráter secundário a esse aspecto.

Grande parte da literatura brasileira recente na área encara a família como contexto, especialmente representando um microsistema (Antoni & Koller, 2010; Silva, Vieira & Schneider, 2016; Fernandes, Santos & Morato, 2018; Monteiro, Lima-Berton & Asinelli-Luz, 2020). Entendê-la, a partir dessa perspectiva, permite uma análise de trajetórias desenvolvimentais possíveis, fruto da interação entre criança e sistema. Por outro lado, os autores têm buscado romper com os modelos contextuais criticados que delegam ao ambiente uma influência normativa e não recíproca aos indivíduos que nele interagem (Bronfenbrenner, 2011). Contexto, na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, é alvo de mudança e se desenvolve conforme as pessoas que o compõem também se desenvolvem. Ademais, o microsistema inclui as interações e papéis sociais existentes, bem como demais componentes do PPCT que pesquisas nessa perspectiva teórica devem levar em consideração na definição dos contextos.

Em 1988, Bronfenbrenner (1988/2011) indagou sobre a família como sistema central no ecossistema desenvolvimental humano. Embora o texto dialogue acerca da interação desse sistema com outros mais amplos, incluindo políticas sociais que podem favorecer o seu funcionamento, fica explícita sua equivalência entre família como um contexto: “a família é o mais humano, o mais poderoso e o sistema mais econômico conhecido para tornar e manter os seres humanos mais humanos” (Bronfenbrenner, 1988/2011, p. 279).

O autor afirma que as formulações sobre desenvolvimento humano convergem na alegação de que a família é um contexto fundamental, no qual a oferta de afeto e cuidado é determinante para o curso do desenvolvimento típico infantil. Reitera que, nesse contexto, é fundamental que haja interações de crescente complexidade e engajamento dos pais nas atividades dos filhos. Em outras palavras, os processos proximais ocorridos no contexto familiar são a base do desenvolvimento infantil sadio.

Adicionalmente, no mesmo texto, Bronfenbrenner (1988/2011), preocupado com as condições contemporâneas dadas às famílias para o estabelecimento do cuidado às crianças, também fornece elementos para uma análise microgenética do contexto familiar. O autor apresenta dados que demonstram o impacto entre a necessidade de trabalhar, em detrimento do cuidado das crianças (muitas vezes, ainda bebês), e a quantidade e qualidade das interações ofertadas. Esse parâmetro se agrava nas famílias monoparentais, cuja divisão de tarefas domésticas é frequentemente inexistente. Em análise pura de contexto, aqui falamos da relação exossistêmica, caracterizada pelo impacto do trabalho dos pais no desenvolvimento dos filhos. Por outro lado, ao pôr em ótica os pais e mães, suas dificuldades em exercer a parentalidade, níveis de estresse, dentre outras características da experiência dividida entre provisão e cuidado, abre-se caminho para entender o conjunto familiar também a partir da legitimação individual de cada membro como pessoa.

Essa perspectiva se complexifica em estudo posterior, no qual Bronfenbrenner e Morris (2006) analisam, dentre outros cenários, a díade mãe-filho, situando-a como contexto desenvolvimental. O avanço dessa análise, para a Teoria Bioecológica, jaz na explicitude da compreensão da díade também como composta de pessoas. Afinal, não é suficiente, na concepção desenvolvimental prevista nesse campo, descrever as mudanças e características do contexto sem descrever as mudanças e característica das pessoas que nele (ou através dele) interagem. Portanto, em se tratando de um microssistema, como a família se encaixa, é fundamental compreender as características dos outros significativos, as quais implicarão na forma e qualidade das relações face a face que ocorrerão nesse contexto (Narvaz & Koller, 2004).

No exemplo apresentado, Bronfenbrenner e Morris (2006) relatam o efeito da responsividade materna (mais precisamente, debatem os efeitos de uma díade responsiva ou não responsiva). Relatam que em um contexto de não responsividade, a criança se desenvolve com menores expectativas de uma resposta da mãe em situações adversas.

Entretanto, para entender o contexto de não responsividade, alguns aspectos característicos de cada pessoa são levados em consideração. Em primeiro lugar, os autores apresentam indícios de que quanto maior a classe social materna e seu conhecimento sobre desenvolvimento, ela tenderá a ser mais responsiva. Esses dados são fortalecidos por Richman, Miller e LeVine (1992), que demonstraram a relação entre o background cultural e educacional materno e os índices de responsividade. Mais recentemente, Alvarenga, Malhado e Lins (2014) demonstraram a associação entre práticas de socialização facilitadoras e aumento da responsividade materna. Note que em ambas as explicações, são apresentados *recursos biopsicológicos*, características da pessoa, de acordo com o modelo PPCT.

Pensando na outra face dessa díade, estudos apresentados por Bronfenbrenner e Morris (2006) revelam que crianças com baixo peso ao nascer geravam maior responsividade materna. As expressões de estresse da criança tenderiam a desencadear essa responsividade. Aqui foi apresentada uma característica que se encaixaria como demanda, de acordo com Bronfenbrenner e Morris (2006) no modelo PPCT.

O que busco argumentar é a impossibilidade de entender o contexto familiar (no caso abordado, uma parcela desse grupo, representada pela díade mãe-filho) sem que seja realizada uma análise apropriada da pessoa em desenvolvimento que compõe esse grupo. O entendimento de uma díade disfuncional ou funcional engloba a compreensão das características das pessoas que dela participam. Por outro lado, é inegável que os estudos sobre grupos na sociologia (Setton, 2011) e na psicologia social (Martins, 2007) demonstram que estes possuem dinâmicas que não se limitam às expressões individuais de seus membros. Ao abordar a família, deve-se levar em conta que seu funcionamento se situa e é orientado por um contexto histórico, cultural, político e econômico com expressões macro, em âmbito social, e micro, em âmbito familiar.

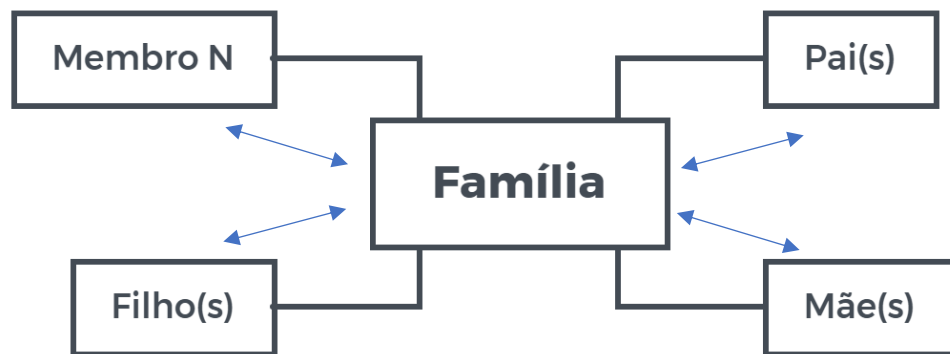
Nesse sentido, especificamente tratando acerca do macrossistema como campo de investigação, Bronfenbrenner (2011) define princípios que devem sustentar os estudos empíricos na Teoria Bioecológica, dentre eles:

Princípio 10. Os processos de desenvolvimento humano que ocorrem dentro de um contexto podem variar de forma substancial segundo os atributos pessoais de outras pessoas significativas presentes no contexto. Particular importância é dada as qualidades dos outros que são desenvolvimentalmente instigadoras para o sujeito. A força científica do modelo microssistêmico aumenta, portanto,

ainda mais, na medida em que essas características pessoais são avaliadas. (p. 187)

Fica evidente, com isso, o compromisso da teoria em apresentar análises que levem em consideração essa dualidade não excludente entre pessoa e contexto na qual participa. O que proponho, com base nessas afirmações, é um distanciamento da pura compreensão da família como abstração. Família é unidade, na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, configurando um contexto desenvolvimental. Família também são pessoas que, assim sendo, devem ser analisadas como tais dentro do modelo PPCT. O desenvolvimento de cada pessoa na família reverbera nesta como contexto, gerando assim um ciclo progressivamente mais complexo de trajetórias desenvolvimentais. Essa abordagem explícita é certamente um desafio na teoria: compreender cada membro da família como uma pessoa em desenvolvimento, porém entendendo o grupo familiar como um contexto microssistêmico específico. A Figura 2 representa esquematicamente esse desenho de estudo proposto.

**Figura 2 - Modelo de desenvolvimento da família, como contexto e pessoa**



Fonte: O autor.

#### **4.5 Processo proximal: multidirecionalidade do desenvolvimento humano**

Com o avançar da teoria, o próprio Bronfenbrenner (2011) elenca críticas sobre suas formulações iniciais. Dentre elas, destaca-se a pouca elucidação sobre como as influências ambientais orientavam trajetórias desenvolvimentais. Os modelos de explicação incluídos na categoria classe-teórica, dentre eles o de endereço social e o



modelo do nicho sociológico passam a não contemplar o entendimento dos fenômenos que embasam o desenvolvimento humano conforme a teoria bioecológica. Nas duas últimas fases das suas produções, Bronfenbrenner (2011) enfatiza os processos como motores do desenvolvimento humano, de modo a esmiuçar quais elementos da interação da pessoa com o contexto de fato orientam as trajetórias desenvolvimentais. Sobre esse conceito, Merçon-Vargas e cols. (2020) destacam que houve uma substituição paulatina da nomenclatura “processo” para o termo “processos proximais”, englobando cada vez mais uma distinção precisa entre esse elemento e os ditos “efeitos do ambiente”.

Em uma caracterização basilar, entende-se que os processos proximais podem ser observados nos fenômenos estáveis e duradouros de interação da pessoa com o contexto (incluindo objetos, símbolos ou outras pessoas). Bronfenbrenner (2011) exemplifica com precisão alguns processos:

[...] na amamentação ou conforto do bebê; nas brincadeiras com uma criança pequena; nas atividades entre crianças; no grupo ou na ação solitária; na leitura; na aprendizagem de novas habilidades; nas atividades físicas; na solução de problemas, no cuidado de pessoas doentes; na elaboração de planos; na execução de tarefas complexas e na aquisição de conhecimentos. (p. 46)

A afirmação de que os processos proximais são motores do desenvolvimento é encadeada por um conjunto de assunções, das quais destaco: o desenvolvimento precisa que a pessoa esteja engajada em uma atividade para que os processos proximais ocorram; deve haver uma regularidade por um período estendido de tempo para que façam efeito; essas atividades devem, nesse percurso, evoluir em complexidade; e não há unidirecionalidade nos processos (reafirmação do desenvolvimento como influência mútua e recíproca entre pessoa e contexto, ou entre pessoa e pessoa) (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Todas essas afirmações levam à constatação de uma compreensão de desenvolvimento humano centrada na atividade e na interação, a qual se materializa através dos processos proximais.

Ao longo de sua descrição, Bronfenbrenner e Morris (2006) revelam o quanto os processos proximais de fato não apenas promovem, mas também impulsionam desfechos positivos no desenvolvimento humano. Ao refletirmos sobre os significantes “motor” e “desenvolvimento”, observamos dois verbetes que representam comumente a ideia de progresso e de ação. O autor parece não ponderar esse elemento a partir de outra perspectiva que não a positiva: quando se considera contextos favoráveis, os processos

proximais favorecem o desenvolvimento; em contextos disfuncionais, eles reduzem os efeitos adversos do ambiente. De fato, ao longo da Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner & Morris, 2006), o conceito de processo proximal tem sido associado positivamente à promoção do desenvolvimento e, mesmo quando o foco se dá sobre análise de contextos destrutivos, sua contribuição opera como redutora dos efeitos nevrálgicos dos ambientes disfuncionais.

Recentemente, Merçon-Vargas *et al.* (2020) elevam essa discussão a um ponto mais complexo: seriam mesmo os processos proximais sempre vantajosos à pessoa em desenvolvimento? Situações de violência e hostilidade não atuariam igualmente como processos proximais que direcionam trajetórias desenvolvimentais? A valoração e a definição da natureza de cada processo proximal, com isso, tornam-se necessárias para compreensão dos seus efeitos no desenvolvimento. Ou seja, em um estudo sobre desenvolvimento humano, é fundamental entender a configuração do processo proximal existente para, com isso, entender seu papel na complexa teia entre pessoa e ambiente que ocorre ao longo do tempo. Merçon-Vargas *et al.* (2020) vão além ao sinalizar que, assim como os processos proximais promotores do desenvolvimento funcional desencadeiam melhores efeitos quando ocorrem com frequência e intensidade ampliada, o aumento da interação mediada por processos proximais disfuncionais geraria um efeito oposto. Cientes dessa definição, é plausível dizer que uma criança que tem acesso à escolarização de forma regular e com qualidade tenderá a apresentar um desfecho desenvolvimental favorável no que se refere às habilidades cognitivas básicas; por outro lado, é igualmente plausível dizer que uma criança que vivencia constantes situações de violência potencialmente terá sua saúde mental prejudicada diante da regularidade e intensidade desse quadro.

Merçon-Vargas *et al.* (2020) argumentam, portanto, que há ambientes demarcados por relações entre pares, ou entre pais e filhos, por exemplo, que são preditores de interações disfuncionais, as quais se *complexificam* ao longo do tempo. Como exemplo, temos as situações de abuso doméstico, cujos episódios de violência iniciam esporadicamente até se cronificarem e tomarem corpo na estrutura daquele sistema. Outros exemplos apontados pelos autores incluem o uso disfuncional de redes sociais, e relações danosas ocorridas na escola, como *bullying* e falta de reconhecimento. Ou seja, esses processos também agregam as principais características dos processos proximais: impactam o desenvolvimento humano ao ocorrerem ao longo do tempo, de modo regular,

e com intensidade calibrada. Porém, seu efeito é contrário aos processos proximais narrados por Bronfenbrenner (2011), levando Merçon-Vargas *et al.* (2020) a nomeá-los “*inverse proximal processes*”. Seu efeito, portanto, costuma ser invertido em relação aos efeitos dos processos proximais da teoria bioecológica original: quanto maior sua presença em um ambiente disfuncional, serão intensificados seus efeitos adversos, enquanto nos ambientes favoráveis, reduzida será a influência desse ambiente a um desenvolvimento adequado.

Diante do exposto, alguns elementos teóricos são postos em questão nesta pesquisa. O primeiro deles se refere à compreensão dos processos proximais como promovendo trajetórias desenvolvimentais positivas ou negativas. Essa dualidade pode não contemplar a complexidade humana. Sato, Mori e Valsiner (2016) apresentam a construção da *Trajectory Equifinality Approach*, composta, dentre outros fundamentos, do *Trajectory Equifinality Model*, um método de investigação do desenvolvimento pautado na análise das trajetórias desenvolvimentais reais e possíveis, bem como interpretações do sujeito a partir da internalização dessas experiências. O método permite observar como eventos específicos geram possíveis bifurcações desenvolvimentais, atribuindo as experiências de vida a distintos desfechos. Por exemplo, ao ser inserida em uma família substituta, a criança imediatamente pode se revelar acolhedora ou arredia. Ao seguir uma trajetória, naquele momento, tem-se outra possível que foi deixada momentaneamente para trás. Destaco aqui que esse modelo nos demonstra que as trajetórias desenvolvimentais não possuem um desfecho único, mas são construídas em uma complexa teia que apresenta pontos interpretáveis como positivos, disfuncionais ou (por que não?) não encaixáveis nessas categorias. Ora, um estudante do ensino médio se formar como exímio matemático (desfecho possível número 1) não é melhor ou pior do que se ele se formar como um exímio ator (desfecho possível número 2). Então, os processos proximais devem ser entendidos como intervenientes nesses cenários, mas não como balizadores positivos ou negativos.

Retomando a definição original dos processos proximais, acresce-se uma segunda questão a ser abordada em estudos futuros. Vimos que eles são definidos a partir da sua regularidade e constância. Ou seja, para que um comportamento seja entendido como processo proximal, deve perdurar por uma faixa temporal. Levantamos, entretanto, um questionamento quanto a essa afirmação: experiências situacionais que tenham ocorrido apenas uma vez na vida de um sujeito poderiam ser consideradas processos proximais,

caso contemplassem os critérios de interação entre pessoas ou entre pessoa e contexto? Estudos sobre trauma, por exemplo, revelam como experiências pontuais podem direcionar trajetórias desenvolvimentais particulares (Zavaschi *et al.*, 2002). Do mesmo modo, uma experiência positiva (conhecer alguém, visitar algum lugar, receber uma informação) pode ser um demarcador de mudança no desenvolvimento da pessoa. Neste momento, tais questionamentos seguem pouco explorados nos estudos da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Por fim, apesar de alegar a importância da reciprocidade de interações ao desenvolvimento humano, Merçon-Vargas *et al.* (2020) avaliam que esse tema foi pouco delineado na Teoria Bioecológica, especialmente quando referente aos processos proximais. É mais comum, por exemplo, estudos que buscam entender o impacto de ações específicas dos pais perante o desenvolvimento dos filhos do que no processo contrário. Pensando em processos proximais disfuncionais, essa questão fica mais delicada. Por exemplo, como avaliar a reciprocidade de uma criança que sofre violência, sendo este o processo proximal desferido majoritariamente no sentido *familia* → *filhos*?

Talvez a perspectiva narrativa e o estudo dos posicionamentos possam ajudar nessa questão. Suponho que a reciprocidade não significa necessariamente um reflexo (no sentido de espelho mesmo) do mesmo processo proximal apenas com o sentido alternado. Muitas vezes usamos o termo "relação" para afirmar que os processos proximais são alternados, mas é possível dizer que aquilo que parte do professor para o aluno é igual ao que parte do aluno para o professor? O mesmo podemos pensar no exemplo sobre apego. Por mais que seja um processo mútuo, o apego *mãe* → *filho* e o retorno *filho* → *mãe* obedece à mesma configuração? Provavelmente não. Partindo dessa máxima, posso avaliar que, em situações de processos proximais disfuncionais, é possível pensar em uma reciprocidade, considerando que a mudança de sentido altera a natureza do processo. Por exemplo, em uma situação de violência, a vítima se posiciona de algum modo, ainda que passivo diante dos constrangimentos do contexto, e essa posição gera impacto no sujeito que pratica. Assim, o processo proximal recíproco a uma situação de violência nem sempre será igualmente um processo proximal violento. A reciprocidade, característica importante demarcada por Bronfenbrenner, precisa ser estudada e aprofundada para uma evolução dos saberes sobre esse fenômeno.

## 5 Narrativa, Identidade e Identidade de Família

A identidade é um componente desenvolvimental de histórica importância para a psicologia. Embora todas as abordagens desenvolvimentais tenham trazido contribuições ao estudo das identidades, autores como Erikson (1968), Freud (1924; 1933); Côté (2006), Piaget (1968) dentre outros ganharam destaque nesse campo ao atribuir a formação da identidade a etapas demarcadas do desenvolvimento humano ou à formação de estruturas da personalidade.

Mais recentemente, pesquisadores que passaram a valorizar a linguagem na constituição do self trouxeram novas contribuições ao estudo das identidades. Bruner (1991), Gergen (2005), Bamberg (1997; 2005; 2011; 2012a; 2012b; 2014a; 2014b), De Fina (2015) e outros demonstraram como a identidade, traduzida como o processo de construção de sentido sobre si, se desenvolve na elaboração de narrativas feita pelos indivíduos.

No entanto, é importante ressaltar que a maioria dos estudos que buscam compreender a formação da identidade, tanto nas abordagens clássicas quanto nas perspectivas narrativistas, tende a se concentrar na análise dos indivíduos. Pouca atenção é direcionada aos fenômenos coletivos que subjazem à construção das narrativas, assim como às significações emergentes dessas narrativas. Mesmo no contexto das relações familiares, o enfoque costuma ser dado à maneira como a família contribui para a formação da identidade de seus membros, sendo menos comum a compreensão do grupo familiar como detentor e produtor de uma identidade própria e compartilhada.

Este capítulo tem como objetivo explorar a interseção entre identidade e narrativas, além de elucidar o conceito de identidade de família dentro dessa perspectiva. Para alcançar esse objetivo, foi organizada uma estrutura que aborda três questionamentos centrais: a) Como se constituiu, na psicologia, a compreensão das interseções entre narrativa e subjetividade?; b) É possível afirmar a existência de uma identidade narrativa coletiva?; c) Entendendo a identidade narrativa um fenômeno compartilhado, como podemos interpretar o que seria “identidade de família”? Ao final, busca-se situar o conceito de identidade abordado neste estudo e propor como, dentro de uma perspectiva narrativista e desenvolvimental, é possível traçar análises sobre a identidade de família, considerando não apenas os indivíduos interdependentes, mas também o grupo como uma unidade dinâmica e complexa, bem como os sentidos compartilhados por cada conjunto familiar.

### **5.1 Como se constituiu, na psicologia, a compreensão das interseções entre narrativa e subjetividade?**

Ao longo do século XX, observou-se um avanço na adoção da linguagem como terreno de interesse de pesquisa. Por um ponto, o avançar das ciências humanas e sociais advinha com a afirmação dos seus métodos, por vezes distantes daqueles alinhados às ciências naturais, demonstrando a possibilidade de construção de conhecimento através de estratégias antes delegadas ao posto de "não objetivas". Por outro, a linguagem operava não apenas como ferramenta de acesso aos fenômenos subjetivos, mas como campo e processo de formulação desses fenômenos.

Segundo De Fina e Georgakopoulou (2015), o estudo das narrativas se inicia com base na literatura. Seu desenvolvimento, contudo, se espalha paulatinamente em campos como antropologia, estudos de gênero, sociologia, história e psicologia (De Fina, 2006.). Esse desenvolvimento demonstra uma transição entre o interesse por, anteriormente, narrativas ficcionais e a posterior associação entre os modos de construir narrativas (levando em conta aqui seu conteúdo e processos psicológicos envolvidos em sua elaboração) e práticas cotidianas.

Na psicologia, as segmentações de interesse perante as narrativas são variadas. Para além dos teóricos que adotaram a narrativa como ferramenta de acesso a conteúdos psíquicos, como, por exemplo, aqueles pertencentes à corrente psicanalítica, paulatinamente surgiram formulações que associaram esse fenômeno/processo à própria constituição psíquica (Vassilieva, 2016). Nesse ponto, as contribuições de Sarbin (1986, 1997) são incontestáveis. O teórico demonstra como a narrativa não é um ato passivo de reprodução de conteúdos mentais, mas uma forma de organizar episódios e ações em todos coerentes que fazem sentido ao indivíduo.

O impacto mais extenso certamente é atribuído a Bruner (1991) a partir de sua análise da narrativa como forma, avançando nas formulações de Sarbin (1986, 1997). Pautado na linguística, o autor se preocupa em apresentar elementos da narrativa como: gênero, estrutura temporal, personagens, intencionalidade, hermenêutica, enredo, referencialidade, dentre outros. Para o autor (Bruner, 2004), a narrativa é um modo de pensamento que difere do raciocínio lógico. Nesse sentido, há de se considerar que não existe uma forma única de funcionamento mental e o processo narrativo opera de modo distinto do entendimento "computacional" que vigorou no avançar das ciências cognitivas. O autor discute a produção autobiográfica, que todos os indivíduos constroem

de si próprios, e que não necessariamente reproduzem os elementos do real com precisão. Assim, toda autobiografia e, por extensão, todo entendimento de si, incorre em interpretações, reflexões e negociações internas. Haveria uma relação direta, portanto, entre o ato de narrar sobre si e a formulação do *self*.

As narrativas autobiográficas passaram a ser entendidas no campo como "*big stories*". Seriam estas narrativas estimuladas em contextos de terapia ou pesquisa que têm como tema central a vida do narrador. Solicita-se, nesses procedimentos, que o narrador reflita e elabore sobre o que está pensando (Bamberg, 2006). McAdams (1989, 2008, 2011), Sarbin (1997) e De Fina (2015) são alguns dos autores que trabalham nessa perspectiva. Não é exagero afirmar que a maior parte das pesquisas que se pautam nas narrativas no campo da psicologia adotam esse modelo interpretativo e de recurso.

Bamberg (2006), por outro lado, foca seus estudos nas "*small stories*". Segundo o autor, essas histórias são mais curtas, emergem nas interações sociais, não necessariamente tematizam o narrador nem sua história de vida completa. As *small stories*, acrescenta, têm sido negligenciadas por serem efêmeras, associadas à vida cotidiana, facilmente esquecíveis e por não irem direto ao ponto, quando se trata do interesse de uma investigação científica.

Não se busca aqui apontar um caminho correto nessa bifurcação. É importante salientar, entretanto, que a escolha pelo estudo das *big stories* ou *small stories* traz implicações metodológicas fundamentais. Primeiramente atenta-se à validade do que é dito. Em pesquisas na área da psicologia é comum considerar que aquilo que é narrado pelo sujeito passa pelo crivo interpretativo, o que pode afastar o texto do fenômeno objetivo. Supostamente, as pesquisas com *small stories* teriam menos risco nesse sentido, pois a abertura de fala nas situações cotidianas é maior (Bamberg, 2006). Outra implicação fundamental se refere ao objeto de análise. Ao abordar as *small stories*, a ênfase de análise recai mais sobre o processo de narrar (a narração) do que no conteúdo da narrativa (Jacinto, 2019). Nas *big stories* confia-se mais no texto narrado e se privilegiam os fatos apresentados pelo narrador.

Outra variação na compreensão das narrativas na psicologia jaz sobre a categoria "discurso", aqui orientada pela bifurcação Discurso (com D maiúsculo) / discurso (com d minúsculo). Gee (2015) define Discurso (com D maiúsculo) aqueles que combinam palavras e elementos (vestimentas, objetos, ferramentas) para caracterizar uma identidade social em nível macro. Esse Discurso se relaciona com as práticas sociais, é herdado pelos

membros de determinado grupo, e sustenta convenções identitárias e de atividades. O discurso (com d minúsculo) envolveria, por conseguinte, o uso cotidiano da palavra. Ele se revela na prática imediata e corriqueira, e serviria como fonte de pesquisa no que tange aos seus elementos, sua forma, seu estilo, dentre outras características mais localizadas.

Não cabe, entretanto, apontar que as compreensões acerca dos Discursos (com D maiúsculo) trariam informações mais compartilhadas do que aqueles discursos (com d minúsculo). Ambas refletem práticas sociais e contemplam as três funções da linguagem que Gee (2015) aponta: dizer algo, desempenhar uma ação, e exercer um modo de ser. Para Bamberg (2014a), essa diferença se encaixa em duas formas de enxergar o discurso como constituinte do sujeito. A primeira, mais próxima dos Discursos (com D maiúsculo), representa estes como apropriação da realidade, nos quais as pessoas refletiriam suas concepções. A segunda, mais próxima dos discursos (com d minúsculo) entenderia a linguagem como uma caixa de ferramentas através da qual as pessoas constroem sentidos do mundo e de si muitas vezes à parte de uma reflexão prévia e independente do questionamento realizado a elas em condições de pesquisa. No primeiro, conceitos, ações e a própria identidade seria construída com base nos Discursos, enquanto no último, os discursos seriam uma via para essas construções. Essa é uma divisão que, embora importante num contexto investigativo, é impossível de ser observada no cotidiano. Ambos os níveis são praticados e não é possível ignorar a interrelação entre aquilo que os autores mencionados entendem como Discursos (com D maiúsculo) e discursos (com d minúsculo).

O fato comum entre os estudos apresentados, que representam um movimento crescente na psicologia, é a valorização da narrativa (e do ato de narrar) como forma de acesso e construção da subjetividade. Como derivação, destacamos aqui o estudo das identidades, categoria que no campo convencionou-se nomear "identidade narrativa". McAdams (2011) define identidade narrativa como a história internalizada do self construída por uma pessoa para fazer sentido sobre sua vida. Esta envolveria aspectos biográficos do passado, mas também elementos do futuro imaginado. Como toda história, apresenta explicações sobre personagens e suas interações com o sujeito que constrói a narrativa. Ricoeur (1991) apresenta uma definição mais instrumental, apontando a identidade narrativa como aquela cujo sujeito possui acesso a partir da função narrativa. Essa definição se aproxima da concepção de Bamberg e Georgakopoulou (2008), os quais afirmam que a identidade narrativa corresponde ao sentido de si construído pelo *ato de*



*narrar*, reforçando a especificação trabalhada anteriormente que difere narrativa (produto) de narração (processo). Aqui se propõe uma abordagem que não tem como pressuposto a diferenciação entre narrativa e narração, por compreender que a identidade narrativa dinamicamente consiste em produto e processo, tais quais os demais aspectos desenvolvimentais conforme sugere-se na teoria bioecológica (Bronfenbrenner, 2011). Por outro lado, busca-se aprofundar em outra característica da identidade narrativa, curiosamente pouco abordada, mas essencial diante do objeto de estudo da pesquisa em questão (a família): sua dimensão individual ou coletiva.

## **5.2 É possível afirmar a existência de uma identidade narrativa coletiva?**

Apesar de comumente debatido na psicologia, o conceito de identidade parece emergir de modo tácito nas ciências desenvolvimentais. É frequente observar trabalhos que mencionam identidade sem se preocupar em apresentar quais componentes acompanham sua noção. Em busca de definição, ganha destaque a elaboração de Erikson (1968) que combina em sua explicação do desenvolvimento psicossocial elementos da maturação biológica e psíquica alinhados com enfrentamentos sociais vivenciados pelo indivíduo em cada etapa da vida humana. Embora não tenha situado a formação da identidade em uma única etapa, Erikson alega que é na adolescência que essa tarefa emerge como desafio desenvolvimental central.

Grotevant (1997) sintetiza a perspectiva eriksoniana ao selecionar três características estruturantes da identidade humana: autodefinição, elaboração de coerência sobre os sentidos de si, e continuidade ao longo do tempo. Segundo o autor, a autodefinição envolve como ativamente o indivíduo constrói uma descrição de si, levando em conta o modo como este é reconhecido pelos outros em determinado cenário social. A coerência representa um sentido subjetivo de que os conteúdos da autodefinição fazem sentido entre si. Por fim, a identidade permanece entre temporalidades e espacialidades, permitindo um sentido de identificação do indivíduo consigo no mundo e vice-versa. Desse modo, a identidade "conecta personalidade, consciência subjetiva, relacionamentos e contexto externo" (Grotevant, Dunbar, Kihler & Esau, 2000, p. 381), sendo sempre um self em contexto (Jacinto, 2019).

As abordagens narrativistas em psicologia que transitam pelo conceito de identidade têm incluído, com maior ou menor profundidade, o aspecto contextual e relacional em suas definições. McAdams (2008) apresenta uma síntese do seu trabalho e

descreve seis princípios dos estudos da abordagem narrativista: 1) o self é historiado; 2) manter essas histórias gera integração na experiência de vida; 3) as histórias são contadas nos relacionamentos sociais e em geral representam fenômenos sociais orientados por expectativas e normas também sociais. 4) as histórias mudam ao longo do tempo; 5) histórias são textos culturais; 6) há histórias "melhores" que outras.

Quanto ao princípio 6, Vassilieva (2016) salienta que este se refere a um aspecto ético, que dispõe as narrativas a uma sujeição à avaliação. Em se tratando da construção identitária, os estudos abordados neste capítulo não se pautam em atribuir qualquer valor moral ao modo como esse processo se constitui. Entretanto, não seria total equívoco, partindo do sexto princípio relatado, supor que há configurações identitárias que se revelam menos incongruentes em determinado tempo e contexto.

O destaque aqui, entretanto, se refere aos princípios 3 e 5. Ambos se referem, em alguma medida, ao caráter social da prática narrativa. Partindo do pressuposto de que a mente humana se configura como tal diante da experiência cultural que orienta as bases filogenéticas (Oliveira, 1992), e que se organiza através do pensamento narrativo, podemos interpretar que toda narração só faz sentido diante da presença do outro (concreto/presente ou internalizado). A esse respeito, Bruner (2004) se refere à *plateia* ao tratar do público ao qual se direciona a produção narrativa. Em acréscimo, observamos a assunção da narrativa como um texto cultural no quinto princípio apontado. Mecanismos de identificação de si e do outro, experiências de pertencimento, atribuição de sentido e valor sobre experiências, dentre outros elementos socioculturais podem ser associados à narrativa e foram progressivamente sendo trabalhados por outros autores conforme o campo se desenvolveu.

Stapleton e Wilson (2017) apresentam três abordagens de estudo das narrativas em contextos socioculturais: 1) foco nas estruturas e formas das narrativas faladas; 2) significados culturais das narrativas faladas; 3) componentes interacionais do ato de narrar. Apesar dessa variação e dos apontamentos sumarizados por McAdams (2008), curiosamente, especialmente no campo de estudos das narrativas na psicologia (para além, portanto, dos estudos linguísticos e antropológicos), observa-se pouca ênfase no caráter seu compartilhado (Stapleton & Wilson, 2017). Desse modo, se tratar do conceito de identidade narrativa, mostra-se comum a conceber esse processo como individual. Segundo Schiff e Noy (2006), essa tradição engloba uma prática da psicologia em valorização do indivíduo, além dos métodos adotados no estudo de elementos advindos

de narrativa privilegiarem pessoas falando sobre suas vidas na primeira pessoa, em geral, do singular.

De acordo com Koven (2015) a maior parte dos estudos sobre narrativas grupais desenvolveu saberes comparativos entre distintas culturas, sem se preocupar com a interpretação realizada pelos indivíduos acerca do conteúdo narrado. Essas comparações envolviam análise de estilos narrativos e signos que foram atribuídos às identidades grupais. A autora nomeia essa abordagem de "ética"<sup>5</sup>. A crítica a essa perspectiva jaz exatamente na desconsideração da participação da pessoa na construção da identidade, diante de uma imposição cultural entendida como externa e coercitiva.

Em contrapartida, sugere-se uma abordagem "êmica", que tem como pressuposto valorizar a percepção dos indivíduos sobre os elementos (imagens, *selves* e outros) presentes nas narrativas produzidas. Assim, a identidade formulada como resultado da narrativa e do ato de narrar incluiria também uma produção de sentido sobre os componentes culturais presentes na experiência. Em uma abordagem êmica, torna-se possível observar como a pessoa infere, ordena e avalia a gama de conteúdos culturalmente compartilhados em sua narrativa.

Em outra perspectiva teórica, Van de Mieroop (2015) desenvolveu discussão sobre a teoria das identidades sociais, correlacionando-a com a análise discursiva de narrativas e identidades coletivas. A autora se refere aos estudos de Tajfel (1982) e da psicologia social como o principal campo a se interessar pelo entendimento da identidade a um nível compartilhado. Citando Tajfel (1982), Van de Mieroop (2015, p. 408) apresenta a seguinte definição de identidade social: "a parte do autoconceito dos indivíduos que deriva dos seus conhecimentos de pertencimento a um grupo (ou grupos) sociais, junto aos valores e significação emocional atrelados a esse pertencimento" (Tradução do autor, destaque mantido do original). A autora acrescenta que o pertencimento de grupo é central nessa concepção, e as categorizações sociais decorrentes definem o local dos indivíduos socialmente.

Na perspectiva da teoria das identidades sociais, Tajfel (1982) avalia que, na percepção do indivíduo, ao comparar os grupos aos quais pertence e os grupos externos, define uma posição positiva de identidade social, quase denotando uma experiência de

---

<sup>5</sup> Ética (etic) e êmica (emic) são nomenclaturas adotadas na antropologia para conceituar duas perspectivas de investigação. Enquanto na pesquisa éticas valoriza-se o ponto de vista do pesquisador/observador, na êmica o foco do conhecimento parte da óptica do grupo social investigado (Rosa & Orey, 2012).

superioridade. A identidade social envolveria, portanto, a ciência do pertencimento (componente cognitivo), a conotação positiva de pertença (componente avaliativo) e as emoções que derivam desse processo (componente emocional) (Tajfel, 1981).

O caráter coletivo da identidade narrativa é abordado de modo aprofundado por Bamberg (2011). O autor propôs uma compreensão das identidades que se constituiriam na narração a partir de constantes negociações desenvolvidas pelo *self* perante três dilemas: continuidade versus mudança (*continuity versus change dilemma*<sup>6</sup>), mesmo versus diferente (*sameness versus difference dilemma*), e agência versus passividade (*agency dilemma*). Especialmente o segundo dilema apontado remonta o questionamento aqui levantado. Nesse quesito, o autor se refere à noção de identidade como uma possibilidade de equiparação e igualdade de determinado indivíduo no contexto ao qual pertence (*sameness*) e sua interlocução com as distinções que este estabelece entre outros relativamente semelhantes (*difference*), o que demarcaria sua especificidade.

Para o autor, na construção narrativa de si, são delineados limites que determinam a semelhança do indivíduo com o grupo ao qual pertence (construindo um espaço que define a identidade narrativa), mas ao mesmo tempo estabelecendo distinções entre si mesmo e os demais correlatos (o que também define a identidade narrativa). Em acréscimo, na sua teoria sobre posicionamentos expressos na produção narrativa, Bamberg (2014a) demonstra que o sujeito se constrói no enredo ao estabelecer relações consigo mesmo, com outras personagens da história, e com os discursos dominantes presentes em seu contexto (aqui atribuídos como Discurso com D maiúsculo). As duas últimas formas de posicionamento mencionadas são invariavelmente sociais. Ora, expressa-se portanto uma definição de identidade que supera o limite da individualidade como marca central, permitindo a penetração do caráter coletivo em sua constituição.

Entendendo a limitação de atribuir a identidade coletiva a uma experiência de pertencimento a grupos pré-estabelecidos, Van de Mierop (2015) propõe uma abordagem discursiva. Para a autora, reforça-se a natureza fluida da identidade coletiva ao avaliar os discursos que perpassam categorias macrosociais (etnicidade, gênero, etc.), e papéis compartilhados em contextos microsistêmicos (pai, filho, professor). Diferente da teoria das identidades sociais, a abordagem discursiva valoriza a emersão das práticas identitárias no momento da elaboração da fala ou da interpretação dos sujeitos. Ademais,

---

<sup>6</sup> Como grande parte dos termos abordados neste estudo não possuem tradução amplamente acatada na área, sempre que necessário serão apresentados os descritores originais, entre parênteses, em sequência à tradução realizada pelo pesquisador.

durante a narração, alega Van de Mieroop (2015), o indivíduo tem que ser entendido pela plateia que o escuta e cabe a ele construir conteúdos e formas de descrever os limites dos campos grupais aos quais pertence.

De fato, se pensamos em identidade narrativa, produzida em um processo – além de psicológico e subjetivo – também linguístico, não se pode ignorar seu componente cultural. Afinal, a linguagem corresponde a uma prática social, de função mediadora e composta por signos com significados compartilhados diante de um acúmulo histórico de produção coletiva (Santos, 2012).

Outra interseção pertinente entre cultura e linguagem, bem como seu resultado diante da possibilidade de construção narrativa, jaz no que Bruner (2004) aponta como orientação cultural da construção de histórias de vida. Mesmo em caráter ficcional, as possibilidades de trajetórias de vida são delimitadas pelos signos culturais disponíveis, ou pelo menos são por eles guiados.

Em “Imaginação e Criatividade”, Vigotski (2018b) nomeia "atividade criadora" aquela ação que apresenta saltos qualitativos e quantitativos no desenvolvimento ao se criar algo novo, que seria típico do humano. A imaginação seria, portanto, uma atividade criadora, pois através dela se desenvolve produções humanas (portanto, culturais) que transpõem a barreira da natureza. Assumimos aqui a relação entre a produção narrativa e a imaginação, esta não condicionada à fantasia desconectada da realidade, mas alimentada pelo real e pela cultura. Nesse sentido, Vigotski (2018b, p. 24) formula uma lei que estabelece: “A atividade criadora da imaginação depende diretamente da riqueza e da experiência anterior da pessoa porque essa experiência constitui o material com que se criam as construções da fantasia”.

Observa-se aqui um paralelo entre as concepções de Bruner e Vigotski, quando se trata da atividade criadora em questão, a narração: mesmo quando tomamos por critério a prática narrativa individual, ela invariavelmente carrega elementos dependentes da experiência coletiva. Em síntese, alega Bruner (2004, p. 694):

Eventualmente, os processos linguísticos e cognitivos culturalmente moldados que guiam a autocontação das narrativas de vida alcançam o poder de estruturar experiências perceptuais, organizar memória, segmentar e construir propósitos dos “eventos” de uma vida. No fim, nos tornamos a narrativa autobiográfica as quais “contamos sobre” nossas vidas. E dado o molde cultural ao qual me referi, também nos tornamos variantes das formas canônicas da cultura. (Tradução minha. Destaques mantidos do texto original.)

Em acréscimo, conforme Singer (2004) e Baynham (2006) observam, fatores histórico-culturais como questões de gênero, raça, classe, religião, etnicidade, orientação sexual, dentre outros, são críticos para moldar a construção narrativa de si. Demonstrando essa relação, De Fina (2006) desenvolveu estudo acerca da identidade étnica de hispânicos ilegais em território estadunidense, demonstrando as estratégias narrativas empregadas nessa construção. Portanto, de acordo com De Fina (2006), para compreender a identidade de grupo através da narrativa, deve-se ultrapassar a análise dos conteúdos narrados, e enfatizar as estratégias adotadas no ato narrativo. Para a autora, há uma conexão entre a construção da identidade e o sentido de pertença de um membro à sua comunidade, por orientar crenças e práticas sociais mais ou menos compartilhadas.

De Fina (2006) mostra que, no curso da narração, os indivíduos apresentam elementos acerca dos significados das categorias histórico-culturais apontadas (raça, gênero, etnicidade, etc.) e estabelecem explicações na história sobre como estas medeiam sentimentos de pertença ou oposição a determinados grupos. Desse modo, a autora admite a premissa da identidade como prática dinâmica, não como conteúdo pronto:

As pessoas não possuem uma identidade relacionada às suas categorias sociais às quais pertencem, mas apresentam e re-(a)presentam a si próprios, escolhendo em um inventário de identidades mais ou menos compatíveis que interseccionam e/ou contrastam consigo mesmas em diferentes formas de acordo com as mudanças das circunstâncias sociais e interlocutores. (De Fina, 2006, p. 353) (Tradução minha).

Dessa forma, retoma a noção de polifonia do *self*, abordada em estudos culturalistas em psicologia (Gomes, 2018). Entretanto, a leitura de De Fina (2006) nos revela que, embora a compreensão polifônica do *self* comumente envolva estudos que levam em conta sua construção local, centrada no indivíduo, a perspectiva narrativista revela que esta característica opera mediada pelos espaços sociais transitados pelo indivíduo. Acrescentam Stapleton e Wilson (2017) que, em contextos interacionais, as histórias refletem as interações propriamente ditas e papéis mantidos pelos contextos socioculturais de onde derivam tais interações.

Mesmo adotando uma compreensão processual da identidade narrativa, De Fina (2006) assume o conceito de identidade como categorização (formas como os membros de uma cultura organizam experiências em categorias) como relevante na definição da sua expressão grupal. Entretanto, salienta que tal concepção deva evitar dois equívocos: 1) que o significado das categorias seja definido apenas em nível local, cuja percepção do

indivíduo seja critério definidor; 2) que se entenda os indivíduos como aqueles que possuem em mente categorias pré-definidas e bem definidas, que são apenas aplicadas na experiência narrativa. Ou seja, para compreender os fenômenos grupais da construção narrativa da identidade é importante ligar as identidades locais com ideologias e crenças compartilhadas, e deve-se entender a construção de possíveis categorias sempre como prática social em constante construção negociada na interação com o outro (sujeito ou grupo).

Como exemplo, temos o estudo de Baynham (2006) com migrantes marroquinos. A autora revela que a identidade construída perante a construção narrativa envolve um trânsito das representações que o indivíduo desenvolve de si próprio, da comunidade (religião e nacionalidade) e de sua família. Segundo a autora, o pêndulo entre narrações genéricas e pessoais pode ser comprovado quando se observa, na construção narrativa de determinado indivíduo, a abordagem a fatos que não são precisamente fruto de suas experiências individuais, mas abordam elementos recorrentes a determinado grupo ao qual faz parte. Os eventos vivenciados pelo grupo, portanto, são ferramenta para a construção de sentidos sobre si (indivíduo), revelando uma produção narrativa dialógica entre as duas instâncias.

Schiff e Noy (2006), por sua vez, trabalham com o conceito de significados compartilhados (*shared meanings*). Os significados compartilhados envolvem elementos gramaticais, gírias, temas, símbolos e histórias que compõem um estoque social prevalente em cada grupo sociocultural. Por fazerem parte da história dos indivíduos, tais significados são fundamentais para a *comunicação* e *interpretação* dos fenômenos vividos. Portanto "As vidas são narradas e as identidades formadas a partir de materiais brutos de significados compartilhados" (Schiff & Noy, 2006, p. 400). Para os autores, entretanto, uma visão instrumental dos significados compartilhados não é suficiente para explicar sua participação nas narrativas individuais. As narrativas pessoais e coletivas estariam conectadas não por uma imposição cultural, mas porque as próprias vidas das pessoas com a coletividade são emaranhadas.

Stapleton e Wilson (2017) explicam a construção coletiva de narrações que delineiam uma identidade comunitária a partir do conceito de modelos narrativos (*narrative templates*). Esses modelos são constituídos de memórias e interpretações de eventos e desfechos relativamente estruturados que são compartilhados por determinado grupo e operam como um kit de ferramentas a ser acessado pelos indivíduos no processo

narrativo. As narrativas comunitárias que emergem dos modelos, segundo os autores, apresentam as seguintes características: têm como foco temático o grupo e não os indivíduos; são compartilhados pela comunidade como um todo e podem ser observadas em pelo menos dois grupos distintos dentro de uma mesma comunidade, demonstrando que são base para a construção de sentidos também compartilhados; mesmo quando não são apresentados de modo integral (delimitação pouco possível de ser realizada), são construídas de modo coletivo, com contribuições complementares advindas de diferentes membros de uma mesma comunidade.

Outra forma de abordar as narrativas envolve a análise de posicionamentos. Como vimos anteriormente (Bamberg, 2011), há distintas formas de compreensão dos posicionamentos do indivíduo perante a narrativa. Baynham (2006) adota o conceito de posição de fala (*speaking position*), acompanhado do conceito de performance. Performance se refere a como as identidades são executadas nos discursos narrativos. Já as posições de fala se referem à construção de lugares hipotéticos que se tornam possíveis a partir dos discursos e das narrativas que os formam (e deles derivam): papéis sociais, instâncias ideológicas e alinhamentos interpessoais, por exemplo. O binômio posição de fala e performance, portanto, denotam um movimento narrativo importante de elaboração e/ou utilização de categorias discursivas e exercício ativo de papéis perante essas categorias. O fator cultural que permeia esses movimentos envolve precisamente os discursos que tornam possíveis ou socialmente adequadas certas posições e certas performances.

Por fim, em análise do que nomeia “identidades culturais”, Koven (2015) ratifica que na narração as categorias socioculturais não são aplicadas na narração de modo estático, inalterável e pré-definido. A autora retoma a noção de polifonia (adota a nomenclatura “*multivoiced productions*”) ao afirmar que, na contação de uma história, *selves* e outros internalizados dialogam e constroem um resultado sempre dinâmico, sendo estes entendidos como “pessoas falantes tipificáveis” (*typifiable speaking personae*). Koven (2015, p. 388) alega, então, que as identidades culturais se constroem no processo de “reconhecimento, performance e alinhamento perante essas figuras”.

Em suma, os estudos levantados contribuem com a compreensão do caráter coletivo das identidades narrativas ao: 1) reconhecerem que a identidade narrativa é compartilhada devido ao caráter social atribuído à própria narrativa; 2) identificarem uma relação entre construção narrativa da identidade e percepções e sentimentos de pertença



a determinado grupo; 3) assumirem que esses sentimentos devem ser compreendidos sem desconsiderar papéis microssistêmicos e discursos macrossistêmicos compartilhados no contexto sociocultural em análise; 4) demonstrarem que a cultura orienta o ato narrativo ao fornecer subsídios (signos, crenças, e até estruturas narrativas e modelos de narração) que tornam possíveis as produções concretas de identidade; 5) considerarem o outro internalizado ou externo na produção narrativa, pois essa construção sempre denota uma elaboração de história que faça sentido a alguém que a acesse; 6) posicionarem o indivíduo que narra diante personagens na narrativa, frequentemente representantes dos outros sociais que fazem parte da vida de quem narra.

Falta, entretanto, romper a orientação individualista da compreensão acerca da “identidade”, mesmo diante de uma abordagem culturalista. Outra lacuna se refere à pouca integração dessas contribuições teóricas, que possuem mais elementos comuns do que contrastantes. Desse modo, se expandirão os caminhos para maior explanação de grupos mais delineados (neste caso, propõe-se discutir o grupo familiar), identificando as especificidades do funcionamento da construção narrativa da identidade nesses contextos.

### **5.3 Entendendo a identidade narrativa um fenômeno compartilhado, como podemos interpretar o que seria “identidade de família”?**

Conforme constatamos, mesmo perspectivas teóricas que não enfatizam explicitamente o caráter compartilhado das narrativas, é evidente a impossibilidade de adotar qualquer abordagem que não leve em consideração esse aspecto. As interpretações sobre essa propriedade das narrativas são tão diversas quanto o são as abordagens narrativistas. Em alguns casos, o foco recai sobre o conteúdo narrado, enquanto em outros destaca-se o processo colaborativo de narração. Há também aqueles que enfatizam a reprodução de Discursos ou a construção gradual de discursos ao longo do tempo, dentre outras variações apontadas.

Outro ponto a ser considerado engloba o quanto deve-se levar em consideração em uma análise as características particulares de um grupo delineado por uma história e configuração marcadamente comum, que se entendem como um “nós” e possuem fronteiras relativamente delimitáveis socialmente, em geral por algum caráter identitário macrossocial ou mesmo local. Como exemplo, temos os estudos de: De Fina (2006) sobre grupos marcados pela etnicidade; Oliveira (2012) sobre a construção da identidade

profissional entre professores; e Pizzinato (2009) acerca da identidade narrativa de meninas ciganas, sobrepondo categorias de gênero e etnia.

Relativamente escassos são estudos sobre identidades compartilhadas por famílias, entendendo estas como grupos culturalmente orientados cujos membros interagem como indivíduos e constroem uma coletividade que produz e reproduz narrativas comuns. Apesar do grande arcabouço que os debates sobre parentalidade e fenômenos correlatos (maternidade, paternidade e filiação) concede para o campo, defende-se aqui um esforço de considerar outros aspectos relevantes. Para melhor visualizar as trocas simbólicas e afetos que se constituem em torno das relações que se estabelecem a partir da prática da adoção, mais do que analisar as relações unilaterais ou díades entre crianças adotadas e adultos adotantes, é importante compreender como essa dinâmica de expande para o grupo familiar.

Gordon (2004) investigou a construção narrativa identidade política compartilhada por uma família. A autora pontua que a maior parte dos estudos sobre famílias busca compreender identidades individuais, e não compartilhadas. Entretanto, não delineia um conceito de "identidade da família". A palavra-chave desse estudo é interação: através dela, observa-se a socialização das crianças (aqui compreendida como práticas de reprodução cultural) e a construção de discursos e experiências de significação de si (aqui interpretadas como "identidade"). A interação foi observada a partir do uso de termos comuns, repetições inter e intratextuais, risadas, contações de história e diálogos (Gordon, 2004). Um avanço teórico trazido pela autora é a valorização da interação mútua, que leva pais e filhos a influenciarem as narrativas uns dos outros.

Em análise dessas interrelações, De Fina (2006) aponta a necessidade de compreender como o indivíduo compreende o grupo ao qual faz parte, para assim identificar sua identidade em relação a esse grupo. A autora não utiliza o termo "posicionamento", mas explicita que a depender da forma como a pessoa interpreta o grupo, aspecto que pode ser identificado no conteúdo da narrativa apresentada, pode haver maior ou menor reconhecimento de pertencimento, divergências, dentre outras interrelações do tipo indivíduo-coletivo.

Em esforços para compreender como a família mantém uma unidade para além das perspectivas individuais de seus membros, estudos têm sido realizados no sentido de compreender os processos identitários que permeiam a dimensão familiar. Por uma perspectiva, estudos buscam apresentar a dimensão familiar como influenciadora da

construção da identidade de seus membros (Arpini & Quintana, 2003; Franco & Sei, 2016). Nesse caso, as relações familiares condicionam percepções e concepções que seus membros apresentam de si. Essas representações são moldadas conforme a convivência ocorre. A familiaridade, a referência e o afeto entre os membros aparecem como favorecedores dessa influência, facilitando que as concepções das figuras de destaque do grupo reverberem com maior intensidade e gerem maior interferência. Em geral, as ações e afirmações dos pais são apontadas como fundamentais para a formação da identidade dos filhos, principalmente quando esses atos são dirigidos a eles. Arpini e Quintana (2003) exemplificam esse fenômeno ao estudar a formação de identidade de adolescentes em contextos vulneráveis. A depreciação dos adolescentes por parte de familiares reafirmava concepções difundidas em sociedade que os associavam à marginalidade, o que gerava impactos no autoconceito desses sujeitos.

Em contrapartida, outras pesquisas buscam compreender como a família apresenta uma identidade própria, partindo do compartilhamento de ideias formadas e mantidas por um grupo social (Barros, 1989; Silva, 2003; Capitão & Heloani, 2007). Para Capitão e Heloani (2007, p. 52), “Um grupo tem uma identidade e um psiquismo próprios, uma mente grupal, uma mente que exerce uma influência sobre outros grupos, além de influenciar os seus próprios membros”. Nesse sentido, a identidade de uma família sobrepõe-se aos movimentos individuais, influenciando-os ainda que não de maneira totalizante, já que os processos agentivos dos membros desse grupo permanecem operando.

Nesse sentido, Tovaes (2010) apresenta que os membros de uma família sustentam discursos que se alinham, gerando uma representação de si compartilhada pelo grupo. Segundo a autora, a perspectiva da psicologia narrativista tem se apropriado do estudo das identidades, apresentando a narrativa como estrutura de organização e, principalmente, como processo de construção do self.

No estudo com famílias e seus membros, assumir essa posição demanda uma complexificação da análise. É possível, por um lado, buscar entender como o Discurso social sobre famílias penetra na percepção individual de seus membros; por outro lado, a ênfase pode ser dada em nível local, e o interesse da pesquisa envolveria o entendimento dos membros da família sobre aquele sistema familiar em específico. Nesse sentido, conforme apresentado nos tópicos anteriores, as abordagens narrativistas e seus distintos focos de análise expressam não uma limitação pautada na multiplicidade de perspectivas,

mas explicitam que possivelmente a identidade da família se constitui na interação entre Discursos e produções de discursos.

Alinhado a Bamberg (2005; 2006; 2012a), Tovares (2010) defende que o estudo das identidades pode ser aprofundado a partir das chamadas pequenas histórias (*small stories*). As pequenas histórias são narrativas cotidianas, de caráter breve, cuja estrutura não obedece ao formato canônico das grandes biografias narradas ou histórias longas de enredos complexos. Elas emergem no dia a dia, sendo carregadas pelas intenções presentes no momento da sua construção. Essa característica que se configura como um desafio, também opera promovendo uma tendência a se analisar a narrativa a partir da sua função no contexto pragmático, bem como as relações que através dela se configuram. As interações familiares geram inúmeras pequenas histórias ao longo do tempo de convívio, e essas histórias refletem posicionamentos dos membros do grupo, servindo como campo de proliferação das relações e suas inerentes contradições e construções conjuntas. Percebe-se, nessa perspectiva, que apesar da importância dos eventos passados, a compreensão das ações presentes e sua orientação para o futuro ganha corpo.

Outros autores partem da análise de grandes histórias (*big stories*), analisando a construção da identidade de famílias a partir de um rumo biográfico ou episódico centrado no passado, mas que também trazem elementos do presente e do futuro, já que – conforme observamos – não há narração que não expresse uma elaboração imediata (Bek-Pedersen & Montgomery, 2006; Thompson *et al.*, 2009; Huisman, 2014).

A ênfase dessa perspectiva envolve as histórias familiares e como estas são moldadas a partir de elementos do passado. Também evidenciam mudanças e variações nas perspectivas intergeracionais e nos papéis desempenhados por cada membro. Um aspecto relevante é a ressignificação dos legados familiares, conforme apontado por Thompson *et al.* (2009). Mesmo as histórias transmitidas de maneira tradicional e validada passam por processos de reinterpretação e reconstrução, influenciados por outros discursos sociais e marcadores socioculturais que permeiam o desenvolvimento dos membros presentes. Huisman (2014) apresenta uma possível crítica ao uso das grandes histórias no estudo das identidades de família, pois a seleção do que vai ser contado comumente passa por um juízo de valor pautado na proteção do legado familiar dentre outros fatores enviesantes. Assim, observa-se que os participantes costumam focar nas histórias positivas, deixando as negativas como exemplo de superação. Em ambos os

casos, entretanto, observa-se que, ao elaborar uma narrativa compartilhada, as famílias tendem a se conectar com valores sociais que orientem sua coesão como grupo.

Enfim, os estudos sobre identidade de família convergem ao associar esse conceito à existência de signos e significados comuns aos membros de determinada família. Esses elementos podem ser observados tanto nas narrativas individuais dos membros quanto nas narrativas construídas pelo grupo familiar como um todo. Essas narrativas são marcadas pelo compartilhamento de posicionamentos e representações que só fazem sentido quando consideramos o contexto familiar e a unidade da família. É por meio dessas narrativas que os membros expressam (retomando signos e significados do passado) e constroem (elaborando significados presentes) sua identidade familiar, enfatizando os aspectos que os unem e os distinguem como um grupo coeso e único.

Outro elemento fundamental é a dependência discursiva, conforme apontado por Galvin (2006). Os discursos familiares estão intrinsecamente ligados à realidade cultural vigente, bem como às relações interpessoais internas ao grupo. Há, portanto, a valorização das interações e trocas simbólicas entre os membros da família, que influenciam mutuamente na construção da identidade familiar. Pais e filhos exercem influência nas narrativas uns dos outros, evidenciando a importância da interação na formação da identidade familiar. Dessa forma, mesmo em um discurso individual sobre a família, encontramos elementos provenientes dos demais membros. A construção da identidade familiar é um processo coletivo, em que os discursos e experiências se entrelaçam, resultando em uma representação compartilhada da família.

Outros autores demonstraram que as narrativas familiares possuem um caráter de preservação e transmissão de valores étnicos, morais e políticos (Langellier & Peterson, 2004; Gordon, 2007). Nesse caso, a família opera como um contexto que orienta a construção de identidades individuais familiarmente orientadas.

Ao estudar a construção da identidade familiar sob a perspectiva narrativista, é essencial considerar a forma como cada família estabelece seu próprio entendimento de si mesma como um coletivo. Cada família desempenha um papel ativo na produção de significados em relação à sua história, ao presente e ao futuro. Através das narrativas compartilhadas, os membros constroem uma identidade coletiva com características e fronteiras relativamente definidas. De acordo com De Fina (2006), no processo de construção da identidade familiar, as famílias acabam delineando um sentido coletivo de "nós". Isso implica tanto em uma percepção interna compartilhada pelos membros da

família, como em uma definição do que é o "outro" e como ela (a família) é representada externamente. Nesse sentido, a construção da identidade familiar está estreitamente ligada à forma como as famílias se definem e interagem com o mundo ao seu redor, levando em consideração a autopercepção, as relações sociais e os valores compartilhados. Esses elementos desempenham um papel fundamental na definição da identidade familiar e na compreensão de si mesmos enquanto grupo.

## 6 Método

Esta pesquisa consistiu em um estudo empírico qualitativo de caráter exploratório e descritivo e de cunho ideográfico. O estudo idiográfico se caracteriza por reconhecer a unicidade dos casos individuais, mas busca a sua generalização a partir do estudo sistemático (Valsiner, 2012). Os resultados produzidos pelos estudos idiográficos são, então, contrastados com novos casos individuais, garantindo uma gradativa acumulação de conhecimentos acerca dos fenômenos estudados. Nessa perspectiva, as particularidades são vistas como fundamentais e não se contrapõem à construção de um saber geral.

Dois eixos teórico-metodológicos são contrapostos na base deste estudo. O primeiro refere-se à pesquisa narrativa, orientada por uma das abordagens narrativistas em psicologia, a saber, Bamberg (2012a, 2012b), Bruner (1991), Freeman (2016), e Moutinho (2010). O segundo envolve a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, baseada nos pressupostos teóricos de Urie Bronfenbrenner (2011).

Neste trabalho, considera-se a pesquisa narrativa um conjunto de procedimentos que entendem como objeto de análise as narrativas elaboradas pelos participantes, entendendo que estas materializam e organizam o funcionamento psíquico, especialmente o entendimento da pessoa acerca de si mesma. Salienta-se que a definição de narrativa se subdivide em duas principais visões, conforme expressa Bamberg (2012a). Na primeira, a narrativa é entendida como um retrato das experiências vividas pelo indivíduo, e o conjunto de pesquisas que assimilam essa concepção procuram entender a narrativa como “conteúdo”, o qual registra de modo relativamente organizado a vivência humana. Na segunda perspectiva, a narrativa é entendida como um processo ativo, uma prática social, que agrega uma série de ações na construção de uma história protagonizada ou orientada pelo sujeito que narra. Nesse caso, opta-se aqui por adotar o termo “narração”, para sinalizar uma prática ao invés de um substantivo estático. Bamberg e Dermuth (2016) acrescentam que entender a narrativa como prática envolve considerar elementos que ultrapassem o discurso verbal, como gestos e expressões faciais. Ademais, mesmo os discursos devem ser analisados para além do seu conteúdo, sendo levadas em consideração, por exemplo, contradições e negociações frequentemente presentes na elaboração narrativa. Este estudo priorizou a análise da narrativa como ação, embora não tenham sido ignorados elementos narrativos que operaram como registro de experiências passadas.

O segundo eixo se pauta no caráter assumido por este estudo como pesquisa sobre o desenvolvimento humano. Para atingir essa dimensão, buscou-se o alinhamento com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano na sua concepção de campo de pesquisa. A análise que segue levará em consideração características das pessoas e dos contextos nos quais essas pessoas transitam. Cada participante é entendido na posição de pessoa, e a família como conjunto é entendida como contexto. Ao longo da análise narrativa, o pesquisador observou os eventos de interação direta entre os membros da família, identificando negociações, concordâncias, discordâncias, ou outros indícios de influência mútua como oportunidades de visualização dos processos proximais que ocorreram no contexto familiar. Pretendeu-se, com isso, mapear a inserção da pessoa nos sistemas delineados na teoria. Outra característica da narrativa é revelar os posicionamentos de quem narra perante si mesmas, os outros e o chamado “discurso dominante” (neste estudo, representado pelas visões acerca da adoção e família no ordenamento jurídico-social brasileiro). Observar esses posicionamentos permitiu evidenciar os processos proximais operantes no contexto desenvolvimental.

Nesse aspecto, buscou-se realizar a estratégia de recontagem das narrativas, na busca de enfatizar seu caráter canônico e desenvolvimental. Há algumas justificativas por utilizar a técnica de recontagem. A primeira delas é a organização temática, que nos auxilia a compreender o conteúdo no que se refere ao objeto de estudo desta pesquisa. Sempre que temas forem correlatos, ao longo da narrativa original, buscou-se aproximá-los na recontagem para evidenciar sua complexidade de modo global (no texto) ou localizado. Outra justificativa se refere ao caráter de pesquisa sobre desenvolvimento humano que se adota nesta pesquisa. Entendendo que o estudo do desenvolvimento humano necessariamente investiga mudanças desenvolvimentais que ocorrem no tempo irreversível, organizar temporalmente os fatos narrados torna-se fundamental para compreender a microgênese dos processos analisados. Uma última justificativa beira a ética. Este estudo tratou de temas muito pessoais para os participantes, sendo tocados aspectos de suas histórias que ou geraram sofrimento em tempo, ou são conteúdos íntimos, mesmo os benquistos. Recontar as histórias, sem poupar os detalhes que porventura são de interesse da pesquisa, recai sobre a valorização das narrativas construídas por participantes reais que dispuseram do seu tempo e abriram elementos das suas histórias pessoais em prol do avanço da ciência psicológica no campo do desenvolvimento humano e, em específico, dos estudos sobre adoção.



Recontar as histórias, entretanto, esbarra em críticas já estabelecidas na ciência e, em específico, na psicologia. A principal delas seria uma suposta poluição gerada pela interpretação do pesquisador no momento em que reconstrói uma narrativa gerada em entrevista. Essa crítica se sustenta em um critério de neutralidade científica absoluto, o qual dificilmente será atingido (e sequer é desejado) nos estudos de abordagem narrativa. As interpretações que seguem os fatos narrados e recontados correspondem ao esforço do pesquisador, unindo criatividade e fundamentação teórica, em compreender em quais pontos estes esbarram com os conhecimentos já estabelecidos no campo de estudo em questão, quais respostas podem ser construídas sobre a temática e quais ainda precisam de maiores mergulhos para serem alcançadas. Recontar, então, não se dá sem a interpretação do pesquisador que, nesse caso, é bem vinda como procedimento analítico.

*Participantes:* Participaram desta pesquisa três famílias que tinham como característica a experiência da adoção tardia. Utilizou-se como critério que a adoção tivesse ocorrido há, no mínimo, um ano. Os participantes deviam ser capazes de manusear aparelhos celulares, pois foram ferramentas cruciais para a realização da atividade de produção de dados, especialmente durante o período pandêmico no qual a produção de dados foi realizada. Não houve delimitação da composição familiar, excetuando-se a necessidade da presença de uma criança ou adolescente com vinculação adotiva. A criança ou adolescente deveria estar na faixa-etária de 9 a 17 anos, por decisão deliberada pelo pesquisador levando em consideração o manejo das etapas de pesquisa. O núcleo familiar da Família 1 era composto de: pai, mãe e duas filhas adolescentes. O núcleo familiar da Família 2 era composto por: 2 mães e 1 filha adolescente. O núcleo familiar composto pela Família 3 era composto por: pai, mãe, um filho bebê, um filho criança e uma filha adolescente. O detalhamento das informações sobre as composições familiares e entrevistas realizadas está apresentado na seção de resultados, na introdução da análise de cada caso. Para fins desta tese, por decisão do pesquisador, apenas as narrativas da Família 1 e a Família 2 foram analisadas.

*Recrutamento de participantes:* Diante da especificidade do público, bem como o contexto de pandemia e distanciamento social que dificultou alguns contatos, foram adotadas três estratégias de recrutamento. 1) A primeira estratégia consistiu em acessar os participantes a partir da rede de contatos do pesquisador, que atuava diretamente na política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. 2) Foram também

recrutados participantes através das redes sociais (Facebook® e Instagram®), já que há fóruns e grupos públicos para pessoas que adotaram crianças e adolescentes, nos quais compartilham experiências e dirimem dúvidas, gerando uma rede colaborativa sobre o tema. 3) Outra alternativa para o recrutamento foi a estratégia de bola-de-neve, uma proposta que toma como referência a indicação de novos participantes a partir dos participantes que já foram acessados pelo pesquisador (Vinuto, 2016).

*Instrumentos e procedimentos de análise:* a) Entrevista narrativa individual - Os membros das famílias passaram por entrevistas individuais no intuito de conhecer cada história com maior profundidade e evitar possíveis interferências de outros participantes. A entrevista narrativa é um recurso valioso na pesquisa qualitativa, pois se configura como uma ferramenta não estruturada que parte das narrativas construídas a partir das quais emergem histórias de vida e posicionamentos dos entrevistados, incluindo elementos do contexto situacional (Muylaert, Sarubbi Jr, Gallo, Neto, & Reis, 2014). Essa entrevista teve duas consignas disparadoras. A primeira girava em torno de “Me conte um pouco sobre sua história com sua família, desde o momento que você se lembra do desejo ou do princípio da sua trajetória familiar”; a segunda envolvia o questionamento “Fale-me sobre sua família, destacando os aspectos que você acredita que representam vocês como grupo”. De modo a contemplar os objetivos do estudo, buscou-se que na entrevista narrativa o participante abordasse os seguintes pontos: descrição da família nuclear e extensa; reflexão sobre sua participação como membro da família; relações entre o evento da adoção e o contexto familiar. Caso qualquer desses pontos não fosse abordado, caberia ao pesquisador conduzir a entrevista acrescentando estímulos para buscar garantir o cumprimento da proposta.

Conforme apresentado, a análise narrativa seguiu como fundamento a recontagem dos relatos das famílias. Nesse processo, buscou-se identificar os demarcadores temporais que evidenciassem se o conteúdo narrado se referia ao tempo passado (T1), presente (T2), ou futuro (T3). Adicionalmente, foi realizada uma análise temática (Souza, 2019) de modo a destacar quais elementos são abordados ao longo das narrativas. A codificação dos segmentos de texto que indicavam os marcos temporais (T1, T2 e T3) e categorias ou subcategorias temáticas foi auxiliada pelo *software* MaxQDA®.

b) *Photovoice* – método imagético-reflexivo que combina o registro fotográfico realizado pelos participantes com posteriores debates acerca da representação

estabelecida pelos autores das fotografias, porém em diálogo com o pesquisador (Leal, Gomes-Sponholz, Mamede, Silva, Oliveira & Leite, 2018).

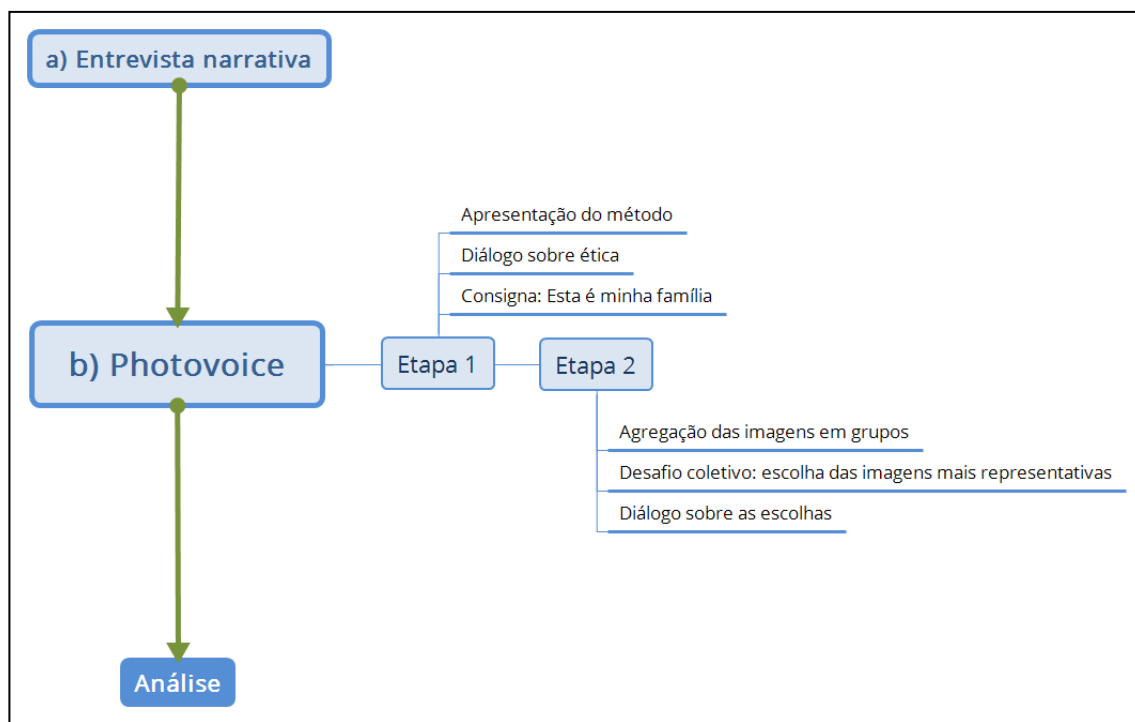
O *photovoice* utilizado nesta pesquisa se baseou no diálogo entre pesquisador e participantes sobre fotografias tiradas por estes. Solicitou-se que os participantes fotografassem o seu cotidiano tendo como base o seguinte tema: *Esta é minha família*. As fotos deveriam ser caracterizadoras do grupo familiar como um todo. A intenção foi orientar os dados buscando compreender como os membros do núcleo familiar atribuem sentidos a aspectos que, em sua perspectiva, os representem. As fotos foram reunidas pelas famílias e enviadas individualmente ao pesquisador pelo aplicativo *WhatsApp*® ou compartilhamento de pasta no *Google Drive*®. O dispositivo de acesso a esse material pelo pesquisador foi utilizado exclusivamente para este fim, tendo ficado em local seguro para evitar roubos ou perdas. A coleta durou, em média, uma semana para cada família. Ao fim do período estipulado, o pesquisador se reuniu com a família para dialogar sobre o material apresentado, priorizando a perspectiva dos participantes e sua narrativa acerca do conteúdo produzido.

Segundo Leal *et al.* (2018), o método *photovoice* se inicia com o recrutamento e explicação sobre o seu procedimento aos participantes. Para a autora, é fundamental estabelecer alguns limites éticos, como, por exemplo, apenas fotografar participantes da pesquisa ou pessoas que declarem interesse em participar, não sendo permitidas imagens não consentidas. Outras orientações sobre guarda dos materiais sigilosos serão fornecidas. O pesquisador sugeriu que os participantes excluíssem as fotografias do celular ou realizassem *backup* em máquinas não portáteis, para evitar extravios.

A análise dos dados obtidos se iniciou com o diálogo proposto com as famílias. Todas as fotografias enviadas foram utilizadas pelo pesquisador, que as organizou aleatoriamente em grupos de três. Esses grupos de imagens foram exibidos para as famílias em seções sequenciais dentro de cada entrevista coletiva e os membros foram solicitados a, conjuntamente e em interação, descrever as imagens apresentadas no grupo e escolher representava melhor a família. Embora esse momento não seja estritamente sistematizado, Leal *et al.* (2018, p. 5) sugerem algumas questões para orientar o debate: “O que você exemplificou aqui? O que realmente aconteceu nesta imagem? Como esta imagem está relacionada com a sua vida?”. Coube ao pesquisador observar as negociações travadas pela família, bem como as narrativas geradas no processo de escolha

de imagens significativas. Este momento foi gravado e transcrito para posterior análise. A Figura 3 apresenta de modo esquemático o processo de pesquisa adotado.

**Figura 3** – Processo de produção de dados



Fonte: o autor.

A análise do *Photovoice* foi realizada após a análise narrativa. Para a sistematização desse processo, foram descritos os grupos de imagem apresentados para cada família apresentando as seguintes informações: A) Número identificador; B) Quantidade de imagens; C) Descrição prévia das imagens; D) Descrição e interpretação partindo da família; E) Imagem escolhida como mais representativa; F) Justificativa da escolha; G) Interações.

Optou-se por seguir orientações originalmente atribuídas a análise de conteúdo e interação em grupos focais (Rothwell, 2010), pois não foi encontrado material sobre *photovoice* em grupo no panorama teórico-metodológico desta pesquisa. Ademais, a perspectiva de Catterall e Maclaran (1997) sobre grupos focais converge com a posição adotada neste estudo sobre a produção de narrativas. Para os autores, mais do que uma estratégia de reunir dados, as interações ocorridas no processo grupal geram insights e aprendizado. Do mesmo modo, a construção de narrativas sobre si e sobre o grupo opera não apenas como uma estratégia de externalização, mas de construção ativa de sentido.

Para apreender os sentidos gerados no *photovoice*, o conteúdo das narrativas compartilhadas pelas famílias (letras D, E e F do parágrafo anterior) foi analisado agregando temáticas e seguindo a lógica metodológica dos procedimentos realizados nas entrevistas individuais.

Os padrões de interação (letra G), por sua vez, foram sistematizados conforme a proposta de Rothwell (2010). O autor se pauta na compreensão de que, em grupos pequenos, há a cultura de trabalho grupal e a cultura emocional grupal. A cultura de trabalho representa a tarefa proposta para o grupo (no caso desta pesquisa, descrever as imagens e selecionar a mais representativa). A cultura emocional representa a influência mútua que impacta na discussão em torno da tarefa. Inclui as negociações, negações, autoridade, permissividade, emoções e sentimentos, enfim, quaisquer aspectos que extrapolem e influenciem a objetividade do cumprimento da tarefa. Com base nesse background, Rothwell (2010) desenvolveu o Sistema de Categorização da Cultura Emocional Grupal (Emotional Group Culture Categorization System) (EGCCS), no qual estabelece categorias de interação em pequenos grupos, conforme demonstra o Quadro 6:

**Quadro 6 – Categorias de classificação da interação de pequenos grupos**

<b>Categoria</b>	<b>Definição</b>
Declarações de dependência	Expressões de confiança, desejo de direção ou conformidade com o grupo.
Declarações de contradependência	Expressões de rejeição ou independência da liderança atual ou autoridade.
Declarações de conflito	Expressões de crítica, hostilidade, agitação ou argumentatividade.
Declarações de sobrevoos	Expressões de irrelevância, isolamento, ou evasão à tarefa.
Declarações de sobrevoos emparelhados	Expressões que abrem informações não íntimas sobre si, mas são irrelevantes ou evasivas à tarefa.
Declarações emparelhadas	Expressões de sinceridade, amizade, suporte, e/ou intimidade.
Declarações contraemparelhadas	Expressões que evitam intimidade e/ou informações pessoais.
Declarações não pontuáveis	Expressões que não podem ser compreendidas ou categorizadas dentro das categorias emocionais anteriores.

Fonte: Rothwell (2010, p. 177)

Em resumo, para análise do *photovoice* foi desenvolvido um sistema de codificação complementar que, em primeira instância, identificava de que seção (conjunto de imagens) se tratava aquele trecho da narrativa conjunta; em segunda

instância, delimitava os temas abordados em cada segmento de texto de cada seção; e, por fim, marcava a categoria de interação entre os membros da família no processo de construção conjunta da narrativa sobre o grupo.

Esse processo de análise permitiu compreender de modo microgenético como a família atribui coletivamente sentido aos elementos que a representam. Na condução da interpretação, foi também usada como recurso orientador a série de questionamentos descrita por De Fina (2006), no estudo sobre pertencimento grupal centrado na vivência étnica de hispânicos sem documentação nos Estados Unidos: quem somos nós? quem são os outros? o que chamamos "nós"? como nós agimos? como os outros agem? como nós agimos diante dos outros? como os outros agem diante de outros? como somos tratados pelos outros? quão perto somos dos outros? quais comportamentos são certos ou errados para nós ou os outros?

*Ética em pesquisa:* Esta pesquisa considerou as determinações da Resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que versa sobre pesquisa com seres humanos nas ciências humanas e sociais. Foram cumpridos todos os itens do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice A) para pessoas maiores de idade e do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (Apêndice B), para os menores de idade autorizados pelos responsáveis. A participação foi voluntária, sendo garantido o anonimato das pessoas entrevistadas.

Considerando a proposta de adentrar nas histórias das famílias participantes através de suas narrativas, é possível destacar que os riscos desta pesquisa foram concernentes à possibilidade de, no processo de investigação, serem tratados conteúdos que abalem psicologicamente as entrevistadas. Em contrapartida, o pesquisador se dispôs a acompanhar em processo psicoterapêutico as famílias que assim demandarem. Na impossibilidade por quaisquer questões justificáveis, os devidos encaminhamentos seriam realizados para instituições que realizem o acompanhamento psicoterapêutico de forma gratuita ou acessível aos participantes demandantes e interessados.

Os resultados desta pesquisa poderão servir de base para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de inserção de crianças e adolescentes a partir de 2 anos de idade em famílias substitutas.

Número CAAE de aprovação da pesquisa no sistema CEP/Conep: 38443320.7.0000.5686.

## 7 Análise dos Casos

A seguir, será apresentadas as análises referentes às entrevistas coletadas com as três famílias participantes. Apesar de ter como foco a busca pelas narrativas coletivas em cada grupo familiar, foi importante apresentar com detalhamento a contribuição de cada membro entrevistado individualmente. Por uma escolha ética, de valorização da disponibilidade das(os) participantes, e por uma escolha metodológica, de identificação de pormenores da construção da identidade parental que compõe a identidade da família, cada entrevista foi tratada individualmente e, posteriormente, contrapostas em suas semelhanças, negociações, discordâncias, complementaridade, etc.

Buscou-se apresentar a análise de modo temporal, sendo alinhadas as informações de cada momento de formulação da família: do interesse dos pais e mães pela parentalidade (biológica ou adotiva), processos de adoção, adaptação e momento presente. Nesse quesito, houve o esforço de evidenciar o caráter desenvolvimental de cada experiência narrada ao longo da trajetória das famílias.

### 7.1 Família 1: “Tá, somos uma família. Ok!”

O contato com a Família 1 ocorreu após divulgação da pesquisa em redes sociais, no ano de 2021. A participação foi solicitada após o material de divulgação atingir um grupo de acompanhamento de famílias que passaram pelo processo de adoção, o qual esta fazia parte. Marcamos o encontro através da plataforma Google Meet e desenvolvemos o total de 4 entrevistas, variando atores e formato. O Quadro 7 revela a distribuição das entrevistas:

**Quadro 7 – Entrevistas realizadas com a Família 1**

#	Participante	Formato	Duração
1	Zélia (mãe)	Entrevista narrativa individual	1 hora e 12 minutos
2	Jorge (pai)		56 minutos
3	Raquel (filha)		34 minutos
4	Zélia, Jorge e Raquel	<i>Photovoice</i>	29 minutos

Fonte: o autor.

O núcleo familiar da Família 1 é composta pela mãe (Zélia) e pelo pai (Jorge), mais duas filhas que foram adotadas quando adolescentes (Clarice e Raquel). Na época da pesquisa, Raquel possuía 15 anos e Clarice 14, sendo estas irmãs consanguíneas. Ambas são meninas negras, com histórico de institucionalização e haviam sido adotadas

há 5 anos. Há outra irmã consanguínea, Dora, com idade superior e adotada por outra família, embora mantenha contato com Raquel e Clarice. No período da adoção, Raquel possuía 10 anos e Clarice 9.

Os pais são pessoas brancas de meia idade, sendo a Zélia professora universitária e Jorge músico. No período da entrevista, ainda havia incertezas sobre a pandemia da COVID-19, com deficitária política de saúde em âmbito nacional, impactando no formato de trabalho destes. Enquanto Zélia permanecia lecionando em caráter remoto emergencial, Jorge possuía dificuldades em manter sua atuação, pois os eventos presenciais que realizava seguiam suspensos. Desse modo, cabia a ela arcar com a maior parte das despesas naquele período. As meninas, por sua vez, seguiam os estudos também em caráter remoto, encarando os desafios enfrentados pela comunidade discente nesse período.

### **7.1.1 Recontando as narrativas parentais**

#### *7.1.1.1 Recontando a narrativa de Zélia*

##### *7.1.1.1.1 T1: construindo a narrativa sobre o período pré-entrevista*

#### **Do desejo à habilitação**

Início com a solicitação de retomar a trajetória de Zélia como mãe, incluindo a história da constituição da sua família. Ela não hesita em afirmar que, desde pequena, não pensava em ser mãe de criança. Associa essa posição a sua característica de independência. Após casar, entretanto, esse interesse muda. Registre-se que, de fato, há uma mudança de interesse, não uma imposição ou convencimento. A configuração familiar anterior ao casamento e a configuração que se forma quando Zélia e Jorge se casam denotam um novo contexto. Essa abertura à mudança não se manifesta apenas no quesito *não desejar ter filhos* → *desejar ter filhos*, mas posteriormente também será revelada na variação das estratégias para essa constituição familiar. De pronto, o casal pensava em ter filhos biológicos e por adoção, mas inicialmente buscam a primeira alternativa.

A busca pela parentalidade biológica se revela mais complexa do que imaginado. Após tentativas naturais, o casal decide realizar estratégias médicas de fertilização, uma mais simples e a fertilização de maior complexidade, *in vitro*. Ambas fracassam e geram mudança no ânimo do casal. Zélia identifica esse momento como demarcado por um luto.



Não especifica o luto sobre o quê, se pelos filhos que não vieram, ou pela perda da possibilidade de parentalidade: “Ô, não quero agora. Não vamos continuar. Não sei o que vai acontecer, vamos viver esse luto desse plano que acabou, né? De que não vai ser possível” (Zélia, mãe da Família 1).

Apesar de nunca terem excluído a adoção como possibilidade, o investimento desse período era na gestação, então outras formas de parentalidade perderam o foco. Quando a ideia de adotar retoma, Zélia não associa em sua narrativa que essa possibilidade sempre esteve em consideração pelo casal, conforme informado no início da entrevista. Essa ideia retorna quando, em uma feira na qual Jorge tocava, um grupo de crianças animadas acompanhadas de um senhor desperta o interesse do casal. Para eles, eram crianças abrigadas, que geram comentários como:

Pô que legal, cê viu?! Aqueles meninos super animados e tal. Eu acho que eles estavam nesse processo assim de... Será que é adoção? Não? É. É, mas se for adoção é um golpe. É! (Zélia, mãe da Família 1)

Por ruído de comunicação ou chiste, Zélia observa que ela entendeu, nesse comentário mútuo, que Jorge sugeria que eles tentassem a adoção. Por outro lado, Jorge compreendeu a mesma intenção partindo de Zélia, embora ela afirme que não estava conscientemente fazendo essa sugestão. O interesse se forma, diante do contato com crianças anônimas que eles sequer sabem se de fato estavam institucionalizadas e disponíveis para adoção. Nesse ponto, a parentalidade volta a se desenvolver. Anteriormente apresentei que a parentalidade, mesmo a biológica, enxergada socialmente como natural, não se forma em dependência à existência dos filhos. Nas tentativas de gestação que o casal praticou, já se observava o investimento na constituição de uma identidade materna, inclusive composta de responsabilidade, culpa, desejo e sofrimento. Agora, com uma nova configuração de interesse pela parentalidade, a adoção em evidência, o investimento pela constituição de uma identidade materna real e concreta é formado na vida de Zélia:

Os dois já estavam atentados à ideia de novo, né?! Quer dizer... Atentados à ideia finalmente, porque antes era só uma coisa, assim... Agora era de verdade, tipo: “E aí, será? É, e por que não?” (Zélia, mãe da Família 1)

Trazer a adoção ao foco do casal acrescenta um processo ativo de construção da parentalidade, que envolveu a preparação para a concretização dessa decisão. É comum

que famílias que decidem pela adoção realizem estudos sobre o tema e até busquem apoio em grupos especializados. Com a Família 1, não foi diferente. Um contato importante ocorreu com uma amiga, que também possuía interesse em adoção e, posteriormente, realizou esse processo. Esse contato tinha caráter de suporte, pois a decisão da adoção já estava tomada, embora houvesse incertezas diante das possibilidades (O que esperar do judiciário? Como funciona o contato com as crianças disponíveis? Quais cuidados após a adoção? Dentre outras dúvidas recorrentes em casos semelhantes). A primeira forte menção ao que entendo como uma percepção de parentalidade ocorre quando Zélia narra seu envolvimento (com felicidade e preocupações) com a ideia da adoção, já sustentado pelas pesquisas realizadas pela família e pelo apoio social buscado:

No final das contas, a gente ainda passou pela frente. E quando a gente viu, a gente já tava bem envolvido com a ideia, com a possibilidade. Sempre... Mas se informando que tudo, pra ter a certeza, né? E feliz com a possibilidade, né?! E apreensivo, sempre com muito medo do que vai acontecer. Será... Quem vai ser? (Zélia, mãe da Família 1)

Zélia reflete acerca das distinções entre o desenvolvimento das crianças que advêm da parentalidade biológica e da adotiva. Em sua concepção, o controle de expectativas é maior na via biológica, pois é possível acompanhar uma linha lógica de etapas desenvolvimentais, e até imaginar possibilidades de aparência física com qualquer um dos genitores. Afirma que na gestação já se sabe o sexo e a partir daí, engaja-se na organização do quarto da criança. Curiosamente, essa percepção vai de encontro com o real esquema encabeçado pelos tribunais na condução dos processos de adoção, no quesito controle de variáveis. Ao realizarem o cadastro, as famílias apresentam um perfil a ser selecionado que servirá de base para as equipes técnicas na busca e pareamento de crianças e adolescentes com famílias habilitadas: esse perfil inclui sexo, idade, existência de irmãos, doenças e deficiências, dentre outras categorias. Por esse âmbito, é possível imaginar que a maioria das famílias habilitadas para adoção já sabem, mais ou menos, como serão seus filhos. Entretanto, Zélia nos revela outra perspectiva, que apresenta uma condição diferente para a construção da parentalidade adotiva em determinados casos: um perfil mais aberto pode, de fato, fugir às rédeas do controle previamente estipulado, favorecendo o pareamento com um maior número de crianças e adolescentes disponíveis, mas expandindo as possibilidades e as dúvidas das famílias adotantes. Ademais, sequer o

período entre a habilitação da família e o encontro com o possível filho pode ser mensurado, diferente das típicas 40 semanas de gestação de uma maternidade biológica. Assim, é de se compreender quando Zélia interpõe esses aspectos como desafios na construção da parentalidade adotiva: “*A gente nesse processo, desde o começo, você não sabe o que vai vir*” (Zélia, mãe da Família 1).

Inicialmente, havia a reflexão na Família 1 por manter um perfil de idade aberto, e não se sabia se eles adotariam um bebê ou uma criança mais velha. Por outro lado, Zélia demonstrava preocupação na adoção de bebês, por um fator que se mostra fundamental na sua trajetória como mãe: comunicação. Dialogar e conhecer gostos, interesses, opiniões, etc., do seu futuro filho ou da sua futura filha era importante nesse contexto. Ademais, Zélia também admite ter receio da criação de bebês, da possibilidade de haver questões desenvolvimentais que a família não desse conta de lidar, o que equipararia a uma gestação biológica no quesito imprevisibilidade de condições de saúde. Revela, então, que cai por terra a expectativa de ter bebês e estabelece um limite mínimo de idade em seis anos.

Apesar das decisões estabelecidas, no quesito da habilitação para adoção e definição de um perfil, há outro cenário de preocupação que parece representar um desafio na construção da parentalidade de Zélia. Ela receava que o processo de *habilitação* → *entrada na fila de adoção* → *inserção da criança na família* fosse mecânico e aleatório, sem o cuidado com a construção de vínculo e de uma percepção mútua de família (identidade de família?). Ela nomeia “loteria”, para tratar desse processo aleatório. De fato, a construção da parentalidade parece prejudicada quando se somam todas essas variáveis com pouco ou nenhum controle. É difícil se imaginar mãe tendo que levar em conta um sem número de possibilidades acerca do processo adotivo, da criança ou adolescente que virá e da própria condição para encarar os desafios que virão desse suposto pareamento não controlado.

Por um lado, pensar na lógica da loteria serviu para refinar os interesses de Zélia, que passou a considerar em suas análises alguns perfis que a agradariam menos. “*Cara, como ia ser essas loterias com um menino maior? Aí, não sei. Aí já não sei*” (Zélia, mãe da Família 1). Observo a legitimidade dessas reflexões, pois, também qual na parentalidade biológica se aventa preconceitos quanto à possibilidade de desfechos malquistos da futura interação entre pais/mães e filhas(os). Nesse aspecto, a parentalidade é construída agentivamente. Para Zélia, para espantar o fantasma da “loteria”, foi preciso

estudar e se informar sobre como ocorrem os processos de adoção no Brasil, bem como dialogar com pessoas que passavam pelos mesmos dilemas decisórios que ela. Outro ponto, correlacionado espacialmente no texto narrativo à preparação, é algum fator não especificado, mas idiossincrático ao casal. Segundo ela, esse conjunto sustentou as dificuldades da adoção:

Nesse processo que eu te falei de estudo, de preparação que a gente fez, de verdade. E eu digo assim, bastante sem humildade, que se não fosse a gente, o jeito que a gente encarou o negócio, eu não sei. Essa noção teria desandado facilmente. Porque quase desandou, inclusive. Então, assim... Quando a gente foi fazendo a preparação, a primeira coisa obviamente [...] (Zélia, mãe da Família 1).

Longe da perspectiva de “instinto” de maternidade, Zélia enfatiza que agora sabia sobre as etapas de aproximação e de construção de afinidade entre pretendentes e crianças ou adolescentes disponíveis para adoção. Demonstra também que a construção da parentalidade não é de todo solitária, ao demonstrar o caráter dialógico das decisões necessárias na entrada da adoção, como por exemplo a definição da idade máxima pretendida: *“A gente colocou seis anos, a idade máxima. Meu marido, por ele a gente botava mais e eu: ‘Não, eu me sinto segura nos seis e vamos discutindo’”* (Zélia, mãe da Família 1).

Estipulou-se um perfil com até seis anos de idade, independente de gênero ou cor, com a possibilidade de possuir doenças tratáveis. Zélia, no entanto, narra seu diálogo com a assistente social em uma das idas ao serviço para entregar alguma documentação. Nessa ocasião, ela procurou saber, por curiosidade, acerca do perfil de crianças acima dos seis anos disponíveis no município. A assistente social mencionou a existência de três meninas, mais velhas, que eram irmãs e muito unidas. Zélia, então, passa a levar em consideração a maternidade perante elas, ainda que como uma hipótese nada concreta. Ocupa uma posição ambígua que oscila entre não comentar com Jorge sobre essas meninas, por imaginar que ele vai ficar empolgado com a possibilidade da adoção, e constantemente imaginar: *“Será que são nossas filhas?”* (Zélia, mãe da Família 1). Não comentar com o marido significaria que essa adoção não se realizaria, pois elas se encontravam longe do perfil indicado na habilitação, mas internamente se construía possibilidades de uma parentalidade naquele cenário.

Zélia acaba comentando com Jorge e ambos embarcam nesse movimento hipotético de serem pais das três meninas mencionadas pela assistente social. Nesse

ponto, reforça-se uma posição compartilhada sobre como ambos desejavam desempenhar sua parentalidade: com mais de um filho. Zélia menciona que na avaliação psicológica realizada na Vara da Infância sempre realizavam desenhos que eram interpretados como representativos de um desejo de família com irmãos. Por outro lado, ela avalia que três filhas seria um desafio além da sua disponibilidade e preparação.

Mas aparentemente aquela reflexão anterior sobre a possibilidade de parentalidade voltada às três irmãs permanecia no escopo de construção de uma identidade parental de Zélia e Jorge. Após a habilitação, eles retomam o contato com a assistente social para saber, ativamente, quais crianças estavam disponíveis e se alguma teria o perfil desejado pelo casal. Nessa pergunta, entretanto, jaz a expectativa de ouvir sobre as três irmãs mencionadas esporadicamente em contato anterior. Após a assistente social falar de outras crianças, dentre elas, dois irmãos, Zélia estimula que ela fale das irmãs que já considerava possíveis filhas. Segundo ela, a assistente social acabava não mencionando as três irmãs de pronto pois “não botava fé” nesse pareamento. Diante do interesse do casal, eles são autorizados a visitarem um abrigo, onde estavam acolhidos os dois irmãos citados pela assistente social (que, nesse caso, seriam o foco da visita), e as três irmãs.

### **A identidade parental diante dos primeiros contatos**

Zélia e Jorge chegaram a conhecer os dois irmãos que estavam disponíveis para adoção, mas mesmo na narrativa, não há demonstração de vinculação parental com eles: *“Daí foi quando a gente foi, os meninos que a gente chegou a conhecer, eles eram menores que elas, acho que tinha sete, oito... Uma coisa assim! E elas três. São três!”* (Zélia, mãe da Família 1). No trecho que segue, Zélia refere-se às meninas, enfatizando as reflexões que vieram desse encontro. Nesse ponto, há uma experiência que difere da parentalidade biológica: a decisão de prosseguir ou não com o processo adotivo definirá definitivamente o curso desenvolvimental da família e de cada indivíduo pertencente a ela. Observo que, embora o casal já soubesse que não adotaria os irmãos que chegou a conhecer, há a manifestação de certo sentimento de culpa pela não acolhida:

Quando a gente encontrou com elas.. Que a gente viu, a gente ficou assim, né?! Pensando, né?! Porque... A gente viu primeiro os meninos e é uma angústia muito grande. É uma angústia de que você tá no meio... A sensação é de que você está no momento mais importante da sua vida, tomando a decisão mais importante da sua vida. (Zélia, mãe da Família 1)

Observe que, ao mencionar a angústia, não fica claro que Zélia fala do destino das crianças, pois a ênfase é na decisão que, segundo ela, é a mais importante da sua vida. Entretanto, todo o cenário narrativo se refere à experiência com os meninos, que era a centralidade da visita que figura esse episódio, e do contato mais breve que teve com as três irmãs na mesma ocasião.

Mantenho a ênfase na agentividade manifestada no fator “decisão” apresentado por Zélia, pois a construção da identidade parental na experiência de adoção envolve a concretização da escolha. Desse modo, um marco desenvolvimental estruturante na construção da parentalidade é o papel ativo de quem decide ou não adotar e, posteriormente, voltado a quem será essa decisão. A diferença reforçada por Zélia jaz na perenidade da decisão que constitui a parentalidade adotiva:

Porque não é a decisão de que eu vou casar, não é uma decisão de que curso eu vou fazer, porque essas decisões você muda, você sai. Não! Essa decisão não muda! E é uma decisão! Não é tipo: ‘fiquei grávida’. Tudo bem, é uma decisão: ‘não vou usar contraceptivo e vou ficar grávida’. Tá, tudo bem. Mas, sabe?! É... É uma decisão que envolve escolha, sabe?! Porque uma coisa é: ‘Escolhi ser mãe’. Beleza! Escolhi ser mãe, vou ficar grávida... Eu escolhi ser mãe e eu posso escolher quem vai ser meu filho e minha filha. Isso é cruel! É bizarro! (Zélia, mãe da Família 1)

A decisão é apresentada por Zélia como um processo que expõe o casal, e que a amedronta: “*Como assim eu vou fazer escolhas?*” (Zélia, mãe da Família 1). Reforçando que qualquer decisão tomada estabelece um critério de mudança difícil de ser revertido, Zélia metaforiza essa experiência como um furacão: “*Porque se é pra dar certo, a gente tá aqui no meio do furacão, é pra gente se lenhar. Vamos se lenhar de verdade, mas vamos pelo menos saber que a gente fez o que a gente achava que tinha que ser feito*” (Zélia, mãe da Família 1). Percebemos que a construção da identidade parental no processo adotivo é marcado por momentos chave que determinam explicitamente um ponto relevante na trajetória desenvolvimental dos indivíduos participantes. Nesse caso, decidir se iriam ou não solicitar aproximação com as três irmãs que o casal intentava conhecer.

Por outro lado, a decisão de Zélia como mãe ou do casal como família não é suficiente. Mais uma vez, emerge alguma experiência de parentalidade que foge à explicação lógica, que não cabe na escolha da família perante uma ou mais crianças, nem na pura escolha das crianças em permanecer ou não com aquela família: “*Mas algo vai*

*precisar conectar*” (Zélia, mãe da Família 1). Aqui podemos mencionar a formação de um vínculo, mas me atrevo a pensar na propensão dessa formação: a família precisa se entender como um “nós”, uma unidade complexa. Se anteriormente o diálogo se mostrou uma cola importante nesse processo, no âmbito do casal, quando se refere ao estabelecimento da relação deste com possíveis filhos ou filhas, outro elemento pouco lógico é apontado por Zélia: há a necessidade de alinhar as convicções individuais que o pai e a mãe possuem sobre fatores da vida mais amplos que necessariamente a adoção. Ou seja, em um contexto como tal, com duas pessoas buscando a adoção, a construção da parentalidade é compartilhada. Para Zélia, combinar vai para além das decisões racionais serem alinhadas, mas envolve saber se ambos estão sentindo as mesmas coisas frente ao desafio que se estabelece.

Nesse processo, o casal pediu autorização para se aproximar das três irmãs institucionalizadas. Resolveram passear em um parque da cidade onde residiam. Passar tempo juntas, em outro ambiente que não o abrigo, foi para Zélia um demarcador da construção de uma maior proximidade entre elas. Por um lado, Zélia alega que nesse curto período de convivência, a identificação foi de certa forma unilateral: *“A gente de alguma forma se identificou... Se identificou não, porque elas estavam na delas e nem aí pra gente”* (Zélia, mãe da Família 1). Esse comportamento de aparente desinteresse por parte das adolescentes é justificado, em outras situações, como característica dessa etapa do desenvolvimento. Ademais, em uma situação como a narrada, as meninas ainda não estavam informadas do interesse da família pela adoção. É comum que os abrigos recebam voluntários que são autorizados a desenvolverem atividades como essa, de lazer, especialmente em períodos comemorativos (no caso, tratava-se do Dia das Mães). Assim, para as meninas, possivelmente era só mais uma experiência proporcionada pela instituição e a importância de construção do apego entre elas e o casal que as acompanhava não era equivalente ao que Zélia e Jorge sentiam.

Há outro fato importante nesse episódio narrativo. A convivência com as três irmãs, o apego experienciado por Zélia, e talvez a sensação de cuidado e responsabilidade necessária para a atividade demarcam a experiência de autopercepção da maternidade. De acordo com Zélia: *“É como eu via que eu podia me sentir mãe delas, entendeu?!”* (Zélia, mãe da Família 1). Nesse contato, ela afirma que pequenas coisas foram firmando o vínculo com as meninas, e até seu interesse em se aproximar delas. Exemplifica que Dora (a irmã mais velha que, posteriormente, foi adotada por outra família e a quem Zélia se

refere como “filha paralela”) falou da irmã Raquel como alguém que só liga para esportes, em contraponto ao estudo. Ao ouvir isso, Zélia correlaciona com seus próprios interesses com atividades esportivas e pensa: “*Meu Deus do céu. Como assim só quer saber de esporte?! Ai, meu Deus! Eu quero pra mim!*” (Zélia, mãe da Família 1).

Nesse ponto, Zélia passa a avaliar as características das meninas em relação à própria trajetória de mãe que se delineava. A existência de interesses comuns era relevante para o estabelecimento da vinculação com Raquel e, no caso de Clarice, seu jeito meigo que, segundo Zélia, inspirava cuidado e acolhimento, era o ponto nodal. Ainda em decorrência desse episódio, reforça-se a percepção da parentalidade: “*Então foi quando a gente... “Velho, eu me vejo mãe delas”, vejo que eu posso ser mãe delas. Sinto que pode ser. Então, a gente deu a sequência... A princípio para as três.*” (Zélia, mãe da Família 1). Inclui, então, outros atores e passa a mostrar fotos para sua mãe, ampliando a experiência para além da família nuclear.

O interesse pela adoção se choca com outro elemento importante na construção da parentalidade adotiva: a preparação concreta para acolher as adolescentes. Zélia narra a angústia do conflito entre já se sentir, de algum modo, mãe, e perceber que não conseguiriam arcar com os custos de adotar três meninas. Vivenciando o luto da impossibilidade, o casal resolve ir pessoalmente ao abrigo para compartilhar com a assistente social que não poderia realizar a adoção. Na ocasião, a assistente social compartilha que Dora possui vínculo com outra família que tem interesse em realizar a adoção.

Aqui torna-se importante explicitar como funciona o processo de acolhimento e adoção de irmãos. O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta (Lei Nº 8.069/1990), dentre os direitos fundamentais às crianças e adolescentes brasileiros, o direito à convivência familiar. Mesmo em situações de institucionalização, deve-se garantir, na medida do possível, o contato com a família biológica. Em situações de institucionalização e destituição de poder familiar para grupos de irmãos, há uma priorização da adoção conjunta. Por um lado, esse posicionamento tem como fundamento a preservação de vínculos entre irmãos que, de fato, é de grande importância para o desenvolvimento sadio das crianças institucionalizadas. Por outro lado, grupos de irmãos são preteridos pelas famílias pretendentes, e a situação se agrava conforme estes envelhecem e diante da quantidade de membros. Em situações excepcionais, então, o



poder judiciário realiza o desmembramento de grupos de irmãos, para favorecer o processo de adoção.

Dora, então, seria adotada por outra família, mas manteria contato frequente com suas irmãs Raquel e Clarice. Ao ouvir isso, a decisão é imediata, por parte de Jorge, que, segundo Zélia, afirmou: “*A gente fica com Raquel e Clarice*”. Esse momento é demarcado por Zélia como aquele que formou a família: “*A partir desse momento ia ser Raquel e Clarice nossas filhas e foi um processo de adaptação.*” (Zélia, mãe da Família 1). O casal, então, dialoga com a família que adota Dora e busca articular como seria essa nova condição. Ao passo que isso ocorria, Zélia demonstrava outra característica que comporia sua identidade parental: a preocupação com as meninas. Alega que durante os ajustes finais para a adoção, momento que ainda não era propício para dialogar a respeito do processo judicial com as adolescentes, percebia que o abrigo falava a respeito por telefone, possivelmente vazando informações e gerando expectativas que poderiam não se concretizar:

A gente tava sem querer que essa aproximação acontecesse dessa forma, porque a gente queria não machucá-las. São os tios, as tias, que estão ajudando, assim como tinha outros, mas é difícil, né?! É difícil. E sem querer se machucar também porque vai que, né?! E sei lá. (Zélia, mãe da Família 1)

O cuidado se justifica pois Zélia entende que, apesar de já considerar a possibilidade da maternidade diante das meninas, havia outras variáveis que poderiam impedir esse processo, como a falta de vínculo por parte das crianças, ou alguma questão judicial na adoção da irmã mais velhas, por exemplo. Parece que, até então, nenhuma experiência de parentalidade seria completa, pois nessa situação sempre havia a necessidade do aval jurídico que permitisse essa vivência com plenitude: “*Mas aí o processo foi rolando, foi dando continuidade, eu ficava bastante apreensiva.*” (Zélia, mãe da Família 1).

Enquanto o processo corria, Zélia e Jorge frequentavam mais vezes o abrigo, para acompanhar as atividades desenvolvidas com as meninas. Menciona um evento que demonstra uma sensação indireta de desafio, no quesito parentalidade. Dada ocasião, um professor que acompanhava atividades esportivas comenta sobre Raquel: “*Nossa, eu não sei não, heim?! Quem conseguir ser mãe de Raquel... Não sei não, heim?!*”. Embora a fala não fosse voltada à Zélia, ouvir isso despertou nela uma afirmação da sua competência para a parentalidade. Aqui se revela outra característica da parentalidade

adotiva. Em processos de adoção, é comum observar as famílias no ímpeto de provar uma capacidade de provimento, educação, afeto, dentre outros recursos importantes no cotidiano familiar. Esse movimento tem fundamento na proteção que o Estado busca garantir às crianças e, desse modo, orienta as equipes técnicas dos tribunais de justiça a avaliar componentes psicológicos e socioeconômicos dos postulantes à adoção. Zélia nos mostra que, mesmo já tendo passado pelas etapas de avaliação que precedem a habilitação, seguia reforçando sua capacidade como mãe, especialmente agora que já entendia seu interesse pela adoção e seu vínculo pelas meninas. Sobre o suposto desafio atribuído a Raquel, por ser uma pessoa ativa e lida, paravelmente, como difícil, o que seria um obstáculo para sua inserção em uma família, Zélia reflete:

Mas eu via que eu podia! Sabe?! Porque... Aquilo dela de alguma forma, eu era também. De muito ativa, muito de esporte. E talvez por ter aquela identidade com ela, eu sabia que eu dava conta. E eu sempre fui muito, assim... Firme assim, né?! E apesar de tá vendo o desafio. Que é isso que eu te falei também, sabe?! Eu não sei como outra pessoa conseguiria. (Zélia, mãe da Família 1)

É nesse cenário que a vinculação começa, através das aproximações de Zélia e Jorge nas visitas ao abrigo. Esse vínculo se fortalece quando as meninas passam a ir para a casa do casal em datas comemorativas. Para Zélia, havia um enamoramento de Raquel pela situação e ciúmes dela com Jorge. Entretanto, alega que a aproximação ocorreu de modo rápido, até mais do que deveria.

Nesse episódio da narrativa, há um contraponto com experiências anteriores. Se, conforme aleguei, a formação de uma identidade parental adotiva parece ser obstaculizada pelo processo judicial, não podendo ser plenamente alcançada enquanto não há decisões formais e documentais que a valide, por outro se observa a imprevisibilidade temporal acerca dessa “permissão legal”. Em dada ocasião, após envio da avaliação da situação de acompanhamento das três irmãs pelas respectivas famílias, o juiz decreta a sentença de adoção. Para Zélia, isso foi um choque, já que ela aguardava primeiro o processo de desmembramento de grupos de irmãos. Põe em xeque a percepção de parentalidade que havia desenvolvido ao longo dessa trajetória, pois se vê envolta nessa transição imediata: “legalmente não mãe” → “autorizada por lei a ser mãe”:

Nesse mesmo dia, ele já deu a sentença de adoção e do tipo... “De noite vocês pode levar as meninas pra casa”. E a gente assim, tipo: “Meu Deus do céu, não! Calma! Eu não sei...”, precisa ter um processo, porque elas precisam querer,

precisam gostar e a gente sabia que ainda tava difícil. (Zélia, mãe da Família 1)

### **A identidade parental após a chegada das meninas**

Zélia se refere ao momento de adaptação como “o perrengue”. Diferente da expectativa do professor do abrigo, que via em Raquel a existência de dificultadores para a adaptação em uma família, Clarice demonstrou maiores problemas. A narrativa que segue apresenta elementos acerca da adaptação das meninas na família. O processo de adaptação após essa inserção é um recurso relevante para análise teórica sobre a construção da identidade da família, pois nele são expressas tensões que demarcam fragilidades e elementos fortemente estruturantes na configuração e na dinâmica familiar. Muitos dos trechos narrados por Zélia parecem não se referirem diretamente à sua constituição como mãe, e sim analisar o porquê dos desafios encontrados. Por outro lado, ao narrar os desafios e formas de enfrentamento da família, demonstra características fundamentais para o entendimento da própria parentalidade e da identidade familiar que foi sendo formulada.

Antes de narrar quais dificuldades encontrou com a adaptação de Clarice, Zélia parte para a justificativa. Segundo ela, Clarice havia convivido apenas um ano e meio com a genitora e, nesse período, passou por extremas privações. Por privações, Zélia se refere a fatores de estímulo importantes para o pleno desenvolvimento infantil. Acrescenta que o motivo do seu abrigamento proporcionou diversos traumas e, sendo Dora a última das três irmãs a ser institucionalizada, há um período de pouco conhecimento sobre o que ela passou sozinha junto à família biológica. Zélia afirma que teve dificuldades em dialogar com as meninas pois às vezes as palavras e os significados do que era dito não eram acessados por elas, como fruto dessa peculiaridade desenvolvimental.

A comunicação, fator já relatado como importante no delinear da Família 1, se revela em outra faceta. Para Zélia, detalhes sobre a situação prévia ao abrigamento não são sabidos pelas irmãs, porque elas ainda não perguntaram. Esse trecho não é enfatizado na narrativa e passa despercebido em sua fala, mas representa um processo fundamental na construção da identidade de família adotiva e na identidade adotiva das meninas adotadas: a não negação da história. Na adoção de bebês, muitas famílias optam por manter em segredo a natureza adotiva da sua composição. Em situações de adoção tardia,

a existência do segredo é menos comum, pois há maior entendimento das crianças mais velhas e adolescentes sobre sua condição. Ainda assim, há fatores que podem estar restritos à memória dessas crianças, ou dados produzidos pelas equipes técnicas dos tribunais de justiça e dos abrigos que apresentem informações ou interpretações também de pouco acesso. Von Korff e Grotevant (2011) revelam que adoções interracialis foram proibidas em determinado período nos Estados Unidos e que as equipes técnicas eram orientadas a parearem crianças cujas semelhanças físicas permitissem que elas se passassem como prole biológica dos pais adotivos. Essas condições favoreceriam a manutenção do segredo acerca da adoção, embora negasse à criança a possibilidade de incorporar nos sentidos que constrói de si mesma seu passado real. A negação da história da criança advinda por meio da adoção é, portanto, uma violação do seu direito de construir sua identidade com base nas próprias experiências e o diálogo sobre as situações que resultaram no desfecho da institucionalização e posterior inserção em família substituta, quando bem realizado e orientado, tem reverberações positivas ao desenvolvimento.

Outra característica da parentalidade expressa por Zélia é a autoridade. Na configuração atual, as Clarice e Raquel convivem com a irmã consanguínea Dora, que é mais velha e foi adotada por outra família. Segundo Zélia, há uma posição de respeito conquistada pela mais velha diante das responsabilidades que assumiu quando ocorre a institucionalização das irmãs. Menciona que as mais novas possuem uma visão fantástica quanto a ela. Diante da institucionalização das irmãs, Dora, por ser mais velha, passou a assumir um papel maternal de proteção às irmãs, renunciando o próprio processo de vivenciar a infância e adolescência com plenitude. Assim, após a adoção passa a experimentar a posição de “não responsável”, apesar de ainda ter essa atribuição por parte das irmãs. Em casa, Zélia aponta que por vezes era necessário enfraquecer esse papel: “*‘Porque Dora falou! Porque Dora falou!’*”. *‘Dora falou, tá. Agora quem tá falando sou eu’*.” (Zélia, mãe da Família 1). Por outro lado, alega que a convivência das três irmãs não é sempre pacífica, pois – além do distanciamento gerado pelo desmembramento – elas possuem personalidades muito distintas, o que pode dificultar a união, especialmente no período da adolescência, cujos conflitos são recorrentes e estruturantes.

Posteriormente, Zélia refletirá sobre as diferenças no modo de lidar com cada irmã e demonstra como o exercício da autoridade variava em forma e intensidade perante cada menina. Ela metáforiza os modos de condução revelando que a educação de Raquel

envolvia apresentar direcionamentos, enquanto com Clarice era importante enfatizar limites: “*A gente veio aprender que uma era do tipo: ‘É ali o caminho, ó!’, e aí ela ia [...] A outra você dava o cercadinho, bota o cercadinho e ‘é aqui!’ e ela tava de boa*” (Zélia, mãe da Família 1).

É nesse contexto que o mencionado “perrengue” emerge. Zélia já havia mencionado que passou por longas imersões em estudos sobre adoção e conversa com pessoas que passaram por essa situação em busca de apoio. O casal sabia, mais ou menos, o que esperar. Sabia que comumente havia um período de encantamento antes dos conflitos começarem a pulular na casa, pois além do enamoramento das adolescentes adotadas pela nova condição de vida, havia a busca pela conquista do afeto parental. Porém, essas expectativas não foram atingidas: “*A gente pulou a parte da paz e amor.*” (Zélia, mãe da Família 1). Após a inserção das adolescentes na família, são expressos os maiores desafios que demarcam o novo cenário da construção da identidade parental de Zélia e Jorge.

Antes de narrar os desafios, Zélia fala como se sentia. Utiliza expressões como “olho do furacão” e “tortura”. Segundo ela, a sensação de sentir-se torturada era constante e desde então o hábito de chorar com a adoção mudou de configuração. Durante a adaptação, ela chorava no banheiro diante dos perrengues que passava na relação com as agora filhas. Antes da chegada das meninas, chorava com a abertura de um programa televisivo sobre adoção:

Que é a coisa mais linda aquela música, tal. Chorava e assistia aqueles episódios, aquela coisa, né?! Massa! “Quando é que vai acontecer comigo?” Quando aconteceu comigo eu não chorava mais, era assim: “Só foco, foco e preciso o quê?! Tem que acordar. E agora o quê?! E a comida? E a estrutura? E a coerência?”, “Mas faz o quê agora?! Mas faz aquilo! Mas tratou a gente assim! Mas tá com desrespeito. Mas desrespeito não pode não! Base!” (Zélia, mãe da Família 1)

Zélia, que em nenhum momento ignorava os desafios que viriam com a parentalidade, passa a vivenciar não apenas novas situações, mas também novas experiências emocionais. Não chorar com um programa de entretenimento e informação sobre adoção é um demarcador desenvolvimental fundamental para a percepção da nova condição de parentalidade vivenciada por Zélia. Em sua narrativa, ela demarca que no momento inicial havia uma priorização pelas atitudes práticas e racionais do exercício

parental, como o horário da comida ou quais estratégias educacionais adotaria diante de determinados comportamentos.

Zélia narra a importância do acompanhamento psicológico no processo de adaptação. Talvez alguns objetivos desse acompanhamento convirjam para a constituição da família como unidade e sua respectiva constituição identitária. O primeiro se refere ao desapego ao abrigo. É comum que crianças e adolescentes, especialmente aquelas que foram institucionalizadas por longos períodos, tenham apego à rotina dos abrigos, às equipes técnicas e aos pares. Parte das equipes contraindica visitas à instituição logo após a adoção, de modo a evitar possíveis experiências de regressão que podem dificultar a adaptação na nova família. Assim, a progressiva desvinculação da realidade do abrigo e o abandono da identidade de pessoa institucionalizada faz parte da constituição da nova realidade familiar, na qual a história das adolescentes ainda compunham sua trajetória desenvolvimental, mas não representavam necessariamente o momento presente.

O segundo objetivo do acompanhamento psicológico envolvia a construção de uma individualidade entre as irmãs: “*Porque a gente falava muito: ‘As meninas, as meninas’, e na verdade o jeito de lidar com uma...*” (Zélia, mãe da Família 1). Ou seja, aquilo que Zélia já percebia enquanto distinção das personalidades, bem como modos de agir diversos voltados a cada uma, precisava ser reelaborado de forma a valorizá-las não apenas como dupla, mas como indivíduos independentes.

Como expresso anteriormente, Zélia enfrentava os desafios do processo de adaptação buscando estabelecer um modo racional de lidar com as situações que emergiam. Revela, então, a importância do afastamento do serviço, em licença maternidade, para lidar com essas demandas: “*Eu precisava pensar no que fazer, nas situações. Eu precisava organizar meu raciocínio [...]*” (Zélia, mãe da Família 1). Apesar disso, as situações estressantes devido ao mau comportamento das meninas perduravam. O caráter de racionalização, buscando tornar mais objetivo o exercício da parentalidade, compunha a construção identitária de Zélia. Ela se entendia como uma pessoa racional e, segundo ela, isso era fator de maior pressão, já que estava diante de situações cujo controle era limitado. As filhas seguiam protagonizando episódios de sofrimento na família, o que encabeçava o contraponto imediato da racionalização em busca da conquista do respeito e da harmonia familiar. O binômio caos ⇔ razão parece ser destaque nas ocasiões de conflito logo após a concretização a adoção:

Levava pra casa de meu pai e minha mãe, da casa de minha sogra. Toda vez que voltava era um estresse, era uma briga. É um desgaste! Todos os dias! Todos os dias, um desgaste, uma dor no peito, um negócio. E assim, do tipo: “Vai! Vai que é assim! Vai que você sabia! Vai que você aguenta! Vai que o adulto da história é você! Tem que aguentar, é você! Quem tem que saber o que fazer, é você!”. (Zélia, mãe da Família 1).

Enquanto o “perrengue” era enfrentado por Zélia de modo racional, o mesmo não ocorria com Jorge. Zélia avalia que o papel que Jorge ocupava na família destoava da expectativa de masculinidade que em geral se espera ser reproduzida na posição paterna. Ele era músico e, segundo ela, mais sensível e com características correlatas atribuídas a um artista. Ademais, materialmente Jorge não participava da renda da casa na mesma proporção de Zélia, tanto pela instabilidade do seu trabalho, quanto pelas limitações agravadas pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, Zélia observa que a vinculação das crianças com o pai não ocorreu no mesmo ritmo que com ela.

Há alguns demarcadores que revelam sua percepção da vinculação e que, nesse sentido, podem auxiliar no entendimento de como a família se percebia como tal. O principal deles envolve a explicitação do local de pai e de mãe naquele grupo e a validação das adolescentes perante essa configuração. Assim, Zélia atribuía a importância da nomenclatura “mãe” e, seguindo sua postura racional e pragmática, estimulava ser assim chamada. Em sua narrativa, Zélia parece atribuir à não cobrança de Jorge o fato de, até o momento da entrevista, ele não ser chamado corriqueiramente como “pai” pelas filhas. Contrasta, porém, com possíveis outras formas de validação da parentalidade de Jorge que vão para além da nomeação de “pai” por parte das meninas, embora não diminua a importância desse ato:

A mais velha chama às vezes quando fala... Brinca assim: “Papito” ou chama de [apelido suprimido para evitar identificação]. Mas ela já tá com uma aproximação bem grande assim com ele, é mais uma questão mesmo do nome e tal. Ela mesmo já tá arrumando o jeito dela. Mas a mais nova até hoje ainda. Cinco anos! Cinco anos! (Zélia, mãe da Família 1).

Outra pista de que essa situação não representava necessariamente um problema de vinculação entre as meninas e especificamente o casal eram as informações apresentadas por uma funcionária do abrigo onde elas foram institucionalizadas. Zélia narra que essa funcionária mencionava a dificuldade de formação de vínculos principalmente por parte de Clarice, mesmo com pessoas que eram referência para ela

durante a institucionalização. Essa informação gerava um impacto de alívio da culpa para Zélia: *“Então, a gente foi tipo: ‘Não sou eu’. Sabe?! ‘Aqui é um processo! Aqui é uma construção! Aqui é da idade! Aqui é de um hábito! Aqui é Clarice mesmo. Essência!’.* (Zélia, mãe da Família 1). Ainda assim, a soma dos desafios narrados na adaptação levou o casal a achar que o processo de adoção não teria sucesso. Foi importante, na elaboração do sofrimento enfrentado, entender o fracasso da adoção como uma possibilidade real.

Mesmo em situação de crise, as reflexões que emergem da iminência da desistência da adoção envolvem uma expressão da parentalidade que se sustenta no cuidado e no melhor interesse das crianças:

“Velho, ó. Desse jeito a gente não vai fazer o bem pra elas, a gente não tá conseguindo dominar no sentido do mínimo de respeito e de construção de vínculo, pra que a gente forme uma família e que elas possam crescer”. Rapaz, os piores dois dias da minha vida. [...] “A gente precisa repensar isso”. E eu me vi sendo obrigada a passar... Sair da marcha, né?! Tirar a marcha, botar o freio e talvez a ré. E caindo assim na real, do tipo que aquilo e essa coisa da devolução pode ser uma coisa de fato que possa a vir acontecer, né?! (Zélia, mãe da Família 1).

Nesse trecho da narrativa, é possível observar uma síntese do que configurava a identidade parental de Zélia. Há a valorização do diálogo com Jorge sobre as decisões tomadas em prol da família; a racionalização e concretização das atitudes parentais, em detrimento da emotividade que poderia orientar esses processos; a culpa pela percepção de incapacidade de lidar com os desafios da parentalidade e fornecimento de condições de desenvolvimento para as filhas; o entendimento de que, para que se tornassem verdadeiramente uma família, era importante a assunção de um papel de autoridade que denotasse respeito; e a importância da formação de vínculos.

Em acompanhamento psicológico com um profissional associado ao grupo de apoio à adoção, Zélia é instigada a mudar sua estratégia perante a criação das meninas e as expectativas, agora negativas, sobre o desfecho dessa formulação familiar. Uma expressão que apresenta mais de uma vez na narrativa retoma, agora como mote dessa mudança de estratégia: o “furacão”. Para lidar com a situação, Zélia é instigada a “se afastar do olho do furacão” e conseguir observar o contexto vivido a partir de outra perspectiva. Por um lado, Zélia demonstra elaborar uma forma de atenuar a culpa pelo sentimento de fracasso parental:



Não dá pra sair negando tudo e ser super rígido, foi minha primeira experiência como mãe e a primeira experiência dele como pai. De duas crianças, que vinham com todos os processos que eram de bebê, até aquela idade. Ou mais! Porque em alguns aspectos eram mais, em outros aspectos era menos. Então, assim, era muito, muito intenso. Muito intenso. (Zélia, mãe da Família 1).

O alívio tentado vinha da racionalização da sua condição como inexperiente na parentalidade, na tentativa de manejar sua autoridade em termos da rigidez das orientações, da carga traumática vivenciada pelas crianças que no momento da entrevista estavam mostrando suas reverberações, e na própria intensidade do processo de adoção.

As situações de tensão protagonizadas por Raquel e Clarice são metaforizadas na narrativa como “*freios de arrumação*”. São, portanto, referidas como momentos de alta complexidade que geravam desafios na relação entre os pais e as filhas. Mesmo diante das tentativas de elaboração da crise, Zélia menciona sem detalhes que ocorreu um derradeiro “*freio de arrumação*” que levou o casal à decisão sobre a finalização do processo adotivo. A parentalidade, elaborada desde a decisão não concluída da gestação biológica, parece ser expurgada por uma decisão (do casal) na mesma velocidade que se concretiza com uma decisão (judicial). Em ambos os casos, apesar de representarem momentos fundantes para a Família 1, essas decisões não representam necessariamente um apagamento e uma construção de um processo desenvolvimental que tornaria Zélia uma mãe e Jorge um pai. Conforme observamos, ao longo da narrativa, há elementos subjetivos e racionais que sustentam a forma como Zélia vai se entendendo como mãe. É por isso, talvez, que a decisão de encerrar o processo adotivo ocupe um espaço de tanto sofrimento e luto. O fechamento seria não apenas do contato com as meninas, mas também de um componente subjetivo arduamente elaborado ao longo dos anos: sua identidade parental.

O último ato de comunicação é planejado, quando o casal decide informar às meninas sobre a sua devolução. Zélia, então, emerge em uma estratégia de elaboração do sofrimento experienciado no processo e passa a escrever o que sente diante da situação vivida:

Aí eu comecei a escrever pra mim, chorando, me acabando, me acabando. Raquel chegou aqui, percebeu. Aí me deu um abraço, eu me acabava mais ainda. A gente passeou no outro dia e eu não conseguia fazer nada, só pensando naquilo. Horrível. (Zélia, mãe da Família 1).

Essa estratégia parece contrastar, de modo complementar, à racionalização que a levou a sustentar os desafios vivenciados até então. Mesmo diante da decisão tomada e do sofrimento presente, o casal opta por aguardar o final do período letivo, para não atrapalhar o calendário escolar das meninas. O caráter de cuidado denunciava a presença da identidade parental: “*A gente vai fazer o que é melhor pra elas, né?!*” (Zélia, mãe da Família 1).

Em última tentativa, quando passado o prazo estipulado pelo casal, busca-se uma saída pela variação de duas das características demonstradas por Zélia como determinantes na constituição familiar: a comunicação com as meninas e os ajustes na autoridade. Observa-se que, no diálogo posto com as filhas como último recurso, Zélia realiza uma análise aprofundada também acerca do que ela entende como uma família. Além da comunicação e do respeito à autoridade, uma família positiva é delineada na narrativa como aquela que, diante da relação estabelecida entre pais e filhas, funciona como um contexto que permitem o bom desenvolvimento dos seus membros. Nesse ponto, a análise realizada por Zélia revela que há uma deficiência que não garantiria às meninas condições favoráveis:

Se apertar agora, agora o aperto é sem dó e nem piedade, porque é do tipo ou vai ou racha. “Então, não vai ter isso”, “Não vai ter aquilo”, “O horário é esse”, “Quer ou não quer? Porque assim, do jeito que tá...”, a gente foi bem sincero com elas, “Do jeito que tá, a gente não tá dando conta de ser os pais que vocês precisam, pra vocês crescerem e serem pessoas decentes, e serem mulheres que vocês merecem e podem ser. A gente não tá sendo um bom pai, nem mãe pra vocês. A gente não tá conseguindo ser isso que vocês precisam”. (Zélia, mãe da Família 1)

Assim, o poder de decisão passa a ser compartilhado. Não apenas o diálogo estabelecido entre o casal possui força, mas toda a produção de sentido e agência organizado pelo grupo familiar. As reações das meninas foram também diferentes. Enquanto Raquel agressivamente batia na mesa para afirmar que ficaria, Clarice permanecia contida e, com apoio dos pais, resolveu escrever o que sentia, refletindo na escrita que não estava sendo uma boa filha. Esse momento pareceu ser tão importante para a construção da identidade daquela família quanto a primeira decisão judicial de parecer favorável à adoção. Foi um momento de tensão entre *parentalidade* ⇔ *finalização da parentalidade*, para Zélia e Jorge, e de reflexão ativa das meninas acerca da própria identidade adotiva, na condição de filhas.

Além do comprometimento do grupo em estabelecer melhores relações, com ênfase nas meninas alegando melhorar o comportamento, parte das situações desafiadoras protagonizadas pelas irmãs passa a ter outro significado quando o casal busca apoio psicopedagógico para Clarice. Nos atendimentos, identifica-se dificuldades nas habilidades de conservação e reversibilidade, segundo os testes de Piaget, que passam a justificar a Zélia algumas ações anteriormente interpretadas como birra. Agora, essas situações eram interpretadas como provenientes de uma barreira desenvolvimental: *“Aí você achava que era birra e não é. Não era birra. Aí a gente foi vendo isso, foi abordando de outras formas, foi tentando entender.”* (Zélia, mãe da Família 1). Ao entender que parte da sua frustração provinha de uma interpretação que, segundo ela agora compreendia, era equivocada sobre o comportamento da filha, garantia outro componente associado ao bom desenvolvimento de Clarice: estabilidade emocional. Zélia menciona que nos atendimentos psicopedagógicos, foi ratificado que Clarice necessitava de um ambiente emocionalmente sadio para conseguir se desenvolver bem e, em sua narrativa, demonstra que as crises geradas pela interpretação dos comportamentos da filha como birra acabavam, em cadeia, prejudicando esse ambiente.

Foi nesse cenário que Zélia e Jorge consideraram possível entenderem-se como uma família, junto a Raquel e Clarice:

*E aí a gente foi vendo as luzinhas no fim do túnel, quando a gente ia fazendo alguma coisa e foi sendo chato, sendo sistemático, sendo consistente, coerente, né?! Essas palavras-chaves, assim... Que fazem a diferença. A gente de repente via efeito, via alguma coisa e aí a gente ia se apegando nessas coisas, ia se apegando à luzinha no fim do túnel, do tipo: “Não, tá dando certo. Não, vai indo, vai indo”. E aí foi, nesse último... Nesse um mês, que deve ter sido do quarto pro quinto, do terceiro pro quarto mês, sabe?! Que as coisas foram: “Agora, agora elas são nossas filhas mesmo”. (Zélia, mãe da Família 1)*

Três componentes ganham destaque nesse episódio narrativo. O primeiro deles é a interpretação de que as atitudes de Zélia e Jorge são estruturantes para a formulação da família. O segundo é a certeza que emerge, apesar da compreensão de que ser uma família não ocorrerá em equilíbrio estático, sem conflitos. O terceiro é a percepção de estar à vontade com as relações familiares que se estabeleceram. Talvez esse seja o elemento mais forte da narrativa de Zélia sobre sua percepção de parentalidade. Quando ela afirma se sentir à vontade com a situação, logo após declarar que agora sim as meninas são suas filhas, ela ratifica sua posição de mãe, revelando ainda um contraste com sua estratégia

de exercício extremamente racional de parentalidade. Estar à vontade, parece representar ser mãe sem ter que refletir o tempo todo se está errando:

Apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades, a gente vai dar conta, a gente vai conseguir. Não vai ser fácil... Não tinha mais a dúvida do conseguir. Aí a gente já conseguia ter alguns momentos de ficar bem. Acho que só depois de seis meses pra um ano, é que a gente falou assim: “Nossa, hoje tô à vontade”, sabe?! Porque a sensação era essa, você nunca estava à vontade, no começo. Nunca estava à vontade, nunca estava à vontade, tudo tinha que pensar pra fazer. (Zélia, mãe da Família 1).

#### 7.1.1.1.2 T2: *construindo a narrativa sobre o período presente*

Zélia narra que hoje ainda há desafios referentes à vivência de adoção. Como exemplo, aponta a questão da carência afetiva, que se manifesta de modo intermitente e distinto entre as meninas para com os pais. Para Zélia, apesar da existência dessa carência, as meninas confiam nos pais e querem a proteção deles. Por outro lado, essa confiança perpassa algumas crises da adolescência, como o incômodo da superproteção. Segundo Zélia, apesar de ainda lidarem com questões referentes à adoção, a ênfase agora recai justamente sobre questões desenvolvimentais próprias da adolescência, especialmente o excesso de uso do celular. Como mãe, ela imagina que a preocupação faz parte do exercício parental e varia conforme novas etapas da vida das filhas vão sendo alcançadas: “*Acho que mais agora é do processo, da idade mesmo. Mas tem muita coisa, muita coisa. Que deixa a gente preocupada, vai ser sempre, acho que só mudou de fase no joguinho*”. (Zélia, mãe da Família 1).

Zélia avalia que, em sua própria trajetória de vida, há formas de lidar com pai e mãe que, para ela, são impensáveis. Daí sentia-se agredida por alguns dos comportamentos das meninas no período de adaptação. Por outro lado, alega que sua relação com os pais carecia da liberdade que ela busca proporcionar na relação com as filhas. Essa é a forma de funcionamento familiar que ela busca alcançar, ainda que admita ser mais trabalhosa de construir.

### **Definindo a família**

Zélia sustenta em sua narrativa a definição da família que observa no presente. A história de cada membro, o lugar social dela, do marido e das filhas, os conflitos

vivenciados, e aspectos que estavam sob seu controle ou fora do seu controle são incluídos em sua reflexão sobre “quem somos nós?”.

Quando peço a Zélia para ela definir sua família, a questão racial é a primeira a ser tocada. Entretanto, parece ainda estar em processo de elaboração, pois ela acaba demonstrando sentir o impacto da variação de raça/cor entre o casal e as meninas mais fortemente em um nível pré-racional:

Porque essas coisas não sei se acontecem assim, né?! É...As meninas são negras, né?! E eu e Jorge somos brancos, e fisicamente é algo que... Eu digo assim, essa percepção ela não vem no retrato. Isso quer dizer assim... Ela vem, talvez um pouco quando essas coisas começaram a ficar mais tranquilas ou menos tensas. (Zélia, mãe da Família 1)

Interpreto que, em primeira instância, a interracialidade da família orienta as relações entre pai, mãe e filhas, bem como Zélia entende que há uma influência na percepção que as meninas possuem sobre seu pertencimento familiar. De todo modo, levando em conta o presente do momento da entrevista, pensar a questão racial tem sido um ponto que só agora tem ganhado espaço, pois as tensões da aproximação e da adaptação se sobrepuseram a essa questão. Ainda que as diferenças raciais pudessem ter também orientado esse processo, não foram enfatizados em nenhuma das narrativas produzidas pela família.

Zélia então retoma a outro ponto que parece ser estruturante na sua percepção de parentalidade e, agora, na caracterização da família: estarem confortáveis uns com os outros. Em princípio, estava a sensação de que havia uma visita em casa, o que impedia Zélia de ser ela mesma. Um sinal de que agora eles são uma família envolve o que, em termos coletivos, Zélia considera o “brincar” como um dos maiores desafios que enfrentaram. Brincar exige intimidade, interação, confiança, e em situações de tensão e conflito, ou mesmo desalinhamento entre os membros do grupo familiar, essa configuração pode ser desafiadora. Ela relata que, apesar de seus esforços, não era capaz de obter a aprovação das filhas e experimenta uma sensação de inadequação (sentia-se “ridícula” em suas tentativas de estabelecer uma interação positiva com elas.

Uma situação que reafirma a relação de maternidade e proteção envolve a demonstração de vulnerabilidade protagonizada por Raquel e Clarice. Zélia narra situações que, quando saem em família em público, as meninas se escondem atrás do seu braço envergonhadas: “*Desse tamanho, gigantes! Mas fazem isso. Acho massa! Porque*

*aquela sensação, sabe?! Eu tô aqui, tô protegendo elas e elas... Nós somos a família”.* (Zélia, mãe da Família 1). Mais uma vez, família representa proteção, na narrativa de Zélia, especialmente quando esse episódio ladeia reflexões sobre percepção de heterogeneidade entre outras famílias e possíveis sentimentos de inadequação tensionados pela sociedade que – de alguma maneira – desqualifica sua composição familiar. Nesse sentido, a adversidade acaba sendo mote de afirmação da existência de um grupo familiar legítimo, interracial e formado pela adoção. Por outro lado, Zélia não nega que em situações de conflito em público com as filhas, lhe vem à mente o questionamento sobre como os outros (seus pais ou sociedade em geral) esperam que ela reaja. Essa busca de validação se sustenta em certa culpa parental que pode acabar negando qualquer possibilidade de percepção de acerto (se ignora, não age como mãe conduzindo a situação; se reage, está sendo carrasca): *“Então, muitas vezes eu acho que talvez eu tenha reagido de forma que... Dura demais. Não sei. É difícil.”* (Zélia, mãe da Família 1).

Outra característica apresentada por Zélia para identificar sua família como unidade é a existência de códigos próprios, muitas vezes não verbais. Ela narra que desenvolveu a capacidade de se comunicar com as filhas pelo olhar e por gestos, e que não possuía essa habilidade antes da criação do vínculo. Quando, mesmo entendendo a mensagem, as meninas desrespeitam ou ignoram, Zélia sente-se atingida, pois esse comportamento vai de encontro com o alinhamento que representa o sentido de família que ela preza.

Segundo Zélia, não há muita preocupação com a percepção externa sobre sua família. Ela alega ser muito desligada, mas que tem se percebido mais irritável em situações de desrespeito do outro. Ao refletir sobre a reação alheia, alega que por vezes possui a impressão de que os outros pensam que Raquel e Clarice são filhas dela com outro marido, ou de Jorge com outra esposa, levando em conta a diferença física que contrasta uma expectativa biológica socialmente construída de que os filhos “puxam” traços de ambos os pais. Embora esse tema seja amplo e ela assim o reconheça, alega que diante dos problemas narrados e dos desafios cotidianos da trajetória familiar, não tem se preocupado com a perspectiva externa acerca da sua família.

### *7.1.1.2 Recontando a narrativa de Jorge*

#### *7.1.1.2.1 T1: construindo a narrativa sobre o período pré-entrevista*

Jorge inicia a entrevista de modo bem humorado, lembrando do seu tempo de formação e apontando algumas situações acadêmicas que demonstram sua forma de encarar desafios. Se conecta comigo trazendo elementos da vida de pesquisador e universitário que, apesar de ele não vivenciar atualmente, está bem próximo da sua realidade por conta do trabalho de Zélia. Se mostra bastante diferente da esposa pelas piadas, linguagem coloquial, e assunção de uma forma de pensar mais desgovernada, tanto que solicita o máximo de direcionamento e controle possível na entrevista, o que acaba não sendo obedecido, por fugir do caráter da entrevista narrativa. Mesmo no conteúdo narrado é possível observar uma característica de maior presença de metacognição na entrevista de Jorge, que frequentemente reflete e abstrai sobre as situações que conta.

Inicia tratando do desejo de ser pai. A existência desse desejo é apontada como sempre presente, não havendo desdobramentos prévios na sua vida que o levaram a querer exercer a parentalidade. Mais do que isso, seu desejo envolvia ser pai de quatro meninas, cujos nomes já estavam escolhidos (nenhum deles Raquel nem Clarice). A certeza que ele narra se reafirma quando ele diz que não era casado, noivo, nem possuía expectativa para tanto, e ainda assim sabia que teria essas filhas. Entretanto, três delas seriam biológicas e uma por meio da adoção. De pronto, a parentalidade considerada por Jorge incluía a adoção como alternativa, porém seu em vislumbre familiar ainda figurava um matrimônio e filhas consanguíneas.

De modo acelerado, Jorge narra a vida de mudanças (inclusive de país) que teve assim que casou com Zélia, especialmente por conta da rotina de estudos da esposa. Ao tratar disso, parece entender que não era prioridade pensar na ampliação da família em detrimento do desenvolvimento profissional do casal. Entretanto, assim que se reestabelecem em sua cidade, retomam as tentativas de terem um filho consanguíneo. Com a não ocorrência da gravidez, se estabelece um processo de busca por apoio médico para ambos. Segundo ele, apesar de haver pequenos problemas encontrados, não foi detectado nada que impedisse a parentalidade biológica.

Jorge narra então os primeiros procedimentos de inseminação realizados. A expectativa alimentada pelos médicos se confirma como tal pois, segundo ele, chega a ser considerada a publicização da excelência do procedimento:

Coletamos lá o esperma, coletamos o óvulo, a moça lá fez a junção, coisa e tal. Esperamos um dia, a moça até pediu nossa autorização, porque ela iria mandar fotos dos... Não sei se o nome técnico é embrião ainda, ou seja lá o que for, aquele resultado ali da mistura para não sei o quê. Porque era um negócio tão bem feitinho, tava tão direitinho, que merecia ser divulgado. (Jorge, pai da Família 1)

A expectativa se dissipa diante do fracasso dessa primeira tentativa. Aqui Jorge delinea uma diferença nas experiências e nos papéis da mulher e do homem em um casal heterossexual em uma busca pela parentalidade através de procedimentos médicos. Ele diminui o próprio luto pois, segundo conta, os procedimentos realizados não são tão invasivos no homem quanto na mulher. Sobre Zélia se depositava a maior parte da responsabilidade pela gestação, e o maior sofrimento físico e psicológico. Segundo Jorge, se estabelece um raciocínio no casal que envolve uma menor cobrança sobre eles acerca da parentalidade biológica: “*Velho, a gente vai tentar uma vez, pra não poder entrar nessa do ‘e se’.* Não deu? Tudo bem. A gente tentou, gastamos uma grana do caralho, não deu”. (Jorge, pai da Família 1). A falta de controle sobre a situação, metaforizada no “e se” se refere à busca incessante que diversas famílias que optam pelos procedimentos médicos para fertilização vivenciam, o que para Jorge representaria mais sofrimento, principalmente para sua esposa. Por outro lado, ele admite que a situação foi marcada pela vivência do luto, talvez sua primeira grande experiência de parentalidade pois houve um corte nas altas expectativas da gestação oriunda da fertilização que, em tese, não teria barreiras para ocorrer. Jorge, nesse momento, já se projetava como pai.

Ainda assim, a posição de Jorge envolvia não levar em conta a ideia de prole como critério de completá-lo como sujeito, ou mesmo como referência de família. Para ele, entender família como completa só pela presença de filhos seria uma armadilha e, embora ele considere que a presença de sua esposa e filhas o coloque em um contexto melhor do que sem elas, afirma que é completo independente da existência de outros. Weber (2001) constatou que grande parte das famílias que buscam filhos pela via adotiva tem como objetivo sentirem-se completos como grupo. Isso corresponde a um ideal de sociedade que estimula e espera a reprodução, a transmissão de bens e costumes humanos e centraliza na família essa responsabilidade (Prado, 1991). Esse motivo para adoção ilustra um dos elementos relacionados com a chamada “adoção clássica”, que corresponde a uma visão centrada na família em detrimento dos direitos da criança. Assim, a busca pela adoção teria como fundamento garantir alguma expectativa da família e a criança serviria



como material para dar conta desse déficit. Ao demarcar que sua relação com a adoção destoava dessa alternativa, Jorge se afasta na direção de uma forma distinta de encarar a relação entre família que acolhe e criança que é acolhida.

Isso posto, Jorge narra o episódio do shopping, no qual – durante uma apresentação musical conduzida por ele e seu cunhado – se encontra com um grupo de crianças expectadoras acompanhadas por um senhor. Sua primeira percepção, entretanto, foi no quanto essas crianças destoavam socialmente dos demais presentes, por conta da vestimenta, e se mantém em estado de alerta pois havia a possibilidade de elas serem expulsas do ambiente. Tendo gostado da presença das crianças na apresentação, seu plano envolvia intervir caso os seguranças do shopping quisessem retirá-las de modo discriminatório.

Ao fim do espetáculo, Jorge pede a Zélia para entregar o DVD da banda para esses meninos e, a partir daí, se inicia um pensamento sobre a origem deles, supostamente em institucionalização. Nesse ponto, ele reflete sobre a transitoriedade dos passeios realizados por padrinhos afetivos a crianças abrigadas. Jorge metaforiza como uma “facada” a sensação de apego efêmero e alega que o vínculo colabora com a construção de uma relação familiar que, em situações como essa, acabam sendo danosas. Lembra que suas filhas passaram por isso e comentam sobre o apego que estabeleceram com uma funcionária da instituição onde estavam abrigadas, que por vezes operou como madrinha afetiva.

Jorge relembra o chiste entre ele e a esposa, em uma conversa que transitou entre um comentário puramente constatador sobre o público de um show para uma proposta de construção de parentalidade adotiva:

E aí, eu não sei se foi eu que falei, ou Zélia que falou: “Então bora adotar”. Eu não sei se foi ela, se fui eu. Ela diz que foi eu, eu digo que foi ela. Então veja, a gente veio dormir, no dia seguinte de manhã “não sei o quê”, rolou essa conversa. (Jorge, pai da Família 1)

Na narrativa de Jorge, há um atenuante na mudança que a adoção geraria na sua percepção e no seu desejo sobre a parentalidade, pois para ele “[...] *tava muito tranquilo isso, eu sempre quis e sempre quis que uma fosse adotada. Viesse por meio de adoção*” (Jorge, pai da Família 1). A adoção, em si, só concretizaria uma identidade de pai adotivo que, segundo Jorge, já era projetada. Ainda assim, a partir desse momento, as dúvidas sobre a possibilidade de adoção povoam o casal, inicialmente aquelas acerca dos

procedimentos judiciais. Zélia toma a frente e dialoga com uma amiga, que já planejava a adoção há mais tempo. Acompanhando a sugestão dessa amiga, o casal busca um grupo de apoio à adoção. Então, a construção da parentalidade adotiva, para eles, envolve o estudo sobre adoção, a busca por informações sobre procedimentos jurídicos e a construção de um contexto com apoio social, preferencialmente de pessoas que já passaram por situação semelhante. O interesse pela participação no grupo de adoção foi tão intenso que, tendo entrado em contato com os responsáveis em um dia, no dia seguinte o casal já estava participando de uma reunião. Um detalhe importante é que esse grupo possuía duas unidades, em estados vizinhos, e Zélia e Jorge conheceram primeiro o grupo do estado onde não residiam, pois o que ocorria na sua localidade estava desativado. Essa participação durou aproximadamente três meses até que, com apoio do casal, o grupo do seu estado foi reativado e eles seguiram frequentando por lá: *“Embarquei de vez nessa história do grupo de adoção, porque velho, tem que estudar. Que porra é essa?! Quem é esse ser humano que vai chegar aí.”* (Jorge, pai da Família 1).

Outro fator que agrega a construção da parentalidade adotiva de Jorge é a ajuda psicológica. Jorge frisa que optar pela adoção apresenta um caráter de loucura e, assim sendo, buscar esse apoio é fundamental. Entendo que, até esse ponto, há uma reafirmação da não naturalização da parentalidade. Ela necessariamente é construída e preparada, tendo uma base nos desejos prévios à sua concretização, mas com uma trajetória terminantemente ligada às ações de quem se arrisca nesse quesito.

Adiante, Jorge acrescenta que algumas das decisões tomadas pelo casal foram ingênuas. Quando dão entrada nos papéis, escolhem adotar irmãos. Para Jorge, essa foi uma condição de Zélia, a qual ele acatou de imediato, já que tinha por desejo ter quatro filhas. Ademais, seria mais cômodo adotar irmãos consanguíneos, já que o processo judicial é unificado. Eis o que Jorge considerava ingenuidade: acreditar que seria mais fácil adotar irmãos, já que casaria com seu desejo com Zélia.

A posição que Jorge demonstrou ao se preocupar com a discriminação contra as crianças pobres no shopping revela outra faceta durante o andamento dos processos judiciais para adoção. Ele alega que sentia despreparo das equipes técnicas do Tribunal de Justiça, disputas de ego entre magistrados, insensibilidade dos profissionais, dentre outros elementos que ultrapassavam o interesse de cuidado à infância. Em uma das situações narradas, Jorge ouviu de uma assistente social que “daria um susto” em uma família, ao trazer notícias da disponibilidade de uma criança para adoção. Essa situação

foi marcante para Jorge pois, conforme já apresentado, o processo de adoção não se coloca com a previsibilidade temporal de uma gestação. Assim, após a habilitação, o casal não saberia ao certo quando receberia contato da Vara da Infância e, a todo momento, estariam em expectativa latente. Ouvir uma profissional brincar com essa expectativa, ao se referir ao contato com uma família como “dar um susto” lhe amplificava os medos diante da imprevisibilidade da chegada dos seus possíveis filhos: “*Velho, quando eu vou tomar meu susto?*” (Jorge, pai da Família 1). A preocupação com o trabalho das equipes do sistema de justiça é justificável, visto que comprovadamente há relação entre seu papel – desde o acolhimento de famílias interessadas em adotar, até o acompanhamento pós adoção – e o sucesso dos processos adotivos. Observar inadequações nesse contexto antecipava, para Jorge, desafios da própria parentalidade.

Apesar desse cenário, segundo Jorge, havia uma técnica competente que fazia funcionar a Vara da Infância. Foi por intermédio dessa técnica que Zélia fica sabendo da existência de três irmãs que são unidas. Ainda sem grandes informações sobre esse grupo, Zélia reluta em comentar com Jorge sobre a sua descoberta, pois já imaginava que ele ficaria interessado de imediato. E, de fato, após Zélia resolver compartilhar, o pensamento de Jorge agrega o princípio da concretização de sua parentalidade: “*Pô, é mesmo?*”, *porra é um grupo de irmãs. Eu quero ter filhas, né?! [...] Tá acontecendo!*” (Jorge, pai da Família 1).

Nesse período, Jorge passou a dar aulas de música voluntariamente em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Encarava a sua contribuição como uma oportunidade de aprendizado e, em diálogo com a coordenadora dessa instituição, fica fascinado com outra perspectiva sobre o abandono e a adoção:

Sentou com a gente para conversar, a gente deu sorte. Ela mesmo disse assim: “Rapaz, vocês estão com sorte, porque hoje, eu não tô com nada para fazer, você tá aqui, vou conversar com vocês”. E deu uma aula para gente sobre o que era, como que não era, na visão dela. Lógico! (Jorge, pai da Família 1)

A construção da parentalidade adotiva de Jorge, conforme narrado, se inicia antes mesmo da decisão concreta por adotar uma criança. Um demarcador central, do qual ele possui consciência a respeito, é sua agentividade nesse processo. A busca por estudo agora se alinha às experiências de contato entre Jorge e crianças em situações semelhantes àquelas que provavelmente suas futuras filhas teriam vivenciado: “*E aí, eu fui lá para*

*poder me acostumar, saber quais são as carências, quais não são, o que é, o que não é. Mesmo sabendo que cada um é um.*” (Jorge, pai da Família 1).

É nesse contexto que Jorge e Zélia começam a encontrar Raquel, Clarice e Dora, em uma instituição distinta daquela na qual Jorge se voluntariara. Já preparado, Jorge se refere à sedução que as crianças disponíveis para adoção podem praticar quando imaginam que estão em contato com pessoas que estão habilitadas e interessadas: *“Estão certas mesmo, ficam atrás, me adote, se pintam de bonitas. Tá certa, não tá errado não. E aí, a gente conheceu, viu as pestes, as três.”* (Jorge, pai da Família 1). Mesmo preparados e conscientes da aproximação, Jorge e Zélia entendem que estão realmente interessados nas irmãs. Nesse ponto, o interesse se transforma em uma problemática, pois eles analisam que não teriam condições financeiras de custearem o que imaginavam ser necessário para as três.

A primeira preocupação seria com a escola. Jorge alega que não gostaria de matriculá-las em um colégio estadual, pela redução das oportunidades que elas enfrentariam. Chegaram a ligar para colegas professores da educação básica pública e os problemas compartilhados por eles fez Zélia e Jorge deixarem de cogitar essa possibilidade. Em um exercício reflexivo, Jorge aponta: *“Mas criança não precisa de escola, criança precisa de casa, precisa de amor.”* (Jorge, pai da Família 1), que imediatamente é suplantado: *“Não, mas não tem escola, porque a gente não vai conseguir pagar escola particular.”* (Jorge, pai da Família 1). O papel da família de cuidar e de prover as necessidades básicas, para além das afetivas, é forte nesse episódio narrativo. Especialmente em uma família formada por dois professores. A narrativa geral mostra que não há qualquer descaso com a importância do provimento afetivo às filhas em um processo de adoção, mas as faltas materiais são identificadas por Jorge como base para situações de vulnerabilidade e é isso que ele parece tentar evitar. Outro ponto acerca dessa situação se refere ao exercício do cuidado e do planejamento futuro das crianças mesmo antes delas serem legalmente suas filhas, mostrando que é difícil vincular o *start* da parentalidade à assinatura de um juiz.

A noção de proteção como componente essencial em uma família apresenta, em Jorge, um caráter bastante relacionado com a qualidade dos serviços prestados no Sistema de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente. Como narrado anteriormente, ele questionava o serviço do tribunal de justiça, tanto por parte dos juízes quanto das equipes técnicas. Quando começa a aproximação com as três irmãs (Raquel, Clarice e Dora), tem

contato com uma profissional de psicologia que o desagrada. Para ele, a psicóloga era uma pessoa agradável e demonstrava amor no seu trabalho, mas não apresentava competência para exercer sua função. Jorge justifica, ao se referir a essa psicóloga:

Pois é. Extremamente incompetente, extremamente incompetente. Terceira vez, extremamente incompetente. E isso é foda, porque isso fode aqui em casa, sabe?! O trabalho dele, ao invés de ajudar a mim, a Zélia e a tantos outros pais, atrapalha. Sabe?! Porque deveria ser um trabalho feito antes, de ajuda e não foi. (Jorge, pai da Família 1)

Segundo Jorge, portanto, parte das problemáticas vivenciadas no processo de aproximação e adaptação poderia ser evitada caso os profissionais que conduziram o caso até esse ponto tivessem apresentado outra performance.

Diante desse cenário, Jorge narra que o casal chegou à conclusão de que não seria possível realizar a adoção das três irmãs. Se refere a “pular fora desse barco”, pois entende que não seria adequado seguir insistindo no processo adotivo que não poderia ser arcado conforme ele e Zélia entendiam como deveria ser (especialmente no quesito provimento material). Resolvem, então, comunicar ao abrigo sua opção por não seguir o acompanhamento das meninas e, nessa ocasião, uma estagiária afirma que havia outra família querendo adotar Dora. A resposta de Jorge é imediata, assim como foi na conversa sobre a decisão sobre adoção, com Zélia, e na escolha de conhecer e se aproximar das três irmãs: “*Beleza! A gente fica com as outras duas*” (Jorge, pai da Família 1). Na narrativa, Jorge apresenta uma reflexão e ri: “*Por duas a gente tinha condição, com três não dava. Agora é foda. Onde come dois, come três*” (Jorge, pai da Família 1), mas esse é um posicionamento atual, que foge ao planejamento financeiro e estrutural que a família desenvolveu na época.

Dada a decisão do casal, Jorge demarca mais uma vez o que chama de incompetência da Vara da Infância em acelerarem o processo de adoção. Segundo ele, em um ou dois dias já havia o desmembramento do grupo de irmãs. A primeira a ser encaminhada foi Dora, que foi para a família interessada. Em seguida, imediatamente, as outras irmãs foram colocadas na sua casa:

Vai embora! A gente não tinha relação nenhuma com as meninas. Nenhuma! Era relação inicial que a gente tinha tido, uma coisa assim que deveria ter tido um processo lento, devagar, de vai, volta, de vende, não sei o quê, nada, não teve nada. Vapo! Leva que a bomba é sua. E aí as meninas estão aqui em casa desde então. (Jorge, pai da Família 1)

Jorge avalia de modo negativo a concretização legal da parentalidade adotiva. Para ele, seria necessário a construção de um vínculo parental, ou pelo menos uma aproximação afetiva maior, antes da inserção das crianças na casa da família. O rompimento do grupo de irmãs, o rompimento da vinculação com a rotina e os pares no abrigo e a inserção brusca delas em uma casa com uma realidade completamente distinta foram fatores que demarcaram o princípio da adaptação.

### **A adaptação das irmãs na Família 1: vivendo o inferno**

A metáfora “inferno” para o período de adaptação das meninas na família é adotada de maneira irônica por Jorge. Ele afirma que não crê em religiões e não é cristão, mas admite utilizar o termo “inferno” para se referir a esse período embora ressalve:

E isso é engraçado, porque eu falo isso, mas de uma forma mais figurativa, do que eu realmente acredito. Mas se fosse de verdade, eu gostaria que aqui em casa se tornasse um inferno sempre. [...] Só pra gente entender. Minha casa se tornou um inferno, um inferno, um inferno, um inferno, uma desgraça, um inferno. (Jorge, pai da Família 1)

Se refere aos problemas de comportamento que as meninas passaram a desempenhar. Brigas e desobediência eram os principais motivos para estresse em casa. Jorge critica, mais uma vez, a ausência da Vara da Infância que, segundo ele, não deu um telefonema sequer para acompanhar o processo. Menciona modo como ele e Zélia buscaram lidar com a situação sozinhos: “*E aí a gente tentava pra cá, tenta pra lá, nada! Sabe?*” (Jorge, pai da Família 1). Era uma nova situação de parentalidade que demandava controle e responsabilidade perante duas pessoas até então estranhas em casa e, mesmo diante de todo o estudo realizado pelo casal, o real se sobressaía à preparação. Jorge narra o desamparo e a dificuldade em exercer o papel de pai no quesito respeito. Essa experiência de solidão se traduzia, para Jorge, em uma postura dos órgãos de justiça representada pela expressão: “[...] *o filho é seu, se não der certo a culpa é sua e você vai ser.*” (Jorge, pai da Família 1).

O momento de concretização da parentalidade pós inserção das crianças na família é destacado na narrativa como demarcado do sofrimento. Jorge, entretanto, incorpora sua posição anticristã (defendida por ele previamente) ao não exaltar o martírio para conseguir seu objetivo de ter uma família funcional. Para ele, mais do que um desafio positivo, o sofrimento que a família vivenciou era um reflexo do desamparo que eles

receberam das instituições que deveriam cuidar do grupo desde a pré-adoção até a finalização da adaptação.

Jorge menciona supostas dificuldades cognitivas em Clarice que o entendia como pirraça. Narra que ela conseguia ler, com entonação boa, textos simples e, quando perguntada sobre o que compreendeu, dizia que não tinha entendido nada. Nesse momento, lembra que ambas as irmãs faziam acompanhamento psicológico e Clarice foi também acompanhada por psicopedagoga. Realizado os testes de conservação de Piaget, identificou-se que ela ainda não tinha atingido o que, segundo a narrativa sugere, seria o estágio Operatório Concreto, apesar da idade de 8 anos, o que dificultava sua compreensão de mundo diante das exigências acadêmicas e familiares. Outra manifestação se referia ao egocentrismo ainda acentuado em Clarice, que possuía dificuldade em compreender o lado dos outros com quem convivía. Jorge interpreta, por exemplo, um comportamento comum nela como manifestação do seu egocentrismo. Ele lembra que, a princípio, Clarice ouvia a televisão no máximo, deixando a casa soar como um “trio elétrico”, pois não concebia, segundo sugere, que outra pessoa intervisse sobre seu momento de assistir. Mesmo no período da realização da entrevista, com Clarice aos 14 anos, Jorge alegava que ela tinha dificuldades em “abstrair”. Após o acompanhamento especializado e a identificação de que não havia problemas neurológicos, o casal assume que a questão era “falta de estímulo” e passou a tolerar e intervir adequadamente sobre alguns comportamentos que previamente eram entendidos como birra.

Mais de uma vez Jorge lembra fatos sem especificar a autoria, por uma suposta perda de memória ou desindividuação, já que o conteúdo trazido expressaria a posição conjunta dele e de Zélia. Diante dos conflitos da adaptação, ele aponta que não sabe se foi ele ou Zélia a dar o ultimato: “*Não vai dar, não vai dar. Vamos assumir que não vai dar*”. Mais do que um rompimento na trajetória de construção da parentalidade, Jorge apresenta um outro ponto característico dos processos adotivos que pode ocorrer em qualquer período de adaptação em famílias formadas por essa perspectiva. Para ele, além do fracasso em conseguir manejar a adaptação das filhas na família, havia o nomeado absurdo da “devolução”. Há um consenso, segundo Jorge, do peso que a devolução de crianças que passaram por tentativas de adoção possui. Para além do impacto moral às famílias que a devolução de crianças pode representar, a literatura demonstra o impacto negativo de uma nova ruptura familiar vivenciada pelas crianças (Speck, Queiroz & Martin-Mattera, 2018). As razões já identificadas para devolução envolvem desde uma

dificuldade parental em compreender sua posição perante a situação (por exemplo, falta de elaboração sobre as razões para adotar ou sobre os aspectos subjetivos que orientam esse desejo), a falta de auxílio psicológico à família até a dificuldade de adaptação relatada pelas crianças (Ghirardi, 2009; Riede & Sartori, 2013; Moraes & Faleiros, 2009).

Apesar de as crianças serem ouvidas em situações que demandem encerramento do convívio adotivo com suas famílias, é mais comum que a desistência em prosseguir com o processo parta dos pais e mães adotivos. A consciência sobre essas questões pareceu gerar em Jorge mais do que um luto, mas um conflito ético pois ele se colocava na posição de quem estaria cometendo um abandono. Jorge contrapõe esse conflito na própria narrativa, alegando que por vezes a devolução pode ser um ato de cuidado, pois oportuniza à criança e à família conquistarem outra chance de bem-estar. Aponta o caso de um casal que optou pela devolução da criança no período de adaptação e, posteriormente, realizou outra adoção bem-sucedida. Do outro lado, a criança mencionada conseguiu uma família na qual se adaptou e pôde se desenvolver adequadamente. Nesse ponto, Jorge reitera sua postura de respeito à voz da criança adotada: “*A criança não queria ser adotada por aquele casal, só que como é criança, ninguém ouve, pega a criança e joga lá, e aí, vapo!*” (Jorge, pai da Família 1).

Jorge justifica que muitas pessoas passam por situações como a sua por não compreenderem bem sobre a adoção, que geralmente é vista de modo romântico e assim é retratada nas campanhas. A ênfase no cuidado entre as partes envolvidas permeia toda a sua narrativa quando o tema é o fracasso da adoção:

Os grupos de adoção, a maioria são contra, eu sou a favor. Enquanto não sair a certidão de nascimento, é um direito, que as duas partes têm. Lógico que isso tem que ser feito com muito carinho, com muito afeto, muito cuidado, muito zelo, são vidas humanas, principalmente as crianças que estão fudidas demais, que já não têm porra nenhuma. O outro lado também sofre pra caralho, todo mundo sofre. Mas é melhor que se pare esse processo. Velho, não deu? Não deu. Vamos seguindo. (Jorge, pai da Família 1)

O fato é que, nesse momento, a devolução das irmãs era praticamente certa para o casal, que buscava manejar racionalidade e sofrimento. A opção de Jorge seria comunicar às meninas acerca da desistência da adoção, mas proporia que elas permanecessem em sua casa até que fossem encaminhadas para uma família, evitando assim uma nova institucionalização. De pai e mãe, agora eles seriam “a ponte” (palavras de Jorge) entre as crianças e sua futura família. Aqui observamos como a construção da



parentalidade adotiva para Jorge não é linear, havendo, no momento da decisão pela devolução, a abdicação da função parental que havia sido erguida ao longo de sua trajetória.

A comunicação sobre a decisão por encerrar o processo de adoção seria feita em reunião. A reunião foi previamente agendada com as meninas, as quais foram informadas que, no domingo (dia seguinte), almoçariam e conversariam. O ultimato tinha um propósito anunciado: “[...] vamos botar os pingos nos ‘i’s’, as cartas na mesa.” (Jorge, pai da Família 1). A conversa giraria no entorno da seguinte premissa: “*Não vai dar, a gente não consegue ser o pai e a mãe que vocês merecem, precisam*” (Jorge, pai da Família 1). Na narrativa, apesar de apontar as dificuldades protagonizadas pelas meninas durante o período de adaptação, Jorge finaliza afirmando que a incapacidade de executar o papel parental é dele e de Zélia. Há um sofrimento presente pois a preparação realizada e os planos de futuro que o casal havia construído para as irmãs passaram a ser frustrados pela incapacidade de estabelecerem uma condição familiar adequada.

Jorge lembra que Zélia passou o dia anterior muito mal, trancada no quarto, chorando e escrevendo. O momento parece ter marcado o clima na casa, e mesmo as meninas percebiam que se tratava de algo sério. Nesse sentido, o diálogo é considerado um elemento central na tentativa de “salvar” a dinâmica familiar. Jorge afirma que ele e a esposa buscam maneiras de aprimorar a comunicação com as filhas. A escrita é apresentada como uma alternativa para esse propósito, visando a encorajar Raquel e Clarice a expressarem seus sentimentos em relação à adaptação na casa.

Durante a reunião, Jorge lembra que as reações foram distintas. Enquanto ele e Zélia discursaram sobre tudo o que haviam planejado, Clarice afirma que preferia escrever, e assim o fez enquanto ouvia o que os pais tinham a dizer. Raquel, por sua vez, se mostra agressiva e bate na mesa dizendo que não sairia de lá. Jorge lembra com humor sobre a reação de Raquel, praticamente contrastante ao que eles imaginavam sobre sua performance como pai e mãe. Como pode estarem falhando tanto se, na iminência da perda, sua filha revela com tanta ênfase o desejo de permanecer com eles? Isso muda algo na percepção que Jorge tinha sobre sua parentalidade, que então se encontrava abalada:

Então, assim, Pablo, eu acho que esse é um momento... Sabe?! Um divisor de água. Foi quando a gente... Velho?! A gente vai conseguir, existe esperança nesse negócio aí. (Jorge, pai da Família 1).

Apesar da situação parecer favorável, a casa permanecia em clima de tensão. Jorge narra que, não suportando a atmosfera, Zélia foi ao quarto chorar. Em reação imediata, Raquel corre em sua direção e a abraça. Aqui Jorge traz outra interpretação sobre o momento em que viviam como família, entendendo que funcionariam ainda que não houvesse um movimento estático, sem conflitos como grupo. Mais complexo ainda, Jorge avalia que finalmente a família passou a se entender como um “nós” a partir desse momento:

Aí Zélia foi pro quarto chorando pra caralho porque foi um clima muito chato. Aí Raquel entrou no quarto, não quis nem saber, bateu na porta, entrou. E aí foi lá e “bufo”, deu um abraço em Zélia, sabe?! Aquele abraço, que quando eu entrei no quarto depois, que eu olhei: “Putá merda, nasceu uma nasceu uma filha aí agora”. Sabe?! Aquele abraço do tipo, vai ser difícil, vai ser foda, mas a gente vai conseguir. Foi essa a sensação. Bem, acho que é esse um momento... Um momento que a gente entenda como nós quatro, eu não consigo lhe dizer. (Jorge, pai da Família 1)

#### 7.1.1.2.2 *T2: a narrativa do momento presente*

É importante observar que até então toda a movimentação na construção da parentalidade e, mais ainda, na formação de uma família não ocorreu de modo natural, sem ação dos sujeitos envolvidos. Pelo contrário, houve decisões e comportamentos que demandaram uma agentividade de cada membro. Assim, o clímax da constituição daquela família, segundo a perspectiva de Jorge, apesar de ter ocorrido fora do que havia sido planejado pelo casal, tem um fundamento na decisão deles em abrir de maneira franca sua percepção de incapacidade, bem como as dificuldades que emergiram no processo adotivo eles acreditavam que não dariam conta de enfrentar sem o apoio das meninas. Entretanto, Jorge parece pôr mais ênfase na relação entre as filhas e Zélia do que entre os quatro, como grupo familiar:

Porque nesse processo, aqui em casa, eu falo isso com a maior serenidade, dor no coração da porra, mas eu não sinto que somos quatro, aqui em casa, eu sinto que somos três mais eu. A vinculação com as meninas comigo enquanto pai, não sei lhe dizer se rolou ou se rola, saca?! Rola um sentimento assim, “Velho, ele é legal. Velho, ele cuida de mim”. (Entrevista 03 - Jorge, Pos. 84)

Esse trecho da narrativa traz uma dimensão da complexidade da forma como Jorge entende sua interpretação sobre a construção de uma identidade de família. Não parece, ao longo de toda a narrativa, haver dúvidas de que ele compreende a si próprio, Zélia, Raquel e Dora como uma família. Porém aqui ele demonstra o quanto observa diferenças na forma de vinculação entre os membros e isso é representado como enfraquecedor da coesão do grupo, não como componente da complexidade da formação de uma família. O cuidado, que é representativo por Jorge como estruturante na sua identidade parental, aqui se mostra insuficiente, em sua perspectiva, para que as meninas lhe enxerguem como pai.

Sua percepção de parentalidade situado na prática do cuidado que, ao meu ver, é um componente estruturante e bastante forte na sua própria forma de lidar com as infâncias em geral, não apenas com suas filhas, nesse episódio narrativo é colocado como elemento inferior ao papel real de pai. Jorge explicita sofrimento ao comparar sua função com a dos cuidadores sociais existentes nos abrigos e analisa que, embora com Raquel tenha maior proximidade, com Clarice ainda não tem conseguido firmar uma relação mútua de parentalidade-filiação.

Esse afastamento é depois rememorado pela forma como as meninas se referem a Jorge, não utilizando a palavra “pai”. Um dos apelidos utilizados por Raquel direcionados a ele é uma mistura entre “pai” e seu nome real, o que Jorge interpreta como uma barreira sendo quebrada, ou como a forma mais íntima que, naquele momento, ela consegue tratá-lo. Já Clarice segue o chamando pelo nome, embora Jorge mencione que há uma “entonação diferente”, que talvez lhe remeta a uma tentativa de maior aproximação ao nomeá-lo, usando o primeiro nome mas de modo mais afetuoso do que como utiliza corriqueiramente o primeiro nome de outras pessoas.

Jorge acredita que uma possível barreira para essa vinculação seja o fato de ele ser homem. Reflete sobre as figuras masculinas que passaram na vida das meninas, sua convivência prioritariamente com mulheres e meninas nos abrigos e a aflição carregada por elas quando se pensa no risco homens podem representar, especialmente diante de mulheres em situação de vulnerabilidade:

Porque eu entendo que era tudo menina, tem homem escroto pra caralho aí, que vai querer pegar as meninas e depois que elas descobrirem que elas são mulheres, que elas podem através do sexo conseguir alguma coisa, talvez o abrigo tivesse, olhe... Mas isso cria barreiras com a figura masculina, que sou eu. (Jorge, pai da Família 1)

Uma outra interpretação da adoção diz respeito à importância da figura materna, que é vista por Jorge como tendo um peso maior. Socialmente, existe uma associação entre a maternidade e os papéis de cuidado e afeto, o que pode orientar a forma como os vínculos são estabelecidos em um processo de adoção. Motta (2001), apoiada na perspectiva de Badinter (1985), destaca a existência de uma ideologia sobre a maternidade que atribui à mulher a naturalidade para exercer o papel de mãe, que seria intransigível biológica e socialmente, predispondo-a ao cuidado e ao afeto com os filhos independentemente das circunstâncias. Por outro lado, a entrega de crianças para adoção ou a destituição compulsória de poder familiar contraria esse mito, levando a uma interpretação quase sempre exclusivamente negativa sobre as genitoras. Nessa percepção, enquanto os pais são pouco penalizados por não haver expectativa de sua participação no cuidado das crianças, especialmente em condições de vulnerabilidade, as mães são amplamente culpabilizadas por não conseguirem (ou não desejarem) exercer a maternidade material e afetuosamente, o que fere não apenas um código legal, mas também uma suposta lógica moral e biológica de exercício natural do seu papel. A hipótese de Jorge, portanto, é coerente ao considerar a extensão do vazio maternal possivelmente experimentado pelas filhas, que agora é compensado por sua relação com Zélia. Jorge aprofunda:

Todo mundo quer a mãe, mas o pai é uma figura dispensável, o pai não é uma figura nessa sociedade que a gente faz. As meninas vinham muita novela, filme, não sei o quê. E visualizam... Desenharam na imaginação dela um pai, que não sou eu, careca, gordo, saca?! E isso cria... Eu não quero um pai barbudo, que tem um brinco em cima da orelha, Deus me livre. Pronto, fudeu, é você. Não quero! Quero outro. Elas já falaram que já pensaram se a gente se separasse, para poder... Não, não tá muito bem esse pai. Mas também não é algo contra mim. (Jorge, pai da Família 1)

Outra possível explicação para a barreira na vinculação entre as meninas e Jorge é, segundo ele, a possibilidade de uma gestação no casal e o fantasma da substituição. Ele alega que, no princípio da adaptação, simplesmente dormir junto com Zélia era um problema para as meninas pois significaria sua devolução à instituição. Assola Jorge a sua representação de como as meninas o interpretam como pai. Por um lado, ele se entende nessa posição, pela disponibilidade de afeto e principalmente cuidado. Por outro, ele valoriza a parentalidade como um processo relacional e, assim sendo, é importante

levar em consideração não apenas como ele se entende como pai, mas como ele é compreendido como tal pelas filhas.

### ***7.1.2 A construção da identidade parental por Zélia e Jorge***

O objetivo dessa seção é traçar paralelos entre as entrevistas de Jorge e Zélia para buscar compreender como se emaranham as narrativas e seus processos de construção de uma identidade parental adotiva. Mais do que identificar pontos que convergem e divergem entre os conteúdos narrados, buscarei detectar elementos nas narrativas de ambos que parecem contribuir com a forma como eles se entendem como pai e mãe e como entendem a formação da família a qual fazem parte, incluindo suas posições e papéis diante da família, suposições sobre as percepções dos demais membros, elaborações acerca da história e constituição familiar, dentre outros temas de relevância abordados.

#### ***7.1.2.1 A construção parental é prévia à busca pela parentalidade biológica e pela decisão por adoção***

Tanto temporalmente no ato narrativo quanto canonicamente nas histórias contadas pelo casal, havia episódios que denotavam uma construção particular de uma parentalidade mesmo antes das tentativas de concepção biológica. No vislumbre de Jorge, por exemplo, havia a certeza de uma família numerosa cuja prole seria constituída por quatro crianças. No caso dele, a certeza da existência futura dessas filhas prescindia do planejamento para sua concepção ou adoção.

Zélia, por sua vez, apresenta um posicionamento que casa um sentido que estabelece de si, como uma mulher independente, e o desejo de ser mãe, mas não de criança. Aqui pensemos em duas hipóteses. A primeira significaria a gestação e o exercício da maternidade na expectativa de ter crianças maiores futuramente, já com maior independência. A segunda, a adoção de crianças maiores ou adolescentes. O fato é que essa posição se mantém, embora haja a busca pela gestação e o desejo da maternidade biológica.

Entendo, portanto, que Zélia e Jorge, com desejo de parentalidade previamente às tentativas de concepção e adoção conservam características que são incorporadas ao exercício parental posterior à adoção. A racionalidade de Zélia, o caráter comunicativo do casal, o perfil cuidadoso de Jorge, sua intenção em manter uma família grande, o perfil

afetuoso de ambos, o ato de estudar e tomar decisões coletivamente, tudo isso ganha outras formas conforme passam por diferentes etapas em sua trajetória de parentalidade.

#### *7.1.2.2 A vivência de lutos é estruturante*

A experiência de frustrações e lutos ao longo das tentativas de fertilização também são apontadas pelo casal como estruturantes. Narram diversas vezes momentos que precisavam parar e decidir se continuariam na trajetória da busca pela parentalidade. O ato de parar e refletir sobre se continuariam ou não ocorre de modo análogo no momento futuro de reflexão sobre o encerramento do processo de adoção.

O luto é encarado pelo casal como momento de desacelerar, pois é nessas ocasiões que eles deixam de lado alguns dos planos que demandavam demais emocionalmente. Nas tentativas de fertilização, o luto ocorrido representava uma oportunidade de vivenciar o sofrimento da quebra de expectativa. Na assunção de que o eles não conseguiriam dar conta de sustentar três irmãs e desistiriam da aproximação com Raquel, Clarice e Dora no abrigo, o luto representava mais tempo de preparação e reflexão sobre a decisão sobre adoção.

Em ambos os casos, trata-se de luto diante de situações não concretizadas de parentalidade. Nem a gestação ocorrera quando se encerra momentaneamente a possibilidade de uma parentalidade consanguínea, nem havia determinação legal que determinasse a guarda das meninas ao casal quando estes buscam desistir da adoção da fratria. Este tópico, portanto, se associa ao anterior e nos demonstra que é preciso pensar outras formas de encarar a materialidade da identidade parental, para além da vinculação já existente entre pai ou mãe e filhos.

#### *7.1.2.3 O estudo e a preparação são tão importantes quanto a “vinculação natural”*

Um outro contraponto à ideia de naturalidade da construção da identidade parental, no contexto pesquisado, envolve as decisões tomadas pelo casal em pesquisar sobre adoção, dialogar com pares e conhecer ao máximo acerca dos processos adotivos e seus desdobramentos. Os estudos envolviam questões sobre desenvolvimento humano, etapas vivenciadas pelas famílias em adoção e procedimentos jurídicos. Houve, com a Família 1, a busca por uma amiga que já tinha interesse em adoção e a posterior inserção do casal em grupos de apoio, que representava um duplo caráter: agregar conhecimentos sobre adoção e firmar uma rede de suporte.

#### *7.1.2.4 A determinação judicial concretiza a parentalidade*

Lévy-Soussan (2010) sumariza o papel da Lei nas sociedades industrializadas e laicizadas. Para ele, a Lei autoriza a existência do sujeito, uma vez que ninguém assim o nasce. No contexto da adoção, a Lei estabelece a possibilidade de surgimento de uma família, agora legitimada juridicamente (portanto, socialmente):

[...] permite, portanto, uma montagem jurídica essencial que possibilita uma representação emblemática da família. Institui a ficção do pai e permite que a família exista e opere, ou seja, possibilita que ela produza um princípio separador de alteridade que torna possível o jogo das identificações. (Lévy-Soussan, 2010, p. 50)

Sob um viés sociopsicanalítico, o autor analisa a ficção do pai a partir da impossibilidade de determinação da paternidade, sendo esta sempre averiguada e legitimada pela experiência social. Por um lado, essa compreensão foge à lógica adotiva, visto que – especialmente em se tratando da adoção tardia – não está em jogo a constatação da consanguinidade, nem no imaginário da família nem da criança que chega. Entretanto, o autor nos permite identificar a Lei como uma instância que ultrapassa e concretiza um desejo. Mais que isso, autoriza a criação de um contexto desenvolvimental e permite tanto aos pais e mães que optaram (ou não) pela busca pela parentalidade, quanto aos filhos (consanguíneos ou adotivos) que, em alguma instância, se submetem e embarcam nessa condição.

Em nosso caso, Zélia reflete acerca da diferença de previsibilidade no desenvolvimento da parentalidade adotiva em relação com a biológica, pois aquela está sujeita à trajetória judicial, pouco quantitativa. Alega que há uma diferença na expectativa de aparência da criança (relacionada a um determinante biológico) e uma imprecisão nas datas de conclusão das etapas do processo adotivo (relacionada a um determinante jurídico). Especialmente quanto a essa segunda imprecisão, é possível estipular dois momentos bem distintos na parentalidade adotiva: antes e após a inserção das filhas na casa da família. Na verdade, em todas as etapas: decisão, habilitação, aproximação (até aqui ocorridas antes da ida definitiva da criança à família), adaptação e conclusão da adoção, pode-se perceber que a família se encontra em momentos distintos subjetivamente e até concretamente. Entretanto, especialmente o caráter que aqui nomeio concreto, varia substancialmente quando há a inserção da criança na família. No casal

analisado, fica evidente que antes da mudança das meninas para a casa da família, eles ainda se encontram em clima de preparação. Um processo que não parece ter um fim delimitado, mas que é interrompido pela decisão judicial de guarda.

Tanto Zélia quanto Jorge se espantam com a agilidade da decisão judicial de guarda das filhas, pois possuem uma expectativa de lentidão do sistema judiciário e porque até então não se entendiam como pais. Jorge alerta, por exemplo, que não havia vinculação com as meninas condizente com a decisão judicial.

Entretanto, em uma assinatura se definem os papéis: pai, mãe e filhas. Então, para além da preocupação com os vínculos, o pai e a mãe passam a ter responsabilidades reais sobre a vida das filhas (definição de rotinas, educação, provimento material, etc.), e isso demarca um novo momento e uma nova compreensão parental de si. É como se só aí o exercício da parentalidade, de fato, se inicie, ainda que não haja desvalorização das etapas anteriores.

#### *7.1.2.5 O papel das instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é determinante na experiência de parentalidade*

De acordo com a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é obrigação do Estado garantir o acompanhamento das famílias adotantes após a finalização do processo de adoção. O art. 28, parágrafo 5º estabelece:

A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Esse acompanhamento tem como objetivo garantir que a adoção seja bem-sucedida e que a criança tenha um ambiente familiar saudável e acolhedor para seu desenvolvimento. O acompanhamento técnico também é importante para auxiliar a família adotiva a lidar com eventuais desafios que possam surgir durante o processo de adaptação ao novo ambiente familiar. Ou seja, tanto a família que adota quanto a criança que é adotada têm direito ao acompanhamento anterior e posterior à adoção.

Apesar de muitos Tribunais de Justiça e serviços de acolhimento desenvolverem políticas de acompanhamento pós adoção, apenas em 2020 foi apresentado um projeto de lei (PL 5000/2020), de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI) estipulando de modo mais



amplo e sistematizando essa prática. O projeto visa a alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, voltando-se às famílias substitutas, com o seguinte texto:

Art. 1º A Seção II da Família Substituto, Subseção IV – Da Adoção da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

“Art. 47-A. Após a sentença definitiva da adoção e até que complete 21 (vinte e um) anos, o adotado deverá ser submetido à realização de estudo psicossocial, a fim de avaliar o efetivo atendimento de seus interesses.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o caput, será contado a partir da sentença definitiva, a avaliação deverá ser realizada a cada 6 (seis) meses, durante o período de 2 (dois) anos.”

Observo que, caso o projeto seja aprovado, será necessária uma extensa formação das equipes técnicas, bem como sua ampliação. Corre-se o risco da reprodução de estereótipos sobre famílias adequadas e não adequadas, recorrente na história da psicologia e áreas correlatas, bem como avaliações errôneas sobre o desenvolvimento familiar que não contemple critérios de perene harmonia e ausência de conflitos, o que não corresponde à família real formada consanguineamente ou por adoção. De todo modo, é válida a preocupação com o acompanhamento das famílias pós adoção, já que, como observado, todo o processo é perpassado por obstáculos concretos e subjetivos que as famílias e crianças encaram visando a uma constituição familiar funcional.

Jorge e Zélia nos revelam o quanto sua parentalidade é formada em interface com os operadores da justiça. Desde o momento de habilitação, quando ocorrem as entrevistas e avaliações preliminares, a forma como esse processo se conduz interfere, por exemplo, no perfil escolhido pelo casal. A apresentação de crianças disponíveis, também ocorrida por intermédio de membros da Vara da Infância, se mostra um momento de construção de interesse e curiosidade sobre as crianças que, nesse caso, foi estruturante e decisivo para a formação da Família 1.

Do outro lado, o suporte da coordenadora de um dos abrigos que o casal visitou casou com os estudos sobre adoção e a construção de saberes que ultrapassam os limites teóricos e legais. Por ultrapassar limites legais, me refiro ao conhecimento prático que supera as expectativas estipuladas e garantidas em lei que, com frequência, são descumpridas (desde a proteção integral à infância, cotidianamente violada no Brasil, à inabilidade do Estado em cumprir prazos limites de institucionalização). O apoio dessas

personagens gerou tranquilidade, maior conhecimento de causa, despertou interesse e confiança no casal.

Entretanto, a maior ênfase recai sobre a desassistência. Zélia e Jorge revelam inúmeras situações que dificultaram seu processo adotivo por, segundo relatam, má condução das equipes. A falta de suporte das ferramentas de Estado que deveriam prestar apoio às famílias nessa situação põe em xeque parte da confiança que o casal possui quanto à própria competência em exercer adequadamente sua parentalidade. Jorge associa diretamente a desassistência das equipes multiprofissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente às dificuldades enfrentadas no período de adaptação. Desde a agilidade (quase pressa) entre a escolha das filhas pelo casal e a obtenção da sua guarda, feita de modo interpretado como descuidado e desrespeitando etapas de formação de vínculo, até a desassistência pós adoção, interpretada por Jorge como uma transferência de culpa do Estado à família, caso algo dê errado no desenvolvimento das meninas.

Outro ponto mencionado pelo casal é a forma como as meninas são tratadas no abrigo e suas reverberações no cotidiano e nas relações em casa. Desde situações de violência até escutar aspectos sobre sua condição legal sem o devido cuidado acabam desenvolvendo um perfil traumatizado e reativo, segundo eles, dificultando as relações interpessoais, a educação e a formação de vínculo afetivo.

O caso nos mostra que a construção da parentalidade adotiva possui relação com o modo de trabalho das equipes técnicas que acompanham as crianças e as famílias, tanto nos órgãos de justiça quanto de assistência social.

#### *7.1.2.6 Existência de chistes e desindividuação em decisões importantes*

Embora não sejam elementos que se prolonguem ao longo das narrativas, vale mencionar que há episódios relevantes narrados pelos participantes que se referem à tomada de decisões essenciais na trajetória parental que parecem não ter uma autoria bem definida de um dos membros do casal. O primeiro episódio narrado cuja presença desse fenômeno é observada é na hora que, após a apresentação de Jorge no shopping com a presença de crianças aparentemente institucionalizadas, eles tomam a decisão de adotar. O segundo momento é representado pelo ultimato acerca do encerramento do processo de adaptação das filhas e sua posterior devolução, diante dos conflitos vivenciados nesse período.

Uma possibilidade envolve o alinhamento do casal que possivelmente percebeu movimentos de inclinação às escolhas antes da verbalização, o que gerou uma experiência de concordância prévia à discussão. Outra hipótese é que, diante do peso das situações referidas, haver o compartilhamento não consciente da responsabilidade pela tomada de decisão. Assim, quando não se define necessariamente que escolheu iniciar o processo de adoção ou quem sugeriu encerrar a adaptação e devolver as meninas, a forma de elaboração das consequências dessas decisões fica difusa.

Segundo Myers (2014), a desindividuação é uma perda da identidade de um membro quando em grupo. Ao tratar o tema, o autor não explora a definição de identidade, mas fica evidente que se trata de uma característica que determina a individualidade dos membros em um grupo e não um fenômeno compartilhado. Assim, desindividuar-se seria, diante da influência do grupo (excitação e anonimato), um indivíduo executar uma ação que não faria em outra condição. Para Myers (2014), a desindividuação requer um descolamento da racionalidade dos membros de um grupo em prol da tomada de ações (boas ou más) que não seriam tomadas sozinhas, em geral tendendo à inconsequência e ao exagero de intensidade. O autor ainda avalia que o fenômeno da desindividuação é mais forte conforme o tamanho do grupo, assim, embora o caso apresentado revele aspectos de renúncia à autoria da tomada de decisões importantes, este destoa dos estudos sobre desindividuação. Outra diferença seria em relação à proposta de irracionalidade, pois, como observado, embora haja um impulso pouco explicado pelos participantes à tomada de decisão nos momentos mencionados, havia uma preparação prévia que demarcava o desejo pela parentalidade já existente (na decisão pela adoção) e extensas reflexões do casal sobre sua percepção de incapacidade para cuidar das filhas (na decisão pela interrupção da adaptação).

O fato é que, segundo narram, ambas as decisões, de autoria individual ou coletiva, racional ou com afastamento da autoconsciência sobre o fato, mobilizaram a família em sua trajetória de constituição.

#### *7.1.2.7 A adaptação é um momento que envolve sofrimento e hesitação na percepção de competência parental*

A reflexão constante sobre a performance parental se firma em uma compreensão do casal de que suas ações determinariam o destino daquela adoção, mesmo quando levavam em conta o comportamento das filhas. Em diversos trechos, eles narram

momentos de autoencorajamento, autorresponsabilização e culpa por desfechos favoráveis ou não durante a adaptação.

Por exemplo, quando Zélia alega que não sabe se outro casal daria conta de encarar as situações que eles vivenciaram no período de adaptação das meninas na família, ela centraliza neles a responsabilidade pelo desfecho da adoção. Certamente é contraditório, quando analisamos o tópico anterior, que revela uma compreensão do casal de que apenas seu desejo pela parentalidade nem suas ações são suficientes para conduzir adequadamente uma adoção. Por um lado, encararem-se como capazes de passar pelos percalços da adaptação mostra uma percepção de competência fundamental para a construção da identidade parental de Zélia e Jorge. Por outro, os coloca em uma posição bastante tênue, pois as incertezas e os conflitos presentes chegam a eles como uma falha localizada na sua capacidade de serem pai e mãe.

Um momento ilustrativo é a decisão pelo encerramento do processo de adaptação e desistência da adoção. O diálogo que ocorre com as filhas gira em torno da afirmação: “Nós não conseguimos ser os pais que vocês precisam e merecem”. Essa posição de responsabilização se choca com a preparação realizada pelo casal para passar pelo processo adotivo. Estudos, grupo de apoio, conversas internas, tudo isso parece não ter tido o efeito esperado, o que demarca uma experiência de sofrimento concretizada no exercício parental.

Alguns atenuantes são observados nesse quesito. Por vezes, Zélia e Jorge pontuam o comportamento das filhas como desrespeitoso, relatam as experiências de sofrimento que elas vivenciaram nas famílias consanguíneas e na institucionalização, e até apresentam justificativas baseadas em possíveis atrasos desenvolvimentais que dificultavam a comunicação e, como consequência, a relação entre filhas, pai e mãe. Porém, em ambas as narrativas, quando mencionam as dificuldades encontradas na forma de exercer a parentalidade, não há ênfase na performance das filhas, e sim no modo como o casal conduz os problemas.

Destaca-se que esse ponto é bastante complexo, pois a performance parental diante dos problemas encontrados na adaptação não se refere nas narrativas apenas pelo exercício racional da autoridade. Momentos de extremo sofrimento psíquico, que limitava a ação de Zélia e de Jorge perante qualquer aspecto da vida reverberavam na criação das meninas e retornavam ao pai e mãe como afirmação de incompetência.

A polarização de percepção *competência parental* ⇔ *incompetência parental* opera o tempo inteiro na narrativa. Por vezes o casal precisa parar para refletir sobre a melhor forma de conduzir a criação das meninas. Porém, conforme a narrativa avançava para o tempo presente, observa-se que vai perdurando a percepção de competência, ratificada por sinais que são tomados pelo casal como de avanço no desenvolvimento da família: maior diálogo, maior vinculação, maior respeito à autoridade, por exemplo.

#### 7.1.2.8 *O diálogo entre os membros da família é ferramenta para lidar com as incertezas*

Uma forma de lidar com todas as problemáticas encaradas na constituição da Família 1, desde a decisão pela adoção até diante da prática parental pós adoção é a comunicação entre os membros. No contexto apresentado, com um casal heterossexual interessado em adotar, todas as decisões precisaram passar por extenso diálogo. Zélia lembra bem que a adoção é uma "loteria", porém mesmo diante de toda aleatoriedade, há escolhas objetivas a serem tomadas. Essas escolhas antecipam a experiência do casal com o futuro filho, ainda hipotético. Já se sabe que no futuro (ainda que o tempo esteja incerto) eles teriam contato com uma ou mais crianças dentro dos critérios estabelecidos. Nesse sentido, diferente da maior parte das gestações desejadas e planejadas, cuja decisão sobre a criança envolve primariamente concebê-la ou não (apesar das reflexões que permeiam o bebê ainda desconhecido e os planos para seu futuro), a adoção envolve decidir um perfil. A Família 1 encara, nesse aspecto, o diálogo como fundante, pois, levando em conta esse exemplo, a trajetória de parentalidade se delineará a partir do alinhamento do casal.

Nas relações em casa, o diálogo se fortalece em outro propósito: a horizontalização das responsabilidades. Vimos que a Zélia e Jorge enfatizam seu papel como responsáveis pelo desenvolvimento da família, e buscam a tomada de decisões acerca do grupo de modo conjunto. Com a chegada das filhas, a posição do casal parece migrar de, em um momento inicial, acatar, elaborar e tentar resolver as dificuldades que emergem apenas no seu núcleo, para, diante de uma situação extrema, compartilhar a tomada de decisão e resolução de problemas complexos entre os quatro membros. Um marco quanto a isso é o momento no qual Zélia e Jorge põe à mesa a decisão por encerrar o processo adotivo e, diante do protesto das filhas, buscam formas de ouvir o lado delas e observar seu comprometimento sobre a problemática vivenciada.

O perfil de comunicação e diálogo como aspecto importante na construção da identidade parental de Zélia e Jorge contrapõe e complementa sua percepção de responsabilidade sobre o desenvolvimento da família. Essa é uma característica que, conforme consta nas narrativas, se transporta ao longo da trajetória de desenvolvimento familiar, ganhando nova roupagem diante da chegada das crianças em casa. Um aspecto importante, narrado por Zélia, mostra como esse componente é base, inclusive, da escolha por uma adoção tardia. Ela expressa a necessidade de dialogar para conhecer uma criança e gerar vínculo antes de decidir pela adoção, e exclui com isso o interesse em adotar um bebê.

#### *7.1.2.9 A família necessariamente deve existir como contexto de cuidado e provimento*

Ao se habilitar para adoção, toda pessoa ou família precisa comprovar aptidão física, psíquica e econômica para dar conta da criação de uma ou mais crianças. Apesar de o critério “riqueza” não fazer parte das entrevistas nem poder ser utilizado como caráter de desempate na seleção de uma família para adotar uma criança, é essencial que esta possa prover com custos referentes aos cuidados fundamentais. Muitas pessoas receiam dar entrada na habilitação à adoção por se julgarem incapazes economicamente, mesmo em casos que esse critério não seria necessariamente excludente. Existe, portanto, um elemento do discurso jurídico sobre a adoção que se entremeia na visão da sociedade sobre esse processo que o critério econômico é determinante para famílias que procuram adotar crianças.

A noção de cuidado, entretanto, que deve ser avaliada pelas equipes técnicas, extrapola a economia. Disponibilidade, capacidade de diálogo e estabelecimento de boas relações, contato com rede de apoio, afeto, dentre outros critérios são tão estruturantes para a prática da parentalidade adotiva quanto a possibilidade de provimento material.

No caso analisado, ao analisar o fenômeno “cuidado”, fica evidente que se delineiam duas funções na perspectiva do casal: a função da família e a função dos pais. A função da família, ideal que orienta a ação de Zélia e Jorge, inclui ser um contexto de proteção e desenvolvimento. Mais à frente analisaremos essa visão sobre família como contexto, compreendendo como esse elemento é fundamental ao analisar a identidade da família a partir de uma perspectiva desenvolvimental. Aqui observamos que, de acordo com as narrativas, a família necessariamente deve ser um espaço que dê condição à prole

de se desenvolver e se tornar cada vez melhor como seres humanos. Quando não consegue, a família está fadada ao fracasso e à sua destituição.

A função dos pais envolve manejar e garantir que a família cumpra seu papel, e esse cumprimento advém da agentividade de Zélia e Jorge perante aspectos referentes à trajetória desenvolvimental das filhas. O pai e a mãe protegem e provêm. Jorge mostra seu perfil cuidador desde antes de se tornar pai. Orienta-se por uma visão de comprometimento social às infâncias vulnerabilizadas, a qual se reformula quando passa a entender seu papel como cuidador das filhas. Se irrita, por exemplo, com a chamada incompetência das equipes técnicas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, pois acredita que suas ações acabam vitimizando ainda mais as crianças que estão no processo de adoção.

O fator econômico é outro que pesa na sua constituição de parentalidade. O casal decide ou não decide por adotar grupos de determinado número de irmãos com base na possibilidade de arcar com os custos. Tivessem mais renda, possivelmente teriam adotado as três irmãs (Raquel, Dora e Clarice). Sua decisão se pauta em questões materiais concretas e bem estabelecidas: queremos arcar com o melhor o possível para as meninas, especialmente no quesito educação. Nas entrevistas, observo que – para além da educação – o casal arca com custos de psicoterapia e psicopedagogia, para além das despesas básicas. Por vezes, planejar o que precisa ser custeado para dar conta de garantir melhores condições às filhas é a centralidade no exercício parental no caso analisado. Jorge é muito pé no chão ao analisar essa decisão. Para ele, apesar de saber que “onde comem dois, comem três”, seu interesse envolvia não só custear a alimentação, mas investir e dar condições às filhas de encararem a sociedade de modo autônomo, diferente do desfecho que seria caso permanecessem institucionalizadas.

#### *7.1.2.10 A história das crianças não deve ser invisibilizada*

A construção da identidade parental adotiva não é pautada, nesse caso, no apagamento da história das crianças. Conforme apontado, nos Estados Unidos houve a proibição de adoção de bebês que destoassem fenotipicamente das famílias adotantes, visando a garantir um segredo e, em consequência, o esquecimento da história da criança que advém por meio da adoção (Von Korff & Grotevant, 2011). No Brasil atual, a adoção de bebês e crianças menores ainda é mais comum, pois há a perspectiva de manutenção do segredo ou maior facilidade de falar sobre adoção enquanto a criança inicia seu

desenvolvimento, bem como a preocupação de famílias postulantes de certa “poluição” no comportamento das crianças advindas da sua vivência pré-institucionalização e durante esse processo (Jacinto, 2019).

A adoção tardia, entretanto, é marcada pela impossibilidade do segredo. Trata-se aqui, entretanto, do segredo quanto à adoção. Alerto que, apesar da destoaância de conceituação, a adoção é tardia quando a criança em questão é adotada em idade avançada, sendo considerada autônoma e gerando maior dificuldade de inserção em família substituta no sistema público em que se insere. Muitas crianças que são adotadas nessa condição chegaram bebês aos abrigos e foram preteridas pelas famílias habilitadas disponíveis. Nesses casos, é possível que não compreendam e fantasiem sobre seu passado pré-institucionalização.

As narrativas revelam que as adolescentes passam por isso, não tendo total conhecimento sobre seu passado pré-institucionalização. A postura dos pais envolve não abordar o tema, mas entendem que essas vivências influenciaram no desenvolvimento das filhas e, conforme elas questionem, dialogarão a respeito. Não há, portanto, um movimento de blindagem e atmosfera de proibição sobre o assunto.

A vivência das meninas nos abrigos também é incorporada no momento presente da família. O pai e a mãe levam em consideração situações que vulneraram as filhas (de agressões à falta de trato com assuntos sensíveis que ocorriam nas instituições, ou mesmo a descrença de membros da equipe técnica acerca de um desfecho favorável a elas), bem como vivências de apoio também vinculadas a esse período.

A história das meninas antes da adoção inclui uma família consanguínea, centrada principalmente na figura da irmã mais velha, Dora. Enquanto em muitos casos, as famílias adotivas optam por distanciar os filhos dos familiares consanguíneos, apesar das determinações contrárias em situações cuja convivência familiar é sustentada por lei, neste há o incentivo ao convívio das três irmãs. Von Korff e Grotevant (2011) alegam que muitas famílias adotivas assumem a posição de evitar o contato dos filhos com seus parentes consanguíneos imaginando que isso prejudicará sua formação identitária. Entretanto, demonstram que - quando o contato é mediado de modo adequado - seu impacto é positivo, gerando incremento na autoestima, melhora do autoconceito e dos relacionamentos interpessoais. Ademais, o contato com familiares mais velhos pode auxiliar uma maior compreensão da criança adotiva com sua história, dirimindo fantasias irreais que possam ser prejudiciais à sua compreensão de si.



Para Zélia e Jorge, portanto, a história das filhas não se inicia quando eles entram nas suas vidas. Procuram incorporar seu passado ao momento presente, levando em conta impactos positivos ou traumáticos das suas vivências. Esse ponto determina uma percepção de parentalidade que ultrapassa o protagonismo do pai e da mãe adotivas, ou mesmo sua participação na vida das filhas, pois entende-se que há um trecho da sua trajetória cujos personagens eram outros. Em muitos casos, essa compreensão é marcada pela angústia, o que não parece demarcar a relação que o casal analisado possui com a história anterior à adoção das suas filhas.

#### *7.1.2.11 Não há questionamento sobre a parentalidade pautado na vinculação biológica*

Quando apresenta as irmãs, logo no início da entrevista, Zélia apresenta sem pretensão uma ressalva: “Elas já eram irmãs antes, elas eram irmãs consanguíneas, né?”. Essa apresentação nos sugere uma interpretação da mãe acerca das possibilidades de criação de vínculo fraternal entre suas filhas, sendo a consanguinidade uma das opções. Apresenta, ao mesmo tempo, uma estratégia argumentativa de comunicação com o pesquisador, que de pronto apresentava uma visão de família validada pela adoção, ao ampliar que nessa complexidade cabe a vinculação biológica em alguma instância.

Tanto em conteúdo das narrativas quanto na prática de narração, não houve ocasião na qual Zélia ou Jorge tenham demonstrado hesitação frente à não consanguinidade da relação estabelecida com as filhas. Há, conforme observado, questionamentos sobre a parentalidade, porém não em termos de sua legitimidade referendada (ou não) pela autorização judicial de adoção em detrimento de uma vinculação biológica. As discussões a esse respeito foram muito mais sobre performance e competência parental, no entendimento do casal sobre como a família deveria estar se desenvolvendo após a chegada das filhas e como efetivamente estava. Ser um bom pai e uma boa mãe, portanto, se valeria necessariamente na sua capacidade de “auxiliar as meninas a se tornarem pessoas bacanas”.

A questão da interracialidade também é mencionada, mas não como demarcador de uma diferença fisionômica que invalidasse sua parentalidade. Em alguns trechos das narrativas, Zélia e Jorge observam que já imaginaram as hipóteses de outras pessoas sobre a consanguinidade das meninas, supondo inclusive que elas seriam filhas biológicas apenas de um dos membros do casal. Mesmo essa situação é expressa não como uma

problemática, mas apenas como uma consideração. Em se tratando de uma adoção tardia, não havendo segredos sobre as origens da filiação, este caso demonstra que os quesitos que determinam a parentalidade perpassam elementos práticos (sobre mudança de rotina, estabelecimento de papéis e provimento material) e subjetivos (formação de vínculo, enfrentamento ao sofrimento, adaptação, etc.) que não se respaldam na validação biológica de uma composição familiar.

#### 7.1.2.12 *O vínculo é determinante na experiência de parentalidade*

Essa narrativa tem um demarcador relevante, quando se trata de pesquisar adoção. Poucos estudos utilizam a categoria “amor” ou outros conceitos subjetivos para tratar do afeto em famílias adotivas. Na revisão de literatura realizada nesta pesquisa, observou-se as noções de vínculo e apego foram extensamente trabalhadas, em detrimento do afeto e conceitos semelhantes.

No momento que as entrevistas foram realizadas com a Família 1, observei que ela estava finalmente alcançando estabilidade e coesão como grupo. Era um momento no qual grande parte dos conflitos relacionados ao processo adotivo cessava ou ocorria de modo que Zélia e Jorge já possuíam proficiência para lidar. Ainda assim, em ambas as entrevistas houve uma ênfase na relação entre o exercício da parentalidade e ações concretas, menos subjetivas. Vimos, por exemplo, que a noção de cuidado e provimento é, para o casal, determinante para validar sua condição parental. Mas observo também que, especialmente no período de adaptação, dar conta das demandas práticas de criação de duas crianças era uma forma de demonstração de afeto.

Por vezes, o casal parece associar a potência do vínculo aos comportamentos das filhas e à própria performance parental. Comportamentos tidos como desrespeitosos eram encarados pelo casal também como um enfraquecimento na relação pai/mãe ↔ filhas e uma mensagem de que eles não estavam sendo pais adequados e, talvez por isso, elas não queriam permanecer na família. Jorge, por exemplo, aproxima na narrativa a afirmação de que, diante da agilidade (tida aqui como descuidado) da justiça em inserir Raquel e Clarice em sua casa, legitimou-se legalmente uma família ainda sem vínculos, aos problemas enfrentados na adaptação. Apesar de, para Zélia, a aproximação ter garantido certa vinculação, Jorge é catedrático ao afirmar que não havia vinculação nenhuma. A ausência de vinculação, ou mesmo sua condição enfraquecida, é relacionada, portanto, ao comportamento inadequado.

À medida em que a família se desenvolve, reduzem os episódios de mau comportamento e a angústia parental sobre performance materna e paterna, e cresce a vinculação entre os membros. Zélia associa o vínculo ao estado de bem-estar na família, e alega que só após sua concretização, passou a se sentir à vontade com as filhas. Ela e Jorge se referem às crianças, em um primeiro momento, como duas “estranhas” em casa, o que dificultava seu estabelecimento de rotina minimamente confortável conforme era anteriormente à sua chegada.

Um último aspecto em relação à vinculação envolve elementos sobre a diferente forma como ela se estabelece dentro da família como unidade complexa. As relações estabelecidas e os afetos cultivados não são igualmente observados quando se consideram subgrupos e díades familiares. Características pessoais, por exemplo, são tomadas como justificativa para maior ou menor possibilidade de vinculação. Isso vale tanto para os pais quanto para as filhas. Jorge fala da quebra de expectativa que as filhas tiveram diante da sua disparidade em relação ao que se refere como expectativa social de “figura masculina/paterna”. Zélia reforça seu caráter dialógico como forma de construção de relações. As filhas também são apontadas como diversas nesse quesito, sendo Raquel mais extrovertida e Clarice mais introvertida, gerando padrões específicos de interação com pai e mãe. Curiosamente, a característica individual “idade”, que, apesar de não tão distinta entre as irmãs, poderia ser considerado um dificultador à formação de vínculos, aqui não é problematizado. Vimos que parte das famílias que não buscam a adoção tardia possuem esse ideário acerca da maior facilidade de vinculação com a criança quando esta chega em casa na condição de bebê. Zélia, no entanto, se posiciona diferentemente, afirmando maior possibilidade de vinculação com crianças maiores com quem já pode dialogar e buscar interesses comuns. Já Jorge desenvolve estratégia semelhante ao ser voluntário em um abrigo e ter a possibilidade de interagir de modo efetivo com crianças maiores.

#### *7.1.2.13 A parentalidade é compartilhada, individualizada e inacabada*

Apesar de, ao longo dessa seção, termos feito o esforço de alinhar posicionamentos relativamente compartilhados entre Jorge e Zélia, fica evidente que há uma variação na condição de parentalidade quando se analisam os dois em comparação. Essa percepção parte de ambos, geralmente levando em conta o vínculo estabelecido por cada membro do casal e suas filhas. Elementos como demonstração de afeto e mesmo o

uso do nome próprio, ao invés do adjetivo “pai” ou “mãe” revelam a variação das relações estabelecidas na família.

Jorge é objetivo ao dividir o processo adotivo em dois, um protagonizado por Zélia e um por ele próprio. Como vimos, ele associa essa diferença ao papel social da mãe, em geral apontado para o carinho e o cuidado, que acaba sendo reproduzido no contexto da família, sendo incitado até pelas crianças. Outra interpretação para essa diferença é sua performance social de pai, que, segundo ele, não se enquadra nas expectativas geradas nas filhas ao longo da sua trajetória de institucionalização.

Zélia lembra que não é possível separar as individualidades dentre o casal e a forma como os vínculos foram estabelecidos. Ela assumia uma posição mais racional, mas em momentos cruciais destilava emoções que, de certa forma, atingiram as filhas e provocaram reações de aproximação. Jorge, por sua vez, passou por momentos de extenso sofrimento mental ao longo do período de adaptação que podem ter prejudicado sua interação social e os relacionamentos intrafamiliares. Não há, entretanto, um ambiente de disputa frente à parentalidade, pois as decisões e práticas tomadas pelo casal parecem ser compartilhadas de modo equilibrado.

Zélia e Jorge demonstram que a parentalidade adotiva é inacabada e afirmam que “ainda estão” se tornando pais, especialmente porque, à medida em que a família se desenvolve, os desafios variam e as interpretações sobre sua parentalidade, bem como modos de agir que anteriormente foram eficazes, passam a ser ressignificados.

Outrossim, não é possível estabelecer um “destino final” à construção da parentalidade, pois vimos que as relações parentais, os desejos, a dinâmica familiar, enfim, todos os elementos que envolvem esse processo variaram conforme o desenvolvimento da família ocorreu. Tampouco é possível analisar, para além das percepções individuais dos membros da família, estas carregadas de afeto frente ao processo adotivo, se há um “pódio” que divide quem é mais pai ou quem é mais mãe nesse contexto.

O que as narrativas nos revelam é que há uma busca pela construção da parentalidade que não ocorre de modo natural e extrapola o desejo e as angústias e sofrimentos, mas envolve planejamento, alinhamento entre os membros, comunicação, enfim, construção agentiva de laços que impactam na interpretação de si como pai e mãe adotivos, portanto, na sua identidade parental adotiva.

### 7.1.3 *Recontando a narrativa de Raquel*

#### 7.1.3.1 *A vivência institucional e as experiências de família não consanguíneas*

A primeira pergunta realizada para Raquel buscou instigar que ela recontasse sua trajetória, conforme lembrasse, desde antes da institucionalização. Sua resposta se posiciona em defensiva, quase justificando o fato de não recordar muito sobre a infância anteriormente ao abrigo: “*Assim, da minha infância eu lembro pouquíssima coisa, porque provavelmente eu tive vários traumas. Provavelmente não, eu tive vários traumas*” (Raquel, filha da Família 1). Começa, então, falando sobre as instituições onde foi acolhida.

Raquel afirma que passou por três abrigos. Busca qualificar suas vivências em cada um deles, tendo os traumas como parâmetro. Para ela, o primeiro abrigo foi cenário de mais traumas, e argumenta com base na sua experiência com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Raquel justifica sua trajetória de sofrimento nessa instituição: “[...] *porque [eu] não sabia de nada, não entendia nada, eu era apenas uma criança*” (Raquel, filha da Família 1).

Em adição, Raquel acrescenta uma análise sobre os funcionários dessa instituição. Avalia hoje que eles não possuíam carinho para com ela, o que gerava sofrimento. Não fica claro se essa é uma análise posterior, ou se já no momento ela demonstrava essa percepção. Entretanto, ao considerar as mudanças decorrentes das experiências de institucionalização, Raquel nos demonstra que a forma de interpretação sobre experiências similares varia conforme ela própria se desenvolve. Na ocasião, a forma de enfrentamento às adversidades, ainda pouco compreendidas, era sua confiança nas irmãs Dora (mais velha) e Clarice (mais nova). Alega que tinha outras meninas no abrigo, mas que não ocupavam essa posição.

A narrativa entra em ambiguidade nesse episódio, pois enquanto avalia o descompromisso afetivo da equipe desse abrigo para com ela e as irmãs, Raquel lembra que havia um homem, filho de alguma das gestoras da instituição, com quem tinham vínculo. Seguido dessa afirmação, Raquel diz: “*Mas fora isso, não lembro de muita coisa, mas eu amava lá demais*” (Raquel, filha da Família 1). Em estudo anterior (Jacinto, 2019), demonstrei como a vivência institucional envolve uma compreensão ambígua, que reflete a própria concepção da estratégia de abrigo. Embora deva ser um espaço adequado e que garanta bem-estar, não deve ser enxergado como lugar de permanência. As adolescentes entrevistadas no estudo citado incorporavam essa interpretação, narrando

o abrigo como contexto de proteção e cuidado, mas desejando sua saída. Raquel, ao falar do “lado bom” do abrigo onde viveu e ao qual associa muitos traumas, menciona o ambiente físico, arborizado e com estrutura para esportes, que garantia possibilidade para brincadeiras e contato com a natureza. Acrescenta ainda que a convivência com as irmãs e demais pares reduzia os percalços da institucionalização: “*Minha convivência sempre foi com Dora e Clarice, e as outras pessoas não lembro tanto assim, mas algumas eram legais, assim. Não foi totalmente ruim.*” (Raquel, filha da Família 1).

Nessa instituição, Raquel e as irmãs tiveram a primeira experiência de apadrinhamento. Refere-se a uma família humilde que as recebiam em datas comemorativas e finais de semana. Essa experiência é narrada por Raquel como um privilégio, pois esta faz comparação a outras crianças com quem teve contato e não tiveram vivências semelhantes:

Nós sempre íamos pra casa deles, passar fim de semana, natal. Então, assim, infelizmente muitas crianças não tiveram, entre aspas, o mesmo privilégio que eu e minhas duas irmãs tiveram, de saber o que é natal, páscoa e até carnaval. Eu odeio carnaval até hoje, até quando era criança eu odiava, mas eu era obrigada a ir quando estava com eles. Eu odiava, mas no fundo eu gostava, porque eu estava com eles, estava em um ambiente diferente. (Raquel, filha da Família 1)

A segunda instituição por onde Raquel e as irmãs passaram foi transitória, tendo ficado apenas um mês. Sua maior memória vem da última instituição onde permaneceu por quatro anos. Mais uma vez, a Raquel enumera a equipe técnica da instituição para mediar sua percepção de qualidade de vida durante esse momento da sua vida. Segundo ela, apesar de haver um funcionário “gente boa”, muitas das funcionárias eram maldosas. Ela justifica: “*Porque é difícil lidar com crianças. Eu mesmo nessa idade agora, misericórdia. Não gosto de criança.*” (Raquel, filha da Família 1). Manifesta novamente ambiguidade em ressalva: “*Mas elas assim, a maioria era gente boa, algumas maltratavam, batiam.*” (Raquel, filha da Família 1).

A interpretação de Raquel, sobre seu momento de institucionalização, parece não estar fechada e, conforme ela lembra e produz sua narrativa acerca dessa trajetória, informações são confrontadas e reorganizadas. Apesar de mencionar que passava por situações de sofrimento, busca balancear em elementos que lhe faziam bem. Outra forma de contrapor a dinâmica negativa das instituições envolve trazer para si a responsabilização sobre as violações mencionadas. Ao narrar que era maltratada no

abrigo, Raquel alega que era uma pessoa “moleca”, muito “bagunceira”, como se isso justificasse represálias aparentemente desmedidas por parte da equipe técnica da instituição. Acrescenta: “*Não seguia as leis do orfanato, por exemplo dormir depois de almoçar, odiava dormir à tarde. Hoje em dia amo dormir à tarde.*” (Raquel, filha da Família 1).

No movimento de contraponto entre *experiências negativas com a institucionalização* e *experiências positivas com a institucionalização*, Raquel reforça que ao menos se apegou a pessoas importantes nesse contexto, dando destaque à psicóloga. Entretanto, reforçando a compreensão de que as repreensões que sofria estariam justificadas pelo seu comportamento inadequado, Raquel alega que seu apego à psicóloga se devia ao fato de ela conseguir “lhe colocar nos eixos”.

Outro grupo que, segundo Raquel, lhe auxiliava a ficar nos eixos, era a família que lhe apadrinhava desde a primeira institucionalização. Raquel revela que, embora tenha diminuído em frequência, ainda ia para a casa dessa família. Constrói, frente a eles, uma interpretação positiva sobre a dinâmica familiar, pois associa essa convivência, ainda que efêmera, a uma mudança de ambiente (em contraponto ao abrigo que, embora por vezes seja positivo, é trazido como espaço de não cuidado), à possibilidade de interrelação com outras pessoas em contextos festivos e de lazer, e à vivência de uma educação heteronômica de autoridade parental.

Entrar nos eixos também pode ter relação com a possibilidade de adoção. Raquel afirma que gostaria de sair o quanto antes do abrigo e buscava formas de se comportar que garantissem isso:

Meu sonho era sair daquele orfanato, porque, pelo amor de Deus, eu não aguentava mais. Um monte de gente ia embora, aí eu ficava. Aí eu ficava assim, imaginando: “Meu Deus, como é que eu vou fazer quando eu completar dezoito anos? Como eu vou me virar?”. Então, eu criança, já pensando em um período aí de adolescência, porque, infelizmente, é a vida. (Raquel, filha da Família 1)

Conforme crescia, tinha contato com pessoas que questionavam sua idade e demarcavam dificuldades de adoção nesse perfil. Confrontava sua angústia por estar envelhecendo e se preocupava com a forma como lidaria com os desafios da vida. Observava ainda a rotatividade de crianças na instituição e atribuía a si e ao grupo de irmãs a não adoção. O episódio destacado se refere à tentativa de aproximação das três irmãs com um casal de idosos interessados em adoção. Raquel busca reconstruir memória

do que aconteceu, mas atribui a experiência não ter dado certo ao comportamento seu e da sua irmã Clarice. Assim, estar nos eixos representaria não apenas uma condição de educação autopercebida, mas uma possibilidade real de abandonar a situação de institucionalização e adentrar em um novo núcleo familiar.

#### 7.1.3.2 “*Saindo de um poço para ser livre*”: a adoção e as expectativas

Raquel expõe um elemento distintivo entre sua condição prévia de institucionalização e sua atual situação enquanto membro de uma família por adoção. Em suas palavras, a percepção das colegas na escola ao tomarem conhecimento de que ela havia frequentado instituições de ensino público causou surpresa, o que despertou em Raquel um interesse peculiar. Ela fala que sempre comenta com os colegas, em busca dessa reação. Ressalva que, desde a adoção, sempre estudou em colégio particular e agora, no ensino médio, chega a ficar exaurida da quantidade de atividades, embora mencione com aparente orgulho. Ratifica que o ensino é caro, o que impacta no salário da família, especialmente por estar inserida na educação integral. Para além da escola, Raquel diz que tem como foco o aprendizado de idiomas. Pergunto se, com pai músico e mãe professora, ela pensa em seguir alguma das carreiras. Ela afirma que já tentou tocar diversos instrumentos, mas sem maestria.

O destaque para a escolarização compõe sua compreensão de si. Ela diz que se considera *nerd*, um termo utilizado geralmente para jovens estudiosos e consumidores de determinados produtos culturais (filmes, música, seriados, jogos). Segundo afirma, as pessoas: “*Às vezes ficam espantadas com o fato de eu gostar de estudar. Eu digo, ‘cara’.*” (Raquel, filha da Família 1). Esse espanto se dá porque Raquel passou a ter contato com pessoas que considera ricas, grupo ao qual não se entende como parte. Associa pessoas ricas a gente “burra”, que não gosta de estudar, embora ressalve exceções. Assim, em um contexto de pessoa que passou a vida estudando em escola pública e possui contato com gente de classes sociais mais abastadas que a sua, gostar de estudar e ser “nerd” são fatores empoderadores, que a pareiam com os demais.

Outro demarcador do momento atual é, para Raquel, sua relação com as irmãs. Recordemos que, atualmente, Raquel e Clarice residem juntas, pois foram adotadas por uma família, enquanto Dora foi adotada por outra. Ainda assim, as famílias têm garantido a convivência entre as irmãs. Raquel relembra que, na última instituição onde foi acolhida, ouvia bastante que jamais seria adotada e sairia com 18 anos, pois não havia



interesse das famílias postulantes em adotar crianças maiores e pré-adolescentes. Afirmar que tanto ela quanto as irmãs sairiam nessa condição, egressas compulsoriamente. A reação que tinham era a união, bem como a confiança na proteção da irmã mais velha, Dora. Para Raquel, até hoje essa proteção é presente. Entretanto, ela percebe que sua relação com a irmã mais nova, Clarice, mudou após a adoção. Estabelece como justificativa o novo contexto de vida e a adolescência ao afirmar que agora elas quase não se falam.

Ao analisar as relações entre cada uma das irmãs, Raquel recai sobre a comunicação. Para ela, enquanto há entendimento mútuo com Dora, com Clarice demora. Diferente dos pais que, conforme observamos nas narrativas anteriormente analisadas, atribuíram sentido à dificuldade de comunicação com Clarice, Raquel não chegou a racionalizar muito razões específicas, mas apresenta um quantificador temporal. Diz que a relação demorava semanas para acontecer efetivamente e agora demora meses. Entretanto, na busca de construção de sentido sobre sua relação com Clarice, Raquel narra o episódio de aproximação com o casal de idosos interessados em adoção, ao qual atribui parte da culpa da desistência à sua irmã.

Nesse cenário, Raquel reflete sobre as vezes que tiveram real possibilidade de adoção que, segundo ela, foram pouquíssimas, sendo duas relevantes. A primeira foi essa protagonizada pelo casal de idosos, sobre a qual mantinha muita expectativa pois, segundo ela, idosos são “fofos” e ela gosta do convívio com pessoas mais velhas. Raquel diz que não sabe ou não lembra o motivo de eles terem desistido, mas, conforme observado anteriormente, na narrativa há grande aproximação com questões referentes ao comportamento das irmãs que, segundo ela, pode ter desagradado o casal. Ela afirma que a situação a deixou bastante triste e decepcionada, ainda que na época não soubesse o que é decepção. De fato, diante da urgência em deixar a institucionalização, a desistência de uma adoção, ainda que em processo de aproximação, gera uma quebra de expectativa e força a criança a reavaliar sua trajetória de construção identitária como filha, que era elaborada conforme ela se projetava convivendo com aquela nova família.

Paralelo a essa informação, Raquel parece argumentar mais fortemente sobre a possível razão de não ter sido adotada antes. Diz que, quando Jorge e Zélia a adotaram, seus comportamentos eram surpreendentes até para ela própria. Apesar de alegar que não lembra de muita coisa que os atuais pai e mãe mencionam sobre seus comportamentos adversos, sabe que de fato era uma criança difícil:

Quando eu desobedecia demais, ou quando... Eu fazia maldades! Porque eu era uma criança muito maldosa. Tô rindo agora, porque, felizmente eu já tenho consciência já. Muitas coisas que eles falam, eu fico assim: “Meu Deus, eu realmente fazia isso?”, eu fico impressionada como eles não desistiram da gente, porque, Jesus! Se fosse eu, eu já ia despachar, assim, não quero mais. Duas demônias dentro da casa, destruindo praticamente a casa inteira e o psicológico deles também. Porque imagina aí, adotar duas crianças e as duas serem demônias. (Raquel, filha da Família 1)

Para Raquel, o conjunto de atitudes negativas desempenhadas por ela e Clarice durante o período de adaptação seria razão para interromper o processo de adoção. Não leva em conta, por exemplo, aspectos como o afeto que, leigamente, é argumento para a manutenção de famílias que passam por situações de grandes conflitos. Raquel consegue também associar as relações estabelecidas entre suas atitudes com o estado psíquico dos pais. Observamos nas entrevistas de Zélia e Jorge que ambos estabelecem essa relação e compreendem como o sofrimento vivenciado durante a adaptação com as meninas e suas consequências estabeleceu prejuízo na formação de vínculos na família, pois limitavam seu interesse por interação e sua percepção de qualidade enquanto pai e mãe.

Raquel então aponta uma possível relação com sua falta de colaboração com a boa condução da adaptação na nova família. Ela alega que, de início, não gostava de Jorge e Zélia e tinha um objetivo muito bem estabelecido: sair do abrigo. Tendo conquistado esse objetivo e acreditado que estava agora em situação estável, não era de interesse se assujeitar – conforme nos leva a entender em sua narração – a experiências entendidas como desagradáveis (por exemplo, obedecer a regras básicas de convivência e educação). Ser inserida em uma família era, para ela, o oposto da vivência de abrigamento, esta sim extensamente regrada e ajustada a imposições institucionais. Desse modo, a vida em família significaria uma vida com maior liberdade e esse era seu foco quando passou a morar com Zélia e Jorge:

É porque realmente a gente não sabia como lidar, eu às vezes não sei como lidar. Dificilmente, mas no início, eu não gostava deles não, no início eu não tava nem aí, meu objetivo era esse, sair do orfanato. Se apareceu uma família querendo tirar a gente de lá, eu já tava feliz, então aceitei de boa. (Raquel, filha da Família 1)

Nesse ponto, tendo analisado as narrativas de Zélia e Jorge, vemos outra perspectiva em relação ao ultimato dado pelo casal para a permanência das irmãs. Segundo eles, o comportamento adequado e o respeito foram os principais aspectos

cobrados, pois foi diante de experiências negativas envolvendo atitudes inadequadas no convívio familiar, rotina e relações interpessoais que se acumularam na percepção de incapacidade do exercício da parentalidade e fragilidade de vínculos na família. Raquel não nega e, conforme narra, entende que há uma relação entre a adequação do seu comportamento e o respeito aos demais membros da família e sua permanência em um lar adotivo. Referiu-se, inclusive, a experiências anteriores à concretização da adoção por Zélia e Jorge e formação da Família 1. Entretanto, a adolescente acrescenta um fator essencial para sua mudança de comportamento e adequação à rotina da família: gostar do pai e da mãe por adoção. Fica evidente em sua narrativa que gostar deles e se comportar conforme eles esperavam são dois elementos que se interlaçam. Assim, o afeto ultrapassa a relação utilitarista de se submeter a normas simplesmente para garantir a saída do abrigo, e isso compõe sua percepção de relação com Zélia e Jorge, bem como sua posição como filha.

Em contraponto estabelecido na própria narrativa, Raquel revela que, mesmo sendo a saída do abrigo um objetivo central em sua vida, não foi tão simples entender-se em uma nova situação. Se, por um lado, ela tenha alegado que “aceitou de boa” a adoção, por outro as atitudes descritas no processo de adaptação demonstram outra realidade. Ademais, Raquel lembra que a adoção impactaria diretamente em um aspecto que constituía sua compreensão sobre família: a união com as irmãs. Para ela, a separação das irmãs foi aceita relativamente bem, porém tanto Raquel quanto Dora (talvez por serem mais velhas) entendiam que essa era a única opção (nas palavras da adolescente) que tinham. Isso demarcou a necessidade de mudanças na própria forma de expressão de Raquel frente aos outros:

E aí, eu fui me adaptando. Eu era tímida demais, até hoje eu sou muito tímida, não com eles [Zélia e Jorge]. Mas tímida, desobediente, vários adjetivos aí sobre o que você pode pensar sobre uma criança, eu era. Nem todos, mas a maioria. E aí, fui aprendendo muita coisa, fui aprendendo a gostar de ler, encontrei o famoso aparelho celular. (Raquel, filha da Família 1)

Não fica claro na narrativa de Raquel se, ao tratar da necessidade de adaptação, ela se refere especificamente à adaptação adotiva ou em relação aos demais aspectos de sua vida, já que agora ela não teria a mesma convivência com as irmãs ou seria uma pessoa em situação de acolhimento institucional. Outra compreensão seria incluir todas

as mudanças vivenciadas por Raquel após esse episódio da sua vida como parte da construção de uma nova identidade, a identidade adotiva, que envolveria aspectos referentes não apenas a seu passado institucional, jurídico ou convivência com a nova família, mas ao seu modo de se expressar e agir diante do mundo independente do contexto onde transitasse. Ser menos tímida, mais obediente, estudiosa e ter parcimônia com o uso de aparelhos celulares eram novos objetivos a serem desenvolvidos não apenas para garantir uma conclusão adequada à adoção, mas para sua constituição como pessoa.

A adoção é, então, resumida por Raquel como uma “*explosão de conhecimentos em relação a várias coisas: sentimentos, moral, amizade, tudo isso aí*”. Mais à frente, na narrativa, a adolescente apresenta mais uma de suas metáforas sobre a adoção: “*Saindo de um buraco, não. Saindo de um poço, pra encontrar o...Saindo de um poço pra ser livre, é isso. Metamorfose aí, de uma borboleta.*” (Raquel, filha da Família 1).

Outra experiência que Raquel associa à adoção é o “amor”. Diferente do pai e da mãe, ela não hesita tanto em utilizar essa palavra, especialmente após, conforme observado, afunilar sua narrativa até esse ponto, Tateando com expressões como “gostar” e mencionando novas vivências de “sentimentos” e “amizade”. Ainda assim, Raquel se manifesta revelando que essa parcela da sua construção de filiação segue em desenvolvimento, mas sem dúvidas corresponde à sua identidade adotiva atual:

Ah, eu vou falar amor, eu não gosto desses negócios melosos, eu não gosto. Mas eu vou falar amor, porque realmente, teve um grande peso, tem até hoje, por isso que eu tô falando. Mas se eu tô falando é porque realmente teve. (Raquel, filha da Família 1)

### 7.1.3.3 Definindo família

Ao ser perguntada sobre como se percebeu como membro de uma família, Raquel reafirma que seu objetivo sempre foi sair do abrigo e não gostar dos postulantes à adoção. Seu entendimento de participação em uma família envolvia um caráter de vinculação prática, objetiva. Em sua narrativa, Raquel busca estabelecer uma linha do tempo sobre seu processo de entendimento como parte de uma família.

Entre 2016 e 2017, afirma que perdurava esse raciocínio do objetivo em sair do abrigo, e essa era a finalidade da adoção. Em 2018, narra episódios de conflito sobre a parentalidade de Zélia e Jorge e, conseqüentemente, sua vinculação. Era certeza, para ela, que o processo de adoção havia sido realizado, mas ainda assim questionava a

legitimidade do pai e da mãe por adoção. Aproxima, na narrativa, duas falas que ilustram esse contrassenso: “*Ah, mas eu fui adotada*” ⇔ “*Ah, não são meus pais de verdade*”. A adolescente associa esse pensamento a “recaídas” e, conseqüentemente, a “probleminhas” que ela possui acerca da adoção. Por fim, na transição de 2018 para 2019, Raquel elabora com precisão uma compreensão de família e de seu papel diante do grupo familiar próximo ao que foi relatado no momento da entrevista:

Família não é só pessoas que têm o mesmo sangue, é aquela que te acolhe...  
Te acolhe, te abriga, te alimenta, te suporta, esse bando de coisa aí. Aí depois...  
Então foi, final de 2018, início de 2019, estralei assim: “Hã, agora eu entendi”.  
(Raquel, filha da Família 1)

Somente aos 15 anos, portanto, Raquel alega que consegue pensar com maior naturalidade: “*Tá, somos uma família. Ok!*”. Essa compreensão compõe a sua identidade adotiva em termos de uma autorreflexão sobre sua posição frente ao grupo familiar, mas também inclui uma reflexão sobre o próprio papel da família, bem como os elementos que os definem como tal. Família, para Raquel, envolve provimento, acolhimento e compreensão, e não é definida pelo laço sanguíneo. Em 2019, quando desenvolvi pesquisas com adolescentes em situação de abrigamento (Jacinto, 2019), todas as entrevistadas vinham de períodos de institucionalização mais longos do que Raquel, tendo chegado bebês ou crianças muito pequenas no abrigo. Foi notório, na referida pesquisa, que havia uma compreensão generalizada nas adolescentes que a vinculação sanguínea não era estruturante na definição de uma relação familiar. Algumas delas inclusive possuíam contato com irmãs consanguíneas, também institucionalizadas ou já adotadas, e não hierarquizavam essas relações com outros pares no abrigo.

A situação de Raquel, Clarice e Dora, entretanto, parece não seguir essa lógica. Vimos que, durante a vivência institucional, a união com as irmãs era estratégia de garantia de afeto e, mais do que isso, enfrentamento às dificuldades enfrentadas na institucionalização. Talvez por isso, só a vivência adotiva tenha oportunizado uma maior concretização da compreensão da composição familiar como sustentada por laços que ultrapassam a biologia.

Outro indício de pertencimento a uma família é a adaptação à adoção. Conforme observado, a adaptação envolve o cultivo do afeto, o manejo das relações interpessoais, o cumprimento de regras, dentre outros elementos esperados para a passagem da fase de estranhamento de uma criança que foi inserida em um novo contexto, tendo que

incorporar novas rotinas e compreender novas experiências emocionais que daí emergem. Raquel analisa o cenário de adaptação entre ela e sua irmã e, apesar de preferir não dar certeza sobre como sua irmã tem passado pela trajetória adotiva, deixa claro que há uma diferença entre as duas. Para ela, a sua adaptação já ocorreu, embora ressalve que não sabe se algum dia estará adaptada 100%:

Eu não gosto de falar que eu acho, mas vou falar. Eu acho que não. Porque assim, deve ser praticamente impossível estar 100% com a família que você... Pelo menos para mim, que fui adotada com dez anos, criança, neném, aí pra mim já é outra história, pode estar perto de 100%. No caso de crianças como eu, dificilmente vai tá 100%, sempre vai ter lembrança do passado, sempre vai lembrar que você não faz parte... Não fez parte dessa família nova aí que você tá, desde a sua infância, é como se fosse algo repentino. Então, pra mim, nunca vai ser 100%, mas é aquilo, né?! Pensar no agora e deixar que o futuro aconteça. Então... (Raquel, filha da Família 1)

A narrativa de Raquel nos apresenta a impressão de que, para ela, a hipotética adaptação 100% teria a ver com a não lembrança do passado anterior à adoção. A suposta “adaptação 100%” seria, em sua concepção, possível caso ela tivesse nascido naquela família ou mesmo adotada menor ou bebê. Ter feito parte da família desde o início da vida garantiria, portanto, uma construção identitária mais coesa, sem os desafios que ela enfrentou essa transição como alguém que já tinha certa autonomia, memória, comportamentos, etc.

Por outro lado, ignorando esse ideal de total adaptação, Raquel alega que não sabe se a irmã já se adaptou suficientemente à nova realidade. Aponto isso porque, de acordo com a narrativa, Raquel parece construir um espectro que polariza a não adaptação à adaptação, posicionando ela e sua irmã no ínterim entre os polos, já que não haveria como alcançar a totalidade da adaptação à nova família. Porém, nesse entendimento, há espaço para compreender situações mais ou menos problemáticas e, embora não espere uma adaptação total, a de Clarice, ao seu ver, parece denotar maiores desafios. Acrescenta entretanto, que a irmã está em um momento de transição da infância para a adolescência, e que traz sinais ambíguos sobre seu estado emocional. Assim, também fatores desenvolvimentais normativos justificariam sua situação:

Às vezes eu tenho impressão que ela não se adaptou, não se acostumou ainda, não nos vê, tirando eu, que sou a irmã dela de sangue. Mas assim, o resto da família, pra mim, eu acho que ela não se ligou, ela não se liga. Mas eu vejo isso

pouco, normalmente, ela passa um ar que se adaptou, tá tudo certo. Mas as vezes, eu vejo assim... (Raquel, filha da Família 1)

Mais uma vez, portanto, Raquel apresenta um demarcador que sinalizaria a conclusão de uma compreensão de pertencimento à família: o abandono da associação entre consanguinidade e vínculo familiar. Apresenta também um entendimento de que não há uma linearidade na construção da identidade adotiva, assemelhando sua narração sobre a irmã ao próprio processo que, mesmo sob o esforço de construção de uma linha do tempo, sinalizava recaídas e “idas e vindas”.

Outro ponto que sinaliza, neste cenário, a existência de uma relação familiar, é a menção a Zélia e Jorge como mãe e pai, e aos seus pais como avós. Vimos nas narrativas do casal que, apesar de significativo, essa adjetivação ainda estava em processo de ocorrência, não sendo frequente. Provavelmente, ao narrar primeira e terceira pessoa, Raquel tenha utilizado esses termos com mais naturalidade do que durante as relações e diálogos em segunda pessoa estabelecidos no cotidiano familiar.

Podemos sintetizar, portanto, que para Raquel a família se define como moldada por laços, sejam eles consanguíneos (que são, sim, relevantes), ou afetivos (que passam a ser construídos com o convívio e esforço dos membros). Teria uma função de proteção, provimento, acolhimento, afeto e educação. E é dinâmica em essência, não sendo composta por vinculações completamente formuladas nem completamente estáveis. O exercício do afeto se revela ainda em construção e ao longo da narração, Raquel buscava delinear o que sentia perante os demais membros da família, deixando evidente que, mesmo não havendo uma estabilidade nas experiências afetivas, é inegável sua relação com seu pertencimento à família e elaboração de sua identidade adotiva:

Não, é porque eu dificilmente eu falo a palavra amor, eu te amo, eu não gosto. Eu acho meloso, com eles, com meus pais. Mas enfim, foi um... Foram tempos difíceis. Bem difíceis, e sou grata sim a eles, por tudo. Até hoje. Brigas, é normal. Mas, é isso, né?! Não tenho mais o que falar não, foi isso aí. (Raquel, filha da Família 1)

#### 7.1.4 Análise do Photovoice

Nos Quadros 8 a 11, é possível encontrar as descrições detalhadas das imagens utilizadas no *photovoice*. Nesses quadros, cada seção apresenta as fotografias agrupadas aleatoriamente pelo pesquisador a partir dos materiais enviados pela Família 1. Além disso, destacam-se nos quadros as fotos eleitas pelo grupo como sendo as mais significativas em cada etapa da entrevista, evidenciando a importância atribuída pelos participantes a essas imagens em específico perante as demais apresentadas em cada seção.

##### 7.1.4.1 Seção 1

**Quadro 8 – Fotos componentes da seção 1 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 1**

Foto		
1	2	3
Raquel e Zélia sentadas no sofá, em roupas casuais. Zélia possui um livro no colo. Ambas usam óculos.	Um gato dorme na cama em um lençol listrado. A gata é branca com manchas cinzas.	Uma folha de papel A4 contendo um desenho de criança. Nele há uma pirâmide dividida em três seções. Na seção do meio, há uma família composta de duas meninas, um homem e uma mulher.

Fonte: o autor

##### Conteúdo da narrativa

A foto 3 é descrita por Zélia, que vem de uma pasta na qual são guardados desenhos feitos pelas filhas. Ela se confunde, achando que o desenho foi feito por Raquel, mas a filha interrompe dizendo que foi de Clarice. Segundo Zélia, há algo escrito no desenho, que ela não se recorda o que significava, mas a escolha desse objeto como representativo foi pelo que ele traz: a família desenhada pela criança.

Mãe e filha descrevem a foto 1. Elas alegam que essa é uma das várias fotos tiradas durante a pandemia e representa um momento comum entre as duas: assistir televisão. Enquanto Zélia afirma que Raquel gosta de assistir televisão com os pais, a filha contrapõe dizendo que eles atrapalham a experiência ao conversar muito: “*Quando tem filme de ação, por exemplo, eles ficam: ‘Meu Deus, isso nunca aconteceria na vida real’. Fica falando coisa*” (Raquel, filha da Família 1, *photovoice*). Apesar da contestação bem-



humorada, a imagem é representativa especialmente do momento em que a entrevista foi realizada, com a família em isolamento social.

A foto 2 foi apresentada por Raquel. Segundo ela, apesar de ser o seu “filhinho”, o gato Sasuke é um símbolo de união para a família, pois todos amam ele. A escolha da fotografia mais representativa segue nesse caminho. Raquel, de antemão, diz que escolheria a foto 2, por levar em conta a simbologia de união que o gato apresenta. Entretanto, afirma que está certa de que os pais escolherão o “desenho feio” (conforme menciona). Zélia surpreende dizendo que também escolheria a foto do gato. Já Jorge corresponde à suspeita de Raquel e diz que, de fato, o desenho é mais representativo. Por fim, acordam que a foto 2, com o gato, deveria ser a selecionada.

### *Interação na narração*

Predominaram, nessa seção do *photovoice*, as declarações de dependência (expressões de confiança, desejo de direção ou conformidade com o grupo), de contradependência (expressões de rejeição ou independência da liderança atual ou autoridade) e emparelhadas (expressões de sinceridade, amizade, suporte, e/ou intimidade).

As declarações de dependência foram mais frequentes entre Raquel e Zélia e revelavam continuidade nas narrativas ou conformidade grupal nas histórias e opiniões. Houve momentos nos quais uma das participantes convocou a outra a comentar, tiraram dúvidas sobre as narrativas, ou concordaram entre si:

Z: Tá, você que escolheu a outra, fale aí.

R: Eu escolho a outra, só porque as... Ele é o nosso filhinho, na verdade ele é o meu filhinho. (*Photovoice*, Família 2)

P: Por que tu acha que eles iam escolher o desenho feio?

R: Porque tem nós quatro lá e eles gostam de desenho. Que a gente faz, simples assim.

Z: Adora mesmo, quando elas fazem desenho. (*Photovoice*, Família 2)

As declarações emparelhadas são ilustradas por momento de intimidade explícita entre os membros, seja comentando comportamentos e fatos uns dos outros, seja com brincadeiras e bom humor nas interações:

R: Porque a gente tava tirando um monte de fotos na quarentena.

Z: É, ela gosta de tirar fotos e já tinha tirado um monte. (*Photovoice*, Família 2)

Por fim, as declarações de contra dependência incluem alguns momentos de discordância tanto na construção das narrativas sobre as fotos quanto na escolha da foto mais representativa:

Z: Peraí, deixa eu ver só o que é isso. Esse é um desenho que você fez, filha. Fui eu que escolhi.

R: Não fui eu não!

Z: Né não? É de Clarice. (*Photovoice*, Família 2)

Z: A gente gosta de ver série, alguma coisa junto, ou ver um filme junto.

R: Eu não gosto de ver não.

[...]

Z: Eu comecei mais com Clarice.

R: Eu não gosto de ver nada de televisão com eles, porque eles falam demais e fica estragando o negócio. (*Photovoice*, Família 2)

Z: Não, eu gostei, eu gosto do Sasuke. Se tem que escolher uma dessas três, eu escolheria Sasuke.

R: Você escolheria Sasuke?

Z: Escolheria. (*Photovoice*, Família 2)

De acordo com Bordia, DiFonzo e Chang (1999) esse tipo de declaração marca um movimento grupal de estabelecimento de normas e liderança. No caso, busca-se identificar quem irá conduzir a narrativa central. Entretanto, revela a multiplicidade de perspectivas que, por outro lado, denota a riqueza em torno do objeto discutido. No terceiro exemplo apresentado, é possível identificar como, através da quebra de expectativa de Raquel sobre a escolha da mãe, se esboça um alinhamento entre as duas. Já no primeiro exemplo, a complementação discordante complementa a narrativa incluindo um quarto membro (a irmã Clarice) na contextualização. Assim sendo, as declarações de contradependência na análise de narrativas compartilhadas parece colaborar com a formação de novos sentidos sobre a tarefa.

#### 7.1.4.2 Seção 2

### Quadro 9 – Fotos componentes da seção 2 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 1

Foto		
1	2	3
Zélia e Jorge em pé se abraçam. Ela veste preto e ele uma camiseta amarela. Ao fundo, há um violoncelo encostado em uma parede branca.	Há vários papéis em uma mesa. Dentre eles, há listas, folhas de caderno escritas a mão, cartões de papel e pinturas infantis.	Um varal de teto lotado de roupas penduradas para secar.

Fonte: o autor

#### Conteúdo da narrativa

Tanto a escolha quanto a descrição da foto 1 é feita por Raquel. Ela diz que, apesar de Jorge não parecer estar se divertindo muito, a foto representa um momento dos pais alegres. Segundo ela, poucos casais hoje ficam juntos tanto tempo e eles destoam nesse aspecto, se amando e confiando um no outro. Representa, com as mãos, um coração para demarcar que eles são unidos: “*Poucos casais ficam juntos assim por bastante tempo e até hoje eles são... Isso aqui, ô. (Faz coração com os dedos). Coração em coreano. São unidos, confiam um no outro*” (Raquel, filha da Família 1, photovoice).

Zélia afirma que a foto 2 apresenta um símbolo da família. Os papéis representam momentos de diálogo entre os membros. São reuniões que a família costuma fazer para se abrirem sobre as situações que estão vivenciando que são registradas em papel, ou apoiadas em cartas e bilhetes feitas por eles na tentativa de externalização de sentimentos e frustrações. Os efeitos desses momentos são diversos: “*Às vezes é estressante, já aconteceu de o resultado não ser o que a gente queria, mas geralmente o resultado é muito bom*” (Zélia, mãe da Família 1, photovoice). Jorge aprofunda sua percepção sobre esse momento:

De repente é até uma característica nossa e a gente ainda não tenha percebido conscientemente que é... Chega o momento que a gente senta e velho vamos conversar, porque “tá bom, não tá”, “penso desse jeito”, “penso do outro”, e um ouve e outro fala e às vezes ninguém ouve e às vezes ninguém fala. É um momento que a gente cultua isso, de sempre tá procurando ouvir e procurando falar. Mesmo que isso muitas vezes não dê certo, o bicho pega, mas é legal. Mesmo que o bicho pegue, porque é o momento mesmo de falar, né?! (Jorge, pai da Família 1, photovoice)

Já a foto 3 apresenta sunquínis (vestimentas para executar alguns esportes aquáticos). Para Zélia, a conexão com Raquel, quando se conheceram, envolveu o interesse das duas com esportes. Dentre eles, o polo aquático é praticado hoje por Zélia em companhia das filhas. Daí a importância dessa foto, pois apresenta um momento de compartilhamento entre as três. Raquel anuncia que, dentre os esportes que gosta, polo aquático está nos últimos interesses, porém segue praticando porque sabe que a mãe fica feliz. Lembra que, quando não acompanhava a mãe, ela ficava chateada, e por isso resolveu colaborar. Zélia acrescenta:

É, eu gosto. E aí quando é hoje eu vi os maiozinhos tudo pendurado assim, sabe?! Tudo junto, as toquinhas das três, eu: “Aí que bonitinho”. Aí eu lembrei da atividade e botei, porque é a ideia de fazer coisas juntos, de ter o esporte. No caso, ainda que elas não gostem tanto assim. (Zélia, mãe da Família 1, *photovoice*)

Jorge concorda que esse compartilhamento é importante para a família. Além de contribuir com a união entre mãe e filhas, os jogos que elas participam abrem escopo de conversa sobre o que aconteceu nas partidas.

A escolha da foto mais representativa demandou reflexão da família. Zélia havia mencionado que algumas das cartas produzidas e demonstradas na foto 2 tinham um caráter de incitar reflexão através da repetição de frases escritas. Raquel reconhece que esses momentos poderiam, por vezes, serem entendidos como punição. A despeito disso, acredita que essa é a imagem mais representativa:

Eu escolhi a das cartas, mas não é por causa da reunião não, porque eu odeio as reuniões. Porque tem coisa aí no meio, que era como punição, mesmo sendo punição, vou escolher porque foi o início de tudo. Mas não é por causa da reunião não, tá?! (Raquel, filha da Família 1, *photovoice*)

De acordo com ela, mais do que as reuniões, a foto 2 é significativa pois demonstra o início de tudo. Vimos, nas narrativas individuais, que as reuniões para dialogar sobre a situação da família não foram o início, cronologicamente falando. Por outro lado, demarcam um ponto central na tentativa da família em seguir unida, firmando compromissos de ambos os lados (pais e filhas) no intuito do objetivo central de torná-los coesos. Por esse ponto de vista, portanto, as reuniões de família são também um ponto de partida.

Zélia reconhece que as reuniões eram entendidas como adversas para as adolescentes. Narra um fato no qual Raquel – após ciência de ter se comportado de modo inadequado – perguntou se a mãe bateria nela. Sua resposta foi a seguinte: “*Eu vou bater?! Pra quê? Eu sei fazer coisa muito pior que isso*” (Zélia, mãe da Família 1, *photovoice*). Pior que isso era dialogar sobre os sentimentos e comportamentos, ou ter privado o acesso a celular.

Esse é um exemplo de como o processo de narração incita a produção de sentido e a reavaliação de perspectivas outrora cristalizadas pelo grupo. Raquel afirma, de pronto, categoricamente, que não gostava das reuniões de família. Zélia reconhece que as reuniões eram aversivas para as filhas. No entanto, ao elaborar uma nova narrativa sobre o fato, essas reuniões se delineiam como representativas da família pelo seu caráter transformador e diplomático, sem abandonar completamente os sentidos anteriores. Por fim, a foto 2 é eleita a mais representativa:

Z: Eu acho que assim, a foto de nós dois, é legal assim. Eu acho que interfere bastante, mas acho que a carta é mais... não é uma carta não, é um monte de coisa junto. O momento da reunião.

R: Porque é o início de tudo, eu não gosto de reunião não.

Z: Eu sei, filha.

R: Então!

Z: Tá, o início de tudo. (*Photovoice*, Família 1 sobre a foto 2)

### *Interação na narração*

Predominaram, nessa seção, as declarações emparelhadas. Nelas, a ênfase se remete às expressões de intimidade entre os membros:

J: Eu gosto mais de futebol, você sabe.

PA: Eu sei. Pronto. (*Photovoice*, Família 1)

Foram também identificadas interações de afeto, como essa brincadeira entre Jorge e Raquel:

J: Ô [apelido]! Amo vocês.

R: Ô [apelido], nada. Não comece não, sai daqui.

[...]

R: Porque eles são muito “negoçados”.

Z: Porque te ama.

R: Isso eu já sei, às vezes é demais.

Z: Amor nunca é demais. (*Photovoice*, Família 1)

Wheelan e Mckeage (1993) encontraram evidências de que a presença predominante de declarações emparelhadas nas interações grupais está relacionada a níveis mais altos de coesão e produtividade. Esses achados sugerem que a presença de intimidade e afeto entre os membros da família pode indicar um alinhamento maior, um maior conhecimento das particularidades individuais e uma maior liberdade para compartilhar e construir coletivamente uma narrativa comum sobre eles.

Mesmo as declarações de contradependência, nas quais há uma contraposição em relação ao discurso de algum membro do grupo, houve demonstração da relação de afeto presente na Família 1. Uma evidência disso é quando, contrariando a fala de Zélia sobre o compartilhamento de um hobby com a filha, Raquel ressalta sua posição e a razão por acompanhar a mãe:

Z: E eu escolhi esse outro da direita... Eu escolhi essa foto da direita, porque é o seguinte, essa foto são os nossos sunquínis. Porque, de vez em quando, as meninas jogam polo aquático comigo. Treinam polo aquático comigo.

R: Eu não gosto de polo aquático. Eu gosto de todos os esportes, polo aquático tá lá no finalzão, mas eu só vou para ela, dona Zélia ficar feliz

[...]

Z: Mas eu fico feliz mesmo. (*Photovoice*, Família 1)

Declarações de dependência também foram frequentes, demonstrando a colaboração dos membros da família na execução da tarefa e na construção coletiva das narrativas sobre as fotos:

Z: São essas duas? Ô, você escolheu a de cima.

R: Baixe aí, mãe. É que a gente botou junto. O que é isso?

Z: Ah, eu vou explicar. Você explica primeiro o de cima. (*Photovoice*, Família 1)

### 7.1.4.3 Seção 3

#### Quadro 10 – Fotos componentes da seção 3 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 1

Foto		
1	2	3
Uma pia de cozinha com muita louça para lavar. Ao canto, um escorredor com pratos já lavados.	Aparentemente um quebra-cabeças com uma paisagem de uma vila, com muros de pedra. O brinquedo está montado em cima de uma caixa de papelão.	Uma mesa de almoço. É possível ver um prato de macarrão, muitos condimentos, e quatro pratos servidos.

Fonte: o autor

#### Conteúdo da narrativa

Jorge começa alegando que a foto 1 é a mais representativa da família. Raquel concorda e diz que eles são muito bagunceiros, chegando a irritá-la. Lista, em ordem, Jorge como o mais organizado, depois ela, depois a mãe e, por último, a irmã.

A foto 2 representa um momento de vínculo entre Raquel e Jorge. Eles gostam de jogos de tabuleiro e, ocasionalmente, se reúnem para montar quebra-cabeças. A adolescente ressalta que a foto foi escolhida por ela para constar no *photovoice* e, mesmo a irmã não estando presente, o fato de representar um momento significativo entre ela e o pai foi motivo suficiente para a escolha: “*Só eu e ele, ela [Zélia] só botou uma pecinha lá, pá. Mas mesmo assim, porque é uma relação minha e dele*” (Raquel, filha da Família 1, *photovoice*).

Ao narrar o contexto da foto 3, Zélia pontua que, mesmo na pandemia, a família estava com dificuldade em se reunir. Embora os quatro estivessem isolados em casa, cada um estava imerso nas próprias coisas, em geral trabalhando, estudando, ou mexendo no celular. Ela conta que, em diálogo com Jorge, resolveram estimular um momento de união durante uma das refeições. Para não exagerar com o grupo, estipularam que o café da manhã e o jantar seriam livres, cada um comeria no momento em que quisesse, mas a família deveria almoçar junto. Raquel acrescenta que, com as reuniões de almoço, veio outra tradição:

R: Aí começou esse negócio de fazer vibração.

Z: É, aí começou a fazer vibração, agradece, vê o que tá rolando na época.

R: Mais de um ano fazendo esse negócio.

Z: Um ano e meio, a gente todo dia faz. Então é isso, por isso que eu escolhi o almoço. Porque é uma hora legal. Aí geralmente acontece que nessa hora a gente acaba estando junto, conversando, falando as coisas. (*Photovoice*, Família 1 sobre a foto 3)

A escolha da foto mais representativa está alinhada com a colocação de Jorge no início da seção 3 do *photovoice*. Todos concordam que a foto 1 simboliza a família, pois se consideram um tanto bagunceiros. No entanto, Zélia traz uma perspectiva diferente sobre o contexto da foto. Para ela, mais do que representar a bagunça, a pia cheia de louça representa um dos muitos compromissos que a família assumiu coletivamente acerca do ambiente em que vivem. Embora nem todos os membros cumpram esse acordo com regularidade, esse elemento revela uma faceta diplomática comum ao grupo.

### *Interação na narração*

As declarações de dependência marcaram as interações nessa seção. Elas são expressas, principalmente, pelas ideias de concordância e conformidade. Entende-se como exemplos as situações nas quais os membros da família foram no encontro à posição do narrador principal em dado momento, seja por influência e convencimento, seja por alinhamento prévio:

J: Essa! A primeira! A primeira da esquerda, é essa que representa a família, sempre! Sempre! Essa daí. Não é coisa de reunião, não. É conversa, é essa daí.

R: Vou escolher essa, porque nossa família é muito bagunceira. Quer dizer, eu e Jorge somos os que mais limpam a casa, entendeu?! Assim, ó. Primeiro lugar... É claro que é verdade, mainha. Oxe, você fica me atrapalhando, você não faz nada.

Z: Eu sei que é verdade. (*Photovoice*, Família 1)

As narrativas construídas durante as interações dessa categoria tiveram como marca a colaboração progressiva de cada contextualização de foto. Novas informações eram sendo acrescentadas cada vez que a palavra passava, e as descrições não ficavam a cargo de apenas um dos membros da família:

J: É basicamente você e seu pai.

R: Só eu e ele, ela só botou uma pecinha lá, pá. Mas mesmo assim, porque é uma relação minha e dele, mas eu vou escolher o da pia bagunçada.

P: Isso é uma televisão atrás?

Z: Era a caixa de uma televisão.

R: É, porque a gente comprou uma televisão nova, tá até hoje aqui a caixa.



Z: Pra poder botar... (*Photovoice*, Família 1)

Constaram também interações pautadas nas declarações emparelhadas, marcadas pela intimidade. Nelas, constaram piadas internas entre a família, principalmente entre Jorge e Raquel.

#### 7.1.4.4 Seção 4

### Quadro 11 – Fotos componentes da seção 4 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 1

Foto		
1	2	3
Uma cadela de raça shih-tzu sentada em um chão de azulejos. Ela é branca, com manchas cinzas, e possui uma presilha na cabeça.	Zélia está sentada de frente a uma mesa d escritório. Há papéis sobre a mesa e um abajur. Ela faz sinais com as mãos indicando o número 2 e uma careta engraçada.	Dez pessoas estão na foto. Na esquerda, encontra-se a Família 1. Clarice e Raquel estão sentadas ao lado de um casal de idosos. Estão em um ambiente aberto, aparentemente um sítio. No chão, há dois cães husky brancos.

Fonte: o autor

#### Conteúdo da narrativa

A foto 1 é contextualizada por Raquel. Segundo ela, a escolha da foto foi sua e o objetivo foi não ser injusta com o gato Sasuke. Ela narra que, às vezes, as pessoas acreditam que ela gosta mais do gato do que da cachorra e precisa mostrar que isso não é verdade: “*A de Memel [cadela] é porque eu amo ela e Sasuke igual, muita gente acha que eu prefiro Sasuke do que ela, é mentira*” (Raquel, filha da Família 1, *photovoice*).

Emenda a descrição da foto 2. Diz que a foto representa a relação que ela possui com Zélia e, portanto, acredita que é a foto mais significativa. De acordo com Raquel, ela e a mãe têm uma proximidade que se traduz em piadas internas e cumplicidade.

A foto 3 representa um dia no qual a família estava no sítio da irmã de Zélia. Raquel alega que não gostou muito daquele dia. Para Zélia, entretanto, a foto tem significado por estar grande parte da família extensa presente.

A foto escolhida como mais representativa, entretanto, é a foto 1. Para Zélia, apesar de não ter a família na imagem, a cadela representa a mudança deles para um apartamento maior, o que permitiu que a adotassem:

Porque as meninas estudavam longe, a gente trabalhava do outro lado, era muito corrido, estressante, o tempo inteiro no carro e aí Mel de alguma forma simboliza esse outro momento que a gente ficou mais próxima e no final das contas ficou direto, né?! Porque a gente veio pra cá, foi a mesma coisa, foi quando começou a pandemia, faz dois anos e meio. (Zélia, mãe da Família 1, *photovoice*)

Jorge acrescenta que a chegada da cadela foi sentida por toda a família e o casal percebeu que a relação entre ela e as filhas gerou novas possibilidades de extravasar os sentimentos. Zélia acrescenta: “*No começo falava assim, que as pessoas falavam de que cachorro dava trabalho, Mel não dava trabalho e ela era o contrário, tirava trabalho. Porque as meninas canalizavam muita coisa de atenção, desopilador de adolescente*” (Zélia, mãe da Família 1, *photovoice*).

### *Interação na narração*

Nessa seção, foram observadas declarações de dependência, emparelhadas e de contradependência. Curiosamente, houve casos nos quais as interações evidenciavam mais de uma categoria de declaração, casando afeto, intimidade, complementação e conformidade. Entende-se que, possivelmente, a categorização aqui atribuída é arbitrária e não delimita a complexidade das relações estabelecidas por um grupo durante uma entrevista. Entretanto, ao adotar esses critérios, foi possível propor uma perspectiva adicional de vislumbre ao processo de narração conjunta.

Um exemplo de sobreposição entre as declarações emparelhadas e de dependência é apresentado na interação entre Raquel e Zélia. Dado momento, Raquel busca definir precisamente qual a relação que tem com a mãe, e novas palavras vão surgindo de modo a construir um significado satisfatório para a adolescente. Zélia auxilia, contribuindo com uma definição que é, enfim, acatada:

R: Assim, pelo fato de termos nossos próprios momentos, ela também e eu temos nossos próprios momentos. E aí, eu e ela somos muito... Como é a palavra?

Z: Unidas? Amorosas?

R: É mais que unidas. É mais do que união. É algo que só eu e ela entende, quer dizer, outros podem entender mas aí vai ter um significado mais engraçado pra nós do que para os outros. Cê entendeu né?

Z: Cumplicidade!

R: Cumplicidade, isso! (*Photovoice*, Família 1)

#### 7.1.4.5 Síntese do *photovoice*

É importante ressaltar que a proposta de análise das interações no *photovoice* envolve a contextualização integral dessa proposta de pesquisa. Elas não excluem, portanto, os conteúdos apresentados na entrevista grupal engatilhada pelo *photovoice*, nem as entrevistas individuais realizadas previamente. Por outro lado, foi possível observar grande parte das dinâmicas narradas pelos membros da família nas entrevistas individuais.

Além disso, além de simplesmente narrar os contextos das fotos, foi solicitado aos participantes que enfrentassem um desafio (escolher qual foto é mais representativa em cada seção do *photovoice*), o que naturalmente pode levar a relações de contradependência, uma vez que a tarefa incita a possibilidade de divergências e diferentes perspectivas frente ao mesmo signo.

No entanto, é relevante destacar que as interações entre os participantes, combinadas com os conteúdos discutidos, proporcionaram uma maior compreensão do que a família entende como representativo para ela. Essas interações e conteúdos discutidos geraram elucidativas discussões e insights sobre os valores, significados e identidade de família. Mesmo os pontos de divergência colaboraram para a construção de um alinhamento comum e puderam expor nuances dos tópicos debatidos no *photovoice*.

Dentre os aspectos recorrentes nas entrevistas individuais e, agora, emergentes no *photovoice*, destaca-se a ideia de união como ponto de representação para a família. Mesmo as fotos que não tiveram como foco exibir os membros juntos foram associadas a momentos simbolizados pelas relações interpessoais entre pais e filhas. Por exemplo, o momento de praticar esportes juntos, assistir televisão, o almoço, as reuniões para dialogar sobre os problemas enfrentados pelo grupo, etc.

Sobre esse último exemplo, é retomado o processo de comunicação não apenas como representativo para a família, mas também como aquilo que tornou possível sua coesão e – possivelmente – existência.

Quanto às interações, especialmente aquelas demarcadas por declarações de dependência, mostraram a validação da família acerca do discurso da filha. Eram frequentes as chamadas estabelecidas pelos pais buscando dar espaço para que Raquel descrevesse não apenas as situações objetivas demarcadas pelas fotos, mas também suas emoções diante do que era apresentado.

As relações de emparelhamento também sinalizaram variações intragrupo. Os elementos dessa categoria observados na interação entre mãe e filha denotavam maior explicitação de afeto, enquanto entre pai e filha a ênfase era nos sinais de intimidade (associados às brincadeiras entre eles e à menção a histórias particulares um do outro).

A construção de sentido sobre família no *photovoice* apresentou uma distinção interessante quando comparada às entrevistas individuais. Enquanto nelas os três membros demarcaram aspectos referentes a suas trajetórias com a justiça e a institucionalização, na entrevista coletiva esse ponto foi omitido. Embora também presentes nas entrevistas individuais, no *photovoice* a Família 1 centrou-se na construção de narrativas pautadas nas relações de afeto estabelecidas entre os membros, bem como nos processos agentivos de tomada de decisão individual e grupal para a garantia do funcionamento da família como unidade.

## 7.2 Família 2: “Família é assim, sempre cresce”

O núcleo da Família 2 é composto por Martha e Djamila, mães por adoção, e Cecília, sua filha. Os dados acerca da Família 2 não se resumiram às duas entrevistas realizadas. Durante a primeira entrevista, a Martha informou que havia materiais audiovisuais sobre ela e sua filha Cecília discutindo maternidade e adoção. A entrevista individual e o *Photovoice* realizados com Martha e a família foram, então, complementados por esses materiais. A origem dos depoimentos, entretanto, não serão explicitados nesta pesquisa e as menções serão corrigidas de modo a evitar identificação das participantes. O Quadro 9 revela a distribuição das entrevistas e outras fontes de dados utilizadas na análise:

**Quadro 12 – Entrevistas e depoimentos da Família 2**

#	Participante	Formato	Duração
1	Martha (mãe)	Entrevista individual	41 minutos
2	Martha (mãe)	Depoimento	13 minutos
3	Cecília (filha)	Depoimento	3 minutos
4	Martha, Djamila e Cecília	<i>Photovoice</i>	32 minutos

Fonte: o autor.

A entrevista individual e o *photovoice* foram realizados em janeiro de 2023, via *Google Meet*. O depoimento de Martha data do ano de 2020 e o de Cecília data de 2022. O contato com a Família 2 ocorreu com base na busca ativa de participantes na rede social Facebook. A decisão pela busca nessa rede se deu diante da necessidade de realizar entrevistas remotas, por conta da indisponibilidade de fontes locais.

Ademais, o Facebook agrega inúmeras páginas voltadas ao compartilhamento de experiências sobre adoção e lá é possível encontrar famílias disponíveis a apresentar suas histórias. Curiosamente, nesse processo foi possível identificar grupos geridos por equipes técnicas dos Tribunais de Justiça que conduziam a busca ativa de famílias postulantes à adoção. Por busca ativa entende-se o processo de localização de famílias em todo o território nacional que se dispõem a adotar crianças e adolescentes que, por diversos fatores, como idade avançada, deficiência, existência de fratria, dentre outros aqui já discutidos, são preteridos pela maioria dos postulantes à adoção (Machado, Ferreira & Seron, 2015). Em geral, esse processo é realizado por psicólogos e assistentes sociais e tendem a garantir o melhor interesse do adolescente. Narro esse complemento,

pois a inserção nesse contexto virtual revelou um universo de possibilidades de pesquisa sobre adoção, especialmente no que se refere à já discutida necessidade de construção de rede de apoio, bem como estudo sobre adoção, fundamentais para todas as famílias que participaram deste trabalho.

As narrativas produzidas foram também recontadas, sendo alinhados temas e estabelecida uma linha do tempo de fatos referentes à adoção. Detalhes acerca das características socioeconômicas e raciais, dentre outras de relevância, serão apresentadas ao longo dessa recontagem. Adianta-se que a Família 2 é composta por três mulheres ativas politicamente e seu posicionamento político e social (inclusive acerca da adoção) se mostra estruturante na construção da identidade da família.

### ***7.2.1 Recontando a narrativa parental: Martha***

#### *7.2.1.1 A gestação nunca foi um sonho, a adoção é o “Plano A”*

Martha inicia sua narrativa se posicionando como uma pessoa LGBTQIA+. Segundo ela, essa compreensão sempre esteve presente e o desejo da maternidade a acompanhava. Havia a clareza, entretanto de que a maternidade não seria fruto de gestação. Há a certeza e a listagem de motivos que perpassam pelo não desejo de gestar uma criança, mas também por uma perspectiva política frente à parentalidade: preocupação com a superpopulação do planeta, não interesse no processo de barriga de aluguel, e reafirmação de formas de constituição familiar que extrapolam o modelo cis-heteronormativo.

Seu desejo, entretanto era direcionado. Queria ser mãe de bebê, duas ou três meninas, em contraste com sua experiência de vida que perpassa a convivência com irmãos homens.

O desejo torna ação quando, aos trinta anos, aproximadamente, Martha passa a participar de grupos de adoção on-line. O demarcador que ela adota para esse momento não é necessariamente sua idade, mas sua condição financeira. Para ela, foi fundamental estar mais “estabilizada” para então buscar conhecer melhor, e de modo mais concreto, o universo da adoção. Porém, afirma que sua intenção seria se antecipar, pois só quando estivesse perto dos quarenta anos buscaria dar entrada no processo de adoção. Inicia, então, o cadastro para participar do programa de apadrinhamento afetivo. Aqui, há uma convergência na escolha do perfil de apadrinhamento com outros dois fatores. Explicitamente, Martha diz que gostaria de ter uma afilhada menina, pois só tinha

afilhados homens. Chega a afirmar que é um desejo egoísta e restringiu o gênero por essa razão. Não aborda o contraste entre o ato do apadrinhamento afetivo e a lógica altruísta que, em geral, é o que socialmente se associa. Um segundo aspecto, mais implícito, é a também convergência entre o gênero da afilhada que planejava ter com o gênero da filha que dizia que teria futuramente.

Existem distintas formas de apadrinhamento e modos de funcionamento dos programas com essa finalidade. Sua regulamentação está posta no ECA:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1o O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)

Assim, há diversas experiências operacionalizadas pelos Tribunais de Justiça de cada estado, com ênfases, por exemplo, em propostas de convivência de curta duração (em férias ou feriados), de acompanhamento a cursos e desenvolvimento escolar, ou até de transferência de doações em dinheiro. A intenção de Martha, entretanto, era buscar o apadrinhamento afetivo, o que pressupõe um convívio e a construção do vínculo entre o apadrinhado e o padrinho ou madrinha. Assim, são realizadas atividades conjuntas, visitas à instituição e à casa da família que apadrinha, dentre outras formas de relação previstas em cada programa. Teve, entretanto, dificuldade em encontrar instituições de acolhimento que ofertassem essa modalidade:

E aí, eu fui através do programa de apadrinhamento afetivo conhecer algumas meninas no abrigo. Na época o programa de apadrinhamento não era oficialmente implantado, digamos assim, não era através da vara. Alguns abrigos ofereciam esse programa e você ia através da equipe técnica do abrigo. Então... Que foi o que aconteceu comigo na época, tinha uma tia que trabalhava na vara da infância e que disse : “Eu sei que tal e tal abrigo aceita. Vai lá!” (Martha, Mãe da Família 2)

Quando encontrou um abrigo que disponibilizava esse serviço, Martha entrou em contato e passou por entrevista com a psicóloga da equipe técnica da instituição. O perfil para apadrinhamento também é definido pelos Tribunais de Justiça e, a depender do estado, com maior ou menor autonomia para as instituições de acolhimento. Nesse caso,

o perfil disponível era de crianças mais velhas, na média de 8 anos. Para Martha, esse não seria um problema, possivelmente porque não conflitava com seu plano de adotar em um processo distinto e, aí sim, estabelecer como critério seu desejo inicial de ser mãe de bebê.

Inicialmente, a psicóloga buscou convencer Martha a apadrinhar outra menina, que tinha sido apresentada previamente por foto e, em sequência, se conheceram pessoalmente. Porém, “*não bateu*” (Martha, mãe da Família 2). Cecília era a segunda opção de criança da instituição para ser inserida no apadrinhamento, e mesmo sem ter informações detalhadas sobre ela, Martha aceita encontrá-la. É nesse contexto que elas se conhecem. No primeiro momento, seu contato foi mais neutro. Martha se aproximou de Cecília na condição de voluntária do abrigo, sem explicitar seu desejo pelo apadrinhamento. Seu contato inicial aconteceu em uma festa de aniversário de outra criança da instituição, e essa foi uma ocasião na qual Martha pôde observar o comportamento de Cecília, a forma como ela interagia com os colegas e funcionários.

Então, eu fiquei observando ela naquele aniversário, que era aniversário da outra menina, inclusive. E naquela festinha eu fiquei observando ela interagir com outras crianças e tal, a personalidade. Ela era uma menina muito tímida, muito mesmo, ela mal falava, se você fizesse uma pergunta ela dava de ombro. Então, isso irritava a maioria das pessoas porque era uma criança que não construía vínculos, não se comunicava, não se abria. (Martha, Mãe da Família 2)

Em sua narrativa, Martha enfatiza a questão da comunicação e interação para, em seguida, contrastar com a relação estabelecida entre ela e Cecília. De alguma forma, rapidamente Martha percebe que há uma diferença positiva com a forma que Cecília se aproximava dela, a princípio de modo discreto. Na despedida, entretanto, a criança comunica a Martha o desejo de tê-la como madrinha e, no caminho de casa, ela entra em contato com a psicóloga para formalizar o pedido.

O processo de apadrinhamento afetivo costuma ser bem demarcado como diferente, pelas equipes técnicas que o acompanha. Isso é feito para que as crianças não criem expectativas de adoção por aqueles que as apadrinham. Do outro lado, padrinhos e madrinhas são orientados a não apresentarem indícios que sugiram interesse em adoção, o que pode levar à construção de um vínculo complexo e situações de ruptura com a criança institucionalizada. São, portanto, dois processos socioassistenciais e jurídicos completamente separados: a adoção e o apadrinhamento. Martha havia internalizado essa



condição: *“Para mim era completamente desconectado, aquela menina era minha afilhada e um dia, lá no futuro, eu teria as minhas filhas”* (Martha, mãe da Família 2).

O vínculo entre as duas se fortalecia e, quando Cecília tinha aproximadamente 13 anos, Martha recebeu uma ligação do abrigo solicitando que elas se afastassem. O motivo era uma família interessada em adoção, e o apadrinhamento afetivo poderia dificultar o estabelecimento da possível relação de filiação por parte da adolescente. A aproximação dessa família com Cecília ocorreu por aproximadamente um ano, entretanto a adoção não se concretizou. A reaproximação entre Martha e Cecília, entretanto, não ocorreu de imediato. Martha narra que se encontrava em um momento emocionalmente complexo, vivendo o luto de um término de relacionamento, além de estar em transição de emprego.

Quando se sentiu preparada emocionalmente e estabilizada no novo emprego, Martha retoma o contato com o abrigo e conversa com Cecília. Ainda sem pensar em adoção, lança a proposta de pedir sua guarda. Entretanto, o retorno não é o esperado:

Eu acho que estava estabilizada no emprego, é, foi isso. Estava estabilizada no emprego, já tinha vivido meu luto, eu disse: “Cecília - ainda sem pensar na adoção, veja - Cecília, você gostaria que eu pedisse sua guarda?”. Eu achei que eu estava arrasando, né?! E ela disse: “Não”. Aí eu falei: “Ah, tá bom” (Martha, mãe da Família 2)

A seguir, Martha entende a razão da negativa. Cecília foi institucionalizada junto a dois irmãos. O mais velho já havia sido desinstitucionalizado e, se ela saísse do abrigo, ele ficaria só: *“E ela disse que jamais deixaria o irmão dela sozinho no acolhimento, né?!”* (Martha, mãe da Família 2). No ano seguinte, após o irmão de Cecília sair da instituição, ela conversa com Martha sugerindo que esta pedisse sua guarda.

#### *7.2.1.2 Ainda sem pensar que ela queria ser adotada, porque nossa relação era de madrinha e afilhada*

Nesse ponto da narrativa, Martha reflete sobre a sua relação com Cecília e como ocorreu o processo de transição entre as posições “madrinha ⇔ afilhada” e “mãe ⇔ filha”. A princípio, tinha em mente que levar Cecília para casa correspondia a um papel de apoio, e a guarda não significaria uma mudança na relação que elas tinham até então. Formalmente, essa situação foi questionada na primeira reunião de acompanhamento com a equipe técnica que as duas tiveram após a concretização da guarda. A psicóloga, então, chama Martha e pergunta se ela gostaria de adotar Cecília. Apesar do imediato aceite,

Martha levanta duas preocupações. A primeira é se o desejo era recíproco. A segunda seria a possibilidade de o processo soar forçado, especificamente com algumas mudanças que a adoção incita, como, por exemplo, a mudança de sobrenome e tudo o que isso pudesse implicar.

A situação de apadrinhamento e guarda estava tão estabelecida que, em quatro meses de convivência na casa de Martha, ela nunca havia perguntado a Cecília se ela gostaria de ser adotada. Manifestos o interesse e as preocupações, a psicóloga revelou a Martha que o desejo pela vinculação adotiva era mútuo. Isso despertou um diálogo entre as então madrinha e afilhada e se iniciou, assim, a formalização judicial do processo de adoção.

A decisão a ser tomada sobre os sobrenomes de Cecília foi fundamental. Simbolicamente, estava em jogo a construção da identidade familiar, especialmente o processo de filiação da adolescente. Comumente, as famílias optam por alterar nomes e sobrenomes dos filhos adotivos, muitas vezes buscando dirimir fatos da sua história, ou até dificultar possibilidades de identificação. Nesse caso, Martha e Cecília optam por manter um dos sobrenomes da menina, aquele que seria compartilhado com seus irmãos, e acrescentar o sobrenome da agora mãe.

#### *7.2.1.3 Quatro! Quatro anos, fez quatro anos esse mês, exatos quatro: O período de adaptação à “novidade”*

Propositalmente, ponho entre aspas a palavra “novidade”. Isso porque, quando falamos da adaptação, em geral se pensa em uma alteração ambiental concreta, com transições ecológicas bem demarcadas (por exemplo: saída do abrigo e início da convivência na residência da família). Nesse caso, é difícil delimitar quando as transições da relação de filiação e parentalidade ocorreram. Por “adaptação”, Martha se referia ao momento em que, já em posse da guarda de Cecília, e com a adolescente residindo em sua casa há quatro meses, mais o acréscimo do tempo de relação já vigente entre as duas, o processo de adoção modificou a forma de funcionamento da família.

Martha atribui a tranquilidade na adaptação no primeiro ano ao que chama de “fantasma da devolução”. Para ela, Cecília invariavelmente temia o fracasso do processo adotivo e agia de modo a evitar essa consequência. Outra razão é atribuída à personalidade de Cecília, conforme Martha alega, uma “menina fora da curva”. Lembra conversa tida com membros da equipe técnica do abrigo, de quem escutou: “*Martha, a gente tem*

*quarenta e oito crianças aqui na associação, se tu me perguntar a única que eu tenho certeza que, aconteça o que acontecer, vai dar certo na vida, é a Cecília*". Atribui à adolescente adjetivos como: inteligente, equilibrada, observadora. Retomando o primeiro ano de convivência, diz que Cecília chegou em casa ainda muito inocente, o que considera um elogio. Nesse aspecto, embora não pareça ter feito tal referência com atribuição de valor, coaduna com receios recorrentes de postulantes à adoção acerca de crianças maiores e adolescentes que podem estar "contaminados" pela institucionalização e pelas situações adversas da vida, desempenhando comportamentos e emoções entendidas como inadequadas (Baldessar & Castro, 2020).

Ao narrar as adaptações, Martha apresenta elementos que vão para além de possíveis dificuldades na vinculação adotiva, inserindo aspectos referentes à reorganização do contexto familiar como um todo. Exemplifica a mudança de escola, incitada pelo compartilhamento de Cecília sobre dificuldades em decorrência da falta de professores na escola pública. De imediato, Martha refaz seu planejamento financeiro para matricular a filha no colégio particular.

Diante do cenário estabelecido, todo o processo ocorreu de modo célere. Martha, na época, não estava em relacionamento, sendo então a única responsável pelos trâmites judiciais. Há, em adição, questões relacionadas à vivência de mãe solo, dentre outros demarcadores sociais que – segundo Martha – impactaram sua experiência inicial. Ela reflete sobre esse momento no segundo depoimento fornecido, que será explicitado a seguir.

#### 7.2.1.4 *"A experiência mais intensa que um ser humano pode ter": que é ser mãe (solo)*

No segundo depoimento analisado, Martha lembra que se tornou mãe aos 32 anos, sugerindo o momento no qual a adoção foi concretizada. Menciona a existência de uma bebê *"com um metro e sessenta de altura, cinquenta quilos e com o pezinho calçando trinta e sete"* (Martha, mãe da Família 2). A referência à concretização da parentalidade atrelada à decisão judicial demonstra o impacto da justiça na percepção de si como mãe.

No período do depoimento, Martha era mãe solo. Demarca que se tornou mãe por opção e aponta algumas características que compõem a especificidade dessa parentalidade: residir em uma grande metrópole, ser uma mulher lésbica que decidiu ser mãe, tornar-se mãe de uma adolescente (embora esse não tenha sido o plano inicial). Segundo Martha, não está claro se sua decisão pela parentalidade solo teria alguma

correlação com o fato de ter se entendido como LGBTQIA+. Apesar da possibilidade do estabelecimento de relações heterossexuais em casos particulares, a parentalidade para homens gays e mulheres lésbicas frequentemente é condicionada ao planejamento, seja ele por via adotiva ou estratégias alternativas de fertilização. Entretanto, entender que seria necessário planejar a parentalidade não explica o desejo prévio por essa condição. No seu caso, apesar de reconhecer que muitas lésbicas desejam engravidar, Martha afirma que sempre soube que seria uma mãe por adoção.

Observamos que, mesmo diante do desejo em ser mãe e o vislumbre futuro da entrada em processo de adoção, a concretização da parentalidade respaldada pela adoção, no caso de Martha e Cecília, ocorre quando não havia uma expectativa direta dessa vinculação formal entre mãe e filha. Seu contato inicial tinha caráter de apadrinhamento e esse formato de aproximação não tem como fundamento a construção de um processo adotivo. Então, mesmo diante do desejo de ser mãe, a efetivação da parentalidade outorgada pela justiça tem um caráter de surpresa que extrapola o planejamento de Martha.

A vinculação estabelecida entre Martha e Cecília e sua progressão para a condição de parentalidade e filiação dialoga extrapola um planejamento que, para Martha, residia na ideia clichê de adotar um bebê. Mesmo diante das estratégias de aproximação entre pais e mães postulantes à adoção e bebês, a construção dessa relação reside em uma maior dependência e menor autonomia por parte da criança, bem como a inexistência da verbalização que garantiria maior possibilidade de diálogo. No caso de adoção de bebês, sabe-se melhor o que esperar quanto às demandas que surgirão durante a aproximação, e os cuidados específicos variam menos. Esse paralelo se estabelece pois, caso Martha seguisse na intenção em adotar um bebê, a trajetória de construção de parentalidade em relação direta com a criança seria temporalmente mais curta, a partir do momento que as instituições de justiça e assistência pareassem ela ao possível filho ou filha.

Sua abertura à possibilidade de adotar crianças maiores ou adolescentes é associada à aproximação que estabeleceu com grupos de apoio on-line e presenciais e estudo que, segundo narra, lhe colocaram no universo da adoção. Conhecer o perfil de crianças institucionalizadas e disponíveis para adoção trouxe influência no seu desejo e na sua expectativa de exercício da parentalidade:

Uma das coisas que me chamou a atenção é algo que muitas pessoas sabem, mas que ainda é uma questão importante: as crianças desejadas e as mais

desejáveis não existem dentro dos abrigos, pois as crianças reais são maiores, em sua maioria, com mais de sete, oito anos. É justamente aí que ocorre o corte para a grande maioria dos adotantes, que só querem adotar crianças de até sete anos de idade. Quando adotei minha filha, para o perfil dela, no estado inteiro, não havia nenhum pretendente. É algo assustador. (Martha, mãe da Família 2)

Estudar a respeito e participar de grupos voltados à temática da adoção, portanto, serve não apenas a um critério prático de preparação sobre processo judicial, adaptação, condução da rotina, etc. Conforme a participante afirma, esse aprofundamento desencadeia uma transição na trajetória de construção prévia da identidade parental (prévia por ser anterior à concretização da adoção por via judicial). Aqui há uma diferença explícita entre iniciar o exercício de parentalidade com uma criança pequena ou bebê e com uma criança mais velha ou adolescente. Ao longo da narrativa, Martha revela que opção pela adoção e seu delineamento de perfil não terem um fundamento filantrópico, pautado em uma “piedade” que caracterizaria uma visão clássica sobre a adoção. Entretanto, a construção de identidade parental conforme “adentra o universo da adoção” varia tão logo Martha te contato com as demandas sociais envoltas nesse contexto. A mudança do perfil de criança para adoção não é feita formalmente, pois nesse ponto Martha não havia se habilitado para adotar. Mas internamente há uma mudança sobre possibilidades futuras. Essa mudança se sustentou também em um perfil provável de altruísmo, demonstrado por Martha em outras instâncias da sua vida. Ebrahim (2001a) caracteriza altruísmo com um conjunto de motivações que extrapolam um interesse individual e constatou maiores índices de motivos altruístas para adoção em adotantes tardios. Entender a situação de violação de direitos e falta de expectativa a crianças maiores e adolescentes orientou, portanto, motivações altruístas que modificaram a forma como Martha compreendia seu próprio entendimento de parentalidade, incluindo desejos e planejamentos relacionados a esse processo.

Martha, então, apresenta uma relação entre o perfil preterido de crianças e adolescentes que acabam sendo negligenciados pela sociedade e crescem nos abrigos e a própria experiência como mulher lésbica. Para ela, há uma relação similar de preconceito e marginalização, que ocorre tanto com pessoas LGBTQIA+ quanto com crianças maiores e adolescentes nas instituições de acolhimento. Assim, dar-se conta desses processos foi estruturante na sua construção parental, no contexto específico em que vivia. Afirma também que tem observado pessoas LGBTQIA+ assumindo posturas semelhantes, possivelmente diante desse reconhecimento de semelhança de vivência:

E outra coisa que eu acho que vejo que pais e mães, eu mesma acho que muitos de nós da Novo, vou voltar nessa questão LGBT. A gente sabe o que é sofrer. Eu sei muito bem, muitas sabemos o que é sofrer com as idealizações dos nossos pais e mães em cima da gente e aquela sensação de decepção. (Martha, mãe da Família 2)

Ser lésbica, portanto, é entendida como uma característica estruturante na sua identidade parental. Mais do que uma experiência individual, para Martha, a parentalidade e outros direitos civis (como o matrimônio) fazem parte de um conjunto de desejos geracionais para a população LGBTQIA+ que, segundo ela, atualmente protagonizam pioneirismo. Não que o desejo e, na prática, a existência de famílias nuclearizadas e planejadas por pessoas LGBTQIA+ já não fossem uma realidade, mas a conquista de direitos tem rendido frutos muito recentes diante das lutas travadas por movimentos sociais. Isso se reflete também na postura das gerações mais recentes, que encaram formas antes dissidentes de identidade de gênero e orientação sexual como não anormais:

Sempre conto que quando eu conheci minha filha, na segunda vez que fui vê-la, eu contei para ela que eu namorava uma mulher na época e que eu sempre namoraria mulheres. E ela me olhou e fez uma cara assim: "E daí?", tipo, "que diferença faz?", sabe? E eu fico muito feliz, né? Porque é bacana poder ver tudo isso e saber que sou gay abertamente e que minha filha não tem problema nenhum com isso. Os amigos dela também não têm problema, estão todos OK. (Martha, mãe da Família 2)

Martha atribui esse posicionamento à luta das gerações passadas e, como consequência, à maturidade que Cecília possui quanto a tais temas. Mesmo sobre outras questões sociais, para além das sexualidades, essa maturidade se revela, sendo a filha muitas vezes educadora para com a mãe.

A questão de gênero também encabeçou a forma como Martha construiu sua identidade parental, mesmo antes da adoção de Cecília. Vimos que o poder de decisão atribuído a ela como postulante à adoção varia em direção. Entretanto, há uma característica que sempre transpassou sua concepção e seu desejo pela parentalidade: o interesse por adotar uma menina. Martha explica que isso se sustenta na sua posição de valorização do feminino e do empoderamento das mulheres. Ela acredita que, como mulher, e ciente das lutas que mulheres enfrentam na sociedade brasileira, possui alcance para transmitir esse entendimento à filha: "*Sendo a mulher que sou, com todos os meus*

*defeitos, mas também com as minhas qualidades, tenho a capacidade de empoderar as minhas filhas*” (Martha, mãe da Família 2). Assim, a maternidade envolveria não apenas um cuidado com a rotina e as demandas imediatas, mas a construção política e a construção de autonomia que ultrapassa o cenário doméstico. É evidente que questões sociais e políticas perpassam a construção da identidade parental de Martha: “*Sempre tive muito claro que queria ser mãe porque queria e ainda quero contribuir para um mundo melhor*” (Martha, mãe da Família 2). Isso reverbera e se incuba na própria família, que não parece ignorar questões raciais, de religião, classe, etc., que operam ao seu redor e internamente entre os membros. Assim, o fator político e as preocupações com questões sociais são estruturantes na identidade de família daquele grupo.

Apesar de reconhecer sua trajetória de construção parental, bem como seu desejo por ser mãe, como determinantes em sua vida, Martha é explícita ao afirmar que não romantiza a maternidade. Já foi apresentado, em tópicos anteriores, a relação socialmente disseminada entre uma suposta compreensão da maternidade como instintiva e condizente com a natureza da mulher, e uma posição de cuidado inerente a esse gênero. Uma faceta dessa afirmação é a negação do sofrimento envolto no contexto materno, que acaba promovendo reações em cadeia de culpa e autoflagelo. Afinal, se é natural, por que se sofre? Oliveira *et al.* (2021) demonstraram que mudanças físicas, de rotina e sociais associadas à maternidade geram com frequência sofrimento psíquico e reconhecer e validar esses sentimentos opera na contramão, promovendo uma experiência mais integrada e autovalorizada de mulher e mãe. Em sua narrativa, Martha revela a importância dessa posição:

[...] respeito e valido e sou solidária a todos os sentimentos que as mães, sejam biológicas ou por adoção, possam ter. Porque acho que é a experiência mais intensa que um ser humano pode viver. (Martha, mãe da Família 2)

Martha também parece compreender que a parentalidade não é uma via de mão única, e engloba processos relacionais. Separa, em seu discurso, o desejo pela parentalidade e a experiência de filiação que a outra pessoa precisa desempenhar. Ela questiona, por exemplo, a conotação de posse das frases “eu quero ter um filho” e “eu tenho um filho”. Para Martha, o filho não é propriedade do sujeito e cabe à mãe ou pai promover oportunidade de separação que valorizem a constituição individual de cada membro envolvido na relação, especialmente as crianças ou adolescentes. Nesse ponto,

afirma que há uma outra característica sobre a maternidade, que é a presença de desafios, dentre eles o de equilíbrio:

Mas, por exemplo, sendo mãe de adolescente, eu falo muito da dificuldade que é encontrar o equilíbrio entre respeitar a privacidade desse adolescente e não negligenciar. Eu acho que essa questão do equilíbrio, pelo menos para mim como mãe de adolescente, é um desafio diário. (Martha, mãe da Família 2)

Martha conecta essa dificuldade às experiências que associa à comunidade LGBTQIA+. Caberia a ela não reproduzir atitudes e expectativas que comumente pais e mãe desferem contra os filhos no entendimento de que estão fazendo o bem, mas que acabam sendo peso para estes que se posicionam em constante risco de decepcionarem tais idealizações ao seu respeito. A ideia de equilíbrio como desafio da parentalidade, portanto, envolveria uma dimensão da presença e do cuidado parental manejada sem que incorram em superproteção ou invasão de privacidade, bem como construção de expectativas irreais que gerariam sofrimento aos filhos. Por outro lado, demandaria cautela em não gerar negligência ou quebra dos próprios deveres e posturas parentais frente às demandas dos filhos.

Ainda sobre o reconhecimento de que a parentalidade não é centralizada na figura do pai e, no seu caso, mais especificamente da mãe solo, mas sim na relação entre mais de um sujeito, Martha afirma que a maternidade *“não é para a gente, é sobre a gente se doar; doar o nosso melhor para os nossos filhos e filhas poderem dar o melhor deles e delas. É a melhor coisa do mundo, assim, é surreal mesmo.”* (Martha, mãe da Família 2). Manifesta aqui outra faceta do perfil altruísta conceituado por Ebrahim (2001b), além de revelar um entendimento moderno de adoção que se centraliza na garantia dos interesses da criança e adolescente, e não na busca de satisfação prioritária das famílias postulantes. Essa posição pode ser manifestada no seguinte trecho da narrativa:

[...] quando a gente adota, é sobre a criança, não é sobre a gente. Então, a gente não está fazendo caridade, não estamos indo lá para ajudar. Eu vejo muito isso, as pessoas tipo "ah, você adota uma adolescente, você é uma santa". Não, não sou. Eu só queria ser mãe. (Martha, mãe da Família 2)

Outra característica que engloba a maternidade por adoção tardia, na perspectiva de Martha, é a decisão. Por decisão, entende-se não apenas o desejo e o entendimento de que ela seria mãe, mas também as escolhas feitas no caminho para a maternidade (a adoção) e suas especificidades (escolha por adotar adolescente, por exemplo). Ela afirma



que, embora tenha entendido que essa foi uma decisão acertada, abriu-se espaço para posicionamentos sociais de questionamento e, em determinadas situações, invalidação da experiência parental por ser adotiva e, mais que isso, ser adoção tardia: “*Eu escuto muitas coisas, as pessoas me perguntam: ‘pô, mas você se sente menos mãe por não ter gerado, por ter adotado uma adolescente, o vínculo é diferente?’*” (Martha, mãe da Família 2). Em seu entendimento, não há razão para negar que a experiência é diferente. Primeiramente, afirma que a criança não nasceu de sua barriga e certamente isso traz um contexto específico de construção de relação entre mãe e filha. Em segundo lugar, a “criança” chegou em sua vida já adolescente, quebrando expectativas fundadas em uma noção biologizada de que o vínculo mãe-filho(a) se forma ainda na barriga e se concretiza quando a criança nasce. Por fim, exemplifica que mesmo nas maternidades consanguíneas há diferenças na vinculação entre cada filho ou filha e a mesma mãe, sendo essas diferenças comuns em qualquer contexto parental. Assim, esse tipo de questionamento não caberia como discriminador, muito menos como invalidador da experiência parental por adoção tardia.

Outro aspecto mencionado por Martha que complementa sua identidade parental é a possibilidade de alguém levar adiante a história da família:

Eu sou muito apegada a histórias de família. E para mim é lindo ver ela carregando esse sobrenome, que representa tanta coisa para a nossa família. E às vezes a gente se vê nessa criança, né? Ela fala algo que a gente pensa, e eu já me ouvi falando isso. A gente tem tantas coisas em comum. É muito interessante se ver maternando da mesma forma que os nossos pais, né? (Martha, mãe da Família 2)

Ela admite que é um pouco egoísta pensar por esse ponto, embora não pareça colocar Cecília no papel de depositário dessa história, pois valoriza as experiências anteriores que a filha vivenciou. Assim, a história que se transmite seria um conjunto de fatores, memórias, comportamentos, etc., não cegamente reproduzidos, mas ressignificados na díade formada pela adoção. Ademais, conforme observado, há uma validação na parentalidade que advém da comparação que Martha faz acerca da própria experiência com seus pais. Ou seja, assim como ela se vê reverberando atitudes que observava nos seus pais, ratificando uma identificação como filha, percebe semelhanças entre ela e sua própria filha Cecília. Essa percepção de transmissão é um componente que se posta como relevante na sua identidade parental.

Em sua síntese, a parentalidade é uma experiência positiva. Martha revela que teve boa relação com os pais e parece perceber uma semelhança com a própria experiência de maternidade. Ademais, identifica que passou a compreender melhor as atitudes parentais quando ela própria se transformou em mãe. Por outro lado, admite que a experiência é complexa e demanda agentividade para que o exercício parental seja satisfatório: “*É muita coisa para absorver, sabe? Então, temos que fazer um exercício constante de amadurecimento para sermos os melhores pais que pudermos, né?*” (Martha, mãe da Família 2).

O caráter agentivo da parentalidade revela, aqui, mais uma faceta que vai de encontro com a noção de naturalização desse processo. Martha afirma que o “modo como se exerce a maternidade” é aprendido, reproduzido e treinado:

Eu apenas sigo a forma como via meus pais sendo pai e mãe. Repito muito do que eles fazem. Acho que melhorei em algumas coisas, mas em outras não sou tão boa quanto eles e tudo bem. (Martha, mãe da Família 2)

Esse aprendizado não é só de atitudes explícitas, mas também de princípios que orientam toda a prática e sua percepção de parentalidade. Há, portanto, um quesito de valoração naquilo que é executado por Martha como mãe e seu critério comparativo é a forma como ela foi criada pelos próprios pais. A forma como ela age, na posição de mãe, é melhor ou pior considerada quando contraposta à forma como ela observava a atitude dos pais na condição de filha e, levando em conta o momento presente, na condição de uma “filha-mãe”.

De fato, o caráter de transmissão de atitude e valores, bem como da história da família, é fundamental para a compreensão da parentalidade por parte de Martha. Ela afirma “*Mulheres fortes criam mulheres fortes*” (Martha, mãe da Família 2), ao refletir acerca da criação que teve por sua mãe e do modo como busca criar sua filha. Também projeta a adoção de outra menina, e entende que a transmissão também ocorrerá entre irmãs: “*A forma como vejo minha filha mais velha me dá certeza de que minha caçula seguirá os nossos passos, de todos nós, né?*” (Martha, mãe da Família 2). Nesse último trecho, avalia-se que, para Martha, o desfecho da sua parentalidade é positivo e isso se manifesta no desenvolvimento de Cecília. A prova da sua competência parental, portanto, é manifesta na filha mais velha, lhe dando segurança na maternagem voltada para outra filha que pretende ter:

E para minhas filhas, às vezes não falo no plural porque minha caçula ainda não está aqui, mas logo ela chega. É isso, que a gente siga sempre fazendo o nosso melhor como ser humano. Nós mulheres somos incríveis, e tenho muito orgulho da minha mãe, da minha filha e de tantas mulheres maravilhosas que tem nesse mundo. (Martha, mãe da Família 2).

#### *7.2.1.5 Nasce uma mãe, nasce uma culpa: refletindo sobre a transição de madrinha a mãe*

No final do primeiro ano da adoção de Cecília (em 2019), Martha conheceu sua atual esposa Djamila. O período de mãe solo, portanto, acaba sendo menos extenso do que o imaginado. Na narrativa, não há muita abordagem sobre o processo de adaptação de Djamila com Cecília, porém fica claro que ela já sabia da existência da filha de Martha quando se conheceram. Martha demarca que o processo de adaptação das duas ocorreu de modo tranquilo.

O auge da adolescência de Cecília ocorreu, então, entre 2020 e 2021, período no qual cursava o ensino médio e realizava planos profissionais. Nesse momento, é deflagrada a pandemia de COVID-19, o que modificou substancialmente alguns aspectos diretamente ou indiretamente vivenciados pela família. Nesse contexto, a morte por suicídio de uma vizinha ocorreu no condomínio onde elas moraram, o que pôs diante das três a necessidade de lidar com a morte e questões associadas. A mais impactada foi Cecília, que chegou a ter problemas emocionais e de sono. No período da entrevista, em 2022, ainda havia resquícios do cenário pandêmico e Martha buscava entender quais outros impactos esse contexto havia promovido. Destaca, o que chama de “sequela”, o fortalecimento do perfil reservado de Cecília, e a permanência excessiva em casa. Associa esses resultados, entretanto, a uma marca histórica e geracional, pois identifica semelhanças nos adolescentes de quem é professora: *“Então é uma coisa que a gente como mãe pega no pé dela, a gente enche o saco, porque a gente se preocupa, a gente sabe o quanto a questão social é importante na vida”* (Martha, mãe da Família 2).

Nesse ponto da narrativa, Martha enfatiza mais uma atribuição ao seu papel de mãe: as broncas e as conversas sérias. De modo destoante do que imagina ser com outras adolescentes, as principais queixas dela com Cecília não envolve descumprimento de regras. Sua ênfase é garantir maior socialização para a filha, a qual julgava estar muito reclusa:

A Cecília sempre obedece muito bem as regras, ela é adolescente, ela tem preguiça, uma preguiça eterna, que nunca acaba, uma coisa de "ai, tudo é um saco", nada anima. Que eu acho que tá dentro do normal da adolescência, mas que a gente tem que ficar sempre atenta para que não se torne um adulto com essa personalidade. (Martha, mãe da Família 2)

Para Martha, essas ações são base para o processo de adaptação de Cecília na nova família. Acredita, entretanto, que o vínculo desenvolvido pelas duas antes da oficialização da adoção facilitou a adaptação das duas: *“Ela não veio para um lugar que ela nunca tinha visto, ela frequentava aqui já fazia quatro anos”* (Martha, mãe da Família 2). Por outro lado, conforme já mencionado, essa transição pouco demarcada tem possíveis consequências na construção da identidade parental e de filiação, pois são imprecisos os momentos em que Martha passou de madrinha a mãe e Cecília passou de afilhada a filha, ainda que juridicamente isso esteja bem estabelecido.

Um dos impactos observados por Martha é a forma como Cecília a chama e Djamila, ainda não mencionando o termo “mãe”. No momento em que a entrevista foi realizada, Cecília mantinha o apelido que Martha possuía em sua família, como havia se acostumado a fazer durante o apadrinhamento. Entretanto, a adolescente valida a parentalidade de Martha e Djamila em outros contextos:

Pros outros, hoje em dia, ela se refere como... Pros amigos ela vai dizer: “Deixa eu ver com minha mãe”, “Minha mãe disse que não pode”, mas para mim é “[apelido]”, a mesma coisa pra Djamila. Ela diz que tem duas mães, ela fala pra todo mundo “Eu tenho duas mães”, mas pra gente ela chama de [apelido de Martha] e [apelido de Djamila]. (Martha, mãe da Família 2)

O mesmo vale para os pais de Martha, que recentemente haviam começado a serem chamados de “vô” e “vó”. Se, por um lado, a nomeação das posições parentais e de filiação (mãe e filha) parece ter importância no estabelecimento dessa relação e no delineamento dos papéis, assim como na sua atribuição de sentido no contexto adotivo, outros elementos são enfatizados por Martha como definidores da sua identidade materna. O primeiro componente envolve uma mudança na rotina. O trecho a seguir apresenta a descrição mais pura desse aspecto na narrativa:

[...] aí eu te conto que foi assim que eu percebi que era mãe. A primeira vez que eu lavei roupa e não eram só as minhas roupas e eu fui estender as roupas no varal... Eu juro para você, eu lavei a maquinada de roupa, joga ali na máquina e boa sorte para máquina. Terminou e você estende. E aí normal,

baixei aquele varalzinho que eu tenho, aquele que você puxa a cordinha. Baixei o varal e pendurei uma camiseta minha, pendurei outra, e quando eu pendurei uma camiseta que não era minha eu parei e me emocionei, porque eu pensei: “cara, é isso”. [...] Nunca tinha lavado a roupa dela, porque ela ficava aqui no final de semana. E ali caiu a minha ficha que, cara, agora é pra sempre. Pra sempre eu não vou lavar só minhas roupas mais. Juro pra você, foi naquele momento, foi na hora que eu estendi a camiseta dela e aí eu pensei “É isso”. (Martha, mãe da Família 2)

Uma diferenciação entre os papéis de mãe, que agora Martha vivenciava, e o da madrinha que outrora foi também se sustenta nesse componente. Ela narra que, na condição de apadrinhamento, a convivência das duas se limitava aos finais de semana e feriados e “*é só a parte boa, né Pablo?!?*” (Martha, mãe da Família 2). Nessas ocasiões, Martha reservava momentos de lazer e, mesmo quando passavam os dias em casa, não havia ênfase nas obrigações domésticas.

Outro componente inclui a necessidade de provimento. Martha destaca que a cada momento da rotina há pequenas situações que lembram que agora ela é mãe. Narra a primeira vez que teve que comprar um celular para Cecília. Nunca ter comprado celular para outra pessoa fortalece o simbolismo dessa nova responsabilidade. Acrescenta a necessidade de compra de um computador, a reestruturação do quarto de hóspedes (que agora é um quarto de adolescente), a busca por bolsas de estudo em escolas de qualidade, enfim, diversos elementos que explicitam o compromisso financeiro e material que agora fazia parte da sua experiência de vida:

Então, essa coisa de todos os dias, uma parte do meu dia envolvia ela, mesmo que ela não estivesse, né?! Que eu estivesse no trabalho, era o tempo todo assim. Ir no mercado... Mercado é uma coisa que a gente sente muito, ainda mais no desgoverno que a gente acabou de viver, eu ia no mercado e gastava tanto, e desde que ela chegou eu comecei a gastar o dobro. Então, essa parte do financeiro, eu sou judia, sou super do financeiro, então me pegou no susto mesmo e ali não tem como a responsabilidade de mãe não te bater. (Martha, mãe da Família 2)

Por fim, Martha acrescenta o que chama de *culpa materna* como um terceiro componente definidor da sua compreensão de si como mãe. Essa noção se sustenta nas discussões apresentadas no caso anterior sobre uma suposta condição natural da maternidade, atribuindo às mulheres a competência inata para o seu exercício. O sentimento de culpa seria, com isso, um recurso coercitivo do discurso social sobre a

maternidade voltado a situar as mulheres mães a um padrão socialmente estabelecido sobre o que é ser mãe (Souza, 2018). Nesse padrão incluem-se não apenas as habilidades “fundamentais” para o exercício materno (em geral, associado ao perfil de cuidado), mas também um ideário de perfeição quase romântica da maternidade. Qualquer distanciamento desse padrão tende a gerar uma percepção social negativa que frequentemente é internalizada pelas mulheres quando julgam não estarem de acordo com a performance e as emoções atribuídas ao papel de mãe:

As pessoas falavam da culpa materna “Nasce uma mãe, nasce uma culpa”. Eu: “Ai que bobagem, que gente chata”, “Comigo não vai acontecer, imagina”, “Que gente ridícula, que clichê”. Mas batata, foi rapidinho e já tava... A culpa, sabe aquela erva trepadeira de parede? Que você corta, ela volta, você corta, ela volta, ela vem assim, não tem! Você acha que tá fazendo seu melhor. O adolescente principalmente, ele tem o dom, faz uma cara de bunda e você pensa: “Meu, eu sou a pior pessoa do mundo. Eu sou a pior pessoa do mundo, esquece”. Ou você faz um negócio muito legal, você pensa: “Porra, agora eu acertei”, e o adolescente: “Tá, daora”, e nem olha na sua cara, você pensa: “Meu, eu sou uma bosta”. (Martha, mãe da Família 2)

Martha lembra ainda que, contraditoriamente, o fato de Cecília não ser uma adolescente que “dê trabalho” coloca para ela, como mãe, um padrão alto nas cobranças e nos limites dados. Isso porque, ao fazer exigências demandadas no processo parental, Martha se questiona se não está sendo muito rígida frente à filha que tem. Essa constatação lhe gera sofrimento, mas a negociação sobre como lidar com isso parece ser individual (da mãe com ela mesma), que em geral decide bancar e reafirmar que – além da culpa – o componente da autoridade faz parte da condição parental:

Agora, cara, quando ela tira nota boa, mas ela tá com preguiça de ir pra escola, eu tenho que cobrar que ela vá na escola, é meu papel de mãe. A gente teve uma super discussão sendo que ela dizia: “Mas eu vou super bem, por que eu tenho que ir todo dia?”, eu falo: “Porque você tem que ir todo dia, meu”. Aí eu fico pensando, depois eu choro, no banho, escondido”. (Martha, mãe da Família 2)

Esse tema expõe um paradoxo. Nos casos analisados neste estudo, as mulheres reconheciam o sentimento de incompletude e culpa mesmo estando cotidianamente refletindo sobre o que é a maternidade e o que é ser mãe. Talvez o caminho burocrático e as preparações em vistas à adoção tensionem essa reflexão mais do que nas parentalidades consanguíneas, pois implicitamente há uma tentativa de comprovação da competência

parental não somente mediante à sociedade, mas também para a justiça. Nesse contexto, de mulheres assumidamente politizadas e ativamente preocupadas em estudar sobre e debater a própria parentalidade, curiosamente, a culpa materna surge como tema das narrativas em menor grau como escopo de crítica e, em maior grau, como um reconhecimento da condição de mãe.

Apesar de não explicitar os mecanismos que adota para lidar com a culpa materna, na narrativa de Martha há indícios de suas estratégias de enfrentamento. Primeiramente, ela afirma a necessidade de preparação para lidar com situações que gerariam culpa e sentimento de impotência, especialmente quando são fruto direto de ações da filha. Para Martha, precisa-se realizar um treinamento interno para entender que, muitas vezes, sua percepção de que está sendo desvalorizada pela filha não é uma ofensa “pessoal”, mas compõe o modo de funcionamento da própria adolescência. De fato, a valorização do outro, especialmente grupos de amigos, professores e até personalidades, bem como a oposição aos pais, como mecanismos de construção identitária, têm sido extensamente discutidas na psicologia do desenvolvimento (Erikson, 1968; Aberastury & Knobel, 1989; Koepke & Denissen, 2012; Habigzang, Diniz, & Koller, 2014; Holmbeck, 2018). A segunda forma de lidar com a culpa materna se estabelece na fronteira mesossistêmica entre a família e a escola. Martha narra compromissos com a educação de Cecília, cita os desafios das atividades escolares e menciona a primeira feira de ciência que participou como uma experiência relevante: *“Uma coisa que não é fácil, mas é isso. Primeira feira de ciência, primeira reunião de pais, isso tudo é incrível, é sensacional, é algo que eu sempre sonhei e foi uma realização de um sonho”* (Martha, mãe da Família 2). Associado a isso, acrescenta as emoções que sente durante as reuniões com professores, que elogiam a performance de Cecília, levando as mães às lágrimas. O orgulho sentido nessas ocasiões atenua a culpa e o sentimento de incompletude experienciado por Martha.

Em resumo, observamos alguns elementos que compõem a identidade parental adotiva de Martha. A identidade parental se firma disposta na compreensão de maternidade elaborada e incorporada por ela, bem como nos sentimentos que ela reconhece diante dessa construção. Destaca-se que a relação estabelecida entre Martha e Cecília é prévia à reafirmação jurídica e à concepção de ambas de que ali havia uma família. O entendimento que Martha constrói dela própria como mãe e do grupo como uma família perpassa a transição dos papéis madrinha→mãe e afilhada→filha. Em resumo: maternidade envolve promover aos filhos espaço e oportunidade de

individuação; a maternidade LGBTQIA+ adotiva provavelmente acrescenta elementos que não são expressos nas parentalidades consanguíneas, pois há um caráter político na escolha de formulação e de condução de uma família; a maternidade não deve ser romantizada e sopesar aspectos agradáveis e momentos de cobrança e rigidez é um dos principais desafios, ademais, a culpa materna é uma presença constante; a maternidade adotiva é validada pelo desejo, mesmo quando o desfecho parta de uma relação que não foi inicialmente planejada para se configurar como de mãe e filha; maternidade envolve inclusão das demandas do outro na rotina da família, assim como constante reflexão sobre como tal rotina se estabelece; e maternidade envolve provimento material, que opera não apenas como sinal da objetividade utilitarista, mas também como um demarcador de que naquela família existe uma responsabilidade entre membros.

#### *7.2.1.6 Aos olhos dos outros, uma família nada tradicional*

Ao refletir sobre as características que as define como família, Martha expõe uma contradição. Na sua perspectiva, a forma como os outros as enxergam não contempla os critérios do que seria uma família tradicional. Martha, Djamila e Cecília são uma família constituída por um casal de mulheres lésbicas, com filiação constituída por adoção, além de ser um grupo interracial. Essas configurações foram historicamente utilizadas para desqualificar famílias que não correspondiam ao casal branco, cristão, heterossexual, com filhos consanguíneos. Assim, a simples existência delas como família é um ato político.

No entanto, Martha aponta outros critérios para classificar sua família como tradicional, e até *certinha*. De acordo com ela, mais importante do que atribuir ao amor o que torna possível uma família, seria situar o respeito. Especialmente diante da multiplicidade de cada história dentre os membros, o reconhecimento e a validação da trajetória e individualidade de cada uma são, para Martha, o principal critério de união do grupo:

Mas eu diria... Seria muito clichê eu dizer “Ai, o amor”, mas não é. Quando você fala família, para mim o primeiro sentimento, a primeira palavra que me vem, é respeito mesmo. Porque eu acho que nós somos três mulheres, né?! Cada uma com sua história, então, assim, eu sou uma mulher branca que veio de certa forma da elite, que estudei na educação privada minha vida inteira, sou judia, frequento a sinagoga e tal. Eu adotei a minha filha que veio já se entendendo como uma mulher atea, eu adoro ouvir um show de música, a Cecília adora ouvir outro, abomina as músicas que eu escuto. [...] Então, eu



vim de muito respeito com a história da minha filha, aí casei com uma mulher negra, que veio da periferia, que é espírita, que tem outra concepção do mundo e que decidiu chegar ali e abraçar aquela filha que já era minha como dela, porque ela é muito... (Martha, mãe da Família 2)

Apesar da ênfase na família nuclear, Martha narra a relação com os próprios irmãos e pais. Também acrescenta como fruto do respeito à história de Cecília o contato que incentiva que esta tenha com seus irmãos biológicos, incluindo-os sempre no cotidiano da família, em eventos sociais e até férias.

Ainda refletindo sobre a configuração familiar, Martha associa seu papel mais ao que corresponde a uma “figura paterna”. Corrige de imediato, na narração, dizendo que entende que seu papel envolve ser “mãe de outro jeito”, mas associa a expressão “figura paterna” à identificação que sempre teve com seu pai e se vê caminhando na parentalidade a passos similares. Provavelmente, reforça nesse ponto a preocupação que tem com a objetividade do processo de criação da filha, envolvendo estabelecimento de regras, provimento financeiro e material, organização da rotina, etc. Não apresenta isso, entretanto, em detrimento do afeto. Ao seu ver, suas demonstrações de afeto são “*Sempre garantindo que tá tudo em ordem, que todo mundo tem tudo que precisa*” (Martha, mãe da Família 2).

Compara-se, entretanto, à relação que Djamila possui com Cecília. Apesar de também ter suas demandas pessoais, Djamila executa um papel de cuidado diário (cozinha, por exemplo), além de assumir posições muitas vezes mais orientadas para o afeto: “*Quando eu digo que tem que ir pra escola, ela [Djamila] diz: ‘Será que não dá pra deixar ela faltar um dia?’*” (Martha, mãe da Família 2). O entendimento de Martha sobre esse perfil de Djamila envolve também o respeito à família da esposa. Ela lembra que Djamila perdeu os pais cedo e desenvolveu uma relação de afeto e proteção com os irmãos, o que se reflete no modo como tem exercido a maternidade.

O respeito, como característica central dessa família, é atribuído por Martha à forma como o grupo encara situações normativas do desenvolvimento de cada um dos seus membros. Afirma que Cecília está em um momento típico da adolescência que acha as mães “um saco”. A forma como o casal lida com isso é associada por Martha ao reconhecimento de uma maior simetria entre os membros da família. Em sua perspectiva, famílias em configuração pai-mãe-filhos comumente se pautam na hierarquia existente para executar comportamentos que, muitas vezes, aviltam a individualidade uns dos outros, principalmente dos filhos:

E eu acho que não é por aí. Eu acho que a gente tem que respeitar, que a gente tem que mostrar “eu tô aqui”. Mas eu não posso te forçar a se abrir comigo, eu não posso te forçar a... Sei lá, tô desconfiada que ela tá falando mal de mim para melhor amiga, não posso pegar o celular dela e olhar, mesmo ela sendo menor de idade. Não me sinto nesse direito e ela tem o direito de falar mal de mim para melhor amiga. Entendeu? (Martha, mãe da Família 2)

Finaliza sua narrativa sintetizando essa questão. Em uma família formada por adoção e, posteriormente, matrimônio, com pessoas com trajetórias de vida e modo de funcionamento diverso, a coesão daquele grupo é sustentada por uma quase polarização de fatores complementares: o respeito mútuo (centrado no coletivo) e a valorização das individualidades (centrada no particular): “*Acho que amor não existe sem respeito, sem cumplicidade, enfim, é uma porção de sentimentos, não é amor por si só. Eu acho que é isso*” (Martha, mãe da Família 2).

### 7.2.2 *Análise do photovoice*

A descrição das imagens utilizadas no *photovoice* se encontram nos Quadros 12 a 19. Nesse quadro, é apresentada uma compilação das fotografias que foram incluídas em cada seção da entrevista, organizadas em grupos de três, aleatoriamente, pelo pesquisador, com base nos materiais fornecidos pela Família 2. Além disso, assim como no caso anterior, cada quadro realça a fotografia selecionada pelo grupo como a mais significativa em cada etapa da entrevista.

#### 7.2.2.1 *Seção 1*

**Quadro 13 – Fotos componentes da seção 1 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Sentadas no chão estão Martha e Cecília. Entre elas, há um cachorro. Ao fundo, há uma gata. Clarice segura uma camisa vermelha de criança. Martha sorri enquanto faz o "L" com a mão esquerda.	Uma selfie tirada por Djamila contendo Cecília e ela em uma mesa de almoço.	Djamila, Cecília e Martha se abraçam em pé dentro de casa. As três vestem vermelho com estampas e adesivos em alusão a temas políticos.

Fonte: o autor

### *Conteúdo da narrativa*

Martha inicia explicando a foto na qual estão ela, Cecília e um cachorro (foto 1). Elas estão vestindo camisas com estampas de Lula e Dilma Rousseff, então esse ponto é destacado: “*Na nossa família, a política é uma parte bem importante e a gente é todo mundo de esquerda, como acho que ficou bem evidente nas fotos*” (Martha, mãe da Família 2). No período em que a foto foi tirada, Djamila ainda não morava com elas. O cachorro, vestindo uma bandeira LGBTQIA+, foi adotado em uma ONG e, segundo Martha, era o mais velhinho e tinha sido preterido pelas famílias que visitavam a instituição. A camisa que Cecília segura é, na verdade, um presente para sua futura irmã, pois a família está na fila de adoção para mais uma menina. A gata, ao fundo, é descrita como a favorita de Cecília.

Djamila então descreve a foto na qual ela e Cecília almoçam juntas (foto 2). Explica que aquele era um dos momentos nos quais, ciente de que ainda não possuía intimidade com a adolescente, procurava se aproximar e interagir. Utilizava, para isso, os momentos nos quais Martha estava no trabalho.

A última foto (foto 3) é descrita por Cecília. Sem se aprofundar, ela argumenta que aquela foto é importante pois foi sua primeira eleição. Reforça-se, nesse ponto, o papel da política na formulação de sentido para a Família 2. Essa foto é tão relevante para o grupo que é escolhida pelas três como a mais significativa da seção.

### *Interação na narração*

Observou-se na discussão dessa seção uma predominância dos padrões de declarações de dependência (expressões de confiança, desejo de direção ou conformidade com o grupo) e declarações emparelhadas (expressões de sinceridade, amizade, suporte, e/ou intimidade). As declarações emparelhadas podem ser observadas nas expressões de afeto presentes na discussão. Dado momento, o grupo brincou sobre a altura dos membros da família, demonstrando intimidade e possivelmente uma piada interna:

P: Cecília, a mais alta de todas.

M: Né nada, eu que sou.

C: Vencemos!

M: A mais alta? Não! Ela é dois centímetros mais baixa que eu.

D: Na foto tá parecendo.

C: Ele disse que eu sou mais alta.

M: É só porque eu tô curvada.

C: Sou mais alta. (*Photovoice*, Família 2)

A declarações de dependência são marcadas pela confiança das participantes umas nas outras que pode ser ilustrada pelos movimentos de convocação para tomar a palavra partindo de Martha para com Djamila e Cecília: “*A segunda, vai meu amor, acho que tu...*”, “*Conta ele da outra, Cecília*”. Na escolha da foto mais representativa, esse tipo de declaração fica ainda mais forte, marcado pela conformidade do grupo frente à escolha. Todas concordaram que a foto 3 era mais a representativa daquela seção de imagens. Após serem instigadas pelo pesquisador, Martha toma a palavra, confere se há concordância, e justifica a escolha do grupo pelo grupo:

Não sei vocês concordam, as duas primeiras parecem um momento mais do passado, até porque (Cachorro) já faleceu. Esse momento de vocês de criação de vínculo já é outro momento. E eu acho que aquela ali é mais atual, é como a gente é hoje em dia. (Martha, mãe da Família 2, *photovoice*).

#### 7.2.2.2 Seção 2

#### **Quadro 14 – Fotos componentes da seção 2 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Há quatro pessoas se abraçando enquanto encaram a câmera. Além de Djamila, Cecília e Martha, há uma adolescente negra, de cabelos crespos e vestido florido. Todas sorriem.	Cecília dentro de uma caixa segurando uma gata tricolor.	Cecília e Martha sentadas no sofá, sorrindo, com a gata tricolor ao lado.

Fonte: o autor

#### *Conteúdo da narrativa*

Martha inicia essa seção descrevendo a foto 3. Apesar de estarem segurando a gata preferida de Cecília, reitera que na casa delas há cinco gatos. De acordo com Martha, a escolha das fotos teve como base essa preferência. Ademais, apesar de não gostar de adotar gatos filhotes, a gata tricolor foi a única que chegou em casa ainda bebê. Cecília acrescenta que a gata é “o Capeta”, e Martha reitera. Acrescenta que há outro significado na foto: uma das primeiras entrevistas que Cecília concedeu. Desde a adoção, a família

tem ocupado espaços de militância e educação sobre a temática e têm costume de aparecer em programas televisivos e outros audiovisuais.

Djamila passa a descrever a foto 1. A garota que está junto com as três na foto, em um aniversário de Cecília, é sua sobrinha. Segundo Djamila, a garota passou situações que demandaram acolhimento, que foi feito por ela. Djamila alega que a foto é bastante significativa e relembra a história da Família 2 desde antes da sua chegada. Há outra razão para que a foto tenha sido escolhida e narrada por ela:

Amo muito essa foto porque, depois dessa foto, eu sempre fico tirando quando tá nós quatro: uma branca, uma preta, uma branca, uma preta. Eu sempre faço essa formação porque eu acho a nossa mistura de cores muito boa. (Djamila, mãe da Família 2, *photovoice*)

Martha lembra então que a sobrinha de Djamila e o que se passou em sua vida foi um aspecto que aproximou as duas, pois sua esposa dialogava sobre as dificuldades que tinha diante da situação de vulnerabilidade da criança. Para Djamila, dado momento seria necessário pedir a guarda da sobrinha, o que a levou a buscar ajuda com Martha por saber que ela tinha conhecimento sobre esses trâmites. Nesse ponto, elas não estavam juntas como casal, mas passaram a se aproximar e fortalecer os laços de afeto.

Finalmente, a foto 2 é relatada por Cecília. Antes da filha contar, Martha acrescenta que a caixa que está na foto é de uma máquina lava e seca, um sonho cultivado pela família. Cecília revela que preparou um ambiente para a gata tricolor, que adora caixas, contendo lençóis. Reforça que a caixa ficava no seu quarto e ela própria quase dormia lá. A foto é fruto de uma “brincadeira séria” de Martha que deu um ultimato para que a caixa fosse para o lixo. No fim, a caixa só foi dispensada quando Cecília passou a se incomodar pois os gatos a acordavam na madrugada brincando com o objeto.

As três concordam, mais uma vez, na escolha da foto mais representativa: a primeira. Para Martha, é a foto que tem as quatro e, por isso, tem mais significado. Djamila acrescenta que família sempre cresce e a presença da sua sobrinha representa essa soma.

### *Interação na narração*

Nessa seção, houve predominância das declarações de dependência. Há maior intercalação entre as participantes falantes, e as narrativas são explicitamente complementadas:

M: E ali é os dezoito anos da Cecília, né?! Foi dos dezoito, né Cecília?

D: Foi ano passado. (*Photovoice*, Família 2 sobre a foto 1)

M: Eu fiz questão de dar ênfase na [gata] nas fotos, porque ela é a preferida da Cecília e porque ela é a única que eu adotei filhotinha, porque eu não gosto de filhotinho, porque ela queria. Tá?!

C: Ela é o demônio.

M: Ela é o capeta! (*Photovoice*, Família 2 sobre a foto 2)

Ademais, há expressões explícitas de afeto nos diálogos. Mesmo a ocasião na qual houve certa divergência, demonstrando uma declaração de contradependência (expressão de rejeição ou independência da liderança atual ou autoridade), quando Martha e Cecília debatem sobre a caixa da foto 2, a interação denota um conflito resolvido e tratado com bom humor.

Também se observou a presença de declarações emparelhadas, que demonstram intimidade entre os membros do grupo. Em determinado trecho, quando Martha fala sobre a foto 3, lembra que participou de um documentário e revela que enviou a Djamila enquanto ainda namoravam.

Há também uma situação na qual ocorre uma declaração contraemparelhada (expressão que evita intimidade e/ou informações pessoais). Ao narrar a foto 1, Djamila menciona que está presente sua sobrinha. Nesse momento, Martha intervém, ao que segue uma resposta de Djamila dizendo que a garota é “como se fosse sua filha”. Esse momento leva a crer que possivelmente a associação da relação de Djamila com sua sobrinha como um exercício de parentalidade já se encontrava em debate no cotidiano da família e, por alguma razão, ela não expôs desse modo durante a entrevista até que fosse estimulada.

### 7.2.2.3 Seção 3

#### **Quadro 15 – Fotos componentes da seção 3 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cinco jovens (4 meninas e 1 menino) em um espaço externo abraçando o político Guilherme Boulos. Uma delas veste a camisa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Cecília está na ponta usando máscara.	Cecília na piscina em uma boia com formato de rosquinha.	Seis pessoas adultas (3 homens e 3 mulheres), dentre elas Cecília e Martha, abraçadas em frente a um bolo de aniversário com balões indicando o número "60". Na mesa há doces, flores e um porta-retrato.

Fonte: o autor

#### *Conteúdo da narrativa*

Djamila inicia a descrição da foto 2 mencionando que Martha e Cecília não têm o hábito de posar para fotos sozinhas. Ela destaca sua própria predileção pela fotografia, afirmando que está sempre capturando momentos. Ela menciona que chega a fotografar a esposa e a filha enquanto dormem. Djamila descreve a foto de Cecília na piscina como sendo de uma das primeiras férias de verão que passaram juntas. Ela acrescenta que durante as férias as pessoas tendem a estar mais felizes, associando esse período aos melhores momentos de Cecília. Ela também expressa a percepção de quão entusiasmada a filha fica com as férias. Já Martha lembra que a piscina é na casa dos seus pais, onde sempre vão visitar, revelando a integração com a família extensa.

Amplifica apresentando a foto 3, dizendo que foi tirada no aniversário do seu pai. Na época da foto, Djamila e Martha não estavam juntas. Além de mãe e filha, na foto se encontram o pai de Martha e seus irmãos. Segundo ela, sua família é muito unida e gosta de tirar fotos nos eventos em que participam.

Por último, Cecília começa descrevendo a foto 1. Afirma que na época estava fazendo cursinho pré-vestibular. Djamila pontua que a filha era a única de máscara, pois se protegia muito durante a pandemia. Ao Cecília não recordar exatamente a ocasião da foto, Martha lembra que ela foi tirada durante a campanha política de uma amiga. Nesse dia, Cecília lembra que bateu um papo com algumas pessoas que conheceu no evento, além de seu melhor amigo estar presente. Eles são amigos desde que Cecília era criança, então se conheceram durante a institucionalização da adolescente.

A despeito da imagem apresentar um momento distinto, o contexto de vida de Cecília ganha destaque na complementação da narrativa feita por Djamila. A mãe acrescenta que, nesse ano de estudos pré-vestibulares, a família anseia pelo resultado do Exame Nacional do Ensino Médio prestado pela filha, que deseja ser bióloga.

A escolha da foto mais representativa entre as três não foi unânime. Djamila acredita que a foto 3, tirada durante o aniversário do pai de Martha, é a que melhor representa a família. Por outro lado, Martha argumenta que a foto 2, da piscina, é a mais adequada. Ela ressalta que, além da presença das pessoas, a foto 2 retrata um local que evoca uma experiência coletiva de férias e união familiar. Após ouvir o argumento de Martha, Djamila muda seu voto e opta pela foto 1, pois considera que ela representa tanto uma expectativa da família em relação ao futuro de Cecília quanto algo do presente. Para resolver o impasse, Cecília desempata escolhendo a foto 2, por representar as férias.

#### *Interação na narração*

No momento da descrição das fotos, a maior forma de interação incluía as declarações emparelhadas. Expressões de intimidade predominam:

D: Eu vou começar falando da foto do meio, a Cecília assim como a mãe dela não são muito de ficar tirando foto.

M: Sozinha;

D: E eu sou a louca de fotos, eu quero tirar muitas fotos, de tudo.

C: De tudo, de tudo. Tá a mesa assim, exposta, para todo mundo comer...

M: Tem que esperar ela tirar foto. (*Photovoice*, Família 2)

C: Essa foto foi quando eu tava no cursinho, no ano passado, tava no cursinho.

D: Ninguém de máscara e ela de máscara, porque ela se protege muito. (*Photovoice*, Família 2)

Declarações de dependência também foram frequentes, revelando principalmente expressões de confiança e conformidade. Em um dos exemplos, Cecília eleva uma dúvida sobre a situação contida na foto 1 e convoca Martha a complementar as informações:

C: Aí tava, acho que... Eu não lembro quem era, mas tava lá passando...

M: Foi campanha da [amiga], não?!

C: Ah, é verdade, foi campanha deles. (*Photovoice*, Família 2)

Expressões de afeto também estão presentes, como quando Djamila se refere à foto 2 a um estado de felicidade vivido pela filha, a qual concorda em seguida.



A forma como as interações ocorrem destoa do momento de narração sobre as histórias das fotos quando o grupo é convocado a decidir qual delas é mais representativa da família. Há, de modo generalizado, declarações de contradependência, que revelam discordância entre os membros. As razões são postas e contra-argumentadas, e o resultado apresentado não é pacificado, mas decidido por maioria. Ainda assim, no processo de argumentação, cada membro consegue defender as razões sobre o porquê cada uma das fotos seria representativa: a foto 1, por apresentar uma ocasião importante na vida de Cecília e demarcar o momento presente da família; a foto 2, por ilustrar um momento de união das três e alegria para a filha; a foto 3, por explicitar as relações de afeto dentre os membros da parte da família consanguínea de Martha.

#### 7.2.2.4 Seção 4

#### **Quadro 16 – Fotos componentes da seção 4 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2**

Foto		
1	2	3
Selfie tirada por Martha contendo: ela, Cecília e Djamila sorrindo. Martha usa uma camisa do Brasil, Cecília segura um gato siamês, Djamila faz o sinal "2" com a mão.	Cecília quando criança sorrindo enquanto posa na rede de proteção de um pula-pula. Ao fundo, duas outras meninas brincam.	Quatro pessoas sentadas. Além da Família 2, há outra mulher. Martha e essa mulher vestem camisas do Brasil. No centro, Djamila segura um gato estilo Frajola e Cecília um gato siamês. Ao fundo há quadros e instrumentos musicais.

Fonte: o autor

#### *Conteúdo da narrativa*

Martha descreve a foto 3. Informa que na imagem há uma grande amiga da família, que esteve presente em momentos importantes da família, especialmente desde a chegada de Cecília. Segundo Martha, essa amiga tem carinho pela filha e agora assume um papel de madrinha, chegando a arcar com custos eventuais (por exemplo, uniformes escolares). Na ocasião, a família assistia ao jogo do Brasil e a amiga estava presente. Ademais, Martha alega que ela é uma irmã da vida, sendo uma rede de apoio fundamental: *“Muita das coisas que aconteceram, que eu precisei na época, sozinha, de ajuda, de uma rede de apoio, a [amiga] se fez muito presente. É uma amigona mesmo, minha irmã na vida”* (Martha, mãe da Família 2, photovoice).

A foto 1 é descrita por Djamila. Ela inicia falando que adolescentes comumente não gostam de passar tempo com a família e Cecília assistia aos jogos da Copa do Mundo com o namorado ou os amigos. Nesse dia, todas estavam em casa e acabou sendo um tempo de compartilhamento de experiência. Ela lembra que algum evento ocorreu que impediu que a família se dissipasse nesse dia, provavelmente chuva, o que a deixou bastante feliz (além de o Brasil ter ganhado o jogo).

A foto 2 começa a ser descrita por Cecília, que pede ajuda a Martha para lembrar quantos anos tinha na ocasião. A mãe lembra que ela tinha 10 anos e que aquela era uma das primeiras vezes que as duas se viam. Cecília diz que aquela era uma das ocasiões nas quais o abrigo onde vivia desenvolvia atividades lúdicas em escolas parceiras, e aquela era uma festa junina. As outras crianças presentes na foto eram suas colegas de institucionalização.

A escolha da foto mais representativa é unânime. Djamila não precisou intervir, apesar de ter colocado a foto 1 como a mais importante desde o momento da sua descrição. Cecília e Martha tomam a frente e reafirmam essa posição.

### *Interação na narração*

Todas as interações destacadas nessa seção remetem a declarações de dependência, especialmente demarcando expressões de confiança e conformidade. Os exemplos a seguir ilustram esses momentos:

D: Mas a gente só nós três assistindo o jogo.

C: Brasil ganhou nesse?

D: Ganhou!

C: Ganhou, tá vendo. (*Photovoice*, Família 2)

C: Ih, deixa eu ver. Essa foto aí... Quantos anos que eu tinha?

M: Eu que tirei. Dez.

C: Dez anos? Primeira vez? (*Photovoice*, Família 2)

### 7.2.2.5 Seção 5

#### **Quadro 17 – Fotos componentes da seção 5 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cecília e Martha sorriem em uma selfie segurando uma certidão de nascimento.	Cecília de máscara, na rua, segurando uma carteira de vacinação. Ao fundo, há uma transeunte e um agente de saúde.	Cecília posa fazendo sinal "2" com ambas as mãos em frente a um estabelecimento indicando "School of Rock".

Fonte: o autor

#### *Conteúdo da narrativa*

Apesar de não estar nela, Djamila comenta a foto 1. Diz que já era próxima de Martha quando esta deu entrada na adoção de Cecília e soube antes da adolescente que sua certidão de nascimento retificada havia ficado pronta. Lembra que, nessa ocasião, passou momentos de ansiedade para saber a reação que Cecília teria ao receber o documento. A importância da foto, portanto, se sustenta no significado que o documento possui, assim como na relação de afeto e parceria entre Djamila e Martha que subjaz à história.

Martha acrescenta que, na ocasião, chovia bastante. Com receio de molhar a certidão, colocou dentro de um plástico, abrigou debaixo da blusa, e usou guarda-chuva com receio de molhar. Cecília reitera a lembrança da mãe, em declaração de valorização.

A foto 2 foi descrita por Martha. Ela representa a segunda dose da vacina contra a COVID-19 tomada por Cecília. Ela a acompanhava pois a adolescente ainda não havia completado 18 anos e demarca que, nas doses seguintes, a filha foi sozinha à unidade de saúde.

Cecília descreve a foto 3, que se passou em uma ocasião de férias em Portugal. Ela conta que, aleatoriamente, encontraram por lá uma escola de música semelhante à que estudava no Brasil. Diz que ficou impressionada, pois havia levado a camisa da escola e quase vestiu naquele mesmo dia.

Não há discussão aprofundada diante da unanimidade da representatividade maior da foto 1, que inclui as três em níveis distintos, porém significativos:

M: Pra mim não tem dúvida, é a primeira.

D: A primeira.

C: É a primeira. (*Photovoice*, Família 2)

### *Interação na narração*

Predominaram, nessa seção, as declarações emparelhadas. Em diversas ocasiões, os membros relatam fatos íntimo umas das outras, demonstrando conhecimento sobre situações específicas da vida em comum e das particularidades de cada uma. Por exemplo, em dado trecho Martha acrescenta à narrativa de Cecília que ela estuda música há sete anos. Em outro, Djamila diz que Cecília havia recebido o sinal de que encontraria em outro país a escola de música que estudava no Brasil, mas não deu atenção.

### 7.2.2.6 Seção 6

#### **Quadro 18 – Fotos componentes da seção 6 da entrevista coletiva proveniente do *photovoice* da Família 2**

Foto		
1	2	3
A gata tricolor e um gato cor de creme se abraçam enquanto dormem.	Uma televisão sobre uma estante. Na tela, há a foto de Cecília, em tamanho grande, com seu nome completo ao lado.	Cinco pessoas (2 mulheres e 3 homens) aparecem de costas contemplando uma paisagem verde diante de uma balaustrada branca. Cecília é uma das pessoas sentada na ponta.

Fonte: o autor

### *Conteúdo da narrativa*

Martha começa descrevendo a foto 3, que representa o primeiro dia em que a família estava em Lisboa, visitando seu irmão. Na imagem, além de Cecília, estão presentes seus avós e tios. A foto foi capturada sem que o grupo percebesse, e Martha aproveitou o momento em que todos os irmãos estavam juntos, algo raro devido a um deles residir em Portugal há anos. Martha recorda que seus pais conheceram Cecília quando ela tinha apenas 11 anos, e desde então sua mãe dialogou com ela sobre a maternidade.

A foto 1 é descrita por Cecília e representa duas gatas que ela adotou. Conta que, após adoção da gata tricolor, pedia a Martha que a permitisse ter mais uma. Chegou a prometer que não adotaria mais outro gato se seu desejo fosse atendido. Quando a gata creme foi resgatada por uma amiga de Martha, Cecília viu a oportunidade de ter mais um

animal. Porém, foi desestimulada, já que havia outro pretendente. Certo dia, Martha chama a filha para conversar. A adolescente conta que foi ao encontro da mãe com medo, achando que havia feito algo errado, e então chorou de felicidade ao ver que seu desejo fora atendido.

Djamila fica responsável por descrever a foto 2. Ela representa um dia especial para a família, que é a primeira aparição de Cecília em uma grande emissora de televisão. A foto foi tirada por Martha, da televisão da casa de uma amiga. Elas dizem que, naquele dia, as três estavam em lugares distintos e, por isso, não puderam assistir à entrevista juntas. A despeito disso, Djamila narra a emoção do processo e foca em como tudo foi especial, desde a gravação, edição, até a exibição.

Sem detalhamento, mas também com unanimidade imediata, a foto escolhida como mais representativa da família é a das gatas se abraçando. Provavelmente os fatos que subjazem à foto (pedido de Cecília, negativa de Martha, posterior adoção, promessa de que não adotariam outro animal, e quebra dessa promessa) representem um movimento comum para a família.

#### *Interação na narração*

Predominaram as declarações de dependência, principalmente no atributo de conformidade com o grupo. Em diversos trechos dessa seção, houve concordâncias ou pedidos de direcionamento, como no exemplo que segue:

D: A foto do meio... Não sei exatamente quem mandou.

C: Eu que tirei!

D: Onde você tava?

C: Na [amiga].

D: Ah, tava na [amiga]. (*Photovoice*, Família 2)

Também se identificou duas interações que denotavam declarações emparelhadas, por revelar situações de intimidade e bom humor entre os membros:

C: Aí eu falei “Martha, eu juro que vai ser a última gata que eu vou pedir na vida”...

D: Não foi, era mentira.

M: Não foi. Era *fake news*.

C: Era *fake news*, mas acontece. (*Photovoice*, Família 2)

### 7.2.2.7 Seção 7

#### **Quadro 19 – Fotos componentes da seção 7 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cecília está em um palco, com um contrabaixo na mão, sorrindo e apontando para a câmera. Ao fundo há microfones e uma bateria.	Cecília, ainda criança, e Martha em uma selfie sorrindo. Martha usa óculos e cabelos longos.	Cecília está sendo vacinada. Veste máscara e óculos, além de uma camisa dizendo "fora Bolsonaro". A profissional de saúde usa jaleco.

Fonte: o autor

#### *Conteúdo da narrativa*

Martha começa falando da foto 3. Nela, há símbolos que representam uma vitória para a família, que foi a primeira dose da vacina contra a COVID-19 tomada por Cecília. A camisa “fora Bolsonaro” representa um protesto diante da dificuldade imposta pelo governo da época para a vacinação da população. De acordo com Martha, embora tenha ficado emocionada quando tomou a própria vacina, após a filha ser vacinada sentiu-se aliviada como não sentia em muito tempo. Daí a importância do dia em que a foto foi tirada.

A foto 2 é descrita por Djamila. Ela a descreve como importante por compor uma das fotografias de Cecília criança e, portanto, anteriores ao encontro das duas. Outra razão são as brincadeiras que Djamila faz com a filha, comentando o quanto ela era fofa quando pequena e como mudou fisicamente. Martha acrescenta que a foto ainda é mais especial por ter sido a primeira tirada no dia em que ela e a filha se conheceram.

Cecília narra a história da foto 1, contextualizando que ela foi tirada em uma apresentação da sua escola. A música é significativa para ela, que chegou a ser convidada para uma participação no Rock in Rio e, na ocasião, estava com uma banda autoral que ocasionalmente se apresentava na escola. O convite para o Rock in Rio foi feito pelo Flea, baixista da banda Red Hot Chili Peppers. O evento foi significativo e ela pegou um autógrafo que levava para as apresentações. Na foto, ela apontava para Martha, que estava na plateia assistindo e apoiando.

Djamila e Martha concordam que mais representativa é a foto 2, e Cecília assente. Para Martha, ela é especial pois é o começo da relação entre as duas. Djamila aponta que,

desde criança, Cecília já estava de vermelho, em alusão ao posicionamento político de esquerda que hoje é significativo para a família.

### *Interação na narração*

A maioria das interações destacadas nessa seção da entrevista envolviam declarações emparelhadas. O grupo se complementou com trocas de apoio e afeto, além de demonstrar intimidade e conhecimento sobre as histórias umas das outras. Também houve um conjunto de declarações de dependência, na conformidade da escolha da foto mais representativa.

### 7.2.2.8 Seção 8

#### **Quadro 20 – Fotos componentes da seção 8 da entrevista coletiva proveniente do photovoice da Família 2**

<b>Foto</b>		
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cecília ainda criança encara a câmera. Ao fundo, há uma parede de tijolos.	Cecília e Martha estão na foto com mais dois rapazes. Eles fazem sinais com as mãos. Todos sorriem. Ao fundo, há uma porta, instrumentos musicais e uma estante com livros.	Djamila, Cecília e Martha sorriem vestidas de branco com uma camisa escrito "Feliz 2023". Ao fundo, uma parede branca.

Fonte: o autor

### *Conteúdo da narrativa*

A foto 3 é apresentada por Djamila. Ela diz que, diante da falta de vontade de Martha e Cecília para tirar foto, sempre se movimentava buscando que elas se reúnam para registrar os momentos. Nessa foto, apresenta o réveillon de 2023.

A foto 2 é descrita por Cecília. Ela questiona Martha se a foto é no aniversário da mãe. Os rapazes da foto são seus irmãos mais velhos consanguíneos, que mantêm contato com ela desde após a institucionalização. Um dos irmãos participa da sua banda.

Já a foto 1 é descrita por Martha, que não está certa da idade que Cecília tinha quando foi tirada. Essa foto é significativa pois é a que apresenta a filha em uma idade mais nova, mesmo antes da família se encontrar. Acrescenta que acredita que, na foto, Cecília tem oito anos e, por não haver fotos dela bebê ou na primeira infância, esse registro é especial.

Sem debate, Martha propõe que a foto mais significativa é a que possui as três da família, e Cecília e Djamila assentem.

#### *Interação na narração*

As declarações de dependência demarcaram as interações da última seção. Observa-se isso, principalmente, nos movimentos de conformidade, nos quais o grupo converge em uma posição:

M: A que mais representa para vocês. A de ano novo, né?! A de nós três, acho.

P: Ninguém discordou.

M: Não. (*Photovoice*, Família 2)

#### *7.2.2.9 Síntese do Photovoice*

A produção de sentido incitada pelo *photovoice* inicia quando a família, munida da consigna de apresentar imagens que a representem, escolhe quais fotos enviar ao pesquisador. Nesse momento, há uma reflexão e preparação da narrativa que será contada no momento da entrevista e o conteúdo selecionado oferta uma ideia das bases de significado que são elaborados pelo grupo. A Família 2 selecionou fotos que demarcavam bastante os membros em situações de engajamento político, cotidiano doméstico e ocasiões sociais com outros participantes.

A escolha de quem iniciou a narração de cada foto foi, em sua maioria, sem debates. Cada pessoa pareceu descrever uma foto que melhor a representasse, ou que tivesse um significado mais profundo. Quando havia informações a serem complementadas, dúvidas ou compartilhamento de sentimentos em relação às fotos, outros membros contribuíram com as narrativas. Observa-se que, não necessariamente, as descrições partiam de quem tirou a foto ou de quem estava presente na foto. Salienta-se que as seções construídas dentre o conjunto total de fotos foram randomizadas, então não houve critério para estabelecimento de cada combinação.

Destaca-se também o conjunto de fotos que apresentavam conteúdos explícitos referentes à institucionalização de Cecília e sua posterior adoção e as narrativas produzidas em torno dessas imagens. O fato de ter ocorrido uma adoção tardia não necessariamente significaria que o tema “adoção” fosse amplamente discutido. Entretanto, a experiência do *photovoice* revelou que há presença desse debate no cotidiano da Família 2. A consciência de que essa família se constitui de laços outros que não os consanguíneos parece gerar uma implicação particular em cada membro. A



construção de um dia-a-dia nos quais existam as relações e trocas significativas entre os membros, ou mesmo a preocupação em demonstrar presença e afeto compõem a amálgama de significado construído por Djamila, Martha e Cecília sobre o grupo que elas compõem.

Há uma interseção entre a temática da adoção e o engajamento político do grupo. As narrativas construídas no *photovoice* convergem com aquelas apresentadas por Martha na entrevista individual. Adotar não é entendido aqui como um ato de caridade, mas como uma forma válida de composição familiar que não exclui a complexidade das outras formas de organização (que, inclusive, seguem presentes nos três membros da Família 2). Ou seja, a família consanguínea de Martha, a de Cecília e a de Djamila desempenham papéis fundamentais no núcleo da Família 2, sendo incorporadas e sugerindo validação social, afetiva e política, pois demarcam e demonstram a multiplicidade de configurações familiares possíveis.

A Família 2 também demonstra a validação das diferenças de papéis entre seus membros. Essas diferenças são baseadas nas particularidades individuais de cada um, que podem convergir mais ou menos com as expectativas sociais de parentalidade. No entanto, o aspecto mais significativo dessas diferenças é a história única de cada membro em relação à família. Essa história envolve o tempo de construção do vínculo, o momento em que cada um chegou à família, suas experiências passadas e sua maneira de interagir com o grupo, entre outros aspectos. Não se trata de estabelecer uma hierarquia, mas sim de diferentes formas de se relacionar e contribuir para o grupo, sem que isso diminua o senso de pertencimento familiar de qualquer membro.

Outro aspecto político importante na significação da família sobre o grupo envolveu as ações durante a pandemia (vacinação, uso de máscaras, distanciamento, etc.). Esses fatores ganharam, no Brasil, uma conotação de militância diante da recusa da extrema-direita em validar as ações sanitárias, em consonância com os discursos do Governo Federal à época. As narrações construídas a partir das fotos que abordavam esse tema traziam uma mistura de enfrentamento e sensação de segurança para a família. Também demarcou a construção da autonomia de Cecília, pois em sua transição para a maioria, novas responsabilidades foram possíveis (como, por exemplo, ir sozinha se vacinar).

Outro ponto de engajamento político envolve a interracialidade. A Família 2 é formada por pessoas brancas, pardas e pretas, e esse aspecto contrasta as expectativas

clássicas de composição familiar, especialmente quando se trata da adoção. Vimos que a história da adoção é demarcada pela validação do segredo sobre a não consanguinidade e, para tanto, a composição familiar intrarracial era fundamental. Apesar de não haver legislação atual que impeça a interracialidade, a preferência por bebês brancos sugere que ainda há uma expectativa social no Brasil de não existência de diferenças raciais nas famílias formadas por adoção. Nesse caso, entretanto, revela-se o oposto. A demarcação das diferenças raciais compõe a identidade da família, sendo razão de orgulho para seus membros.

Historicamente, é comum entender a família como um contexto de reprodução no senso comum. Sua função seria a de assegurar a continuidade da espécie humana e transmitir não apenas características genéticas, mas também valores (Prado, 1991). No entanto, a Família 2 desafia essa lógica de crescimento familiar durante o *photovoice*. Ao afirmar que "a família sempre aumenta" e ao apresentar o processo passo a passo da chegada de um novo membro, inclusive por meio da adoção, Martha e Djamila oferecem uma perspectiva que questiona a validação exclusiva da família com base nos laços de consanguinidade, desafiando assim a normatividade cisgênero e heteronormativa.

Estiveram presentes três categorias de temas fundamentais na construção da identidade da Família 2: aspectos jurídicos, afeto e relações interpessoais, e processos agentivos de decisão. Dentre os jurídicos, observou-se questões referentes à institucionalização e à formalização da adoção de Cecília. É notório que, apesar de a vivência institucional ser especificamente da adolescente, esse processo é significativo para toda a família, principalmente Martha, que chegou a conhecê-la ainda abrigada. As narrativas construídas sobre as fotos do processo de institucionalização revelam a valorização da história de Cecília e apontam elementos de sociabilidade que posteriormente seriam valorizados pela Família 2. A categoria de afeto e relações interpessoais é ilustrada pelas narrativas de valorização da família como grupo de suporte, incluindo aqueles membros não pertencentes à unidade nuclear. A confiança observada nas co-construções narrativas e a intimidade presente durante as falas na execução da entrevista revelam a importância dos aspectos afetivos na construção de sentido dos membros sobre o grupo familiar. Por fim, os aspectos agentivos demonstram uma ação intencional dos membros da família em contribuir com a construção desta como um coletivo coeso. A fala de Djamila ilustra bem esse aspecto, quando aponta sua decisão em passar mais tempo sozinha com Cecília de modo a construir uma vinculação e laços de

intimidade mais fortes. As decisões de Martha em aproximar Cecília da sua família, bem como trazer para perto os irmãos consanguíneos da adolescente, demonstram não apenas o respeito às histórias individuais de cada uma, mas também um entendimento de que a complexidade de formação de vínculos familiares extrapola a consanguinidade.

A riqueza do *photovoice* inclui a não necessidade de ocorrência de concordâncias rígidas entre os membros, pois as discussões e complementações se mostraram fundamentais. Entretanto, ficou evidente que havia alinhamento em temáticas e posicionamentos da família em relação aos elementos que a representam. Paradoxalmente, na seção onde houve discordância na escolha da foto mais representativa, a interposição de argumentos evidenciou a complexidade das múltiplas construções de sentido na família, a despeito da união de perspectivas. Entretanto, conforme as seções foram sendo concluídas, houve um afunilamento nas interações (apresentando, progressivamente, declarações de dependência, as quais revelam conformidade e coesão grupal). Enquanto, anteriormente, a discordância da representatividade da foto envolvia uma que demarcava a história do vínculo entre Martha e Cecília e outra que demarcava um momento presente de férias em família, contendo também Djamila, nas seções subsequentes todos esses temas foram retomados e enfatizados como representativos.

Em conclusão, a pesquisa sobre o uso do *photovoice* na Família 2 revelou a produção de sentido por meio da seleção e narração de imagens. As narrativas construídas destacaram a valorização das relações afetivas, a complexidade das múltiplas construções de sentido e a abordagem política engajada do grupo. A adoção e a interracialidade foram temas-chave que desafiaram as normas sociais, evidenciando a diversidade e a validação de diferentes formas de composição familiar. A pesquisa ressaltou a importância do *photovoice* como uma ferramenta poderosa para a compreensão das dinâmicas familiares, permitindo a construção coletiva de significado e a reflexão sobre identidade e pertencimento.

## 8 Identidade de Família por Adoção: uma perspectiva desenvolvimental sobre família

A escolha de estudar identidade a partir das narrativas (como produto) e narração (como processo) traz um desafio epistemológico, pois mesmo na psicologia contemporânea, ainda há contrapontos à consideração da cientificidade das informações contadas pelos indivíduos. Quando se propõe realizar uma discussão sobre as construções narrativas coletivas de determinado grupo, esse problema se soma aos questionamentos: Como saber se de fato o que é narrado por um membro representa o grupo? Como saber se a narrativa não é orientada pela conveniência ou pela conformidade grupal? É possível pensar o grupo como produtor de sentido? Ademais, poderíamos falar em *significado*<sup>7</sup> de família como aquele que reúne sentidos individuais e produz um significado coletivo (sempre em processo de se transformar em outra coisa)?

Souza e Branco (2008) descreveram o caráter autoepistêmico das narrativas. Ao elaborar uma narrativa, o indivíduo constrói sentido sobre si diante daquilo que se narra, mas também leva em conta a razão da narração e o destinatário. Assim, uma entrevista individual opera não apenas como um cenário de escoamento de informações da memória, mas se torna uma teia ativa de construção de sentido. Observou-se que também nas entrevistas em grupo esse caráter se manteve. Além da relação pesquisador participante, durante o *photovoice*, a construção das narrativas teve como ferramenta a convocação do outro. Nesse sentido, as contribuições de Rothwell (2010) sobre processos de interação grupal foram essenciais para compreender os diversos perfis de contribuição dos indivíduos no processo de construção de uma narrativa compartilhada.

A análise que antecedeu no capítulo anterior, a partir das narrativas individuais e coletivas, demonstrou que, em cada família, havia certo alinhamento naquilo que era discutido. Entretanto, ficou evidente que os contrapontos apresentados nas entrevistas individuais, sendo ou não abordados na entrevista em grupo, não representavam um apagamento da narrativa construída coletivamente, mas trazia nuances de forma e perspectiva diante de fatos e sentidos atribuídos a esses fatos.

---

<sup>7</sup> Ciente da distinção apresentada por Vigotski (2000) entre a noção de sentido (que tende a explicar representações individuais) e significado (que se pauta nas ideias compartilhadas), neste estudo as palavras foram utilizadas indiscriminadamente. Não há uma correlação direta, porém tendo a acreditar que a definição de “sentido” aqui trabalhada tem como influência o conceito de “meaning-making”, explorado por Valsiner (2009), que, ainda que não tenha sido fundamento das análises realizadas neste estudo, é parte de uma teoria presente no meu cotidiano de pesquisador nas interações com orientação e grupo de pesquisa.

As interações presentes durante a construção coletiva das narrativas, ao longo do *photovoice*, também sinalizaram que, mesmo em situações de discordância e negativa, os sentidos produzidos eram, em alguma medida, compartilhados. Isso revela que o recurso narrativo foi assertivo também como estratégia de investigação.

Partindo desse patamar, neste capítulo buscaremos lançar um olhar mais teórico aos casos analisados, propondo três fundamentos que foram construídos diante da análise narrativa das entrevistas individuais e grupais. Primeiramente, discutiremos o caráter de funcionamento dual da família, buscando entender sua interrelação entre o papel de contexto desenvolvimental e o de entidade/unidade em desenvolvimento. A seguir, demonstraremos a implicação da proposição anterior ao passo em que expandimos a compreensão da família desde um ponto de vista desenvolvimental. Por fim, será delineado um modelo dinâmico de análise do processo de construção da identidade de família constituída por adoção, partindo de categorias construídas nas narrativas analisadas que expressam o fundamento das atribuições de sentido elaboradas por estas sobre elas mesmas.

### **8.1 Caráter dual de funcionamento da família: entidade/unidade ⇔ contexto**

Propõe-se aqui uma abordagem de compreensão da família como uma entidade dual, compreendendo-a tanto como uma unidade comum quanto como um contexto de desenvolvimento. Baseado na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, o foco se volta para a interação entre essas duas dimensões, bem como no seu modo paralelo de funcionamento. Enquanto a família é considerada uma unidade na qual os indivíduos estão interligados e coconstroem uns aos outros, a ênfase se volta para esta como um grupo, incluindo os fenômenos relativos a esse objeto; ademais, propõe-se que além dos fenômenos grupais, a família-unidade carregue e seja enxergada a partir das características de "pessoa", conforme expressas no modelo PPCT. Em acréscimo, a família também é reconhecida como um contexto que elabora e é elaborado pelas experiências e processos de desenvolvimento ocorridas na sua zona de influência. A análise dessa dualidade oferece uma visão abrangente e dinâmica das relações familiares e dos fatores que promovem o desenvolvimento de seus membros, bem como permite assumirmos a família como uma entidade desenvolvimental.

Conforme salientado no Capítulo 4, uma crítica central de Bronfenbrenner (2011) aos padrões de pesquisa que adotam o contexto como endereço social, sendo apenas

intervenientes no desenvolvimento dos indivíduos que nele interagem, se pauta na passividade desse elemento. Na perspectiva bioecológica, o contexto é ativo e delinea expressões da pessoa, bem como configurações de processos proximais. A família, então, quando vista na condição de contexto, não pode ser entendida unicamente pela posição hierárquica e determinante de trajetórias, mas como interagente com os seus membros quando considerados individualmente.

A análise dos casos reforça uma posição central do papel da família de acordo com a teoria bioecológica: sua atuação como microssistema. As famílias são contextos preponderantes nos quais seus membros estabelecem relações imediatas com objetos, símbolos e outros indivíduos. Conforme se configuram como tal, após conclusão dos processos de adoção, a configuração dos processos proximais varia e expande, demarcando novas formas de interação. Do lado dos pais e mães, reforça-se os compromissos e comportamentos de cuidado, autoridade, afeto e responsabilidade; do lado das filhas, as reflexões sobre os próprios atos e comprometimento com atividades que anteriormente não faziam parte do seu escopo de representatividade, até porque a "prestação de contas" não era individualizada, mas institucional (por exemplo, a escola).

Além disso, a família desempenha um papel fundamental como canal de compartilhamento, reflexão, produção e reprodução de fatores presentes no macrossistema. Um exemplo disso é observado na Família 1, na qual é evidente a composição de um contexto em que há uma forte ênfase no discurso de valorização das infâncias. Esse discurso faz parte da narrativa jurídica que foi construída e formalizada na década de 1990, especialmente com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Jacinto, 2019). É importante ressaltar que essa narrativa não é apenas promovida pelos pais, mas também é difundida e internalizada pela filha. Em um estudo anterior, demonstrei que, mesmo que as meninas institucionalizadas sejam frequentemente vistas como alheias aos aspectos jurídicos e assistenciais dos direitos da criança e do adolescente que opera sobre elas, na realidade demonstravam internalizar, reproduzir e compreender os efeitos desse discurso (Jacinto, 2019). De forma assemelhada, os casos analisados demonstraram uma horizontalidade e compartilhamento de significações na manutenção de tal narrativa.

Na Família 2, as narrativas enfatizaram principalmente os marcadores sociais de raça, gênero, religião e sexualidade, abordando esses elementos do macrossistema. Em resumo, essa família reforçou seu papel de acolher a diversidade e adotou uma postura

contra-hegemônica em relação aos possíveis processos discriminatórios atribuídos ao grupo. Isso ilustra outra característica do macrossistema e o papel ativo desempenhado pela família-contexto de desenvolvimento. Os valores sociais e discursos estabelecidos em uma determinada cultura não são simplesmente internalizados e reproduzidos de forma automática, mas são reinterpretados e ressignificados. Embora a família tenha consciência dos padrões discriminatórios que operam na sociedade brasileira em relação às mulheres, pessoas LGBTQIA+, grupos racializados não-brancos, entre outros, a forma como esses elementos têm seus significados construídos e vivenciados no contexto da Família 2 é caracterizada por uma abordagem política e ideológica de enfrentamento e valorização das diferenças, contrapondo-se aos discursos aviltantes.

Em suma, as análises apresentadas destacam a importância de compreender a família como um contexto. Ao considerar a interação dinâmica entre os indivíduos e seu ambiente, fica evidente que a família desempenha um papel fundamental na construção das identidades, e no compartilhamento de valores. Através da análise das narrativas e interações familiares, observamos como os fatores do macrossistema promovem desenvolvimento e são ressignificados no contexto familiar. Essa compreensão mais ampla da família como um contexto vivo e ativo nos convida a uma reflexão mais aprofundada sobre a complexidade das relações familiares e as ressonâncias que elas têm no desenvolvimento humano.

Uma segunda forma de compreender o desenvolvimento da família é enquadrando-a na condição de unidade. Dentro da perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano, o elemento mais próximo dessa noção de unidade que podemos analisar é a pessoa, que tem sido o foco principal da maioria das pesquisas em desenvolvimento. Embora tenhamos optado por nomear essa faceta da família como "unidade", proponho um exercício para visualizar as características atribuídas à pessoa no modelo PPCT e explorar como elas podem nos auxiliar na compreensão dos processos de desenvolvimento observados na família (aqui não se trata de considerar os processos dentro da família, mas no conjunto familiar em si como elemento de análise).

No tópico seguinte, abordaremos melhor a concepção de desenvolvimento humano na perspectiva bioecológica e situaremos temporalmente como características desenvolvimentais são encaradas como produto de ou base para processos também desenvolvimentais. Cumpre aqui lembrar que, de acordo com Bronfenbrenner e Morris

(2006), a pessoa é um dos pilares do modelo PPCT e comporta características que orientam trajetórias desenvolvimentais.

Essas características podem ser classificadas em três tipos distintos: a) Força - são atributos que impulsionam ou sustentam processos próximos, podendo desencadear mudanças ou desorganização; b) Demanda - são características inerentes à pessoa que direcionam as respostas do contexto, como cor da pele, gênero, idade, entre outros; c) Recursos biopsicológicos - são traços que não exercem uma seleção direta no ambiente, mas fornecem predisposições para a ação, como experiências, habilidades, conhecimentos, deficiências e competências. Ao contrário das demandas, os recursos não são prontamente visíveis e, portanto, não exercem uma influência imediata no contexto (Tudge, Mokrova, Hatfield & Karnik, 2009).

A proposta apresentada visa a analisar as famílias estudadas sob a perspectiva de serem classificadas como unidades "pessoa" no modelo PPCT. Nesse sentido, a ênfase dada se reflete na concepção da família como uma entidade unitária que está sujeita a processos de desenvolvimento e também passa por transformações ao longo desse processo.

Como componentes da característica “força”, podemos descrever ao menos três elementos presentes nas duas famílias e despontantes nas narrativas. O primeiro deles, a tendência ao diálogo. Na Família 1, a disponibilidade à comunicação parece ter principal origem nas características individuais de Zélia e Jorge, bem como na díade formada por ambos. Essa tendência posteriormente baseia a construção de um recurso coletivo, materializado pela construção de um contexto que oportunize a troca aberta de sentimentos e percepções vivenciadas pelos membros da família.

Na Família 2, durante o período de apadrinhamento que marcou seu início, o diálogo entre Martha e Cecília era uma condição essencial. Mesmo sem laços de parentesco, ambas compartilhavam experiências e expectativas, estabelecendo um ambiente de sinceridade que permitiu a Cecília recusar inicialmente a proposta de adoção e expressar abertamente seus motivos. Em análise individual, com a chegada de Djamilá, o contexto de liberdade para comunicação, bem como de valorização das trocas interpessoais, permanece em voga com esta última chegando a criar oportunidades para estabelecimento de diálogo com a filha.

Um marco nas duas famílias sobre essa característica é a possibilidade de discutir abertamente questões relacionadas à adoção, os vínculos de parentesco e afetivos das



filhas, medos, frustrações e outros elementos presentes na jornada adotiva do grupo, desde sua entrada no sistema jurídico-assistencial até a efetivação do processo. Em ambos os casos, esse elemento da característica “força” parece operar como elemento fundamental da coesão do grupo e da construção de uma identidade compartilhada.

Outro componente importante dentro da característica “força” é a disponibilidade ao acolhimento e ao estabelecimento de vínculos. Os membros das famílias compartilham um histórico de orientação altruísta, o que se reflete nas relações estabelecidas ao longo de sua trajetória no processo jurídico-assistencial de adoção. No que diz respeito às crianças e adolescentes, como Raquel e Cecília, é comum associar a esse perfil dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos, devido às experiências de institucionalização e outras vivências que enfrentaram. Em consequência, essas dificuldades são também utilizadas como justificativa para a prolongação do abrigo, resultado de tentativas frustradas de adoção que acabam culpabilizando os sujeitos institucionalizados.

No entanto, neste estudo, observou-se que Raquel e Cecília demonstraram uma inclinação à reciprocidade em relação à disposição dos pais participantes. Mesmo diante dos desafios e das adversidades enfrentadas, as crianças e adolescentes demonstraram algum grau de abertura para se envolverem emocionalmente com seus pais adotivos, evidenciando a importância do acolhimento e da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento saudável dessas relações familiares.

Outro exemplo relevante da dimensão “força” é a presença de padrões de tolerância nas famílias. Mesmo diante de situações adversas, as famílias demonstraram uma capacidade de se organizar para superar os obstáculos que demandaram paciência frente a ações do outro em um novo momento de convivência. Por exemplo, as filhas demonstraram percepções de autoridade excessiva por parte dos pais, enquanto os pais lidaram com desafios relacionados ao mau comportamento das filhas. Nesses momentos, a disponibilidade para a tolerância desempenhou um papel fundamental no processo de adaptação e na coesão familiar. A capacidade de lidar com as adversidades encontradas durante o processo de adoção foi facilitada pela disposição em compreender e aceitar as diferenças, o que fortaleceu os vínculos familiares e contribuiu para a resolução construtiva de conflitos e favoreceu o entendimento do grupo como unidade.

Por fim, talvez o principal aspecto distintivo da visão proposta da família como uma unidade de desenvolvimento, a partir de uma perspectiva bioecológica, resida na

demanda. Especialmente quando analisamos as interações sociais envolvendo famílias adotivas, é evidente que raramente seus efeitos se limitam a um único membro. Embora um membro específico possa ser o foco imediato, o conteúdo das interações abrange todo o conjunto familiar.

Alguns elementos que podem ser atribuídos à característica “demanda” e que foram construídos como significativos nas narrativas são: na Família 1, a interracialidade, a variabilidade dos vínculos empregatícios (uma funcionária pública, professora, e um músico), a não reprodução dos padrões de masculinidade e feminilidade atribuídos socialmente ao papel de pai e mãe; na Família 2, também a interracialidade, a configuração inicialmente de uma mãe solo e uma filha e, posteriormente, duas mães, a diversidade religiosa e a relativamente pouca diferença de idade entre mães e filha.

Em ambos os casos, houve menção ao modo como os outros enxergavam as famílias. Desde o olhar de estranhamento relatado por Zélia (Família 1), à percepção de não ser considerada uma família tradicional, conforme relatado por Martha (Família 2). Os casos também compartilham uma última condição de demanda que, embora não haja evidência justificável, o conjunto de elementos já listados sustenta uma percepção social de estranhamento: o fato de serem famílias formadas por adoção.

É importante ressaltar que não há uma proposta de análise dos efeitos específicos da demanda na trajetória de cada família. Entretanto, há elementos que permitem incluir o contexto nessa interpretação e posteriormente podem ser utilizados como base para tomada de conclusões. Levando em conta o último exemplo citado (família ter sido formada por adoção), fica evidente que em contextos socialmente acolhedores e, mais explicitamente, nos grupos de apoio e acompanhamento à adoção, as interações existentes entre os outros e as famílias difere daquelas ocorridas em contextos cotidianos (como uma ida ao shopping ou uma viagem). Essas diferenças podem estar relacionadas à compreensão e ao apoio oferecidos por indivíduos e comunidades que compartilham experiências semelhantes, criando um ambiente de compreensão, aceitação e suporte para as famílias adotivas, em oposição ao cenário social de possível repulsa à adoção e à constituição familiar não consanguínea.

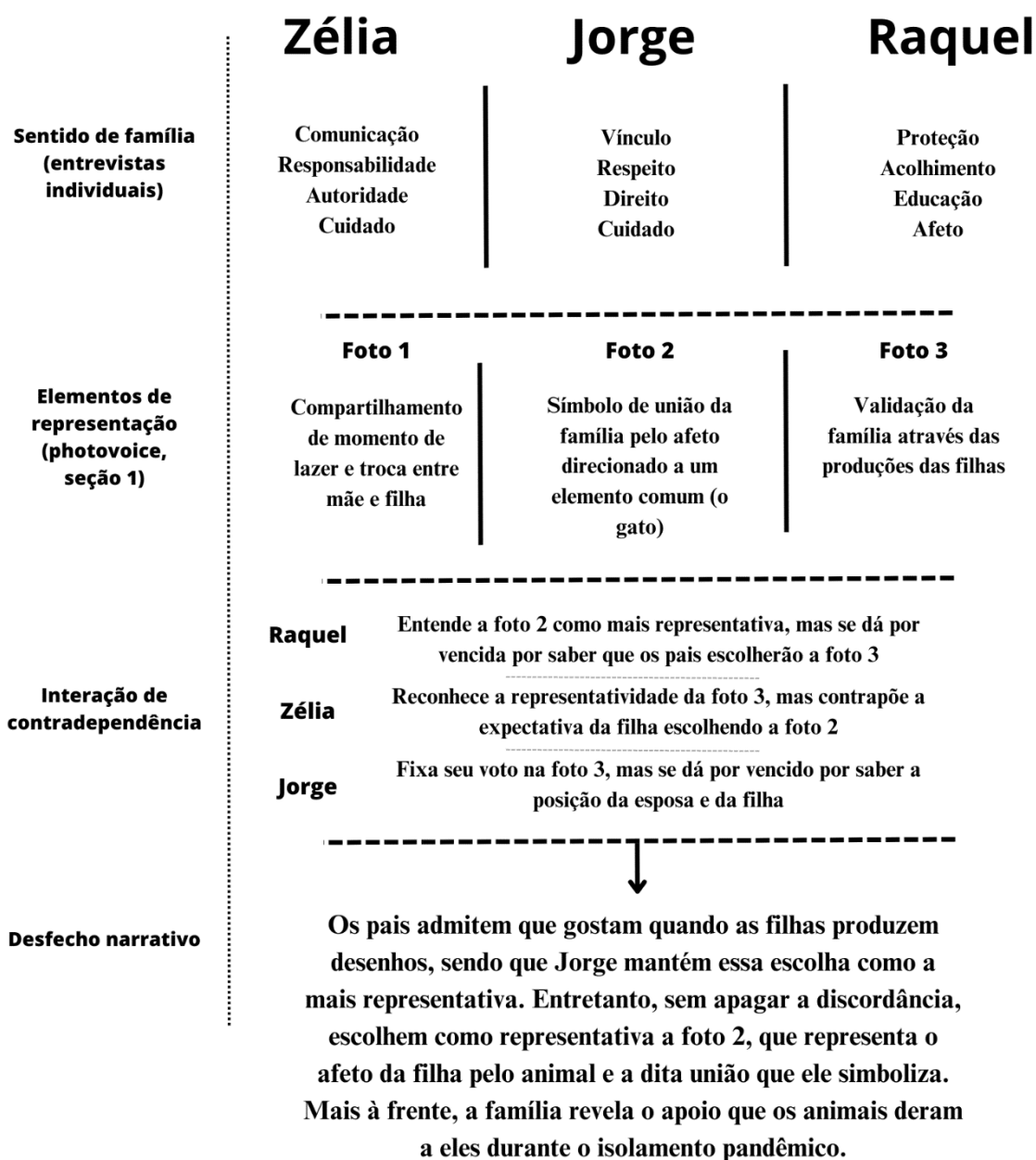
Em conclusão, a proposta de análise da família como exercendo um caráter dual (unidade ⇔ contexto) proporciona uma abordagem abrangente para compreender as dinâmicas familiares e seu impacto no desenvolvimento humano, bem como sua compreensão como ela própria entidade desenvolvimental. Ao considerar a família como

uma unidade, reconhecemos sua importância como um grupo coeso e coletivo, onde os membros compartilham vínculos afetivos, valores e objetivos comuns, possuindo uma trajetória desenvolvimental também compartilhada. Isso significa que a família em si ocupa analogamente o papel de “pessoa” no modelo PPCT e, assim sendo, está sujeita às influências do e no contexto, ao tempo, e ao exercício de processos proximais.

Por outro lado, ao considerar a família como contexto, enfatizamos a coconstrução e o impacto que a família exerce sobre seus membros. Essa perspectiva nos permite examinar as interações e as relações familiares, bem como os processos de socialização e a transmissão cultural que ocorrem dentro desse ambiente familiar. Nesse contexto, a família molda as experiências, as interações sociais e o desenvolvimento individual de cada membro por meio de sua estrutura, dinâmica e padrões de interação. Podemos entender a família como um grupo composto por indivíduos únicos que constroem um contexto compartilhado, o qual promove o desenvolvimento de cada um deles como participantes ativos desse sistema.

Ressalta-se que o exercício de levar em conta a noção de família como unidade traz desafios relacionados à evidência de uma dinâmica compartilhada pelo grupo. Nas narrativas analisadas, observamos que – diferente do que a denominação do conceito possa sugerir – pensar uma unidade familiar não envolve localizar concordâncias nos conteúdos e na narração. Observou-se, na análise das interações, que, nos processos de complementação narrativa, convocação à palavra e conformidade (representados pelas declarações de dependência), bem como nas interações demarcadas por contrassensos e discordâncias sobre o que se narrava por outro membro (representadas pelas declarações de contradependência) o produto era uma construção de sentido comum sobre signos representativos para a família. Nesse movimento narrativo complexo, o resultado trazia um indicador da identidade da família relativamente estável e acatado pela família. A Figura 4 busca ilustrar esse processo, a partir da análise da seção 1 do photovoice da Família 1.

Figura 4 – Elaboração de narrativa comum à família-unidade em interação de contradependência



Fonte: o autor.

O exemplo contribui com outro elemento da perspectiva narrativista em psicologia na qual esta pesquisa se enquadra. Retomando as proposições de Bamberg e Georgakopoulou (2008), a análise narrativa pautada em pequenas histórias difere daquela que se baseia em grandes histórias, pois, dentre outros elementos, enquanto a primeira enfatiza o processo de construção identitária dos indivíduos pesquisados, a segunda tem como foco o resultado dessa construção. Neste estudo, a triangulação metodológica nos

permitiu acessar os dois tipos de histórias em cada família. Enquanto as entrevistas individuais remontavam grandes histórias, de caráter essencialmente – mas não apenas – biográfico, o *photovoice*, dividido em seções, abriu caminho para a construção de diversas pequenas histórias compartilhadas pelos membros de cada família.

Entretanto, aqui se diverge às asserções de Bamberg e Georgakopoulou (2008). A Figura 4 é um exemplo do quanto, mesmo nas grandes histórias, existem elementos que permitem a análise do processo de construção identitária. Isso porque, ainda que as narrativas “individuais” tenham sido construídas com base em elementos prévios, durante a narração, os participantes casavam elementos do passado, presente e futuro, demonstrando que – embora didaticamente no procedimento de pesquisa nós organizamos canonicamente os eventos narrados – o tempo internalizado não precisa de tal divisão.

Talvez também por essa razão, durante o desafio apresentado pelo *photovoice*, elementos que em determinada seção não eram pontuados como representativos e constitutivos principais da identidade da família acabavam sendo retomados nas seções seguintes assumindo papel de destaque. Embora haja um movimento comum de construção de significados sobre a família, não há de se ignorar a complexidade das contribuições individuais frente ao grupo, nem das próprias contradições que compõem as posições de cada indivíduo frente a si mesmo.

## **8.2 Identidade da família desde um ponto de vista desenvolvimental**

Usualmente, o estudo do desenvolvimento humano se pauta na descrição e análise de mudanças de determinadas categorias denominadas “domínios”. A depender da corrente teórica, os domínios são mais ou menos abrangentes. Por exemplo, pode-se propor uma segmentação dos domínios desenvolvimentais entre aspectos cognitivos, linguagem, motricidade e socialização e autocuidado (Williams & Aiello, 2001). Outras correntes envolvem uma divisão mais explícita, a exemplo das conceituações e mensurações propostas para distintos tipos de memória (operacional, sensorial, de longo prazo, etc.). Ocorre que, usualmente, o entendimento do desenvolvimento humano a partir desse ponto de vista é limitado ao estudo de indivíduos.

Quando se pensa em grupos, geralmente são tomados de empréstimo conceitos construídos na psicologia social e nas ciências sociais. A psicologia dos grupos se constitui, assim, como um campo interdisciplinar que, embora autores como Sánchez

(2014) e Zimmerman (2009) advoguem sua inserção dentro da psicologia social, é reconhecido pela complexidade epistemológica. No campo do conhecimento psicológico, conceitos como coesão, liderança, papéis, estrutura, momento, dentre outros, foram inseridos como elementos de estudo. Seriam processos existentes apenas diante da existência de um dado grupo. Não está claro, entretanto, que esses processos (relativos ao funcionamento grupal) possam ser analogamente atribuídos a domínios, tais quais os desenvolvimentais intraindividuais.

Adentrar nessa discussão remonta as origens da psicologia dos grupos quando figurava dentre os debates centrais a existência ou inexistência do grupo como categoria de análise nas ciências psicológicas. Sobre esse aspecto, Sánchez (2014) retoma concepções individualistas dentro da psicologia social psicológica que perduraram no início do século XX. Uma das asserções dessa perspectiva era que o grupo seria um objeto ficcional e todos os fenômenos nele descritos nada seriam que, em última instância, processos psicológicos individuais ocorridos simultaneamente. Essa concepção enfraquece quando autores como Lewin, Sherif e Asch incluem o conceito de interdependência, demonstrando fenômenos grupais que, de certa forma, são apartados dos comportamentos individuais (Sánchez, 2014). Uma máxima da psicologia reverbera: o grupo é mais do que a soma de suas partes. Quando o grupo é caracterizado por relações de longa duração, com papéis claros de dependência e cuidado, além da demarcação dos afetos como constituintes, como é no caso das famílias, esse debate se complexifica.

Esta pesquisa teve como ênfase o estudo das identidades, um fenômeno pacificado como de interesse da psicologia do desenvolvimento. Reitera-se que por “identidade” entende-se, aqui, a construção de sentido sobre si. Foi também demonstrado que, diante de uma perspectiva culturalista e narrativista em psicologia, a correlação entre fenômenos grupais e individuais compõem a construção das identidades. As narrativas elaboradas pelos indivíduos entrevistados se entrelaçam tanto quando analisadas interindividualmente (comparadas e conectadas umas às outras dos membros da mesma família) quanto quando construídas em tempo real de modo conjunto.

Pode-se assumir, portanto, que a construção da identidade é um processo psicológico que ocorre tanto no nível individual quanto no nível grupal/familiar. Em resumo, à medida que os participantes entrevistados desenvolviam suas próprias percepções e significados individuais em relação a si mesmos, como integrantes de suas famílias e na qualidade de desempenho de papéis específicos (sejam eles parentais ou de

filiação), também emergia uma narrativa coletiva, cujo significado só se concretiza quando se consideram as construções compartilhadas por cada família. Dessa forma, a identidade individual e a identidade familiar estão intrinsecamente interligadas, contribuindo para uma compreensão mais ampla do processo de formação de identidades no contexto familiar.

Acrescenta-se, aqui, a perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano que nos auxilia a compreender a evolução da construção identitária das famílias. Em primeiro ponto, retomemos a ideia de que desenvolvimento humano não se resume ao resultado da incidência de variáveis frente ao sujeito (assumamos, aqui, o grupo familiar em analogia). Inclui-se em discussão o patamar desenvolvimental presente também como base para a produção de novas trajetórias desenvolvimentais. Ou seja, embora pareça paradoxal e redundante, a afirmação que se estabelece é: o desenvolvimento é base e resultado para mais desenvolvimento humano. Como isso se observa na análise demonstrada no capítulo anterior?

Primeiramente, ficou evidente que a existência de recursos que foram agregados ao longo das trajetórias de cada família foi fundamental para o enfrentamento aos desafios encarados nos processos de adoção pelas quais passaram. Tomemos como base a Família 1. O processo de adaptação do grupo após inserção das filhas na casa originalmente de Zélia e Jorge pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, associado a “caos” pelos membros entrevistados, é demarcado por, do lado das filhas, a incerteza sobre o futuro e sobre seu real desejo de ter aquele casal de estranhos como pais e, do lado do casal, as dúvidas sobre sua relação de afeto com aquelas meninas que chegaram “rápido demais”, bem como acerca da sua própria capacidade de educá-las e exercer autoridade parental. Tanto individualmente não havia uma construção de sentido de si (identidade) de pai, mãe e filhas, quanto em grupo não se entendia aquele cenário como uma família.

Os recursos de mudança desse momento vieram também dos dois polos. Do lado de Zélia e Jorge, o resgate ao perfil de diálogo e firmeza que ambos haviam deixado à parte; do lado de Raquel, o entendimento do seu comprometimento como fundamental para fazer dar certo aquela experiência. Demarca-se, aqui, um momento intermediário no perfil desenvolvimental de cada membro, individualmente, e da família como um coletivo. Pegando esse recorte, a construção identitária decorrente das decisões para superar o “caos” da adaptação seria o resultado desenvolvimental das interações, comportamentos e emoções vivenciadas.

Entretanto, propõe-se uma análise posterior. Esse resultado demarca um novo ponto de partida e as experiências que sucederam a partir daí não encontraram a Família 1 no momento da sua constituição legal, mas no momento demarcado pela reunião de ultimato que uniu as perspectivas e compromissos de pais e filhas. Assim, o que chamei de “momento intermediário no perfil desenvolvimental” que foi resultado dos processos proximais do caos da adaptação da adoção é também base para resultados posteriores.

Nas narrativas da Família 1, há uma evolução de conteúdo que expressa isso. Em princípio, tanto Zélia quanto Jorge revelavam o descontentamento e a dúvida sobre si próprios como pai e mãe. Na conclusão, situavam os desafios como existentes, mas encaráveis. É possível ver que, em momentos distintos, desafios semelhantes são interpretados e tratados de modo completamente diferentes pela família. Podemos até observar um crescimento do modo de enfrentamento: de disfuncional para funcional.

Além da relação contínua da identidade como resultado e como base para novos desfechos desenvolvimentais, a perspectiva bioecológica nos permite propor outro componente observado nas famílias: a ampliação do nível de complexidade dos processos proximais.

Para exemplificar essa característica, tomemos como base as narrativas elaboradas pela Família 2. Como demarcador temporal, levemos em conta o primeiro momento, no qual Martha e Cecília eram madrinha e afilhada e a posterior transição para mãe e filha. Reitera-se que, embora juridicamente essa mudança tenha ocorrido de modo concreto, a experiência delas demonstra outra faceta. Novos elementos surgem e fenômenos anteriores ganham novos sentidos que justificam a existência dos papéis de parentalidade e filiação, bem como de classificação daquele grupo como uma família.

Em primeira instância, pode-se analisar o aumento da complexidade dos processos proximais com a análise de comportamentos e emoções vivenciadas pelos membros da família. Há também uma expectativa jurídico-assistencial que passa a ser demandada daquele grupo.

Individualmente, temos o exemplo de Martha, que passa a ajustar sua disponibilidade para dar conta de demandas coletivas. A princípio, na condição de mãe solo, também passou a refletir sobre seu papel social de mulher, lésbica, chefe de família constituída por adoção, e começou a planejar sua performance como mãe a partir dos novos desafios.



Além de comportamentos, a própria construção identitária tem sua complexidade aprimorada. Em um olhar leigo, pode-se crer que, a partir do cumprimento dos trâmites legais requerido sem um processo de adoção, a família passa a se entender como tal, em um contexto mais simplificado de autodefinição. Passa a se considerar um grupo coeso, com papéis definidos, responsabilidades compartilhadas, relações interpessoais de afeto, etc. Entretanto, a Família 2 nos mostra que essa transição não é natural nem abrupta. A configuração de sentidos acerca da relação existente entre Martha e Cecília quando eram madrinha e afilhada não equivale à identidade da família após a adoção, embora haja alguma continuidade (ainda que permeada por transformações). Martha fornece pistas sobre essa transformação na complexidade da significação de si exercida pela família quando conta os limites mais claros estabelecidos na relação de apadrinhamento. Ela alega que mantinha contato com a então afilhada, passavam alguns finais de semana juntas, e as responsabilidades se encerram ali. Mesmo a relação de afeto é mediada pela efemeridade do vínculo jurídico, como foi revelado na experiência de tentativa de adoção que Cecília passou, a qual não foi dada continuidade.

Na nova situação, de mães e filha, o grupo tem um desafio de elaborar cotidianamente sua identidade. Entender seus limites, ressignificar comportamentos e negociar esses significados. Por exemplo, chamar pelo nome ou usar a palavra “mãe” é trariam impacto distinto à coesão familiar? Realizar cobranças enfraquece ou fortalece essa relação? Já que não somos vinculadas pela consanguinidade, como entender a participação da composição da família que entendemos como “nossa”? Mais do que perguntas a serem respondidas, esses e outros questionamentos permeiam os processos ativos de construção identitária das famílias estudadas. Revelam que há uma complexidade progressiva nos processos proximais ocorridos nos e entre os membros das famílias participantes. Apontam, enfim, para uma possibilidade de teorização sobre o estudo de famílias, mais particularmente, do seu processo de construção identitária, desde um ponto de vista desenvolvimental.

### **8.3 É possível propor a existência de uma “identidade de família constituída por adoção”?**

Autores como Grotevant, Dunbar, Kohler & Esau (2000), Grotevant & Von Korff (2011), Colaner & Soliz (2017), Tan & Liu (2019) defendem a ideia de que existe um fenômeno identitário vivenciado por pessoas que foram adotadas chamado “identidade

adotiva”. Sua constituição é pautada na elaboração de respostas e significações ao questionamento “quem sou eu enquanto uma pessoa que foi adotada?”. Leva-se em conta algumas especificidades referentes à vinculação familiar por adoção, como a complexidade dos padrões de nascimento (incluindo desconhecimento sobre detalhes da própria origem), questionamentos sobre herança, reflexão sobre a validade das relações familiares consanguíneas e não consanguíneas, dentre outras. Para Fall, Roaten e Eberts (2012), a construção da identidade adotiva é uma das tarefas mais críticas para a pessoa adotada e o desfecho pode colaborar ou prejudicar sua trajetória desenvolvimental.

Grotevant, Dunbar, Kohler & Esau (2000) apontam três dimensões que exercem influência na construção da identidade adotiva: intrapsíquica, familiar e extrafamiliar. A primeira inclui processos psicológicos internos e pessoais da pessoa adotada, suas percepções e sentidos atribuídos à sua história; a segunda, envolve as relações familiares, com destaque ao modo como o tema da adoção é tratado em seu interior; por fim, inclui-se os outros atores sociais que têm contato com a pessoa adotada, como comunidade, instituições, cultura, etc.

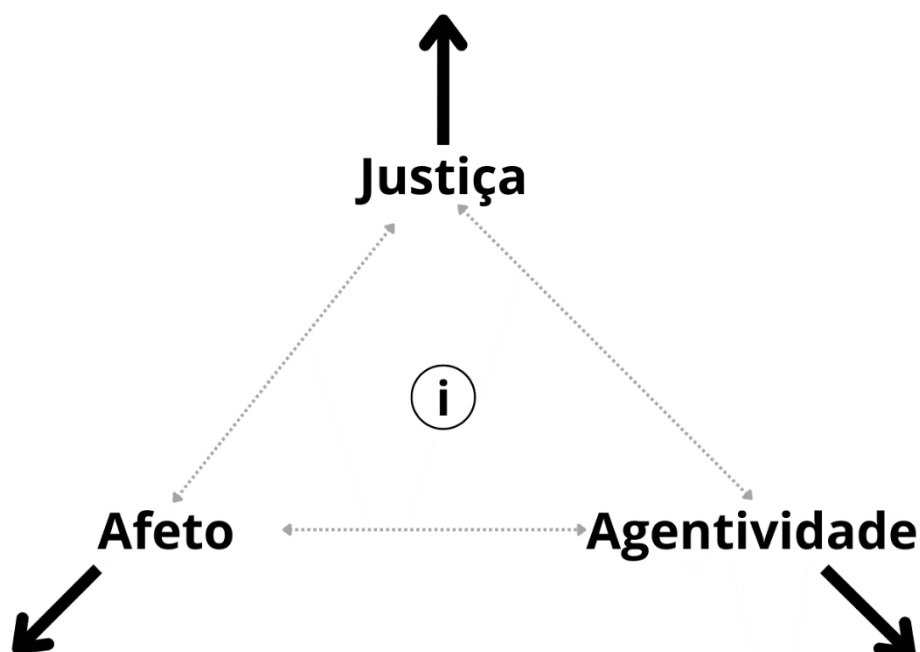
Tan e Liu (2019) demonstram ainda que a abordagem narrativa possibilita a análise da identidade adotiva, especialmente porque essa abordagem valoriza construções de histórias que ultrapassem os fatos sabidos, complementando assim hiatos da vida que a maior parte das pessoas que foram adotadas experienciam. Assim, suposições sobre origem, reflexões sobre possibilidades diante do que ocorreu, dentre outros pensamentos referentes ao desconhecido pré-adoção passam a ser valorizados como elementos de significação identitária. Von Korff e Grotevant (2011) também se pautam nas teorias narrativista para compreender a identidade adotiva, focando no processo de construção de sentido através da construção de narrativas sobre si em contextos relacionais. Os autores salientam que a identidade adotiva não é observável diretamente, porém se manifestam nas histórias construídas sobre os indivíduos sobre eles próprios.

Entretanto, seguindo a linha do que foi pontuado no Capítulo 5, do mesmo modo que os estudos sobre identidade, mesmo adotando uma perspectiva narrativista, as pesquisas sobre identidade adotiva tendem a centrar-se em processos individuais (ainda que considerem elementos contextuais). A ênfase da análise sobre o objeto desenvolvimental é o indivíduo, não grupos, ainda que estes estejam representados por famílias.

Levar em consideração o caráter dual de unidade e contexto apresentado pela família, como entidade de análise, permite resgatarmos a possibilidade de compreender como os processos de construção da identidade adotiva opera nesse cenário. Para tanto, levamos em conta a complexidade do movimento desenvolvimental da família, consultando posições construídas nas narrativas individuais, bem como – e mais enfaticamente – em suas narrativas construídas coletivamente.

Nesta pesquisa, na busca por compreender como as famílias constroem seu sentido de si, bem como identificar quais significados são construídos com base nos elementos do seu cotidiano, observei que três fatores ganharam ênfase nas justificativas para as respostas aos questionamentos implícitos “quem somos nós? quem são os outros? o que chamamos "nós"? como nós agimos? como os outros agem? como nós agimos diante dos outros? como os outros agem diante de outros? como somos tratados pelos outros? quão perto somos dos outros? quais comportamentos julgamos certos ou errados para nós ou os outros?”. Esses fatores são: a) Agentividade; b) Aspectos jurídicos; c) Afetividade. Nomeio esses fatores como “polos”, os quais agregam conjuntos de elementos simbólicos e comportamentais que orientam vetorialmente a construção identitária. Assim, os *três polos orientadores da construção narrativa da identidade de família constituída por adoção* se referem a elementos que validam e constituem a família como tal, sendo expressas em sua importância na estruturação familiar em todas as narrativas analisadas. A Figura 5 delinea esquematicamente essa proposta de compreensão da dinâmica envolvida na construção narrativa da identidade de família constituída por adoção. A escolha de vértices com setas bidirecionais ligando cada polo busca representar que estes exercem influência entre si, não sendo voltados apenas à “identidade” como finalidade.

**Figura 5 - Modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção**



Fonte: o autor.

*Nota. i: identidade.*

A seguir, serão detalhados os componentes e as representações atreladas a cada polo demonstrado na Figura 5. Em sequência, o modelo apresentado será melhor explanado, incluindo variações previstas e observadas ao longo da análise dos dados expressos. A numeração escolhida para cada polo não tem relação com seu grau de importância ou influência na construção identitária, tendo sido aleatoriamente definida de modo a ordenar as explicações do modelo.

### **8.3.1 Polo 1: a justiça**

O primeiro polo se refere aos elementos judiciais. Todo o processo de elaboração da família por adoção deve, necessariamente, passar pelo crivo da justiça. Certamente há casos da chamada “adoção à brasileira” (Gentili & Fonseca, 2020), que são feitas à margem da lei e obedecem a fenômenos sociais e psicológicos específicos que não são foco desta pesquisa.

Na adoção legal, os trâmites burocráticos dos processos judiciais envolvidos representam, objetivamente, um “bem-fazer” e uma preocupação do Estado com o pareamento e com a qualidade das famílias que serão formadas. Em adição,

simbolicamente trazem um impacto ratificador na diferenciação entre a parentalidade e a filiação biológica, tida como natural, e as formuladas pela adoção. Em estudo sobre os processos decisórios em direção à adoção, Valério (2013) analisa o procedimento de habilitação e inserção em uma fila, cujas famílias expõem ao público, corporificado na justiça, suas intenções. Ou seja, mesmo antes da construção da família adotiva com seus membros definitivos, demanda-se um reconhecimento judicial que vem em paralelo com uma exibição social de interesses que extrapolam o espaço do privado – caráter central da família moderna, segundo Ariès (1981).

Seguindo essa linha, no contexto pesquisado, o ordenamento jurídico orienta tanto a possibilidade de encontro entre famílias postulantes e crianças ou adolescentes disponíveis para adoção quanto a disponibilidade dos envolvidos (tanto adultos quanto crianças) em se vincular com outras pessoas. A autorização judicial para uma aproximação ou apadrinhamento, por exemplo, garantia terreno para a criação de expectativas em Raquel (filha da Família 1), quando ainda institucionalizadas, orientando o ajuste de sentimentos e comportamentos perante os adultos postulantes. Ainda na Família 1, do outro lado, a permissão judicial para visitação alargou a disponibilidade de afeto, curiosidade e esforço à criação de vínculos por parte de Zélia e Jorge perante as meninas disponíveis para adoção. Posteriormente, também característica do polo judicial, a família se constitui oficialmente como tal, abrindo caminho para outro movimento de grupo, que envolvia tomada de responsabilidade, manejo de rotina, educação doméstica, ajuste de comportamento dos membros etc. Elementos que não eram preocupação de nenhuma das partes antes da inserção legal das crianças na Família 1.

Na Família 2, o polo judicial opera de modo semelhante na aproximação inicial entre Martha e Cecília. Em momento posterior, quando Martha consegue a guarda provisória da adolescente, não fica evidente que ela já se reconhecia como mãe, mas a análise da sua narrativa nos revela que ela se autoriza como responsável e passa a assumir tarefas que anteriormente não desempenhava (desde a matrícula de Cecília na escola, comprar um celular, até lavar roupas da adolescente). Outro elemento significativo do polo judicial na construção da identidade da família é destacado durante o *photovoice*, quando a família elabora uma narrativa sobre o momento no qual Cecília teve sua certidão de nascimento emitida, podendo reconhecer sua origem (sobrenome antigo, que compartilha com os irmãos) e sua nova vinculação (sobrenome da família de Martha).

Há de se acrescentar também os trâmites judiciais envolvidos na institucionalização das crianças, tentativas de reinserção familiar condizentes com esse momento, destituição do poder familiar das famílias consanguíneas e posterior inserção daquelas no Sistema Nacional de Adoção.

De fato, o polo judicial desempenha um papel global na trajetória de uma família constituída por adoção. Embora os acompanhamentos pós-adoção possam marcar o encerramento formal da interferência da justiça, é importante reconhecer que as mudanças permanentes na vida dos membros da família no aspecto judicial continuam a ter impacto significativo.

As experiências vividas no sistema judiciário, desde a habilitação até a adoção final, deixam marcas nos indivíduos e na dinâmica familiar. Os discursos jurídicos sobre a adoção permeiam a vida desses sujeitos, moldando suas percepções, expectativas e entendimentos sobre o significado da adoção e do pertencimento familiar.

Além disso, a justiça exerce um papel regulador na família constituída por adoção, estabelecendo direitos, responsabilidades e normas que orientam as relações intrafamiliares. A compreensão desses aspectos legais e jurídicos é fundamental para uma análise abrangente do desenvolvimento da família e da construção de sua identidade.

Portanto, é imprescindível considerar a influência dos elementos do polo judicial ao longo do tempo e reconhecer que os discursos e práticas jurídicas estão enraizados na vida dos indivíduos e da família. Isso nos permite compreender a complexidade das experiências vivenciadas e sua interação com os outros elementos que compõem a construção da identidade da família constituída por adoção.

### **8.3.2 Polo 2: a agentividade**

O segundo polo de elementos referentes à construção narrativa da identidade de família por adoção é composto pelo fator “agentividade”. Smith (2015) apresenta longa discussão sobre o conceito de agentividade (*agency*), que em geral envolve a elaboração de saberes sobre a ação humana. Essa construção transita no cenário de saber não científico (por exemplo, explicações religiosas, como a condução divina ou influência da alma), ao filosófico e, recentemente subdivide-se na psicologia conforme orientação epistemológica. A parcela da psicologia centrada no individual tende a atribuir a agentividade a ações internas (funções cerebrais ou fisiológicas), ou mesmo aspectos mais

subjetivos como vontade humana, tomada de decisões, desejo, escolha, dentre outros estados.

Vertentes da psicologia social apresentam o debate sobre possibilidades de agentividade diante de sistemas socioculturais rígidos que, em tese, orientam comportamentos, ou vertentes menos deterministas dessa posição. A agentividade seria, sob esse viés, um estado contextual, não um traço pessoal. Mais relevante para esta pesquisa envolve analisar a agentividade como uma interação contínua entre as ações individuais e contextos socioculturais, entendendo que todo comportamento advém dessa constante negociação. Mihalits e Valsiner (2022) delineiam a função da agentividade como correspondendo, em partes, aos mecanismos de defesa definidos em psicanálise. Para os autores, o comportamento agentivo opera diante da elaboração do indivíduo de ferramentas pessoais e culturais para lidar com demandas antecipadas de sua vida, contribuindo com a construção de novos cursos de vida em geral favoráveis ao desenvolvimento.

A agentividade seria, portanto, dependente do contexto e não uma característica fixa dos indivíduos. Se constrói e modela diante das práticas culturais. Em um cenário grupal, observa-se seu desenvolvimento conforme normas, rotinas e padrões socialmente estabelecidos, embora os principais protagonistas sejam os sujeitos em ação. Esse polo, portanto, delineia o modo como os indivíduos orientam suas crenças, objetivos e valores para agirem de modo intencional e com propósito no contexto em que se encontram.

Analisando os grupos familiares participantes deste estudo, supõe-se notório que, embora dispostos a constituir uma família, ainda que os objetivos individuais frente ao desfecho “desenvolver uma família funcional” nem sempre convergissem, cada membro buscava formas de garantir alcançar tal meta comum. Em momentos diferentes, observa-se um alinhamento maior ou menor entre os membros e uma implicação maior ou menor destes referentes à melhor condução do grupo familiar. Momentos de extrema frustração e sofrimento, por exemplo, por vezes funcionavam como barreiras ao casal Zélia e Jorge (mãe e pai da Família 1) em investir no fortalecimento da família. Já Raquel (filha da Família 1) precisou entender que sua adoção estava em risco, bem como perceber o afeto que desenvolvia frente ao pai e à mãe, para enfim ajustar suas ações em prol da família. Na Família 2, em dado momento, ainda durante a institucionalização, Cecília opta por não ser adotada por Martha, mesmo estando afetivamente orientada a formar uma família com ela. Essa decisão envolve a consideração de elementos que extrapolavam a relação

estabelecida entre as duas na ocasião. Outro exemplo da potência do processo agentivo para fortalecer e gerar um sentido de união na Família 2 é posto por Djamila. Quando começa a se relacionar com Martha, ela delinea ocasiões para estabelecer contato e cultivar vínculo com Cecília, chegando a calcular a melhor hora para poderem compartilhar tarefas e diálogos.

Em todas as situações, observa-se que há tomada de decisões, atitudes conscientes, relativamente planejadas e protagonizadas pelos membros em prol de cumprir o objetivo de desenvolvimento da família funcional. Estabelecimento de uma rotina, criação de momentos de conversa com todo o grupo ou entre membros, broncas, ajustes de comportamento, entre outros, parecem ser tão importantes para o desfecho da adoção e o entendimento da família como tal quanto a vinculação e o afeto.

### **8.3.3 Polo 3: o afeto**

O terceiro polo é representado pelas experiências afetivas. O afeto desempenha um papel fundamental no estabelecimento do vínculo e coesão familiar, sendo um tema amplamente abordado na literatura. Atualmente, a maioria dos estudos que discutem o papel do afeto no cenário familiar se concentra nas experiências de afeto positivo. No âmbito do Direito, o princípio da afetividade tem sido reconhecido e considerado nas análises e decisões judiciais, especialmente no campo do direito da família (Reis, 2008; Calderón, 2017). Na psicologia, destacam-se os trabalhos sobre família que associam afeto à noção de apego, tendo como base a teoria de Bowlby (Stevenson-Hinde, 1990; Espírito Santo & Araújo, 2016). Além disso, Ariès (1981) demonstra como o afeto passou a fazer parte da construção da ideia de família na modernidade, em resposta às mudanças históricas e sociais, como o avanço do ideal liberal, da medicina e da educação.

Um exemplo do reconhecimento da relação entre afeto e constituição familiar é observado na estratégia de apadrinhamento afetivo, experienciada pela Família 2, que participou desta pesquisa. Embora haja controvérsias, os projetos de apadrinhamento visam a promover a aproximação das crianças e adolescentes institucionalizadas à experiência de convivência familiar (Guerreiro, 2018). Por outro lado, pode ser considerada um primeiro passo em direção à adoção, seja na formação de uma relação de padrinho/madrinha e afilhado/afilhada, ou como uma sensibilização do adulto para posteriormente buscar a adoção de outra criança (Freitas, 2018; Santana & Contreras, 2020).



Conceituar afeto demanda reconhecer a contribuição das múltiplas áreas que compõem a psicologia. Assim sendo, dificilmente se chegaria a um consenso teórico a respeito desse conceito. Bock, Furtado e Teixeira (2001) sustentam que os afetos se manifestam por meio de desejos, fantasias, expectativas e comportamentos observáveis e não observáveis. Nesse sentido, a vida afetiva complementa a cognição, que é definida pelos autores como os comportamentos racionais, e desempenha um papel fundamental na constituição da subjetividade humana. Além disso, os afetos abrangem uma ampla gama de estados que variam entre os polos do prazer e do desprazer, englobando emoções (entendidas pelos autores como estados afetivos agudos e transitórios) e sentimentos (classificados como estados afetivos duráveis).

Dalgalarrondo (2018) acrescenta também o humor como componente e alega que o termo “afetividade” tem sido utilizado de modo genérico para definir a vida afetiva a partir desses elementos. O autor, a seguir, define afeto como “a qualidade e o tônus emocional que acompanham uma ideia ou representação mental. Os afetos acoplam-se a ideias, anexando a elas um colorido afetivo. Seriam, assim, o componente emocional de uma ideia” (p. 282). Há, portanto, uma interrelação entre afetividade e os sentidos elaborados pelos indivíduos referentes a aspectos da sua experiência.

Fonseca (2016), por sua vez, apresenta emoção e afeto como sinônimos. Concordando com Dalgalarrondo (2018), Fonseca (2016) inclui o caráter avaliativo das experiências afetivas, que incluiriam “sentimentos que envolvem, perante estímulos ou situações ambientais, não só a avaliação subjetiva dos mesmos ou das mesmas, como também, processos somático-corporais e crenças culturais” (p. 366). Sua contribuição inclui também o acréscimo do contexto como incitador de experiências afetivas.

Nesse sentido, autores como Reeve (2006), Stoeva, Chiu, e Greenhaus (2002), e Bodner *et al.* (2017) apresentam a distinção entre afetos positivos e negativos. Em algumas das definições dos autores apontados, há uma correlação entre afeto positivo e negativo com traços de personalidade, influenciando de modo global a forma como as pessoas se relacionam com outros em quaisquer contextos. Aqui, entretanto, enfatizamos as experiências emocionais referentes a cada categoria. Afetos positivos envolvem vivências afetivas de bem-estar, prazer e positividade. Afetos negativos estão relacionados com sentimentos de angústia, desprazer, desinteresse, desconforto e mal-estar. É importante ressaltar que ambos são parte integrante da experiência humana e

desempenham papéis adaptativos, informando-nos sobre nossas necessidades, desejos e reações diante das circunstâncias da vida.

Outrossim, incluo no polo de afetividade a disponibilidade dos membros para desempenhar interações entre si, bem como as experiências emocionais vivenciadas intra e interpsicologicamente. Em extensão, também acrescento o componente “clima familiar”, como expressão da família/contexto, que envolvem as percepções dos membros da família acerca das interações entre as dimensões de conflito (agressividade, embates etc.), hierarquia (expressão das relações de poder e controle), apoio (suporte material e emocional) e coesão (vínculo emocional entre membros) (Leusin, Petrucci & Borsa, 2018). Em síntese, esse polo inclui a complexa teia de processos proximais ocorridos no interior do microsistema familiar, com ênfase nos aspectos emocionais e de vinculação.

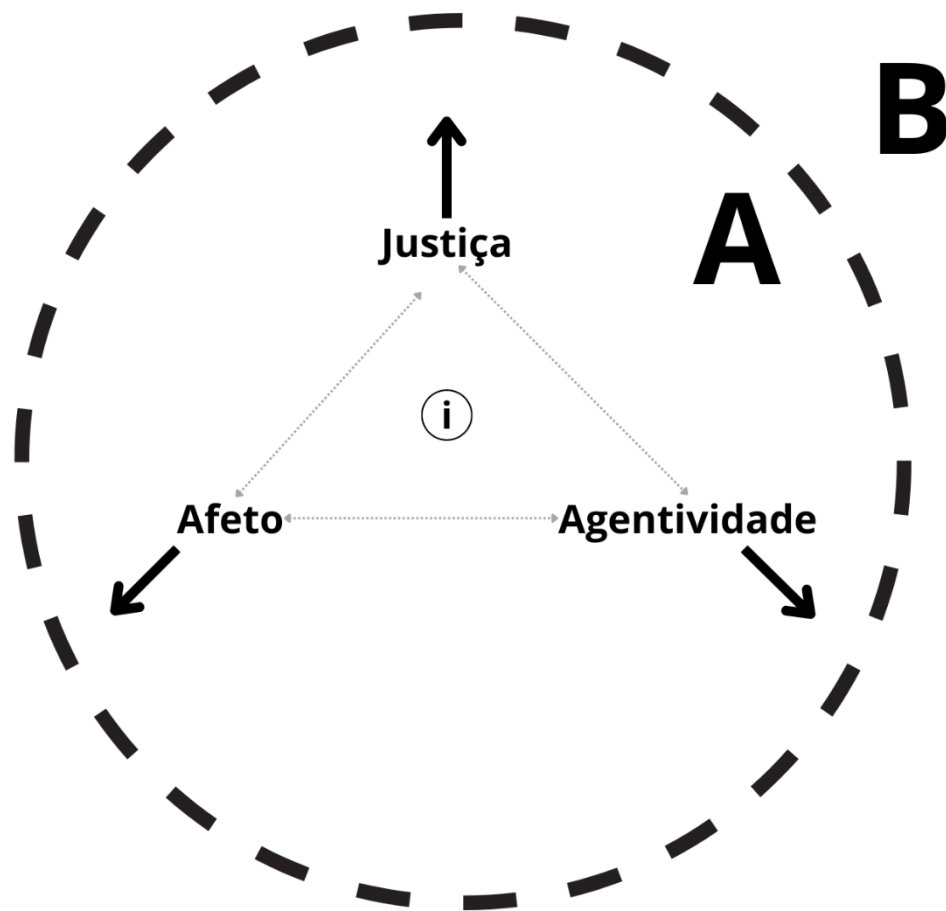
Na análise dos *photovoices*, as relações de afeto foram explicitadas principalmente nas interações pautadas em declarações emparelhadas. Foram demonstrados episódios de intimidade, bom-humor e vínculo. Na Família 1, destaca-se a narrativa de Raquel e Zélia, quando dialogam sobre momentos que compartilham só entre as duas, revelando cumplicidade e piadas internas. Na entrevista individual, Zélia descreve a emoção sentida quando as filhas se agarram a ela em situações sociais, entendendo-a como fonte de proteção. Já Raquel conta como descobriu que, paulatinamente, amava o casal que a adotou. Na Família 2, as manifestações de afeto incluem reflexões de Martha sobre seu novo momento como responsável por outro indivíduo, narrativas de Djamila sobre como demonstra interesse e carinho através de processos de cuidado imediato, e de Cecília quando narra as experiências de acolhimento e valorização dos seus desejos.

#### **8.4 Elementos intervenientes**

Antes de prosseguir com o detalhamento do modelo apresentado na Figura 5, cabe ressaltar, mais uma vez, que a escolha dos polos representados tem como fundamento a categorização que foi construída ao longo do procedimento de análise das entrevistas dispostas no Capítulo 7. Entretanto, reconhece-se que cada polo descrito é influenciado por fatores micro e macrossistêmicos que incidem diretamente ou indiretamente sobre eles, alterando sua natureza e intensidade de influência.

A Figura 6 visa a representar os elementos intervenientes sobre os quais estão dispostos os polos de análise e, por conseguinte, a construção narrativa da identidade das famílias participantes.

**Figura 6 – Elementos intervenientes da dinâmica de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção**



Fonte: o autor.

*Nota. i: identidade; A: espaço desenvolvimental referente à adoção; B: espaço desenvolvimental além da adoção*

A palavra “interveniente” foi tomada de empréstimo da definição de variáveis, sendo definida por Cozby (2003, p. 428) como uma “variável, geralmente um processo psicológico, responsável pelo efeito de uma variável independente sobre uma variável dependente”. Sua função, portanto, é de mediar a influência de um fenômeno sobre um processo analisado. Embora esta pesquisa não trate da medição de variáveis, a lógica da mediação desempenhada pelos elementos intervenientes nos auxilia a compreender a complexidade expressa pelo modelo delineado.

O espaço desenvolvimental representado por A inclui todos os elementos diretamente ligados ao processo de adoção tardia que, de algum modo, atravessam as experiências de vida dos indivíduos e das famílias como grupo. Incluem-se aí elementos

referentes às pessoas envolvidas, como: história pregressa das crianças, pais e mães; famílias consanguíneas dos indivíduos; disposições individuais ao contato, comunicação, vinculação, interação etc.; fatores transversais, como raça, gênero e sexualidade; medos, angústias, ansiedades, expectativas, dentre outras emoções experienciadas etc.

O espaço desenvolvimental A inclui também elementos contextuais (micro, meso, exo e macrossistêmicos), como: forma de funcionamento institucional nas unidades de acolhimento e tribunais de justiça com quem os indivíduos tiveram contato; relações setoriais e intersetoriais entre essas instituições e outras envolvidas (escolas, serviços de saúde, serviços sociais); discursos, padrões culturais e legislações sobre infância, família, institucionalização e adoção; dentre outros.

O espaço desenvolvimental B, por sua vez, envolve todos os elementos pessoais e contextuais que atravessam as experiências de vida dos indivíduos e famílias estudados, mas que não correspondem diretamente a suas experiências sobre família e adoção. O tracejado que separa os espaços A e B tem por finalidade representar a permeabilidade dentre os campos e as trocas de elementos entre eles.

Diversos exemplos podem ser construídos, a partir dos casos analisados, de modo a demonstrar o trânsito de elementos e seus significados entre os espaços desenvolvimentais A e B e sua influência nos polos que orientam a dinâmica de construção narrativa da identidade das famílias. Seleciono um, referente à Família 2. A adolescente Cecília possuía um gosto por música, um elemento pessoal que a princípio não tinha necessariamente um papel na sua experiência com a família ou com a adoção, o que o posicionaria no espaço desenvolvimental representado pela letra “B”. Entretanto, ao longo das interações com a mãe Martha, a música passa a ser incentivada na vida de Cecília e suas experiências com as aulas de contrabaixo e apresentações escolares ganham um teor de admiração e vinculação entre as duas. Assim, esse elemento passou a ser expresso muitas vezes nas entrevistas realizadas neste estudo, demonstrando que agora compunha o espaço desenvolvimental A, por estar diretamente relacionada à experiência de adoção e vivência em família, e interveniente principalmente aos polos de afeto e agentividade.

A seguir, serão discutidas as possibilidades de interação entre os polos apresentados no modelo expresso na Figura 5. De modo a simplificar as figuras, os espaços desenvolvimentais ilustrados na Figura 6 serão ocultados das seguintes

explicações, sem com isso desconsiderar sua existência e influência na proposta de análise abarcada por esta pesquisa.

### **8.5 Modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção**

A utilização do termo “polos” tem como fundamento a compreensão de que, apesar da necessidade de conceituação destes de modo individual, na prática foi observado que os três operam de modo conjunto no processo de construção de identidade de família constituída por adoção. Se forma, entretanto, uma via de interrelação entre os três polos que em distintos momentos das narrativas apresentam sentidos atribuídos mais fortemente a elementos que correspondem a cada um deles.

Os polos não são influentes de modo igualitário na dinâmica de construção da identidade das famílias estudadas. Em distintos momentos das trajetórias narradas, havia a ênfase de um polo ou interação entre mais de um deles operando como fontes principais de elementos comportamentais e simbólicos. Por exemplo, ao considerar a justiça, encontramos diferentes momentos como a habilitação, aproximação, guarda e adoção definitiva, que desencadeiam ou oportunizam processos proximais distintos, podendo haver outras subdivisões. Da mesma forma, ao examinar os afetos, podemos observar variações de intensidade, natureza, direção, percepção ou ausência de percepção, entre outros aspectos. A agentividade também pode variar em sua potência na tomada de decisões ou no desenvolvimento de ações, assim como em sua direção, podendo ser influenciada pelo outro ou por discursos sociais em maior ou menor medida, entre outros fatores.

A análise dos *photovoices*, momento crucial para a elaboração de pequenas histórias de modo compartilhado pelas famílias, permite demonstrar que – além da variação da presença e padrão de interrelação dos três polos ao longo da biografia dos membros das famílias – a dinamicidade da expressão de influência dos polos é expressa a todo momento. Ao construir sentidos sobre a família diante das experiências cotidianas, os membros (e o grupo) transitavam entre elementos significativos dos três polos de modo a justificar aquilo que os representava como unidade.

Embora não se trate aqui de apresentar uma definição quantitativa nem equitativa dos elementos de influência de cada polo, a Figura 5 busca representar esse modelo ao

ilustrar algumas das possibilidades de variação da sua presença como componente da formação da identidade de família por adoção.

Não há uma imposição de valoração da identidade da família adotiva, mas uma demonstração dos elementos que a compõem. Todos os polos tensionam cenários que desvencilham processos proximais mais ou menos favoráveis ao que se entende como a construção de uma família funcional ou adequada para o sucesso da adoção tardia. A natureza de cada polo, portanto, pode diferir entre configurações tidas como positivas ou negativas para o desenvolvimento daquela família. Ou seja, retomando a proposta de Merçon-Vargas *et al.* (2020) e conforme foi discutido no Capítulo 4 desta tese, os processos proximais associados a cada polo poderão ter uma configuração regular (tendenciosa ao aumento de competências e redução de possibilidade de disfunções) ou inversa (tendenciosa à redução de competência e aumento de possibilidade de disfunções).

Outra ressalva se refere à aproximação do modelo aqui proposto com a teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Essa possui forte influência da teoria de campo proposta por Kurt Lewin e seu principal e mais difundido desenho ilustra os níveis de contexto (microsistema ao cronossistema), dando a entender que estes operam como em um conjunto de bonecas russas, um dentro do outro, do mais simples ao mais complexo. Essa comparação, amplamente realizada por difusores da abordagem bioecológica (Healy & Griffin, 2023), apresenta uma falha severa. Ela dá a ideia de que os contextos são lugares ou entidades mais ou menos ambientais, o que não é a principal característica de todos os níveis. Por exemplo, enquanto o microsistema e o exossistema podem ser exemplificados como espaços nos quais processos proximais ocorrem, o mesossistema tem como foco a relação entre dois outros contextos. Não é, portanto, “lugar”, mas complexo de relações.

Ademais, não é possível situar precisamente um contexto mais externo como sítio dos contextos mais imediatos, pois as relações que os caracterizam extrapolam essa associação (conforme demonstrado na Figura 6). Um microsistema não está exatamente contido em um exossistema, pois as leis que os regem obedecem a caracterizações diversas.

Trago essa ressalva para argumentar que, do mesmo modo que as representações dos contextos do modelo PPCT não trazem uma definição literal dos processos que neles operam, o *modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da*

*identidade de família constituída por adoção* não tem como função definir lugares ocupáveis. Seu objetivo é sugerir categorias interrelacionadas de elementos emergentes nas narrativas e nas narrações que fornecem material para a construção de significados compartilhados pelo grupo familiar no contexto pesquisado. Assim, o que apresento em cada polo é uma análise dos fatores que compartilham suas características centrais.

A título de ilustração, apresentarei algumas possibilidades de orientação da dinâmica de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção com base nas narrativas elaboradas nos casos analisados. A Figura 5 apresenta infinitas possibilidades de combinação de camadas que influenciam sobre a construção imediata da identidade da família adotiva. O espaço composto pela influência dos três polos destacados (justiça, agentividade e afeto) determina, portanto, infinitos pontos de ocupação da identidade (representada na figura pela letra “i”), que podem ser demonstrados com base nas construções narrativas acessadas na pesquisa.

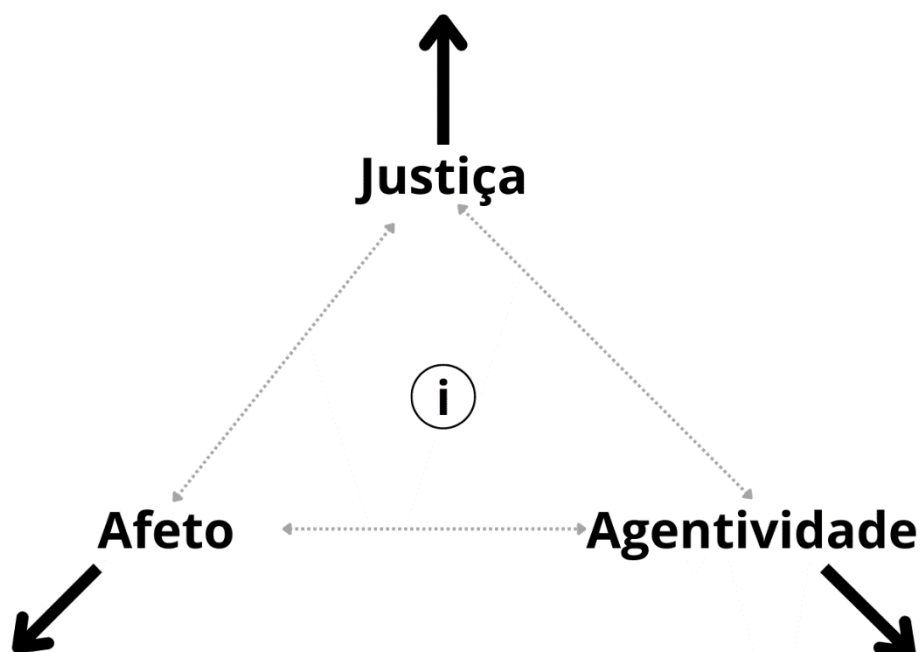
Cada uma das combinações dispõe de influências em distintas naturezas e graus de intensidade dos polos. Para fins didáticos, serão demonstradas sete posições que orientam a dinâmica de construção narrativa da identidade com base na potência das combinações das influências de cada polo.

Conforme ressaltado, essa representação não nos permite analisar com profundidade as nuances que jazem na complexidade de cada polo descrito, porém nos revela como componentes desses polos se interrelacionam e influenciam no desenvolvimento da identidade da família constituída por adoção. A ênfase, na explanação desse modelo, recai portanto em como elementos referentes a cada polo fornecem elementos (simbólicos e comportamentais) que orientam a dinâmica referente ao no processo de construção das identidades das famílias, e não necessariamente o resultado final dessa construção.

#### **8.5.1. Posição 1: influência equitativa dos três polos**

Idealmente falando, a *posição 1* (Figura 7) demonstra um ponto no desenvolvimento da identidade da família (i) representado pela compreensão compartilhada e equitativa da influência interrelacionada de elementos dos três polos formulados: justiça, afetivos e de agentividade.

**Figura 7 - Representação da posição 1: influência equitativa dos três polos**



Fonte: o autor.

Representa, portanto, um cenário desenvolvimental na qual se observa o papel compartilhado do contexto judicial daquela família, reconhecimento das experiências afetivas e tomadas de decisão e protagonismo frente às demandas do grupo familiar. A *posição 1* não denota, de forma alguma, uma família em desfecho final do desenvolvimento, mas evidencia que elementos que compõem os três polos identificadas, em alguma instância, se presentificam na construção identitária daquele grupo. Todas as famílias entrevistadas nesta pesquisa demonstraram estar nessa posição, no momento das entrevistas.

Para tal análise, foi fundamental se valer das grandes histórias, já que as pequenas histórias apresentavam narrativas focais, não abordando globalmente a situação de cada família. Em síntese, para exemplificar tal posição, a Família 1 apresenta um sentido de si que tem como elementos a ideia de proteção, a união e o cuidado (correspondentes ao polo afetivo). Inclui também a validação judicial, embora por vezes emerjam críticas ao modo como o processo de adoção foi conduzido (polo jurídico-assistencial). Por fim, elementos como assunção de responsabilidades e autoridade, bem como traçada de planos para a melhor condução da família estiveram presentes (polo agentivo).



É importante observar que, além da presença, há a interrelação entre os elementos concernentes a cada polo para constituir determinada posição. No caso em exemplo, tomemos um momento específico da narrativa: o início do processo de adaptação. Havia muitos questionamentos sobre a agilidade da justiça na inserção das filhas no convívio da Família 1, pois Jorge e Zélia acreditavam ainda não haver vínculo afetivo suficiente para a garantia do sucesso da adoção. A agilidade, portanto, representaria um excesso e a visão da família naquele momento envolvia uma crítica ao sistema de justiça como se o que tivesse ocorrido tenha sido uma “transferência de problema”, e não uma prática de cuidado com as crianças em vulnerabilidade. Seguindo o modelo aqui delineado, tal conjunto de elementos presentes na camada da justiça incitou posicionamentos agentivos específicos do casal, com ênfase para a assunção de um papel quase mecânico de tomada de responsabilidades e estabelecimento de rotinas para as filhas e para a família (camada agentiva). Incitou também estados de sofrimento mental em Jorge e Zélia e de agressividade e frustração nas filhas (camada afetiva). Nesse momento, a representação que a família fazia de si tendia para a ideia de caos e insucesso.

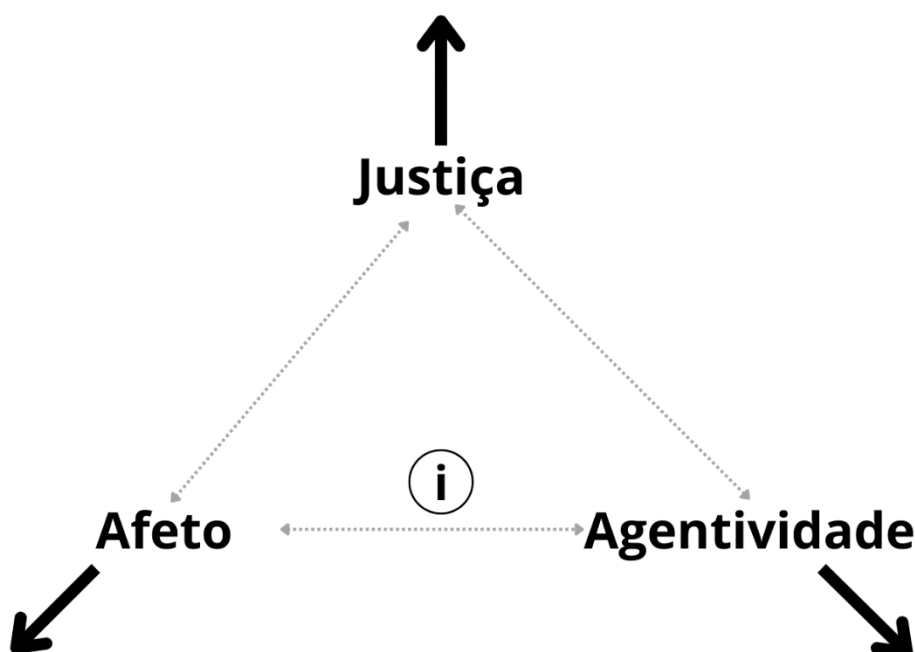
O processo judicial vivenciado pela Família 2 parece mais pacífico. A validação da família como tal é presente e é enfatizada a mudança de papéis ocupados por Martha e Cecília conforme transitam entre a situação de apadrinhamento, a guarda e, por fim, a adoção. A maior alteração no contexto da família se deu com a ida definitiva de Cecília à casa de Martha, o que suscitou ações de responsabilidade por sua parte. Martha, como então mãe solo, ativa um modo de cuidado, inicialmente baqueada com a noção de que suas preocupações agora não estariam centradas apenas nela, mas incluiriam sua filha. Nesse ponto, embora houvesse um vínculo afetivo entre as duas, individualmente Martha passa a experienciar outras emoções, como a de culpa, o que baliza suas decisões no contexto doméstico e sobre a trajetória da família a partir de então. Por fim, outra evidência da interrelação entre os polos advém da chegada de Djamila à família e seu planejamento de interação com Cecília, de modo a construir vínculo e intimidade.

Ou seja, ao classificar a *posição 1* como ideal, não compreendo isto como um ponto de sucesso, sequer equilíbrio no funcionamento real da família constituída por adoção. Saliento, então, que há presença significativa de elementos referentes às três categorias expressas no modelo apresentado como componentes da construção da identidade da família constituída por adoção.

### 8.5.2. Posição 2

A *posição 2* (Figura 8) revela uma interseção entre agentividade e afeto, sem uma interferência premente da justiça nessas relações e, conseqüentemente, na formação da identidade da família. Como exemplo, podemos observar a relação da fratria Raquel, Clarice e Dora. Dado momento, elas estavam em situação de acolhimento institucional, mas não havia interferência jurídica na relação e na rotina delas como irmãs, se levamos em comparação outros momentos como o desmembramento de grupo de irmãos com vistas a favorecer a adoção. Havia, então, três irmãs institucionalizadas, juridicamente afastadas da família consanguínea, mas não umas das outras. Nesse contexto, Raquel relata com ênfase o afeto que possuía com as irmãs, que perpassava pela confiança e sensação de proteção quando juntas. Em contrapartida, a união estabelecida não emergia através de um espontaneísmo afetivo, mas representava uma atitude planejada e direcionada protagonizada pelas irmãs como estratégia de lidar com as dificuldades encaradas no abrigo. Assim, a relação das irmãs demonstra uma interface firme entre as dimensões de afeto e agentividade, que orientava uma construção identitária específica daquele contexto desenvolvimental.

**Figura 8 - Representação da posição 2: maior intensidade da influência dos polos “Afeto” e “Agentividade”**



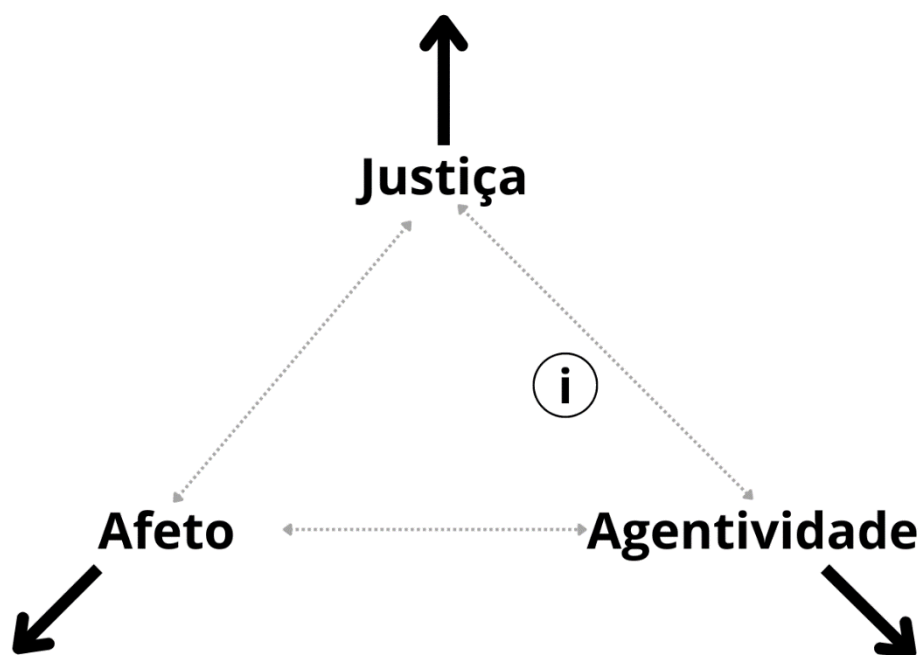
Fonte: o autor.

Na Família 2, a interseção entre a afetividade e a agentividade na constituição da identidade da família é observada, fortemente, na ocasião em que Martha sugere a Cecília pela primeira vez que formalizem o processo de adoção. Cecília recusa, gerando uma relação que se sustenta na busca de Martha pelo contato e, em retorno, no afeto desenvolvido por ambas. A experiência afetiva também é expressa por Martha ao sentir ofuscada a percepção de recusa, que seria um paradoxo frente ao vínculo que já existia entre elas. Na elaboração da narrativa, essa ambivalência é contada como solucionada e Martha pontua que o impedimento para que elas se tornassem uma família naquele ponto era a situação institucional dos irmãos consanguíneos de Cecília, cuja filha não deixaria sozinhos no abrigo e – assim – sacrifica momentaneamente a possibilidade de ter um lar. Nesse ponto, os elementos disponíveis para a elaboração de um sentido de si da situação entre Martha e Cecília incluía o vínculo afetivo que uma mantinha pela outra, bem como as decisões tomadas por ambas (de um lado, a manifestação de interesse pela adoção e, de outro, sua recusa) sobre a situação formal daquele princípio de família. Portanto, em ambos os casos apresentados observamos a suspensão ou atenuação dos elementos referentes ao polo “justiça”.

### **8.5.3. Posição 3**

A *posição 3* (Figura 9) é demarcada pela predominância da influência dos polos Justiça e Agentividade. Grande parte das narrativas analisadas apresentam momentos cuja relação afetiva entre pais/mães e filhas(os) ainda não está estabelecida, seja porque não houve uma apresentação real entre os membros, ou essa aproximação está em momento inicial. Demarca-se aqui momentos da judicialização do processo de adoção que envolvem, do lado dos postulantes, a habilitação e seus procedimentos; do lado das crianças, a destituição do poder familiar, inserção no Sistema Nacional de Adoção, bem como procedimentos de aproximação e oitiva judicial que ocorrem durante o período de institucionalização e, após a inserção na família substituta, sua retificação de nome; por fim, conjuntamente, a família formalizada pela adoção legal compartilha etapas como guarda, adaptação e conclusão do processo adotivo.

**Figura 9 - Representação da posição 3: maior intensidade da influência dos polos “Justiça” e “Agentividade”**



Fonte: o autor.

Nos momentos anteriores à habilitação, as famílias postulantes entram em contato com os Tribunais de Justiça para se informar, manifestar interesse e, caso desejem, iniciar os processos cabíveis. Nesse ponto, não há, ainda, a oportunidade de estabelecimento de vínculos com as crianças, pois elas ainda estão no campo do abstrato. Entretanto, é evidente a tomada de decisão e o protagonismo das mães e pais em direção à construção de uma família pela via da adoção, casando portanto elementos jurídicos e agentivos.

Tarefas como a decisão do momento certo de buscar a parentalidade pela via adotiva, bem como a escolha das características que comporão o perfil da criança são um bom exemplo dessa interseção observada na *posição 3*. Nesse ponto, a ideia de família que se sustenta transita entre uma concepção real, vivenciada pelo sujeito ou sujeitos que buscam a adoção, e uma concepção abstrata, caracterizadas por fantasias, expectativas, medos e dúvidas.

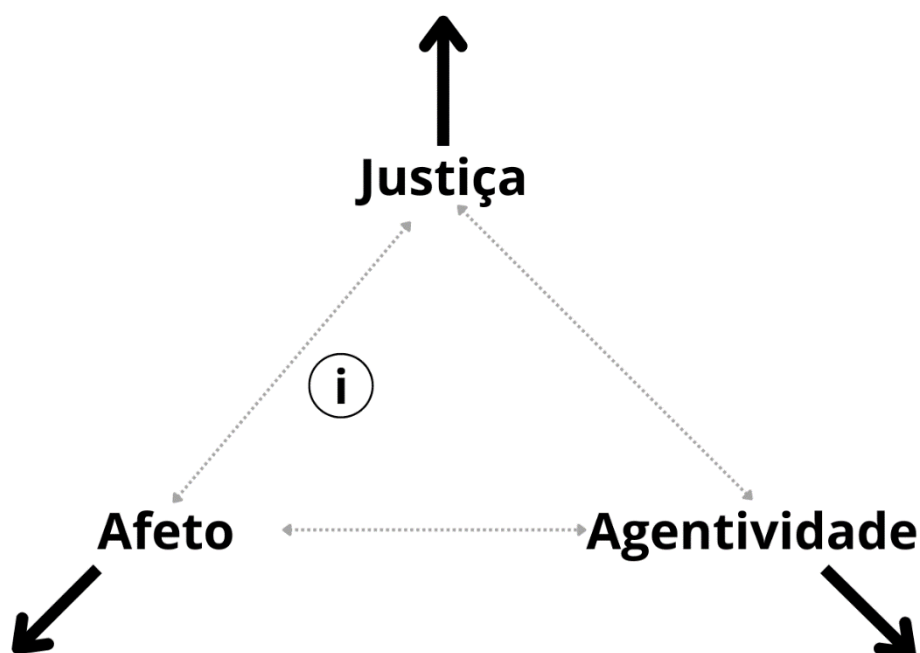
Há outros casos apresentados nas narrativas cuja camada caracterizada pela afetividade parece ser “deixada de lado” na prática do exercício do fazer-se família. Tanto a Família 1 quanto a Família 2 declararam que, imediatamente após a liberação judicial para que as filhas fossem para a casa dos novos pai e mães, a ênfase observada no coletivo é dada aos processos objetivos referentes às demandas imediatas (por exemplo,

estabelecimento de rotina doméstica, aquisição de roupas e equipamentos eletrônicos, matrícula em escola, etc.). Não que as emoções sinalizadas anteriormente não estejam presentes, mas os elementos da agentividade são tão proeminentes que as famílias, mães e mesmo as filhas, focam nos processos ativos de tomada de decisão e execução de tarefas.

#### 8.5.4 Posição 4

A *posição 4* (Figura 10), por sua vez, apresenta uma interrelação mais enfatizada entre os polos afetivo e jurídico. Uma compreensão inicial poderia sugerir que aqui falamos da relação de afeto das famílias anteriores à adoção, especialmente quando tratamos de casais. Na família monoparental, excluindo a análise da família extensa que a pessoa possa pertencer, a dimensão afetiva inclui as fantasias e construções históricas sobre parentalidade, envolvendo as manifestações emocionais que as acompanham.

**Figura 10 - Representação da posição 4: maior intensidade da influência dos polos “Afeto” e “Justiça”**



Fonte: o autor.

Parece ser constatável que a participação do polo Justiça está sempre atrelada à agentividade, pois a busca pela construção familiar com base na adoção, excetuando-se os casos já comentados de adoção à brasileira, envolve um ajuizamento que antevê uma

tomada de decisão e um protagonismo por parte da família. Em ocasiões como na Família 2, o papel da justiça parece não estar subordinado ao polo Agentividade, pois busca inicial de Martha (Família 2) e sua aproximação com Cecília não visava à adoção. De certa forma, o papel da justiça e sua mediação perante o apadrinhamento tinha uma função, mas sua real influência perante a construção de uma identidade familiar concretamente atrelada à adoção ocorre depois da existência do afeto e demanda uma construção decisória ampla em torno da adoção em si.

Ademais, ao analisar a *posição 4*, tenho em mente elementos que demonstram um vínculo afetivo já existente ou previamente formulado, mediado pela justiça, sem que ainda as famílias estejam ativamente delineando comportamentos e decisões em prol da condução de uma trajetória familiar comum. Por exemplo, quando Zélia (Família 1) menciona o sentimento que nela despertou após tomar conhecimento da existência das três irmãs, ainda na Vara da Infância e Juventude, não havia preocupação em construir um exercício de parentalidade real, com estabelecimento de rotinas, alinhamento e estabelecimento de regras ou manejo de relações interpessoais, tal como ocorreu quando Raquel e Clarice adentraram a casa da família. Nesse momento e, talvez também, em momentos como no período de aproximação com as crianças, ainda na instituição de acolhimento, a agentividade demandada na construção parental e incorporada na identidade da família não era a ênfase do processo vivenciado.

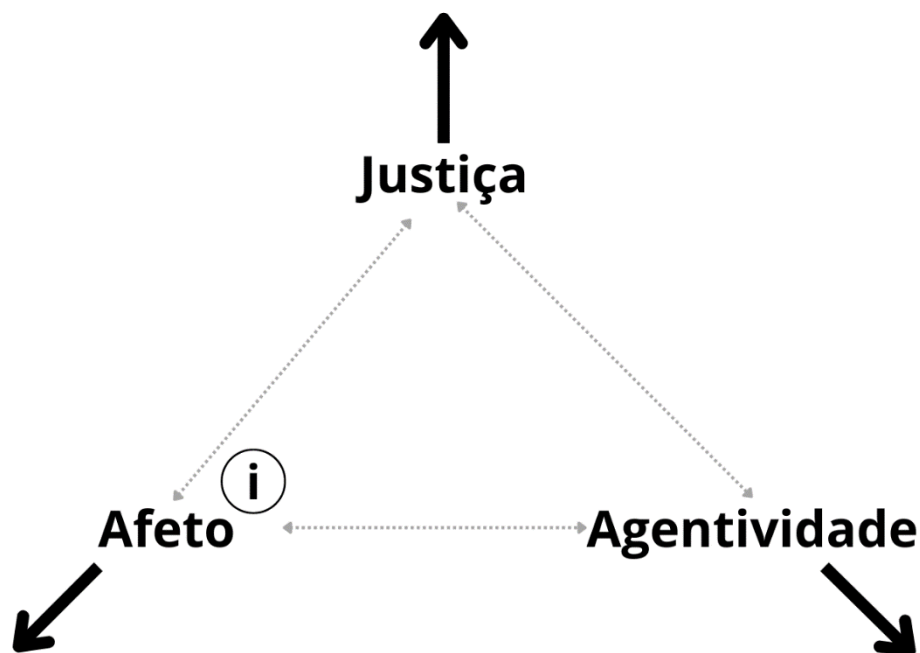
A principal diferença, portanto, é observada quando não há um estabelecimento de relação mediada pela justiça na busca pela constituição de uma família propriamente formal. Assim, os aspectos agentivos até têm uma função de estabelecimento de vínculo, conhecimento sobre o processo de institucionalização, altruísmo, etc. Mas estes diferem dos exercícios que os membros das famílias se propõem a fazer quando, iniciados os processos de guarda e adaptação, bem como a lavragem da adoção, buscam se direcionar ao objetivo de tornar-se de fato um grupo familiar coeso e funcional.

#### **8.5.5 Posição 5**

As *posições 5, 6 e 7* são difíceis de ser ilustradas pois, em essência, não configuram a construção de uma identidade de família constituída por adoção. Embora seja possível identificar momentos em que essas posições são percebidas, eles não refletem de fato a consolidação dessa identidade familiar.

A *posição 5* (Figura 11) é caracterizada por cenários em que a construção da identidade de família constituída por adoção não envolve elementos jurídicos e agentivos de forma significativa. Nesse contexto, o afeto desempenha um papel central e opera de forma isolada.

**Figura 11 - Representação da posição 5: predominância do polo “Afeto”**



Fonte: o autor.

Um exemplo ilustrativo é o processo de aproximação entre Raquel, Clarice e Dora (Família 1) e um casal de idosos durante o período de institucionalização. Raquel expressou um forte afeto em relação a eles, mas revelou que o processo de adoção foi interrompido, possivelmente devido à falta de interesse dos idosos em lidar com os comportamentos manifestados pelas meninas. Embora tenha havido um vínculo afetivo, possivelmente mútuo, esse vínculo não foi suficiente para estabelecer uma família por adoção.

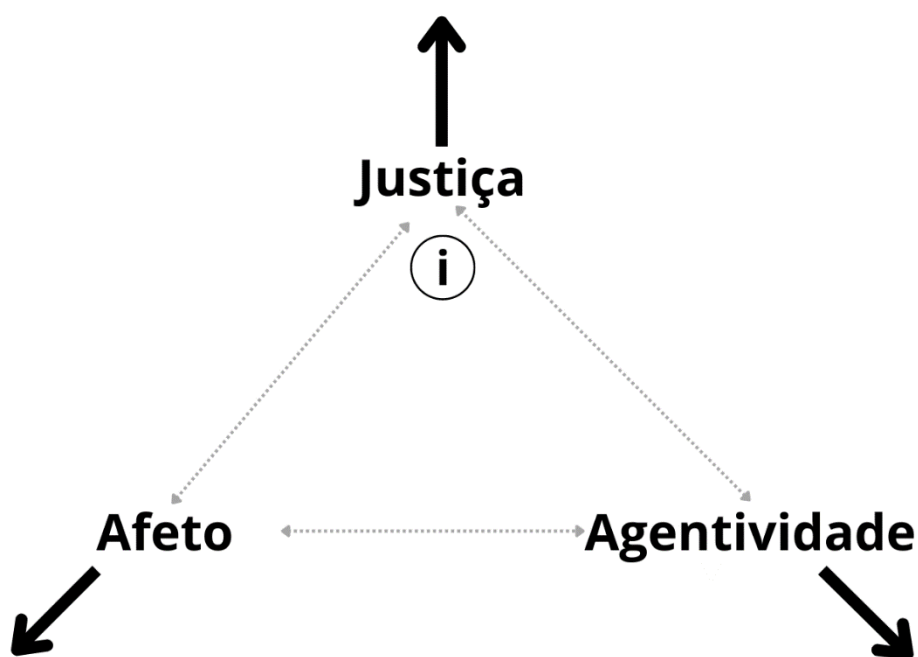
Em suma, os elementos relacionados à camada puramente afetiva são observados nas experiências emocionais vivenciadas pelos indivíduos antes da constituição das famílias por meio dos processos de adoção. No entanto, com base nas narrativas das Famílias 1 e 2, não é possível analisar cenários nos quais a camada afetiva tenha sido a única proeminente na construção de suas identidades, uma vez que esses grupos ainda

não haviam se concretizado como tais, em delineamento ao objeto de pesquisa aqui situado (não havia família constituída por adoção).

### 8.5.6 Posição 6

Na *posição 6* (Figura 12), podemos identificar as decisões judiciais alheias às partes envolvidas. Essas decisões, conforme observadas, não são suficientes para orientar a construção da identidade da família, porém desencadeiam ações nos membros. Há uma sobreposição do poder judicial, por exemplo, no afastamento das crianças de suas famílias consanguíneas, na destituição do poder familiar destas e, conforme ilustrado pela Família 1, na concessão da guarda anterior à preparação e formação de laços entre o casal postulante e as crianças.

**Figura 12 - Representação da posição 6: predominância do polo “Justiça”**



Fonte: o autor.

Também na Família 1, podemos observar uma fala de Raquel ao analisar seu processo de construção de identidade adotiva e identificação como membro de uma família formada por adoção tardia. Raquel avaliava que – mesmo após sua inserção na família substituta, de pronto não se entendia como filha ou sequer membro da família. Buscava elaborar uma narrativa que a integrasse esses significados e solucionasse a ambivalência que vivenciava. A fala a seguir ilustra esse processo, demonstrando como a



definição judicial não é suficiente para tal elaboração, pois despertava a seguinte reflexão: “‘Ah, mas eu fui adotada’, ‘Ah, não são meus pais de verdade’.” (Raquel, filha da Família 1).

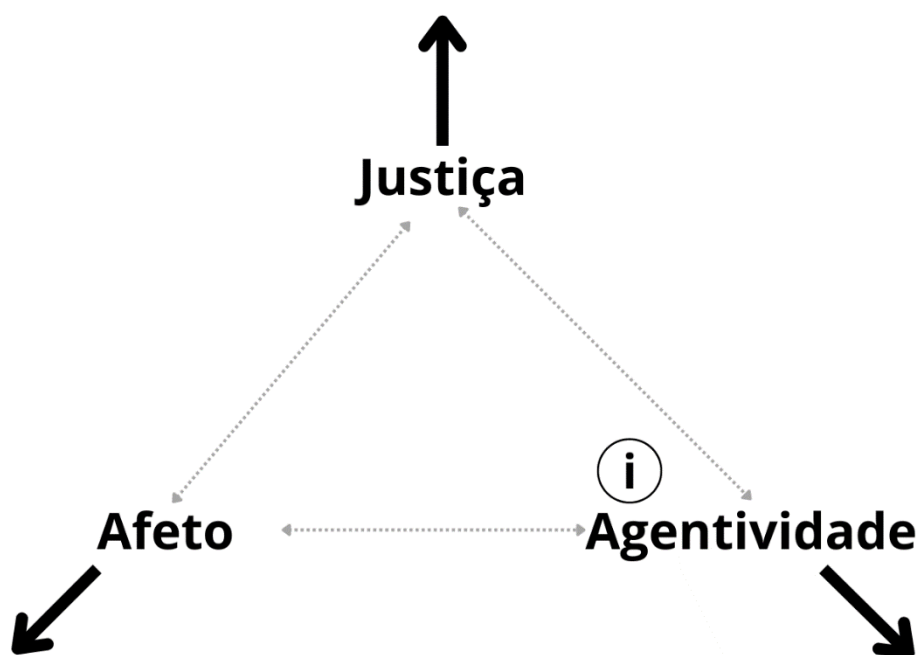
A compreensão de Raquel sobre sua vinculação jurídica com seus pais, Zélia e Jorge, não implicava necessariamente uma percepção deles como um grupo familiar. Como evidenciado nas narrativas, somente quando os laços afetivos se desenvolveram e Raquel se comprometeu ativamente com as mudanças em seu comportamento é que uma compreensão coesa de família começou a se formar.

Complementarmente, a análise das narrativas de Raquel revela que, embora ela tenha exercido agência e tomado medidas conscientes para construir sua identidade familiar (participando das rotinas, buscando estabelecer boas relações com os demais membros, entre outros), a vinculação e o afeto ultrapassaram seu controle. A formação de sua condição de filha, portanto, foi além de sua agência individual. Assim, apenas tomar a decisão de corresponder ao papel atribuído a ela como membro da família não foi suficiente para que ela construísse plenamente um sentido de si como realmente filha, portanto parte componente do grupo familiar.

#### **8.5.7 Posição 7**

Por fim, na *posição 7* (Figura 13) destacamos principalmente os momentos referentes às decisões sobre constituição da família que são anteriores à judicialização. Momentos de diálogo entre a família, ou mesmo de construção individual de um caminho à parentalidade, revelam essa característica. A busca ativa pela parentalidade planejada é também um processo presente e o caminho para a adoção envolve necessariamente uma construção que leve em conta especificidades do processo a serem enfrentadas. Ou seja, existe um entendimento socialmente compartilhado de que a adoção legal é um processo burocrático, demanda etapas internas na família e externas, junto ao sistema de justiça. O puro desejo não é suficiente e não prescinde da organização prática dos postulantes.

**Figura 13 - Representação da posição 7: predominância do polo “Agentividade”**



Fonte: o autor.

Se levarmos em conta a *posição 7* também como ocasiões nas quais as tomadas de decisão é centralidade na construção da identidade da família, é possível localizar momentos como o manejo comportamento, assunção de compromissos, estabelecimento de rotina, construção de momentos de diálogo, etc., ocorrem nos cenários familiares estudados. Nessas ocasiões, o foco da identidade da família envolve o exercício de ações bem delimitadas e estabelecidas com a finalidade de garantir o funcionamento adequado do grupo, tendo os demais polos um fator de influência secundário.

### **8.6 O fator “tempo” e a variabilidade da presença dos polos**

Diante de críticas sobre os elementos processuais e que denotassem movimento dos sistemas que compõem o contexto, na teoria bioecológica do desenvolvimento humano, acresceu-se um sistema transversal que dinamiza os demais: o cronossistema (Jarvis, 2008). Segundo Nazari, Farnia e Ghonsooly (2017), outra função do cronossistema é ligar as demais camadas da representação contextual adotada na teoria. Por alguma razão, o tempo não havia sido enfatizado como componente do contexto, embora, conforme destacado em capítulos anteriores, a dinâmica observada nas modificações dos elementos desenvolvimentais ganhe destaque, principalmente quando se salienta a ocorrência, continuidade e frequência de determinados processos proximais.

Tal compreensão nos permite afirmar que o tempo e os eventos a ele atrelados reordenam a disposição dos elementos e símbolos presentes em cada contexto (representado aqui pelos sistemas micro, meso, exo e macro), bem como as relações estabelecidas entre elas.

A despeito da sua função como componente dos contextos desenvolvimentais, estudos no campo da psicologia cultural têm incluído a dimensão temporal como fundamento de toda análise do desenvolvimento humano. Abbey e Valsiner (2005), por exemplo, acrescentam a necessidade de, em estudos desenvolvimentais, o tempo “futuro” ser considerado. Observamos que esse é um dos principais desafios quando estudamos narrativas, pois – principalmente quando recorremos às grandes histórias – nos valem fortemente dos fatos passados e, só mais recentemente, buscam-se desenvolver estratégias teórico-metodológicas para avaliar os efeitos desenvolvimentais das narrativas no momento presente, durante seu ato de produção. O tempo futuro tende a ser incluído nas interpretações quando, diante das elaborações narrativas, se manifesta nos medos, ansiedades e expectativas, concretizando-se invariavelmente no tempo presente.

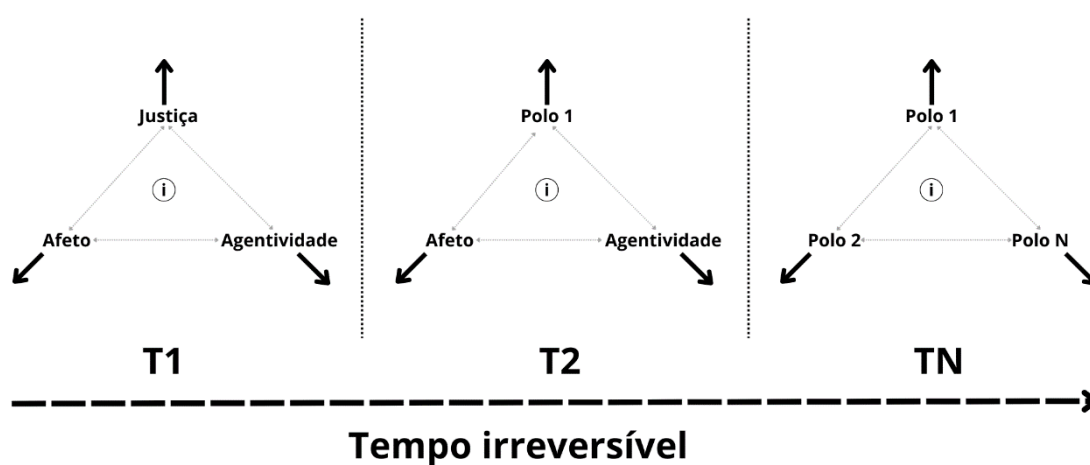
Outro conceito que agrega a compreensão das interrelações entre tempo e desenvolvimento humano é o de “irreversibilidade”. Valsiner (1994) alega que uma das principais falhas das ciências desenvolvimentais jaz na expectativa da existência de certa repetição dos eventos desenvolvimentais (sejam variáveis externas, sejam fenômenos internos aos indivíduos), desconsiderando a impossibilidade da sua ocorrência idêntica. Desse modo, duas consequências são fundantes. A primeira refere-se à impossibilidade de alterar eventos passados e seus impactos no desenvolvimento humano. Mesmo que estes sejam ressignificados, o marco temporal passa a ser o momento da ressignificação, não sua ocorrência primeira. A segunda refere-se à imprevisibilidade sobre os efeitos desenvolvimentais de eventos que outrora ofertaram determinados resultados.

Acredito que o modelo e suas variações apresentados nos tópicos anteriores deem conta de demonstrar a variação da orientação da dinâmica de construção narrativa da identidade ao longo do tempo, este demarcado por momentos captados, recapitulados e construídos nos atos narrativos das famílias participantes. Entretanto, nessa composição parte-se do princípio de que os polos principais na composição da identidade de família constituída por adoção se estabilizem nos três analisados: Justiça, Agentividade e Afeto.

Ao longo da pesquisa, contribuições teóricas e críticas, bem como reflexões sobre elementos a serem pesquisados em oportunidades posteriores e com outras orientações

metodológicas nos levam a pensar uma evolução dos fenômenos captados na faixa temporal acessada. Arriscando uma interpretação, com base no que foi analisado até aqui e nas formulações teóricas sobre o fator tempo perante o desenvolvimento humano, buscou-se delinear uma concepção longitudinal do *Modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção*, conforme demonstrado na Figura 14.

**Figura 14 – Esquema de evolução dos polos de orientação das dinâmicas de construção de identidade da família constituída por adoção ao longo do tempo**



Fonte: o autor.

A Figura 14 mostra uma representação do modelo em três tempos, propondo com isso uma possibilidade de desenvolvimento e evolução. O primeiro tempo (T1) corresponde à configuração já demonstrada neste capítulo em tópicos anteriores e, neste estudo, envolveu o intervalo temporal correspondente ao período de produção de dados, durante o qual foram construídas as narrativas das Famílias 1 e 2 e seus membros.

O segundo tempo (T2) apresenta um intervalo posterior, no qual as principais interferências concretas dos processos judiciais referentes à institucionalização, disponibilização para adoção, guarda, adoção, mudanças de nome, etc., já foram concretizadas. Sugere-se que, embora o discurso jurídico, legislações, e mesmo a aplicação dos processos legais pertinentes à adoção, sempre desempenhem influência na dinâmica presente da construção identitária das famílias constituídas por adoção e seus membros, a ultrapassagem de momentos decisórios críticos que demandem ação mais incisiva da justiça pode dar espaço para outros componentes significativos que gerem

novos polos com elementos simbólicos que orientem as narrativas subjacentes a essa construção.

Por fim, a imprevisibilidade da configuração dos polos demonstrada no “TN” se pauta na consequência demonstrada por Valsiner (1994) sobre irreversibilidade do tempo e impossibilidade de estabelecimento certo de um desfecho desenvolvimental linearmente determinado. Assim, os três polos identificados e analisados ao longo desta pesquisa, concernente com os casos trabalhados em cada recorte temporal acessado podem ou não permanecer ao longo do tempo. A escolha por nomear o terceiro polo de “PN” vem no intuito de abrir a possibilidade da não limitação destes em apenas 3, diante das variações de especificidades na própria família, cultura, política, história, dentre outros fatores que atravessem as trajetórias desenvolvimentais analisadas e de demais casos que venham a ser interpretados a partir desse modelo.

Desse modo, as possibilidades de movimento do ponto no qual se ordenam os elementos simbólicos, comportamentais e discursivos referentes à dinâmica de construção da identidade de família por adoção são orientadas por pelo menos duas configurações. A primeira delas, a gradatividade da influência de cada um dos polos destacados pelos membros e pelos grupos familiares. A segunda, então, sendo a modificação estrutural dos polos que fornecem elementos para a construção identitária que pode se alterar diante da linha de tempo irreversível. Rompe-se, portanto, a noção estática e finalística de compreensão da construção identitária no cenário estudado.

### **8.7 Reflexões finais sobre o modelo polarizado de compreensão das dinâmicas de construção narrativa da identidade de família constituída por adoção**

Um esforço analítico relevante é sempre considerar o papel dos polos mencionados e imaginar as relações dentro do grupo familiar conforme ele se estabelece após a construção prospectiva da família, buscando aproximar-se da configuração atual. Por exemplo, na Família 1 reconhecemos que existia afeto entre os pais antes de eles decidirem pela adoção. Entretanto, os exemplos que estabeleço são ou centrados na família como se configura no momento presente, ou nas referências do passado que foram elaboradas na narração como componentes desse presente. Dessa forma, é fundamental considerar as relações e dinâmicas presentes na família tal como ela é atualmente, em vez de focar apenas nas expectativas ou situações anteriores ao processo de formação da família como tal.

De fato, o componente temporal desempenha um papel crucial na análise do processo desenvolvimental da família e da construção de sua identidade. À medida que o tempo avança, novas experiências são vivenciadas, desafios são enfrentados e transformações ocorrem. Isso implica que a análise não pode ser estática ou definitiva, pois a família está em constante evolução e adaptação ao longo do tempo. É necessário considerar as diferentes fases do percurso adotivo, os momentos de transição, as mudanças nas dinâmicas familiares e as reavaliações que ocorrem ao longo desse processo. Dessa forma, uma abordagem dinâmica e sensível ao tempo se faz essencial para compreender a complexidade e a singularidade do desenvolvimento da família constituída por adoção.

Por fim, destaca-se que múltiplas definições de família, inclusive aquelas que almejam ser progressistas e transcender as limitações impostas pelos laços consanguíneos, conceituam esse objeto como um conjunto de uma ou mais pessoas unidas por vínculos afetivos. Essa delimitação propositada visa a afastar os elementos biológicos e jurídicos que historicamente conferiram a base para a concepção de família. No entanto, a presente investigação desvela, por sua vez, que no contexto específico examinado, caracterizado pela formação de famílias por meio da adoção tardia, além da afetividade, os aspectos jurídicos e agentivos são componentes inextricáveis tanto no exercício prático da construção de uma coesão familiar (a família que se constrói diariamente), quanto na representação partilhada que os membros de uma família têm de si mesmos e da unidade familiar que conjuntamente estabelecem.

## 9 Considerações Finais

Existe, no Brasil, uma disputa histórica sobre o entendimento de família, pautado mais ou menos próxima da noção de tradicionalidade que supostamente definiria aquilo que seria um contexto moralmente saudável para o desenvolvimento de filhos. Especialmente desde 2014, com a instauração de uma crise política de interesse burguês que teve como alvo o executivo brasileiro, em especial o mandato da presidenta Dilma Rousseff, vimos o tamanho da fragilidade que permeia o Estado, sendo facilmente reerguidos riscos a direitos que julgávamos já estarem garantidos, bem como o distanciamento de novas conquistas.

Uma das propostas conservadoras que aventaram o cenário social e político do Brasil foi o Projeto de Lei n.º 6.583, de 2013, que retornou à pauta em 2015 e buscava instituir o Estatuto da Família. O estatuto tinha como fundamento a necessidade de definição da chamada “entidade familiar” de modo a direcionar políticas públicas a esse perfil. Seria reconhecido como família, segundo o projeto: “o núcleo social formado a partir da união **entre um homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (PL n. 6.583/2023, art. 2º). Toda a legislação proposta é pautada na garantia dos direitos sociais e políticos a essa entidade familiar:

Art. 5º É obrigação do Estado, garantir à entidade familiar as condições mínimas para sua sobrevivência, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam a convivência saudável entre os seus membros e em condições de dignidade. (PL n. 6.583/2023, art. 5º).

Não obstante o viés preconceituoso e excludente designado no projeto, sua transmissão é prevista no cotidiano escolar, sendo apresentada a necessidade da criação de uma disciplina obrigatória chamada “Educação para família” na qual os princípios morais referentes à entidade familiar descrita seriam cultuados, disfarçados e escolarização. O texto segue apresentando outras atrocidades, inclusive muitas que ferem diretamente princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre outros elementos legais que determinaram, não sem antes ter havido muita luta, seu arquivamento.

O segundo Projeto de Lei que, apesar de mais antigo, retoma ao debate no período de domínio da extrema-direita no executivo e legislativo nacional é o PL nº 478/2007, conhecido por “Estatuto do Nascituro”. Em um país carente de políticas voltadas aos

direitos sexuais e reprodutivos, com baixíssima assistência às demandas referentes à saúde da mulher e condicionantes sociais que as influenciam, esse estatuto tem como finalidade atribuir direitos aos embriões, inclusive no status “in vitro”. De modo ainda mais sorrateiro, busca incluir direitos estabelecidos no ECA ao passo em que criminaliza e dificulta práticas de interrupção à gestação mesmo em casos que hoje haja ressalvas legais. Potechki (2014) analisa esse documento, demonstrando o poder que as instituições possuem em conceder ou remover o status de pessoa. Assim, ao passo em que reacende a discussão sobre a existência da humanidade ao embrião humano, afasta das mulheres a condição de autonomia em relação ao próprio corpo e ao próprio planejamento familiar (Santos, 2021).

Cada um à sua medida, os projetos mencionados trazem pontos em comum. São propostas conservadoras que limitam o escopo da população brasileira em delinear modos de organização familiar e, em acréscimo, invalida aqueles modelos de família que não correspondam ao padrão cisgênero e heteronormativo que, evidentemente, não é o único modo de configuração familiar possível. Os projetos aviltam o direito ao planejamento familiar e o direito à diversidade, o que evidenciam uma parcela da luta que cotidianamente milhões de famílias precisam enfrentar não apenas diante da sociedade, mas diante da invalidação do Estado.

Em pelo menos três esferas projetos como esses afetam a realidade de crianças institucionalizadas e famílias constituídas por adoção. Em primeiro lugar, toda desassistência referente aos direitos sexuais e reprodutivos reverbera e situações de vulnerabilidade e, em casos extremos, abandono de crianças e adolescentes. Outro aspecto se refere ao direito de pessoas LGBTQIA+ em constituírem família. A adoção sempre foi uma via de possibilidade, porém é historicamente atacada por setores conservadores pois, suplantando o direito da criança a ter um lar, permeia o preconceito LGBTfóbico. Por fim, embora parte do contexto histórico e social brasileiro, as famílias constituídas por adoção *per se* subvertem ao padrão de família vigente, pois extrapolam a barreira da consanguinidade e – aos olhos enviesados e equivocados – expõem possíveis fragilidades inerentes à não fertilidade.

Pesquisas como esta operam para dialogar sobre essas questões. Não se propôs aqui verificar a possibilidade de famílias constituídas por adoção tardia obterem sucesso, pois quanto a isso não há dúvidas. Os desafios que tornam possível que uma família se mantenha coesa, permeada pelo afeto e pelo respeito entre os membros parecem ser



semelhantes ao de qualquer família. A ação de cada indivíduo e o fortalecimento de uma representação positiva de si são exercícios cotidianos que tornam uma família funcional.

Assim, objetivou-se neste estudo identificar quais os processos subjacentes à construção da identidade de família constituída por adoção, considerando as dinâmicas entre filiação e parentalidade existentes. A escolha pelo estudo da adoção tardia nesse contexto pareceu acertada pois essa modalidade deixa de lado a possibilidade de ocultação sobre a situação adotiva. As famílias participantes não só mantinham diálogo com as filhas sobre a adoção, como buscavam formas de valorizar sua história, compreendendo que o apagamento é incompatível com a ideia de que cada família inicia em dado ponto, mas acrescenta as bagagens das trajetórias de cada membro.

Conforme as análises, observou-se que é possível identificar um alinhamento nas narrativas que os membros de uma família elaboram acerca de suas histórias individuais e da história compartilhada pelo grupo. Esse alinhamento nem sempre se configurava como uma concordância geral sobre interpretações lançadas a fatos e signos presentes no contexto familiar. Entretanto, convergiam para um entendimento mais ou menos comum sobre o que cada família entendia como representante de si, o que nos permitiu compreender possibilidades de trajetória desenvolvimental da família – como grupo – e dos indivíduos – como membros influenciados pelo microsistema familiar.

Identificamos que a identidade da família constituída por adoção tem três pilares de fundamentação. São categorias de elementos que foram organizados em um modelo que busca identificar possíveis influências de aspectos jurídicos, afetivos e agentivos experienciados e interpretados pelas famílias. Pautado nesses pilares, cada família elaborava um entendimento de si, como grupo. Esse entendimento não era estático, mas dinâmico. A cada momento da trajetória familiar, os sentidos se reorganizavam, eram reinterpretados e reconduzidos pelos membros e pelo grupo.

Ao elaborarem narrativas sobre suas trajetórias, as famílias aglutinaram e organizaram os significados sobre parentalidade, filiação, afeto, relacionamentos, respeito, comunicação, enfim, aquilo que julgaram pertinentes na tentativa de explicar como cada uma se constituía e se representava. Nesse sentido, ficou evidente a possibilidade de encarar a família como uma entidade desenvolvimental, sendo insuficiente compreendê-la apenas como um contexto geral de influência sobre seus membros.

Adicionalmente, esta pesquisa apresentou algumas limitações. A primeira delas envolveu um cenário vivenciado por todos os pesquisadores do mundo entre 2020 e 2022. Fazer pesquisa durante a pandemia de COVID-19 foi desafiador, especialmente no Brasil, cujas políticas de saúde seguiam sistematicamente sucateadas e o medo e a incerteza eram regra.

Outra limitação se refere ao tema. Pesquisas como esta tratam de situações muito particulares. Foram anos buscando contato com famílias, em diversas fontes. Muitas negativas, muitos aceites e sumiços, muitas histórias que não viraram dados. Percebi que ainda há um receio, não apenas pela exposição da intimidade, mas por uma possibilidade de ferir o ideal de família ao serem apresentadas situações não coerentes com o romantismo leigo gerado relacionado à adoção. Muitas famílias pareciam não querer expor suas dificuldades como se isso fosse ratificar problemas de incompatibilidade que seriam atribuídos às famílias adotivas. Problemas esses que, de modo semelhante, podem acometer as famílias constituídas pela consanguinidade, porém os efeitos sociais não se assemelham. É compreensível, portanto, cada medo expressado.

Outra limitação envolve o acesso apenas aos membros da família nuclear. Em todos os casos, as famílias extensas participaram como personagens nas narrativas elaboradas e seria enriquecedor poder ouvi-los e compreender como, mesmo não residindo na mesma casa dos casais e filhas participantes, colaboravam com a construção de significados conjuntos sobre cada família.

Por fim, sobre esse aspecto, ficou o desejo de conhecer famílias constituídas por adoção com outras configurações. Por um lado, as configurações familiares são ilimitadas e cada grupo traria especificidades que, se escrutinizadas, abririam leques para não uma, mas infinitas possibilidades de pesquisa. Por outro lado, ao assumir uma perspectiva idiográfica, a ênfase deste estudo é em compreender processos psicológicos generalizáveis, porém partindo de casos excepcionais e particulares. Assim, a diversidade – e não a uniformidade – é o que representa riqueza e possibilidade de construção de conhecimento sobre os fenômenos investigados.

Esta pesquisa, portanto, ao invés de encerrar o tema trazendo uma resposta definitiva ao problema de onde partiu, abriu implicações teóricas e empíricas para novos estudos que pretendo desenvolver ao longo da minha carreira acadêmica. Em termos teóricos, ficou evidente a necessidade de mais estudos sobre: o funcionamento das narrativas em contexto coletivo, em especial em famílias; a construção da identidade de

família através de uma perspectiva narrativista; a análise das trajetórias familiares de um ponto de vista desenvolvimental; o modo de funcionamento dual das famílias, ora atuando como uma entidade/unidade, ora operando como contexto; e, principalmente, a identidade de família constituída por adoção, incluindo o modelo das três camadas (justiça, afeto e agentividade) aqui proposto e possibilidades de sua refutação e/ou ampliação.

Empiricamente, grande parte desses elementos teóricos podem ser aplicados em quaisquer contextos familiares, sem necessariamente estarem caracterizadas por processos de adoção. Seria interessante que novos estudos fossem aplicados, por exemplo, em famílias monoparentais, famílias de um só membro, famílias não permeadas pela conjugalidade, etc. É possível estabelecer saberes sobre a identidade da família, desde uma perspectiva narrativista, sobre esses contextos? É possível identificar o funcionamento dual da família em cenários distintos? Como, em cada configuração, operam as trajetórias desenvolvimentais das famílias? Enfim, sugere-se, com esta pesquisa, que se abram caminhos para novos estudos visando a responder a essas problemáticas e levantar novos questionamentos que tornem possível o avançar deste campo do saber.

## Referências

- Abbey, E., & Valsiner, J. (2005). Emergence of Meanings Through Ambivalence. *Forum Qualitative Sozialforschung Forum: Qualitative Social Research*, 6(1). <https://doi.org/10.17169/fqs-6.1.515>
- Aberastury, A., & Knobel, M. (1989). *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Albright, M. B., & Tamis-LeMonda, C. S. (2002). Maternal depressive symptoms in relation to dimensions of parenting in low-income mothers. *Applied Developmental Science*, 6, 24–34.
- Alvarenga, Lidia Levy de, & Bittencourt, Maria Inês Garcia de Freitas. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53. Recuperado em 28 de março de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlng=pt).
- Alvarenga, P., Malhado, S. de C. B., & Lins, T. C. de S. (2014). O Impacto da Responsividade Materna aos Oito Meses da Criança Sobre as Práticas de Socialização Maternas aos 18 Meses. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(4), 305-314. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000400008>
- Alves, Fernando & Assunção, Sheyla. (2019). *Projeto criminaliza aborto nos casos de malformação do feto*. Senado Notícias, Brasília. Recuperado a partir de <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/projeto-criminaliza-aborto-nos-casos-de-malformacao-do-feto>
- Anauate, C. (2013). Psychological problems of late adoption as observed in Brazil through a cultural-historical approach. *Psychology in Russia: State of the art*, 6(4), 176-185.
- Andrade, Cristiane Batista. (2019). A história do trabalho das mulheres no Brasil: perspectiva feminista. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), e00225318. Epub February 18, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00225318>
- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso [Meanings of adoptive fatherhood: A case study]. *Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação*, 16(34), 241-252.
- Antoni, Clarissa De, & Koller, Silvia Helena. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30. Recuperado em 14 de julho de 2021, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100003&lng=pt&tlng=pt).
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Arnold, C. P. (2008). Adoção tardia: do estigma à solidariedade. *Revista Amicus Curiae*, 5, 1-9.

- Arpini, Dorian Mônica, & Quintana, Alberto Manuel. (2003). Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 20(1), 27-36. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2003000100003>
- Assembleia Geral da ONU. (1959). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Resolução 1386 (XIV). Suíça.
- Avery, R. J. (2000). Perceptions and practice: Agency efforts for the hardest-to-place children. *Children and Youth Services Review*, 22(6), 399-420. [https://doi.org/10.1016/S0190-7409\(00\)00094-3](https://doi.org/10.1016/S0190-7409(00)00094-3)
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Baldessar, J. C., & Castro, A. (2020). Representações sociais da adoção tardia: o amor vinculado ao medo. *O Social em Questão*, (47), 271-296.
- Balenzano, Caterina, Coppola, Gabrielle, Cassiba, Rosalinda, & Moro, Giuseppe. (2018). Pre-adoption adversities and adoptees' outcomes: The protective role of post-adoption variables in an Italian experience of domestic open adoption. *Children and Youth Services Review*, 85, 307-318,
- Baltes, P. B., & Smith, J. (2004). Lifespan Psychology: From developmental contextualism to developmental biocultural co-constructivism. *Research in Human Development*, 1(3), 123-144.
- Bamberg, M. & Georgakopoulou, A. (2008). Small Stories as a New Perspective in Narrative and Identity Analysis. *Text & Talk*, 28(3), 377-396. Recuperado de <http://www.clarku.edu/~mbamberg/publications.html> em 16 de agosto de 2018
- Bamberg, M. (1997). Positioning between structure and performance. *Journal of Narrative and Life History*, 7, 335-342.
- Bamberg, M. (2005) Narrative discourse and identities. In J. C. Meister (Ed.). *Narratology Beyond Literary Criticism*. Berlim, New York: Walter de Gruyter.
- Bamberg, M. (2011). Narrative Practice and Identity Navigation. In J. A. Holstein & J. F. Gubrium (Eds.), *Varieties of Narrative Analysis* (pp. 99-124). London: Sage Publications.
- Bamberg, M. (2012a). Narrative analysis. In H. Cooper (Ed.), *APA handbook of research methods in psychology* (pp. 77-94). Washington, DC: APA Press.
- Bamberg, M. (2012b). Why Narrative? *Narrative Inquiry*, 22(1), 201-210.
- Bamberg, M. (2014a). Identity and Narration. In: P. Huhn, J. Pier, W. Schmid, Jorg Schonert. *Handbook of Narratology*. Walter de Gruyter. doi:10.1515/9783110316469.241
- Bamberg, M. (2014b). Narrative Practices Versus Capital-Discourses: Ways of Investigating Family. *Journal of Family Theory & Review*, 6(1), 132-136. doi:10.1111/jftr.12033

- Bamberg, M., & Demuth, C. (2016). Narrative Inquiry: An Interview With Michael Bamberg. *Europe's Journal of Psychology*, 12(1), 14-28. <https://doi.org/10.5964/ejop.v12i1.1128>
- Bamberg, M., & Georgakopoulou, A. (2008). Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. *Text & Talk*, 28(3). doi:10.1515/text.2008.018
- Bamberg, M.G. (2006). Biographic-Narrative Research, Quo Vadis? A Critical Review of 'Big Stories' from the Perspective of 'Small Stories'. In: K. Milnes, C. Horrocks, B. Roberts, & D. Robinson (Eds.), *Narrative, memory and knowledge: Representations, aesthetics and contexts* (pp. 63-79). Huddersfield, UK: University of Huddersfield Press.
- Barbosa, Patrícia Zulato, & Rocha-Coutinho, Maria Lúcia. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>
- Barros, M. (1989). Memória e família. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 29-42. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277%24separator306-3>
- Barroso, R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psicologica*, (52-I), p. 211-229. Acesso em de <https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/996>
- Barth, R. P., Berry, M., Carson, M. L., Goodfield, R., & Feinberg, B. (1986). Contributors to disruption and dissolution of older-child adoptions. *Child Welfare*, 359-371.
- Baynham, M. (2006). Performing self, family and community in Moroccan narratives of migration and settlement. In A. De Fina, D. Schiffrin, & M. Bamberg (Eds.), *Discourse and Identity* (pp. 376-397). Cambridge: Cambridge University Press.
- Bek-Pedersen, K., & Montgomery, E. (2006). Narratives of the Past and Present: Young Refugees' Construction of a Family Identity in Exile. *Journal of Refugee Studies*, 19(1), 94-112. doi:10.1093/jrs/fej003
- Bento, Rilma. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: teoria e prática*, 10(2), 202-214. Recuperado em 27 de mar• o de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872008000200016&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200016&lng=pt&tlng=pt).
- Berry, M., & Barth, R. P. (1989). Behavior problems of children adopted when older. *Children and Youth Services Review*, 11(3), 221-238.
- Bhering, E., & Sarkis, A. (2009). Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. *Revista Horizontes*, 27(2), 7-20.

- Bicca, Amanda, & Grzybowski, Luciana Suárez. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>
- Bock, A. M. B, Furtado, O, & Teixeira, M. L. T. (2001). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia* (13a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Bodner, N., Kuppens, P., Allen, N. B., Sheeber, L. B., & Ceulemans, E. (2017). Affective family interactions and their associations with adolescent depression: A dynamic network approach. *Development and Psychopathology*, 1–15. doi:10.1017/s0954579417001699
- Boer, F., Versluis-den Bieman, H. J., & Verhulst, F. C. (1994). International adoption of children with siblings: Behavioral outcomes. *American Journal of Orthopsychiatry*, 64(2), 252-262.
- Bordia, P., DiFonzo, N., & Chang, A. (1999). Rumor as group problem solving: Development patterns in informal computer-mediated groups. *Small Group Research*, 30(1), 8-28.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (I). (M. Correa, Trans.). Campinas, SP: Papirus.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda, Vol 1. Apego: a natureza do vínculo* (2ª ed). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1969)
- Brauner, M. C. C. (1994). Problemas e perspectivas da adoção internacional em face do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Revista de Informação Legislativa*, 169-181.
- Brodzinsky, D. (1993). Long-Term Outcomes in Adoption. *The Future of Children*, 3(1), 153-166. doi:10.2307/1602410
- Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical psychology review*, 7(1), 25-47.
- Brodzinsky, D. M. (1993). Long-term outcomes in adoption. *The future of children*, 153-166.
- Brodzinsky, D., Singer, L., & Braff, A. (1984). Children's Understanding of Adoption. *Child Development*, 55(3), 869-878. doi:10.2307/1130138
- Brodzinsky, David M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, Volume 7, Issue 1, 1987, Pages 25-47, ISSN 0272-7358, [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(87\)90003-1](https://doi.org/10.1016/0272-7358(87)90003-1).
- Bronfenbrenner, U. (1969). On the making of new men: Some extrapolations from research. *Canadian Journal of Behavioural Science / Revue Canadienne des Sciences du Comportement*, 1(1), 4–24. <https://doi.org/10.1037/h0082685>
- Bronfenbrenner, U. (1985). The future of childhood. In V. Greaney (Ed.), *Children: Needs and rights* (pp. 167–186). New York, NY: Irvington.

- Bronfenbrenner, U. (1988). Strengthening family systems. In E. F. Zigler e M. Frank (Eds.), *The parental leave crisis: Toward a national policy* (pp. 143–160). New Haven, CT: Yale University Press.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). Ecological systems theory. In R. Vasta (Ed.), *Six theories of child development: Revised formulations and current issues* (pp. 187–249). Londres: Jessica Kingsley. In: U. Bronfenbrenner. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1992).
- Bronfenbrenner, U. (2011). Lewinian space and ecological substance. *Journal of Social Issues*, 33(4), 199–212. In: U. Bronfenbrenner. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1977).
- Bronfenbrenner, U. (2011). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioral sciences* (Vol. 10, pp. 6963–6970). New York: Elsevier. In: U. Bronfenbrenner. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original work published 2001).
- Bronfenbrenner, U. (2011). The developing ecology of human development: Paradigm lost or paradigm re-gained. Trabalho apresentado no encontro bianual da Society for Research in Child Development, cidade do Kansas, Missouri, 27–30 abril, 1989. In: U. Bronfenbrenner. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1989).
- Bronfenbrenner, U. (2011). The ecology of human development: Experiments by nature and design (pp. 3–13). Cambridge, MA: Harvard University Press. In: U. Bronfenbrenner. *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1979).
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology*, Vol. 1: Theoretical models of human development (5th ed., pp. 993-1028). New York: John Wiley.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The Bioecological Model of Human Development. In R. M. Lerner & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (pp. 793–828). John Wiley & Sons Inc.
- Bronfenbrenner, Urie. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento Humano. tornando os seres humanos mais humanos*. Tradução: André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed.
- Brum, Evanisa Helena Maio de, & Schermann, Lígia. (2004). Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2), 457-467. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000200021>



- Bruner, J. (1991). The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1–21. doi:10.1086/448619
- Bruner, J. (2004). Life as narrative. *Social research: An international quarterly*, 71(3), 691-710.
- Bueno, Rovana Kinas, Vieira, Mauro Luís, & Crepaldi, Maria Aparecida. (2016). Paternidade no Contexto da Adoção. *Pensando famílias*, 20(1), 57-67. Recuperado em 03 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100005&lng=pt&tlng=pt).
- Bungum, M., Humaidan, P., Axmon, A., Spano, M., Bungum, L., Erenpreiss, J., & Giwercman, A. (2007). Sperm DNA integrity assessment in prediction of assisted reproduction technology outcome. *Human Reproduction*, 22(1), 174–179. <https://doi.org/10.1093/humrep/del326>
- Bussiere, A. (2006). Permanence for older foster youth. *Family Court Review*, 44(2), 231–243. doi:10.1111/j.1744-1617.2006.00082.x
- Calderón, R. (2017). *Princípio da Afetividade no Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense.
- Camargo, M. L. (2005). A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In *Simpósio Internacional do Adolescente*, 2. Proceedings online. Retrieved from [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000082005000200013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200013&lng=en&nrm=abn)
- Cantelmo, C. A., Cavalcante, T. P., & Costa, L.F. (2011). A menina mãe: incesto e maternidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 137-154. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100010>
- Capitão, Claudio Garcia, & Heloani, José Roberto. (2007). A identidade como grupo, o grupo como identidade. *Aletheia*, (26), 50-61. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942007000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200005&lng=pt&tlng=pt).
- Carneiro, Cynthia Soares (2019). Adoção internacional: A importância dos relatórios pós-adoptivos para a proteção da criança brasileira no país dos adotantes. *RIL Brasília a*. 56(223): 99-122.
- Carrillo, Sonia, Bermúdez, Milton, Gutiérrez, Liliana Suárez, María Camila, & Delgado, Ximena. (2016). Father's Perceptions of their Role and Involvement in the Family: A Qualitative Study in a Colombian Sample. *Revista Costarricense de Psicología*, 35(2), 37-54.
- Carula, Karoline. (2012). Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 19(Suppl. 1), 197-214. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500011>

- Catterall, M., & Maclaran, P. (1997). Focus Group Data and Qualitative Analysis Programs: Coding the Moving Picture as Well as the Snapshots. *Sociological Research Online*, 2(1). Retrieved from <http://www.socresonline.org.uk/2/1/6.html>
- Cavalcante, L. I. C., & Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicologia Argumento*, 30(68), 75-85.
- Colaner, C. W., & Soliz, J. (2017). A communication-based approach to adoptive identity: Theoretical and empirical support. *Communication Research*, 44(5), 611-637.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] & Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS] (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília-DF.
- Costa, Denise Cristina Garcia. (2014). *Negatória de Paternidade: uma análise sob a ótica do pai*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- Costa, Liana Fortunato, & Campos, Niva Maria Vasques. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722003000300004>
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se Pai e Mãe em um Processo de Adoção Tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=188/18820310>
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Côté, J. E. (2006). Emerging Adulthood as an Institutionalized Moratorium: Risks and Benefits to Identity Formation. In J. J. Arnett & J. L. Tanner (Eds.), *Emerging adults in America: Coming of age in the 21st century* (pp. 85–116). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/11381-004>
- Couto, O. H. C. (2014). Os caminhos cruzados da adoção: do abandono precoce à última esperança. *Reverso*, 36(68), 63-69.
- Cowan, A. Burrell. (2004). New strategies to promote the adoption of older children out of foster care. *Children and Youth Services Review*, 26(11), 1007–1020. doi:10.1016/j.childyouth.2004.08.002
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Editora Atlas.
- Cúnico, Sabrina Daiana, & Arpini, Dorian Mônica. (2013). A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando famílias*, 17(1), 28-40. Recuperado em 03 de outubro de 2019, de

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt).

- Dalgalarrondo, P. (2018). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Daly, K. (1988). Reshaped Parenthood Identity: The Transition to Adoptive Parenthood. *Journal of Contemporary Ethnography*, 17(1), 40–66. <https://doi.org/10.1177/0891241688171002>
- De Fina, A. (2006). Group identity, narrative and self-representations. IN (ver isso) *Studies in interactional sociolinguistics*, 23, 351.
- De Fina, A. (2015). Narrative and identities. In: A. De Fina & A. Georgakopoulou. *The handbook of narrative analysis*, John Wiley & Sons.
- De Fina, A., & Georgakopoulou, A. (2015). *The handbook of narrative analysis*. John Wiley & Sons.
- Declaração de Genebra*. 1923. Recuperado de [http://www.foncaij.org/dwnld/ac\\_apoio/legislacao/dir\\_funda/declaration\\_of\\_geneva.pdf](http://www.foncaij.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaration_of_geneva.pdf). Acesso em 13 de julho de 2018.
- Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999*. Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993.
- Dias, C. M. D. S. B., Silva, R. V. B. D., & Fonseca, C. M. S. M. D. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos clínicos*, 1(1), 28-35.
- Dolto, F. (1988). *Psicanálise e pediatria*. Tradução. Álvaro Cabral. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Drezett, J., Pedroso, D.; Gebrim, L. H., Matias, M. L., Macedo Júnior, H., & Abreu, L. C. (2011). Motivos para interromper legalmente a gravidez decorrente de estupro e efeitos do abortamento nos relacionamentos cotidianos das mulheres. *Reprodução & Climatério*, 26(3), 85-91.
- Dugnani, K. C. B., & Marques, S. L. (2011). Construção e validação de instrumento para prática interventiva na adoção. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21, 317-328.
- Duyme, M., Dumaret, A. C., & Tomkiewicz, S. (1999). How can we boost IQs of “dull children”? A late adoption study. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 96(15), 8790-8794.
- Ebrahim, S. G. (2001b). Adoção tardia: uma visão comparativa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 18, 29-40.
- Ebrahim, S. G.. (2001a). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 14(1), 73–80. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100006>

- Erikson, E. (1968). *Identity: youth and crisis*. New York: W. W. Norton.
- Eriksson, M., Ghazinour, M., & Hammarström, A. (2018). Different uses of Bronfenbrenner's ecological theory in public mental health research: What is their value for guiding public mental health policy and practice? *Social Theory & Health*, 16, 414–433.
- Escobar, M. J., & Santelices, M. P. (2013). Attachment in adopted adolescents. National adoption in Chile. *Children and Youth Services Review*, 35(3), 488-492.
- Escobar, María Josefina, Pereira, Santelices, Ximena María Pía. (2014). Behavior problems and attachment in adopted and non-adopted adolescents. *Children and Youth Services Review*, Volume 42, 2014, Pages 59-66.
- Espirito Santo, C. S. O., & Araújo, M. A. N. (2016). Vínculo afetivo materno: processo fundamental à saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(1).
- Fagot, B. I. (1981). Male and Female Teachers: Do They Treat Boys and Girls Differently? *Sex Roles*, 7(3), 263–271. doi:10.1007/bf00287541
- Falceto, Olga G, Fernandes, Carmen L, Baratojo, Claudia, & Giugliani, Elsa R J. (2008). Factors associated with father involvement in infant care. *Revista de Saúde Pública*, 42(6), 1034-1040. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008000600009>
- Fall, K. A., Roaten, G. K., & Eberts, S. E. (2012). An Existential Approach to Adoptive Identity Development in Adulthood. *The Family Journal*, 20(4), 441–447. <https://doi.org/10.1177/1066480712451250>
- Fernandes, A. D. S. A., Santos, J. F., & Morato, G. G. (2018). A criança com transtorno do espectro autista (TEA): um estudo de caso da intervenção da Terapia Ocupacional a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo*, 29(2), 187-194. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v29i2p187-194>
- Finamori, S., & Silva, A. B. M. (2019). Identidade e pertencimento: Grupos de apoio à adoção e direito às origens. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (33), 295-317. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.14.a>
- Floriani, L. B. R., & Regazzo, R. M. (2018). O aplicativo A. DOT e suas potencialidades em relação à adoção necessária. *Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro*, 1(1), e001-e001.
- Fonseca, Claudia. (2013). Lucro, cuidado e parentesco: Traçando os limites do “tráfico” de crianças. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 13(2), 269-291. Epub July 03, 2020. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15481>
- Fonseca, Vitor da. (2016). Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*, 33(102), 365-384. Recuperado em 12 de julho de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862016000300014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000300014&lng=pt&tlng=pt).

- França, D. X. de. (2018). Discriminação de Crianças Negras na Escola. *Revista Interações*, 13(45). <https://doi.org/10.25755/int.9476>
- Franco, Ricardo da Silva, & Sei, Maíra Bonafé. (2016). Identidade e relações familiares: transmissão psíquica em “Dois Irmãos”, de Milton Hatoum. *Pensando famílias*, 20(2), 177-191. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000200013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200013&lng=pt&tlng=pt).
- Freeman, M. (2016). Why Narrative Matters: Philosophy, Method, Theory. *Storyworlds: A Journal of Narrative Studies*, 8(1), 137. doi:10.5250/storyworlds.8.1.0137
- Freitas, J. O. (2018). O apadrinhamento afetivo como caminho para a adoção. *Caderno IEP/MPRJ*, 1(1).
- Freud, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. In: S. Freud, *O eu e o Id, uma Neurose Demoníaca do século XVII e outros trabalhos* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1933). A dissecção da personalidade psíquica – conf. XXXI. In: S. Freud, *Novas Conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, XXII). Rio de Janeiro: Imago.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF]. (1959). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Recuperado de [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex41.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm). Acesso em 02 de julho de 2018.
- Futino, Regina Silva, & Martins, Simone. (2006). Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, (24), 149-159. Recuperado em 28 de março de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942006000300014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300014&lng=pt&tlng=pt).
- Gabriel, M. R. & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: Descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 253-261.
- Galvin, K. (2006). Diversity’s impact on defining the family: Discourse-dependence and identity. In L. H. Turner & R. L. West (Eds.), *The family communication sourcebook*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Gee, J. P. (2015). Discourse, Small d, Big D. *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*, 1–5. doi:10.1002/9781118611463.wbielsi016
- Gentili, Agostina, & Fonseca, Cláudia. (2020). Adoção e circulação de crianças na atualidade. *Desidades*, (26), 85-96. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822020000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822020000100007&lng=pt&tlng=pt).

- Gergen, K. J. (2005). Narrative, moral identity, and historical consciousness. *Narration, identity, and historical consciousness*, 3, 99.
- Ghirardi, M. L. D. A. M. (2009). A devolução de crianças adotadas: Ruptura do laço familiar. *Pediatr. mod*, 66-70.
- Gibby, A. L., & Thomas, K. J. A. (2019). Adoption: A Strategy to Fulfill Sex Preferences of U.S. Parents. *Fam Relat*, 81, 531-541. doi:10.1111/jomf.12541
- Gleitman, Ilana, & Savaya, Riki. (2011). Adjustment of adolescent adoptees: The role of age of adoption and exposure to pre-adoption stressors. *Children and Youth Services Review*, 33(5), 758-766.
- Gomes, Kátia. (2006). A adoção à luz da teoria winnicottiana. *Winnicott e-prints*, 1(2), 1-18. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&tlng=pt).
- Gomes, Ramon Cerqueira. (2018). *Regulação semiótica no self educacional de adolescentes na transição para o ensino médio profissionalizante: a atuação da exotopia dentre as posições do eu*. Tese Programa de Pós-Graduação em Psicologia UFBA.
- Gomide, Paula Inez Cunha, Guimarães, Ana Maria de Abreu, & Meyer, Patrícia. (2003). Análise de um caso de extinção do poder familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 42-47. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000400007>
- Gonçalves Camacho, Karla, da Costa Vargens, Octavio Muniz, Progianti, Jane Márcia, & Spíndola, Thelma. (2010). Vivenciando repercussões e transformações de uma gestação: perspectivas de gestantes. *Ciencia y enfermería*, 16(2), 115-125. <https://dx.doi.org/10.4067/S0717-95532010000200012>
- Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, U. B., Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.
- Gondim, Ana Karen, Crispim, Camila Sousa, Fernandes, Fabyanna Henrique Tomaz, Rosendo, Jordanna Cibelly, Brito, Thalyta Maria Cabral de, Oliveira, Uandra Brito de, & Nakano, Tatiana de Cássia. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004&lng=pt&tlng=pt).
- González, M. A. (1993). La adopción: una alternativa de reubicación del menor abandonado. *Revista de ciencias sociales*, 59(59-62), 37-46.
- Gordon, C. (2004). “Al Gore”s our Guy’: Linguistically Constructing a Family Political Identity. *Discourse & Society*, 15(5), 607–631. doi:10.1177/0957926504045034
- Gordon, C. (2007). “Al Gore’s our guy”’: Linguistically constructing a family political identity. In D. Tannen, S. Kendall, & C. Gordon (Eds.), *Family talk: Discourse and*



*identity in four American families* (pp. 233–262). New York: Oxford University Press.

Gradvohl, Silvia Mayumi Obana, Osis, Maria José Duarte, & Makuch, Maria Yolanda. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando famílias*, 18(1), 55-62. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&tlng=pt).

Grotevant, H. D. (1997). Coming to terms with adoption: The construction of identity from adolescence into adulthood. *Adoption Quarterly*, 1 (1),3–27

Grotevant, H. D., & Von Korff, L. (2011). Adoptive identity. *Handbook of identity theory and research*, 585-601.

Grotevant, H. D., Dunbar, N., Kohler, J. K., & Esau, A. M. L. (2000). Adoptive Identity: How Contexts Within and Beyond the Family Shape Developmental Pathways. *Family Relations*, 49, 379-387. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00379.x>

Groze, V. (1986). Special-needs adoption. *Children and Youth Services Review*, 8(4), 363-373.

Guerreiro, D. C. D. (2018). *A prática do apadrinhamento afetivo e sua efetividade na promoção da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente* (Trabalho de conclusão de curso de graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Direito.

Habigzang, L. F., Diniz, E., & Koller, S. H. (2014). *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica*. AMGH Editora.

Hamad, N. (2002). *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

Hamad, N. (2010). *Adoção e parentalidade: questões atuais*. Porto Alegre: CMC.

Haugaard, J. J., Wojslawowicz, J. C., & Palmer, M. (1999). Outcomes in adolescent and older-child adoptions. *Adoption Quarterly*, 3(1), 61-69.

Healy, D., & Griffin, D. (2023). Unnesting the Matryoshka Doll: An Ecological Model of Probation and Parole Decision-Making in Ireland. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 39(1), 75-93.

Hirsto, L. (2001). *Children in Their Learning Environments: Theoretical Perspectives*. The Unit of Educational Psychology of the University of Helsinki. <https://core.ac.uk/download/pdf/14915607.pdf>

Holmbeck, G. N. (2018). A model of family relational transformations during the transition to adolescence: Parent–adolescent conflict and adaptation. In *Transitions through adolescence* (pp. 167-199). Psychology Press.

Howe, D. (1997). Parent-reported problems in 211 adopted children: Some risk and protective factors. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(4), 401-411.

- Huisman, D. (2014). Telling a Family Culture: Storytelling, Family Identity, and Cultural Membership. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 8(2), 144–158. doi:10.5964/ijpr.v8i2.152
- Jacinto, Pablo Mateus dos Santos. (2019). *Adolescências e acolhimento institucional: a construção narrativa de identidade diante da possibilidade de desligamento compulsório por maioridade*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em psicologia. Universidade Federal da Bahia. 150p.
- Jarvis, P. (2008). *Democracy, lifelong learning and the learning society: Active citizenship in a late modern age*. London: Routledge.
- Kane, S. (1993). The movement of children for international adoption: An epidemiologic perspective. *The Social Science Journal*, 30(4), 323-339.
- Kaniuk, J., Steele, M., & Hodges, J. (2004). Report on a Longitudinal Research Project, Exploring the Development of Attachments between Older, Hard-To-Place Children and Their Adopters over the First Two Years of Placement. *Adoption & Fostering*, 28(2), 61–67. doi:10.1177/030857590402800208
- Koepke, S., & Denissen, J. J. (2012). Dynamics of identity development and separation–individuation in parent–child relationships during adolescence and emerging adulthood—A conceptual integration. *Developmental Review*, 32(1), 67-88.
- Kost, K., Landry, D., & Darroch, J. (1998). The Effects of Pregnancy Planning Status on Birth Outcomes and Infant Care. *Family Planning Perspectives*, 30(5), 223-230. doi:10.2307/2991608
- Koven, M. (2015). Narrative and Cultural Identities. In *The Handbook of Narrative Analysis* (eds A. De Fina and A. Georgakopoulou). <https://doi.org/10.1002/9781118458204.ch20>
- Kowal, K. A., & Schilling, K. M. (1985). Adoption through the eyes of adult adoptees. *American Journal of Orthopsychiatry*, 55(3), 354–362. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb03450.x>
- Langellier, K. M., & Peterson, E. E. (2004). *Performing narrative: Storytelling in daily life*. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- Leal, Caroline Cândido Garcia, Gomes-Sponholz, Flávia Azevedo, Mamede, Fabiana Villela, Silva, Marta Angélica Iossi, Oliveira, Nathália Teresinha Baptista, & Leite, Adriana Moraes. (2018). *Photovoice: experiência do método em pesquisa com mães adolescentes*. *Escola Anna Nery*, 22(3), e20170322. Epub March 12, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2017-0322>
- Leão, Flávia Elso, Porta, Daniele Dalla, Pauli, Cassiele Gomes, Antoniazzi, Marina Peripolli, & Siqueira, Aline Cardoso. (2017). Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. *Pensando famílias*, 21(2), 45-59. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200005&lng=pt&tlng=pt).



- Lei No. 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília, DOU.
- Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2016, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm).
- Leite, Mirlane Gondim, Rodrigues, Dafne Paiva, Sousa, Albertina Antonielli Sydney de, Melo, Laura Pinto Torres de, & Fialho, Ana Virginia de Melo. (2014). Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 115-124. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-7372189590011>
- Leusin, Joanna Ferreira, Petrucci, Giovanna Wanderley, & Borsa, Juliane Callegaro. (2018). Clima Familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 49-61. Recuperado em 12 de julho de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702018000100005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000100005&lng=pt&tlng=pt).
- Levy-Shiff, R. (2001). Psychological adjustment of adoptees in adulthood: Family environment and adoption-related correlates. *International Journal of Behavioral Development*, 25(2), 97–104. doi:10.1080/01650250042000131
- Levy-Soussan, P. (2010). *Trabalho de filiação e adoção*. In I. Trindade-Salavert (Orgs.), Os novos desafios da adoção: interações psíquicas, familiares e sociais (pp. 45-74). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Lightfoot, C. & Valsiner, J. (1992). Parental belief systems under the influence: Social guidance of the construction of personal cultures. In I. Sigel, A. McGillicuddy-DeLisi, & J. Goodnow (Eds.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (pp. 393–414). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Lopes, M.S., & Dixe, M.D. (2012). Exercício da parentalidade positiva pelos pais de crianças até três anos: construção e validação de escalas de medida. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 20(4).
- Luz, A. F., Gelain, D., & Amaral, L. M. (2014). Vivências das famílias na adoção tardia. *Revista de Psicologia*, 6(1), 52-57.
- Macarini, Samira Mafioletti, Crepaldi, Maria Aparecida, & Vieira, Mauro Luis. (2016). A questão da parentalidade: contribuições para o trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos. *Pensando famílias*, 20(2), 27-42. Recuperado em 24 de setembro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000200003&lng=pt&tlng=pt).
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: Sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81. ISSN 2236-6407.
- Machado, Letícia VÍer, Ferreira, Rodrigo Ramires, & Seron, Paulo César. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos*

*Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81. Recuperado em 15 de março de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-64072015000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072015000100006&lng=pt&tlng=pt).

Machado, Rebeca Nonato, Féres-Carneiro, Terezinha, & Magalhães, Andrea Seixas. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442-451. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19862>

Madaleno, R. (2015). *Curso de direito de família* (6th ed.). Rio de Janeiro: Forense.

Martins, S. T. F. (2007). Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar, sentir em Sílvia Lane. *Psicologia & Sociedade*, 19(Spec2), 76-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500022>

Matias, Marisa, & Fontaine, Anne Marie. (2013). Desenvolvimento e Validação Factorial da Escala de Motivos face à Parentalidade. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 23(54), 9-20. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-43272354201303>

Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 10(2), 356-372.

Maux, Ana Andréa Barbosa, & Dutra, Elza. (2009). Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 14(2), 113-121. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2009000200004>

McAdams, D. P. (1989). The Development of a Narrative Identity. In: D. M. Buss et al. (eds.), *Personality Psychology* (p. 160-175). Springer-Verlag New York Inc.

McAdams, D. P. (2008). Personal Narratives and the Life Story. In O. John, R. Robins, & L. A. Pervin (Eds.), *Handbook of Personality: Theory and Research* (3rd ed., pp. 241-261). New York: Guilford Press.

McAdams, D. P. (2011). *Narrative Identity. Handbook of Identity Theory and Research*, 99–115. doi:10.1007/978-1-4419-7988-9\_5

Merçon-Vargas, E.A., Lima, R.F.F., Rosa, E.M. & Tudge, J. (2020), Processing Proximal Processes: What Bronfenbrenner Meant, What He Didn't Mean, and What He Should Have Meant. *J Fam Theory Rev*, 12: 321-334. <https://doi.org/10.1111/jftr.12373>

Mihalits, D. S., & Valsiner, J. (2022). Dialectics of Influence: How Agency Works. *Hu Arenas*, 5, 90–104. <https://doi.org/10.1007/s42087-020-00126-6>

Mintz, Sidney W.. (2010). Cultura: uma visão antropológica. *Tempo*, 14(28), 223-237. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042010000100010>

Monteiro, M. P. G. ., Lima-Berton, T. D. de, & Asinelli-Luz, A. . (2020). As relações entre família, escola e violência à luz da teoria bioecológica. *Argumentum*, 12(3), 211–221. <https://doi.org/10.47456/argumentum.v12i3.31070>

Moraes, P. J. F. D. S., & de Paula Faleiros, V. (2014). *Adoção e Devolução*. Paco Editorial.

- Morais, Ginny, & Araújo, Newton (Ed.). (2016). *Ativistas e deputados defendem proibição do aborto, mesmo em caso de estupro*. Câmara dos Deputados, Brasília. Recuperado a partir de <https://www.camara.leg.br/noticias/493053-ativistas-e-deputados-defendem-proibicao-do-aborto-mesmo-em-caso-de-estupro/>
- Moreira, Lisandra Espíndula, & Toneli, Maria Juracy Filgueiras. (2015). Abandono Afetivo: Afeto e Paternidade em Instâncias Jurídicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1257-1274. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001442013>
- Motta, M. A. P. (2001). *Mães abandonadas: A entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.
- Moutinho, K. (2010). *A construção narrativa de sentidos de bioidentidade: obesidade e cirurgias bariátricas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Muylaert, Camila Junqueira, Sarubbi Jr, Vicente, Gallo, Paulo Rogério, Neto, Modesto Leite Rolim, & Reis, Alberto Olavo Advincula. (2014). Narrative interviews: an important resource in qualitative research. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), 184-189. Epub December 00, 2014. <https://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>
- Myers, D. G. (Porto Alegre) (Eds.). (10th ed.). *Psicologia social*. (D. Bueno, M. C. Monteiro, & R. C. Costa, Trans.) (E. R. Neiva & F. Iglesias, Eds.).
- Myhrman, A., Rantakallio, P., Isohanni, M., Jones, P., & Partanen, U. (1996). Unwantedness of a Pregnancy and Schizophrenia in the Child. *British Journal of Psychiatry*, 169(5), 637-640. doi:10.1192/bjp.169.5.637
- Nakamura, C. R. (2019). Criança e adolescente: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. *Serviço Social & Sociedade*, 134, 179-197. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.172>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2004). O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. Koller (Eds.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 51-66). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nascimento, Maria Isabel do, Flauzino, Regina Fernandes, Cunha, Mara Catarina da, Silva, Gemima Pestana Rafael da, & Rocha, Luana Bezerra da. (2015). Fatores associados à ausência de registro de nascimento em cartório localizado em maternidade do Sistema Único de Saúde, Nova Iguaçu-RJ, 2012. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(3), 431-440. <https://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000300009>
- Nazari, M., Farnia, M., & Ghonsooly, B. (2017). Ecological Understanding of Concept Blockage in Writing Anxiety Based on Bronfenbrenner's Chronosystem. *International Journal of English Language and Translation Studies*, 174-187.
- Nazo, G. N. (1997). Adoção internacional: valor e importância das convenções internacionais vigentes no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 92, 301-320.

- Negele, A., & Habermas, T. (2010). Self-continuity across developmental change in and of repeated life narratives. In K. C. McLean & M. Pasupathi (Eds.), *Narrative development in adolescence: Creating the storied self* (pp. 1-21). Springer Science + Business Media. [https://doi.org/10.1007/978-0-387-89825-4\\_1](https://doi.org/10.1007/978-0-387-89825-4_1)
- Nunes, M. F. O. (2008). Funcionamento e Desenvolvimento das Crenças de Autoeficácia: Uma Revisão. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(1), 29-42. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902008000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000100004&lng=pt&tlng=pt).
- Nunes, Mykaella Cristina Antunes, & Morais, Normanda Araujo de. (2017). Gravidez decorrente de violência sexual: revisão sistemática da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(2), 88-103. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672017000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200007&lng=pt&tlng=pt).
- Oliveira, E. M. P. D., & Reis, A. P. N. (2012). Adoção tardia: um estudo sobre o perfil da criança estabelecido pelos postulantes à adoção. *Rev Jur Uniaraxá*, 16(15), 105-125.
- Oliveira, J. C. O. P., Caires, L. F. B., Jacinto, P. M. S., & Pinto, J. F. (2021). A relação entre as representações da função materna em uma rede social virtual e a experiência de mulheres no processo gravídico-puerperal. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 14(43), January/June.
- Oliveira, M. C. S. L. (2012). Narrativas e desenvolvimento da identidade profissional de professores. *Cadernos CEDES*, 32(88), 369-378. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622012000300008>
- Oliveira, M. K. (1992). Vygotsky: alguns equívocos na interpretação de seu pensamento. *Cadernos de Pesquisa*, (81), 67-74.
- Oliveira, M. L. S., Magalhães, C. M. C., & da Silva Pedroso, J. (2013). Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 5(9).
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (1989). Nações Unidas no Brasil. *Convenção dos Direitos da Criança*. Recuperado de [http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_crianca.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php). Acesso em 13 de junho, 2018.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: atualização no contexto latino-americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 475-486
- Otuka, Livia Kusumi, Scorsolini-Comin, Fabio, & Santos, Manoel Antônio dos. (2013). Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(1), 89-99. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>
- Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2011). 'Adoption and attachment theory' the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-

adopted children. *Child Care Health Dev.* 37, 82–88. doi: 10.1111/j.13652214.2010.01135.x

Pace, C. S., Cavanna, D., Velotti, P., & Cesare Zavattini, G. (2014). Attachment representations in late-adopted children: the use of narrative in the assessment of disorganisation, mentalising and coherence of mind. *Adoption & Fostering*, 38(3), 255-270.

Pace, C. S., Di Folco, S., Guerriero, V., Santona, A., & Terrone, G. (2015). Adoptive parenting and attachment: association of the internal working models between adoptive mothers and their late-adopted children during adolescence. *Frontiers in psychology*, 6, 1433.

Pace, C. S., Santona, A., Zavattini, G. C., & Di Folco, S. (2015). Attachment states of mind and couple relationships in couples seeking to adopt. *J. Child Fam. Stud.* 1–13. doi: 10.1007/s10826-015-0134-6

Pace, Cecilia Serena & Zavattini, Giulio Cesare & D'Alessio, M. (2012). Continuity and discontinuity of attachment patterns: A short-term longitudinal pilot study using a sample of late-adopted children and their adoptive mothers. *Attachment & human development.* 14. 45-61. 10.1080/14616734.2012.636658.

Palacios, J., & Sandoval, Y. S. (1996). Niños adoptados y no adoptados: un estudio comparativo. *Anuario de psicología/The UB Journal of psychology*, 63-86.

Paulina, Elisandra, Ferreira, Luana, Bobato, Sueli Terezinha, & Becker, Ana Paula Sesti. (2018). Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 77-86. Recuperado em 02 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2018000100008&lng=pt&tlng=.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2018000100008&lng=pt&tlng=)

Pereira, D. P. (2019). *Da adoção na união homoafetiva*. Monografia (Graduação). UniEvangélica.

Pereira, Sara, Costa, Raquel, Tojal, Catarina, & Tendais, Iva. (2018). Primeiras interações: um estudo comparativo entre mães e pais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 98-109. Recuperado em 01 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000100008&lng=pt&tlng=.](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000100008&lng=pt&tlng=)

Piaget, J. (1968). *On the development of memory and identity*. Barre, Mass.: Clark University Press, with Barre Publishers.

Piaget, J. (1976). *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento* (M. M. dos S. Penna, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Piccinini, Cesar Augusto, Gomes, Aline Grill, Moreira, Lisandra Espíndula, & Lopes, Rita Sobreira. (2004). Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(3), 223-232. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722004000300003>

- Pinderhughes, E. E. (1983). Older Child Adoptions and Families' Participation in Post-Placement Supports. *Annual Meeting of the American Psychological Association*. (91st, Anaheim, CA, August 26-30, 1983).
- Pinderhughes, E. E. (1996). Toward understanding family readjustment following older child adoptions: The interplay between theory generation and empirical research. *Children and Youth Services Review*, 18(1-2), 115-138.
- Pinderhughes, E. E. (1998). Short term placement outcomes for children adopted after age five. *Children and Youth Services Review*, 20(3), 223-249.
- Pinheiro, C. W., Araújo, A. S., Vasconcelos, A. P. N., Freitas, D. J. N., Alencar, H. C. N., & Rolim, K. M. C. (2015). O cuidado das amas-de-leite e o protagonismo do negro na história da enfermagem: uma luta por equidade. *Hist enferm Rev eletronica*[Internet], 6(1), 124-34.
- Pizzinato, A. (2009). Identidade narrativa: papéis familiares e de gênero na perspectiva de meninas ciganas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 38-48.
- Pontes, V. V. (2013). *Construindo continuidade frente a sucessivas rupturas: estratégias semióticas de reparação dinâmica do self*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- Portugal, Alda Patricia Marques, & Alberto, Isabel Maria Marques (2014). Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade (COMPA): Desenvolvimento e Validação de uma Medida da Comunicação Parento-filial. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=799/79929780007>
- Potechi, B. (2014). O Estatuto do Nascituro: quando os documentos legislativos constroem pessoas. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 22(22), 315-325. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v22i22p315-325>
- Prado, D. (1991). *O que é família*. São Paulo: Brasiliense.
- Projeto de Lei nº 5000/2020*. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do Adolescente para estabelecer a necessidade de exames periódicos psicossociais a crianças e adolescentes adotados e dá outras providências. Câmara dos Deputados, DF.
- Puretz, A., & Luiz, D. E. C. (2007). Adoção tardia: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea (late adoption: challenges and perspectives in the society contemporary). *Emancipação*, 7(2). Retrieved from <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/109>
- Queiroz, A. C. A., & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária-Late adoption: the challenge of ensuring the right to living in a family and community. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 12(1), 55-67.
- Reeve, Johnmarshall. (2006). *Motivação e Emoção*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC.



- Reis, G. F., & Burd, A. C. D. S. J. (2018). Contribuições da psicologia no preparo dos envolvidos em processos de adoção tardia. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, 6(1).
- Reis, N. A. G. (2008). *O Afeto Nas Relações Familiares* [Monografia]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito. Recuperado de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16682/16682.PDF>
- Richman, A. L., Miller, P. M., & LeVine, R. A. (1992). Cultural and Educational Variations in Maternal Responsiveness. *Developmental Psychology*, 28(4), 614–621. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.28.4.614>
- Ricoeur, P. (1991). Narrative Identity. *Philosophy Today*, 35(1), 73.
- Riede, J. E., & Sartori, G. L. Z. (2013). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), 143-154.
- Rosa, M., & Orey, D. C. (2012). O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 865-879. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000400006>
- Rosenthal, J. A., Schmidt, D., & Conner, J. (1988). Predictors of special needs adoption disruption: An exploratory study. *Children and Youth Services Review*, 10(2), 101-117. [https://doi.org/10.1016/0190-7409\(88\)90031-X](https://doi.org/10.1016/0190-7409(88)90031-X).
- Rosseti-Ferreira, M. C. (2009). *Prefácio*. In: L. D. A. G. Solon, *Conversando com crianças sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rothwell, E. (2010). Analyzing Focus Group Data: Content and Interaction. *Journal for Specialists in Pediatric Nursing*, 15(2), 176–180. doi:10.1111/j.1744-6155.2010.00237.x
- Ruiz, Juliana Machado, Borges, Camila Aparecida Peres, Hueb, Martha Franco Diniz, Tilio, Rafael De, & Scorsolini-Comin, Fabio. (2019). Gender and Adoption in the Brazilian Context: An Integrative Review of the Scientific Literature. *Trends in Psychology*, 27(2), 293-308. Epub June 13, 2019. <https://dx.doi.org/10.9788/tp2019.2-01>
- Rushton, A., Mayes, D., Dance, C., & Quinton, D. (2003). Parenting Late-Placed Children: The Development of New Relationships and the Challenge of Behavioural Problems. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 8(3), 389–400. doi:10.1177/13591045030083008
- Russell, A., & Saebel, J. (1997). Mother–son, mother–daughter, father–son, and father–daughter: Are they distinct relationships? *Developmental Review*, 17(2), 111-147. <http://dx.doi.org/10.1006/drev.1996.0431>
- Russell, G., & Russell, A. (1987). Mother-Child and Father-Child Relationships in Middle Childhood. *Child Development*, 58(6), 1573-1585. doi:10.2307/1130696
- Sacchi, Ângela, & Gramkow, Márcia Maria. (Orgs.). (2012). *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião*

*Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI.*

- Saladini (2008). Da Ação à Reflexão: O Processo de Tomada de Consciência. *Schème: Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genéticas*. 1(2), 31-54.
- Sampaio, D. D. S., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Trends in Psychology*, 26, 311-324.
- Sánchez, J. C. (2014). *Psicología de los grupos. Teorías, procesos y aplicaciones*. España: McGraw-Gill.
- Santana, T. C., & Contreras, M. (2020). O apadrinhamento afetivo como alternativa eficaz ao processo de adoção. *Revista Científica Multidisciplinar do CEAP*, 2(1), 8-8.
- Santo, É. S. E., & de Ramalho, F. C. (2017). O cinema de animação e a adoção tardia: o abrigo como espaço transicional e sua representação em “Minha Vida de Abobrinha”. *Ayvu: Revista de Psicologia*, 4(1), 75-93.
- Santos, C. C. C. (2012). Linguagem como prática social e mediadora da formação cultural e humana: algumas reflexões. *Rios Eletrônica-Revista Científica da FASETE*, 6.
- Santos, L. M. (2021). Estatuto do Nascituro ou Quando o Estado tira os Direitos da Mulher. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, 2, 2-15.
- Santos, N. N. D. (1994). Adoção: evolução histórica; adoção internacional; a legislação estrangeira. *Revista de Doutrina e Jurisprudência*, (44), 21-34.
- Sarbin, T. R. (1986). The narrative as a root metaphor for psychology. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: The storied nature of human conduct* (pp. 3–21). Praeger Publishers/Greenwood Publishing Group.
- Sarbin, T. R. (1997). The Poetics of Identity. *Theory & Psychology*, 7(1), 67-82.
- Sasson, M. D. H., & Suzuki, V. K. (2012). Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11(2), 58-71.
- Sato, T., Mori, N., & Valsiner, J (Eds.). (2016). *Making of the future: the trajectory equifinality approach in cultural psychology*. Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, 5(8), 47-60.
- Schiff, Brian & Noy, Chaim. (2006) Making it Personal: Shared Meanings in the Narratives of Holocaust Survivors, in A. D. Fina, D. Schiffrin & M. Bamberg (Eds.), *Discourse and Identity*, Cambridge University Press, p. 398-425
- Schmidt-Tieszen, A., & McDonald, T. P. (1998). Children who wait: Long term foster care or adoption?. *Children and Youth Services Review*, 20(1-2), 13-28.



- Setton, M. G. J. (2011). Teorias da socialização: Um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 711-724. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400003>
- Silva Jr., Sérgio de Oliveira & Furon, Alessandra Barbosa. (2014). a paternidade socioafetiva: o afeto em detrimento da verdade biológica. *Ius Et Iustitia Eletrônica*. 9(1), 1-29.
- Silva, A. M., & Kemmelmeier, V. S. (2010). Vivências de famílias que adotaram pré-adolescentes e o mito da adoção tardia. *Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes*, 18(2), 97-112.
- Silva, A. S. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.
- Silva, F. da, Rodrigues, O. M. P. R., & Lauris, J. R. P. (2017). Problemas Comportamentais em Crianças Pré-Escolares com Fissura Labiopalatina. *Trends in Psychology*, 25(3), 1107-1122. <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-11Pt>
- Silva, Francisco Carlos Lopes da. (1999). O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista. *Educar em Revista*, (15), 1-10. <https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.193>
- Silva, M. O. da. (2018). A Convivência Entre Crianças Com e Sem Deficiência e o Papel do Professor na Educação Infantil. *Revista Educação Especial*, 31(60), 107. <https://doi.org/10.5902/1984686x24604>
- Silva, Maria Luiza Iusten da, Vieira, Mauro Luís, & Schneider, Daniela Ribeiro. (2016). Envolvimento paterno em famílias de criança com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 36(90), 66-85.
- Silva, Robson Roberto Silva. (2016). A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, 9(17), 297-322. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2016v9n17p297>
- Singer, J. A. (2004). Narrative Identity and Meaning Making Across the Adult Lifespan: An Introduction. *Journal of Personality*, 72(3), 437-460. doi:10.1111/j.0022-3506.2004.00268.x
- Smith, R. (2015). Agency: A historical perspective. In C. W. Gruber, M. G. Clark, S. H. Klempe, & J. Valsiner (Eds.), *Constraints of agency: Explorations of theory in everyday life* (pp. 3-29). Springer International Publishing AG. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-10130-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-10130-9_1)
- Solon, L. D. A. G. (2009). *Conversando com crianças sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Sonego, Joice Cadore, & Lopes, Rita de Cássia Sobreira. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, (29), 16-26.
- Souza, A. L. F. (2018). Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. *Revista Ártemis*, 25(1), 89.

- Souza, Â. M., Cenci, C. M. B., Luz, S. K., Patias, N. D. (2017). Casais inférteis e a busca pela parentalidade biológica: uma compreensão das experiências envolvidas. *Pensando famílias*, 21(2), 76-88.
- Souza, F., Dantas, S., & Ferreira, S. P. A. (2015). Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. *Temas em Psicologia*, 23(3), 593-606.
- Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos brasileiros de psicologia*. Rio de Janeiro. 71(2), 51-67.
- Souza, T. Y. D., Branco, A. M. C. U. D. A., & Oliveira, M. C. S. L. D. (2008). Pesquisa qualitativa e desenvolvimento humano: aspectos históricos e tendências atuais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20, 357-376.
- Speck, Sheila, Queiroz, Edilene Freire de, & Martin-Mattera, Patrick. (2018). Desafios da clínica da adoção: devolução de crianças. *Estudos de Psicanálise*, (49), 181-186. Recuperado em 15 de fevereiro de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372018000100018&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100018&lng=pt&tlng=pt).
- Stapleton, K., & Wilson, J. (2017). Telling the Story: Meaning Making in a Community Narrative. *Journal of Pragmatics*, 108, 60–80. doi:10.1016/j.pragma.2016.11.003
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Stevenson-Hinde, J. (1990). Attachment within family systems: An overview. *Infant Mental Health Journal*, 11(3), 218-227.
- Stoeva, A. Z., Chiu, R. K., & Greenhaus, J. H. (2002). Negative Affectivity, Role Stress, and Work–Family Conflict. *Journal of Vocational Behavior*, 60(1), 1–16. doi:10.1006/jvbe.2001.1812
- Sutcliffe, Michael Ludwig. (2007) Outcome of assisted reproduction. *The Lancet*, 370(9584) 351-359.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1982). *Social Identity and Intergroup Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tan, T. X., & Liu, Y. (2019). Identity Development in an International Transracial Adoptive Family: A 5-Year Case Study. *Journal of Family Communication*, 1–18. doi:10.1080/15267431.2019.1643351
- Teichert, D. (2004) `Narrative, Identity and the Self'. *Journal of Consciousness Studies* 11: 175—91.
- Thompson, B., Koenig Kellas, J., Soliz, J., Thompson, J., Epp, A., & Schrodt, P. (2009). Family legacies: Constructing individual and family identity through

intergenerational storytelling. *Narrative Inquiry*, 19(1), 106–134. doi:10.1075/ni.19.1.07tho

Tombolato, Mário Augusto, Maia, Ana Cláudia Bortolozzi, & Santos, Manoel Antônio dos. (2019). A Trajetória de Adoção de Uma Criança por um Casal de Lésbicas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e3546. Epub March 28, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3546>

Tovares, Alla. (2010). All in the family: Small stories and narrative construction of a shared family identity that includes pets. *Narrative Inquiry*. 20(1), 1–19, DOI 10.1075/ni.20.1.01tov.

Triseliotis, J. (2002). Long-term foster care or adoption? The evidence examined. *Child Family Social Work*, 7(1), 23–33. doi:10.1046/j.1365-2206.2002.00224.x

Trost, J. (1990). Do we mean the same by the concept of family. *Communication research*, 17(4), 431-443.

Tudge, J.R.H., Mokrova, I., Hatfield, B.E. & Karnik, R.B. (2009). Uses and Misuses of Bronfenbrenner's Bioecological Theory of Human Development. *Journal of Family Theory & Review*, 1: 198-210. <https://doi.org/10.1111/j.1756-2589.2009.00026.x>

United Nations General Assembly. (1989). *Convention on the Rights of the Child*. Retrieved from <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>

Valdez, G. M., & McNamara, J. R. (1994). Matching to prevent adoption disruption. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 11, 391-403.

Valério, T. A. M. (2013) “O filho adotivo não vem de fora, vem de dentro”: um estudo sobre trajetórias de vidas e a construção de significados sobre a decisão de adotar na perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

Valsiner, J. (1994). Irreversibility of time and the construction of historical developmental psychology. *Mind, Culture, and Activity*, 1(1-2), 25-42. <https://doi.org/10.1080/10749039409524655>

Valsiner, J. (2009). Cultural Psychology Today: Innovations and Oversight. *Culture & Psychology*, 15(1), 5-39. <https://doi.org/10.1177/1354067X08101427>

Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida* (A. C. S. Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2007)

Van De Mierop, D. (2015). Social Identity Theory and the Discursive Analysis of Collective Identities in Narratives. In *The Handbook of Narrative Analysis* (eds A. De Fina and A. Georgakopoulou). <https://doi.org/10.1002/9781118458204.ch21>

Vargas, M. M. (1998) *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Caso do Psicólogo.

- Vassilieva, J. (2016). *Narrative psychology: Identity, transformation and ethics*. Palgrave Macmillan/Springer Nature. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-49195-4>
- Vigotski, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2018a). *Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia*. (Z. Prestes, E. Tunes, & C. C. G. Santana, Trans.). Rio de Janeiro: E-Papers.
- Vigotski, L. S. (2018b). *Imaginação e Criação na Infância*. (Z. Prestes & E. Tunes, Trans.). São Paulo: Expressão Popular.
- Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, (44). Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>
- Von Korff, L., & Grotevant, H. D. (2011). Contact in adoption and adoptive identity formation: the mediating role of family conversation. *Journal of family psychology : JFP : journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 25(3), 393–401. <https://doi.org/10.1037/a0023388>
- Ward, M. (1997). Family paradigms and older-child adoption: A proposal for matching parents' strengths to children's needs. *Family Relations*, 257-262.
- Weber, L. N. D. (1998). O filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. *Direito de Família e Ciências Humanas-Caderno de Estudos*, 2, 119-152.
- Weber, L. N. D. (2001). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Wheelan, S. A., & Mckeage, R. L. (1993). Developmental Patterns in Small and Large Groups. *Small Group Research*, 24(1), 60–83. doi:10.1177/1046496493241005
- Wilkinson, H. S. (1995). Psycholegal process and issues in international adoption. *The American Journal of Family Therapy*, 23(2), 173-183.
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2001). *O Inventário Portage Operacionalizado: Intervenção com famílias*. Memnon; FAPESP.
- Winnicott, D. W. (1977). Alimentação do bebê. In D. Winnicott (1977/1964a), *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wright, L., & Flynn, C. C. (2006). Adolescent adoption: Success despite challenges. *Children and Youth Services Review*, 28(5), 487–510. doi:10.1016/j.childyouth.2005.06.004
- Yunes, M. A. M., & Juliano M. C. (2010). A Bioecologia Do Desenvolvimento Humano E Suas Interfaces Com Educação Ambiental. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas (37): 347 - 379.

- Zamostny, K. P., O'Brien, K. M., Baden, A. L., & Wiley, M. O. (2003). The Practice of Adoption: History, Trends, and Social Context. *The Counseling Psychologist*, 31(6), 651–678. <https://doi.org/10.1177/0011000003258061>
- Zavaschi, M. L. S., Heldt, E., Antúnez, M. V., Moritz, P., Goi, P. D., & Belmonte-de-Abreu, P. (2002). Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 24(4), 189-195. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462002000400009>
- Zerzan, John. (2010). Patriarcado, civilização e as origens do gênero. Tradução: Loreley Garcia. *Gênero & Direito*. 1(2).
- Zimerman, D. E. (2009). *Fundamentos básicos das grupoterapias*. Artmed Editora.
- Zornig, Silvia Maria Abu-Jamra. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470. Recuperado em 03 de outubro de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt).

## **Apêndice A – TCLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Identidade da família após adoção tardia: Dinâmicas entre parentalidades e filiações”. Ela pretende investigar dinâmicas entre parentalidades e filiações emergentes do processo de adoção tardia. Ela é importante porque poderá ampliar o conhecimento científico sobre o processo de adoção, reduzir mitos e aprimorar as políticas públicas sobre esse tema. Nós adotaremos uma metodologia chamada *photovoice*, que consiste no compartilhamento de fotografias em plataforma segura, a qual apenas você, os membros da sua família participantes da pesquisa e o pesquisador terão acesso. Se concordar, você vai participar de entrevistas e contatos via Whatsapp com o pesquisador durante aproximadamente 15 dias, nos quais as fotos serão compartilhadas. As entrevistas ocorrerão em dois momentos, um individual e um coletivo. Nestas, o pesquisador vai fazer algumas perguntas para que você conte um pouco da sua história de vida e comente sobre sua família em relação ao processo de adoção vivenciado. As entrevistas vão ser gravadas em áudio. As mídias compartilhadas serão salvas exclusivamente em um dispositivo de celular exclusivo para este fim, de modo a evitar extravios. As fotos não serão divulgadas em nenhum momento da pesquisa, nem mesmo no produto final, a não ser que não sejam mostradas pessoas e você autorize essa possibilidade. Existe o risco de as perguntas tocarem em assuntos chatos e difíceis pra você, e isso poderá te incomodar um pouco, deixando você encabulado ou sensibilizado. Por isso, você não será obrigado a responder a nenhuma pergunta, você só responde se quiser. Ademais, em qualquer momento você pode se retirar da pesquisa. Se não se sentir à vontade, não precisa responder. Você poderá receber atendimento psicológico a preço acessível na clínica-escola de psicologia da UFBA, caso necessário. Por outro lado, contar sua história de vida pode ser benéfico: você poderá se sentir melhor depois de desabafar, além de ser uma boa oportunidade para refletir sobre o seu passado e o seu futuro.

Se assinar este Termo, quer dizer que você entendeu a proposta da pesquisa e autoriza que as entrevistas sejam feitas com você e que sua fala seja transcrita e divulgada em produções científicas. Mas a sua identidade vai ser mantida em sigilo; a das pessoas que você citar, também. Isso significa que o seu nome e o nome das pessoas que você citar nunca vão ser divulgados. Se você tiver alguma dúvida, pode perguntar, pois o

pesquisador vai esclarecer antes de você tomar qualquer decisão sobre este termo. Você pode recusar o convite para participar da pesquisa e não assinar este Termo. Mas mesmo depois de assinar, caso mude de ideia e desista de participar, você também pode retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. A participação na pesquisa é voluntária, isso quer dizer que ela não será remunerada. Para acessar os resultados da pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento. Ademais, daqui a aproximadamente 3 anos, procure pelo nome do pesquisador na parte de teses e dissertações do site: [www.pospsi.ufba.br](http://www.pospsi.ufba.br), pois a pesquisa estará disposta neste endereço em sua versão final.

**Pesquisador responsável: Pablo Mateus dos Santos Jacinto**

E-mail: [pablojacintopsi@gmail.com](mailto:pablojacintopsi@gmail.com)

**Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia**

Rua Professor Aristides Novis, 197. Federação. Salvador – BA

Telefone: (71) 3283-6442

E-mail: [cepips@ufba.br](mailto:cepips@ufba.br)

**Observação:** Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será assinado em duas vias pelo pesquisador responsável e por você. Uma delas ficará com você e a outra via ficará arquivada no Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento e Contextos Culturais (CNPq) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob a responsabilidade do pesquisador, durante 5 (cinco) anos.

## **Apêndice B - TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO (Crianças e Adolescentes)**

**Título do Projeto:** Identidade da família após adoção tardia: Dinâmicas entre parentalidades e filiações

**Pesquisadores:** Pablo Mateus dos Santos Jacinto e Maria Virgínia Machado Dazzani (orientadora)

**Tipo de Pesquisa:** Tese/Doutorado

**Local da Pesquisa:** Estipulado pela(o) participante ou virtual

### **O que significa assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

### **Informação ao participante da pesquisa:**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa, com o objetivo de investigar dinâmicas entre parentalidades e filiações emergentes do processo de adoção tardia. Ela é importante porque poderá ampliar o conhecimento científico sobre o processo de adoção, reduzir mitos e aprimorar as políticas públicas sobre esse tema. Ao longo da pesquisa, passaremos alguns dias (15) trocando mensagens via Whatasapp em um grupo criado especificamente para isso. Nesse grupo, você mandará fotos que, ao seu ver, represente sua família. Alguns dias depois, vamos nos reunir, eu, você e os outros membros da sua família participantes da pesquisa, para conversar sobre as fotos enviadas por vocês! Espero que essa pesquisa ajude a melhorar o processo de adoção no Brasil, para que outras crianças e adolescentes possam ser inseridos em novas famílias com cada vez menos dificuldades. Sabe as fotos que você e sua família vai compartilhar comigo? Elas serão guardadas com todo o sigilo, e é importante que você não divulgue com



ninguém, a não ser que seus responsáveis autorizem. As fotos não serão divulgadas em nenhum momento da pesquisa, nem mesmo no produto final, a não ser que não sejam mostradas pessoas e vocês autorizem essa possibilidade. Existe o risco de as perguntas tocarem em assuntos chatos e difíceis pra você, e isso poderá te incomodar um pouco, deixando você encabulado ou sensibilizado. Por isso, você não será obrigado a responder a nenhuma pergunta, você só responde se quiser. Ademais, em qualquer momento você pode se retirar da pesquisa. Se não se sentir à vontade, não precisa responder. Qualquer incômodo pode ser comunicado a mim ou diretamente aos seus responsáveis, e isso não implicará em nenhum prejuízo ou rechaço. Eles já estão comunicados e dialogaram comigo sobre formas de acolher qualquer dificuldade que você experiencie.

### **Contato para dúvidas:**

Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar o(a) Investigador(a) do estudo ou membro de sua equipe: PABLO MATEUS DOS SANTOS JACINTO; e-mail [pablojacintopsi@gmail.com](mailto:pablojacintopsi@gmail.com). Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um paciente de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

### **Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado**

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA  
Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : [cepips@ufba.br](mailto:cepips@ufba.br)